ISSN: 2318-4817

Altus Ciência

REVISTA ACADÊMICA MULTIDISCIPLINAR
DA FACULDADE CIDADE DE JOÃO PINHEIRO

FCJP
FACULDADE
CIDADE DE JOÃO PINHEIRO

V.10
N.10
JAN a DEZ
2019

ALTUS CIÊNCIA

Revista Acadêmica Multidisciplinar da Faculdade Cidade de João Pinheiro- FCJP

ISSN: 2318-4817

Estrutura Organizacional

Direção Geral:

Dr. Paulo Cesar de Sousa

Instituição de Ensino

Faculdade Cidade de João Pinheiro- FCJP

Diretorias

Direção de Projetos: Dr. Sandro Pereira de Carvalho

Direção Jurídica: Dr. Cláudio Márcio Pessoa Giansanti

Coordenação Administrativa: Profa. Dra. Daniela Cristina Silva Borges

Direção de Clínicas: Dr. Paulo César Segundo de Sousa

Coordenação do Núcleo de Pesquisa e Iniciação Científica: Profa. Dra. Maria Célia da Silva Gonçalves

ALTUS CIÊNCIA

Revista Multidisciplinar da Faculdade Cidade de João Pinheiro- FCJP

ISSN 2318-4817

ALTUS CIÊNCIA
REVISTA ACADÊMICA MULTIDISCIPLINAR DA FACULDADE CIDADE DE JOÃO PINHEIRO

Os artigos publicados nesta revista são de inteira responsabilidade de seus autores.

ALTUS CIÊNCIA - ISSN 2318-4817
Revista Acadêmica Multidisciplinar da Faculdade Cidade de João Pinheiro- FCJP

EDITORA RESPONSÁVEL
Profa. Dra. Maria Célia da Silva Gonçalves –FCJP

CONSELHO EDITORIAL:
Profa. Alexandra Maria Pereira – Faculdade Cidade de João Pinheiro-FCJP/Universidade de São Paulo- USP
Prof. Dr. André Vasconcelos da Silva- Universidade Federal de Goiás -UFG
Profa. Dra. Adriana Santos Prado Sadoyama- Universidade Federal de Goiás -UFG
Profa. Dra. Alice Fátima Martins- Universidade Federal de Goiás -UFG
Profa. Dra. Anna Christina de Almeida- Universidade Federal de Minas Gerais- UFMG
Profa. Dra. Antónia Fialho Cnde- Universidade de Évora (EU) - Portugal
Prof. Dr. César Francisco de Moura Couto- Instituto Federal do Trinagulo Mineiro- IFTM
Profa. Dra. Cláudia Matos Pereira- Faculdade de Belas-Artes da Universidade de Lisboa, FBAUL – Portugal
Profa. Dr. Cláudio Márcio Campos de Mendonça- Universidade Federal do Amapá- UNIFAP
Profa. Dra. Daniela Cristina Silva Borges- Faculdade Cidade de João Pinheiro-FCJP.
Profa. Dra. Elizângela de Jesus Oliveira- Universidade Federal do Amazonas-UFAM
Prof.Dr. Enoque Pereira, da Silva- Universidade Federal de Viçosa-UFV
Profa. Ms. Giselda Shirley da Silva- Faculdade Cidade de João Pinheiro-FCJP
Profa. Dra. Helen Ulhoa Pimentel- Universidade Estadual de Montes Calros- UNIMONTES
Profa. Dra. Jaqueline Santos Barradas- Escola superior de Guerra-ESG
Profa. Dra. Jeane Medeiros Silva –Universidade Federal do Rio Grande do Norte-UFRN
Prof. Dr. João Brigola- Universidade de Évora (EU) - Portugal
Prof. Dr. José Alberto Carvalho dos Santos Claro –Universidade Federal de São Paulo-UNIFESP
Profa. Dra. Karla Denise Martins- Universidade Federal de Viçosa -UFV
Prof. Dr. Leonardo Valandro Zanetti- Universidade Federal do Espírito Santo-UFES
Profa. Dra. Letícia Costa Rodrigues Vianna - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN
Prof. Dr. Luiz Síveres - Universidade Católica de Brasília – UCB
Profa. Dra. Magda Fonseca Queiroz Mota- Universidade de Salamanca- Espanha
Profa. Dra. Magda Rita Ribeiro de Almeida Duarte- Instituto Federal do Triangulo Mineiro IFTM -Brasil
Prof. Dr. Marcelo Marques Araújo- Universidade Federal de Uberlândia- UFU
Prof. Dr. Marcelo Santiago Berriel- Universidade Feral Rural do Rio de Janeiro- UFRRJ
Profa. Dra. Maria Célia da Silva Gonçalves – Faculdade Cidade de João Pinheiro- FCJP
Profa. Dra. Maria Zeneide Carneiro Magalhães de Almeida – Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUCG)
Prof. Dra. Marilena Aparecida de Souza Rosalen- Universidade Federal de São Paulo-UNIFESP
Profa. Dra. Margareth Vetis Zaganelli-Universidade Federal do Espírito Santos-UFES
Prof. Dr. Manoel Ramírez Sánchez – Universidade de Las Palmas de Gran Canaria -España
Profa. Dra. Priscilla Cardoso Rodrigues- UFRR

Profa. Dra. Olga Magalhães- Universidade de Évora (EU) - Portugal
Prof. Dr. Raimundo Márcio Mota de Castro- Universidade Estadual de Goías - UEG
Prof. Dr. Rafael Reis Ferreira- UFRR
Profa. Dra. Rosa Jussara Bonfim Silva- Universidade Católica de Brasília-UCB
Profa. Dra. Rose Elke Debiasi- Universidade Federal do Santa Catarina- UFSC
Profa. Dra. Rossella Del Prete - Università degli Studi del Sannio- Benevento –Italia
Prof. Dr. Samuel, de Jesus Duarte- Instituto Federal do Triangulo Mineiro –IFTM- -Brasil
Profa. Dra. Silvia Salardi- Università degli Studi di Milano-Bicocca- Milão –Itália
Profa. Dra. Soeli Regina Lima- Universidade do Contestado- UNC-Brasil
Profa. Dra. Sônia Maria dos Santos- Universidade Federal de Uberlândia -UFU
Prof. Ms. Vandeir José da Silva - Faculdade Cidade de João Pinheiro-FCJP
Prof. Dr. Vaston Gonçalves da Costa- Universidade Federal de Goias- UFG
Profa. Dra.Vera Lúcia Caixeta –Universidade Federal do Tocantis- UFT

CAPA:
Marcelo Araújo

Correspondências e artigos para a publicação deverão ser encaminhados a

ALTUS CIÊNCIA

Av. Zico Dornelas, 380 - Santa Cruz II - CEP 38770-000 - João Pinheiro/MG - Fone: (38) 3561-3900

E-mail: altusciencia.fcjp@gmail.com

INDEXAÇÕES

Google acadêmico · Diadorim · LivRe Revistas de livre acesso · latindex · Academic Resource Index ResearchBib · iCi International Citation Index

CERTIFICAÇÃO

CERTIFICATE

We are glad to inform you that

ALTUS CIÊNCIAS

ISSN: 2318-4817 ; http://fjp0131.wixsite.com/altusfcjp

has been successfully indexed & acquired Journal Impact Factor [JIF]

Powered by

International Citation Index (ICI)

Factor Evaluation Result

Factor	Value	Valid Till
Impact Factor	2.2037	JAN- 2019

www.internationalcitationindex.org info@internationalcitationindex.org indexedjournal@gmail.com

Team- International Citation Index India

FICHA CATALOGRÁFICA

Catalogação na fonte: Biblioteca central da Faculdade Cidade de João Pinheiro – FCJP

H918

ALTUS CIÊNCIA -Revista Acadêmica Multidisciplinar da Faculdade Cidade de João Pinheiro - FCJP, ano 7 n 10 v.10 Jan a dez.2019

591 p.

Periodicidade: Anual- **ISSN 2318-4817**

1. Ciências da Saúde 2. Ciências Sociais
CDU: 3+ 61

1.Ciências da Saúde 2. Ciências Sociais

Sumário

EDITORIAL 14

CADERNO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE 22

BIODIREITO NO BRASIL: histórico, aspectos atuais e intervenções na genética forense 23

Walas Ferreira da Silva 23

Ernane Junior da Silva Reis 23

Gilmar Antoniassi Junior 23

Hugo Christiano Soares Melo 23

DISLIPIDEMIA INFANTIL COMO FATOR DE RISCO PARA ATEROSCLEROSE 38

Silvana Maria Silva Cardoso Torezam 38

José Amir Babilônia 38

Daniela Cristina Silva Borges 38

Saulo Gonçalves Pereira 38

O PAPEL DA ENFERMAGEM COM RELAÇÃO AO TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA) NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE EM JOÃO PINHEIRO-MG 53

Jessyka Alvarina de Almeida Souza Dornelas 53

Patrícia Helena da Silva 53

Rogéria Alves Rosa 53

ÚLCERA VENOSA: cuidados com os casos recorrentes em pacientes institucionalizadas em um abrigo de longa permanência 72

Fernando Dornelas Vieira 72

Michelle Barra Caixeta Leão 72

Bárbara Donnária da Silva Gonçalves 72

RELATO DE CASO DE POLIANGIÍTE MICROSCÓPICA EM MENINA DE 4 ANOS 92

Agatha Siqueira Afonso 92

Leomara Amorim do Rosário.....92

Raquel Dornelas Marques.....92

Syane de Oliveira Gonçalves.....92

Luany Mielke Alvarenga Pinto.....92

Julia Lopes Maciel.....92

Alejara Fontes Rezende de Lacerda Lage.....92

COMUNICAÇÃO ENTRE PROFISSIONAIS DA SAÚDE E PACIENTE SURDO: Impasses e estratégias.....103

Mariana Melo Martins.....103

Maiara Melo Alves.....103

RESULTADOS DA AVALIAÇÃO AUDITIVA RETROCOCLEAR POTENCIAL EVOCADO AUDITIVO DO TRONCO ENCEFÁLICO (PEATE) DE LACTENTES EXPOSTOS AO VÍRUS ZIKA NA GESTAÇÃO.....115

Leomara Amorim do Rosário.....115

Laís Fiorotte Valladão.....115

Lívia Lima Gorza.....115

Miguel Henrique Moraes de Oliveira.....115

Raquel Dornelas Marques.....115

Andressa Dias de Rezende Azevedo.....115

Maria Bernadeth de Sá Freitas.....115

A CONTRIBUIÇÃO DA FISIOTERAPIA PARA CRIANÇAS AUTISTAS.....129

Kelly Aparecida da Rocha.....129

Eliana da Conceição Martins Vinha.....129

FISIOTERAPIA PÓS MASTECTOMIA TOTAL EM MULHERES E A RECUPERAÇÃO DA FUNCIONALIDADE.....143

Gislene Soares da Silva.....143

Eliana da Conceição Martins Vinha.....143

PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL E EM SÁUDE SOBRE CONTROLE POPULACIONAL DE CÃES E GATOS: uma análise e uma proposta 160

José Eduardo Machado Barroso 160

André Vasconcelos da Silva 160

Marcela Cabral Mendes Barroso 160

LINCHAMENTO VIRTUAL: olhar da violência sob a perspectiva da análise do comportamento 169

Verônica Borges de Avelar 169

Renata Limongi França Coelho Silva 169

CADERNO DE CIÊNCIAS SOCIAIS 184

ADMINISTRAÇÃO 185

IMPACTO DO DIA DE COOPERAR REALIZADO PELA SICOOB CREDIPINHO NO CENTRO MADRE TEREZA DE CALCUTÁ 186

Deise de Jesus Andrade 186

Bráulio Emílio Maciel Faria 186

A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA NA EDUCAÇÃO DO FUTURO 203

Diemerson Alencar Marçal da Silva 203

Priscila de Brito Rodrigues Marinho 203

Renata Suzelli de Souza Gonçalves 203

AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO NA GESTÃO PÚBLICA 221

Maciel Rodrigues Borges 221

Serigne Ababacar Cissé Ba 221

André Vasconcelos da Silva 221

USO DE DERIVATIVOS NAS ORGANIZAÇÕES: uma revisão integrativa 249

Mirian Sousa Moreira 249

Lucas Paulo Ribeiro Esteves 249

André Vasconcelos da Silva 249

Ana Paula Pinheiro Zago 249

Graciele Cristina Silva 249

Luiz Almeida da Silva 249

Andre Barra Neto 249

DESCRITORES DO MCDA-C: uma reflexao a partir da literatura 283

Maciel Rodrigues Borges 283

Serigne Ababacar Cissé Ba 283

André Vasconcelos da Silva 283

MARKETING DE RELACIONAMENTO: A CHAVE 302

Willian Junio do Carmo 302

***COACHING* E LIDERANÇA - UMA ANÁLISE TEÓRICA** 321

Lucas Silva dos Santos 321

André Vasconcelos da Silva 321

***BENCHMARKING* DA PRODUÇÃO DE LEITE NO MUNICÍPIO DE BAMBUÍ/MG** 340

Willian Junio do Carmo 340

SOBREVIVÊNCIA DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS NO MUNICÍPIO DE JOÃO PINHEIRO: Fatores Contribuintes 359

Evando Mota Barbosa 359

Unilson Gomes Soares 359

CIÊNCIAS CONTÁBEIS 380

PRODUTO INTERNO BRUTO: estudo da composição do PIB dos municípios mineiros (2002-2015) 381

Jéssica Barcelos Silva 381

Cleyde Cristina Rodrigues 381

Ana Clara Fonseca do Amaral 381

ESTUDO SOBRE O NÍVEL DE ENDIVIDAMENTO DOS ESTADOS BRASILEIROS 399

Sidney Assis do Amaral Filho 399

Cleyde Cristina Rodrigues 399

Ana Clara Fonseca do Amaral 399

VISÃO DOS CONTABILISTAS EM RELAÇÃO AO CONHECIMENTO CONTÁBIL DOS ADMINISTRADORES DE EMPRESAS: UMA PESQUISA DE CAMPO NO MUNICÍPIO DE PATOS DE MINAS 412

Mariana Estael de Sá Santos 412

Ana Clara Fonseca do Amaral 412

Alessandra Fonseca de Morais 412

Cleyde Cristina Rodrigues 412

André Ernesto Campos 412

Dinamar Vidallas Rodrigues 412

O TRATATAMENTO DIFERENCIADO CONFORME A CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 ÀS EMPRESAS OPTANTES PELO SIMPLES NACIONAL E O IMPACTO FINANCEIRO REFERENTE AO ICMS SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA COM A PUBLICAÇÃO DA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº. 87/2015 430

André Ernesto Campos 430

Ana Clara Fonseca do Maral 430

Alessandra Fonseca de Morais 430

Cleyde Cristina Rodrigues 430

DIREITO 444

A MEDIAÇÃO PENAL NO BRASIL: uma análise de sua aplicabilidade a partir da experiência portuguesa 445

Margareth Vetis Zaganelli 445

Marina Saleme de Menezes 445

A TOMADA DE DECISÃO JUDICIAL SOB O ENFOQUE DA ANÁLISE ECONÔMICO-COMPORTAMENTAL DO DIREITO 458

Thaméya Lourenço Barbosa Silva. 458

André Vasconcelos da Silva 458

Serigne Ababacar Cissé Bá. 458

ACORDO DE NÃO-PERSECUÇÃO PENAL: um estudo sobre a (in) compatibilidade do instituto no ordenamento jurídico brasileiro 474

Taís Helmer Ramlo 474

Margareth Vetis Zaganelli 474

BEHAVIORISMO E SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO 492

Fausto Teodoro Neves 492

André Vasconcelos da Silva 492

EDUCAÇÃO 507

DOCÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR: perspectivas sobre o educador 508

e o sentido do seu ofício 508

Ana Cláudia de Oliveira Costa 508

Maria Célia da Silva Gonçalves 508

A IMPORTÂNCIA DO PROCESSO ENSINO / APRENDIZAGEM DA TRIGONOMETRIA 525

Júnio Fábio Ferreira 525

Diego Alves Côrtes 525

A ATUAÇÃO DO PROFESSOR NO PROCESSO ENSINO/APRENDIZAGEM DE ALUNOS DISLÉXICOS NAS SÉRIES INICIAIS EM ESCOLAS DE JOÃO PINHEIRO: desafios e Possibilidades 535

Luciene Gomes da Silva 535

Maria Rita Ferreira Dias de Souza 535

Maria de Lourdes de Aguiar Ferreira 535

PLANO DE AULA NA PRÁTICA DOCENTE 554

Marilda de Souza Almeida 554

Naiara Alves Resende 554

HISTÓRIA 566

REPRESENTAÇÕES DE ACADÊMICOS DO NOROESTE DE MINAS NO QUE TANGE AO PATRIMONIO CULTURAL.....567

Giselda Shirley da Silva 567

Vandeir José da Silva 567

LITERATURA 581

AS REPRESENTAÇÕES DAS PERSONAGENS DOS CONTOS DE FADAS PRESENTES NO CONTO "NENHUM, NENHUMA", DE JOÃO GUIMARÃES ROSA, EM SUA OBRA PRIMEIRAS ESTÓRIAS 582

Júlia Lopes Ferreira de Sousa Pinto 582

Alessandra Fonseca de Morais 582

NORMAS PARA PUBLICAÇÃO 591

EDITORIAL

É com grande alegria que apresentamos à comunidade científica e acadêmica o décimo volume da **Revista Altus Ciência**, segundo do ano de 2019. A produção de dois exemplares em um único ano reafirma o compromisso da Faculdade Cidade de João Pinheiro (FCJP) como a efetivação de uma política de pesquisa e produção científica de seus docentes e discentes, evidenciando também a credibilidade que a revista atingiu no mundo científico, uma vez que a mesma recebeu artigos de renomados pesquisadores de diferentes universidades brasileiras.

Altus Ciência é uma revista multidisciplinar e está composta por dois Cadernos: ciências da Saúde e Ciências e Sociais.

A primeira seção é de **Ciências da Saúde** e contém onze artigos assim dispostos:

Walas Ferreira da Silva, Ernane Junior da Silva Reis, Gilmar Antoniassi Junior e Hugo Christiano Soares Melo elaboram um artigo visou realizar uma análise da literatura evidenciando as aplicações e limitações da bioética no campo da genética forense uma ciência que constantemente o meio jurídico utiliza para solucionar crimes, e diante de tamanha evolução da biotecnologia várias técnicas tendem a aprimorar principalmente quando podem intervir na dignidade humana.

Silvana Maria Silva Cardoso Torezam, José Amir Babilônia, Daniela Cristina Silva Borges e Saulo Gonçalves Pereira objetivaram através deste estudo, realizar uma pesquisa qualitativa de revisão de literatura sobre a dislipidemia, principalmente a dislipidemia infantil, pois os níveis lipídicos em crianças e adolescentes influenciam diretamente os mesmos níveis na idade adulta. A pesquisa adotada por eles foi a qualitativa, de natureza básica, com objetivos descritivos e procedimento bibliográfico. Para os autores as dislipidemias em crianças e adolescentes brasileiros são relacionadas à má alimentação e hábitos inadequados altamente influenciados pelos costumes familiares, principalmente durante a fase infantil.

As enfermeiras **Jessyka Alvarina de Almeida Souza Dornelas, Patrícia Helena da Silva e Rogéria Alves Rosa** realizaram um estudo que está voltado para a assistência de enfermagem com relação ao Transtorno do Espectro Autista, onde a criança desenvolve dificuldades nas áreas nobres do desenvolvimento humano, tais como de comunicação, de estabelecer relações sociais e apresentam um comportamento repetitivo. O objetivo do trabalho foi identificar as dificuldades que os profissionais apresentam em relação ao que é o Transtorno do Espectro Autista.

Fernando Dornelas Vieira, Michelle Barra Caixeta Leão e Bárbara Donnária da Silva Gonçalves realizaram um estudo com relação à úlcera venosa, sabendo-se que ela é uma

lesão cutânea que acomete o terço inferior das pernas, interferindo na qualidade de vida do paciente. O objetivo do trabalho foi identificar quais as dificuldades da equipe de enfermagem em relação ao conhecimento deste assunto, e a importância da qualidade da assistência prestada com a finalidade de evitar casos recorrentes da referida úlcera em pacientes idosos ou acamados de um abrigo de longa permanência.

A médicas **Agatha Siqueira Afonso, Leomara Amorim do Rosário, Raquel Dornelas Marques, Syane de Oliveira Gonçalves, Luany Mielke Alvarenga Pinto, Julia Lopes Maciel e Alejara Fontes Rezende de Lacerda Lage** realizaram um Estudo de Caso e demosntram que a poliangiíte microscópica (PAM) é uma vasculite rara na faixa etária pediátrica, que acomete pequenos vasos como capilares, vênulas e arteríolas. Apresenta envolvimento do anticorpo anticitoplasma de neutrófilos (ANCA) e/ou mieloperoxidase (MPO). As manifestações clínicas podem ser inespecíficas e sistemáticas. De acordo com as pesquisadoras o diagnóstico é baseado na clínica do paciente, na presença de autoanticorpos e estudo histopatológico renal, pulmonar ou cutâneo. O tratamento é feito com ciclofosfamida e corticosteróides. Esse artigo relata o caso de uma menina de 4 anos de idade, de um hospital infantil do Espiríto Santo, com PAM e tem o objetivo de descrever o processo diagnóstico e o modo terapêutico instituído.

Mariana Melo Martins e Maiara Melo Alves demonstraram que a interação social é efetivada por meio da comunicação, em que os indivíduos conseguem realizar a troca de informações e o fornecimento de mensagens. Nesse sentido, a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) é a ferramenta de integração comunicativa da população surda no meio social. De acordo com as autoras logo, há a necessidade da capacitação dos profissionais da saúde para o atendimento inclusivo a este contingente de pacientes, que buscarão os serviços de saúde com as suas particularidades.

O grupo de pesquisadores composto por **Leomara Amorim do Rosário, Laís Fiorotte Valladão, Lívia Lima Gorza, Miguel Henrique Moraes de Oliveira, Raquel Dornelas Marques, Andressa Dias de Rezende Azevedo e Maria Bernadeth de Sá Freitas** elaborou um trabalho com o objetivo de descrever o resultado do potencial evocado auditivo de tronco encefálico (PEATE) em crianças com infecção suspeita ou confirmada pelo ZIKV na gestação, atendidas na Policlínica da Universidade Vila Velha, no período de maio de 2016 a novembro de 2018. Exames de 22 pacientes foram analisados.

Kelly Aparecida da Rocha e Eliana da Conceição Martins Vinha apresentaram a contribuição da Fisioterapia para tratamento de crianças autistas, questionando-se de que forma a mesma trará benefícios para as crianças com autismo. O estudo foi realizado através de pesquisa qualitativa e revisão bibliográfica por meio de documentos disponíveis em

plataformas digitais, livros e revistas. De acordo com as autoras a Fisioterapia proposta para crianças autistas traz benefícios, ganhos no desenvolvimento neuromotor e facilitação nas atividades de vida diárias (AVD´s), melhorando assim a qualidade de vida dessas crianças, sendo importante que seja iniciada logo após o diagnóstico para que assim se alcance os objetivos necessários à evolução desses pacientes.

Gislene Soares da Silva e Eliana da Conceição Martins Vinha estabeleceram como objetivo deste artigo conhecer os benefícios da Fisioterapia pós mastectomia total em mulheres auxiliando na recuperação da sua funcionalidade. A metodologia deste estudo caracterizou-se por uma revisão da literatura. Para ela a Fisioterapia proporciona melhor qualidade de vida no período de recuperação no pós cirúrgico tratando as limitações advindas da forma de tratamento do câncer de mama. A fisioterapia utiliza de técnicas e recursos necessários para a prevenção e reabilitação da paciente priorizando o seu bem-estar e sua funcionalidade.

José Eduardo Machado Barroso, André Vasconcelos da Silva e Marcela Cabral Mendes Barroso conduziram uma pesquisa que visa discutir propostas e apresentar o presente projeto de Educação Ambiental e em Saúde sobre Controle Populacional de Cães e Gatos. Os pesquisadores espera que ela sirva de subsídio para outras etapas de um efetivo controle populacional de cães e gatos, enfrentando de maneira técnica e inovadora essa questão que afeta toda a população.

Verônica Borges de Avelar e Renata Limongi França Coelho Silva demonstram que o avanço tecnológico contribuiu para uma maior interação de pessoas nas redes sociais, o que culminou também em diferentes debates que afetaram a vida de vários indivíduos tanto pelo lado positivo quanto pelo lado negativo, criando-se termos que conceituassem cada problema ocorrido decorrente aos ataques virtuais, entre eles estão o flaming, o cyberbullying, o linchamento virtual e outros.

O **Caderno de Ciências Sociais** está compostos por artigos **da Administração, Ciências Contábeis, Direito, Educação, História e Literatura.** Para facilitar a leitura os trabalhos foram assim agrupados:

A primeira seção foi constituiída com nove artigos provenientes da **Administração**:

Deise de Jesus Andrade e Bráulio Emílio Maciel Faria abordaram os impactos da realização do dia de Cooperar realizado pela Sicoob Credipinho no Centro Madre de Calcutá no ano de 2017. De acordo com os pesquisadores o dia de Cooperar (Dia C) tem objetivo de promover melhoria e desenvolvimento através de ações voluntárias colocando em prática valores, princípios cooperativistas.

Diemerson Alencar Marçal da Silva, Priscila de Brito Rodrigues Marinho e Renata Suzelli de Souza Gonçalves estabeleceram como objetivo demonstrar a importância da educação financeira na educação do futuro. Conforme os autores educar financeiramente um cidadão vai além de ensinar matemática financeira, esta é uma ação muito mais ampla. Para ela a educação financeira deve ser disseminada na sociedade, nos mais variados meios, mas o local em que essa disseminação deve ser inicialmente abordada e fundamentalmente concretizada é nas escolas, que visa desenvolver as competências e habilidades.

Maciel Rodrigues Borges, Serigne Ababacar Cissé Ba e André Vasconcelos da Silva tiveram como objetivo fazer um estudo da avaliação de desempenho analisando sua importância para a gestão pública. De acordo com os pesquisadores esta pesquisa busca demonstrar a gestão pública que a avaliação de desempenho individual é fundamental para melhorar a eficiência e a qualidade do serviço público.

O grupo de pesquisadores composto por **Mirian Sousa Moreira, Lucas Paulo Ribeiro Esteves, André Vasconcelos da Silva, Ana Paula Pinheiro Zago, Graciele Cristina Silva, Luiz Almeida da Silva e Andre Barra Neto** tem como objetivo verificar os estudos realizados em relação a aplicabilidade de derivativos por empresas brasileiras. A questão norteadora resume-se a: que estudos estão sendo realizados com relação ao uso de derivativos nas organizações brasileiras? Para responder tal questão, utilizou-se como metodologia uma Revisão Integrativa da Literatura (RI). Os critérios de inclusão foram: artigos completos, disponíveis na íntegra, encontrados em base de dados e abordando sobre o uso de derivativos nas organizações.

Maciel Rodrigues Borges, Serigne Ababacar Cissé Ba e André Vasconcelos da Silva afirmam que um dos desafios dos gestores públicos consiste em promover o alcance dos objetivos estratégicos da organização, para conseguir uma gestão eficiente e serviços de qualidade. De acordo com os autores, a presente pesquisa teve como identificar descritores criados em instrumentos de avaliação desempenho individual voltado para gestão pública e que tenham utilizado a Metodologia Multicritério de Apoio à Decisão Construtivista (MCDA-C).

Willian Junio do Carmo afrima que o objetivo deste trabalho foi verificar como seria o relacionamento entre cliente e empresa. Segundo ele procurou-se também obter a atenção de seus funcionários para com os clientes na qualidade e satisfação de seus desejos. Pois acredita-se que o Marketing de relacionamento contribui efetivamente na relação com a clientela e que sua essência está na qualidade dos serviços. Esta pesquisa, foi realizada, numa empresa, filial de um grupo que conta com cerca de 100 lojas em todo território nacional.

Lucas Silva dos Santos e André Vasconcelos da Silva se propõem a realizar uma reflexão teórica acerca de um tema cobrando e demandado na atualidade, seja no campo gerencial, seja no campo acadêmico. Desta forma, objetiva-se refletir e estabelecer uma relação entre Liderança e Coaching. De acordo com a exposição e argumentação verifica-se que coaching é uma forma de liderança, bem como, uma forma gerencial de auxílio ao lidere gestor

Willian Junio do Carmo teve como objetivo a avaliação de *Benchmarking* da produção de leite, com o levantamento de dados no estado de Minas Gerais e no município da cidade de Bambuí/MG. A análise foi feita dentro de um sistema de produção intensivo com animais em pastejo, com o objetivo de levantar a produção de leite no município de Bambuí, dimensionando as diferenças de produtividade, a competitividade e a sustentabilidade da exploração pelos estabelecimentos, que são benchmarks do município e do estado.

Evando Mota Barbosa e Unilson Gomes Soares tiveram como objetivo principal identificar os fatores contribuintes para a sobrevivência das micro e pequenas empresas no município de João Pinheiro, tendo como objeto de estudo as empresas constituídas no período de 2015 a 2017.

A segunda seção deste caderno contém quatro artigos de **Ciências Contábeis** assim dispostos:

Jéssica Barcelos Silva, Cleyde Cristina Rodrigues e Ana Clara Fonseca do Amaral pretenderam efetuar um comparativo, com relação à composição do PIB municipal, entre as mesorregiões que compõem o estado de Minas Gerais. Metodologicamente, este estudo foi realizado por meio da coleta dos dados referentes às publicações do PIB, dos municípios de Minas Gerais, no período de 2002 a 2015, obtidas por meio de tabelas divulgadas no sítio eletrônico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Sidney Assis do Amaral Filho, Cleyde Cristina Rodrigues e Ana Clara Fonseca do Amaral estabeleceram com objetivo geral desta pesquisa verificar qual o nível de endividamento dos estados brasileiros, no período de 2006 a2017. Segundo os atores a considerando os resultados do teste de não normalidade obtido, realizou-se o teste de Análise de Variância (ANOVA) em blocos casualizações e, posteriormente, o teste de *Scott-Knott* para comparar as estimativas de médias dos índices de endividamento apresentados pelos estados.

O grupo de pesquisadores composto por **Mariana Estael de Sá Santos, Ana Clara Fonseca do Amaral, Alessandra Fonseca de Morais, Cleyde Cristina Rodrigues, André Ernesto Campos e Dinamar Vidallas Rodrigues** realizou uma pesquisa de campo realizada através de questionários aplicados a profissionais da área contábil do município de Patos de Minas, cujo resultado foi analisado por meio de tabulação gráfica. Os contabilistas relataram

encontrar dificuldade ao realizar a rotina da profissão quando a comunicação é feita com colaborador sem conhecimento da área. Contudo as entidades que optam por agregar tal conhecimento preferem usá-lo com um colaborador já contratado do que efetuar uma nova contratação com diferencial, diferente de quando há necessidade de um profissional da área administrativa, no qual se busca o trabalhador com conhecimento.

André Ernesto Campos, Ana Clara Fonseca do Maral e Alessandra Fonseca de Morais e Cleyde Cristina Rodrigues afirmam que o presente artigo foi realizado a partir da revisão bibliográfica de diversas pesquisas publicadas sobre o assunto, como também na legislação, objetivando demonstrar se há um tratamento diferenciado para uma empresa enquadrada no Simples Nacional, em operações comerciais com não contribuinte do ICMS (Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços), se confrontado a outro tipo de regime de tributação, avaliando através do ICMS Substituição Tributária.

A terceira seção está filiada ao **Direito** e está composta por quatro artigos:

Margareth Vetis Zaganelli e Marina Saleme de Menezes escreveram um artigo que aborda o instituto da mediação penal como uma das formas consensuais de resolução de conflitos, cuja característica primordial é a negociação colaborativa das partes. Preliminarmente, conceitua esta técnica, para, em seguida, analisar a aplicação da mediação penal em Portugal, introduzida com a Lei 21, de 21 de junho de 2007.

Thaméya Lourenço Barbosa Silva, André Vasconcelos da Silva e Serigne Ababacar Cissé Bá afirmam que pensamento jurídico carece de estudos voltados para as análises comportamentais, principalmente no que tange ao processo de tomada de decisão nas decisões judiciais. Eles traçaram por objetivo localizar e discutir os avanços teóricos na descrição da conjuntura da tomada de decisão judicial sob a ótica da análise econômico-comportamental do Direito, externando a racionalidade das decisões judiciais e as possíveis influências na lógica jurídica que se espera, auxiliando na efetiva racionalidade da tomada de decisão judicial.

Taís Helmer Ramlo e Margareth Vetis Zaganelli abordaram o Acordo de Não-Persecução Penal, introduzido no ordenamento jurídico brasileiro pela Resolução nº 181/2017 do Conselho Nacional do Ministério Público. Com esse intento, elas analisam a sua compatibilidade com a sistemática jurídica pátria atual por meio de metodologia qualitativa com base em pesquisa bibliográfica e documental. Para tanto, as pesquisadoras levantaram argumentos contrários e favoráveis à manutenção desse instituto que se encontra em vigor desde 08 de setembro de 2017, quando foi publicada a Resolução nº 181/2017 no Diário Eletrônico do Conselho Nacional do Ministério Público.

Fausto Teodoro Neves e André Vasconcelos da Silva demonstram que o sistema prisional no Brasil possui diretrizes nacionais unificadas e uma legislação federal específica a ser observada, qual seja a Lei de Execuções Penais. Segundo os autores cada Unidade da Federação possui seu próprio sistema prisional com suas respectivas peculiaridades, funcionando cada um como um grupo social específico de contexto delimitado e fechado, na forma de um sistema social funcionalmente especializado. Para eles adeptos da escola behaviorista da análise comportamental destacam que é possível o exercício do controle sobre o comportamento humano mediante a adoção de métodos de aplicação de reforços.

A quarta seção foi constituída por quatro artigos da **Educação:**

Ana Cláudia de Oliveira Costa e Maria Célia da Silva Gonçalves buscaram oferecer um número maior de caracterizações para o sentido do ofício do docente, também citando o papel do educador na perspectiva dos próprios educadores do ensino superior de acordo com suas experiências individuais ao decorrer da profissão.

Júnio Fábio Ferreira e Diego Alves Côrtes estabeleceram por objetivo deste mostrar que a trigonometria é muito mais fácil de ser entendida e prazerosa com aulas e questões que possam ser assimiladas com o dia-a-dia; verificar se as pessoas estão cientes de que a trigonometria está incorporada nas atividades profissionais e identificar quais as dificuldades encontradas pelas pessoas na aplicação trigonométrica em suas atividades diárias.

Luciene Gomes da Silva, Maria Rita Ferreira Dias de Souza e Maria de Lourdes de Aguiar Ferreira objetivaram investigar, acompanhar e apontar a importância da atuação do professor com alunos disléxicos visando compreender como se dá o processo de ensino aprendizagem desses alunos. Assim como conhecer a prática do professor no processo ensino-aprendizagem dos alunos com dislexia.

Marilda de Souza Almeida e Naiara Alves Resende tiveram como objetivo geral, discorrer sobre a função do plano de aula na atividade docente e mostrar o quão grande aliado ele é para que o professor realize suas atividades pedagógicas. O planejamento por si só, é comum no dia a dia das pessoas, todo mundo projeta suas atividades durante o dia, durante mês, projeta uma viajem, uma reforma, a compra de um bem, etc., portanto ele já faz parte de nossas vidas. Para elas vale ressaltar que todo planejamento tem que ser elaborado a partir das necessidades dos alunos, ou seja, o professor tem que conhecer qual é a realidade, qual o anseio deles para se conseguir atingir o objetivo do plano de aula.

A quinta seção se filia à **História** e contém um artigo escrito **por Giselda Shirley da Silva e Vandeir José da Silva.** Eles discutem o entendimento de acadêmicos sobre patrimônio cultural e a importância de se trabalhar a educação patrimonial no contexto educacional a partir

de um estudo realizado com alunos dos cursos de licenciatura do Noroeste de Minas Gerais. O objetivo foi conhecer quais as representações eles veiculam sobre o patrimônio cultural e sua contribuição na construção das identidades e preservação dos bens culturais da região.

A sexta seção é da **Literatura** e contém um artigo escrito por **Júlia Lopes Ferreira de Sousa Pinto e Alessandra Fonseca de Morais** artigo delas tem como objetivo verificar a intertextualidade entre os personagens do Conto "Nenhum, Nenhuma", de João Guimarães Rosa, e os tradicionalmente presentes nos Contos de Fadas.

Agradecemos a valiosa colaboração dos autores desse volume, e, reafirmamos a importância do debate acadêmico/científico provocado por esses diálogos interdisciplinares promovido pela revista da Faculdade Cidade de João Pinheiro (FCJP). Convidamos toda a comunidade acadêmica a participar deste projeto editorial e desejamos a todos uma boa leitura.

CADERNO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE

ALTUS CIÊNCIA
REVISTA ACADÊMICA MULTIDISCIPLINAR DA FACULDADE CIDADE DE JOÃO PINHEIRO

BIODIREITO NO BRASIL: histórico, aspectos atuais e intervenções na genética forense

Walas Ferreira da Silva[1]
Ernane Junior da Silva Reis[2]
Gilmar Antoniassi Junior[3]
Hugo Christiano Soares Melo[4]

Resumo: O Biodireito tem por finalidade o cumprimento e a discussão sobre as aplicações jurídicas em relação às questões científicas que podem intervir na sociedade ou não. Considera os padrões constitucionais a fim de tomar medidas quanto à biossegurança, bioéticos e direitos fundamentais relacionados ao campo da biociência. O Presente artigo visa uma análise da literatura evidenciando as aplicações e limitações da bioética no campo da genética forense uma ciência que constantemente o meio jurídico utiliza para solucionar crimes, e diante de tamanha evolução da biotecnologia várias técnicas tendem a aprimorar principalmente quando podem intervir na dignidade humana. O Biodireito surge através de outros grandes conceitos, com o objetivo de colocar normas e garantir que elas estejam sendo seguidas pelos profissionais que as exercem, tanto na área ecológica quanto na área da saúde humana.

Palavras-chave: Ética; Bioética; Biodireito; Genética Forense.

Abstract: The biolaw's purpose is to discuss legal applications about scientific issues that may or may not intervene in society. It considers the constitutional standards to take action on biosafety, bioethics and fundamental rights in the matter of the field of bioscience. The present article aims to do an analysis of the literature highlighting the applications and limitations of bioethics in the field of forensic genetics, a science that constantly uses the legal means to solve crimes, and because the evolution of biotechnology several techniques tend to improve mainly when they can intervene in dignity human. Biolaw arises through other great concepts, with the purpose of setting standards and ensuring that they are being followed by the professionals who exercise them, both in the ecological area and in the area of human health.

Keywords: Ethics; Bioethics; Biology; Forensic Genetics.

[1] Graduado em biomedicina pela Faculdade Patos de Minas. biomed_wallasilva@hotmail.com
[2] Graduado em psicologia pela Faculdade Patos de Minas. ernanecep@gmail.com
[3] Mestre em promoção de saúde pela Universidade de Franca, Professor titular da Faculdade Patos de Minas. jrantoniassi@hotmail.com
[4] Doutor em genética e bioquímica pela Universidade Federal de Uberlândia, Professor titular da Faculdade Patos de Minas. hugo.some@gmail.com

Recebido em 01/07/2019
Aprovado em 20/08/2019

INTRODUÇÃO

O Biodireito se refere a positivação do direito e da bioética regularizando normas, visando acompanhar e retificar consoante às leis, de modo a não atingir os direitos humanos (GONÇALVES; ARMELIN, 2014).

Com o avanço da tecnologia científica, houve a necessidade da criação de novas leis, ao passo que, as já existentes tiveram de passar por adequações, levando em consideração os parâmetros constitucionais para garantir a segurança de todo ser vivo. Assim, diante da evolução que a ciência está envolvida - desde a descoberta de novas doenças à cura, a criação de equipamentos às técnicas inovadoras – nota-se a importância atribuída ao Biodireito e à bioética, como mediadores que visam princípios éticos envolvendo a Dignidade Humana, para que sejam regulamentadas todas as técnicas, procedimentos e pesquisas científicas (GONÇALVES; ARMELIN, 2014).

Fica sob a responsabilidade do Biodireito a expressão que tem por definição a relação entre bioética e direito, visto que, inicialmente, surge a ética com seu conceito aplicado a uma boa conduta humana perante certas situações, em seguida, surge o termo bioética com duas subdivisões, a seguir: macro bioética e micro bioética, esta relacionada à ética da vida humana, enquanto aquela, à vida no sentido amplo ao meio ambiente e ao direito ambiental. E, só assim, com os avanços médico-científico e tecnológico tem se ligado o termo Bioético ao termo Biodireito, que seria uma proteção do ser humano. Dessa forma, surgiu o termo Biodireito, auxiliando na positivação das normas bioéticas, tendo por objetivo concretizar normas jurídicas de permissões e comportamentos médicos-científicos e de medidas punitivas no descumprimento dessas normas (SALATTA, 2015). É de responsabilidade do Biodireito a missão de acompanhar e enquadrar a ciência e o ser humano sob perspectivas julgáveis de acordo com a ética. Pois, sua função, além de limitar ou impedir atitudes dentro da ciência, é também de balanceá-las –atitudes- em outras palavras, preconizar a justiça. (GONÇALVES; ARMELIN, 2014; CHIARINI JÚNIOR, 2017)

O presente artigo é uma revisão de literatura do tipo descritiva e tem como objetivo debater e expor a importância do Biodireito dentro da genética forense, quais os limites dentro dessa técnica, quando e onde ela deve ser utilizada.

HISTÓRIA DO BIODIREITO

Por volta de 400 anos antes de Cristo, ainda na pré-história, o homem necessitava de um bom convívio ético entre toda a sociedade para se sentir bem e ser feliz. Desde então, existem dois discursos bem importantes a serem discutidos: o discurso medico, que visa toda parte medicamentosa, entendendo-se que nenhum ser humano poderia viver toda a sua vida sem nenhum medicamento; e o discurso jurídico, um discurso social, uma junção e normalização das técnicas aplicadas dentro do discurso medico (SALATTA, 2015; RIBEIRO FILHO, 2010). O discurso jurídico é de preservação da vida, da liberdade e dos direitos individuais de cada cidadão. Esses dois discursos por certo período ficaram de lado, a mercê, ainda na antiguidade, sem que levasse em consideração as suas importâncias, entretanto, surgiu uma grande preocupação da conduta desses profissionais tanto da área da saúde quanto aos profissionais da área do direito (SALATTA, 2015; RIBEIRO FILHO, 2010; CARLOS JUNIOR, 2016).

Para que as pessoas que procurassem esses profissionais não ficassem a mercê da sorte e nas mãos deles, surge então o terceiro discurso, discurso ético, com atitude de trazer o equilíbrio entre esses dois discursos. O objetivo da ética seria de fiscalizar a conduta desses profissionais da área da saúde e também jurídica, garantindo a qualidade e segurança àqueles que os procurarem. O foco da ética não seria de impor, mais sim de trazer e garantir a boa conduta, sendo, verificar tudo aquilo que está sendo feito ou executado pelo e para o ser humano (RIBEIRO FILHO, 2010; CARLOS JUNIOR, 2016). Hipócrates foi o primeiro a usar o termo ética, visto que, antigamente, os médicos eram vistos como deuses, pois a cura vinha das mãos desses profissionais, percebe-se, assim, que o "pai da medicina" já se preocupava acerca da conduta desses profissionais. Dessa forma, no juramento de Hipócrates, que é destinado àqueles que se dedicam a Medicina, comprova sua preocupação com a ética, como se observa: "Eu juro, por Apolo médico, por Esculápio, Hígia e Panacea, e tomo por testemunhas todos os deuses e todas as deusas, cumprir, segundo meu poder e minha razão..." em outras palavras, através deste, fica claramente expresso que o profissional se compromete a trazer apenas o bem, a benevolência ao próximo e jamais o mal, a maleficência (MOTA, 1999).

À vista disso, atribui-se ao ano de 430 a. C. o surgimento, pela primeira vez, dessa preocupação com o bem-estar do próximo, uma preocupação com a conduta do médico. Com o passar da história, diante de tamanha evolução, encontramos inovações no campo tecnológico com o surgimento de novas tecnologias com a intenção de trazer a cura e evitar novas contaminações, ou até mesmo que venha ao óbito. Assim, a tecnologia vem se aplicando e inovando, causando grande impacto, ocasionando o surgimento de novas leis que amparem tais procedimentos sem atingir a dignidade e liberdade humana, ao passo que, aquelas já existentes acabam tendo que passar por alguns reparos (REZENDE, 2009). Toda inovação tecnológica

tem um fundamento, no qual o implemento dessa tecnologia ao mercado ocasiona o surgimento de muitas dúvidas diante tamanha inovação, principalmente para o direito, devendo, essas inovações, uma resposta justificativa, ao direito, clara e objetiva (REZENDE, 2009; MOTA, 1999).

Nesse período então, surge o princípio em relação a preocupação a respeito da dignidade humana, tendo como exemplo a então Segunda Guerra Mundial, um período que diante da tecnologia teve muitas atrocidades, em que se realizava sérios experimentos que envolviam seres humanos, e, apesar de tais pesquisas serem feitas através de experiências usando seres humanos, tinham por objetivo o de contribuir com o avanço tecnológico, trazendo, assim, o avanço à ciência (REZENDE, 2009; MOTA, 1999).

Segundo Portella Junior (2016), depois da Segunda Guerra Mundial, essas atrocidades vieram à tona, mas isso só pode vir a ser esclarecido depois dos princípios de Nuremberg, uma verdade que causou muita polêmica no mundo inteiro, em que 23 das pessoas que cometeram tamanha absurdez-de fazer experimentos com humanos ainda vivos- 20 delas eram médicos. Assim, nota-se claramente o poder que o médico possui em mãos, e, devido a isso fez com que surgisse o código de Nuremberg com o princípio da importância da dignidade humana, em que toda pessoa deveria ser tratada de uma forma digna e com respeito.

O código de Nuremberg traz consigo o valor de cada cidadão. Por conseguinte, a proteção da dignidade humana surge no ano de 1947 com o código de Nuremberg. Falado da existência da ética, de como ela surgiu e todo o seu caminho percorrido, visto que da ética surgiu a Bioética, um tema que merece ser discutida de forma aprofundada com seus princípios, a benevolência também a maleficência, que também se emprega na boa conduta do médico, em que ele, em seu juramento, deixa claro que não usará dos seus conhecimentos para fazer nenhum mal, isso seria o emprego da maleficência, e sim usara todo seu conhecimento para o bem, ajudando todo aquele que precisar dos seus cuidados, visto a benevolência. A bioética, então, surgiu da ética com esse objetivo de acompanhar e normatizar a boa conduta desses profissionais (PORTELLA JUNIOR, 2016; ANDRADE et al., 2013; SALATTA, 2015; RIBEIRO FILHO, 2010).

Em 1947, acontece uma grande polêmica entre os profissionais da medicina, em que aqueles que dispõem dessa profissão não concordavam de fazer um juramento Hipócrates do ano 430 a. C., então, a consolidação do código de Genebra intervém com a intensão de não quebrar o juramento Hipocrático, mas de atualizar de certa forma para que passasse por uma reforma. Assim, nesse mesmo ano, 1937, houve essa alteração no juramento médico. (RIBEIRO FILHO, 2010;

Um fato que marcou o surgimento da Bioética no ano de 1961 foi o primeiro aparelho de Hemodiálise, criado por Belding Scribner, em que tal aparelho fazia a substituição dos rins, foi um dos avanços marcante da tecnologia, e, na época, a procura desse procedimento foi muito grande, mas somente pessoas que realmente precisavam poderia tomar posse desse tratamento. Então, com isso, foi criado comitês de ética com o objetivo de não cometerem injustiça um com os outros, sem que haja distinção de classe social e econômica (ANDRADE et al., 2013; BARBOSA, 2009; SILVA, 2008).

Em 1966, um médico, atribuído dos seus conhecimentos de pesquisa, verificou que em artigos de revistas publicados estavam ocorrendo procedimentos antiéticos, com métodos antiéticos para com os seres humanos. Essa denúncia foi de grande importância na época, uma vez que a partir disso teve que haver uma nova reformulação devido a conduta dos médicos da época. Além disso, um terceiro marco importantíssimo na bioética foi no ano de 1967 com o médico Christiaan Barnard, foi ele quem realizou o primeiro transplante de coração, com esse órgão ainda em funcionamento. Ora, isso na época foi considerado uma quebra de paradigmas, pois envolvia o conceito de morte, deixando uma grande interrogação sobre esse conceito, se a morte seria quando o coração parasse de funcionar ou quando o cérebro deixasse de funcionar, entretanto, em meio de tanta polêmica, o transplante foi bem-sucedido, com uma autorização judicial (NASCIMENTO, 2003; SILVA, 2008).

O quarto fato ocorrido foi no ano de 1974, considerado um escândalo que envolveu também o governo dos Estados Unidos, pois foi constatado pesquisa com seres humanos. Visto que, na época, a doença sífilis estava em alta e se alastrando por todo canto do país, houve uma orientação, por parte dos governadores, de que as pessoas de cor negra que procurassem os postos de saúde para se tratarem fosse dado o medicamento placebo. Tal medicamento não teria função alguma no organismo, mas as pessoas que o tomavam tinham em mente que estavam sendo curadas (NASCIMENTO, 2003; SILVA, 2008)

Com tal procedimento, objetivava-se a possibilidade e posterior oportunidade de poder observar os estágios da doença, até o seu estágio final. Essa atrocidade aconteceu por um período de 40 anos, porém, pode trazer um benefício muito grande à toda sociedade através do relatório Belmont. Entretanto, após um certo tempo houve uma certa preocupação do governo com essas pessoas e uma forma de reparar o dano deixado foi criando uma pesquisa para que fosse fundada uma comissão destinada a proteção dos interesses humanos de biomédicas e pesquisa de comportamentos, essa comissão teve um resultado chamado relatório Belmont. Assim, a Bioética se originou desses cinco pontos marcantes, incluindo o relatório de Belmont,

que é de grande importância (ANDRADE et al., 2013; NASCIMENTO, 2003; SALATTA, 2015; SILVA, 2008).

No ano de 1988 a Constituição Federal consagrou o princípio da dignidade da pessoa humana como um dos fundamentos do estado Democrático, tal princípio jurídico é voltado principalmente a proteger o ser humano em sua totalidade (ANDRADE et al., 2013; NASCIMENTO, 2003; SILVA, 2008).

O ordenamento jurídico vem por si apresentar um sistema amplo e aberto com princípios e regras, que é constituído por positivação, uma ação no qual intervém o legislador, juiz e a comunidade (NASCIMENTO, 2003; SILVA, 2008)

Voltando a falar dos princípios do Direito e sua ação, ele não serve apenas para impor e trazer novas normas ou regras, mas também serve para a produção delas, assegurando principalmente o dever de preservá-las, como também a preservação da diversidade e a integridade da herança genética. A bioética tem uma interação com várias áreas principalmente com a Medicina, o Direito, a Enfermagem, a Filosofia, dentre outras. A bioética é dividida em duas grandes esferas, emergentes e persistentes. As emergentes são situações que estão acontecendo agora no mundo atual, como exemplo temos a fertilização em vitro e a clonagem, em que estas são situações que a humanidade está tendo que passar agora principalmente dentro da ciência médica humana. Já as situações persistentes são aquelas que estão juntas da sociedade, desde os seus primórdios até o direito de morrer, eutanásia. Dessa forma, fica entendido que a bioética é a aplicação prática da ética para todos esses dilemas (SILVA, 2008).

BIOÉTICA

Segundo Goldim (2003), um grande problema que a sociedade vem enfrentando é a busca do bebê perfeito. Seguindo o raciocínio da Ética surgiu então a Bioética e, logo após, o Biodireito para tratar as questões de proteção da dignidade e do respeito a todo ser humano. Pesquisando a fundo a origem da ética, veremos que desde o século XVII surgiram vários pensamentos a respeito, desde grandes pensadores e Filósofos, até mesmo pesquisadores da área da ciência, o que mostra a ética sempre presente em procedimentos que envolviam e envolvem a dignidade e proteção humana. Até a chegada da Bioética, a ética percorreu um grande caminho com grandes avanços, desde a área das biologias até as áreas biomédicas.

Em 1971 surge, então, o termo BIOÉTICA, incialmente utilizado pelo estudante oncologista Van R. Potter no artigo ‘Bioethics, bridge to the future’ (Bioética uma ponte para o futuro) “uma nova disciplina que deveria permitir a passagem para uma melhor qualidade de

vida. Logo após, esse termo sofreu algumas mudanças para que abrangesse alguns campos voltados para a ciência da vida e abrindo outros campos para estudos acadêmicos (GOLDIM, 2003; CANOLA, 2010).

O autor Potter destaca um importante ponto de vista em que o ecossistema e a ciência encontram-se separados do conhecimento humanista. Isso colocaria em perigo todo ser sobrevivente sobre a terra, devendo, assim, estabelecer uma ponte entre os saberes científicos e a moral (GOLDIM, 2003; CANOLA, 2010).

A bioética, então, deve tratar a tecnologia como uma aliada, não como uma vilã, desde as causas persistentes até as causas emergentes, que são as duas esferas dentro da bioética. A finalidade da bioética é de buscar a harmonia dessas crenças e valores (GOLDIM, 2003; CANOLA, 2010).

Pelo Relatório Belmont descrito em 1978, temos os princípios da Bioética: a Autonomia, a não-Maleficência, a beneficência e a Justiça. A beneficência nasceu no artigo de Van Potter e seu significado é bem claro, de jamais causar nenhum tipo de mal ao seu paciente, pois, aquele sujeito que busca tratamento não pode ser maltratado, é isso o que diz o primeiro princípio da beneficência (GOLDIM, 2003; CANOLA, 2010).

A autonomia é o segundo princípio do relatório de Belmont, em que o paciente deve andar junto a sua cura, devendo ter e exigir esse autogoverno de saber tudo que é ministrado de medicamento e procedimento realizado, em outras palavras, o princípio da autonomia seria, então, o autogoverno do paciente que busca tratamento. A justiça, que é o terceiro princípio, reserva e conserva a igualdade entre os seres humanos. A não-maleficência já está um pouco implícita dentro da beneficência, logo, seria o princípio de não causar nenhum mal ao paciente, ou melhor, garantir, antes de tudo, que o paciente não será prejudicado. A bioética não está apenas na área da medicina, ela se faz presente desde a defesa da ética da vida e vai se alastrando em todo nosso ecossistema de modo geral (MOTA, 1999; PORTELLA JUNIOR, 2016; SALATTA, 2015).

Esse estudo multidisciplinar, a Bioética que atende todo o meio ambiente não só o ser humano na área da saúde, mas também na área da alimentação, ela tem duas subdivisões a persistente, onde se consiste em situações que desde antes vem acontecendo, temos como, por exemplo, o aborto, eutanásia e o racismo, são situações que vem no nosso cotidiano acontecendo e persistem. Emergente, seria situações através das descobertas biomédicas diante o tamanho do avanço da tecnologia, situações como a descoberta do genoma humano. Outra subdivisão da bioética é a micro bioética e macro bioética, a macro bioética é parte que se engloba a parte ecológica, onde o estudo se da voltado a conduta voltado ao meio ecológico,

acompanhar e observar se tudo aquilo que estar sendo feito não estar trazendo mal algum ao meio ecológico. A micro bioética, elas estar ao cuidado do medico e do paciente em tudo tipo de situações sendo ela privada ou publica (MOTA, 1999; SALATTA, 2015).

BIODIREITO

O Biodireito vem apresentar-se como uma nova categoria originando do Direito, em que seu objetivo é de proteção integral de qualquer indivíduo enquanto pessoa, sendo membro integral da espécie humana, voltados principalmente para as áreas biomédicas e médicas, que logo mais à frente surgirá também a bioética, na qual analisa o homem como na primeira pessoa do singular, que está voltado principalmente às atitudes e decisões tomadas por profissionais, que podem envolver o direito humano e sua dignidade (JÚNIOR, 2004).

O Biodireito é o ramo do Direito que trata de teoria de legislação e da jurisprudência relativa ás normas reguladores da conduta humana em face dos avanços da Biologia, Biotecnologia, e da Medicina (JÚNIOR, 2004; JULIANA, 2016).

Uma área de grande diversidade de abordagens que se torna polêmica, por exemplo na utilização das células tronco e manipulação de embriões humanos, técnicas de reprodução assistida, transplante de órgãos e tecidos humanos, alteração de sexo e eutanásia, dentre outras. (JÚNIOR, 2004; JULIANA, 2016).

O Biodireito firma-se em três grandes áreas especificadas do direito, são elas: Direito constitucional, que é o direito público e tem como objeto de estudo a Constituição Federal que abrange a proteção dos direitos fundamentais assim como a vida, liberdade, saúde e intimidade, relacionado ao Biodireito; Direito civil que é um ramo privado que se liga ao Biodireito com ênfase no direito da personalidade que ocorre a partir do surgimento da vida e, por último, o Direito Penal onde se enquadra as normas penais por exemplo, a proibição do aborto e o consentimento para tal procedimento. (PENNA, 2010; JÚNIOR, 2004; JULIANA, 2016)

Segundo Juliana (2016), por possuir uma vasta área de temas o Biodireito possui para cada um deles um órgão que os ampara como, por exemplo, o CFM (CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA) e também a sua lei, defendendo e os punindo por alguma fatalidade. Temos como exemplo algumas citadas abaixo:

- Reprodução assistida, resolução do CFM (CONSELHO FEDERAL DA MEDICINA) lei nº 1.358/92.

- Gestação de substituição conhecida como “barriga de aluguel” Resolução CFM nº 1.358/92.
- Clonagem Humana, expressamente proibida em todas as suas formas, pela lei nº 11.105/05 artigo 6º, IV Código do Processo Civil

GENÉTICA

A engenharia genética torna-se responsável por grandes avanços tecnológicos nas áreas da saúde, pois numerosas doenças que antes eram consideradas imbatíveis, sendo que algumas nem mesmo chegavam a serem descobertas, através dessas tecnologias muitas já são diagnosticadas, tratadas, curadas e/ou até evitadas (JULIANA, 2016).

Com o surgimento de novos conhecimentos surge também a necessidade de novas normas, que regularizam os procedimentos que serão utilizados a favor da ciência, sem que isso a afete, mas trazendo benefícios, contudo sem que tais procedimentos venham afetar nos princípios éticos e direitos humanos, como a “dignidade do ser humano” e o “direito da vida”. Desde então, essa responsabilidade fica sob a do Direito, com a missão de acompanhar e colocar a ciência e o ser humano numa balança equilibrada (JULIANA, 2016; VIEIRA, 2015).

A interversão corpórea é um tema já bastante debatido a partir do princípio *NEMO TENETUR SE DETEGERE*, autoincriminação, que é quando o sujeito dispõe de provas que o incrimina entrando em vigor a Lei do artigo 5º, LVIII do Código penal que diz: ***“o civilmente identificado não será submetido à identificação criminal, salvo nas hipóteses previstas em lei”*** , mas logo a frente surge um regulamento a essa ressalva em âmbito infraconstitucional do código penal da lei nº 9.034/95 dizendo: ***“Art. 5º - A identificação criminal de pessoas envolvidas com a ação praticada por organizações criminosas será realizada independentemente da identificação civil”*** permitindo que a lei pudesse prever hipóteses que mesmo identificado civilmente o indivíduo suspeito, também fosse submetido à identificação criminal, porém, para que isso aconteça é necessário provas, que é um elemento ao direito do juiz (VIEIRA, 2015; SOARES, 2013).

A prova serve como verdade e reconstituição do fato para que as mesmas sejam reveladas, devendo, assim, seguir todo princípio ético dos diretos sociais tanto ao indivíduo suspeito quanto a outros indivíduos envolvidos, de tal forma que fique resguardado a liberdade, intimidade, dignidade humana e os direitos As provas explícitas podem desvendar além do necessário, trazendo à tona as verdades dos envolvidos, deixando exposto a intimidade e a

liberdade do ser humano, como aconteceu no caso de Jane. Tal caso, que ficou conhecido na cidade de Boston nos Estados Unidos, consistia na necessidade de uma mulher, casada e mãe de três filhos, de um transplante de rins, em que seus parentes mais próximos se submeteram a exames para saber qual seria o seu melhor doador. Jane ficou surpresa com os resultados dos exames, uma vez que afirmavam que dois dos seus filhos não poderiam ser dela, apesar de serem do seu marido (SOARES, 2013).

Esse caso demorou dois anos para ser resolvido, a Drª Kruskall e toda sua equipe se empenharam e descobriram que Jane era QUIMERA, que seria uma mistura de duas pessoas, duas gêmeas idênticas, mas ainda no útero da mãe haviam se fundido dando origem então a uma só pessoa. (QUIMERISMO, 2014).

Nesse caso se não houvesse a tecnologia de hoje na genética, o hospital poderia ser acionado judicialmente, acusado por troca de bebê na maternidade ou até mesmo de infidelidade dentro do casamento (QUIMERISMO, 2014; TODO SER HUMANO PODE SER UMA "QUIMERA", 2003).

Outro caso de importante citação, que ficou exposto intimidade de envolvidos, foi de um rapaz no Texas, este passou vinte e sete anos da sua vida em uma prisão condenado por um crime que não cometeu, acusado de estuprar uma mulher da sua mesma idade que morava próximo à sua residência. Tal confusão foi gerada porque o verdadeiro estuprador tinha o mesmo tipo sanguíneo que ele, mas só depois de vinte e sete anos, que a ONG INNOCENCE PROJECT reabriu o processo com o procedimento de DNA, que se pode trazer à tona a verdadeira resposta do crime. É importante salientar casos como esse para mostrar a importância da genética e como ela vem se desenvolvendo em meio das suas tecnologias e também como a justiça, que as vezes é muito tardia, pode acabar deixando um inocente pagar por algo que não cometeu. Nota-se, assim, que os exames de DNA hoje em dia têm sido um dos maiores responsáveis por provar a inocência de presos (QUIMERISMO, 2014; TODO SER HUMANO PODE SER UMA "QUIMERA", 2003).

GENÉTICA FORENSE E SUAS APLICAÇÕES

Desde o início sabemos que todo ser humano possui o seu exclusivo perfil genético através do DNA (ácido desoxirribonucleico) presente no interior de cada célula, no qual essa molécula carrega uma sequência de variáveis, formando um código que irá se diferenciar de pessoa para pessoa. Essa mesma molécula também traz consigo outras informações, como por exemplo o vínculo genético entre pessoas da mesma família. Há, porém, uma exceção quanto

aos gêmeos homozigotos, que podem compartilhar o mesmo conjunto genético (PARADELA, 2006).

Tem-se hoje empregado o exame de DNA, muito utilizado por familiares na determinação de paternidade que vem se mostrando muito viável em questão de economia de tempo. Além da genética forense, uma técnica que vem sendo empregada judicialmente para solucionar crimes, materiais deixados e encontrados em cenas de crimes por suspeitos, são devidamente colhidos e encaminhados a setores de um laboratório para que possa ser feita a análise da melhor forma comparando o perfil genético encontrado com o material da cena de crime (PARADELA, 2006).

GENÉTICA FORENSE: A INTERPRETAÇÃO DESSES RESULTADOS É INFALÍVEL?

Devido ao crescimento e aplicações dessa técnica, o Biodireito se faz parte com uma grande interrogação, “a interpretação desses resultados é 100% confiável, realmente essa técnica é infalível?” (PARADELA, 2006).

Percebe-se que grande parte dos laboratórios está se adaptando a essas técnicas, notavelmente que esse serviço gera um lucro ao laboratório, entretanto, para esse retorno de lucro, o laboratório necessita aplicar também um valor alto, pois são técnicas que exigem pessoas altamente capacitadas e aparelhos que possam fornecer exatidão (PARADELA, 2006).

Por ser uma técnica que exige uma garantia de qualidade de vida, é um serviço que ainda não vem sendo acompanhado devidamente como deveria ser, historicamente falando, nos primeiros países que adotaram essa técnica, posto que no início sofreram controvérsias até que finalmente fosse aceito. Desse modo, esse período foi marcado por grandes debates que por fim estabeleceram rigorosos padrões para que fossem executados os exames discutidos (PARADELA, 2006).

Para que a técnica de identificação humana fosse aceita no Brasil, na sua chegada foi preciso que ela passasse por um órgão chamado GTDNA, que está ligado ao ministério da saúde, que teve a participação de grandes cientistas e pesquisadores do Brasil. Entretanto, não tiveram a vitória tão desejada (PARADELA, 2006).

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) é um órgão que se compromete em estabelecer regras e acompanhar todas as técnicas realizadas dentro de um laboratório analítico, deixando claro que todas as amostras biológicas devem estar fora de qualquer contaminação e devem ser acondicionadas em locais que estejam livres de qualquer tipo de

degradação do material de estabelecer padrões de qualidade, tais como a calibração de aparelhos e verificar a presença de um segundo analista. A eliminação do controle de qualidade pode levar a uma interpretação equivocada dos resultados. Todo estabelecimento com uso da técnica da engenharia genética e tipagem genética deve seguir todas as normas estabelecidas na lei de biossegurança n° 8.974/95 (PARADELA, 2006).

Certamente, falta orientação adequada de pessoas capacitadas com intuito de treinar técnicos, colocando adequação na padronização dos exames discutidos, mesmo sabendo que nenhum teste é isento de erros e que esses mesmos erros podem interferir nos resultados (TODO SER HUMANO PODE SER UMA "QUIMERA", 2003; PARADELA, 2006).

Em certa circunstância, exige um perito eficaz para qualificar a forma em que o laboratório desenvolve cada técnica, participando também com a contribuição de seus conhecimentos para obter um ótimo resultado. Um fator principal de risco é quando se tem a mistura de material biológico, em que pode existir dois perfis genéticos e estes se combinam, podendo haver um falso positivo. Logo, necessita-se de profissionais capacitados para identificar os possíveis erros pré-analíticos, analíticos e pós analíticos. Enfim, o Biodireito se faz presente em ambas as partes tanto na conduta dos profissionais como para incriminar ou absorvendo o suspeito (TODO SER HUMANO PODE SER UMA "QUIMERA", 2003; PARADELA, 2006)

Como qualquer outra atividade humana, os testes realizados dentro de um laboratório analítico não deixam de se submeterem a erros e cabe à comunidade cientifica e aos os órgãos judiciais competentes saberem que os testes não são totalmente eficazes (PARADELA, 2006).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Biodireito está presente em nosso dia-a-dia, desde o nosso acordar até o alimento que comemos. Ele se faz presente com o objetivo de garantir a nossa dignidade, que por direito cada cidadão tem por si próprio. Além disso, o Biodireito surge através de outros grandes conceitos, que são eles a ética que seria para garantir a boa conduta humana frente tamanha decisões, surgindo, assim, a bioética com o objetivo de acompanhar toda conduta médica desde os seus princípios. Destacando a beneficência de tal forma, surge, então, o Biodireito com o objetivo de colocar normas e garantir que elas estejam sendo seguidas pelos profissionais que as exercem, tanto na área ecológica quanto na área da saúde humana.

Quando se tem o objetivo de fazer uma defesa de trabalho de conclusão de curso, todos os profissionais em formação sempre se preocupam em procurar algo especificamente da sua

área. Assim, no curso de Biomedicina a procura maior são de doenças imunes causadas por parasitas, bactérias, dentre outras, e, como exemplo se tem falado muito sobre o vírus HIV. Um fator principal que acaba acontecendo, como já aconteceu no ano 430 a. C., é o esquecimento dessas leis e aplicações que devem ser discutidas em sala de aula e, muitas vezes, se torna um pouco defasado. Se destacam esses principalmente aos novos profissionais que estão entrando no mercado de trabalho que podem acabar enfrentando situações diversas voltadas ao Biodireito.

REFERÊNCIAS

GONÇALVES, J. R. F. R; ARMELIN, P. K. Bioética e Biodireito: uma interseção pelo Biodireito. In: GONÇALVES, J. R. F. R; ARMELIN, P. K. **Políticas Públicas e Bioética:** estudos em homenagem à professora Dra. Valéria Silva Galdino Cardin. Maringá: Massoni, 2014. Cap. 5. p. 843-862.

CHIARINI JÚNIOR, E. C. **Noções introdutórias sobre Biodireito.** 2017. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=4141>. Acesso em: 20 jun. 2017.

SALATTA, T. **O surgimento da bioética no Brasil.** 2015. Disponível em: <https://tabatasalatta.jusbrasil.com.br/artigos/308025152/o-surgimento-da-bioetica-no-brasil>. Acesso em: 31 ago. 2017.

RIBEIRO FILHO, J, A, U. **Saiba Direito:** Biodireito e Bioética. 2010. Disponível em: <http://jribeirofilho.blogspot.com/2010/05/saiba-direito-biodireito-e-bioetica.html>. Acesso em: 31 ago. 2017.

CARLOS JUNIOR, J. **Princípios de Nuremberg e a justiça penal internacional.** 2016. Disponível em: <https://canalcienciascriminais.com.br/principios-de-nuremberg-justica-penal/>. Acesso em: 31 ago. 2017.

REZENDE, J. M. **O juramento de Hipócrates.** 17. ed. São Paulo: Editora Unifesp, 2009. 47 p. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/8kf92/pdf/rezende-9788561673635-04.pdf>. Acesso em: 01 set. 2017.

MOTA, S. M. L. **Da bioética ao biodireito**: a tutela da vida no âmbito do direito civil. Dissertação (Mestrado em Direito Civil) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1999.

PORTELLA JUNIOR, José Carlos. **Princípios de Nuremberg e a justiça penal internacional.** 2016. Disponível em: <https://canalcienciascriminais.com.br/principios-de-nuremberg-justica-penal/>. Acesso em: 31 ago. 2017.

ANDRADE, M. L. et al. **Código de Nuremberg e Declaração de Helsinki:** transformações e atualidades. 2013. Disponível em: <https://www.efdeportes.com/efd183/codigo-de-nuremberg-e-declaracao-de-helsinki.htm>. Acesso em: 31 ago. 2017.

RIBEIRO FILHO, J. A. U. **Saiba Direito:** Biodireito e Bioética. 2010. Disponível em: <https://tabatasalatta.jusbrasil.com.br/artigos/308025152/o-surgimento-da-bioetica-no-brasil>. Acesso em: 31 ago. 2017.

BARBOSA, R. **ESPECIAL:** HEMODIÁLISE NO BRASIL CHEGA AOS 60. 2009. Disponível em: <http://www.efdeportes.com/efd183/codigo-de-nuremberg-e-declaracao-de-helsinki.htm>. Acesso em: 30 ago. 2017.

NASCIMENTO, I. **Transplante cardíaco:** indicações e contraindicações. 2003. Disponível em: <http://www.amrigs.org.br/revista/47-01/Transplante%20card%C3%ADaco.pdf>. Acesso em: 01 set. 2017.

SILVA, P. R. Transplante cardíaco e cardiopulmonar: 100 anos de história e 40 de existência. **Revista Brasileira de Cirurgia Cardiovascular**, [s.l.], v. 23, n. 1, p.145-152, mar. 2008. FapUNIFESP (SciELO). http://dx.doi.org/10.1590/s0102-76382008000100027.

OLDIM, J. R. **A Evolução da Definição de Bioética na Visão de Van Rensselaer Potter 1970 a 1998.** 2003. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/bioetica/bioetev.htm>. Acesso em: 16 jun. 2017.

PENNA, J.; CANOLA, B. A evolução da biotecnologia e da engenharia genética frente às implicações ambientais, ao biodireito e aos direitos fundamentais. **Revista da Faculdade de Direito da UFG**, v. 33, n. 2, p. 74/88, 11 maio 2010.

CHIARINI JÚNIOR, E. C. **Noções introdutórias sobre Biodireito.** 2004. Disponível em: <https://ambitojuridico.com.br/edicoes/revista-18/nocoes-introdutorias-sobre-biodireito/>. Acesso em: 20 jun. 2017.

JULIANA, R. F. R. G. **Bioética e Biodireito:** uma interseção pelo Biodireito. 2016. Disponível em: <www.uel.br>iuris>article>download>. Acesso em: 15 jun. 2017.

VIEIRA, D. N; CORTE-REAL, F. Princípios de genética forense. **Universidade Coimbra**, [s.l.], p.1-204, 2015. Imprensa da Universidade de Coimbra. http://dx.doi.org/10.14195/978-989-26-0957-7.

SOARES, A. B. **Provas ilícitas e o exame DNA como provam no processo penal.** 2013. Disponível em: <http://bdm.unb.br/handle/10483/6864http://bdm.unb.br/handle/10483/6864>. Acesso em: 20 jun. 2017

QUIMERISMO. **O que é e como identificar o quimerismo.** 2014. Disponível em: <https://www.tuasaude.com/quimerismo/>. Acesso em: 22 ago. 2017.

TODO SER HUMANO PODE SER UMA "QUIMERA". São Paulo: Folha de São Paulo, 13 nov. 2003. Semanal. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/ciencia/fe1311200305.htm>. Acesso em: 21 jun. 2017.

PARADELA, Eduardo Ribeiro. **A identificação humana por DNA:** aplicações e limites. 2006. Disponível em: <https://ambitojuridico.com.br/edicoes/revista-30/a-identificacao-humana-por-dna-aplicacoes-e-limites/>. Acesso em: 21 jun. 2017.

ALTUS CIÊNCIA
REVISTA ACADÊMICA MULTIDISCIPLINAR DA FACULDADE CIDADE DE JOÃO PINHEIRO

DISLIPIDEMIA INFANTIL COMO FATOR DE RISCO PARA ATEROSCLEROSE

Silvana Maria Silva Cardoso Torezam[1]
José Amir Babilônia[2]
Daniela Cristina Silva Borges[3]
Saulo Gonçalves Pereira[4]

Resumo: As dislipidemias são determinantes para o aparecimento da doença cardiovascular aterosclerótica, sendo uma das causas de morbimortalidade da população brasileira. Objetivou-se, através deste estudo, realizar uma pesquisa qualitativa de revisão de literatura sobre a dislipidemia, principalmente a dislipidemia infantil, pois os níveis lipídicos em crianças e adolescentes influenciam diretamente os mesmos níveis na idade adulta. A pesquisa é qualitativa, de natureza básica, objetivos descritivos e procedimento bibliográfico. As dislipidemias em crianças e adolescentes brasileiros são relacionadas à má alimentação e hábitos inadequados altamente influenciados pelos costumes familiares, principalmente durante a fase infantil. O estímulo para a adoção de um estilo de vida saudável, com alimentos de alto valor nutricional, prática de exercícios físicos, controle do peso e abandono do cigarro são essenciais para que a doença aterosclerótica não se manifeste.

Palavras-chave: Adolescente. Criança. Níveis Lipídicos. Vida Saudável.

Abstract: Dyslipidemias are determinants for the appearance of atherosclerotic cardiovascular disease, being one of the causes of morbimortality of the Brazilian population. The objective of this study was to conduct a qualitative review of the literature on dyslipidemia, especially childhood dyslipidemia, since lipid levels in children and adolescents directly influence the same levels in adulthood. The research is qualitative, of a basic nature, descriptive objectives and bibliographic procedure. Dyslipidemias in Brazilian children and adolescents are related to poor diet and inadequate habits highly influenced by family customs, especially during the infantile phase. The encouragement to adopt a healthy lifestyle with foods of high nutritional value, physical exercise, weight control and smoking cessation are essential if atherosclerotic disease does not manifest itself.

Keywords: Adolescent. Kid. Lipid Levels. Healthy Life.

[1]Graduada em Biomedicina pela Faculdade Patos de Minas (FPM) 2018. E-mail: silvanatorezam@yahoo.com.br

[2] Fisioterapeuta, Mestre em Terapia Intensiva pela SOBRATI, orientador da pesquisa. E-mail. joseamir.babilonia@yahoo.com.br

[3] Professora, Bióloga, Mestra e Doutorada em Saúde Animal. E-mail: danybio@hotmail.com

[4] Professor, Biólogo, Pedagogo, Mestre e Doutor em Saúde Animal. E-mail: saulo.pereira@faculdadepatosdeminas.edu.br

Recebido em 28/10/2019
Aprovado em 04/11/2019

1 INTRODUÇÃO

As dislipidemias são determinantes para o aparecimento de doenças cardiovasculares, principalmente a doença cardiovascular aterosclerótica, sendo uma das causas de morbimortalidade da população brasileira. O perfil lipídico de crianças e adolescentes é diretamente relacionado aos níveis desta substância quando o indivíduo é adulto (OLIVEIRA; MENDES; BOCCALETTO, 2009).

A dislipidemia está presente quando o colesterol total aumenta, seja pelo valor da LDL (low-density lipoprotein) ou dos triglicerídeos serem elevados; seja pelo valor HDL (high-density lipoprotein) ser baixo ou, ainda, pela junção destes dois fatores. O colesterol, os triglicerídeos e os fosfolipídeos são deslocados pela corrente sanguínea, em complexos lipoproteicos, as lipoproteínas. O mau funcionamento das lipoproteínas plasmáticas é uma das principais causas de arteriosclerose, a qual é responsável por doenças cardiovasculares, tais como trombose, falência cardíaca, enfartes do miocárdio, acidentes vasculares isquêmicos, dentre outros (PEREIRA *et al.*, 2013).

A aterosclerose é a principal causa da doença cardiovascular, inclusive o infarto do miocárdio e o Acidente Vascular Cerebral isquêmico (AVC), patologia que provoca maior número de mortes em todo o mundo. De forma silenciosa, as lesões ateroscleróticas podem originar-se quando o indivíduo ainda está no útero materno. A identificação dos fatores de risco, da mesma forma que dos incidentes no processo patogenético, dentre eles estresse oxidativo, inflamação e disfunção endotelial, são de importância extrema (PORTAL, 2004).

Fatores de risco como a Hipertensão, Obesidade e Diabetes Mellitus não são incidentes apenas ao grupo adulto. As crianças e adolescentes são cada vez mais diagnosticados com tais doenças, sendo que a herança genética, o gênero e a idade são causas de destaque para o desenvolvimento das dislipidemias. Estudos apontam que o nível de colesterol detectado durante a infância está correlacionado ao nível desta substância quando adulto (OLIVEIRA; MENDES; BOCCALETTO, 2009).

Nota-se que a dislipidemia infantil como fator de risco para a aterosclerose é assunto de relevante importância, sendo, por vezes, considerado um problema de saúde pública. Compreender a incidência destas doenças em crianças e adolescentes é prevenir maiores consequências, como a morte, durante a vida adulta.

Sendo assim, objetivou-se realizar uma pesquisa qualitativa de revisão de literatura sobre a dislipidemia, em especial a dislipidemia infantil, uma vez que os níveis lipídicos em

crianças e adolescentes interferem diretamente na qualidade da saúde do indivíduo na idade adulta.

O estudo qualitativo determina uma correlação dinâmica entre o mundo real e o indivíduo. Esta compreensão dos fenômenos e a atribuição de significados são imprescindíveis no processo deste tipo de pesquisa. A pesquisa descritiva almeja expor as peculiaridades de certa população ou fenômeno, abrangendo a utilização de técnicas de padronização de coletas de dados, como observação sistemática, assumindo, em geral, forma de levantamento. O estudo bibliográfico é concretizado através de pesquisa em material já publicado, principalmente por livros, artigos de periódicos e, atualmente, por meio de material disposto virtualmente (KAUARK; MANHÃES; MEDEIROS, 2010).

Como metodologia, foram utilizados artigos publicados em bases on-line de dados científicos, como o Scielo. Para a seleção das fontes foram adotados materiais que abordam a dislipidemia e a aterosclerose infantis, veiculados entre 1998 e 2018. Para chegar aos resultados, foram analisados e discutidos artigos encontrados sobre dislipidemia, dislipidemia infantil, aterosclerose e aterosclerose infantil. A pesquisa é de natureza básica, objetivos descritivos e procedimento bibliográfico.

O estudo destacou os aspectos clínicos e laboratoriais desta patologia, principalmente como causa para a aterosclerose, expondo quais são as melhores formas de tratamento e as boas práticas a serem adotadas para que todos, adultos e crianças, possam ter uma vida mais saudável.

2 PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DA DISLIPIDEMIA

A dislipidemia é um conceito recente na história da medicina moderna, consequente dos estudos da relação dos níveis de gordura e elementos de composição detectados no sangue quando ocorrem patologias cardiovasculares e metabólicas. Atualmente esta correlação é conhecida, sendo que os níveis elevados de tais substâncias precedem, em muitos anos, a ocorrência de doenças (OLIVEIRA; MENDES; BOCCALETTO, 2009).

A dislipidemia define-se como:

> [...] alteração dos níveis de lipídeos ou de lipoproteínas circulantes, causada pelas alterações na produção, no catabolismo ou no *clearence*, em consequência de fatores genéticos e/ou ambientais, dieta inadequada e/ou sedentarismo (SANTOS *et al.*, 2008. p. 12).

A hiperlipoproteinemia ou hiperlipidemia relaciona-se aos níveis anormais de elevação do colesterol total, de colesterol de lipoproteína de baixa densidade (LDL) - comumente chamado de colesterol ruim - ou de triglicerídeos, bem como nível anormalmente baixo de colesterol de lipoproteína de alta intensidade (HDL), popularmente chamado de colesterol bom. Os graus de lipoproteínas e de lipídios, principalmente o colesterol LDL, expandem-se com o decorrer dos anos, sendo mais elevados em homens do que em mulheres, mesmo que após a menopausa os níveis aumentem muito. A elevação dos níveis de lipoproteínas pode ocasionar dislipidemia (GOLDBERG, 2018).

A etiologia da dislipidemia contribui para sua classificação. As disfunções lipídicas originadas por defeitos genéticos são definidas como dislipidemias primárias. Estas abrangem defeitos que envolvem a própria lipoproteína ou aquelas que alteram a função de receptores, minimizando a depuração plasmática. São detectados inúmeros distúrbios primários, tendo como diferença o defeito genético e suas características clínicas, biológicas e químicas (DINIZ; ANDRADE; BANDEIRA, 2008).

Em pessoas que possuem dislipidemias hereditárias, os níveis de colesterol e triglicerídeos são mais elevados, uma vez que interferem no metabolismo do organismo e na secreção de lipídios. Este grupo também pode herdar a tendência de ter o colesterol HDL baixo, o que é uma característica incomum. Dentre as consequências para dislipidemias hereditárias há aterosclerose precoce, que leva à angina e a ataques cardíacos. A doença arterial periférica também é consequente, visto que ocorre diminuição do fluxo sanguíneo dos membros inferiores, causando dor ao caminhar. Outra possível decorrência é o acidente vascular cerebral (GOLDBERG, 2018).

Os distúrbios secundários advêm de causas adquiridas, como hipotireoidismo, insuficiência renal crônica, diabetes, consumo de drogas, obesidade, dentre outras (DINIZ; ANDRADE; BANDEIRA, 2008).

O hipotireoidismo é consequente da insuficiência hormonal da glândula tireoide para suprir uma função orgânica comum. Dentre as manifestações clínicas do hipotireoidismo estão: cansaço/exaustão, excesso de sono, falta de memória, intolerância ao frio, depressão, aumento de peso, pele ressecada, baixa audição, pressão alta, etc. (NOGUEIRA *et al.*, 2011). Já a doença renal crônica é um problema global de saúde pública. Os rins são órgãos essenciais para a prevalência da estabilidade do corpo humano. Assim sendo, quando há a diminuição da função renal, os demais sistemas do corpo humano são intensamente afetados (BASTOS; BREGMAN; KIRSZTANJN, 2010).

O diabetes é uma doença que afeta 347 milhões de pessoas ao redor do mundo, sendo sua incidência no Brasil um grave problema de saúde pública. Esta patologia é definida pelo comprometimento do metabolismo da glicose, trazendo como consequência a hiperglicemia crônica. O diabetes subdivide-se em inúmeras espécies, como o tipo 1, tipo 2, gestacional, etc. Os principais sintomas são: excreção excessiva de urina, sede e fome intensas, modificações na visão, fadiga etc. Tais sintomas podem acontecer repentinamente (PETERMANN *et al.*, 2015).

Atualmente, um perfil inovador de pacientes ocupa os leitos de urgência/emergência dos centros de saúde. São homens e mulheres, sem histórico clínico familiar, na faixa etária dos vinte ou trinta anos, que apresentam sintomas de infarto, AVC e crises de taquicardia ou hipertensão. Estes distúrbios são provocados pelo uso de drogas, como a cocaína e o crack. A cocaína é uma substância estimulante que provoca a elevação da autoestima e, seguidamente, cansaço, insônia e falta de fome. Decorrido um breve período é notada uma intensa depressão. Com o tempo de uso, causa perda do tecido cerebral, infartos e derrames. Já o crack age seis vezes mais que a cocaína, provocando uma euforia extrema e posterior depressão, ausência de sono e desnutrição; em longo prazo, ataques cardíacos, derrames cerebrais, convulsões e aumento da pressão arterial (GAÚCHAZH, 2011).

A obesidade é o excesso de gordura no corpo, consequente do excessivo consumo de alimentos e baixo gasto de energia. Em 2014, mais de um milhão de adultos apresentavam sobrepeso. Estudos apontam que no Brasil, mais da metade da população está acima de seu peso ideal (BARROSO *et al.*, 2017).

Certas pessoas são mais suscetíveis ao que comem do que outras, mas todas são afetadas em algum nível. Um indivíduo pode ingerir elevadas quantidades de gordura animal e o nível de seu colesterol total permanecer no limite desejável. Porém, uma pessoa pode seguir uma dieta restritiva, com baixo teor de gordura e colesterol total, e não ser perceptível qualquer diminuição em seus níveis lipídicos. Esta diferença dá-se pelo histórico genético de cada um, que influencia na taxa em que o organismo produz, utiliza e dispõe de tais gorduras. O tipo físico corporal nem sempre está associado aos níveis de colesterol. Pessoas com sobrepeso podem ter níveis de colesterol baixo, enquanto magros possuem níveis elevados. A ingestão de calorias em excesso possibilita graus de triglicerídeos altos, da mesma forma que o abuso no consumo de bebidas alcóolicas (GOLDBERG, 2018).

Uma vez que a dislipidemia é diagnosticada, é essencial a avaliação do risco individual e das metas de controle lipídico, para que pacientes que não possuem indicação terapêutica não sejam agressivamente submetidos a tratamento, assim como enfermos com elevado risco não recebam uma abordagem insuficiente (DINIZ, ANDRADE E BANDEIRA, 2008).

3 A DOENÇA ATEROSCLERÓTICA

As doenças cardiovasculares possuem como principais fatores de risco a obesidade e as dislipidemias. A obesidade infantil é o fator de risco primordial para doenças cardiovasculares durante a vida adulta, principalmente quando associada às mudanças na rotina, seja o sedentarismo e/ou o consumo em excesso de gordura e açúcar. As alterações do perfil lipídico, iniciando-se na fase infantil e adolescente, acontecem de forma silenciosa, diagnosticando-se a lesão aterosclerótica somente durante a idade adulta (GAMA; CARVALHO; CHAVES, 2007). A doença aterosclerótica é:

> [...] uma doença inflamatória crônica, que se inicia na primeira década de vida, mas com um longo período pré-sintomático, caracterizado por obstrução progressiva da luz arterial por placas de ateroma e trombos, disfunção endotelial e processo inflamatório (FAULHABER *et al.*, 2009, p. 45).
> A aterosclerose pode afetar as artérias que abastecem de sangue o coração (provocando doença arterial coronariana), as que fornecem sangue para o cérebro (provocando doença vascular cerebral) e as que fornecem sangue para o resto do corpo (provocando doença arterial periférica) (GOLDBERG, 2018, p. 11).

A palavra aterosclerose é originária da língua grega, derivando do vocábulo *atero*, cujo significado é caldo ou pasta; e do termo *esclerose*, que corresponde a endurecimento. A doença aterosclerótica vista como uma patologia degenerativa, de lenta evolução, que acomete principalmente pessoas da terceira idade, já é um conceito ultrapassado. A gênese desta doença é complexa, envolvendo a interação de componentes genéticos, ambientais e resposta inflamatória (FAULHABER *et al*., 2009).

As doenças cardiovasculares, dentre as quais está a aterosclerose, fazem parte das patologias crônicas não-transmissíveis, componentes da Síndrome Plurimetabólica (obesidade, hipertensão, diabetes *mellitus* e dislipidemia) ocasionada por fatores de risco resultantes de modificações nos hábitos de vida. A chance de alguma doença cardiovascular ocorrer é aumentada quando existem diversos fatores de risco, estabelecidos para aterosclerose (SANTOS *et al.*, 2008).

Tais fatores podem ser modificáveis: dislipidemia, hipertensão arterial, hábitos alimentares, fumo, diabetes *mellitus*, obesidade, sedentarismo; e não modificáveis: idade, gênero e histórico familiar. Em relação à herança genética, uma anamnese minuciosa do

histórico familiar determina a suscetibilidade genética para o desenvolvimento da doença arterial coronariana (SANTOS *et al.*, 2008).

Os níveis de lipídios no sangue estão relacionados à rotina de vida da pessoa, como prática de exercícios físicos, ingestão de carboidratos, gorduras e bebidas alcóolicas. O índice de massa corpórea (IMC) e a idade também afetam as taxas de gordura. Exercícios físicos aeróbicos, como corrida e caminhada, auxiliam no controle da dislipidemia, uma vez que reduzem os triglicerídeos e aumentam o HDL-c, comumente chamado de 'Colesterol Bom', ficando inalterada a quantidade de LDL-c ou 'Colesterol Ruim' (PORTAL ANVISA, 2011).

O risco de desenvolvimento de aterosclerose é maior na mesma proporção em que o nível de colesterol total aumenta (GOLDBERG, 2018). A evolução da doença aterosclerótica é complexa. Contudo, o fator inicial relaciona-se a lesões repetidas no revestimento interno das artérias, denominado endotélio, por meio de diversos mecanismos, os quais incluem desgaste físico por fluxo sanguíneo turbulento e estresse inflamatório, abrangendo o sistema imunológico (THANASSOULIS, 2018).

A aterosclerose origina-se no momento em que a parede da artéria lesionada cria sinais químicos que fazem com que determinadas qualidades de leucócitos (Monócitos e células T) se aglutinem à parede da artéria, transformando-se em células espumosas, coletando colesterol e outros materiais gordurosos, provocando o crescimento de células do músculo liso na parede da artéria. Com o passar do tempo, estas células espumosas compostas por gordura se acumulam, formando depósitos irregulares denominados placas, com cobertura fibrosa no revestimento da parede da artéria. Posteriormente, aglomera-se cálcio nestas placas, as quais podem se espalhar por todas as artérias médias e grandes, geralmente iniciando-se onde as artérias se ramificam (THANASSOULIS, 2018).

O Programa Nacional de Educação sobre o Colesterol dispõe que a hipercolesterolemia, principalmente o aumento do colesterol de lipoproteína de baixa densidade (LDL), é o principal preditor das doenças cardiovasculares, uma vez que as partículas de LDL contêm 70% de colesterol no sangue (SANTOS *et al.*, 2008).

O grau elevado de lipídios na corrente sanguínea, comumente, não provoca sintomas. Contudo, em casos raros, quando os níveis estão muito elevados, a gordura deposita-se na pele e nos tendões formando nódulos chamados xantomas. Dessa forma, pode haver o desenvolvimento de anéis brancos ou cinza opacos na extremidade da córnea. O fígado e o baço aumentam quando os níveis de triglicerídeos estão altos, provocando sensações de formigamento ou queimação nas mãos e nos pés, bem como dificuldade para respirar. Este

quadro aumenta o risco de pancreatite, doença que pode causar intensa dor abdominal e levar a óbito (GOLDBERG, 2018).

As placas formadas pelo cálcio podem crescer no interior da abertura da artéria, área denominada lúmen, provocando um estreitamento gradativo. Ao ocorrer o estreitamento de uma artéria, os tecidos supridos por ela não recebem sangue e oxigênio em quantia suficiente. As placas também podem se desenvolver na parede arterial, não bloqueando o fluxo sanguíneo (THANASSOULIS, 2018).

Contudo, os dois tipos de placas estão sujeitos a rompimento, expondo o material na corrente sanguínea, formando coágulos de sangue que podem bloquear o fluxo por meio de uma artéria de modo repentino, contexto que é a primeira causa de ataques cardíacos ou AVCs. Os coágulos de sangue e pedaços de placas podem se desprender, transitando pela corrente sanguínea e instalando-se em artérias em outras partes do organismo, bloqueando-as. A redução do grau de colesterol LDL, quando está aumentado, é realizada através da medicação por estatinas, as quais reduzem de forma significativa o risco de ataque cardíaco, AVC e óbitos (THANASSOULIS, 2018).

No estudo de Holman *et al* (1958 apud FAULHABER *et al.*, 2009) intitulado "*Observations on The Natural History of Atherosclerosis*" foram analisadas, em exames feitos após o óbito, mais de duas mil aortas e centenas de artérias coronárias de pessoas entre 1 e 40 anos, de oito localidades do globo (Estados Unidos da América, Espanha, Costa Rica, África do Sul, Porto Rico, Inglaterra, Guatemala e Colômbia). Descreveram-se, a partir destas análises, os estágios de desenvolvimento da aterosclerose, os quais respectivamente são: estria gordurosa, placa fibrosa, complicação da lesão com hemorragia ou trombose e doença clínica.

Na pesquisa citada acima, destaca-se que todos os enfermos, a partir dos três anos de idade, possuíam determinado grau de estria gordurosa. Por sua vez, este grau de estria gordurosa foi similar em diversas áreas geográficas, sendo rápido o aumento dessas estrias entre os 8 e os 18 anos. Assim, há evidências de uma relação destas mudanças com os hormônios comuns na puberdade (FAULHABER *et al.*, 2009).

4 DISLIPIDEMIA INFANTIL E ATEROSCLEROSE

A quantidade de jovens obesos, com faixa etária entre cinco e dezenove anos, cresceu dez vezes nos últimos quarenta anos, sendo 11 milhões em 1975 para 124 milhões em 2016. Dessa forma, se a tendência mundial continuar, a obesidade atingirá mais as crianças e os adolescentes do que a desnutrição, no ano de 2022 (ONUBR, 2017).

As transformações socioeconômicas que ocorreram ao longo dos anos são associadas às mudanças do perfil alimentar das crianças do Brasil, especialmente nas regiões menos favorecidas. A desnutrição, problema de saúde pública alarmante do século passado, diminuiu com o passar do tempo, evidenciando um crescente número de casos de sobrepeso e obesidade, quadro determinado como transição nutricional. Em diversas pesquisas realizadas no Brasil, nos últimos quarenta anos, é evidente esse processo, no qual há redução da desnutrição em menores de cinco anos e aumento de peso em todas as faixas etárias (JESUS *et al.*, 2015).

As crianças são extremamente influenciadas pelo ambiente em que estão inseridas, o qual na maior parte das vezes é a família. Em um contexto familiar de alimentação desfavorável, há grande probabilidade de a criança desenvolver distúrbios alimentares. Os pais são os principais exemplos para seus filhos. A rotina alimentar da família possui influência no desenvolvimento da criança, bem como em seu perfil lipídico. Pais obesos possuem 80% maior probabilidade de ter filhos obesos. Dessa forma, a inserção de alimentos nutricionalmente inadequados durante a fase infantil auxilia no descontrole das taxas de colesterol (dislipidemia), fazendo com que a criança ganhe muito peso, tenha sua pressão arterial aumentada e descontrole seus índices glicêmicos (JESUS *et al.*, 2015).

As dislipidemias, durante a fase infantil e adolescente, tornaram-se, com o decorrer do tempo, as doenças mais estudadas no século XXI, uma vez que são as principais causas de morbidade e mortalidade em adultos em todo o globo, tendendo a acometer indivíduos cada vez mais jovens, principalmente em países em desenvolvimento (FAULHABER *et al.*, 2009). Resultados de pesquisas realizadas em diversos países demonstram que os elevados níveis de colesterol plasmático em jovens levam à necessidade de prevenção pediátrica das doenças cardiovasculares (CESA; BARBIERO; PELLANDA, 2010).

A avaliação e a prevenção das doenças cardiovasculares durante a infância e a adolescência tornaram-se temática de uma importante pesquisa, denominada Estudo de Bogalusa, realizado em Lousiana (EUA). Exploraram-se as causas das doenças cardiovasculares, que se originaram durante a infância, avaliando-se fatores genéticos e ambientais que possivelmente contribuíram para o desenvolvimento destas patologias durante a fase adulta (BRANDÃO et al., 2005).

O Estudo de Bogalusa iniciou-se no ano de 1972 e foram selecionadas 22 mil pessoas entre 5 e 14 anos, dentre brancos e negros, sendo avaliados os fatores: alimentação, uso de tabaco, rotina de exercícios físicos, histórico familiar, dados antropométricos e dosagem de lipídeos séricos. Concluiu-se que os fatores de risco para aterosclerose e a hipertensão arterial sistêmica são detectados durante a fase infantil; cada idade possui valores considerados normais

para Índice de Massa Corpórea (IMC), lipídeos séricos e pressão arterial; alimentação, tabagismo e ausência da prática de exercícios físicos podem contribuir para obesidade, dislipidemia e hipertensão arterial; a educação precoce pode modificar o risco de aterosclerose coronariana (FAULHABER *et al.*, 2009).

A dislipidemia infantil é um quadro clínico no qual se constatam concentrações anormais de lipídios ou lipoproteínas no sangue. As dislipidemias que ocorrem em crianças e adolescentes são consequentes de modificações nos hábitos alimentares e na redução de prática de exercícios físicos (JESUS *et al.*, 2015). É evidente a necessidade de tratar as hiperlipidemias o mais cedo possível, prevenindo ou retardando o aparecimento de lesões ateroscleróticas (FORTI *et al.*, 1998). A dislipidemia é um dos principais fatores de risco para doenças cardiovasculares, juntamente com a hipertensão, obesidade, sedentarismo e maus hábitos alimentares (SILVA; SOUZA, 2014).

O processo aterosclerótico inicia-se muito tempo antes das primeiras manifestações clínicas das patologias cardiovasculares. Atividades físicas praticadas de maneira regular minimizam a morbimortalidade dessas doenças. Assim sendo, é interessante prevenir os fatores de risco durante a juventude para que o indivíduo adulto seja saudável (CAMPELO *et al.*, 2014).

A determinação do perfil lipídico mínimo, ou seja, dos níveis de colesterol total, triglicérides, LDL-c e HDL-c devem ser feitos em crianças e adolescentes nas seguintes situações: quando avós, pais, irmãos, tios e primos de 1º grau tiverem precocemente manifestação de doença aterosclerótica, ou seja, antes dos 55 anos (homens) e 65 anos (mulheres); quando alguns dos familiares citados apresentarem colesterol total maior ou igual a 240 mg/dL ou triglicerídeos maior ou igual a 400 mg/dL; detectar-se a presença de xantomatose ou de outros fatores de risco como obesidade, pressão alta, diabetes *mellitus*, hipotireoidismo, deficiência de hormônio do crescimento, inatividade física e tabagismo; houver manifestação de pancreatite ou de doença aterosclerótica. É recomendável que o perfil lipídico seja determinado duas vezes, com intervalo de oito a quinze dias, permanecendo as mesmas condições de coleta (FORTI *et al.*, 1998, SILVA; SOUZA, 2014).

A elevação dos níveis de colesterol total e/ou triglicerídeos pode ser relacionada a anomalias genéticas no processo lipoprotéico. Entretanto, o fator principal da elevação do colesterol é a ingestão de alimentos com excesso de ácidos graxos saturados, colesterol e energia total (SILVA; SOUZA, 2014).

Nos últimos anos, a obesidade infantil cresceu de forma relevante, o que preocupou toda a sociedade, principalmente às autoridades e órgãos competentes, uma vez que sua elevação é

relacionada a alterações metabólicas como hipertensão arterial, dislipidemia e intolerância à glicose. Como definição, a obesidade infantil é a agregação de gordura de forma local ou geral, ocasionando falta de equilíbrio nutricional associado ou não a disfunções genéticas ou metabólicas. Sua etiologia é multifatorial e complexa, consequente de características genéticas, ambientais, emocionais e de estilo de vida (JESUS *et al.*, 2015).

Um estudo da Organização Mundial de Saúde chamado "*Ending Childhood Obesity*" (Acabando com a Obesidade Infantil) lançou orientações aos países parceiros para combater a obesidade infantil: implementação de programas integrais de promoção do consumo de alimentos saudáveis, redução na ingestão de comidas não saudáveis e bebidas açucaradas; impulsionamento das atividades físicas e redução do sedentarismo; orientações sobre a prevenção de patologias crônicas não transmissíveis, com cuidados pré/pós-parto para redução do risco de obesidade na infância; assistência através de divulgação de dietas saudáveis, bons hábitos relativos ao sono e exercícios físicos no decorrer da primeira infância, assegurando o desenvolvimento da criança com a consciência de hábitos saudáveis; ambientes educacionais adequados, com disciplinas relacionadas à saúde e à nutrição, bem como a atividades físicas; serviços familiares de gestão de peso e estilo de vida para crianças e jovens obesos (ONUBR, 2017).

A obesidade durante a infância e a adolescência traz consequências em curto e longo prazo, sendo relacionada a um perfil lipídico anormal, no qual há o aumento de colesterol total, triglicerídeo e LDL e diminuição do HDL. Assim sendo, uma rotina sedentária e hábitos alimentares não saudáveis são apontados em diversas pesquisas como ações negativas e preocupantes, estimulando disfunções lipídicas e sendo diretamente relacionadas a fatores de risco cardiovascular (CAMPELO *et al.*, 2014).

A morbimortalidade, no Brasil e no mundo, possui como uma de suas principais causas o perfil lipídico, situação esta que é multifatorial e, como já exposto, inicia-se durante a fase infantil, progredindo durante a juventude e a idade adulta. O aumento do excesso de peso durante a infância é responsável pela elevação precoce dos níveis de colesterol total, triglicerídeos, LDL-c e pelos níveis baixos de HDL=c (JESUS *et al.*, 2015).

O hábito de fumar é outro fator de risco detectado durante a infância e a adolescência, uma vez que o tabaco é a segunda droga de mais alto consumo entre os jovens, dentro e fora do Brasil, pois é de fácil acesso e baixo custo. Outro grande estímulo é a curiosidade sobre o produto, uma vez que a criança e o adolescente podem querer imitar o comportamento adulto, além do marketing que influencia no consumo dos produtos derivados do tabaco e, em contrapartida, a falta de informações desses indivíduos (CAMPELO *et al.*, 2014). Ao ser um

adolescente fumante, as chances são duplamente maiores de possuir pressão arterial e níveis de lipídios e lipoproteínas plasmáticas altos; tais níveis podem desencadear hipertensão e dislipidemia, respectivamente (GUEDES *et al.*, 2006).

Com o decorrer dos anos e o desenvolvimento de novas tecnologias, as crianças tornaram-se, em geral, sedentárias. A inatividade física é um dos principais fatores para o desenvolvimento de patologias crônicas e, quando presente durante a infância, possivelmente persistirão na vida adulta (JESUS *et al.*, 2015).

As horas assistindo televisão ou passadas em frente ao computador relacionam-se diretamente à obesidade. Crianças que assistem até uma hora por dia de TV possuem taxa de obesidade de 10%; por outro lado, as que assistem por cinco horas possuem taxa de 35%. Dessa forma, atividades que envolvem eletrônicos devem ser realizadas por, no máximo, uma ou duas horas por dia, durante o horário de lazer das crianças (CESA; BARBIERO; PELLANDA, 2010).

Para alcançar os níveis lipídicos ideais, a terapêutica para dislipidemias primárias baseia-se em hábitos alimentares adequados, conforme o perfil apresentado, permanecendo o consumo de vitaminas e quantidade de calorias necessárias para que a criança e o adolescente cresçam e se desenvolvam de forma saudável. A orientação de nutricionista e do médico pediatra é essencial para avaliar tanto os hábitos familiares como os individuais. Ao mesmo tempo, a prática de atividades físicas aeróbicas deve ser estimulada. Medicamentos podem ser ministrados em quadros clínicos especiais (FORTI *et al.*, 1998).

Diversas medidas preventivas podem evitar ou reduzir os fatores de risco para a doença aterosclerótica, entre esses a dislipidemia. Dentre as ações realizadas, incluem-se: rastreamento; verificação do peso, altura, IMC por sexo e idade, investigação de hábitos alimentares e práticas de exercícios físicos, verificação do colesterol total e glicemia em jejum durante a infância. Como exposto, hábitos de vida saudáveis, como dieta balanceada e prática de atividades físicas aeróbicas são métodos preventivos eficazes, na maioria dos casos. As medidas farmacológicas são exceção, administradas em casos específicos, não sendo desnecessária, quando do uso de remédios, a prática de uma rotina saudável (CESA; BARBIERO; PELLANDA, 2010).

Mundialmente há uma preocupação em investigar e prevenir as dislipidemias, uma vez que a aterosclerose tem início quando o paciente é criança, progredindo de maneira silenciosa e significativa a partir dos trinta anos, podendo ser adiada quando se modificam os fatores de risco precocemente. Percebe-se que a dislipidemia em adolescentes é mais frequente, consequência da mudança de hábitos alimentares e da minimização da prática de atividades físicas (OLIVEIRA; MENDES; BOCCALETTO, 2009).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A incidência da dislipidemia em crianças e adolescentes é precursora das doenças cardiovasculares que levam a óbito inúmeras pessoas em todo o mundo. As dislipidemias em crianças e adolescentes, no Brasil, são relacionadas a disfunções alimentares e hábitos inadequados individuais e familiares. A promoção de um estilo de vida saudável, com alimentos de alto valor nutricional, prática de esportes, controle do sobrepeso e abandono do cigarro são essenciais para que a doença aterosclerótica não se manifeste.

As doenças ateroscleróticas são um relevante problema de saúde pública, sendo seus fatores de risco prevalentes durante a fase infanto-juvenil. Estes fatores podem ser atenuados com práticas saudáveis, que devem ser promovidas pelos pais, educadores físicos, médicos, nutricionistas, dente outros agentes sociais.

Com exceção de disfunções congênitas, uma vez que mudanças de hábitos podem não ser suficientes, com o intuito de normalizar as funções do metabolismo são necessárias mudanças comportamentais, as quais podem ser adotadas como medidas preventivas durante a fase de crescimento. A aquisição de bons hábitos alimentares durante a infância, abrangendo alimentação adequada para a idade, controle de peso e prática de exercícios físicos, é primordial para uma vida adulta saudável, diminuindo o risco de doenças crônicas e degenerativas precoces.

REFERÊNCIAS

BARROSO, T.A. *et al*. Associação entre a obesidade central e a incidência de doenças e fatores de risco cardiovascular. **International Journal of Cardiovascular Sciences**, v.30, n.5, p.416-424, 2017.

BASTOS, M.G.; BREGMAN, R.; KIRSZTAJN, G.M. Doença renal crônica: frequente e grave, mas também prevenível e tratável. **Revista da Associação Médica Brasileira**, v.56, n.2, p.248-253, 2010.

BRANDÃO, Ayrton Pires *et al*. Síndrome Metabólica em crianças e adolescentes. **Arquivos Brasileiros de Cardiologia**, v.85, n.2, ago. 2005.

CASOS de jovens com problemas cardíacos pelo uso de drogas está aumentando. **Gaúchazh**, 2011. Disponível em:

https://gauchazh.clicrbs.com.br/comportamento/noticia/2011/05/casos-de-jovens-com-problemas-cardiacos-pelo-uso-de-drogas-esta-aumentando-3299315.html. Acesso em: 5 set. 2018.

CAMPELO, Regina Célia Vilanova *et al*. Fatores de risco para aterosclerose em adolescentes brasileiros. **Revista Internacional Ciências e Saúde**, v.1, n.1, p.20-28, 2014.

CESA, Claudia Ciceri; BARBIERO, Sandra Mari; PELLANDA, Lucia Campos. Risco cardiovascular em crianças e adolescentes. **Revista da Sociedade de Cardiologia do Rio Grande do Sul**, v.8, n.20, p.1-6, 2010.

DINIZ, E.T.D.; ANDRADE, L.D.; BANDEIRA, F. Como diagnosticar e tratar dislipidemia. **RBM**, v.65, n.12, p.1-9, 2008.

DISLIPIDEMIA. **Portal Anvisa**, v.6, p.1-4, out. 2011. Disponível em: http://portal.anvisa.gov.br/documents/33884/412160/Saude_e_Economia_Dislipidemia_Edicao_n_6_de_outubro_2011.pdf/a26c1302-a177-4801-8220-1234a4b91260. Acesso em: 3 maio 2018.

FAULHABER, Maria Cristina Brito *et al*. Dislipidemias na infância e na adolescência: um caso de saúde pública? **Revista de Pediatria SOEPERJ**, v.1, n.1, p.4-15, jun. 2009. Disponível em: http://www.soperj.org.br/download/1275_RevistaSOPERJ.pdf. Acesso em: 3 maio 2018.

FORTI, Neusa *et al.* Dislipidemias em crianças e adolescentes: bases para a terapêutica. **Arquivos Brasileiros de Cardiologia**, v.71, n.6, p.807-810, 1998.

GAMA, Sueli Rosa; CARVALHO, Marilia Sá; CHAVES, Célia Regina Moutinho de Miranda. Prevalência em crianças de fatores de risco para as doenças cardiovasculares. **Cadernos de Saúde Pública**, v.23, n.9, p.2239-2245, set. 2007.

GOLDBERG, Anne Carol. Dislipidemia. **Manual MSD versão saúde para a família**, 2018. Disponível em: https://www.msdmanuals.com/pt-br/casa/dist%C3%BArbios-hormonais-e-metab%C3%B3licos/dist%C3%BArbios-relacionados-ao-colesterol/dislipidemia. Acesso em: 3 maio 2018.

GUEDES, Dartagnan Pinto *et al.* Fatores de risco cardiovasculares em adolescentes: indicadores biológicos e comportamentais. **Arquivos Brasileiros de Cardiologia**, v.86, n.6, p.439-450, 2006.

JESUS, Adla Danielle Carvalho Guimarães *de et al.* Perfil lipídico de crianças com sobrepeso e obesidade. **Revista Unifacs**, v.13, p.96-108, 2015.

KAUARK, Fabiana da Silva; MANHÃES, Fernanda Castro; MEDEIROS, Carlos Henrique. **Metodologia da pesquisa:** um guia prático. Itabuna: Via Literatum, 2010.

NOGUEIRA, C.R. *et al.* Hipotireoidismo: diagnóstico. **Diretrizes Clínicas na Saúde Suplementar AMB/ANS**, 2011. Disponível em: http://diretrizes.amb.org.br/ans/hipotireoidismo-diagnostico.pdf. Acesso em: 4 set. 2018.

OBESIDADE entre jovens aumentou mais de 10 vezes nas últimas quatro décadas, revela OMS. **ONUBR Nações Unidas no Brasil**, 2017. Disponível em: https://nacoesunidas.org/obesidade-entre-jovens-aumentou-mais-de-10-vezes-nas-ultimas-quatro-decadas-revela-oms/. Acesso em: 5 set. 2018.

OLIVEIRA, Gerson de; MENDES, Roberto Teixeira; BOCCALETTO, Estela Marina Alves. Dislipidemia infantil. **Revista da Unicamp**, Campinas/SP, v.5, n.5. p.39-46, 2009.

PEREIRA, Marta *et al.* Reações adversas cardiovasculares: dislipidemia. **Guia de reações adversas a medicamentos**, 2 de dez. 2013. Disponível em: http://www.ff.ul.pt/ufs/files/2015/09/09Dislipidemia.pdf. Acesso em: 2 maio 2018.

PETERMANN, Xavelé Braatz. *et al.* Epidemiologia e cuidado a diabetes mellitus praticado na atenção primária à saúde: uma revisão narrativa. **Revista Saúde Santa Maria**, v.41, n.1, p.49-56, 2015.

PORTAL, Vera Lúcia. Aterosclerose: uma doença complexa. **Revista da Sociedade de Cardiologia do Rio Grande do Sul**, n.3, p. 1-3, set./dez. 2004. Disponível em: http://sociedades.cardiol.br/sbc-rs/revista/2004/03/artigo06.pdf. Acesso em: 2 maio 2018.

SANTOS, M.G *et al*. Fatores de risco no desenvolvimento da aterosclerose na infância e adolescência. **Arquivos Brasileiros de Cardiologia**, v.90, n.4, p.301-308, 2008.

SILVA, Fernanda Nogueira; SOUZA, Maria Cristina Corrêa de. Prevalência de dislipidemias em crianças e adolescentes: revisão sistemática. **Interbio**, v.8, n.2, p.50-59, 2014.

THANASSOULIS, George. Aterosclerose. **Manual MSD versão saúde para a família**, 2018. Disponível em: https://www.msdmanuals.com/pt-br/casa/dist%C3%BArbios-do-cora%C3%A7%C3%A3o-e-dos-vasos-sangu%C3%ADneos/aterosclerose/aterosclerose. Acesso em: 3 maio 2018.

ALTUS CIÊNCIA
REVISTA ACADÊMICA MULTIDISCIPLINAR DA FACULDADE CIDADE DE JOÃO PINHEIRO

O PAPEL DA ENFERMAGEM COM RELAÇÃO AO TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA) NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE EM JOÃO PINHEIRO-MG

Jessyka Alvarina de Almeida Souza Dornelas[1]
Patrícia Helena da Silva[2]
Rogéria Alves Rosa[3]

Resumo: Este estudo está voltado para a assistência de enfermagem com relação ao Transtorno do Espectro Autista, onde a criança desenvolve dificuldades nas áreas nobres do desenvolvimento humano, tais como de comunicação, de estabelecer relações sociais e apresentam um comportamento repetitivo. O objetivo e identificar as dificuldades que os profissionais apresentam em relação ao que é o Transtorno do Espectro Autista. Para esse levantamento inicialmente foi realizada uma pesquisa bibliográfica referente ao Transtorno Espectro Autista de aspecto exploratória de campo de cunho qualitativo, com o uso de entrevista semi estruturada, aplicado aos profissionais de Enfermagem atuantes nas Unidades Básicas de Saúde de João Pinheiro-MG no qual apresentou dados consistentes da qualificação e as dificuldades que são apresentadas pela enfermagem, tentando assim minimizar o impacto na descoberta do Transtorno do Espectro Autista, e fazendo para que seja feito um acompanhamento adequado.

Palavras-chave: Transtorno do Espectro Autista. Enfermagem. Qualificação. Dificuldades. Sinais.

Abstract: This study is aimed at nursing care in relation to autism, where the child develops difficulties in the noble areas of human development, such as communication, to establish social relationships and exhibit a repetitive behavior. The goal is to identify the difficulties that professionals present in relation to what autism is. For this survey, a bibliographic research was carried out regarding the Austita Spectrum Disorder with an exploratory aspect of a qualitative

[1] Bacharel em Enfermagem pela Faculdade Cidade de João Pinheiro – FCJP. E-mail: jessykaasouza@hotmail.com

[2] Graduação em Enfermagem pela Faculdade Cidade João Pinheiro, Pós-Graduação em Urgência, Emergência e Trauma pela PUC Minas, especializada pelo Estado de Minas Gerais em Assistência Perinatal e Cuidados na Assistência a vítimas de Acidentes com materiais biológicos, docente na Faculdade Cidade de João Pinheiro – FCJP e Enfermeira Assistencial do Abrigo Santana (SSVVP).

[3] Enfermeira, graduada em 2007 pela Faculdade Cidade de João Pinheiro. Pós-Graduada em Ginecologia e Obstetrícia pelo Instituto Máximo. Coordenadora do curso de Enfermagem na Faculdade cidade de João Pinheiro (FCJP). E- mail: rogeriarosa@hotmail.com

Recebido em 01/08/2019
Aprovado em 16/10/2019

field, with the use of a semi structured interview, applied to Nursing professionals working in the Basic Health Units of João Pinheiro-MG, in which it presented consistent data of the qualification and the difficulties that are presented by the nursing, trying to minimize the impact in the discovery of autism, and doing so that an adequate accompaniment is made.

Keywords: Autistic Spectrum Disorder. Nursing. Qualification. Difficulties. Signals
.

1. INTRODUÇÃO

Historicamente, destaca-se o médico austríaco Leo Kanner, que descreveu pela primeira vez, em 1943, nos Estados Unidos, algumas das características da pessoa com Transtorno Espectro Autista. Um ano depois, em 1944, o médico austríaco Hans Asperger descreveu o sintoma de autismo de maneira muito semelhante à de Kanner, mesmo sem ter havido nenhum contato entre eles. (SOUZA, 2011). Estudos comprovam o aparecimento do autismo antes dos 3 anos de idade, caracterizado como uma alteração qualitativa em três áreas de suma importância: a interação social, a comunicação e o comportamento.

Nem sempre o Transtorno Espectro Autista é diagnosticado na infância e muitos chegam à fase adulta sem um diagnóstico. Não existem exames ou procedimentos que confirmem isoladamente o seu diagnóstico, mas alguns que possibilitam a exclusão de outros quadros patológicos e a compilação de um número suficiente de informações que permitam esboçar mais seguramente o quadro clínico, tal como indicam Assumpção e Kuczynski (2011).

O Transtorno Espectro Autista leve é mais difícil de diagnosticar, porque os pacientes são pessoas extremamente inteligentes, principalmente em áreas específicas, pois apresentam um grande desenvolvimento positivo. Os principais sintomas demonstrados por TEA são pessoas antissociais, que não gostam de lugares muitos cheios, ficam inseguros, trocam de humor de forma espontânea, ficam nervosos, dificuldades de entender discurso e contexto. Possui hiperfoco em atividades com relação à tecnologias, mecanismos, ferramentas que não envolvem pessoas e possui ingenuidade. Esconde o que pensa e quando se refere fala de forma direta, obcecadas em regras, detalhe e em tarefas.

A identificação precoce é muito importante devido ao sofrimento vivido pelo autista, deixando as oportunidades passarem, a busca pelo espaço e uma briga diária dentro do seu "mundo interior". São pessoas que tem maior risco de depressão e crises de esquizofrenias. O Transtorno Espectro Autista é uma condição que é definida pela literatura como permanente e persistente, ou seja, não há uma cura e seus sintomas dificilmente são revertidos (Gadia et al.,

2004; Klin, 2006; Schwartzman, 2011a, 2011b). De acordo com a Organização Mundial de Saúde [OMS] (2013), os sintomas do autismo podem dificultar seriamente o cotidiano das pessoas nessas condições e impedir realizações educacionais e sociais.

Desde o início há uma extrema solidão para o autista, algo que na medida do possível desconsidera, ignora ou impede a entrada de tudo o que chega à criança de fora. O contato físico direto e os movimentos ou os ruídos que ameaçam romper a solidão são tratados como se não estivessem ali, ou, não bastasse isso, são sentidos dolorosamente como uma interferência penosa (COLL et. al., 2004, p. 235). Certas áreas específicas do pensar presentes ou não. Ritmo imaturo da fala, restrita compreensão de ideias. Uso de palavras sem associação com o significado. Relacionamento anormal com objetos, eventos e pessoas. Respostas não apropriada a adultos ou crianças. Objetos e brinquedos não usados de maneira devida "[...] A pessoa portadora de autismo tem uma expectativa de vida normal. Uma reavaliação periódica é necessária para que possam ocorrer ajustes necessários quanto às suas necessidades, pois os sintomas mudam e alguns podem até desaparecer com a idade". (GAUDERER, 1993, p. 27)

Este trabalho se justifica pelo fato do Transtorno do Espectro Autista ser pouco discutido nas disciplinas acadêmicas,é a sociedade tem pouco conhecimento com relação ao tema, por isso e importante esclarecer quais os sinais e como as UBS são preparadas para recepcionar os mesmos, além de divulgar esse material científico para o âmbito acadêmico, para a sociedade como forma de esclarecimento.

Quando diagnosticado o Transtorno Espectro Autista, muitas famílias têm dificuldades de saber o que é como conviver e o tratamento. A enfermagem tem importância para uma orientação sobre os cuidados primários, ações e atitudes. Pois, o enfermeiro pode ser uma ponte da família, e, principalmente, mostrar que adultos com autismo podem se organizar e terem vidas normais dentro de seus limites. Segundo Costa e Volpato (2009), baseado no processo de enfermagem, são possíveis definir alguns diagnósticos de enfermagem para o plano de cuidados com pacientes autistas. Dentre eles, o risco de automutilação relacionada à alterações neurológicas; a interação social prejudicada relacionada às barreiras de comunicação; a comunicação verbal prejudicada relacionada à capacidade prejudicada de produzir a fala secundária a alteração neurológica; o distúrbio da identidade pessoal relacionado a alterações neurológicas, risco para desenvolvimento retardado relacionado à alterações neurológicas e outros.

É importante divulgar, cada vez mais, para a sociedade como é preciso expressar em relação aos cuidados e necessidades desses pacientes. Como é importante a interação social,

como fazer, é a necessidade de isto acontecer e valer os direitos humanos, aconselhar e melhorar a qualidade de vida da família por completo.

Espera-se com esse estudo, trabalhar para a diminuição da falta de diagnóstico tardio do autismo, é de interesse responder as seguintes perguntas: Qual a dificuldade dos profissionais de enfermagem com relação à identificação dos sinais Transtorno do Espectro Autista? Os profissionais de enfermagem recebem capacitação especifica? Dificuldades apresentadas pela equipe de enfermagem no atendimento ao Transtorno do Espectro Autista? Há Existência de grupos de apoio e a importância dos mesmos nas Unidades Básica de Saúde?

O objetivo geral desse estudo foi investigar o que significa o Transtorno do Espectro Autista e quais são as maiores dificuldades dos profissionais da assistência básica. O objetivo específico foi: investigar se os profissionais das Unidades Básica de Saúde estão aptos para lhe dar com o Transtorno do Espectro Autista, e quais são as formas de atendimento para esses pacientes.

As hipóteses para o problema em questão foi a seguinte: Mesmo o Transtorno Espectro Autista não tendo um diagnóstico preciso, é mais fácil seu diagnostico em crianças. Quando adulto, a sociedade já padroniza o TEA como uma pessoa ‘’antissocial’’. Porém, é necessário mostrar quais os principais sinais do Transtorno Espectro Autista e como deve ser feito o atendimento nas UBS.

Qual o tipo de capacitação de profissionais para um atendimento com pacientes com Transtorno Espectro Autista, com é a comunicação entre paciente é equipe de enfermagem.

A revisão bibliográfica tem como o objetivo conhecer melhor sobre o tema e os principais autores, conseguindo assim desenvolver um olhar diferente com relações ao Transtorno Espectro Autista.

2. METODOLOGIA

Esta pesquisa foi direcionada aos enfermeiros das Unidades Básicas de Saúde de João Pinheiro-MG para o ano de 2018.Tendo como base de pesquisa a análise sobre o conhecimento com relação ao Transtorno do Espectro Autista,as formas de capacitação e como e realizado esse atendimento.Para que fosse possível inicialmente foi realizado um levantamento bibliográfico baseado em obras de autores como Leo Kanner,Hans Asperger, Nogueira.Foi realizada uma pesquisa de campo, de forma exploratória, descritiva e interpretativa é qualitativa. Onde a pesquisa teve como fins coletar dados da equipe de enfermagem nas

Unidades Básicas de Saúde por meio de entrevistas semiestruturadas e questionários com questões subjetivas e aplicados individuais, com a coleta dos dados finalizada o passo seguinte foi a leitura individual das informações e adequação na elaboração de recortes de registros relevantes para análise. A escolha da amostra foi 5 enfermeiros atuantes nas Unidades Básicas de Saúde

Através dos resultados foi verificado se os Enfermeiros das UBS pesquisadas recebem capacitação para lhe dar e atender bem estes pacientes com Transtorno do Espectro Autista, expondo suas dificuldades e mostrando o interesse dos mesmos com relação ao tema.

3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

3.1 Transtorno do Espectro do Autista

De acordo com – Eugen Bleuler, (1908), **o** psiquiatra suíço foi quem usou pela primeira vez o termo "autismo'' é oriundo da palavra grega "autos" que significa "próprio" ou de "si mesmo".

De acordo com Souza (2011) historicamente, destaca-se o médico austríaco Leo Kanner, que descreveu pela primeira vez, em 1943, nos Estados Unidos, algumas das características da pessoa com Transtorno do Espectro. Leo Kanner, psiquiatra radicado nos Estados Unidos e diretor de psiquiatria infantil do Johns Hopkins Hospital, publica a obra "Distúrbios Autísticos do Contato Afetivo". Nela, descreveu casos de onze crianças que tinham em comum "um isolamento extremo desde o início da vida e um desejo obsessivo pela preservação da mesmice, denominando-as autistas" e usou o termo "autismo infantil precoce", pois sintomas já apareciam na primeira infância. Ele observou que essas crianças respondiam de maneira incomum ao ambiente, incluíam maneirismos motores estereotipados, resistência à mudança ou insistência na monotonia, bem como aspectos não usuais das habilidades de comunicação, tais como a inversão dos pronomes e a tendência ao eco na linguagem – ecolalia. Leo Kanner contextualiza essas observações no desenvolvimento, assim como enfatiza a predominância dos déficits de relacionamento social e dos comportamentos incomuns.

De acordo com – Hans Asperger em **1944**, psiquiatra e pesquisador austríaco, quase ao mesmo tempo em que Leo Kanner, escreve o artigo "A psicopatia autista na infância" que um ano depois é publicado. Ele observou que o padrão de comportamento e habilidades que descreveu, ocorria preferencialmente em meninos, que essas crianças apresentavam deficiências sociais graves – falta de empatia, baixa capacidade de fazer amizades, conversação

unilateral, intenso foco em um assunto de interesse especial e movimentos descoordenados. Apesar da aparente precocidade verbal de seus assuntos, Asperger chamava as crianças que estudou de pequenos professores, devido à habilidade de discorrer sobre um tema de maneira detalhada. Em virtude de suas publicações terem sido publicadas em alemão e seu principal trabalho na época da guerra, seu relato recebeu reduzida atenção e só na década de 1980 seu nome foi reconhecido como um dos pioneiros no estudo do autismo. A Síndrome de Asperger deve seu nome a ele.

Segundo *Simon (1975)* é percebido uma atipia quanto aos aspectos suprassegmentares da fala (dos indivíduos autistas que a desenvolvem). Ele relata uma característica descontrolada da altura tonal ou uma monotonia vocal, as quais relacionam com lesões discretas nos centros auditivos do tronco encefálico. Tais fatos podem também estar relacionados a falta de compreensão do contexto afetivo emocional dos enunciados externos e contextos, observada nesses indivíduos.

Complementando as informações sintomatológicas desse indivíduo, *Ornitz* e *Ritvo (1976)* enfatizam, consideravelmente, os déficits perceptivos e atentivos existentes, seguindo a abordagem de que o sistema nervoso central do mesmo recebe e assimila as informações sensoriais de uma forma gravemente diferente e peculiar.

O Transtorno do Espectro Autista é caracterizado por anomalias comportamentais, sendo elas: limitação ou ausência de comunicação verbal, falta de interação social e padrões de comportamento restritos, estereotipados e ritualizados. A manifestação dos sintomas ocorre antes dos três anos de idade e persiste durante a vida adulta. Sua incidência é de cinco a cada 1.000 crianças, “A característica principal de todas as crianças era uma incapacidade importante de se relacionar com as demais pessoas, iniciando-se nos primeiros anos de vida.” (STELZER, 2010, p. 10 *apud*. KANNER, 1943, p9.).

Barbosa e Nunes (2017) afirmam que o autismo se estabelece como uma perturbação neurológica que aparece muito cedo, por meio de um desvio ou atraso no seu desenvolvimento, além de mudanças comportamentais.

Assinala-se a ausência de linguagem em algumas crianças autistas, seu uso estranho nas que possuem, como se fosse uma ferramenta para receber ou transmitir mensagens significativas, e definem-se alterações como a ecolalia (tendência a repetir emissões ouvidas, em vez de criá-las espontaneamente), a tendência a compreender as emissões de forma mais literal, a inversão de pronomes pessoais, a falta de atenção à linguagem, a aparência de surdez

em algum momento do desenvolvimento e a falta de relevância das emissões. (STELZER, 2010, *apud*. COOL, *et. all*. 2004).

Apresentam comprometimento na interação social, que se manifesta pela inabilidade no uso de comportamentos não verbais tais como o contato visual, a expressão facial, a disposição corporal e os gestos. Esse comprometimento na interação social manifesta-se ainda na incapacidade do TEA de desenvolver relacionamentos com seus pais e na sua falta de interesse, participação e reciprocidade social. Há comprometimento na comunicação, que se caracteriza pelo atraso ou ausência total de desenvolvimento da fala. Em pacientes que desenvolvem uma fala adequada, permanece uma inabilidade marcante de iniciar ou manter uma conversa. O indivíduo costuma repetir palavras ou frases (ecolalia), cometer erros de reversão pronominal (troca do "você" pelo "eu") e usar as palavras de maneira própria (idiossincrática). (Correia, 2010).

Em relação às suas atividades e interesses, são resistentes às mudanças e costumam manter rotinas e rituais é comum repetirem determinados movimentos, como abanar as mãos e rodopiar.

O Transtorno do Espectro Autista pode ser encontrado em todo o mundo e em famílias de qualquer configuração social, étnica e racial. Os sintomas são causados por distúrbios no ritmo de aparecimento de habilidades físicas, sociais e linguísticas. Reações anormais às sensações, e ainda são observadas alterações na visão, audição, tato, dor, equilíbrio, olfato, gustação e maneira de manter o corpo; fala ou linguagem ausentes ou atrasados.

Autismo é um nome dado a um padrão de comportamento produzido de forma complexa, como um resultado final de uma longa sequência de causas. É uma síndrome, um conjunto de sintomas que, agrupados, recebem a denominação de autismo (Correia, 2010).

É classificado como um transtorno invasivo do desenvolvimento que envolve graves dificuldades ao longo da vida nas habilidades sociais e comunicativas – além daquelas atribuídas ao atraso global do desenvolvimento do comportamento e interesses limitados e repetitivos. Ambos os diagnósticos mais utilizados requerem a identificação de anormalidades no desenvolvimento da criança, antes da idade de 36 meses. Segundo (Correia, 2010) alguns parecem fechados e distantes e outros parecem presos a comportamentos restritos e rígidos padrões de comportamento.

O Transtorno do Espectro Autista é mais conhecido como um problema que se manifesta por um alheamento da criança ou adulto acerca de seu mundo exterior, encontrando-se centrado em si mesmo, ou seja, existem perturbações das relações afetivas com o meio. A maioria das

crianças não fala e, quando fala, é comum à ecolalia (repetição de sons ou palavras), inversão pronominal, o comportamento delas é constituído por atos repetitivos e estereotipado, não suportam mudanças de ambiente e preferem um contexto inanimado.

Modificações ainda, que mínimas podem dar origem a manifestações de angustia ou raiva. Muitas das vezes, a criança apresenta condutas ritualizadas de verificar, como se quisesse assegurar da ausência de mudanças em seu ambiente. (Ferrari, 2007, p. 11)

O TEA é caracterizado pelo isolamento e auto concentração, possui uma incapacidade inata para estabelecer relações afetivas, bem como para responder aos estímulos do meio, apresenta grande dificuldade com relação à expressão das emoções, não realiza um fechamento sobre si mesmo, mas busca estabelecer uma espécie de contato bastante particular e específico com o mundo, diferente da Esquizofrenia Infantil, pois se trata de uma desestruturação da personalidade subsequente a uma fase de desenvolvimento aparentemente estável. (Kanner, 1997).

Mahler, (1972) definiu o Autismo como psicose simbiótica, atribuindo a causa da doença ao mau relacionamento entre mãe e filho. A hipótese levantada por Kanner é a de que crianças que apresentam o quadro autista na verdade tem uma incapacidade inata para desenvolver o contato afetivo. Este caráter inato poderia estar relacionado a déficits em diferentes níveis comportamentais, afetivos e de linguagem, os quais estariam relacionados a alguma disfunção de natureza bioquímica, genética ou neuropsicológica.

O Transtorno do Espectro Autista, segundo Correia (2010), esse transtorno apresenta-se como uma desordem no desenvolvimento que se manifesta desde o nascimento, de maneira grave, por toda a vida. Quando a menina é acometida, normalmente os sintomas são mais graves.

Portanto, o Transtorno do Espectro Autista é uma síndrome, um conjunto de sintomas presente desde o nascimento e que se manifesta invariavelmente antes dos três anos de idade. Caracteriza-se por respostas anormais a estímulos auditivos e/ou visuais e por problemas graves na compreensão da linguagem oral. A fala do autista custa a aparecer e, quando surge, podemos observar repetição das palavras, o uso inadequado de pronomes, uma estrutura gramatical imatura e uma grande inabilidade de usar termos abstratos.

É notável também uma grande dificuldade de desenvolver relacionamentos interpessoais, pois os autistas não se interessam pelas outras pessoas, dispensam o contato humano e apresentam também dificuldades no desenvolvimento de outras habilidades sociais, principalmente na linguagem verbal e na corpórea (gestos, mímicas etc.). Essa falta de

relacionamento social aparece antes dos cinco anos de idade, caracterizando, por uma incapacidade de desenvolver o contato olho a olho, jogos em grupos, contatos físicos.

Portanto, segundo CORREIA (2010), o Autismo poderá às vezes aparecer com um choro sem controle ou pode dar gargalhadas, sorrisos, aparentemente sem causa. Não apresentam medo do perigo, como altura ou automóveis se locomovendo, podendo ocorrer movimentos corporais como o "balançar".

Segundo a ASA – AUTISM SOCIETY OF AMERICA:

> Indivíduos com Autismo usualmente exibem pelo menos metade das características abaixo listadas. Estes sintomas têm âmbito do brando ao severo em intensidade de sintoma. Além disso, o comportamento 12 habitualmente ocorre através de muito diferentes situações e é consistentemente inapropriado para sua idade. 1. Dificuldade de relacionamento com outras crianças; 2. Riso inapropriado; 3.Pouco ou nenhum contato visual; 4.Aparente insensibilidade à dor; 5.Preferência pela solidão; modos arredios; 6.Rotação de objetos; 7.Inapropriada fixação em objetos (apalpá-los insistentemente, mordê-los); 8.Perceptível iteratividade ou extrema inatividade; 9.Ausência de resposta aos métodos normais de ensino; 10.Insistência em repetição, resistência em mudança de rotina; 11.Não tem real medo do perigo (consciência de situações que envolvam perigo); 12.Procedimento com poses bizarras (fixar objetos ficando de cócoras; colocar-se de pé numa perna só; impedir a passagem por uma porta, somente liberando-a após tocar de uma determinada maneira os alisares…); 13.Ecolalia (repete palavras ou frases em lugar da linguagem normal); 14.Recusa colo ou afagos; 15.Age como se estivesse surdo; 16.Dificuldade em expressar necessidades (usa gesticular e apontar no lugar de palavras); 17. Acesso de raiva (demonstra extrema aflição sem razão aparente); 18. Irregular habilidade motora (pode não querer chutar uma bola, mas pode arrumar blocos). (ASA,2013, p.1).

O Transtorno do Espectro Autista não tem cura, mas há uma melhora significativa com as intervenções e métodos embasando numa psicologia comportamental. Essa intervenção pode reduzir sintomas, possibilitando, assim, que o TEA tenha multiplicidade nas habilidades sociais, de comunicação e de comportamentos adaptativos.

De acordo com Barbosa e Nunes (2017) atualmente, não existe um tratamento específico e eficaz para trabalhar com autistas, pois cada situação exige que o profissional de saúde criar alternativas para lidar com ela. Portanto, para que o enfermeiro possa lidar com este sujeito portador de Transtorno do Espectro Autista (TEA), ou simplesmente autismo é necessário conhecer seu cliente em suas características e o assisti-lo mediante a suas necessidades.

O diagnóstico é feito através de formulações observadas em um conjunto de sintomas apresentado pelo autista, tais como anomalias de habilidades físicas, sociais, linguagem.

> No acompanhamento dos prognósticos, é importante refletir sobre a situação crônica e a probabilidade de acontecer variação discreta ou mais intensa nas características previsíveis a síndrome no decorrer da vida do autista. A maioria atinge a velhice, porem conserva os problemas básicos de desvio na linguagem e no comportamento (rotinas e manias), além de problemas secundários, como transtorno de personalidade, afetivos, sociais e catatonia. Percebe-se que alguns comportamentos vão surgindo e outros desaparecendo na trajetória de vida do autista. (ALVES, 2014, apud. RODRIGUES, 2010, p.51.).

Como enfermeiro no caso das pessoas com TEA e de suas famílias, trata-se mais incisivamente de reconhecer o lugar social reservado a elas, as relações com a vizinhança, a creche, a escola e com outras instituições, as crenças que circulam e as estratégias que vêm sendo utilizadas para a sua inserção na comunidade, intervindo para uma ampliação dos laços sociais.

> O território é a designação não apenas de uma área geográfica, mas das pessoas, das instituições, das relações e dos cenários nos quais se dão a vida comunitária. Assim, trabalhar no território não equivale a trabalhar na comunidade, mas a trabalhar com os componentes, saberes e forças concretas da comunidade que propõem soluções, apresentam demandas e que podem construir objetivos comuns. Trabalhar no território significa, assim, resgatar todos os saberes e potencialidades dos recursos da comunidade, construindo coletivamente as soluções, a multiplicidade de trocas entre as pessoas e os cuidados em saúde mental. É a ideia do território, como organizador da rede de atenção psicossocial, que deve orientar as ações de todos os seus equipamentos (SAUDE, 2015, apud. BRASIL, 2005, p. 26).

O Transtorno do Espectro Autista é enfrentado por muitos profissionais de saúde como desconhecido devido à falta de interesse ou até mesmo pela dificuldade de encontrar assuntos relacionados. Ainda assim, o assunto vem sendo discutido de forma gradativa pela sociedade e pelas autoridades competentes como se refere na lei abaixo n° 12.764 de 2012, dos direitos do paciente autista:

Art. 3º São direitos da pessoa com transtorno do espectro autista:

I - a vida digna, a integridade física e moral, o livre desenvolvimento da personalidade, a segurança e o lazer;

II - a proteção contra qualquer forma de abuso e exploração;

III - o acesso a ações e serviços de saúde, com vistas à atenção integral às suas necessidades de saúde, incluindo:

a) o diagnóstico precoce, ainda que não definitivo;

b) o atendimento multiprofissional;

c) a nutrição adequada e a terapia nutricional;

d) os medicamentos;

e) informações que auxiliem no diagnóstico e no tratamento.

Essa lei defende o direito de ir e vir das pessoas com transtornos autistas na sociedade, assegurando o direito às famílias a procurarem apoio em instituições públicas e privadas que possam acolher pacientes autistas, possibilitando-lhes ações que estimulem o desenvolvimento intelectual e integração social.

Como profissional, é importante o cuidado humanizado, mostrando a forma de expressar o relacionamento com o outro ser, não se restringindo apenas em atividades diárias que proporcionam a cura de uma ferida ou amenizar uma dor, mas uma expressão de carinho e solidariedade são gestos humanos que fazem diferença na hora do atendimento e passa segurança e conforto para o paciente que vai ser atendido.

Comunicamo-nos pelo olhar, expressão facial, sons emitidos, o corpo fala, e com isso o enfermeiro tem que estar bastante atento com o seu comportamento durante o atendimento, este tipo de paciente por ser difícil de lidar e possuir um diagnóstico baseado em observação sistemática desta criança é necessário estudálo para garantir um maior conhecimento, além de instrumentar profissionais da área a saberem como lidar com esta criança.

Quando se escolhe a enfermagem é necessário saber que por ser uma área da saúde, iremos lidar com o ser humano em todos os seus aspectos físicos e psicológicos e, por isso, deve estar preparado para atender a diversos pacientes de culturas, raça, sexo, idade, pensamentos diferentes. O atendimento ao autista não vai ser diferente, porém como profissional é necessário um olhar diferente.

Segundo Nogueira, Rio (2011) é fundamental que o profissional de enfermagem tenha conhecimento para avaliar os sinais e sintomas do Transtorno do Espectro Autista, para que haja uma intervenção satisfatória no tratamento e melhora do paciente. Sendo assim orientar a família e cuidadores dos mesmos, criando estratégias voltadas a minimizar os impactos que a doença traz ao paciente e seus familiares. Conscientizar os pais quanto as possíveis alterações em seu filho direcionando ao diagnóstico precoce

Devemos desenvolver ações de reabilitação que visam ajudar o paciente a lidar com a realidade, compreender a dinâmica de suas relações, reconhecer e admitir suas habilidades, capacidades e potencialidades, bem como aceitar, enfrentar e conviver com suas limitações.

Quando as famílias das crianças com Transtorno do Espectro Autista veem seu imaginário de futuro perfeito se desfazer ao receberem o diagnóstico, deparam-se frente ao desafio de ajustar seus planos e expectativas quanto ao futuro, às limitações desta condição, além da necessidade de adaptar-se à intensa dedicação e prestação de cuidados das necessidades específicas do filho. O acolhimento e a orientação para as famílias são fundamentais para que elas deixem de lado crenças errôneas e não se desgastem com culpas desnecessárias e sem propósitos e, com isso, tornem adultos conscientes.

Na vida adulta, os problemas de comunicação e socialização tendem a persistir e apenas uma pequena parcela alcança independência. Existem ainda outras manifestações que caracterizam o autismo, tais como comportamentos ritualistas, auto agressividade, alterações no sono e alimentação, ausência de noções de perigo, hipo ou hiper-reações a estímulos sensoriais como luz ou sons, bem como apego a datas e itinerários e ainda demonstração de predileção por objetos rígidos e incomuns e geralmente apresentam medo e fobia inespecíficos.

A equipe de enfermagem entra no cuidar dos familiares, especialmente das mães. Crianças com dificuldades na função executiva podem ser resistentes à mudança de rotinas, tendem a usar a memória daquilo que já fizeram ao invés de planejar novas ações, ficam aflitas quando há mais de uma opção para escolher, têm dificuldade para generalizar regras ou informações.

Quando chegam à fase adulta já estão com suas rotinas estabelecidas e, na maioria das vezes, não fazem grandes alterações. Muitas são as experiências de exclusão vividas pelas famílias de sujeitos com autismo, além das alterações na dinâmica familiar, na conjugalidade, na vida profissional e no cotidiano em geral. A inclusão educacional representa apenas o primeiro passo. É muito importante que haja uma parceria entre familiares e escola, pois os pais são portadores de informações preciosas que podem colaborar com o planejamento das intervenções educacionais das crianças autistas, fazendo diferença no seu crescimento.

O profissional pode apresentar medo do desconhecido, pois nem todos são necessariamente preparados para lidar com pessoas autistas. Isso pode estreitar o relacionamento com a família da criança, porém é necessária que o enfermeiro realize o levantamento de dados, fonte importante para levantar os diagnósticos de enfermagem e prescrever as intervenções necessárias, para um atendimento adequado.

O autismo apresenta graus variados de comprometimento, desde um autismo leve, caracterizado por ter um “alto funcionamento” e geralmente não impedir que a pessoa tenha

uma vida relativamente normal e produtiva, até graus severos, em que há muito comprometimento das funções cognitivas, da comunicação e dos comportamentos.

As dúvidas quanto a sinais geram incertezas e medos entre os profissionais, que acabam prejudicando a atuação para o atendimento do Transtorno do Espectro Autista. A detecção precoce de transtornos no desenvolvimento permite ao enfermeiro agir objetivamente, por meio de um plano de cuidados, e também encaminhar a criança a uma equipe especializada para confirmação diagnóstica e tratamento. O Transtorno do Espectro Autista não tem cura, portanto, o objetivo da equipe deve ser a assistência integral para melhor suporte e qualidade de vida da criança e seus familiares nos momentos necessários.

A equipe de enfermagem deve acolher de forma afetiva e profissional. É importante a aquisição do conhecimento científico, a presença humanizada de quem cuida poderá representar ao profissional de saúde a certeza de ter promovido, dentro de suas possibilidades, uma melhor qualidade de vida e de bem-estar àquele que estava temporariamente sob seus cuidados.

Dentro da assistência prestada é preciso incluir a elaboração de um plano de cuidados para melhora do paciente, considerando que esse processo é individual, pois é necessário analisar a necessidade de cada um. Promover ações de desestimular a autoagressão, desviando a sua atenção para outras coisas ou objetos, ter contato com toque, demonstrando carinho, prestar a atenção no que o autista está descrevendo. Tudo isso faz parte do papel do enfermeiro, ensinar e estimular o autocuidado com a higiene, fazer com que sejam desestimulados os movimentos repetitivos, estimular a atividades de grupos visando à inclusão social, promover atividades entre a família. Isso não só a equipe de enfermagem, mas toda a equipe multiprofissional, fazendo com que o autista tenha todas as suas necessidades atendidas.

Abordagem deste tema é de fundamental importância e o maior desempenho depende da motivação em mostrar que essas pessoas autistas podem se relacionar com a sociedade.

> O maior problema da criança autista e quando a família não entende que o autista tem que viver em sociedade. A criança autista tem participar da sociedade como outras crianças sem autismo. Na minha experiência profissional sempre observei as mães com crianças autistas e percebi que ela mesma exclui o filho da sociedade. Toda família tem que aprender a lidar com o seu filho autista. Jogar, passear, viajar, nadar estudar todas essas atividades que um autista pode e deve participar. Interagir ao meio com outras crianças e viver em sociedade. A enfermagem precisa valorizar as queixas do paciente, ter interesse ser prestativo, participar e apoias as necessidades da criança e da família. (SANTOS, MARY, 2014, s/p).

A maioria das pessoas tem uma visão, que o autista deve ser uma pessoa isolada, e isso não este correto a pessoa com autismo deve ter o contato com a sociedade, e isso começa dentro da própria família, e muitas vezes os familiares não tem essa preparação, não entende que mesmo com todas as barreiras e necessária oferta sempre novidade para aquele autista, o papel principal da enfermagem e explicar e incentivar aqueles pais para eles nunca abrirem mão do laser, são pessoas "normais" dentro das suas próprias limitações.

Segundo Sena et al., (2015) é necessário um cenário de discussão sobre a temática da assistência de enfermagem a pessoas com autismo, contribuindo para um diagnóstico da realidade local, observando suas fragilidades e possibilitando a ocasião para avaliar a prática profissional.

Portanto, é necessário que nas consultas de enfermagem este profissional avalie a criança atentamente quanto a seu desenvolvimento e os sinais de alerta que possam sugerir a presença de autismo, assim sendo um diagnóstico precoce.

4. DISCURSÃO E RESULTADOS

As entrevistas foram realizadas no mês de Dezembro de 2018, nas Unidades Básicas de Saúde de João Pinheiro-MG. Os entrevistados foram do próprio setor,enfermeiros (5),totalizando assim umas amostra com 05 entrevistados,os mesmos serão denominados por letras (A,B,C).O propósito da entrevista foi colher dados sobre o Transtorno do Espectro Autista.As respostas serão transcritas na integra.

Foi perguntado aos entrevistados qual tempo de atuação como enfermeiro (a).

Enfermeira A: ''7 anos"
Enfermeira B: ''11 anos"
Enfermeiro C: '' 12 anos"
Enfermeiro D: ''2 anos"
Enfermeira E: ''10 anos"

Com base nas respostas dos entrevistados todos possuem um bom tempo de atuação na área.

Foi perguntado o que você sabe sobre o Transtorno do Espectro Autista.

Enfermeira A:"Somente que são crianças que vivem no mundo delas."

Enfermeira B: "Doença com diagnóstico precoce difícil, alteração do comportamento, isolamento social, não tem uma causa especifica, são vários os fatores para tratar."

Enfermeiro C: "É um transtorno de desenvolvimento que geralmente aparece na infância e compromete as habilidades de comunicação e interação social."

Enfermeiro D: "É uma síndrome conhecida como TEA relacionada ao desenvolvimento onde e acometido, tem dificuldade de interagir socialmente, em dominar a linguagem e comunicar, mantendo um comportamento introspectivo e repetitivo. "

Enfermeira E: "É um transtorno no desenvolvimento que compromete o comportamento causando dificuldade de interação social. "

Com base nas respostas dos entrevistados o Transtorno do Espectro Autista e uma disfunção neurológica, que acomete partes nobres do desenvolvimento humano.

Autismo é um nome dado a um padrão de comportamento produzido de forma complexa, como um resultado final de uma longa sequência de causas. É uma síndrome, um conjunto de sintomas que, agrupados, recebem a denominação de autismo (CORREIA, 2010).

Foi perguntado aos entrevistados você sabe quais as características para um diagnóstico precoce de Transtorno do Espectro Autista.

Enfermeira A:"Não"

Enfermeira B: "Eles tem atendimento especializado, procuram as unidades somente para vacinas, vão acompanhados pelos pais, não e feito o acompanhamento continuo na UBS,são encaminhados para o serviço especializado, e como profissional não tenho preparo para lhe dar com paciente com o Transtorno do Espectro Autista, o que sei aprendi lhe dando com eles no dia-dia."

Enfermeiro C:"Geralmente se observa o comportamento da criança principalmente em relação a outras crianças."

Enfermeiro D:"Dificuldade de interação social, prejuízo na comunicação e alterações no comportamento."

Enfermeira E:"Alteração no comportamento, dificuldade de intenção social, ficam mais sozinhos isolado no mundo deles."

Com base nas respostas dos entrevistados e observado um comportamento diferente das outras crianças e uma dificuldade de interação social.

"A característica principal de todas as crianças era uma incapacidade importante de se relacionar com as demais pessoas, iniciando-se nos primeiros anos de vida. " (STELZER, 2010, p. 10 *apud*. KANNER, 1943, p9.).

Foi perguntado aos entrevistados existe algum atendimento com pacientes com Transtorno Espectro Autismo? Quais dificuldades que você observa.

> *Enfermeira A: ”Na unidade onde trabalho, temos uma criança autista que e acompanhada diretamente pelo pediatra. ”*
>
> *Enfermeira B: “Falta de preparo dos profissionais, possui uma rede fragmentada, então os profissionais não estão todos preparados, para lhe dar com esta deficiência. ”*
>
> *Enfermeiro C: ”. Na unidade de saúde onde trabalho os autistas, ou com suspeita de autismo são encaminhados a fonoaudióloga. ”*
>
> *Enfermeiro D: ”Na UBS em que trabalho não temos paciente com TEA.”*
>
> *Enfermeira E: ”A falta de preparo dos profissionais e muito grande, pois não houve nenhum tipo de capacitação para os mesmo. ”*

Com base nas respostas dos entrevistados o Transtorno do Espectro Autista as UBS não prestam um atendimento direto a esses TEA, são encaminhados para outros profissionais.

De acordo com Barbosa e Nunes (2017) atualmente, não existe um tratamento específico e eficaz para trabalhar com autistas, pois cada situação exige que o profissional de saúde criar alternativas para lidar com ela. Portanto, para que o enfermeiro possa lidar com este sujeito portador de Transtorno do Espectro Autista (TEA), ou simplesmente autismo é necessário conhecer seu cliente em suas características e o assisti-lo mediante a suas necessidades.

Foi perguntado aos entrevistados você como enfermeiro (a) vê a importância de um grupo de apoio para esses autistas, para tirar dúvidas e ganhar mais conhecimento através de um bate papo entre família e profissionais da saúde, na unidade.

> *Enfermeira A: “Seria bom um treinamento primeiro, grupo se fosse em rede municipal, visto que a demanda e pequena. ”*
>
> *Enfermeira B: “Importantíssimo estes grupos de apoio, montar grupos pois até mesmo os familiares têm dificuldades de lhe dar com estes pacientes. ”*
> *Enfermeiro C: “Seria muito importante ter um grupo de ajuda e discussões de caso, para melhor atendimento a esses pacientes. ”*
>
> *Enfermeiro D: “Sim,a terapia comportamental e de grupo facilitaria a execução das atividades diárias e na socialização desses pacientes seja com a família, profissional e comunidades.”*
>
> *Enfermeira E:”Seria de suma importância os grupos, onde iam trabalhar com os pacientes autistas, seus familiares e os profissionais.”*

Com base nas respostas dos entrevistados o seria muito importante ter grupos ou até mesmo bate papos para um ganho de conhecimento entre família e profissionais.

Segundo Sena et al., (2015) é necessário um cenário de discussão sobre a temática da assistência de enfermagem a pessoas com autismo, contribuindo para um diagnóstico da realidade local, observando suas fragilidades e possibilitando a ocasião para avaliar a prática profissional.

Foi perguntado aos entrevistados você já fez alguma capacitação com relação ao autismo? Na faculdade você teve conhecimento sobre esse tema? E oferecido alguma forma de capacitação para o profissional estar mais preparado ao atendimento do autismo nas unidades básicas.

> *Enfermeira A:"Nunca houve nenhuma capacitação para esse tema. Na faculdade não estudei sobre o autismo."*
>
> *Enfermeira B: "Não fui capacitada para lhe dar com os autistas, e não vi sobre autismo na faculdade."*
>
> *Enfermeiro C:"Não tem nenhuma capacitação para lhe dar com estes pacientes. O conhecimento adquirido foi em estudos individuais e durante a graduação."*
>
> *Enfermeiro D:"Não me submeti a nenhuma capacitação na área, e no período acadêmico não se trabalhava esta temática, também não há ofertas de capacitação para os profissionais sobre esta síndrome por parte do município."*
>
> *Enfermeira E:"Não fui capacitada para lhe dar o autismo, o que aprendi foi no dia-dia e o município não disponibilizou cursos de capacitação para lhe dar com os pacientes autistas."*

Com base nas respostas dos entrevistados é notável a falta de abordagem com relação ao Transtorno do Espectro Autista, e também a falta de interesse dos órgãos governamentais de promover capacitações para estes profissionais.

Segundo Nogueira, Rio (2011) é fundamental que o profissional de enfermagem tenha conhecimento para avaliar os sinais e sintomas do Transtorno do Espectro Autista, para que haja uma intervenção satisfatória no tratamento e melhora do paciente. Sendo assim orientar a família e cuidadores dos mesmos, criando estratégias voltadas a minimizar os impactos que a doença traz ao paciente e seus familiares. Conscientizar os pais quanto as possíveis alterações em seu filho direcionando ao diagnóstico precoce.

5. CONSIDERACÕES FINAIS

Diante da análise dos dados, foi constatado que os profissionais apresentam deficiência no conhecimento quanto ao Transtorno do Espectro Autismo, pois a uma carência nas formações acadêmica dos profissionais de saúde a respeito do tema.

Não há uma capacitação especifica para os profissionais que atuam nas UBS, pois as falas dos colaboradores relata que o conhecimento na maioria das vezes vem através da pratica do dia-dia de trabalho.

Não há grupos destinados a esses pacientes nas UBS, os mesmos são encaminhados para Centros de atendimento Especializados.

Percebe-se que ainda há uma falta de conhecimento com relação ao Transtorno do Espectro Autista, e a carência de capacitação para os profissionais das Unidades Básicas de Saúde devido à falta de investimento do Governamental Municipal.

5. REFERÊNCIAS

CORREIA, Kely da Silva Bogéa. **Autismo na educação infantil.** 2010. Disponível em: < http://www.avm.edu.br/docpdf/monografias_publicadas/t205960.pdf>.

KANNER, L. **Os distúrbios autísticos do contato afetivo**. In: ROCHA, P. S. (org.). **Autismos**. São Paulo: Escuta 1997.

Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3o do art. 98 da Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Disponível em :
< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm.>

SANTOS K. B. O. 2008. **O Papel do Profissional de Saúde no Cuidado de Pacientes** Autistas. Disponível em:
<http://www.artigonal.com/saude-artigos/o-papeldo-profissional- de-saúde-no-cudado-de-pacientes-com-autismo >

ELIAS, Alexsandra V.;ASSUMPCAO JR,Francisco B. Qualidade de vida e autismo. Arquivos de Neuropsiquiatria. São Paulo, v. 64, n. 2a, jun. 2006.
FILHO, Ércio Amaro de Oliveira. **Autismo**. ABC da Saúde. Disponível em: http://www.abcdasaude.com.br/artigo.php?44 acessos em 12 maio de 2018.

ONU. **ONU Chama Atenção para o Autismo**. Conselho Federal de Enfermagem. Disponível em http://www.cofen.gov.br/onu-chama-atenao-para-o-autismo_6598.html, acesso em: 12 de maio de 2018.

SAÚDE, Ministério da. **Linha de cuidado para a atenção às pessoas com transtornos do espectro do autismo e suas famílias na Rede de Atenção Psicossocial do Sistema Único de Saúde**. Brasília. Ministério da Saúde, PDF, 2015.

SCHIMIDT, Carlo; *et al*. **Estratégias de Coping de Mães de Portadores de Autismo:** Lidando com Dificuldades e com a Emoção. Revista Psicologia Reflexão e Crítica. Porto Alegre, v. 20, n. 1, 2007.

STELZER, Fernando. **Uma pequena história do autismo.** Vol. 1. São Leopoldo: Oikos, PDF, 2010.

TEIXEIRA, M. C. T. V.; MECCA, T. P.; *et al*. **Literatura Científica Brasileira Sobre Transtornos do Espectro Autista**. Revista Associação Médica Brasileira. São Paulo, v. 56, n. 5, p. 607-614, 2010.

VILLELA, S. C.; SCATENA, M. C. M.; **A enfermagem e o cuidar na área de saúde mental**. Revista Brasileira de Enfermagem. Brasília. 2004.

BARBOSA, P. A.S.; NUNES, C. R. **Relação entre o enfermeiro e a criança com transtorno do espectro do autismo**. Revista Científica Interdisciplinar, São Carlos, v. 2, n. 2, p.100-196, dez. 2017.

ALTUS CIÊNCIA
REVISTA ACADÊMICA MULTIDISCIPLINAR DA FACULDADE CIDADE DE JOÃO PINHEIRO

ÚLCERA VENOSA: cuidados com os casos recorrentes em pacientes institucionalizadas em um abrigo de longa permanência

Fernando Dornelas Vieira[1]
Michelle Barra Caixeta Leão[2]
Bárbara Donnária da Silva Gonçalves[3]

Resumo: As úlceras venosas tornam-se um severo problema de saúde pública, uma vez que se apresentam um amplo número de pessoas acometidas. Quando se trata de pessoas acamadas, ou idosas, elas se tornam muito presentes, dificultando o trabalho da equipe de saúde. Trata-se de um estudo com relação à úlcera venosa, sabendo-se que ela é uma lesão cutânea que acomete o terço inferior das pernas, interferindo na qualidade de vida do paciente. O objetivo deste trabalho foi identificar quais as dificuldades da equipe de enfermagem em relação ao conhecimento deste assunto, e a importância da qualidade da assistência prestada com a finalidade de evitar assim casos recorrentes. Esse trabalho foi realizado na metodologia qualitativa, sendo efetivado por meio de uma pesquisa exploratória, com aplicação de questionários a profissionais que trabalham com o tratamento de pacientes portadores dessa modalidade úlcera, em uma instituição filantrópica do município de João Pinheiro (MG). Pesquisa buscou evidenciar as dificuldades da equipe que objetiva proporcionar a integralidade do cuidado e exaltação na qualidade da assistência prestada. Os resultados deste estudo indicam que a grande dificuldade encontrada pelos profissionais de enfermagem consiste no processo de cicatrização das feridas nos residentes.

Palavras-Chave: Úlcera venosa. Assistência de Enfermagem. Cicatrização. Tratamento.

Abstract: Venous ulcers become a serious public health problem, since a large number of people are affected. When it comes to bedridden or elderly people, they become very present, making the work of the health team difficult. This is a study regarding venous ulcer, knowing that it is a skin lesion that affects the lower third of the legs, interfering with the patient's quality of life. The objective of this study was to identify the difficulties of the nursing staff regarding the knowledge of this subject, and the importance of the quality of care provided in order to avoid recurrent cases. This study was carried out using qualitative methodology and was carried out through an exploratory research, with questionnaires applied to professionals who work

[1] Bacharel em Enfermagem pela Faculdade Cidade de João Pinheiro-FCJP; técnico em Radiologia pelo Centro Educacional Visão. E-mail: fernandodornelas1991@hotmail.com

[2] Enfermeira graduada pela faculdade Talentos Humanos – FACTHUS, Uberaba. Enfermeira Assistencial do Abrigo Sant'Ana (SSVVP). Especialista em UTI Geral, Urgência e Emergência e Enfermeira do Trabalho pela Faculdade do Vale ItajaiMirin – Favim, Uberaba. Professora Orientadora da Faculdade Cidade de João Pinheiro – FCJP. E-mail: michelly_barra@hotmail.com

[3] Médica graduada pela Faculdade Univix, residente em Cirurgia Geral no Hospital Evangélico de Cachoeiro do Itapemirim (ES). E-mail: barbaradonnaria@hotmail.com

Recebido em 20/09/2019
Aprovado em 30/10/2019

with the treatment of patients with this ulcer modality, in a philanthropic institution in the city of João Pinheiro (MG). Research sought to highlight the difficulties of the team that aims to provide comprehensive care and exaltation in the quality of care provided. The results of this study indicate that the major difficulty encountered by nursing professionals is the wound healing process in the residents.

Keywords: Venous ulcer. Nursing care. Healing. Treatment.

1. INTRODUÇÃO

Para Sant'Ana, et. al, (2012, p.638) "As úlceras venosas constituem-se um sério problema de saúde pública, em função do grande número de pessoas acometidas, por necessitar de cuidados em saúde, provocar ausência do trabalho ou perda do emprego, contribuindo para onerar o gasto público, além de provocar o sofrimento das pessoas e a interferência na sua qualidade de vida"

Conforme as mesmas autoras:

.

> As úlceras venosas são responsáveis pela principal causa de úlcera de perna, com uma ocorrência que atinge índices de até 80,0%, e podem acometer desde indivíduos jovens até o mais idoso. Independente da faixa etária acometida é observado impacto tanto no aspecto físico como psicossocial, que incluem a dor, dificuldades para se locomover, limitações no trabalho doméstico, nas atividades sociais, vergonha de expor as pernas, limitação das atividades de lazer e restrições na vida conjugal. Por isso, necessitam de cuidados apropriados e de forma resolutiva, com vista ao restabelecimento da saúde das pessoas e seu retorno às atividades cotidianas. (SANT'ANA, et. al, 2012, p.638)

Esta pesquisa focará a causa da etiologia de úlceras venosas em um abrigo para institucionalizados, que fica localizado na cidade de João Pinheiro – MG, durante o ano de 2018. O local escolhido deve-se pelo grande número de idosos residentes com essa patologia.

Destaca-se o papel do profissional de enfermagem juntamente com toda a equipe multidisciplinar sobre o desempenho e responsabilidade no tratamento de feridas. Da mesma forma, é importante que toda a equipe esteja ciente dos avanços recentes e de suas implicações, para que haja um atendimento efetivo e de boa qualidade.

IVC – Insuficiência Venosa Crônica, é a causa mais recorrente das úlceras venosas. A fisiopatologia da doença é fruto de uma insuficiência das válvulas das veias das pernas e da associação do refluxo de sangue para as veias superficiais. As falhas no sistema fisiológico responsável pelo fluxo venoso desencadeiam a hipertensão venosa em deambulação, o que afeta

a microcirculação da região, causando danos às paredes das veias e o aumento da permeabilidade destas. O aumento da capilaridade venosa traz a liberação de macromoléculas do seu interior dos vasos sanguíneos para a pele, incidindo assim alterações cutâneas as quais culminam com o processo de ulceração do tecido (JORGE; DANTAS, 2003).

Estas úlceras são consideradas lesões crônicas por serem de longa duração e com recorrência frequente, muitas vezes demorando meses ou até anos para cicatrizar, gerando assim um incômodo para os idosos, além de custos elevados para o tratamento.

As úlceras venosas são causadas pela dificuldade de oxigenação tecidual decorrente da incompetência das válvulas do sistema venoso superficial e/ou profundo. Podem ocorrer devido à obstrução do retorno venoso ou refluxo do sangue venoso, ocasionando hipertensão venosa que leva ao edema e lipodermatoesclerose, que são comuns na pessoa com insuficiência venosa.

Destaca-se a importância de um atendimento adequado à esta população. Há a necessidade da atuação de uma equipe multiprofissional, na qual está inserida a enfermagem, que se destaca por prestar atendimento na avaliação ampliada das pessoas com úlceras venosas, na avaliação das lesões, e na realização de curativos e encaminhamentos necessários. Além de ações educativas para a evolução favorável do processo de cicatrização e de prevenção do aparecimento de lesões.

Observa-se que a população idosa no Brasil e no mundo vem aumentando gradativamente, isso é um fenômeno natural dos seres humanos, desde o momento em que nascemos o processo se inicia. Este assunto passou a ser de muito interesse recentemente pelo mundo, onde o envelhecimento populacional tem despertado nos últimos anos preocupações com as necessidades desse grupo crescente.

A escolha do tema se deve ao elevado acometimento nos idosos residentes no abrigo universo dessa pesquisa. Mesmo hoje com inúmeros estudos realizados sobre a questão, meios de prevenção, cuidados, investimentos, nota-se um grande percentual dos idosos apresentando insuficiência venosa, ainda é possível se deparar com essa dificuldade do cuidar.

Assim, tornam-se fundamental à pesquisa para saber quais os principais motivos do índice elevado; incentivar e esclarecer à equipe de enfermeiros em questão, para o seu bom acompanhamento, atuando na redução do número de casos de pacientes, além de divulgar o material científico para o âmbito acadêmico.

A insuficiência venosa crônica tem diversos níveis de gravidade. Podem apresentar desde pequenos vasos que causam desconforto estético, inchaço e manchas nas pernas, até feridas de difícil cicatrização, chamadas úlceras venosas. Pretende – se avaliar esse tema com as seguintes indagações: quais cuidados de enfermagem podem ajudar na melhora dos sintomas

da úlcera venosa? Como funciona o tratamento da mesma? Como é feito o diagnóstico dessa patologia nos pacientes? Qual o papel do enfermeiro mediante a equipe de enfermagem com os pacientes diagnosticados com úlcera venosa?

As hipóteses para o problema em questão foram as seguintes: As úlceras venosas apresentam-se em grande amplitude, podendo estar associadas à diversas patologias, geralmente decorrentes de problemas venosos, onde ocorre o aumento da pressão sanguínea localizados nos membros inferiores, deformando e dilatando os vasos, dificultando o retorno venoso de forma eficiente e levando a um possível edema e estase de forma contínua decorrentes do refluxo persistente.

O diagnóstico das úlceras venosas deve ser feito de maneira cautelosa e criteriosa, através de exames de cunho invasivo e não invasivos, em sua maioria, o exame físico e a história do paciente, incluindo sinais e sintomas, tornando-se suficiente para a conclusão de um diagnóstico preciso, o que dará suporte a terapêutica a ser prescrita.

O enfermeiro em suas atividades na assistência à saúde é responsável por executar ou treinar sua equipe de enfermagem para realizar os cuidados no tratamento e prevenção de feridas, assistir e avaliar diariamente o portador de ferida, pois a utilização de técnicas corretas no manejo clínico terá impacto no processo de cicatrização. Desse modo, ele deve avaliar a evolução da mesma e prescrever cuidados adequados à efetivação o caso, orientando, assim, tanto o paciente quanto seus familiares no processo do cuidado.

O objetivo geral deste estudo é identificar a importância do enfermeiro diante as causas de casos recorrentes de úlceras venosas em um abrigo no município de João Pinheiro, e os objetivos específicos visam verificar quais práticas realizadas pelos profissionais de enfermagem ao portador de feridas; identificar as causas da patologia e identificar o índice de casos em um abrigo do município de João Pinheiro.

2. METODOLOGIA

A presente pesquisa foi desenvolvida em uma Instituição de Longa Permanência para Idoso localizada no município de João Pinheiro-MG durante o ano de 2018. Orientou-se na modalidade Qualitativa e foi efetivada por meio de um Estudo de Caso no referido abrigo.

“O estudo de caso é um método de pesquisa estruturado, que pode ser aplicado em distintas situações para contribuir com o conhecimento dos fenômenos individuais ou grupais”. (ANDRADE, et. All, 2017, p.02)

Tendo como base de pesquisa a analise retratadas pela equipe de enfermeiros que atua na aludida instituição, sobre procedimentos e impressões acerca dos institucionalizados portadores de úlcera venosa. Para que fosse possível inicialmente foi realizado um levantamento bibliográfico baseado em obras de autores como (JORGE; DANTAS, 2003); (ABBADE; LASTÓRIA, 2006); (BORGES et al., 2001). Foi realizada uma pesquisa de campo, de forma exploratória, descritiva e interpretativa da patologia dos institucionalizados e seus desdobramentos a partir do olhar dos profissionais da enfermagem que possuem uma vivência com idosos num ambiente institucional de longa permanência.

A pesquisa teve como fins coletar dados da equipe de enfermagem na instituição, por meio de questionários com questões objetivas e subjetivas e aplicados individuais, com a coleta dos dados finalizada o passo seguinte foi a leitura individual das informações e adequação na elaboração de gráficos e tabelas e o recorte de registros individuais relevantes para uma análise individual. A escolha da amostra foi com três enfermeiros atuantes na instituição, o fator inclusão levou-se em conta toda a população de enfermeiros atuantes no universo de pesquisa. Através dos resultados foi verificada a importância do enfermeiro diante das causas de casos recorrentes de ulcera venosas, expondo as práticas realizadas, identificando as causas da patologia e o índice de casos recorrentes, expondo assim quais as dificuldades encontradas pelos profissionais.

3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A pele, maior órgão do corpo humano, também conhecida como tegumento, é constituída de três camadas distintas: epiderme, derme e hipoderme (tecido subcutâneo) (BORGES et al. 2001). Camada mais externa, avascular e fina do órgão, a epiderme tem a propriedade de se reconstituir ou regenerar-se numa média de quatro semanas. Tem como função base manter a integridade e proteção do órgão, atuando como barreira física. Também é subdividida em camadas: a) basal; b) granulosa; c) espinhosa; d) córnea. Constitui-se de melanócitos, células de Langerhans, células de Merckel e anexos cutâneos – folículos pilosos, glândulas sebáceas, glândulas sudoríparas e as unhas (JORGE; DANTAS, 2003).

Quanto à derme, esta tem por função sustentar a epiderme, envolver os anexos cutâneos, tais como vasos, nervos e os músculos eretores do pelo. Contudo, não se pode dizer que tal camada é apenas um envoltório, pois a derme participa ativamente da nutrição cutânea, do sistema imune através do tráfego seletivo de células inflamatórias, regulando os tônus muscular. É na derme que se encontram elementos como: a) fibroblastos e colágeno; b) fibras elásticas;

c) vasos sanguíneos; d) vasos linfáticos; e) células inflamatórias; f) nervos; g) músculos liso e esquelético (HESS, 2002).

Já a hipoderme é composta de tecido conjuntivo e adiposo, dos grandes vasos sanguíneos, nevos e vasos linfáticos. Auxilia na regulação da temperatura do corpo, provisão de energia, reserva nutricional e no papel cosmético (HESS, 2002).

3.1. Funções da pele

São seis as funções básicas da pele: a) de atuação – como barreira física contra microrganismos e substancias estranhas, agindo no sentido de proteger o corpo contra infecções e perdas de líquidos de modo excessivo; b) de sensibilidade –as terminações nervosas da pele permitem que a pessoa sinta frio, calor, a pressão do ambiente, dor; c) de reguladora de temperatura corporal – termorregulação através de vasoconstrição e sudorese; d) de excreção – a pele auxilia na termorregulação por meio da excreção dos resíduos como água e eletrólitos; e) de metabolismo – faz a síntese de vitamina D pela exposição à luz do Sol, ativa o metabolismo do cálcio e do fosfato, minerais de importante função para a formação dos ossos; f) de imagem corporal – a pele transmite a aparência superficial/visível da pessoa, a identificando entre os demais indivíduos (HESS, 2002).

3.2. Cicatrização e sua fisiologia:

O processo de cicatrização é sistêmico, requer do organismo uma ativação, produção e inibição de um sem número de compostos moleculares e celulares que, de maneira ordenada e linear, promoverão o processo de restauração tissular. Contudo, mesmo sendo sistêmica, o cuidado externo com a lesão é fator que interfere (nocivamente ou não) na recuperação do organismo (BORGES et al, 2001).

Havendo uma lesão no tecido da pele, seja ela de qualquer natureza, restará ao organismo desenvolver a cicatrização. Este não é um processo simples. É composto de vários estágios, interligados e simultâneos, e que envolvem processos biológicos, físicos e químicos – proliferação celular, produção de colágeno, regeneração, etc. O processo de cicatrização está envolto à etapa catabólica, onde células são deslocadas e a etapa anabólica, onde se iniciará a formação dos novos elementos celulares (HESS, 2002).

O processo de cicatrização pode ser estudado através de suas fases: a) fase inflamatória, proliferativa e de maturação, havendo aqui fatores que otimizam o processo ou o retardam (BORGES et al. 2001).

Na fase inflamatória há um sobressalto dos sinais associados aos processos inflamatórios de modo localizado. Observa-se na região afetada dor, calor em excesso, edemas, rubor e uma possível perda das funções locais. Os sintomas se iniciam no momento da lesão e se estendem por um período que varia entre três e seis dias (BORGES et al. 2001).

A literatura especializada descreve a fase inflamatória como a de controle do sangramento pela hemostasia, aniquilação das bactérias presentes na lesão pelos leucócitos granulocíticos, atuação dos macrófagos na destruição das bactérias, limpeza de resíduos celulares e mutação de macromoléculas em aminoácidos e nos açúcares indispensáveis ao processo de cicatrização (HESS, 2002).

Na proliferativa, segunda fase do processo, as atividades de recomposição de saúde do organismo se focam na mitose celular, a qual se estende, aproximadamente, por três semanas. Como característica basilar da fase em comento, observa-se o desenvolvimento do tecido de granulação composto por capilares e a reconstituição da matriz extracelular, com a deposição de colágeno, fibronectina e componentes protéicos (JORGE; DANTAS, 2003).

Importantes também na fase proliferativa, os macrófagos agem na produção dos fibroblastos, aproximando-os para o local da lesão e estimulando-os a se dividir e, posteriormente, na produção das fibras do colágeno. No transcorrer do período de preenchimento do local da lesão pelo tecido granulado, as bordas da ferida se aproximam, reduzindo a superfície desta. Durante a epitelização, última etapa desta fase, as células migram às bordas, dividem-se para unirem-se novamente umas às outras num esforço de isolamento da ferida do ambiente externo (DEALEY, 2001).

Por fim, a fase de maturação (reparadora para alguns autores) tem seu início por volta da terceira semana após a lesão, estendendo-se por até dois anos, a depender da extensão, local e grau de intensidade do ferimento. As ocorrências nesta fase se caracterizam pela progressiva diminuição da vascularização, dos fibroblastos, retomada da força tênsil e reorientação das fibras de colágeno. O volume da cicatriz gradualmente retrocede e a coloração, outrora avermelhada, passa a ostentar um pálido branco. Todavia, quanto à força original do tecido lesionado, sua recuperação total é impossível (JORGE; DANTAS, 2003).

3.3. Tipos de cicatrização

Os procedimentos fisiológicos de cicatrização de uma lesão podem se dar de três maneiras. A divisão por categorias segue uma análise baseada nos agentes causadores da lesão,

na quantidade perdida/afetada de tecido e no conteúdo microbiano. Assim, a cicatrização se dá em primeira, segunda ou terceira intenção (HESS, 2002):

Primeira intenção – é a cicatrização tida como ideal para o fechamento de ferimentos; é associada às situações de lesões limpas, procedentes de um evento onde há uma perda mínima de tecido, sendo possível fazer-se a junção dos bordos do ferimento, com cicatrizes mínimas (HESS, 2002);

Segunda intenção – associada aos traumas advindos de ferimentos infectados e lesões com perda acentuada de tecido, onde não é mais possível uma junção dos bordos da lesão. Como consequência, há um desvio da sequência esperada para recuperação do tecido e uma maior produção do tecido granulado; portanto, maior tempo de epitelização. A cicatriz será significativa – onde se podem alojar as úlceras venosas (HESS, 2002);

Terceira intenção – também conhecida como fechamento primário retardado, está associada às condições que retardam o processo de uma lesão inicialmente alocada dentro do primeiro tipo de intenção (HESS, 2002).

A cicatrização por primeira intenção se dá em condições onde as bordas agudas da ferida têm perda mínima de pele, podendo ser reaproximadas e suturadas (LOPES; ARAVITES; LOPES, 2005).

A cicatrização em segunda intenção, por seu turno, é visualizada nas lesões abertas, de grande região afetada, com espessura total e perda de tecido mole, o que incide no tempo de recuperação e cicatrização; há ainda deposição de colágeno, contração, granulação seguida por epitelização (HESS, 2002).

Já a cicatrização por terceira intenção ocorre em lesões extensas, as quais são identificadas como altamente contaminadas ou sob o risco de infecção na fase inicial de cicatrização (HESS, 2002).

3.4. Tipos de feridas

Ferida é um evento traumático ou desencadeado por uma afecção, que aciona as defesas do organismo e interrompe a continuidade de um tecido corporal. São interrupções da integridade cutaneomucosa e resultam de um desequilíbrio da saúde das pessoas, agindo de maneira a dificultar atividades básicas da vida como a locomoção, a convivência e ou as relações interpessoais, por exemplo. (LOPES; ARAVITES; LOPES, 2005).

Feridas agudas são aquelas identificadas pelo seu súbito surgimento e curta duração. São feridas traumáticas ou cirúrgicas como corte ou queimaduras. Incidem sob todas as idades

e sua cicatrização é geralmente fácil e não a complicações (LOPES; ARAVITES; LOPES, 2005).

Feridas crônicas, em oposição, são aquelas de prolongada duração e de recorrência frequente. Sãos as úlceras de pressão e úlceras de perna, notadamente as úlceras venosas. Incidem com mais frequência em pessoas idosas ou pessoas enfermas e com múltiplos problemas sistêmicos, fatores estes que afetam e retardam o processo de cicatrização (DEALEY, 2001).

Para a literatura especializada, são várias as causas de uma ferida: intencional, trauma, pressão e isquemia. Em ferimentos por trauma e intencional, verifica-se o rompimento dos vasos de sangue, o que resulta no sangramento e na formação de coágulos. Em feridas que se originam por isquemias e pressão, o fornecimento do sangue é interrompido por oclusão local da microcirculação, seguindo-se disto um processo de necrose do tecido e a formação da úlcera (LOPES; ARAVITES; LOPES, 2005).

Feridas crônicas ocorrem quando danos repetitivos interrompem e dilaceram a formação dos tecidos ou quando elementos químicos e celulares dos processos de cicatrização são deficientes, não sendo capazes de cumprir sua função reparadora (DEALEY, 2001).

As feridas crônicas são dolorosas, desconfortáveis, sendo necessária uma abordagem multiprofissional para seu efetivo enfrentamento. Neste sentido, o profissional de enfermagem surge como figura importante do processo, pois, passa o maior tempo junto ao paciente, sendo ele quem mais observa o ferimento e supre o médico das informações necessárias para o diagnóstico e tratamento (BORGES et al., 2001).

A úlcera venosa é uma ferida crônica. Ela tem elevado número de recidivas (chega a 66%) e representa uma média de 70 a 90% das úlceras nas pernas. Suas complicações são diversas e podem repercutir física e emocionalmente na saúde do paciente, tendo ainda consequências sociais e econômicas (BORGES et al., 2001).

3.5. Úlceras Venosas

A IVC – Insuficiência Venosa Crônica, é a causa mais recorrente das úlceras venosas. A fisiopatologia da doença é fruto de uma insuficiência das válvulas das veias das pernas e da associação do refluxo de sangue para as veias superficiais. As falhas no sistema fisiológico responsável pelo fluxo venoso desencadeiam a hipertensão venosa em deambulação, o que afeta a microcirculação da região, causando danos às paredes das veias e o aumento da permeabilidade destas. O aumento da capilaridade venosa traz a liberação de macromoléculas

do seu interior dos vasos sanguíneos para a pele, incidindo assim alterações cutâneas as quais culminam com o processo de ulceração do tecido (JORGE; DANTAS, 2003).

A IVC pode ser conceituada como uma falha do funcionamento do sistema venoso que tem origem em uma incompetência valvular que pode estar, ou não, condicionada a uma obstrução do fluxo sanguíneo, podendo afetar o sistema venoso superficial, venoso ou ambos. Este distúrbio no sistema venoso resulta no estado de hipertensão venosa (JORGE; DANTAS, 2003).

A hipertensão venosa, por sua vez, tem dois mecanismos, o primeiro se refere à incompetência das válvulas do sistema venoso profundo e comunicante resultado refluxo. Já o segundo se refere a um distúrbio da bomba muscular localizada na panturrilha, associada, ou não, ao distúrbio valvular (JORGE; DANTAS, 2003).

O desenvolvimento da úlcera pode estar associado ao acúmulo de líquidos e o depósito de fibrina no interstício – formando assim manguitos –, o que traz dificuldade de suprimentos de nutrientes e oxigênio, ocasionando o processo de ulceração e necrose. Outro processo que contribui para o desenvolvimento ulcerar é a reação entre leucócitos e moléculas de adesão do endotélio (CARMO et al., 2007).

Numa visão geral, a úlcera venosa é uma lesão de borda irregular. No seu início ela é superficial, mas pode adquirir profundidade no decurso do tempo, adquirindo características de bordas bem definidas e, comumente, com exsudado amarelado, sendo raro, todavia, a presença de tecidos necrosados e exposição de tendões (CARMO et al., 2007).

A dor é um sintoma da intensidade na variação da úlcera. Ela não tem ligação direta com o tamanho da lesão. A dor se associa às condições do ferimento, sendo notada uma piora ao final do dia com a posição ortostática melhorando com a elevação do membro atingido (BORGES, 2005).

Outras características da úlcera venosa é a possível ocorrência de eczema caracterizado por eritema, descamação, prurido ou, em alguns casos, exsudado. A lipodermatoesclerose – endurecimento da derme ou do tecido subcutâneo – também pode ocorrer a depender da consistência e severidade da lesão; havendo, ainda, a possibilidade de hiperpigmentação e hipersensibilidade no local em conformidade com a liberação de hemoglobina advinda do rompimento dos glóbulos vermelhos extravasados; e a presença de veias varicosas, fruto da limitação do fluxo sanguíneo (ABBADE; LASTÓRIA, 2006).

O profissional da saúde que irá avaliar fisicamente a úlcera deve se atentar ao estado vascular da lesão e aos sinais de IVC, como: a) eczema; b) edema; c) hiperpigmentação e/ou hipersensibilidade; d) espessamento de tornozelo – valor < a 0,9é referência para um estado

aquém do normal; e) medição do índice tornozelo/braço, o qual permite auferir a normalidade (ou não) do suprimento arterial, veias varicosas, dor e outros (HESS, 2002).

Deve também o profissional avaliar algumas características essenciais da lesão ulcerar, tais quais: a) localização; b) profundidade; c) bordas; d) leito – avaliação do tipo de tecido em concordância com a cor, consistência e aderência da pele; e) mensuração – medida bidimensional; f) exsudato; g) dor (HESS, 2002).

3.6. Tratamento das Úlceras venosas

3.6.1. Terapia compressiva

A terapia compressiva é o método utilizado para se obter uma diminuição da hipertensão, auxiliando na macrocirculação e microcirculação. Trata-se do tratamento macro circular, há aumento no retorno venoso profundo, o que diminui o refluxo patológico. Quanto ao tratamento na microcirculação, diminuem-se as saídas de líquidos e moléculas dos capilares e vênulas (HESS, 2002).

Tal terapia pode ser realizada com uso de meias ou bandagens e tal procedimento é classificado como elástico ou inelástico, tendo uma ou mais camadas. As meias para compressão são um apoio útil e que garantem eficácia ao método, agindo no sentido de comprimir externamente as pernas em formato normal com o objetivo de prevenir o desenvolvimento ou a recorrência das úlceras. Porém, com o fito de prevenção ao desenvolvimento ou a recorrência de outras úlceras, o uso de tal método deve ser dosado e limitado. Uma avaliação física que garanta o sucesso da empreita é método prescritivo ideal. Nele, o exame do membro afetado juntamente com a realização do exame de ultrassom oportunizará uma visão de tempo para o uso das meias. Ademais, deve-se ter em estima a idade do paciente, as características da pele e da área afetada (ABBADE; LASTÓRIA, 2006).

No tocante das bandagens, seu uso é feito de modo mais comum. Porém, há certa dificuldade para seu efetivo uso, pois requer habilidade no manejo dos panos, uma vez que, aplicados de maneira errônea, acabam por prejudicar a circulação do sangue e, em casos mais graves, acarretam amputação de membros. A compressão contínua é característica do uso das bandagens. O uso da aplicação, retirada e reaplicação pode variar – em média duas vezes por semana – a depender da extensão do edema e da quantidade de exsudato. As bandagens são usadas em feridas abertas; nas fechadas, recomenda-se o uso das meias de compressão (BORGES, 2005).

No sistema multicamadas de bandagens percebe-se a ideia de alta compressão, sendo que cada camada deve funcionar como um compressor. As camadas também devem ter cada uma um material específico: a) camada um – lã ortopédica, que absorve o exsudato e areja o local, permitindo a evaporação da umidade; b) camada dois – deve ser feita com crepe comum que mantém a camada de lã em seu lugar; c) camada três – deve-se utilizar uma liga elástica que produza uma compressão de 18-20mmHg; d) camada quatro – deve ser aderente e manter as demais camadas a uma pressão de 22-25mmHg. A bandagem elástica de extensão longa consegue expandir na medida em que os músculos se contraem durante os exercícios, auxiliando da dissipação da força exercida pela contração muscular. Já a bandagem inelástica, de curta extensão, proporciona uma pressão nos músculos, a qual será redirecionada ao membro, maximizando o retorno venoso (BORGES, 2005).

Outro exemplo de bandagem, a bandagem inelástica de pasta de Unna, é uma atadura impregnada com óxido de zinco de molde semissólido que pretende dar mais pressão a lesão. De mesmo material, a bota de Unna – menos rígida – também prima por criar uma alta pressão com auxílio da contração do músculo e pequena pressão no repouso. Seu uso pode ser de até sete dias e são pontos favoráveis o conforto e a proteção que trazem ao local da lesão. Em demérito, pode-se apontar a inadequação diante de feridas exsudavas e alterações não pretendidas na pressão depois de longos períodos de uso (ABBADE; LASTÓRIA, 2006).

Já a compressão pneumática, método mecânico de pressão, pode ser empenhada em membros edemaciados, em decorrência de linfedemas, anterior ao início da terapia de compressão graduada. Tal método pode ser utilizado em pacientes que tem o músculo da panturrilha em dificuldade de ativação e retorno no sistema venoso. Contudo, a duração, frequência e diferença entre os tipos de mecanismo de pressão são imprecisos, variando a depender da lesão e do paciente, o que requer um acompanhamento contínuo (BORGES, 2005).

3.6.2. Terapia local:

Limpar o local da ferida é o primeiro cuidado a ser observado. A lavagem deve se dar com soro fisiológico, não sendo recomendável o uso de soluções antissépticas, uma vez que estas são citotóxicas - propriedade nociva de uma substância em relação às células. Feita a limpeza, a ferida deverá ser avaliada. Deve-se observar os tecidos inviáveis, quantidade de exsudato e sinais de infecção (BORGES, 2005).

Havendo a necessidade de desbridamente, deverão ser feitos curativos oclusivos com hidrogel ou hidrocolóide sendo este método denominado de autolítico (ABBADE; LASTÓRIA, 2006).

Uma limpeza adequada é capaz de retirar, de modo seguro, o leito da lesão, o tecido necrosado liquefeito, os exsudatos, impurezas e corpos estranhos e até mesmo a cobertura anterior da pele, criando-se assim uma excelente oportunidade para cicatrizações. Uma solução fisiológica a 0,9% é a mais indicada para ser utilizada como solução isotônica, por ter o mesmo Ph do plasma, não interferindo no processo natural de cicatrização, não provocando reações que possam causar irritabilidade ou alta sensibilidade, não alterando, ainda, a microbiota da pele (ABBADE; LASTÓRIA, 2006).

A cobertura para úlcera venosa deve ser feita de modo a remover o excesso de exsudato da ferida. Deve ainda fornecer um microambiente úmido, estéril e livre de contaminadores. Essas medidas auxiliam na redução das dores das úlceras, fornecendo, ainda, um isolamento térmico, diminuindo possíveis traumas numa remoção das coberturas (LOPEZ; ARAVITES; LOPES, 2005).

Ainda neste sentido, Carmo (et al. 2007) observa que o emprego do hidrocolóide, composto formado por pectinas, carboximetilcelulose sódica e gelatina revestida por uma camada de poliuretano é fórmula indicada para o tratamento de feridas com pouco ou moderado exsudato. Já o alginato de cálcio, composto de fibras naturais de alginato de cálcio e sódio – derivados de algas marinhas marrons, são prescritos para lesões com moderado ou alto nível de exsudato. O hidrogel, por sua vez, composto de carboximetilcelulose e propilenoglicol, partícula de alginato de cálcio, é o composto indicado para as feridas em processo de necrose e que realizam desbridamento autolítico.

Penúltimo composto, a espuma de poliuretano com prata é formada por uma almofada de espuma com camadas sobrepostas e não tecido e hidropolímero, revestida por poliuretano e prata. O composto é indicado para feridas moderadas a alta exsudação, infectadas e/ou estagnadas. A solução atua como absorvente do exsudato auxilia no tratamento da infecção e estimula o desbridamento autolítico (LOPEZ; ARAVITES; LOPES, 2005).

O carvão ativo, composto de partículas de carvão impregnadas com íons de prata, é prescrito para lesões infectadas e que necessitam de um composto de alta absorção que dê conta de drenar um volume moderado ou abundante de exsudato. A solução tem a ação bactericida da prata e elimina odores desagradáveis devido a sua capacidade de filtragem (CARMO et al., 2007).

3.6.3. Tratamento cirúrgico

O procedimento cirúrgico tem por meta eliminar ou diminuir a transmissão da alta pressão venosa para as áreas ulceradas. Quando se utiliza a técnica da ligadura endoscópica subfacial de perfurantes insuficientes, por exemplo, verifica-se um índice de recomposição dos tecidos que vai em 98% e 78%, ou seja, em até 22% poderá haver falhas no processo de cicatrização (LOPEZ; ARAVITES; LOPES, 2005).

O tratamento cirúrgico é indicado para os casos de úlcera venosa a depender da conjectura entre a avaliação, diagnóstico e os exames específicos esclarecedores os quais apontarão para a melhor técnica a ser adotada. Nos pacientes com comprometimento do sistema venoso superficial e profundo, o mais indicado é a cirurgia controversa. Aos pacientes que têm comprometido seu sistema venoso superficial isolado recomenda-se a cirurgia venosa, a qual resulta em melhor cicatrização da úlcera (LOPEZ; ARAVITES; LOPES, 2005).

4. ANÁLISE DE DADOS

Perfil dos entrevistados

A princípio a pesquisa através de entrevistas e questionários buscou categorizar o perfil dos entrevistados. Os resultados se encontram nos gráficos abaixo:

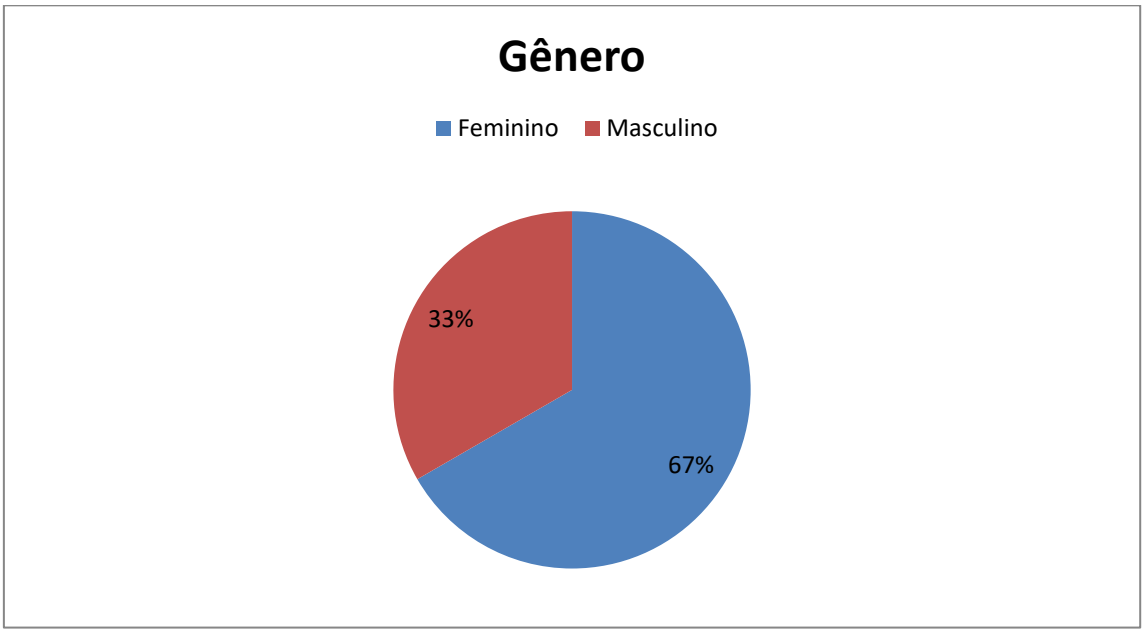


Gráfico 01: sexo dos entrevistados

Fonte: Direta 2018

Na instituição os profissionais entrevistados foram todos enfermeiros, sendo duas enfermeiras e um enfermeiro, disponíveis em tempo integral para uma melhor assistência prestada aos residentes.

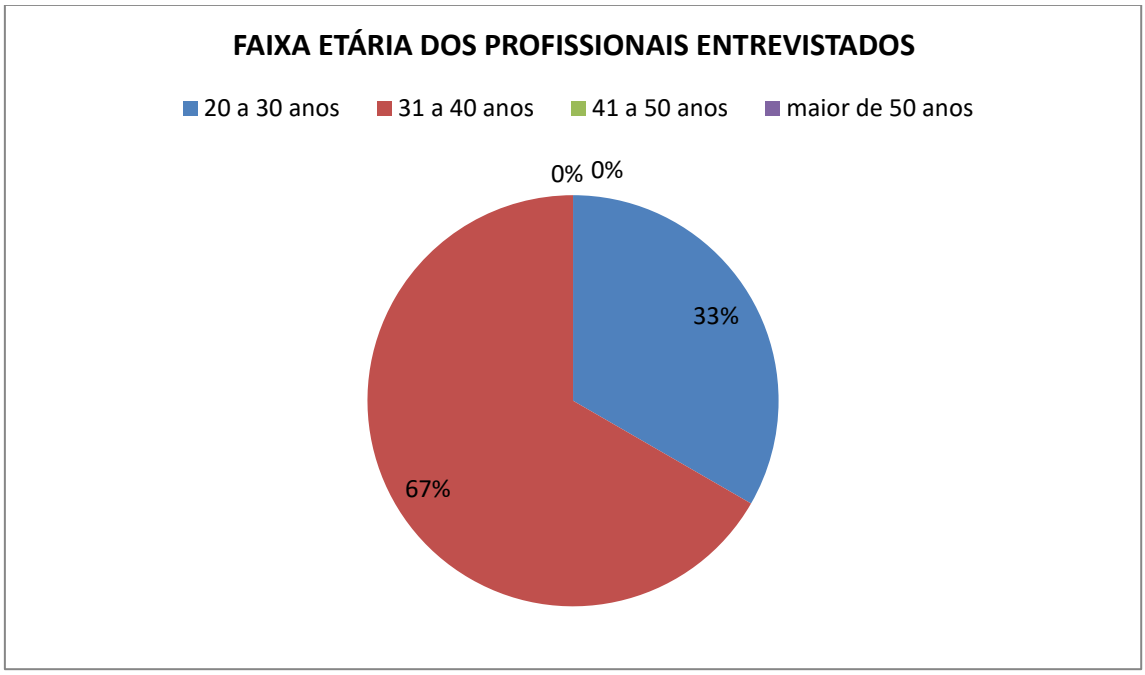


Gráfico 02: faixa etária dos entrevistados

Fonte: Pesquisa direta 2018

Os profissionais entrevistados apresentam uma faixa etária entre 20 a 40 anos de idade.

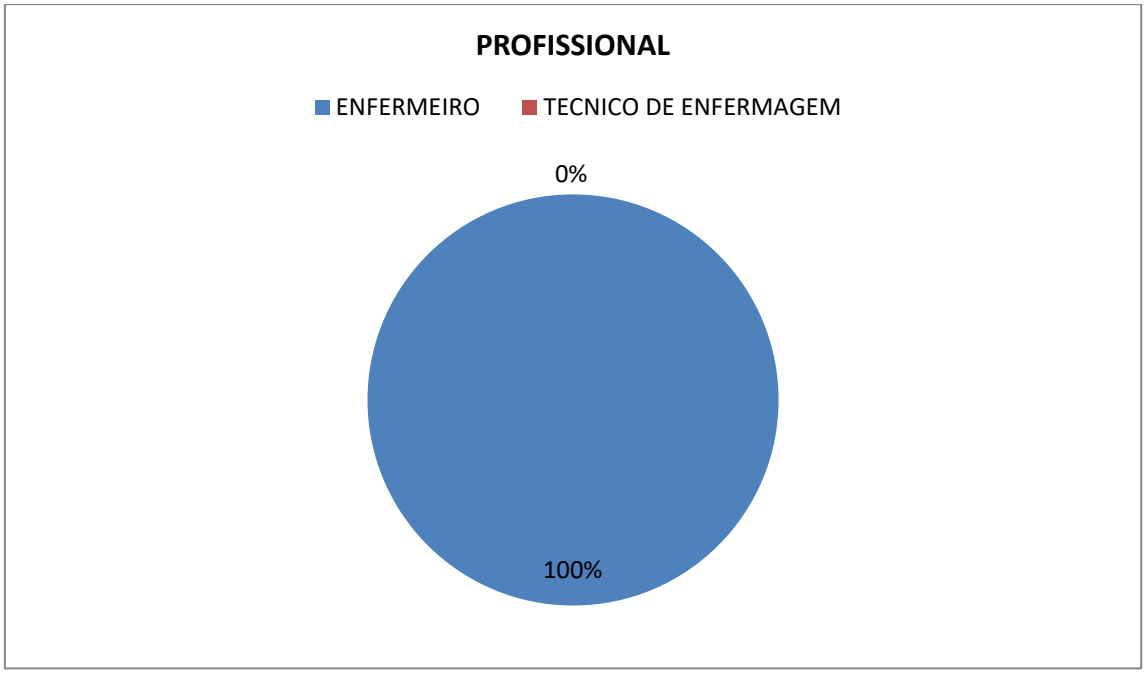


Gráfico 09: Profissionais entrevistados

Fonte: Pesquisa Direta

Todos os profissionais entrevistados possuem bacharelado e especializações em enfermagem na instituição, contamos com três profissionais em tempo integral.

A quarta questão norteadora visou descrever quais as principais causas da ulcera venosa. Abaixo estão caracterizadas as respostas:

> *Presença de varizes, uso de cigarro, obesidade, problemas circulatórios. (Entrevistado I)*
>
> *Umas das principais causas é o uso do cigarro, obesidade, problemas circulatórios e feridas não tratadas corretamente. (Entrevistado II)*
>
> *Geralmente a principal causa é uma insuficiência venosa que dura há alguns anos, dificultando o retorno venoso. (Entrevistado III)*

De acordo com os profissionais entrevistados a principal causa das ulceras venosas, além da insuficiência venosa crônica, é a falta de uma rotina saudável, falta de exercícios (que estimulam a circulação nos membros inferiores).

A Insuficiência Venosa Crônica, é a causa mais recorrente das úlceras venosas. A fisiopatologia da doença é fruto de uma insuficiência das válvulas das veias das pernas e da associação do refluxo de sangue para as veias superficiais. As falhas no sistema fisiológico responsável pelo fluxo venoso desencadeiam a hipertensão venosa em deambulação, o que afeta a microcirculação da região, causando danos às paredes das veias e o aumento da permeabilidade destas. O aumento da capilaridade venosa traz a liberação de macromoléculas do seu interior dos vasos sanguíneos para a pele, incidindo assim alterações cutâneas as quais culminam com o processo de ulceração do tecido (JORGE; DANTAS, 2003).

A quinta questão norteadora visou apresentar as principais dificuldades encontradas pelos profissionais no tratamento da úlcera venosa. Abaixo estão caracterizadas as respostas:

> *Repouso (falta), abandono de hábitos antigos (fumo), dieta. (Entrevistado I)*
>
> *Controlar a Pressão Arterial e Diabetes, quando o paciente não colabora com o tratamento, não segue as orientações e condutas, como: não fumar, realizar uma dieta saudável, praticar atividades físicas. (Entrevistado II)*
>
> *Falta de material adequado, como pomadas, meias por exemplo. Por ser um procedimento doloroso a inquietação do paciente pode dificultar o curativo. (Entrevistado III)*

Segundo os entrevistados as principais dificuldades encontradas pelos profissionais atuantes na instituição consistem no processo de cicatrização das feridas, por ser um processo

longo e com recorrência frequente o tratamento se torna complicado exigindo uma atenção maior a estes pacientes.

A úlcera venosa é uma ferida crônica. Ela tem elevado número de recidivas (chega a 66%) e representa uma média de 70 a 90% das úlceras nas pernas. Suas complicações são diversas e podem repercutir física e emocionalmente na saúde do paciente, tendo ainda consequências sociais e econômicas (BORGES et al., 2001). A sexta questão norteadora visou verificar quais os cuidados que jugam necessário ter coma úlcera venosa. Abaixo estão caracterizadas as respostas:

> *Curativo diário, escolha adequada da cobertura, debridamento se necessário. (Entrevistado I)*
>
> *Curativos diários conforme orientações do médico, manter membros inferiores elevados, parar de fumar, tomar os medicamentos conforme prescrição médica e evitar novas feridas. (Entrevistado II)*
>
> *Manter o curativo limpo, pernas elevadas acima do nível do coração por meia hora, 3 a 4 vezes ao dia. (Entrevistado III)*

De acordo com as repostas dos profissionais, o portador de feridas crônicas como a ulcera venosa exige um cuidado delicado, por ser uma ferida de difícil cicatrização, o curativo deve ser feito diariamente com a cobertura adequada e se necessário fazer o debridamento do tecido necrosado.

Limpar o local da ferida é o primeiro cuidado a ser observado. A lavagem deve se dar com soro fisiológico, não sendo recomendável o uso de soluções antissépticas, uma vez que estas são citotóxicas - propriedade nociva de uma substância em relação às células. Feita a limpeza, a ferida deverá ser avaliada. Devem-se observar os tecidos inviáveis, quantidade de exsudato e sinais de infecção (BORGES, 2005).

Havendo a necessidade de desbridamento, deverão ser feitos curativos oclusivos com hidrogel ou hidrocolóide sendo este método denominado de autolítico (ABBADE; LASTÓRIA, 2006).

A sétima questão norteadora visou identificar qual o papel do enfermeiro na prevenção da úlcera venosa. Abaixo estão caracterizadas as repostas:

> *Traçar planos de ações: Programa antitabagismo, perder peso, controle da pressão arterial e diabetes, reduzir o sal, exercício físico, usar meias de compressão, manter membros inferiores elevados, hidratação. (Entrevistado I)*

> *Orientação quanto ao uso de medicações para circulação, controlar pressão arterial e diabetes, incentiva a pratica de atividades físicas e evitar possíveis feridas que poderão se tornar úlceras venosas. (Entrevistado II)*
>
> *Orientar quanto aos riscos/fatores como: Fumar, perder peso, para pacientes obesos, a importância de controlar a pressão arterial e diabetes, reduzir o sal na dieta, praticar exercício físico com regularidade, usar meias de compressão e manter as pernas elevadas sempre que possível. (Entrevistado III)*

Segundo os profissionais entrevistados, o enfermeiro exerce um papel de grande importância, pois é ele quem passa a maior parte do tempo com os pacientes portadores de ulceras venosas e supre o médico das informações necessárias para o tratamento correto.

As feridas crônicas são dolorosas, desconfortáveis, sendo necessária uma abordagem multiprofissional para seu efetivo enfrentamento. Neste sentido, o profissional de enfermagem surge como figura importante do processo, pois, passa o maior tempo junto ao paciente, sendo ele quem mais observa o ferimento e supre o médico das informações necessárias para o diagnóstico e tratamento (BORGES et al., 2001).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O acompanhamento por enfermeiro a todas as pessoas com úlceras venosas é uma necessidade inquestionável, pois se trata de condição crônica, e a realização de curativo pelo auxiliar/técnico de enfermagem é responsabilidade técnica do enfermeiro.

Os cuidados com o portador de UV incluem a avaliação do cliente e da sua ferida, com a realização de um histórico identificando fatores de risco relacionados aos hábitos de vida, hereditariedade, atividade laboral; e o exame físico identificando a etiologia da lesão, localização, tamanho, características e fatores relacionados, como dor e edema. Essa primeira avaliação é imprescindível na avaliação da evolução do tratamento implementado. Além do exame físico e diagnóstico clínico, os exames laboratoriais também auxiliam numa avaliação mais completa dos agravos presentes no indivíduo e que podem interferir no processo cicatricial. Em seguida a terapia tópica, que envolve a limpeza e a escolha de uma cobertura que seja acessível ao cliente e eficiente no seu tratamento e absorva o exsudato formado criando um ambiente favorável à cicatrização.

Sem dúvida, as orientações e cuidados da equipe de enfermagem precisam adquirir significado para aquele indivíduo; sendo efetuadas com linguagem clara, e de forma holística e

humanizada, para que se possa obter o resultado esperado e planejado. O trabalho de enfermagem com alguém que possui uma úlcera venosa deve ser afetivo, ético e humanizado.

O objetivo com este trabalho foi demonstrar a importância e o papel fundamental da enfermagem no tratamento desses pacientes, desde a adesão ao tratamento como um todo, até o processo de reabilitação para o desempenho das funções diárias; levando-se em conta, para tal, aspectos como: qualidade de vida, alimentação, convívio familiar, autoestima, entre outros.

Pode-se perceber que as atribuições do enfermeiro nesse sentido, quando desempenhadas com qualidade, carinho, dedicação e responsabilidade, fazem a diferença tanto na vida do profissional em questão, como na vida dos pacientes. O diferencial neste caso é acolher e conversar, ao ouvir e incentivar. O retorno que esse contato humano é capaz de trazer é muito gratificante. Aqueles poucos instantes em que o enfermeiro se dedica a alguém, não só traz o benefício do cuidado, mas sim da humanidade!

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ABBADE, L. P. F.; LASTORIA, S. **Abordagem de pacientes com úlcera da perna de etiologia venosa**. Anais Brasileiros de Dermatologia, Rio de Janeiro, v. 81, n. 6, 2006.

ANDRADE, Selma Regina de et al . O ESTUDO DE CASO COMO MÉTODO DE PESQUISA EM ENFERMAGEM: UMA REVISÃO INTEGRATIVA. **Texto contexto - enferm.**, Florianópolis , v. 26, n. 4, e5360016, 2017 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-07072017000400308&lng=en&nrm=iso>. access on 03 Nov. 2019. Epub Nov 17, 2017. http://dx.doi.org/10.1590/0104-07072017005360016.

BORGES, E. L. et. al. **Feridas:** como tratar. Belo Horizonte: Coopmed., 2001.

BORGES, E. L. **Tratamento tópico de úlcera venosa**: proposta de uma diretriz baseada em evidências. 2005. 305p. Tese (Doutorado) – Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2005.

CARMO, S. S. et al. **Atualidades na assistência a portadores de úlcera venosa.** Disponível em: <http://www.fen.ufg.br/revista/v9/ficha.htm>. Acesso em 30 de maio de2018.

DEALEY, C. **Cuidando de feridas: um guia para enfermeiras**. 2ª ed. São Paulo: Atheneu, 2001.

HESS, C. T. Enfermagem Prática: **Tratamento de feridas e úlceras**. 4.ed. Rio de Janeiro: Reichmann Affonso, 2002.

JORGE, S. A; DANTAS, S. R. P. E. **Abordagem multiprofissional no tratamento de feridas**. São Paulo: Atheneu, 2003.

LOPEZ, A. R; ARAVITES, L. B.; LOPES, M. R. **Úlcera Venosa. Acta Médica**, Porto Alegre, v.26, 2005.

SANT'ANA, Sílvia Maria Soares Carvalho et al . Úlceras venosas: caracterização clínica e tratamento em usuários atendidos em rede ambulatorial. **Rev. bras. enferm.**, Brasília , v. 65, n. 4, p. 637-644, Aug. 2012 .Acesso em 03/10/2019

ALTUS CIÊNCIA
REVISTA ACADÊMICA MULTIDISCIPLINAR DA FACULDADE CIDADE DE JOÃO PINHEIRO

RELATO DE CASO DE POLIANGIÍTE MICROSCÓPICA EM MENINA DE 4 ANOS

Agatha Siqueira Afonso[1]
Leomara Amorim do Rosário[2]
Raquel Dornelas Marques[3]
Syane de Oliveira Gonçalves[4]
Luany Mielke Alvarenga Pinto[5]
Julia Lopes Maciel[6]
Alejara Fontes Rezende de Lacerda Lage[7]

Resumo: A poliangiíte microscópica (PAM) é uma vasculite rara na faixa etária pediátrica, que acomete pequenos vasos como capilares, vênulas e arteríolas. Apresenta envolvimento do anticorpo anticitoplasma de neutrófilos (ANCA) e/ou mieloperoxidase (MPO). As manifestações clínicas podem ser inespecíficas e sistemáticas. O diagnóstico é baseado na clínica do paciente, na presença de autoanticorpos e estudo histopatológico renal, pulmonar ou cutâneo. O tratamento é feito com ciclofosfamida e corticosteróides. Esse artigo relata o caso de uma menina de 4 anos de idade, de um hospital infantil do Espiríto Santo, com PAM e tem o objetivo de descrever o processo diagnóstico e o modo terapêutico instituído.

Palavras-chave: Vasculite. Pediatria. Poliangiíte. Microscópica.

Abstract: Microscopic polyangiitis (PAM) is a rare vasculitis in the pediatric age group, which affects small vessels such as capillaries, venules and arterioles. Presents involvement of the neutrophil anti-cytoplasmic antibody (ANCA) and / or myeloperoxidase (MPO). Clinical manifestations may be nonspecific and systematic. The diagnosis is founded on the patient's clinic, in the presence of autoantibodies and this histopathological study of renal, pulmonary or cutaneous. The procedure is done with cyclophosphamide and corticosteroids. This article reports the case of a 4-year-old girl from an Espirito Santo Children's Hospital with PAM and intends to describe the diagnostic process and the therapeutic method established.

Keywords: Vasculitis. Pediatrics. Microscopic. Polyangiitis.

[1] Médica residente em Pediatria na Universidade Vila Velha (UVV). agatha.afonso@hotmail.com
[2] Médica residente em Pediatria na Universidade Vila Velha (UVV). leomaraamorim@hotmail.com
[3] Médica residente em Pediatria na Universidade Vila Velha (UVV). dornelasr@hotmail.com
[4] Médica residente em Pediatria na Universidade Vila Velha (UVV). syaneog@gmail.com
[5] Acadêmica do 12º período de medicina na Universidade Vila Velha (UVV).luanymielke@hotmail.com
[6] Acadêmica do 12º período de medicina na Universidade Vila Velha (UVV). lopes.maciel@live.com
[7] Acadêmica do 12º período de medicina na Universidade Vila Velha (UVV). alejaralage@hotmail.com

Recebido em 30/08/2019
Aprovado em 22/10/2019

1. Introdução

As vasculites sistêmicas em crianças são responsáveis por 2 a 10% das condições clínicas avaliadas na reumatologia pediátrica, sendo a vasculite por IGA e a doença de Kawasaki as mais comuns. Por outro lado, as vasculites associadas ao anticorpo citoplasmático anti-neutrófilo na infância (ANCA), que incluem poliangiíte com granulomatose (Wegner), granulomatose eosinofílica com poliangiíte (Churg – Strauss) e poliangiíte microscópica, são mais raras. (QUARTIER, 2016).

A poliangiíte microscópica (PAM) é uma vasculite sistêmica que envolve principalmente pequenas artérias, veias e capilares. Caracteriza-se por uma glomerulonefrite pauci-imune com necrose glomerular capilar e formação de crescentes. Geralmente os pacientes são positivos para anticorpo antineutrófilo citoplasmático (ANCA) e mais especificamente, ANCA perinuclear (p-ANCA) e/ ou mieloperoxidase (MPO). (WANG, 2015).

A PAM ocorre mais frequentemente em adultos mais velhos, sem predominância entre os sexos e é mais comum em brancos, segundo um estudo com pacientes do Glomerular Disease Collaborative Network, 89% dos pacientes com poliangiíte microscópica ou poliangiíte com granulomatose eram brancos. (GUILLEVIN, 1999; FALK, 2016).

Os dados epidemiológicos das vasculites associadas ao p-ANCA na infância são escassos. A taxa de incidência anual relatada em um estudo sueco foi de 1,4/1 milhão de crianças. Já no Sul de Alberta no Canadá, um estudo mostrou um aumento de 2,75/ milhão de crianças nos últimos 15 anos para 6,35/ 1 milhão nos últimos 5 anos. Diferente de adultos, em que não há diferença entre os sexos, em crianças tem maior preponderância no sexo feminino e com pico de idade no início da segunda década e idade mediana de diagnóstico de aproximadamente entre 12- 14 anos. (LAXER, 2018).

Uma vez que a PAM é uma vasculite sistêmica, vários órgãos e sistemas podem ser acometidos. O envolvimento renal é o mais comum e a glomerulonefrite se desenvolve em cerca de 77% a 85% dos pacientes nos primeiros 2 anos do início da doença. (FALK, 2016).

2. Objetivos

Relatar o processo diagnóstico e terapêutico da poliangiíte microscópica (PAM) em paciente feminino de 4 anos de idade, uma situação incomum dentro da epidemiologia da doença.

3. Metodologia

Realizado estudo descritivo, do tipo relato de caso, retrospectivo, baseado em informações disponíveis em prontuário médico e registros fotográficos dos exames de imagem, em um hospital infantil no estado do Espírito Santo, além de revisão da literatura.

4. Relato do caso

A.S.R, 4 anos, sexo feminino, previamente hígida, apresentou quadro de artralgia em tornozelos com início 15 dias antes do atendimento médico, evoluindo com febre, hipertensão arterial, hematúria macroscópica, anemia não hemolítica, insuficiência renal aguda e tosse produtiva, sem hemoptoicos.

Realizados exames laboratoriais (Tab.1) que mostraram VHS de 140 mm/h (VR 3-8 mm/h), e complemento C4 de 53,3 mg/dl (VR 12 – 36 mg/dl) sendo iniciado investigação de doença autoimune. Sorologias para hepatite B, C e sífilis negativas, P-ANCA inconclusivo, C-ANCA negativo, anti-RO, anti – SM, anti- RNP, anti-LA, anti –DNA, anti- U1RNP não reagentes, anticardiolipina IGM 4 e anticardiolipina IGG 8, FAN pontilhado fino 1/160 e anti-mieloperoxidase superior a 134 U/ml (reagente: superior a 5 U/ml). Repetido P- ANCA que veio positivo e fechado critérios para poliangiíte microscópica.

Realizado ultrassonografia abdominal que mostrou nefropatia aguda (glomerulonefrite), sem outras alterações. Radiografia de tórax normal. Ecodoppler de artérias e veias normais. Tomografia de tórax para avaliar comprometimento pulmonar, mas estava normal e biópsia renal evidenciando glomerulonefrite crescêntica rapidamente progressiva em fase esclerosante com sinais de foco de atividade.

Iniciado tratamento com pulsoterapia com metilprednisolona e ciclofosfamida. Paciente segue em acompanhamento com reumatologia e nefrologia pediátricas.

TABELA 1 - EXAMES LABORATORIAIS DE ASR

	27/04/18	28/04	30/04	03/05	07/05	10/05	11/05	16/05	08/06
HB	9,5	8,4	8,3		6,4				7,8
HT	28,5	25	25						24
COOMBS DIREITO						NEG			
FERRITINA					133				
RETICULÓCITO		1,6%			0,4				
LEUCÓCITOS TOTAIS **SEG**	17400 38		10010 46						7210 43

BAST LINF EOS	2 41 11		1 28 14						1 35 10
EAS	15 HEMACEAS, LEUCOCITOS AUSENTES					HB ++++ PROTEINA +++			BH ++++ PROTEINA ++ PIOCITOS RAROS
SODIO			139						
POTÁSSIO			4,2						
CALCIO IONICO			1,22						
COLESTEROL TOTAL								200	211
TRIGLICERIDEOS								190	
HDL								42	
LDL								120	
VLDL								38	
PROTEINÚRIA 24H					0,98MG/24H				
DHL	375	354	36,4						
PCR (VR ATÉ 5MG/DL)	45	46,4	26,8						123,3
VHS (VR 3-8MM/H)	120					140			
URÉIA	74	88							21
CREATININA	1,08		1,21		1,60				0,52
CLEARENCE CREATININA	52,4 ML/MIN/ 1,7M^2	37,02 ML/MIN/1,7 M^2			35,4 ML/MIN/1,7 M^2				108,9 ML/MIN/ 1,7M^2
ÁCIDO ÚRICO (VR 2,6 – 6)	4,1								3,5
TGO	26								
TGP	8								
GGT	8								
FA		176							

BB TOTAL		0,34							
CPK (VR ATÉ 170)		257	94						
CKMB (ATÉ 25)		20	26						
ALBUMINA		3,7		3,4					
ASLO	Menor 200								
VDRL		NEG							
HBSAG		NEG							
ANTIHBS		46,9							
ANTIHBC TOTAL		NR							
ANTIHCV TOTAL		NR							
ANCA P (VR REGAENTE MAIOR 5)					INCON		1/160		
ANCA-C (VR REAGENTE MAIOR 3)					NR				
ANTI-RO (VR REAGENTE MAIOR 10)					NR				
ANTI- SM (VR REAGENTE MAIOR 10)					NR				
ANTI-RNP					NR				
ANTI-LA(VR REAGENTE MAIOR 10)					NR				
ANTI-DNA (VR REAGENT				NR	NR				

E MAIOR 15)									
C3 (VR 82 – 173)					147,9				
C4 (VR 15 – 46)	41,8			53,3					
ANTI-U1 RNP (VR REAGENT E MAIOR 10)				NR	NR				
ANTICAR DIOLIPIN A						IGG: 8 IGM4			
ANTICOA GULANTE LÚPICO						PRES			
ANTI-DNA						NR			
ELETROF ORESE DE HEMOGL OBINA						NL			
MIELOPE ROXIDASE (VR REAGENT E MAIOR 5)						> 134			
CH50 (VR: MAIOR/IG UAL 60)		222			187				
C4 (VR 13 – 46)				53,3		41,8			
C3 (VR 82 – 173)					147,9				

Legenda:
NL – normal
RG – não reagente
INCON - Inconclusivo
PRES – presente

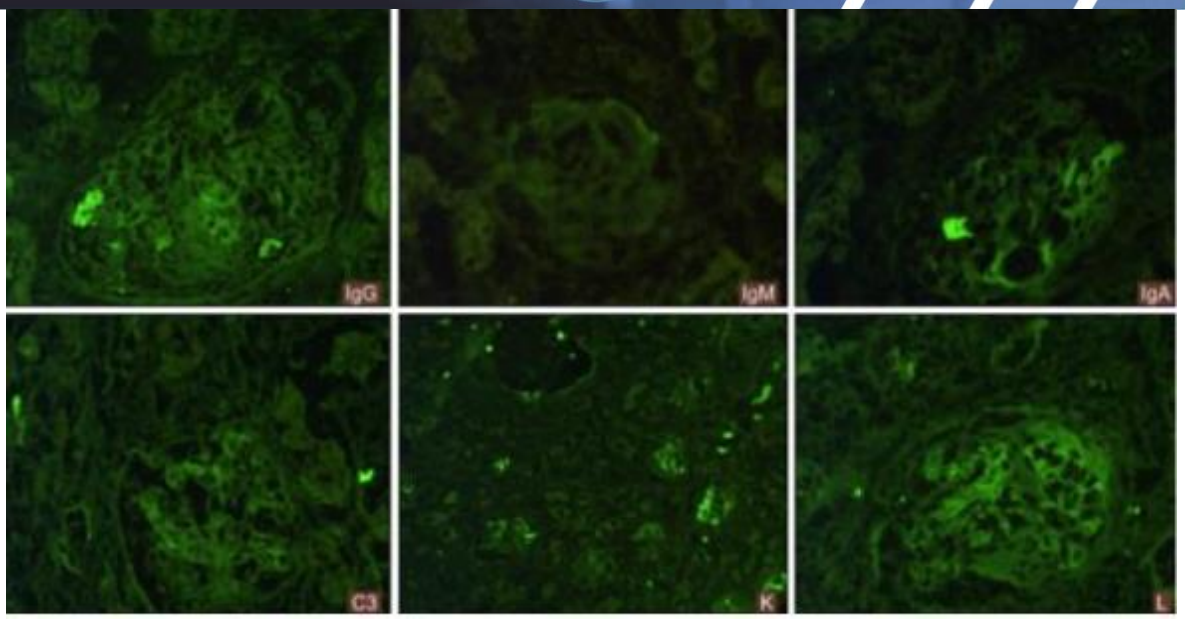


FIGURA 2 TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE TÓRAX- SEM ALTERAÇÕES

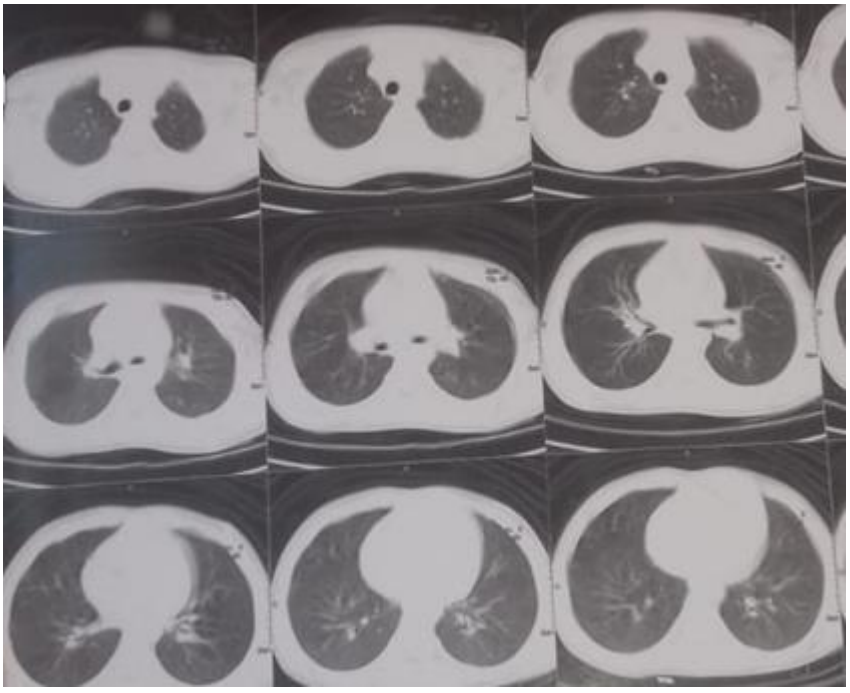


FIGURA 1 Recebidos dois fragmentos filiformes pardos claros, de biópsias por agulha, acondicionados em solução de transporte, medindo em conjunto 1,3 x 0,2 x 0,1cm. O material foi congelado em criostato a -30ºc e submetido a cortes para incubação com anticorpos conjugados à fluoresceína (reação de imunofluorescência direta). Controles sabidamente positivos foram utilizados para atestar as reações. A amostra apresentava porção medular e cortical renal com cerca de 30 glomérulos. A leitura foi realizada com microscópio de fluorescência e sistema de captação de imagens, cujos resultados revela negatividade para todos os imunomarcadores pesquisados, que incluíram o iga, igg, igm, C3, c1q, Fibrinogênio, Kappa e Lambda.

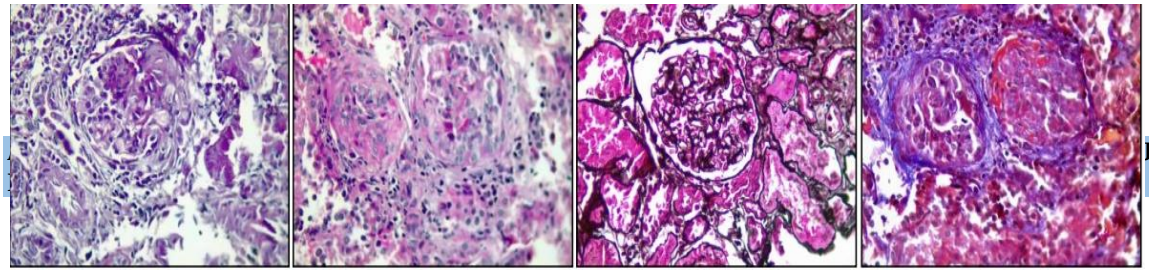


Figura 3 MICROSCOPIA – COMPARTIMENTO GLOMERULAR: membrana basal glomerular encontra-se rota em múltiplos focos. Focos de adesões capsulares fibrosas e proliferação do epitélio parietal com formação de crescentes estruturados por fibras colágenas e fibrocelulares.

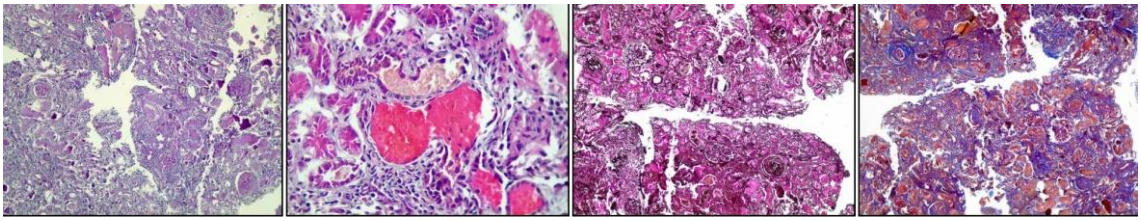


Figura 4 MICROSCOPIA – COMPARTIMENTO TUBULO-INTERSTICIAL: O espaço intersticial mostra-se alargado por moderada fibrose (25-35%) e proporcional atrofia tubular. Presença de discreto infiltrado inflamatório predominantemente de mononucleares (linfoplasmocitário)

5. Discussão

A poliangiíte microscópica (PAM) é uma vasculite pauci-imune que envolve predominantemente pequenas artérias, veias e capilares e está relacionada com anticorpo antineutrófilo citoplasmático (ANCA) e, mais especificamente, ANCA perinuclear (P-ANCA) e/ou mieloperoxidase (MPO). (WANG, 2015).

Essa doença é mais comum em idosos, sendo rara na infância, mas pode acometer todas as idades, como no caso acima relatado, em que a criança tem quatro anos de idade. É mais comum em brancos e em relação ao gênero, não faz distinção. (CABRAL, 2018)

Os sintomas dessa patologia podem ser variáveis e inespecíficos como perda de peso, fadiga, febre, artralgias, mialgias, tosse, hematúria, hemoptise, rinossinusite, dor abdominal, hemorragia gastrintestinal, púrpura e neuropatia periférica. (SANTOS, 2004).

Os rins e os pulmões são os órgãos mais afetados. O acometimento de capilares pulmonares pode gerar hemorragia pulmonar e também pode haver comprometimento das vias aéreas ou de parênquima pulmonar, resultando em tosse, rouquidão, dispneia, sibilância, hemoptise, estridor ou dor pleurítica. Podem também estar associados sinais de estenose traqueal ou subglótica, consolidação pulmonar e/ou derrame pleural. Os exames de imagem podem mostrar sinais variáveis, entre os quais: nódulos, opacidades difusas, infiltrados pulmonares transitórios ou adenopatia hilar. (FALK, 2016; CABRAL, 2018).

A lesão renal pode estar presente no início da doença ou se desenvolver cerca de dois anos após o diagnóstico. As principais manifestações renais são: hematúria assintomática, aumento da creatinina sérica e proteinúria, que geralmente é em nível subnefrótico. (SANTOS, 2004)

Além disso, apesar da menor frequência, outros sistemas podem ser acometidos. As manifestações cutâneas estão presentes em cerca de metade dos pacientes com PAM, sendo a

angiíte leucocitoclástica a mais comum. Essa lesão causa púrpura, que envolve as extremidades inferiores, podendo ser acompanhada de necrose e ulceração focal. Também podem ter urticária, livedo reticular e nódulos. As lesões oftálmicas e orbitárias compreendem conjuntivite, ulceração da córnea, episclerite/esclerite, neuropatia óptica, vasculite retiniana e uveíte. Podem também ocorrer pseudotumor retroorbital e obstrução do ducto nasolacrimal. Já no sistema nervoso as manifestações são mononeurite múltipla, neuropatia sensorial, anormalidades do nervo craniano, lesões de massa do sistema nervoso central, oftalmoplegia externa e perda auditiva neurossensorial. (WANG, 2015; FALK, 2016).

No caso descrito, a paciente apresentou inicialmente quadro de artralgia, com evolução de 15 dias, febre, hematúria macroscópica, hipertensão arterial sistêmica, anemia não hemolítica, taxa de filtração glomerular diminuída para a idade, dor abdominal e tosse produtiva sem hemoptoicos. Dentre exames laboratoriais solicitados, ela apresentava VHS e complemento C4 aumentados, foi então iniciado a pesquisa de doença auto-imune.

Um teste ANCA deve ser realizado em qualquer paciente que apresente sintomas sugestivos de vasculite, se o teste der positivo sugere fortemente que é vasculite, entretanto, podem ser observados resultados falso-positivos e falso-negativos. O diagnóstico da PAM está principalmente associado ao anti-mieloperoxidase e P-ANCA positivos. Exames laboratoriais também podem ser solicitados, porém são inespecíficos, mas servem para excluir outras patologias ou para determinar a extensão da doença. Pode haver: leucocitose, trombocitose, VHS e proteína C reativa aumentados e anemia normocítica normocrômica. (SANTANA, 2011; FALK, 2011).

Mesmo o teste ANCA positivo podendo levar ao diagnóstico de PAM, o exame histológico de tecido obtido de um órgão acometido, geralmente pele, rim ou pulmão, é o método mais definitivo para conclusão diagnóstica. (SANTOS, 2004; CABRAL, 2018).

A biópsia cutânea pode mostrar uma vasculite leucocitoclástica não específica com pouco ou nenhum complemento e imunoglobulina na imunofluorescência. A biópsia pulmonar é menos realizada e pode ser feita por toracoscopia. O estudo histológico renal pode variar de glomerulonefrite focal e segmentar leve ou, como na paciente em questão, glomerulonefrite necrosante com formação de crescentes. (FALK, 2016; WANG, 2015).

Exames de imagem como radiografia de tórax e tomografia computadorizada (TC) devem ser feitas em todos pacientes que apresentem sintomas pulmonares. A TC pode mostrar nódulos, cavitação, opacidades alveolares, inflamação das grandes vias aéreas ou lesões estenóticas e lesões na pleura. O lavado broncoalveolar pode ser realizado na investigação de hemorragia alveolar. (SANTOS, 2004)

O tratamento inicial baseia-se na remissão da doença com ciclofosfamida associada a glicocorticoide endovenoso, com doses pulsadas, como a metilprednisolona 30 mg/kg por dia, durante três dias (dose máxima de 1 g/dia). Depois, a terapia segue com glicocorticoide oral em doses mais baixas, 1 a 2 mg/kg/dia, de 8/8 horas ou de 12/12 horas (dose máxima de 60 mg/dia) e administração continuada de terapia imunossupressora. A dose desses medicamentos é alterada de acordo com o tipo e gravidade da doença, na progressão e nos efeitos colaterais a curto e longo prazo da terapia. (SOUZA, 2017; FALK, 2016; CABRAL, 2018)

Geralmente, a retirada dos glicocorticoides ocorre em três a cinco meses e a ciclofosfamida é mantida por seis a doze meses e pode ser substituída pela azatioprina após a remissão. (SANTOS, 2004)

A paciente, do caso em questão, recebeu pulsoterapia com metilprednisolona associada à imunossupressão com ciclofosfamida quando ainda estava internada. Recebeu alta hospitalar em uso de prednisolona, além de mensalmente fazer internação para pulsoterapia com metilprednisolona associada à ciclofosfamida.

A PAM, assim como a maioria das vasculites sistêmicas primárias, tende a ser crônica e recidivante, por isso, é importante acompanhamento regular com especialistas para uma melhor qualidade de vida desses pacientes. (CABRAL, 2018).

6. Referências

CABRAL, David et al. Vasculitis in children: Evaluation overview. Up to date, 2018.

CABRAL, David et al. Vasculitis in children: Incidence and classification. Up to date, 2018.

CABRAL, David et al. Vasculitis in children: Management overview. Up to date, 2018.

FALK, Ronald J et al. Clinical manifestations and diagnosis of granulomatosis with polyangiitis and microscopic polyangiitis. Up to date, 2016.

FALK, Ronald J et al. Granulomatosis with polyangiitis (Wegener's): na alternative name for Weneger's granulomatosis. Arthritis & Rheumatism 63 (4), 863-864, 2011.

GUILLEVIN, Loïc et al. Microscopic polyangiitis: clinical and laboratory findings in eighty-five patients. Arthritis & Rheumatism: Official Journal of the American College of Rheumatology 42 (3), 421-430, 1999.

LAXER, Ronald M e JARIWALA, Mehuel P. Primary Vasculitis in Childhood: GPA and MPA in Childhood. Front Pediatr. 6: 226, 2018.

QUARTIER, Pierre et al. Childhood-onset granulomatosis with polyangiitis and microscopic polyangiitis: systematic review and meta-analysis. Orphanet J Rare Dis.; 11: 141; 2016.

SANTANA, Alfredo Nicodemos Cruz et al. Atualização do tratamento das vasculites associadas a anticorpo anticitoplasma de neutrófilos. J Bras Pneumol, 37(6):809-816, 2011.

SANTOS, José Wellington Alves D et al. Poliangeíte microscópica com hemorragia alveolar difusa. Jornal Brasileiro de Pneumologia 30(2), 150-153 , Mar/Abr de 2004.

SOUZA, Alexandre Wagner Silva D. Recomendações da Sociedade Brasileira de Reumatologia para a terapia de indução para vasculite associada a ANCA. Revista Brasileira de Reumatologia. 57(S2):S484–S496, 2017.

WANG, Hayvan et al. Clinical Features of Children with Pulmonary Microscopic Polyangiitis: Report of 9 Cases. PLoS One; 10(4): e0124352; 2015.

ALTUS CIÊNCIA
REVISTA ACADÊMICA MULTIDISCIPLINAR DA FACULDADE CIDADE DE JOÃO PINHEIRO

COMUNICAÇÃO ENTRE PROFISSIONAIS DA SAÚDE E PACIENTE SURDO: Impasses e estratégias

Mariana Melo Martins[1]
Maiara Melo Alves[2]

Resumo: A interação social é efetivada por meio da comunicação, em que os indivíduos conseguem realizar a troca de informações e o fornecimento de mensagens. Nesse sentido, a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) é a ferramenta de integração comunicativa da população surda no meio social. Logo, há a necessidade da capacitação dos profissionais da saúde para o atendimento inclusivo a este contingente de pacientes, que buscarão os serviços de saúde com as suas particularidades. Essa revisão de literatura permitiu analisar os materiais consultados e discutir sobre os impasses presentes na comunicação entre o paciente surdo e os profissionais da saúde, além das estratégias que podem servir de base no anseio pela plena integração comunicativa e social. Dessa forma, será possível promover equidade, resolutividade e acessibilidade.

Palavras chave: Assistência Humanizada. Comunicação. Educação Médica.

Abstract: Social interaction is effected through communication, in which individuals can exchange information and provide messages. In this sense, the Brazilian Sign Language (LIBRAS) is the tool for communicative integration of the deaf population in the social environment. Therefore, there is a need for training of health professionals for inclusive care to this contingent of patients, who will seek health services with their particularities. This literature review allowed us to analyze the consulted materials and discuss the impasses present in the communication between the deaf patient and the health professionals, as well as the strategies that can be based on the desire for full communicative and social integration. Thus, it will be possible to promote equity, resoluteness and accessibility.

Keywords: Humanized assistance. Communication. Medical education.

INTRODUÇÃO

A interação social é efetivada por meio da comunicação, em que os indivíduos conseguem realizar a troca de informações e o fornecimento de mensagens. Esse processo não

[1] Discente do Curso de Medicina do Centro Universitário de Patos de Minas - UNIPAM, MG-BR. E-mail: marianamelo0806@hotmail.com

[2] Especialista em Educação Especial. Pós-Graduada em Ensino Especial e Educação Inclusiva. Pós-Graduanda em Docência do Ensino Superior. Graduanda em Educação Especial (Licenciatura Plena). Graduada em Normal Superior. Docente da Faculdade Cidade de João Pinheiro – FCJP, MG-BR. E-mail: maiaret@hotmail.com.

Recebido em 30/08/2109
Aprovado em 20/09/2019

é, apenas, dependente da oratória, com o debate verbal, mas também, ocorre por meio da linguagem corporal, dos símbolos e das diversas formas de linguagem não verbal, como a mímica e a escrita.

Nesse sentido, a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002 afirma que a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) é a forma de comunicação e de expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constitui um sistema linguístico de transmissão de ideias e de fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil (BRASIL, 2005). Essa é a forma de comunicação, a qual visa integrar a população surda no contexto social.

O surdo, assim como o deficiente auditivo, do ponto de vista orgânico, apresenta qualquer tipo de perda auditiva em grau leve, moderado, severo ou profundo, em um ou em ambos os ouvidos. Todavia, em uma perspectiva histórica e cultural, os Surdos não se consideram deficientes. Eles utilizam uma língua de sinais, a LIBRAS, valorizam sua história, sua arte e sua literatura e, propõem uma pedagogia própria para a educação das crianças surdas. Enquanto o deficiente auditivo não se identifica com a comunidade surda e sente um desconforto quando a perda auditiva é percebida (BISOL e VALENTINI, 2011).

Nos dias atuais, a senescência e o estilo de vida contribuem para a ocorrência da diminuição da acuidade auditiva. Os idosos possuem, naturalmente, a presbiacusia, isto é, a perda auditiva que ocorre devido ao processo de envelhecimento aliado aos fatores ambientes. Já os indivíduos expostos a ruídos sonoros extremos no ambiente ocupacional podem sofrer com a Perda Auditiva Induzida por Ruído (PAIR). Ademais, somam-se a isso as pessoas que têm a perda auditiva de maneira congênita (GONÇALVES, MOTA e MARQUES, 2009).

Dessa forma, a alta frequência de indivíduos com perda auditiva indica a necessidade de estratégias para atender esse contingente de pacientes que chegará aos consultórios buscando atendimento. Às vezes, sem acompanhante e, ao querer falar algo em particular com o médico, podem sofrer constrangimento devido à dificuldade comunicativa. Esta se torna uma barreira para a assistência humanizada no âmbito da Atenção Primária, Secundária e Terciária à Saúde.

Cabe ressaltar que mediante o Decreto 5.626/05, os serviços de saúde devem atender de forma diferenciada a Comunidade Surda, usuária da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) (BRASIL, 2005). Ademais, o mesmo documento supracitado indica que o atendimento às pessoas surdas ou com deficiência auditiva na rede de serviços do SUS e das empresas que detêm concessão ou permissão de serviços públicos de assistência à saúde deve ser realizado por profissionais capacitados para o uso de LIBRAS ou para sua tradução e interpretação e,

apoio à capacitação e à formação de profissionais da rede de serviços do SUS para o uso de LIBRAS e sua tradução e interpretação deve ser fomentado (BRASIL, 2005).

Diante o exposto, é notória a necessidade da educação inclusiva, a fim de propiciar o ensino da LIBRAS nos cursos da graduação em saúde e facilitar o processo comunicativo com os pacientes surdos, auxiliando a promover uma assistência humanizada, com a formação do vínculo entre o profissional e o paciente e, por conseguinte, promover saúde.

Por conseguinte, esse projeto de pesquisa objetiva analisar na produção literária nacional a abordagem da comunicação entre os profissionais da saúde e os pacientes surdos, enfocando a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) e as outras ferramentas de inclusão. Assim, será possível identificar e refletir acerca das dificuldades encontradas no processo de integração comunicativa com pacientes surdos no âmbito da saúde. Além de abordar a necessidade de elaboração de estratégias para a garantia da humanização do cuidado assistencial.

Logo, abordar a comunicação entre os pacientes surdos e os profissionais da saúde é fornecer subsídio para a promoção de uma assistência humanizada e de um cuidado resolutivo, sendo que mostrará aos profissionais a importância da capacitação complementar, a fim de gerar equidade. Assim, além de agregar formação aos membros das equipes de saúde, fornecerá ao contingente que buscará atendimento uma atenção que preza pelo zelo às suas particularidades comunicativas.

OBJETIVO

Analisar na literatura recursos que sinalizem a abordagem da comunicação entre os profissionais da saúde e os pacientes surdos, enfocando as ferramentas de inclusão, na tentativa de minimizar os impasses existentes.

METODOLOGIA

Este projeto de pesquisa contempla uma revisão de literatura em relação à abordagem da comunicação médico-paciente surdo ou deficiente auditivo, enfocando a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), como uma ferramenta de inclusão, a fim de tentar minimizar os impasses presentes no processo de assistência à saúde a esses pacientes.

Inicialmente, houve a busca dos artigos nas bases de dados Biblioteca Virtual de Saúde (BVS) e Scientific Electronic Library Online (SciELO), por meio dos descritores: “Libras” e “Saúde”, no período de Julho a Setembro de 2019.

Além disso, pesquisas em sítios da internet foram realizadas, a fim de identificar a legislação brasileira que fundamenta essa temática, agregando, assim, embasamento teórico, por meio de três decretos/leis.

Foram encontrados 72 artigos. Destes, posteriormente, foram selecionados 20, uma vez que seguiram os seguintes critérios de inclusão: Relação com a temática, analisada pela leitura crítica do título e do resumo do artigo, serem escritos em português, possuírem período de publicação compreendido entre 2009 e 2019 e terem a disponibilidade de leitura do texto completo. Além disso, os 72 artigos iniciais foram reduzidos a 57 após os filtros utilizados: Texto completo e idioma. Assim, 37 artigos foram excluídos da revisão literária por não seguirem os itens inclusivos.

Por meio da leitura crítica e reflexiva do material, o artigo foi confeccionado utilizando pontos de vista diferentes e acervo literário complementar. Os resultados foram apresentados e, junto a eles foram elaboradas discussões acerca do que os materiais traziam em comum e em oposição.

De uma maneira geral, os 20 artigos compreendiam os diversos empecilhos no processo comunicativo entre os profissionais da saúde e o paciente surdo, visualizaram os protocolos presentes na legislação que fundamenta a temática e discorreram sobre a necessidade de fomentar estratégias, como a LIBRAS, para facilitar a assistência humanizada.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A surdez refere-se à perda da acuidade auditiva, mediante fatores genéticos e ambientes, como infecções, por exemplo, Toxoplasmose e Rubéola, além do próprio processo de envelhecimento, a senescência. Ela pode ser classificada, segundo o acometimento das estruturas da orelha externa e da orelha média em Surdez de Condução, já se houver o comprometimento das estruturas da orelha interna, a Surdez é do tipo Neurossensorial. Além disso, a perda auditiva se dá em nível leve, moderado ou grave (LEVINO, SOUZA e CARDOSO, 2013).

O Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, o qual regulamenta as Leis nº 10.048, de 8 de novembro de 2000 e nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, estabelecendo as normas gerais e os critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências, afirma que a deficiência auditiva é a perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500HZ, 1.000HZ, 2.000Hz e 3.000Hz (BRASIL, 2004).

O surdo, segundo o Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, é a pessoa que, por ter perda auditiva, compreende e interage com o mundo por meio de experiências visuais, manifestando sua cultura, principalmente, pelo uso da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS (BRASIL, 2005). A Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) disposta na Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, refere-se a uma forma de comunicação e de expressão visual-motora, com estrutura gramatical própria e, sendo o sistema linguístico da comunidade surda (BRASIL, 2002). Desse modo, a LIBRAS refere-se à primeira língua dos indivíduos surdos e o português, a segunda.

Apesar de a surdez ser uma das deficiências sensoriais de grande incidência no Brasil, os pacientes surdos enfrentam muitos obstáculos na assistência à saúde, visto que a acessibilidade aos serviços básicos é precária, a interação social possui entraves e isso se dá sobretudo pelas dificuldades comunicativas. A LIBRAS precisa de maior difusão, a fim de fomentar a capacitação adicional dos profissionais de saúde (ARAGÃO, FRANÇA e COURA, *et al.*, 2015).

Na assistência à saúde, possuir habilidades de comunicação para a interação interpessoal é fundamental na ótica de qualquer usuário dos serviços de atendimento. Assim, a formação acadêmica precipita a discussão dessas disciplinas na graduação, visto que a comunicação torna-se um alicerce no trabalha e uma ferramenta que pode contribuir na formação de barreiras ou na minimização destas (OLIVEIRA, CELINO e COSTA, 2014).

Sabe-se da importância da percepção auditiva para o processo de comunicação e para a vivência em sociedade, visto que é inerente ao ser humano considerar a utilização dos diferentes sentidos, para interagir com os demais personagens do meio social. Dessa forma, estratégias são necessárias, a fim de permitir aos indivíduos surdos a inclusão comunicativa com as pessoas. No âmbito da saúde, a relação médico-paciente exige boas habilidades de comunicação e compreensão e integração mútua, almejando uma assistência humanizada, holística e a resolutividade do caso (DANTAS, GOMES e COSTA, *et al.*, 2014).

Todavia, a literatura aborda que impasses são frequentes no cotidiano das Unidades Básicas de Saúde (UBS) e nos hospitais no momento da prestação de atendimento aos pacientes com surdez. Isso decorre da dificuldade em assegurar uma eficiente comunicação, pela incapacidade de utilizar a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), pela não compreensão do paciente em relação à leitura labial, aos sinais escritos e aos outros recursos ora usados, e, até mesmo, pela recusa em prestar atendimento, por se tratar de um paciente com déficits sensoriais (SOUZA, ARAÚJO e SANDES, 2017).

Diante isso, de uma forma geral, os materiais abordam projetos que analisaram a percepção ora dos profissionais de saúde, ora dos pacientes surdos, acerca da prestação de serviços e do processo comunicativo. As dificuldades foram evidentes, sobretudo, pois uma minoria possui o conhecimento da LIBRAS, para utilizar com os pacientes surdos.

Nesse sentido, cabe destacar que, de acordo com o Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, a LIBRAS deve ser inserida como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior, e nos cursos de Fonoaudiologia, de instituições de ensino, públicas e privadas, dos sistemas de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e do sistema Federal de ensino. Já nos demais cursos de educação superior e profissional, o conteúdo torna-se disciplina curricular optativa (BRASIL, 2005).

A legislação apresenta essa perspectiva, mas nota-se a necessidade em buscar a formação complementar. Diante disso, antes é fundamental que tanto as instituições de ensino, quanto os estabelecimentos públicos e privados de prestação de serviços em saúde ofereçam cursos e capacitações acerca da LIBRAS. Isso foi mencionado em determinados materiais como um pedido dos alunos e dos funcionários, uma vez que já é um pontapé para a facilitação da comunicação e do atendimento mais humanizado. Ademais, acredita-se que a língua de sinais contribui no relacionamento entre profissionais e pacientes surdos já que o entendimento da escrita e leitura labial não são, frequentemente, muito satisfatórios (LESSA e ANDRADE, 2016).

Moura, Saraiva e Barbosa, 2019, realizaram um estudo quantitativo-descritivo transversal com discentes do curso de Enfermagem de uma Instituição de Ensino Superior (IES) privada de Maceió, Alagoas, a qual fornece LIBRAS como disciplina curricular obrigatória. Na pesquisa, por meio de questionários, avaliaram 119 acadêmicos. Destes, 99% enfatizam a relevância de aprender a Língua Brasileira de Sinais, sendo que 71% não conheciam a forma de comunicação antes do ingresso na IES. Consideram as aulas satisfatórias e, cerca de 63% relatam o anseio por uma especialização na área após a graduação.

Esses dados são fundamentais para apoiar o aspecto descritivo da revisão literária e demonstram a precisão da formação inclusiva, associada ao constante aperfeiçoamento das habilidades, de modo que não basta o curso na graduação, mas a capacitação ao longo do tempo. Proporciona-se, assim, melhores condições na tentativa de gerar uma assistência humanizada e com equidade aos pacientes surdos.

Dessa forma, o Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, também menciona que o Sistema Único de Saúde (SUS) e as empresas que participam com complementariedade na

assistência a saúde, em perspectiva de inclusão plena dos surdos e dos deficientes auditivos nas esferas da vida social, devem garantir, sobretudo, aos alunos matriculados nas redes de ensino da educação básica, a atenção integral à sua saúde, nos diversos níveis de complexidade e especialidades médicas (BRASIL 2005). É evidente que a promoção do pleno cuidado será alcançada, a partir do momento que estratégias forem elucidadas, por parte da gestão, do profissional e do paciente.

De acordo com Gomes, Machado e Lopes, *et al.*, 2017, "a conscientização dos profissionais de saúde acerca do atendimento integral do paciente surdo é um passo fundamental na instalação efetiva do ensino de LIBRAS, resultando em maior confiança e qualidade na relação médico-paciente". Logo, não basta instituir a capacitação. Ela é parte fundamental, mas necessita atuar de forma conjunta à conscientização de que a atenção à saúde, no âmbito do SUS, precisa de equidade, de universalidade, de resolutividade e, esses princípios, necessitam do zelo profissional e da sua formação adicional de forma permanente, a fim de atender os pacientes, da maneira como precisarem, assegurando acessibilidade.

Outro viés relevante é a abordagem da deficiência comunicativa do paciente surdo com o médico e suas intercorrências para a busca do atendimento, uma vez que, segundo Costa, Almeida e Mayworn, 2009, o não estabelecimento de uma comunicação compreensiva de ambos os lados pode acarretar interpretação errada da sintomatologia, conduta terapêutica inadequada e, consequente não adesão, gerando potenciais prejuízos à saúde do paciente. Ademais, alguns profissionais requerem a presença de um acompanhante na consulta, visto que, de forma prevalente, há a ausência de intérpretes, nos centros de saúde. Esses indivíduos auxiliariam na compreensão e no melhor direcionamento e eficiência da consulta.

Entretanto, é discutido que, muitas vezes, a presença de uma terceira pessoa, seja ela, um acompanhante ou um intérprete pode promover vergonha e constrangimento ao paciente, o qual pode omitir informações e, até mesmo, ficar em segundo plano, visto que a comunicação pode pautar-se, apenas, entre o médico e a outra pessoa. Especialidades como Ginecologia, Urologia e Psiquiatria são demonstradas como mais propensas a estes sentimentos e ocorrências, por parte dos pacientes. Segundo Vieira, Caniato, e Yonemotu, 2017, "o vínculo deve ser a diretriz essencial à consolidação da integralidade em saúde ao favorecer a participação do usuário como sujeito autônomo na produção da sua saúde".

Dessa forma, tanto dirigir-se sozinho aos serviços de saúde, como a presença de um familiar ou de um intérprete, podem significar impasses na garantia de uma plena assistência. Cabe, realmente, aos profissionais, a tentativa de criar mecanismos para conseguirem se

comunicação, sobretudo a capacitação adicional em LIBRAS (MARQUETE, COSTA e TESTON, 2018).

Entre as alternativas citadas, incluem-se as mímicas, os símbolos gerais, a escrita, a leitura labial e a tentativa de falar de forma pausada, devagar e articulado. Muitos pacientes mencionaram que a atenção do médico e dos demais profissionais em tentar promover um cuidado parte desde a paciência empregada, até os meios usados para comunicarem-se (COSTA, ALMEIDA e MAYWORN, 2009).

Magrini e Santos, 2014, realçam um ponto interessante acerca da produção científica, no que tange ao destaque e ao incentivo da elaboração de materiais que contemplem a temática das formas de comunicação complementares, a fim de atender, de forma equitativa, os pacientes com déficits sensoriais. A literatura tem o poder de conscientização e de formação de opiniões, ela agrega o saber e o processo de trabalho, já que fundamenta, muitas vezes, as ações práticas. Assim, é sempre relevante a abordagem científica de conteúdos que destaquem a LIBRAS e os impasses e as estratégias na comunicação entre os profissionais da saúde e o paciente surdo.

Perante o que foi explicitado, discute-se na maioria dos artigos, a presença de entraves no processo comunicativo e a necessidade de fomentar conscientização, para a capacitação em ferramentas inclusivas, em vista à melhor assistência à saúde do paciente surdo. Tudo isso parte da importância da comunicação para a inclusão social. Assim, as deficiências sensoriais, dentre elas, a perda auditiva, comprometem a qualidade e a compressão da troca de mensagens, de forma que há a necessidade de pautarem medidas que minimizem os ruídos comunicativos.

Ademais, no âmbito da saúde, poucos profissionais sabem a LIBRAS, para atenderem os pacientes surdos. Por mais que haja, algumas vezes, a tentativa de usar mímicas, escrita e leitura labial, para facilitar o processo, isso não é completamente satisfatório, como a Língua Brasileira de Sinais. Da mesma forma, a presença de acompanhantes e de intérpretes pode amparar a comunicação, mas acaba gerando vergonha, constrangimento e omissão no paciente, o qual perde a sua autonomia e a garantir de um cuidado centrado na sua perspectiva como indivíduo e em relação à patologia.

Para ilustrar os aspectos da percepção dos profissionais de saúde frequente ao seu conhecimento na lida com um paciente surdo, Francisqueti, Teston e Costa, *et al*, 2017, realizaram uma pesquisa qualitativa e descritiva com enfermeiros de uma Equipe de Saúde da Família, para analisar a percepção e os sentimentos deles ao exercerem atendimentos a pacientes surdos. Acerca dos dados, 54% dos profissionais de saúde indicaram sentimentos negativos sobre o atendimento. Cerca de 60% afirmaram ter feito uma atuação com dificuldades, entrando em questão, barreiras na comunicação e falta de preparo.

É fundamental a percepção da qualidade de vida do paciente surdo, a qual permeia o campo do subjetivo, sendo analisada como pessoal a cada indivíduo. Contudo, frequentemente, assemelha-se ao conceito de saúde e integra a multiplicidade de fatores, não só físicos, mas também, psicossociais. Ademais, a ótica sociocultural é fundamental, visto que as tradições e as crenças influenciam no processo de cuidado e, no próprio, processo de integração, de socialização e de comunicação. Dessa maneira, pensar em assistência humanizada, atendimento em LIBRAS e estratégias par aa comunicação é trabalhar a qualidade de vida e a busca por autonomia, independência e resolutividade no cuidado (CHAVEIRO, DUARTE e FREITAS, *et al.* 2013).

A produção científica, também, precisa de incentivo, uma vez que é um auxílio na aquisição de saber e no alcance de uma resposta concreta, servindo de fundamentação teórica ao profissional, no momento de buscar explicações e apoio, para a execução de determinados protocolos. As diversas Ciências da Saúde abordam o tema, sendo que a Enfermagem, a Psicologia e a Fisioterapia merecem destaque, formando um grande contingente de materiais, por meio de revisão literária e projetos de campo, analisando a percepção dos profissionais e dos pacientes surdos.

Em síntese, os 20 textos científicos analisados e os materiais legislativos acerca da temática forneceram subsídio para discutir sobre o processo de comunicação envolvendo os profissionais da saúde e os pacientes surdos. São perceptíveis os impasses e as dificuldades nesse processo devido à carência na capacitação em LIBRAS e no déficit assistencial de criação de alternativas para estabelecer o atendimento.

Logo, esses materiais consultados serviram para a discussão sobre os impasses presentes na comunicação entre o paciente surdo e os profissionais da saúde, além das estratégias que podem servir de base no anseio pela plena integração comunicativa e social. Além da prestação de um cuidado humanizado, com assistência holística aos indivíduos.

CONCLUSÃO

Conclui-se, por meio desse projeto de pesquisa, que a comunicação é um processo inerente ao ser humano e, possui grande relevância para a interação social. Frequentemente, aumenta, no Brasil, a incidência de indivíduos com déficits sensoriais, como a perda da acuidade auditiva, seja devido a déficits congênitos, a traumas ao longo da vida ou devido ao próprio processo de envelhecimento e a senescência sensorial.

O déficit sensorial acarreta ruídos comunicativos, o que indica, que na tentativa de prestar os serviços básicos a esta população, a elaboração de estratégias comunicativas. Na assistência à saúde, os profissionais necessitam conscientizar-se quanto à necessidade de capacitação em LIBRAS, a fim de facilitar a comunicação e assegurar um cuidado mais humanizado, em relação aos pacientes surdos. Ademais, estabelecer um alicerce na garantia de qualidade de vida.

Dessa forma, os princípios do SUS, podem ser cumpridos e a legislação executava, por meio de equidade, de resolutividade e de acessibilidade, visto que há leis e decretos que prezam pelo direito do paciente em surdo em alcançar com efetividade a assistência à saúde. Na grade curricular dos cursos das Ciências da Saúde, a LIBRAS não é disciplina obrigatória, porém a formação complementar é uma alternativa válida. Para tanto, muitos serviços e políticas públicas visam à capacitação nesse sentido.

Assim, abordar a comunicação entre os profissionais da saúde e os pacientes surdos, os impasses existentes e as estratégias elucidadas para a tentativa de minimizar os problemas é ampliar os horizontes do processo comunicativo para além da linguagem verbal e explorar a multiplicidade de ferramentas de comunicação. A LIBRAS, por exemplo, abarca uma expressão visual e motora e possui estrutura gramatical própria (BRASIL, 2002). Desse modo, ela permite uma integração motora e sensorial que permite aos indivíduos surdos expressarem-se e formarem o seu sistema linguístico.

Logo, essa revisão literária analisou recursos fornecidos pela literatura e elaborou uma discussão frente a isso, de maneira a assegurar o conhecimento legislativo da assistência à saúde aos pacientes surdos, além de obter a percepção de ambos os grupos envolvidos nessa situação. Por fim, é válido o constante incentivo à pesquisa científica nessa área, a fim de ampliar a capacitação e o saber acerca da atenção integral aos indivíduos com deficiências sensoriais e, fomentar a melhor maneira de prezar pela inclusão no âmbito do atendimento humanizado e resolutivo.

REFERÊNCIAS

ARAGÃO, J. S.; FRANÇA, I. S. X. e COURA, A. S. *et al.* Um estudo da validade de conteúdo de sinais, sintomas e doenças/agravos em saúde expressos em LIBRAS. **Rev. Latino-Am. Enfermagem.** 2015.

BISOL, C. A. & VALENTINI, C. B. **Surdez e Deficiência Auditiva - qual a diferença?** Objeto de Aprendizagem Incluir – UCS/FAPERGS, 2011.

BRASIL. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Decreto nº 5.296 de 2 de dezembro de 2004. Regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Brasília: Ministério da Justiça, 2004.

BRASIL. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Brasília: Ministério da Justiça, 2005.

BRASIL. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Brasília: Ministério da Justiça, 2002.

BRITO, L. M. e LAVAREDA, W. D. C. O enfermeiro e os desafios da inclusão: outros "entrelugares" da formação e da prática profissional. **Com. Ciências Saúde.** 2015.

CHAVEIRO, N., DUARTE, S. B. R. e FREITAS, A. R. *et al.* Instrumentos em Língua Brasileira de Sinais para avaliação da qualidade de vida da população surda. **Rev Saúde Pública.** 2013.

COSTA, L. S. M.; ALMEIDA, R. C. N. e MAYWORN, M. C. *et al.* O atendimento em saúde através do olhar da pessoa surda: avaliação e propostas. **Rev Bras Clin Med.** 2009.

DANTAS, T. R. A.; GOMES, T. M. e COSTA, T. F. *et al.* Comunicação entre a equipe de enfermagem e pessoas com deficiência auditiva. **Rev enferm UERJ.** Rio de Janeiro. 2014.

FRANCISQUETI, V.; TESTON, E. F. e COSTA, M. A. R. *et al.* SENTIMENTOS DA EQUIPE DE ENFERMAGEM AO ATENDER UM PACIENTE COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA: desafios do cuidado. **Revista Educação, Artes e Inclusão.** 2017.

GOMES, L. F.; MACHADO, F. C. e LOPES, M. M. *et al.* Conhecimento de Libras pelos Médicos do Distrito Federal e Atendimento ao Paciente Surdo. **Revista Brasileira de Educação Médica.** 2017.

GONÇALVES, C. G. O.; MOTA, P. H. M. e MARQUES, J. M. Ruído e idade: análise da influência na audição em indivíduos com 50 - 70 anos. **Pró-Fono R. Atual. Cient.** vol.21 n.1 Barueri. Jan./Mar. 2009.

IANNI, A. e PEREIRA, P. C. A. Acesso da Comunidade Surda à Rede Básica de Saúde. **Saúde e Sociedade,** v.18, supl.2. 2009.

LESSA, R. T. C. e ANDRADE, E. G. S. Libras e o atendimento ao cliente surdo no âmbito da saúde. **Rev. Cient. Sena Aires.** 2016.

LEVINO, D. A.; SOUZA, E. B. e CARDOSO, P. C. *et al.* Libras na Graduação Médica: o Despertar para uma Nova Língua. **Revista Brasileira de Educação Médica.** 2013.

MAGRINI, A. M. e SANTOS, T. M. M.. Comunicação entre funcionários de uma unidade de saúde e pacientes surdos: um problema? **Distúrb Comum.** São Paulo. 2014.

MARQUETE, V. F.; COSTA, M. A. R. e TESTON, E. F. Comunicação com deficientes auditivos na ótica de profissionais de saúde. **Rev baiana enferm.** 2018.

MOURA, R. S., SARAIVA, F. J. C. e BARBOSA, V. M. S., *et al.* A LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS COMO DISCIPLINA OBRIGATÓRIA NA GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM: opiniões dos discentes. **Rev Enferm Atenção Saúde.** [Online]. Jan/Jul 2019.

NÓBREGA, J. D.; MUNGUBA, M. C. e PONTES, R. J. S. Atenção à saúde e surdez: desafios para implantação da rede de cuidados à pessoa com deficiência. **Rev Bras Promoç Saúde.** Fortaleza. 2017.

OLIVEIRA, Y. C. A.; CELINO, S. D. M.; e COSTA, G. M. C. Comunicação como ferramenta essencial para assistência à saúde dos surdos. **Physis Revista de Saúde Coletiva. Rio de Janeiro.** 2015.

OLIVEIRA, Y. C. A.; COSTA, G. M. C. e COURA, A. S. *et al.* A língua brasileira de sinais na formação dos profissionais de Enfermagem, Fisioterapia e Odontologia no estado da Paraíba, Brasil. **COMUNICAÇÃO SAÚDE EDUCAÇÃO** v.16, n.43, p.995-1008, out./dez. 2012.

PEREIRA, P. C. A. **Tradutores-intérprete de LIBRAS na saúde: o que eles nos contam sobre questões éticas em suas práticas.** Universidade de São Paulo. Faculdade de Saúde Pública. São Paulo. 2014.

SILVA, P. S., BASSO, N. A. S. e FERNANDES, S. R. C. M. A ENFERMAGEM E A UTILIZAÇÃO DA LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS NO ATENDIMENTO AO DEFICIENTE AUDITIVO. **Revista UNINGÁ Review.** Vol.17,n.1,pp.05-12 (Jan - Mar 2014).

SOUZA, M. F. N. S.; ARAÚJO, A. M. B. e SANDES, L. F. F. *et al.* Principais dificuldades e obstáculos enfrentados pela comunidade surda no acesso à saúde: uma revisão integrativa de literatura. **Rev. CEFAC.** 2017.

VIEIRA, C. M.; CANIATO, D. G. e YONEMOTU, B. P. R. Comunicação e acessibilidade: percepções de pessoas com deficiência auditiva sobre seu atendimento nos serviços de saúde. **Reciis – Rev Eletron Comun Inf Inov Saúde.** 2017.

ALTUS CIÊNCIA
REVISTA ACADÊMICA MULTIDISCIPLINAR DA FACULDADE CIDADE DE JOÃO PINHEIRO

RESULTADOS DA AVALIAÇÃO AUDITIVA RETROCOCLEAR POTENCIAL EVOCADO AUDITIVO DO TRONCO ENCEFÁLICO (PEATE) DE LACTENTES EXPOSTOS AO VÍRUS ZIKA NA GESTAÇÃO

Leomara Amorim do Rosário[1]
Laís Fiorotte Valladão[2]
Lívia Lima Gorza[3]
Miguel Henrique Moraes de Oliveira[4]
Raquel Dornelas Marques[5]
Andressa Dias de Rezende Azevedo[6]
Maria Bernadeth de Sá Freitas[7]

Resumo: Vários estudos mostraram associação entre perda auditiva e infecção congênita pelo vírus zika (ZIKV), mas ainda há poucos dados sobre o espectro da doença. O objetivo do trabalho foi descrever o resultado do potencial evocado auditivo de tronco encefálico (PEATE) em crianças com infecção suspeita ou confirmada pelo ZIKV na gestação, atendidas na Policlínica da Universidade Vila Velha, no período de maio de 2016 a novembro de 2018. Exames de 22 pacientes foram analisados. Vinte e um pacientes (95,5%) apresentaram PEATE normal para idade e 1 paciente (4,5%) portador de malformações neurológicas graves teve perda auditiva moderada. Os resultados foram similares aos observados em outros trabalhos, mas informações adicionais são necessárias para entender o espectro da perda auditiva em crianças assintomáticas e naquelas com síndrome congênita pelo ZIKV.

Palavras-chave: Zika congênita, perda auditiva, PEATE

Abstract: Several studies have shown an association between hearing loss and congenital infection with the zika virus (ZIKV), but there are few data about the full spectrum of the disease. The objective of this study was to describe the results of the evoked potential the auditory brainstem (BERA) response in children with suspected or confirmed infection during pregnancy by ZIKV, attending at Vila Velha University Polyclinic, in the period from may 2016 to November 2018. The exams of 22 patients were analyzed. Twenty-one patients (95,5%) had normal BERA according to age, and 1 patient (4.5%) who is bearer of severe neurological malformations had as result moderate hearing loss. The results were similar to those observed in other papers, but further information is needed to understand the spectrum of hearing loss in asymptomatic children and in those with the congenital syndrome by ZIKV.

[1] Residente de Pediatria pela Universidade Vila Velha (UVV) leomaraamorim@hotmail.com
[2] Acadêmica de Medicina da Universidade Vila Velha (UVV) laisfiorotte@hotmail.com
[3] Acadêmica de Medicina da Universidade Vila Velha (UVV) livialimag@hotmail.com
[4] Acadêmico de Medicina da Universidade Vila Velha (UVV) miguelhmoliveira@live.com
[5]Médica e Residente de Pediatria pela Universidade Vila Velha (UVV) dornelasr@hotmail.com
[6] Fonoaudióloga da Policlínica Vila Velha andressadias26@yahoo.com.br
[7] Médica pediatra do serviço de fonoaudiologia da Policlínica Vila Velha, professora da Universidade Vila Velha e orientadora do presente estudo. bernadeth.sa@uvv.br

Recebido em 10/10/2019
Aprovado em 01/11/2019

Keywords: Congenital zika, hearing Loss, BERA

INTRODUÇÃO

O zika vírus (ZIKV) é um flavivírus, transmitido através do mosquito *Aedes aegypti*, especialmente em áreas urbanas. O primeiro registro da infecção pelo vírus no Brasil foi em 2015 quando houve um surto de microcefalia no nordeste do país, posteriormente associado a infecção congênita pelo ZIKAV (MARTINS et al., 2017; VENTURA et al., 2016).

Após o surgimento do ZIKV no Brasil, foi registrado um aumento anual de 20 vezes nos casos de microcefalia. Somente em 2015 cerca de 1248 novos casos suspeitos foram registrados, uma prevalência de 99,7 por 100.000 nascidos vivos e a Organização Mundial de Saúde (OMS) emitiu um alerta epidemiológico sobre a associação do ZIKV e alterações neurológicas graves (VENTURA et al., 2016).

Vários estudos confirmaram a relação causal envolvendo malformações neurológicas, ortopédicas e oftalmológicas à infecção pré-natal pelo ZIKV (LEAL et al, 2016; RASMUSSEN et al., 2016; VENTURA et al., 2016), e embora o espectro clínico da doença não seja ainda totalmente esclarecido, o dano neurológico e as alterações radiológicas foram bem descritas (LEAL et. al, 2016), principalmente a microcefalia, fator de risco importante para a perda auditiva (BRASIL, 2016; LEAL et.al., 2016; MARTINS et al., 2017).

Já é bem descrito na literatura que inúmeras infecções, inclusive virais, podem causar perda auditiva ao danificar diretamente estruturas da orelha interna ou ainda induzir respostas inflamatórias, que em seguida causarão hipoacusia. Recém-nascidos expostos a esses agentes, como vírus da varicela, do sarampo, citomegalovírus, herpes simples, entre outros, devem ser submetidos ao potencial evocado auditivo do tronco encefálico (PEATE) como parte da triagem auditiva neonatal, conforme recomendação do Ministério da Saúde (BRASIL, 2012).

O PEATE consiste em um instrumento de aferição do perfil eletrofisiológico do tronco cerebral, sendo uma maneira simples, confiável e não invasiva na avaliação da integridade neurofisiológica (FERNANDES et al., 2013), permitindo o diagnóstico de surdez neural, não diagnosticado no teste de emissões otoacústicas por transientes (EOAT), o teste da orelhinha.

Muitos estudos mostraram que a infecção congênita pelo ZIKV pode afetar a audição (LEAL et al., 2016; MARTINS et al., 2017), mas ainda há poucos dados sobre a perda auditiva associada a infecção congênita pelo ZIKV. Em razão disso, o Ministério da Saúde (MS) e a Secretaria de Saúde do Estado do Espirito Santo (SESA), recomendam a realização do PEATE

como instrumento de triagem auditiva em todas os recém-nascidos expostos ao ZIKV no período gestacional, nos primeiros 30 dias de vida (BRASIL, 2016; SECRETARIA DE SAÚDE DO ESPÍRITO SANTO, 2016), sendo que nos casos de microcefalia o PEATE deve ser o teste de triagem auditivo exclusivo.

Em razão dos efeitos ainda desconhecidos do ZIKV sobre a audição, o objetivo do trabalho é descrever o resultado do PEATE, em crianças com infecção suspeita ou confirmada pelo ZIKV na gestação, encaminhadas à Policlínica Vila Velha, via SESA.

A Policlínica da Universidade Vila Velha é um dos centros de referência de triagem auditiva do Espírito Santo (ES), conveniada ao Sistema Único de Saúde (SUS) para realização de atendimento de todos os municípios do estado. Apresenta atuação em diversas áreas, entre elas a saúde auditiva, oferecendo os serviços de otorrinolaringologia, fonoaudiologia, audiometria, logoaudiometria, imitânciometria, além de atuação nas áreas de psicologia, psiquiatria, pediatria, neurologia pediátrica e fisioterapia.

METODOLOGIA

Foram selecionados os pacientes encaminhados ao serviço de Pediatria e Fonaudiologia da Policlínica Universidade Vila Velha no Espírito Santo, para realização de PEATE por suspeita de exposição congênita ao ZIKV durante o período de maio de 2016 a novembro de 2018.

Foram incluídas para a composição da amostra deste estudo crianças com suspeita de exposição congênita ao ZIKV com ou sem microcefalia, nascidas de mães com infecção por ZIKV confirmada por sorologia durante a gravidez ou com rash cutâneo autorreferido. De 27 pacientes que deram entrada no serviço, 5 foram excluídos do estudo (1 paciente por falta ao exame, 1 por não ter sido encontrado no sistema, 1 paciente com malformação em SNC sem suspeita de zika durante a gravidez, 1 paciente em investigação de microcefalia com histórico de exposição à chikungunya e 1 paciente encaminhada por suspeita de microcefalia ao nascer, mas perímetro cefálico normal no dia da consulta que antecede ao exame). Desta forma, constituíram a amostra deste estudo, prontuários de 22 indivíduos, sendo que, 16 eram do sexo feminino e 6 do sexo masculino, com faixa etária entre 2 meses e 4 dias a 2 anos e 7 meses.

A partir da amostra selecionada, realizou-se uma análise retrospectiva dos prontuários, através de um estudo observacional do tipo transversal, descritivo, com abordagem qualitativa e quantitativa. Os dados foram obtidos a partir dos registros dos exames avaliados pela fonoaudióloga do serviço, armazenados em prontuário eletrônico informatizado. A análise

buscou dados como: identificação do paciente (idade e sexo), presença de alguma intercorrência na gravidez, suspeita ou confirmação de zika na gestação, descrição de microcefalia e/ou registro de medida do perímetro cefálico, malformações descritas em exames de imagens e resultado do PEATE.

As informações coletadas tiveram a garantia do sigilo que assegura a privacidade e o anonimato dos sujeitos quanto aos dados confidenciais envolvidos na pesquisa.

Esta pesquisa contou com a aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da instituição, processo nº. 23081.015704/2006-23.

RESULTADOS

Da amostra do estudo composta por 22 pacientes, 7 (31,8%) tiveram confirmação sorológica de exposição ao ZIKV na gestação, sendo 15 (68,2%) com exposição suspeita ao vírus.

Dentre o grupo com exposição confirmada ao ZIKV, 4 pacientes (57,1%) tiveram no PEATE presença de ondas I, III, V à 80dBNA com latências absolutas e interpicos normais, limiar eletrofisiológico para “clicks” frequências agudas em 20dBNA bilaterais. Destes, 01 apresentava microcefalia isolada; e outro além da microcefalia, também tinha história de prematuridade extrema, extremo baixo peso, leucomalácia paraventricular e retinopatia da prematuridade. Dois (02) pacientes (28,6%), apresentaram no PEATE ondas I, III, V à 80dBNA com latência intervalo interpico I –V aumentadas em função de I-III aumentada, sugerindo imaturidade de via auditiva bilateral, limiar eletrofisiológico para “clicks” frequências agudas em 20dBNA bilaterais, sendo que destes, 1 era portador de microcefalia. Um (1) paciente (14,3%) também com microcefalia, teve no PEATE presença de ondas I, III, V à 80dBNA com latências absolutas das ondas III e V aumentadas em orelha direita e esquerda.

Dentre o grupo com exposição congênita suspeita ao ZIKV, 5 pacientes (33,3%) apresentaram no PEATE ondas I, III, V à 80dBNA com latências absolutas e interpicos normais, limiar eletrofisiológico para “clicks” frequências agudas em 20dBNA bilaterais. Destes, 3 eram portadores de microcefalia. Três (3) pacientes (20%) apresentaram presença de ondas I, III e V a 80dBNA, interpicos I-III aumentado em orelha direita e esquerda; sendo que destes 1 teve desaceleração do crescimento do perímetro cefálico. Cinco (5) pacientes (33,3%) apresentaram PEATE com presença das ondas I, III e V à 80dBNA com latência interpico I-V aumentado em função de I-III aumentado, sugerindo imaturidade de via auditiva, limiar eletrofisiológico para "clicks" frequências agudas em 20dBNA bilaterais, sendo que destes 1

havia ressonância magnética (RM) de encéfalo mostrando agenesia de corpo caloso e dilatação ventricular; 1 microcefalia com atraso no desenvolvimento motor e da fala e 1 também havia sido exposto a sífilis congênita e realizado tratamento com 10 dias de penicilina cristalina endovenosa. Um (1) paciente (6,7%) com microcefalia e atraso no desenvolvimento neuropsicomotor teve PEATE com presença de ondas I, III, V à 80dBNA com latências absolutas aumentadas bilaterais, limiar eletrofisiológico para "clicks" frequências agudas em 20dBNA e 1 paciente (6,7%) com microcefalia e malformações graves (comunicação intraventricular, ascite, hidrocefalia, fêmur encurtado, pés tortos congênitos, ressonância magnética (RM) de Encéfalo mostrando microcefalia, malformação cortical com padrão giral simplificado, redução volumétrica da substância branca cerebral, hipogenesia de corpo caloso, severa hipoplasia cerebelar, hipoplasia de tronco cerebral, retardo da mielinização, ventriculomegalia e calcificações distróficas em grande parte do córtex cerebral, tálamos, núcleos da base e região anterior da ponte), apresentou no PEATE presença de ondas I,III e V à 80dBNA, com latências absolutas e interpicos normais, limiar eletrofisiológico à 60dBNA, evidência de perda condutiva moderado, sendo submetido ao PEATE com frequência específica, descrito na tabela 1.A, confirmando o diagnóstico de perda auditiva.. Este paciente foi avaliado por geneticista que suspeitou de síndrome congênita pelo ZIKV, excluindo agentes do grupo TORCHS (toxoplasmose, rubéola, citomegalovírus, hepatites B e C e sífilis) cuja sorologias foram negativas,

Em síntese, da amostra total de 22 pacientes com suspeita ou confirmação de exposição ao ZIKV na gestação, 10 pacientes (45,5%) eram portadores de microcefalia. Vinte e um (21) pacientes (95,5%) apresentaram PEATE considerado normal para idade.

Dos exames considerados normais, 7 pacientes (31,9%) apresentaram no PEATE presença de ondas I,III, V à 80dBNA com latência intervalo interpico I-V aumentadas em função de I-III aumentada, sugerindo imaturidade de via auditiva; 9 pacientes (40,9%) apresentaram no PEATE ondas I, III, V à 80dBNA com latências absolutas e interpicos normais, 3 (13,7%) presença de ondas I,III e V a 80dBNA, interpicos I-III aumentado; 1 (4,5%) ondas I, III, V à 80dBNA com latências absolutas das ondas III e V aumentadas e 1 paciente (4,5%) presença de ondas I,III, V à 80dBNA com latências absolutas aumentadas bilaterais, todos com limiar eletrofisiológico para “clicks” frequências agudas em 20dBNA bilaterais.

Um exame (4,5%) mostrou perda auditiva moderada, PEATE com presença de ondas I, III e V à 80dBNA, com latências absolutas e interpicos normais, limiar eletrofisiológico à 60dBNA . Realizado PEATE com frequência específica, confirmando perda auditiva moderada (tabela 1A). Este paciente apresentava suspeita de síndrome congênita pelo ZIKV, devido

microcefalia e malformações neurológicas graves, além de acometimento de outros sistemas, já descritas anteriormente e disponíveis na tabela 1.A., sem confirmação sorológica de infecção pelo ZIKV, mas com exclusão sorológica de síndrome congênita por agentes TORCHS.

TABELA 1.A PEATE EM PACIENTES SUSPEITOS DE EXPOSIÇÃO CONGÊNITA AO ZIKA VÍRUS

PEATE	*IDENTIFICAÇÃO*	*SEXO*	*IDADE*	*OBSERVAÇÃO*
OD e OE: Presença de ondas I,III, V à 80dBNA com latências absolutas e interpicos normais. Limiar eletrofisiológico para "clicks" frequências agudas em 20 dBNA bilaterais.	E.R.L	M	9 meses e 29 dias	Mãe sem pré- natal, Infecção suspeita de Zika (rash + edema mãos e pés))cefalia 9 cm
	D.O.B	M	1 a 7 meses	
	B.M.A	M	1 ano 8 meses	Microcefalia
	V.M.P.S	F	2 anos 3 meses	Microcefalia,ventriculomegalia. - PC 30 semanas - Pai teve Zika; mãe sem sintomas
	M.F.S	F	4 meses e 5 dias	
OD e OE: Presença de ondas I,III e V a 80 dBNA a. Interpicos I-III aumentado. Limiar eletrofisiológico para "clicks" frequências agudas em 20 dBNA bilaterais	P.H.O	M	3 meses	
	A.A.S.V	F	5 meses	Mãe rash e febre na gestação
	I.M.F	F	4 meses e 21 dias	Desaceleração do crescimento do PC - cresceu 0,5 cm em 1 mês

OD e OE: PEATE com presença das ondas I, III e V à 80dBNA com latência interpico I-V aumentado em função de I-III aumentado, sugerindo imaturidade de via auditiva. Limiar eletrofisiológico para "clicks" frequências agudas de 20dBNA.	P.V.V.S	F	1 ano	RM de crânio mostrando ausência de corpo caloso, dilatação ventricular
	S.O.R	F	2 anos 7 meses	- Atraso no desenvolvimento motor e na fala - Microcefalia
	C.C.P	F	1 ano 1 mês	
	A.A.S	F	2 anos 5 meses	
	A.A.A.C	F	1 ano	- Suspeita exposição ao zika e também a sífilis congênita – fez 10 dias de penicilina cristalina ao nascimento.
OD e OE: Presença de ondas I,III, V à 80dBNA com latências absolutas aumentadas. Limiar eletrofisiológico para “clicks” frequências agudas em 20 dBNA bilaterais	E.R.G.A	F	1 ano 4 meses	Suspeita de síndrome congênita pelo zika (microcefalia e atraso DNPM)

OD e OE: Presença de ondas I,III e V à 80Dbna, com latências absolutas e interpicos normais. Limiar eletrofisiológico à 60 dBNA	R.C.S	M	2 anos e 7 meses	Microcefalia, CIV, ascite, hidrocefalia, fêmur encurtado, pés tortos congênitos. Geneticista classificou como síndrome TORCHS ou zika vírus. Sorologias para TORCHS negativas. RM Encéfalo: microcefalia, malformação cortical com padrão giral simplificado, redução volumétrica da substância branca cerebral, hipogenesia corpo caloso, severa hipoplasia cerebelar, hipoplasia de tronco cerebral, retardo da mielinização, ventriculomegalia, calcificações distróficas em grande parte do córtex cerebral, tálamos, núcleos da base, região anterior da ponte. PEATE COM FREQUENCIA ESPECIFICA: OD: 500Hz: limiar de 70dB 1000Hz: limiar de 70dB 2000Hz Limiar de 80dB 4000Hz: limiar de 70dB OD: 500Hz: limiar de 90 dB 1000Hz: limiar de 70dB 2000Hz Limiar de 70dB 4000Hz: limiar de 50dB

Legenda: M: masculino; F: feminino; PC: perímetro cefálico; OD: orelha direita; OE: orelha esquerda; DNPM: Desenvolvimento neuropsicomotor; RM: ressonância magnética. CIV: Comunicação intraventricular
TORCHS (toxoplasmose, rubéola, citomegalovírus, herpes simples, sífilis)

TABELA 1B. PEATE EM PACEINTES COM EXPOSIÇÃO CONGÊNITA CONFIRMADA AO ZIKA VÍRUS

PEATE	*IDENTIFICAÇÃO*	*SEXO*	*IDADE*	*OBSERVAÇÃO*
OE e OE: presença de ondas I,III, V à 80dBNA com latências absolutas e interpicos normais.Limiar eletrofisiológico para "clicks" frequências agudas em 20 dBNA bilaterais.	Y.S.D	M	1 ano e 22 dias	zika confirmada com 6 semanas de gestação
	E.F.R	F	1 ano 5 meses	zika confirmada com 20 semanas
	L.C.C.G	F	1 ano 4 meses	- Microcefalia por zika
	I.V.R.S	F	2 anos 3 meses	prematuridade extrema, extremo baixo peso, microcefalia po zika, leucomalácia paraventricular, retinopatia da prematuridade
OE e OD: presença de ondas I,III, V à 80dBNA com latência intervalo interpico I –V aumentadas em função de I-III aumentada, sugerindo imaturidade de via auditiva bilateral.Limiar eletrofisiológico para "clicks" frequências agudas em 20 dBNA bilaterais.	M.T.B	F	2 meses e 4 dias	Confirmado zika no 2º trimestre de gestação
	G.V.G	F	5 meses	Zika confirmada com 11 semanas de gestação - microcefalia
OD e OE: Presença de ondas	T.S	F	1 ano e 9 meses	Zika assintomática na gestação, diagnóstico feito

I,III, V à 80dBNA com latências absolutas das ondas III e V aumentadas.				após o nascimento da filha devido microcefalia.

Legenda: M: masculino; F: feminino.

DISCUSSÃO

Infecções constituem a principal causa de perda auditiva congênita ou adquirida, sendo responsáveis por mais de 1/4 dos casos de perdas auditivas profundas na população em geral, principalmente perdas do tipo neurossensorial (MARTINS et al., 2017; VIEIRA, MANCINI e GONÇALVES, 2010). Este déficit afeta a capacidade de comunicação do indivíduo, pois a audição é componente fundamental do desenvolvimento da fala e linguagem (MARTINS et al., 2017).

A síndrome congênita pelo ZIKV é caracterizada por microcefalia, anormalidades do encéfalo, lesões ortopédicas e oculares (LEAL et al.; VENTURA et al., 2016), sendo que as alterações neurológicas já foram bem descritas, entretanto, existem poucos dados sobre a perda auditiva causada pelo ZIKV. A maioria dos estudos na área são com crianças portadoras de microcefalia secundária a infecção congênita pelo ZIKV, entretanto em recém-nascidos assintomáticos não há estudos mostrando o comprometimento da audição ao nascimento ou a longo prazo. Em razão disso e do comportamento ainda desconhecido da infecção.

O presente estudo foi composto por 22 pacientes, entre 2 meses e 4 dias a 2 anos e 7 meses, sendo que da amostra apenas 7 (31,8%) tiveram confirmação sorológica de exposição ao ZIKV na gestação e 15 (68,2%) eram exposição suspeita ao vírus. De toda amostra 10 pacientes (45,5%) eram portadores de microcefalia. Apenas um paciente com suspeita de síndrome congênita pelo ZIKV, portador de microcefalia grave, teve PEATE alterado, confirmando comprometimento auditivo moderado bilateral, uma taxa de 4,5%.

Um estudo com 70 crianças entre 0 e 10 meses com microcefalia e evidências laboratoriais de infeção pelo ZIKV, conduzido pelo Hospital Agamenon Magalhães, confirmou uma possível relação entre a infecção congênita pelo vírus Zika e a perda auditiva neurossensorial, evidenciando perda auditiva em 7% das crianças, todos com microcefalia grave; no entanto, uma criança foi testada após receber tratamento com um antibiótico ototóxico. Se essa criança for excluída, a prevalência de perda auditiva neurossensorial foi de 5,8% (MICROCEPHALY EPIDEMIC RESEARCH GROUP, 2015). Essa taxa de perda

auditiva se mostrou condizente com a encontrada em outras infecções virais (LEAL et al., 2016). A amostra do nosso estudo foi composta por um maior número de casos suspeitos e não confirmados da síndrome de zika congênita, entretanto, apesar disso e de uma amostragem menor (22 pacientes) que o estudo do grupo de microcefalia, Microcephaly Epidemic Research Group (2015), os resultados mostraram uma taxa de 4,5% entre perda auditiva neurossensorial e microcefalia com alterações neurológicas graves. Essa taxa pode ter sido menor devido a amostra heterogênea usada, composta por crianças em sua maioria sem microcefalia e com maior número de infecções congênitas suspeitas pelo ZIKV, sem comprovação laboratorial.

Outro estudo feito no Complexo Hospitalar Professor Edgard Santos da Universidade federal da Bahia, com 76 crianças expostas ao ZIKV durante a gestação, nascidas entre abril de 2015 a dezembro de 2016, mostrou que no PEATE, todas obtiveram condução nervosa com latências absolutas e intervalos interpicos adequados à idade e nível mínimo de resposta com amplitude clara em 30dBNA (BORJA, 2017). Neste estudo, foram incluídas crianças com suspeita de síndrome congênita ao ZIKV com ou sem microcefalia, nascidas de mães com infecção por ZIKV confirmada por sorologia durante a gravidez ou com rash cutâneo autorreferido. No nosso estudo, (95,5%) apresentaram PEATE normal com limiar eletrofisiológico para “clicks” frequências agudas em 20 dBNA, e no exame alterado (4,5%) o limiar eletrofisiológico foi de 60dBna, resultado concordante com o estudo supracitado.

Os dados levantam questões quanto a fisiopatologia do acometimento da função auditiva na exposição congênita ao ZIKV, uma vez que o comprometimento auditivo foi encontrado em crianças com microcefalia grave (MICROCEPHALY EPIDEMIC RESEARCH GROUP, 2015). Questionamos se o fator de risco para perda auditiva é por ação direta do vírus, ou seja pela própria exposição ao vírus ou secundária às malformações decorrentes da infecção, uma vez no estudo de Borja et al., 2017 que estudou crianças expostas com e sem microcefalia todos os PEATE’s foram normais, e em estudos com crianças portadores de microcefalia grave com 70 crianças, 6 (5,8%) apresentaram perda auditiva no exame.

Entretanto, dentre a revisão bibliográfica, dois estudos mostraram acometimento da audição em indivíduos adultos com infecção adquirida pelo zika vírus. Em um trabalho os achados otológicos foram perda auditiva periférica unilateral em um paciente e alteração dos reflexos contralaterais em ambos e do PEATE em um paciente, demonstrando possível envolvimento neuronal, associado ou não ao componente periférico (MARTINS et al., 2017), em outro, perdas auditivas neurossensoriais e transitórias foram relatadas em seis adultos com infecção adquirida pelo ZIKV (BARBOSA et al., 2019). Estes dados sugerem que mesmo na ausência de microcefalia, pode haver comprometimento da audição e essas crianças expostas

ao ZIKV na gestação devem ser submetidas ao PEATE como parte da triagem auditiva neonatal, além da necessidade mais estudos para ampliar o conhecimento de comportamento auditivo de crianças que tiveram infecção congênita pelo ZIKV

CONCLUSÃO

A infecção congênita pelo ZIKV é um fator de risco para perda auditiva (SECRETARIA DE SAÚDE DO ESPÍRITO SANTO, 2016). Um trabalho mostrou a eficácia do PEATE e sua especificidade em detectar as alterações auditivas nestes pacientes, comparando os resultados da triagem auditiva em 24 lactentes entre 1 a 12 meses. Foi observado menor número de falha no PEATE quando comparado ao EOAT, reduzindo os resultados falso-positivos. Quanto ao risco de perda auditiva observou-se que além de alterações sensório-neuronais, há risco também de quadro clínico do espectro da neuropatia auditiva nos bebês expostos ao ZIKV (SILVA e ARAÚJO, 2017).

Nosso estudo teve uma amostra de 22 pacientes com exposição suspeita ou confirmada ao ZIKV, destes 21 pacientes (95,5%) apresentaram PEATE considerado normal para idade, resultado, similar ao observado em um estudo com 76 crianças na Universidade Federal da Bahia, com critérios de inclusão similares ao nosso em quem 100% das crianças apresentaram PEATE normal (BORJA, 2017). Uma criança com suspeita de síndrome congênita pelo ZIKV, microcefalia e alterações neurológicas graves a RM de encéfalo, teve PEATE alterado mostrando perda auditiva moderada com limiar eletrofisiológico à 60dBNA confirmado por PEATE com frequência específica, uma taxa de 4,5% de alteração, um pouco menor do que a observada em um estudo feito no Hospital Agamenon Magalhães, em que a prevalência de perda auditiva neurossensorial foi de 5,8% (MICROCEPHALY EPIDEMIC RESEARCH GROUP, 2015).

Os dados reforçam a microcefalia grave como indicador de risco importante para a perda auditiva. No entanto, apesar dos trabalhos mostrarem associação entre microcefalia e perda auditiva, existem poucos estudos relacionando a exposição congênita ao ZIKV e a perda auditiva neural em crianças assintomáticas ou sem malformação neurológica grave. Ou seja, ainda não podemos afirmar se o fator de risco para a perda auditiva é a presença de microcefalia ou se a exposição ao vírus na ausência de malformação já constitui um fator de risco isolado, uma vez que os estudos que evidenciam o comprometimento auditivo são em pacientes com microcefalia grave (LEAL et al., 2016; MICROCEPHALY EPIDEMIC RESEARCH GROUP, 2015, RASMUSSEN et al., 2016).

Além disso, a descrição de comprometimento auditivo em adultos com infecção adquirida pelo ZIKV (MARTINS, 2017 e BARBOSA, 2019), sugerem que o vírus pode comprometer a audição na ausência de microcefalia. Em razão disso, enfatizamos a importância de todas as crianças expostas à infecção congênita pelo ZIKV serem incluídas no grupo de risco para perda auditiva e encaminhadas para realização do PEATE, conforme orientação do Ministério da Saúde (BRASIL, 2016) e Secretaria de Saúde do estado do Espírito Santo.

Sendo assim, consideramos de suma importância a confirmação laboratorial da exposição ao ZIKV na gestação, em toda a gestante com história de rash cutâneo na gestação ou em recém-nascido com alteração clínica sugestiva de síndrome congênita pelo ZIKV. Torna-se ainda necessário a realização do PEATE em todas as crianças com suspeita de exposição congênita ao ZIKV, além da realização de estudos de coorte com acompanhando dessas crianças (Follow-up) a longo prazo, com avaliação periódica da função auditiva, afim de estabelecer o espectro clínico da perda auditiva em crianças com síndrome da infecção congênita ao ZIKV e em assintomáticos expostos ao vírus. O conhecimento do comportamento da perda auditiva relacionado ao ZIKV permitirá melhor direcionamento das estratégias de políticas públicas de saúde com otimização dos recursos públicos no que se refere a acuidade auditiva e atenção integral à saúde dessas crianças, preservando a qualidade na assistência à saúde.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Maria Helena de Magalhães et al. Auditory findings associated with Zika virus infection: an integrative review. Braz J Otorhinolaryngol. 2019. https://doi.org/10.1016/j

BORJA, Ana; LOIOLA, Ailema Guerra; Araújo, ROBERTO, Paulo Correia de. Triagem auditiva em crianças expostas ao zika vírus durante a gestação. Rev. Ciênc. Méd. Biol., Salvador, v. 16, n. 3, p. 271-276, setembro-dezembro 2017.

BRASIL. Diretrizes de Atenção da Triagem Auditiva Neonatal. Brasília: Ministério da Saúde, 2012. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/diretrizes_atencao_triagem_auditiva_neonatal.pdf>. Acesso em: 15 set. 2019

BRASIL. Protocolo de Atenção à Saúde e Resposta à Ocorrência de Microcefalia Relacionada à Infecção pelo Vírus Zika. Brasília: Ministério da Saúde, 2016. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/protocolo_resposta_microcefalia_relacionada_infeccao_virus_zika.pdf>. Acesso em: 15 set 2019

FERNANDES, Luciana Castelo Branco Camurça et al. Potencial evocado de tronco encefálico por via óssea em indivíduos com perda auditiva sensorioneural. Rev. CEFAC. 2013 Mai-Jun; 15(3):538-545. http://www.scielo.br/pdf/rcefac/v15n3/90-11.pdf

LEAL, Mariana C et al. Hearing Loss in Infants with Microcephaly and Evidence of Congenital Zika Virus Infection - Brazil, November 2015-May 2016. MMWR Morb Mortal Wkly Rep, Atlanta, v.65, n.34, p. 917-919, setembro 2016.

MARTINS, Odailza Rosa et al. Achados otológicos em pacientes pós-infecção pelo zika vírus. Audiol, Commun. Res., São Paulo, v. 22, p.19-24, setembro 2017.

MICROCEPHALY EPIDEMIC RESEARCH GROUP. Microcephaly in infants, Pernambuco State, Brazil, 2015. Emerg Infect Dis, Atlanta, v. 22, n.6, p. 1090-1093, junho 2016.

RASMUSSEN, Sonja A et al. Zika virus and birth defects - reviewing the evidence for causality. N Engl J Med, Waltham, v.374, p.1981–1987, maio 2016.

SECRETARIA DE SAÚDE DO ESPÍRITO SANTO (SESA), Protocolo de assistência a gestantes com suspeita de Zika vírus e bebes com microcefalia secretaria de saúde do estado do Espirito Santo, SESA, 2015-2016. Vitória: Secretaria de Saúde do Espírito Santo, 2016. Disponível em: <https://mosquito.saude.es.gov.br/Media/dengue/Zika/Protocolo%20Gestantes/ZIKAPROTOCOLO.pdf>, Acesso em: 15 set 2019

SILVA, Maria Fernanda de Almeida; ARAÚJO, Fabiana Cristina Mendonça. Triagem auditiva em crianças expostas ao vírus zika. II Congresso Brasileiro de Ciências da Saúde, COMBRACIS). Campina Grande: Realize Eventos. Junho, 2017. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/revistas/conbracis/trabalhos/TRABALHO_EV071_MD1_SA8_ID1303_01052017232526.pdf>. Acesso em: 15 set 2019

VENTURA, Camila V et al. Zika virus in Brazil and macular atrophy in a child with microcephaly. The Lancet, Londres, v.387, p.387-228, janeiro 2016.

VIEIRA, Andrêza Batista Cheloni; MANCINI, Patrícia; GONÇALVES, Denise Utsch. Doenças infecciosas e perda auditiva. Rev Med Minas Gerais, Belo Horizonte, p.102-106, v. 20, n. 01, janeiro-março, 2010.

ALTUS CIÊNCIA
REVISTA ACADÊMICA MULTIDISCIPLINAR DA FACULDADE CIDADE DE JOÃO PINHEIRO

A CONTRIBUIÇÃO DA FISIOTERAPIA PARA CRIANÇAS AUTISTAS

Kelly Aparecida da Rocha[1]
Eliana da Conceição Martins Vinha[2]

Resumo: A infância é um período importante no desenvolvimento e formação de padrões motores da criança, sendo primordial que as primeiras intervenções ocorram nesse momento. O objetivo deste estudo foi apresentar a contribuição da Fisioterapia para tratamento de crianças autistas, questionando-se de que forma a mesma trará benefícios para as crianças com autismo. O estudo foi realizado através de pesquisa qualitativa e revisão bibliográfica por meio de documentos disponíveis em plataformas digitais, livros e revistas. A Fisioterapia proposta para crianças autistas traz benefícios, ganhos no desenvolvimento neuromotor e facilitação nas atividades de vida diárias (AVD´s), melhorando assim a qualidade de vida dessas crianças, sendo importante que seja iniciada logo após o diagnóstico para que assim se alcance os objetivos necessários à evolução desses pacientes.

Palavras-chave: Espectro autista. Fisioterapia. Desenvolvimento neuropsicomotor.

Abstract: The childhood is an important period in the development and training of the child being motors standards crucial to the first interventions occurring right now. The objective aim of this study was to present the contribution of physiotherapy treatment for autistic children, questioning how the same will bring benefits to children with autism.The study was conducted through qualitative research and literature review by means of documents available on digital platforms, books and magazines.Physical therapy for autistic children proposal brings benefits, gains in neuromotor development and facilitation in daily life activities (AVD ´ s), the quality of life of these children, and it is important to be initiated shortly after the diagnosis to achieve the goals necessary for the evolution of these patients.

Keywords: Autistic spectrum. Physical therapy. Development neruopsycomotor.

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo aborda diferentes questões e possibilidades de se desenvolver um trabalho de qualidade do profissional da Fisioterapia em crianças com autismo, reforçando e respaldando a relevância desse profissional junto a essas crianças de forma individualizada.

[1] Fisioterapeuta. E-mail: kellyrochafisio2018@outlook.com.

[2] Fisioterapeuta, Bióloga e Profissional de Educação Física. Professora da Faculdade Cidade de João Pinheiro – FCJP. E-mail: elianafisio@gmail.com.

Recebido em 20/10/2019
Aprovado em 29/12/2019

Rodrigues (2016) define que o autismo compreende um complexo distúrbio do desenvolvimento neurobiológico, que apresenta sinais por volta dos dois anos de vida. Este tema é estudado há décadas, porém ainda existem dúvidas e questões acerca deste transtorno do desenvolvimento humano, sobretudo sobre a sua etiologia, sendo ele surpreendente pela sua variedade de características e alterações neuropsicomotoras.

O objeto de estudo desta pesquisa é o autismo e a contribuição que a Fisioterapia traz ao desenvolvimento neuropsicomotor de crianças com o espectro autista, mostrando o quão se faz necessário a intervenção da mesma, sendo importante para o suporte de aquisição ao ganho de independência nas atividades de vida diária, possibilitando melhoras na qualidade de vida, desenvolvimento motor, bem como nas interações comportamentais e nos relacionamentos interpessoais da criança.

Gomes, Lopes e Fonseca (2013) ponderam que a infância é um período de enorme importância e sensibilidade no desenvolvimento e formação de padrões motores finos e grossos, sendo primordial que as primeiras intervenções ocorram nesse momento, daí a importância da Fisioterapia atuando precocemente. Sendo ela um fator importante ao desenvolvimento dessas crianças, uma vez que o tratamento visará uma abordagem às alterações funcionais secundárias e biomecânicas. O tratamento fisioterápico, segundo Azevedo e Gusmão (2016), trará vantagens que possibilitará melhoras no controle sobre a postura, simetria corporal, reação de proteção e equilíbrio; dentre outros benefícios.

O desenvolvimento desse estudo norteou-se com os seguintes questionamentos: O que vem a ser a escala de classificação do autismo e medida de independência funcional? Como é realizada a abordagem fisioterápica com crianças autistas? Quais métodos e técnicas fisioterapêuticas são utilizados para auxiliar no tratamento das crianças com autismo? Como a Fisioterapia contribui para o tratamento das crianças autistas?

Nesse estudo levantou-se a hipótese de que a criança autista, após receber o tratamento fisioterápico, desenvolve uma melhor qualidade de vida, já que esse tratamento, realizado com abordagens que visam direcionar os objetivos fisioterapêuticos com atividades lúdicas, tem o intuito de tornar o momento prazeroso à criança; tendo como aliados métodos e técnicas como: método Bobath, a cinesioterapia, alongamentos passivos, atividades lúdicas que irão auxiliar o aumento do tônus, fortalecimento muscular global, dando melhoras ao equilíbrio, propriocepção e coordenação motora.

A escala, classificação do autismo e medida de independência funcional são avaliações realizadas para organizar informações que objetivam identificar a gravidade autistíca e

atividade funcional da criança, a fim de que se consiga traçar uma conduta e objetivos de acordo com a individualidade apresentada pela criança na aplicação de um protocolo de atendimento fisioterapêutico, buscando desenvolvimento aperfeiçoado de suas habilidades motoras, posturais e facilitação nas AVD`s.

Este tema, além de ser comum na atualidade, despertou interesse devido a casos familiares que após obter o diagnóstico de autismo não tiveram conhecimento e percepção sobre os benefícios da intervenção fisioterapêutica em pacientes com este espectro. Ademais, o mesmo tem relevância acadêmica e social, pois seu estudo demonstra o quão importante é poder trazer conhecimento e esclarecimento sobre o assunto apresentado, abordando dessa forma, a obtenção de conhecimento sobre métodos e técnicas fisioterapêuticas para que se alcance uma melhor qualidade de vida a esses indivíduos.

Ainda no patamar acadêmico e social, o estudo em questão, visa contribuir com a sensibilização para o desenvolvimento de pesquisas e estudos sobre tal tema, de modo que haja implementação de novos métodos de tratamento e para que a sociedade entenda os benefícios que a Fisioterapia traz ao desenvolvimento dessas crianças.

O estudo apresentou como objetivo apresentar a contribuição da fisioterapia para tratamento das crianças autistas além de analisar o que vem a ser a escala de classificação do autismo e medida de independência funcional; verificar como é realizada a abordagem fisioterápica com crianças autistas e descrever métodos e técnicas fisioterapêuticas que são utilizados para auxiliar no tratamento das crianças com autismo.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

Este estudo foi realizado por meio da pesquisa qualitativa, usando como apoio à fundamentação teórica e a revisão bibliográfica. Tendo sido avaliados e selecionados documentos, plataformas digitais, livros e revistas, com abordagens ao autismo e também à Fisioterapia. Após leitura e análise, foram selecionados tópicos referentes à definição, contextualização do autismo e Fisioterapia e as contribuições da mesma a indivíduos autistas.

Gerhardt e Silveira (2009) afirmam que pesquisa qualitativa está envolvida com valores particulares, se preocupando em particularidades que não podem ser quantificadas; trabalhando com significados, motivações, inspirações, no empirismo, o que ressalta procedimentos que não são submetidos a operações de variáveis, não se submetendo a representações numéricas.

A metodologia utilizada foi revisão bibliográfica buscando reflexão em artigos e livros, de acordo com Silva e Lima (2014), trata-se de levantamentos de bibliografias que já foram publicadas, onde o objetivo é a relação do indivíduo que está a pesquisar com o que já foi escrito sobre determinado tema, buscando solução de um problema ou também pode ser ponto de partida para outros tipos de pesquisas.

3 O AUTISMO E SUAS CARACTERÍSTICAS

Segundo Figueiredo (2015, p. 11) autismo tem origem grega “syndromé”, que tem como significado “reunião”. Etiologicamente se origina do grego, advindo do termo “autos” que significa “eu próprio”; o que representa bem as características de um indivíduo que se fecha em si próprio isolando-se do mundo. O sufixo ”ismo” traz uma visão de orientação ou estado. Crianças com autismo se isolam do mundo, apresentando-se desorientados, o que poderá gerar possíveis problemas de caráter emocional, físico, psíquico e social, ocasionando assim, disfunções que necessitarão de uma intervenção de caráter multidisciplinar que abranja todas as suas necessidades individuais.

De acordo com Azevedo e Gusmão (2016) autismo se caracteriza por ter manifestação desde o início da primeira infância, se estabelecendo durante a vida, tendo o gênero masculino comumente mais referido. Esta síndrome caracteriza-se por comprometer às interações sociais, comportamentais e emocionais.

Ainda não é possível fechar o diagnóstico preciso do espectro autista antes que a criança complete três anos, sendo uma patologia com causas ainda não definidas. Se esse diagnóstico fosse realizado nos primeiros meses de vida, lidar com essa síndrome e amenizar os seus efeitos ao comportamento da criança se tornaria um processo mais hábil e eficaz, dando possibilidades de melhorias com maior qualidade de vida.

De acordo com Santos et al (2016) a cada 1.200 nascimentos, um nascido tem esta patologia, sendo uma desordem invasiva do desenvolvimento que compromete o funcionamento normal das interações sociais, da comunicação, do comportamento, que acaba por se tornar reservado e muitas vezes repetitivo. Relatam que, no mundo a incidência populacional mundial de autistas gira em torno de dois a cinco indivíduos para dez mil pessoas, sendo predominante a sua ocorrência no gênero masculino. No Brasil devido a nenhum estudo em relação à quantidade populacional de autistas, estima-se um total de setenta e cinco à cento e noventa e cinco mil autistas, baseando-se nas proporções internacionais.

Santos et al (idem) descrevem que as causas do autismo ainda não são comprovadas, mas estudos demonstram possibilidades para fatores genéticos, infecção durante o período gestacional e patologias de caráter congênito. E na visão de Arero (2018), a etiologia desse distúrbio traz controvérsias, onde estudos apontam que a origem do mesmo está em falhas no circuito cerebral, apresentando alteração na comunicação e transmissão de informação entre os neurônios. Na constituição do cérebro de pessoas autistas, o corpo caloso apresenta alterações estruturais.

Santos et al (2016) afirmam que devido à grande diversidade de características, o autismo é subdividido em cinco grupos que correspondem: I - transtorno autista ou autismo clássico, II – Síndrome de Asperger, que tem como característica o desenvolver da linguagem na idade cronológica e o indivíduo não apresenta disfunção mental, III – transtorno desintegrativo que apresenta regressos no comportamento, cognição e linguagem entre dois e dez anos após o desenvolvimento inicial normal, IV – transtorno global do desenvolvimento (TGD), onde indivíduos autistas não se encaixam nos subtipos descritos e V - Síndrome de Rett, que tem como característica ser um distúrbio genético no desenvolver do cérebro, sendo causado por um defeito de um gene que afeta o gênero feminino.

Segundo a Associação de Amigos dos Autistas – AMA (2017), o autismo foi descrito pela primeira vez por Kanner em 1943, e em 1988 Lorna Wing contribuiu ao dizer que as características autísticas variam conforme o desenvolvimento cognitivo, podendo ter quadros de deficiência intelectual grave e quadros sem deficiência intelectual aparente.

De acordo com Nascimento et al (2014), autismo é uma condição disposta no DSM-V (Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais), na categoria de Transtornos de Neurodesenvolvimento, sendo denominado Transtorno do Espectro Autista (TEA). Caracterizando-se como distúrbio do desenvolvimento neurológico, presente desde a infância com déficits sócio comunicativo e comportamental, as crianças autistas necessitam de atendimento especial em implicação do comprometimento da função motora, comportamental e sensorial.

Segundo Marques e Bosa (2015), o diagnóstico de casos suspeitos de Transtorno do Espectro Autista (TEA) pode ser realizado por meio do observatório de critérios comportamentais dos sistemas de classificação, usando de instrumentos que sejam válidos e de caráter fiéis, o que possibilitará ao profissional avaliador, delinear com objetividade o perfil das características desenvolvidas pela criança autista.

Nascimento et al (2014) citam que os melhores prognósticos estabelecidos às evoluções em indivíduos autistas, estão na apresentação ou na falta de deficiência intelectiva e comprometimento da linguagem associados, bem como diversas outras dificuldades que se apresentam a saúde em nível intelectual. A Fisioterapia se torna importante e necessária a intervenção precoce, podendo interferir na plasticidade neuronal, permitindo evoluções de independência proporcionando qualidade de vida e integração social de maneira adaptativa.

3.1 O autismo, a fisioterapia e a equipe multidisciplinar

Segera, Nascimento e Klein (2011) ponderam que a inclusão social é um fator que deve estar ligado à família e aos profissionais envolvidos nessa questão. A função da Fisioterapia é trabalhar inicialmente o desenvolvimento motor e logo após, ativar áreas da concentração e interação social.

Segundo Ferreira et al (2016) para que a intervenção seja eficaz, se faz necessário que o método utilizado seja adaptativo a cada indivíduo, pois o paciente apresenta desenvolvimento inferior, o que exige uma melhor preparação do terapeuta para realização de uma conduta que atenda às necessidades de cada paciente.

Cruz e Potker (2017) afirmam que o ser humano se modifica através de processos evolutivos psicomotores que apresentam no decorrer do desenvolvimento, onde se estabelece o crescimento de acordo com cada fase do desenvolver da vida, proporcionando lidar com o meio em que vive e aprender a se relacionar socialmente na medida do possível. Dificuldades nesse processo podem retardar o desenvolvimento, comprometendo a motricidade e a cognição. A criança com autismo apresenta dificuldades no desenvolvimento psicomotor, não sendo capaz de reconhecer o seu próprio corpo, prejudicando assim o desenvolver do esquema corporal e noção de espaço temporal, equilíbrio estático, lateralidade, noção de reversalidade.

Na abordagem de Ferreira et al (2016), para que o tratamento seja eficaz é necessário que a criança autista seja acompanhada por uma equipe multidisciplinar, composta por médicos, neurologistas, psicólogos, fonoaudiólogos, nutricionistas, dentre outros. Para que se obtenha evolução de desenvolvimento neuromotor, para uma melhor interação social se faz necessário o acompanhamento fisioterápico juntamente com uma equipe multidisciplinar, o que irá possibilitar a essa criança um melhor aprendizado e uma melhor interação interpessoal.

A atuação profissional do fisioterapeuta junto a uma equipe multidisciplinar aos cuidados de indivíduos com TEA, segundo Ferreira et al (2016) se faz indispensável, de

maneira que aconteça a intervenção precocemente, possibilitando a ocorrência da plasticidade cerebral, o que irá favorecer de maneira positiva o desenvolvimento e condição de melhor qualidade de vida. Observa-se a Fisioterapia como abordagem de tratamento muito eficaz, visto que mesmo crianças diagnosticadas com um grau elevado de autismo, logo pós receber o respectivo tratamento, demonstram um nível maior de independência.

Segundo Pinheiro (2014), Fisioterapia é um campo de conhecimento da saúde, que objetiva estudar, prevenir e tratar disfunções funcionais que podem ocorrer em órgãos e/ou sistemas do corpo, podendo ser causados por alterações no padrão genético, por traumatismos ou por aquisição de doenças.

Na visão de Pinheiro (2014), com o início da industrialização no mundo, surgiram novas perspectivas ao homem e com a geração de empregos e as longas jornadas de trabalho, a proliferação de doenças se instaurou, gerando fraquezas na atenção primária de saúde, obrigando a utilização de recursos físicos naturais para a obtenção de cura e reabilitação, sendo os 50 anos do século XX primordiais à consolidação da Fisioterapia.

Contudo, a Fisioterapia passa por momentos históricos sem ser observada de maneira científica e primordial à saúde, sendo necessário o estabelecimento de inúmeras doenças para que ela se consolidasse como profissão no mundo com fins à reabilitação e, logo após, a prevenção.

Pinheiro (2014) afirma que no Brasil a utilização dos recursos físicos e naturais teve início em 1879, com a industrialização, por causa do grande número de acidentes durante o período de trabalho, com objetivo à assistência curativa e reabilitadora.

Observando a evolução da Fisioterapia na visão dos autores descritos pode-se perceber o grande crescimento que a profissão viabilizou durante o contexto desses períodos históricos, sendo ela já utilizada pelos nossos antepassados como obtenção de cura de doenças, e hoje ela é vista como ação preventiva e reabilitadora na promoção de saúde.

3.2 Atuação da Fisioterapia em crianças com autismo

A Fisioterapia neuromotora, de acordo com Rodrigues (2016), irá auxiliar na melhora de habilidades motoras como rolar, engatinhar, sentar, ficar de pé, andar; e ajudará na obtenção da força muscular e coordenação. Tendo como objetivo a mudança no tônus postural e padrões de movimentos, através da fisioterapia possibilita a aquisição de prática, eficiência e aprendizado, ajustando postura e resposta às modificações do ambiente e corpo durante

atividades funcionais, dando estímulo à execução de tarefas e funções, possibilitando um melhor nível de independência, ensinando habilidades motoras correlacionando-as à coordenação motora fina e grossa, controle de força e propriocepção.

Na visão de Arero (2018), a atenção fisioterápica deve estar voltada para o desenvolvimento motor, desenvolvendo atividades lúdicas, auxiliando na modulação dos tônus musculares, fortalecimento de tronco e membros, dissociação das cinturas pélvica e escapular, dando estímulos ao equilíbrio, propriocepção, coordenação motora fina e grossa, treinando habilidades motoras como rolar, sentar, deambulação, descer e subir degraus, respeitando os limites de cada paciente.

De acordo com Pereira (2007), existem métodos avaliativos para a avaliação e classificação do autismo, sendo os parâmetros mais utilizados: Escala de Classificação de Autismo (CARS) e Medida de Independência Funcional (MIF). A CARS avaliará o grau do autismo, que quer dizer, irá avaliar se a criança possui autismo leve, moderado ou grave e a MIF, avaliará o grau de cuidados que o indivíduo necessita, analisando as habilidades motoras e cognitivas.

Arero (2018) afirma que a CARS, é uma das ferramentas mais utilizadas pelos centros de diagnósticos, como meio para se identificar o autismo. Esse método avaliativo foi desenvolvido por Schopler, Reichler e Ranner, sendo uma escala de quinze itens capazes de auxiliarem na identificação do autismo, contribuindo também para a distinção de outros atrasos no desenvolvimento.

Na contribuição de Pereira (2007), a escala tem por objetivo avaliar e analisar o comportamento de quatorze domínios que geralmente não são afetados no autismo, incluindo a categoria de impressão de autismo, somando-se assim os quinze itens do método avaliativo. A aplicação é rápida e adequada às crianças maiores de dois anos de idade.

Assis et al (2015), acrescentam que, a MIF é a avaliação da incapacidade de indivíduos que apresentem restrições funcionais de diversas causas, avaliando de forma quantitativa a demanda de cuidados exigidos para a realização do cumprimento das AVD´s; sendo aplicada como uma entrevista ao paciente ou ao cuidador.

Ainda segundo Assis (idem), a MIF é um instrumento confiável fornecendo uma variedade de informações na avaliação de atividades básicas de vida diária de indivíduos com e sem deficiência. Macedo e Mejia (2013) afirmam que durante o processo de reabilitação o paciente tem possibilidades de aprendizagem de AVD´s de forma adequada e independente; e

caso seja necessário, deve ocorrer as adaptações das atividades e utilização de equipamentos, possibilitando melhoras no cotidiano e na realização de atividades.

Na colaboração de Machado (2015), as abordagens terapêuticas que estimulam a sensibilidade, habilidades visuais e auditivas, métodos de manejo sensório motor e exercícios físicos tem demonstrado efeitos positivos em crianças autistas. Movimentos repetitivos instigam os neurônios a trabalharem para a minimização dos danos neuromotores.

Segundo Arero (2018), vários métodos e técnicas fisioterapêuticas podem ser utilizados como fonte de intervenções para que se consigam resultados positivos com crianças autistas, podendo citar a equoterapia, o Bobath, a cinesioterapia abordando a fisioterapia neuromotora, a dança e a música como auxílio, adentrando de maneira a trabalhar o lúdico, o sistema corpo e mente viabilizando o desenvolvimento de habilidades neuromotoras e psicossociais.

A abordagem da equoterapia na visão de Cruz e Potker (2017) tem demonstrado resultados positivos, sendo um método terapêutico educacional, que tem como instrumento facilitador, o cavalo, que realizará uma mediação dos movimentos, dando estímulos corporais a criança, proporcionando auxílio na evolução psicomotora, promovendo controle corporal, propriocepção e progressão em aspectos externos e internos.

Ainda na colaboração de Cruz e Potker (idem), os movimentos realizados pelo cavalo estimulam o corpo da criança, possibilitando equilíbrio, postura, coordenação motora, melhora do raciocínio, da comunicação interpessoal, da audição, do contato visual, do processo de laterização, do tato, da orientação espaço temporal, ajudando a diminuir a agressividade e agitação. A relação com o cavalo e com a natureza permitirá à criança uma inovação na forma de comunicar-se, socializar-se, propiciando ganho de autoconfiança e autoestima.

Já a abordagem terapêutica denominada Conceito Neuroevolutivo Bobath, segundo Weinert e Bellani (2011), utiliza-se de técnicas de inibição, facilitação e estimulação de padrões de movimento normais, para que seja possível que a obtenção de funcionalidade pelo paciente, inibindo o padrão anormal, promovendo o desenvolver de padrões motores normais, viabilizando movimentos ativos próximos do normal.

Para que a intervenção ocorra de maneira eficiente, ainda na corroboração de Weinert e Bellani (idem), é necessário que os movimentos funcionais ocorram com adequado alinhamento biomecânico, coordenação motora e controle motor; sendo necessário antes da realização da facilitação que se organize o tônus do paciente, seja por meio de inibição ou estimulação. A aplicação do método Bobath desenvolverá efeitos nas habilidades motoras, sociais, possibilitando melhor interação e práticas de atividades de vida diária, enfatizando que

a abordagem influenciará mecanismos neurofisiológicos e também nos mecanismos da neuroplasticidade.

Machado (2015) prediz que a Fisioterapia é crucial por encontrar caminhos capazes de minimizar os prejuízos neuromotores. A música e a dança, como protocolos intervencionais para o tratamento fisioterápico de crianças autistas consegue estimular a relação social, astúcia e a participação. Unindo a terapia motora e a música, possibilitará a interação social, influenciando em princípios que interferem no desenvolver de movimentos que são importantes para o desenvolvimento emocional, social e vinculação de áreas que fazem a associação de movimentos. A Fisioterapia e a dança irão proporcionar o desenvolvimento e alteração dos movimentos que não seguem um padrão regular coordenado.

As práticas dessas abordagens fisioterápicas deverão ser analisadas antes de suas aplicações como protocolo de tratamento, lembrando que as mesmas deverão ser administradas de acordo com a aceitação do paciente, levando em consideração que cada indivíduo apresenta uma individualidade, respeitando sempre o limiar de aceitação, não o submetendo a uma abordagem importuna, o que causará uma piora no quadro clínico, não sendo possível a obtenção de progresso, gerando possíveis complicações.

Machado (2015) ressalta que a intervenção fisioterapêutica favorecerá o desenvolvimento motor e gestual, facilitando o equilíbrio, a marcha, oferecendo contribuição a uma melhoria da qualidade de vida, capacidade motora estática e dinâmica, possibilitando e favorecendo a redução da severidade autística e uma melhoria nas desordens que são vistas.

Na visão de Espíndula (2008), a integração do método Bobath, equoterapia, cinesioterapia, dentre outros, proporcionará à população autista enriquecimentos na percepção auditiva, temporo-espacial e tátil, adequando-o a um progresso de vida, reforçando a autoestima, beneficiando as funções neuromotoras, cognitivas e psicossociais, reabilitando, de forma participativa no desenvolvimento e crescimento.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse estudo viabilizou a apresentação da Fisioterapia voltada a crianças com autismo, apontando as contribuições que a mesma traz ao desenvolvimento neuromotor e psicossocial, gerando inúmeros benefícios, dentre eles: possibilidades de ganhos em qualidade de vida, melhoras em equilíbrio e marcha, favorecendo melhoras nas interações sociais e

comportamentais, onde a criança aprende a lidar com autovalorização, autoconfiança e aquisição de independência.

Ao analisar sobre como deverá ser realizada a abordagem fisioterapêutica a essas crianças, percebeu-se que muitas das vezes pode-se tornar difícil o contato e o desenvolver de intervenções, precisando que se trabalhe com o lúdico chamando essa criança a interação com o terapeuta. Cada criança apresenta uma individualidade, reagindo de maneiras diferentes; sendo assim, necessário um amplo conhecimento de técnicas que possibilitem a agregação e interação desse paciente ao tratamento, conquistando o seu olhar e interesse ao desenvolver dos objetivos e condutas almejadas.

Após pesquisar sobre métodos e técnicas que podem auxiliar no tratamento de crianças que apresentam autismo, pode-se analisar que podem ser empregados inúmeros métodos intervencionais, sempre avaliando e respeitando o que melhor condiz com a aceitação da criança, lembrando que o contato e o desenvolver de atividades deve envolvê-las, trabalhando sempre o lúdico de maneira a fornecer facilitação neuromotora e a facilitação interacional.

Ao realizar a verificação nos textos que foram expostos, pode-se compreender o quão se faz necessária a inclusão do fisioterapeuta nos cuidados da criança com autismo; os resultados apresentados por essas crianças no desenvolvimento neuromotor, reflete também no desenvolver das relações interpessoais fazendo com que essa criança melhore sua coordenação motora, obtenha ganhos em equilíbrio, marcha, raciocínio, permitindo a socialização, proporcionando melhoras do quadro clinico, favorecendo o convívio familiar, dando suporte a uma melhor qualidade de vida.

A Fisioterapia ainda é uma profissão nova na abordagem ao autismo, o que acaba gerando dúvidas a respeito da sua eficácia, sendo, portanto, necessário o desenvolvimento de mais estudos acerca da sua importância e da contribuição que ela traz como tratamento ao desenvolvimento de criança autista. Ainda há muito a se descobrir sobre os efeitos do tratamento na condição autística; e, neste estudo, foi possível demonstrar e discorrer um pouco do que se pode alcançar traçando objetivos e condutas que respeitem a individualidade de cada paciente.

Diante de um tema tão atual, se faz necessário o desenvolvimento de outras pesquisas acerca da atuação da fisioterapia às crianças autistas, requerendo novos questionamentos e propostas de estudos, não impondo limites a essa pesquisa, nem a dando como encerrada, sugerindo, assim, a construção e o desenvolver de estudos com a integração do estudo de caso,

a fim de avaliar resultados obtidos após a aplicação de condutas fisioterápicas a uma criança com autismo.

REFERÊNCIAS

AMA. **Associação de Amigos dos Autistas**. Disponível em: <http://autismobarreiras.blogspot.com.br> Acesso em: nov. 2018.

ARERO, T. B. **Intervenção fisioterapêutica junto à criança com transtorno do espectro autista**. 2018. Disponível em: <http://www.fisioweb.com.br/portal/artigos> Acesso: em mai. 2018.

ARAÚJO, A. R. R. M. **Trajetória profissional do fisioterapeuta**: reconhecimento e inter-relações no campo da saúde. 2014. Disponível em: <http://tede.biblioteca.ufpb.br/bitstream/tede/7330/1/arq> Acesso em: mar. 2018.

ASSIS, C. S. et al. Medida de independência funcional em pacientes com claudicação intermitente. **Revista Escola de Enfermagem - USP**. 2015; 49 (5):
756761. Disponível em: <www.scielo.br>pdf>reeusp> Acesso em: mai. 2018.

AZEVEDO, A.; GUSMÃO, M. A importância da Fisioterapia motora no acompanhamento de crianças autistas. **Revista Eletrônica Atualiza Saúde**.
Salvador, v. 2, n.2, p. 76-83, jan./jun.2016. Disponível em: <http://atualizarevista.com.br> Acesso em: mar. 2018.

CAVALCANTE, G. L. G. Perfil clínico das crianças com transtorno do espectro autista (TEA) acompanhadas em um centro de especializado na cidade de Maceió/AL. **Interfisio**, 2014. Disponível em: <interfisio.com. br> Acesso em: jun. 2018.

CRUZ, B. D. Q.; POTKER, C. A. As contribuições da equoterapia para o desenvolvimento psicomotor da criança com transtorno de espectro autista. **Revista Uningá**, Maringá, vol. 32, n. 1, p. 147-158, out/dez. 2017. Disponível em: <http://revista.uninga.br/index.php/uningareviews/article/view/143> Acesso em: mai. 2018.

ESPÍNDULA, A. P. **Efeitos da equoterapia em praticantes autistas**. 2008. Disponível em: <livros01.livrosgratis.com.br> Acesso em: jun. 2018.

FERREIRA, J. T. C. et al. **Efeitos da fisioterapia em crianças autistas**: estudo de séries de casos. 2016. Disponível em: <www.mackenzie.br> Acesso em: mar. 2018.

FIGUEIREDO, J. **O Autismo infantil:** uma revisão bibliográfica. 2015. Disponível em: <http://apps.cofen.gov.br/cbcenf/sistemainscricoes/arqui> Acesso em: fev. 2018.

GADIA, C. A. et al. **Autismo e doenças invasivas de desenvolvimento**. 2014. Disponível em: <www.jped.com.br> Acesso em: jun. de 2018.

GETHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. **Métodos de pesquisa**. 2009. Disponível em: <www.ufrgs.br> Acesso em: nov. 2017.

GOMES, F. C.; LOPES, J. O.; FONSECA, S. M. C. **A importância da integração sensorial em crianças portadoras de transtornos de processamento sensorial uma visão fisioterapêutica**. 2013. Disponível em: <http://bibliotecaatualiza.com.br/arquivo> Acesso em: 7 de dez. 2017.

MACEDO, C. P.; MEJIA, D. P. M. **A utilização da medida de independência funcional (MIF) em pacientes com lesão medular no ambiente hospitalar**, 2013. Disponível em: <www.portalbiocursos.com.br> Acesso em: mai. 2018.

MACHADO, L. T. **Dançaterapia no autismo:** um estudo de caso, 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/fp/> Acesso em: abr. 2018.

MARQUES, A. C. et al. A atuação da fisioterapia no Distúrbio do Espectro Autista, Síndrome de Rett e Síndrome de Asperger: revisão de literatura. **Revista Uningá**.
Vol. 27, n.1, pp. 35-39, jul./set.2016. Disponível em: <http://revista.uninga.br/index.php/uningareviews/> Acesso em: abr. 2018.

MARQUES, A. P.; SANCHES, E. L. Origem e evolução da fisioterapia: aspectos históricos e legais. **Revista Fisioterapia da Universidade de São Paulo**. Vol. 1, n. 1, p. 1-48, jul./dez, 1994. Disponível em:
<http://www.revistas.usp.br/fpusp/article/>Acesso em: mar. 2018.

MARQUES, D. F.; BOSA, C. A. Protocolo de avaliação de crianças com autismo: evidências de validade de critério. **Revista Psicologia: teoria e pesquisa**. Vol. 31, n. 1, p. 43-51, jun./mar. 2015. Disponível em: <https://www.researchgate.net/> Acesso em: mar. 2018.

NASCIMENTO, C. C. **Oficina de trabalho corporal em um serviço de saúde mental**. 2011. Disponível em: <www.teses.usp.br/teses> Acesso em: mar. 2018.

NASCIMENTO, M. I. C. et al. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais**: DSM-5. American Psychiatric Association. 5ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

PEREIRA, A. M. **Autismo infantil**: tradução e validação da CARS para o uso no Brasil. 2007. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Disponível em: <www.lume.ufrgs.br> Acesso em: mai. 2018.

PINHEIRO, G. B. **Introdução a Fisioterapia**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2014.

PIRES, L. F.; COSTA, S. B. T. **Atividade motora em crianças com transtorno do espectro autista TEA**. 2016. Disponível em: <editorarealize.com.br> Acesso em: jun. 2018.

RODRIGUES, T. S. **A importância da fisioterapia motora no acompanhamento de crianças autistas**. 2016. Disponível em: <www.projetodesin,wixsite.com> Acesso em: jun. 2018.

SANTOS, E. R. et al. Autismo: caracterização e classificação do grau de severidade dos alunos da associação marigaense dos autistas (AMA) com base no método CARS. **Brazilian Journal of Surgery Clinical Research**, Paraná, vol. 15, n. 3, pp. 37-41, jun./ago. 2016. Disponível em: <https://www.mastereditora.com.br/> Acesso em: mai. 2018.

SEGERA, D. C. A.; NASCIMENTO, F. C.; KLEIN, D. Estudo do conhecimento clínico dos profissionais da fisioterapia no tratamento de crianças autistas. **Arquivo Ciência Saúde UNIPAR**, Umuarama, vol. 15, n. 2, p. 159-165, mai./ago. 2011. Disponível em: <revistas.unipar.br/index.php/saude/article/>. Acesso em: abr. 2018.

SILVA, L. A. M.; LIMA, N. F. **Manual de metodologia científica**. João Pinheiro, 2.ed. 2015. Disponível em: <www.fcjp.com.br> Acesso em: nov. 2017.

VALESKI, A. et al. Transtorno de déficit de atenção/ hiperatividade: tratamento fisioterapêutico com abordagem ludoterapêutica. **Revista Fisioterapia Brasil**, vol. 5, n.1, jan./fev. 2004. Disponível em: <http://www.faculdadesmontenegro.edu.br> Acesso em: abr. 2018.

WEINERT, L. V. C.; BELLANI, C. D. F. **Abordagem fisioterapêutica pelo conceito Neuroevolutivo Bobath**. 2011. Disponível em: <omnipax.com.br/livros> Acesso em: mai. 2018.

ALTUS CIÊNCIA
REVISTA ACADÊMICA MULTIDISCIPLINAR DA FACULDADE CIDADE DE JOÃO PINHEIRO

FISIOTERAPIA PÓS MASTECTOMIA TOTAL EM MULHERES E A RECUPERAÇÃO DA FUNCIONALIDADE

Gislene Soares da Silva[1]
Eliana da Conceição Martins Vinha[2]

Resumo: A Fisioterapia pós mastectomia total em mulheres e a recuperação da funcionalidade dá ênfase à importância do acompanhamento da Fisioterapia nos cuidados à saúde das mulheres no pós cirúrgico. O objetivo deste artigo é conhecer os benefícios da Fisioterapia pós mastectomia total em mulheres auxiliando na recuperação da sua funcionalidade. A metodologia deste estudo caracterizou-se por uma revisão da literatura. A Fisioterapia proporciona melhor qualidade de vida no período de recuperação no pós cirúrgico tratando as limitações advindas da forma de tratamento do câncer de mama. A fisioterapia utiliza de técnicas e recursos necessários para a prevenção e reabilitação da paciente priorizando o seu bem-estar e sua funcionalidade.

Palavra-chave: Câncer de mama. Fisioterapia. Mastectomia. Reabilitação.

Abstract: The Physiotherapy post-mastectomy total in women and female self-esteem recovery emphasizes the importance of monitoring health care physiotherapy of women in post-graduate surgical. The purpose of this article is to know the benefits of physiotherapy total post-mastectomy women aiding in the recovery of your self-esteem. The methodology of this study was characterized by a review of the literature, which is treated so authentic and vigorous. The methodology of this study was characterized by a review of the literature. Physiotherapy provides better quality of life in the recovery period in the postoperative period treating the limitations arising from the form of treatment of breast cancer. Physiotherapy uses techniques and resources necessary for the prevention and rehabilitation of the patient prioritizing their well-being.

Keywords: Brast cancer. Physical Therapy. Mastectomy. Reabilitation.

1 INTRODUÇÃO

[1] Fisioterapeuta. E-mail: gislene24silva@hotmail.com

[2] Professora da Faculdade Cidade de João Pinheiro-FCJP. Fisioterapeuta, bióloga e profissional de Educação Física. E-mail: elianafisio@gmail.com

Recebido em 15/10/2019
Aprovado em 05/11/2019

Matos (2011) ressalta que a Fisioterapia pós mastectomia total em mulheres e a recuperação da funcionalidade, além de da ênfase na importância do acompanhamento da Fisioterapia nos cuidados à saúde das mulheres nos pós cirúrgicos é uma temática necessária e atual para que o debate sobre o câncer de mama seja universal.

Silva (2011) afirma que o câncer de mama – CA de mama é considerada uma afecção que agride a saúde da mulher, para algumas de forma avassaladora. Isso porque na maioria das vezes o que ocorre é que essa afecção é diagnosticada tardiamente, quando as complicações são maiores.

Oliveira (2013) diz que a mastectomia é uma nomenclatura dada ao tratamento cirúrgico de retirada da mama, sendo este, um processo necessário, porém um tanto quanto devastador para as mulheres que são diagnosticadas com câncer de mama. Este método cirúrgico objetiva a retirada das células cancerosas como meio preventivo de complicações mais graves à saúde, podendo inclusive, afetar tecidos adjacentes. O referido processo cirúrgico pode levar a alterações emocionais, físicas e funcionais.

Entretanto, realizar a mastectomia é uma forma de tratamento a fim de evitar a disseminação do câncer para outros órgãos e tecidos. Mastectomia não é mutilação, mas sim, tratamento e prevenção. A Fisioterapia na saúde da mulher após mastectomia vem atuar com objetivo de promover o bem-estar físico e emocional, prevenindo complicações, oferecendo uma recuperação da funcionalidade mais complexa, em tempo hábil. Falar da saúde da mulher tem como bem em especial encorajar, aperfeiçoar, moldar os saberes, enamorar-se pela saúde da mulher.

As problemáticas para melhor entender o tema abordado foram: como a Fisioterapia pós mastectomia total em mulheres pode colaborar na recuperação da funcionalidade? Quais as limitações as mulheres adquirem após realizarem mastectomia total que seja necessário a intervenção fisioterapêutica? Como as mulheres após realizar mastectomia total se evoluem ao tratamento fisioterapêutico? O que a Fisioterapia pode melhorar na vida dessas mulheres além de seu estado de saúde? Por que a Fisioterapia é importante na reabilitação em mulheres mastectomizadas? Como a Fisioterapia pode atuar no pré-operatório de mastectomia total?

Partiu-se da hipótese de que as mulheres após realizar a mastectomia total vão em busca de atendimento fisioterapêutico para uma reabilitação mais segura e resultados eficazes ao regresso para suas atividades diárias. É importante a atuação da Fisioterapia nas pacientes após a realização de uma mastectomia total. No entanto, quanto mais cedo for iniciado o tratamento fisioterapêutico mais rápido será sua reabilitação e menores serão os riscos de seqüelas – tanto físicas quanto psicológicas. A Fisioterapia não é essencial à saúde da mulher apenas na

reabilitação após mastectomia total, mas também na sua reintegração à sociedade, recuperação da funcionalidade mostrando o quanto o amor próprio é importante na vida. Além disso, é importante saber que a Fisioterapia atua não apenas no pós-cirúrgico, mas também antes da realização da mastectomia total preparando o corpo feminino para um processo delicado, que afeta a mulher como um todo deixando fragilizada fisicamente e emocionalmente.

Este artigo tem como objetivo conhecer os benefícios da Fisioterapia pós mastectomia total em mulheres auxiliando na recuperação da sua funcionalidade, além de pesquisar se as mulheres pós mastectomia total procuram acompanhamento fisioterapêutico, conhecer a reabilitação fisioterapêutica pós mastectomia total, relatar a evolução do tratamento fisioterapêutico, compreender como a fisioterapia pode proporcionar bem-estar às mulheres pós mastectomia total, mostrar a importância da Fisioterapia em reabilitação pós mastectomia total e acompanhar e amparar mulheres que necessitam realizar Fisioterapia.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

Esta pesquisa caracteriza-se, principalmente por uma revisão da literatura, sendo o mesmo tratado de forma autêntica e vigorosa para que possa passar de forma nítida e bem clara o principal objetivo do mesmo, no qual essas referências serão de suma importância na qualidade de informações a serem repassadas aos futuros leitores, qualificando e lapidando conhecimentos.

Prodanov (2013) diz que a metodologia é a comprovação do processo de construção de dados e informações válidas e favoráveis socialmente, dando a capacidade de se avaliar as descritivas metodológicas, assim tornando mais ágil e claro a resolução das problemáticas e investigativas do saber.

Para abranger o objetivo deste estudo as pesquisas foram realizadas por meio de textos científicos com base nos documentos Scielo, livros e periódicos – os mesmos em português – empregando as palavras chaves: Fisioterapia, mastectomia total, saúde feminina, reabilitação. Esta forma de pesquisa será nomeada metodologicamente com coerência e organizada de forma didática com títulos e subtítulos.

3 O CÂNCER DE MAMA E A MASTECTOMIA

Cardoso (2016) caracteriza o câncer de mama como um aumento desordenado das células mamárias que devido a essas desordens celulares nas suas divisões adquire características anormais, ou seja, essas mutações genéticas estruturais celulares se dividem de forma exagerada. Quando essas mutações não atingem outros tipos de células, são classificadas como câncer benigno, ou seja, não são cancerosos, mas, quando essas mutações genéticas atingem vários tipos de células, mudando o ciclo de vida celular classificado como ciclo normal e invadindo outros tecidos classifica-se de câncer maligno ou células cancerosas. Essas células cancerosas são capazes de se deslocar pela circulação sanguínea ou linfática acometendo outros órgãos e tecidos.

Para Verenhitach (2014) a mama é muito mais que um complemento físico; representa poder, sensualidade, beleza e sexualidade; e ao serem diagnosticadas com CA de mama se sentem prejudicadas, lesadas sexualmente ao se depararem com as formas de tratamento e efeitos colaterais.

Oliveira (2013) relata a importância da mama para a mulher não somente esteticamente, mas também a questão da maternidade sendo que a amamentação é fundamental para a vida. E, quando diagnosticadas com câncer de mama, seu comportamento e seu ponto de vista são totalmente modificados e, muitas mulheres temem a morte.

Rodrigues (2015) afirma que o câncer de mama por se tratar de uma patologia agressiva definida como um conjunto de várias afecções que acometem a mulher; caracterizada por desenvolvimento celular desalinhado fisiologicamente, envolvendo outros órgãos e tecidos saudáveis, classificando esse envolvimento de metástase. Este tipo de câncer é conhecido como invasivo. Enquanto o câncer não invasivo, conhecido como *in situ*, que acomete isoladamente uma área da mama não oferece risco de propagação a outras regiões do corpo por estar revestido por uma membrana, conservando as células cancerosas isoladas.

De acordo com Zanon (2017) a organização mundial da saúde (OMS), estima que até o ano de 2030 pode ser diagnosticado cerca de 27 milhões de novos casos de mulheres com câncer de mama em questão mundial, sendo esse acometimento muito mais comum em mulheres com um percentual de grande incidência e mortalidade que devido esse descontrole exacerbado das divisões e multiplicações anormais dessas células ocorre mudanças tanto funcionais quanto morfológicas.

Descreve Furtado e Vinha (2011), o CA de mama como uma doença sorrateira podendo causar dor conforme seu desenvolvimento, com surgimento de nódulos rígidos e aleatórios ou mesmo abaulamento na pele (edema cutâneo) que causam dores, presença de secreção anormal

nas mamas como transparente, avermelhadas ou rosadas e pode também ocorrer anástrofe mamilar, uma inversão dos mamilos.

Para Fazão (2013), a mulher ao ser diagnosticada com CA de mama sua inclusão na sociedade é abalada, em especial com relação aos homens, pois sabe se que o tratamento para o CA evolui para várias mudanças, sendo uma delas a dissecção da mama, perda excessiva de peso e perda dos cabelos, sendo tal perda chamada alopecia. E com todas essas mudanças o sentimento de rejeição se torna muito presente na vida dessas mulheres.

Para Matos (2010) alerta sobre os fatores de risco da incidência do câncer de mama como a vida sexual, período menstrual iniciado precocemente, a nuliparidade ou o primeiro filho após os 30 anos de idade, uso de contraceptivos orais por tempo prolongado, tratamento hormonal e menopausa retardatária acima dos 50 anos de idade, o tabagismo e a obesidade também contribui para o aumento das probidades de acometimentos de CA de mama. Dentre estes fatores de risco o que mais preocupa é o fator idade entre os 40 e 69 anos, há uma maior morbimortalidade bastante significativa e assustadora nessa faixa etária sendo importante o rastreamento da questão familiar quando há casos de CA de mama em membros da família.

Hostalácio (2012) chama atenção para a importância do rastreamento patológico, considerando que o precoce diagnóstico é a melhor forma de tratamento. Reforça a eficácia da realização da mamografia, da ultrassonografia, outros exames clínicos e o mais simples e indispensável, o autoexame, que tem uma participação muito plausível no declínio dos números de mulheres acometidas por CA de mama, deixando-as cientes de que a doença pode ser devastadora na vida da mulher.

Descreve Fonseca (2016) que a mastectomia é um tratamento cirúrgico considerado mais confiável e de maior segurança na remoção do câncer de mama, sendo esse processo cirúrgico realizado conforme o grau de acometimento da mama, analisando a dimensão do tumor. Quando há um diagnóstico tardio do câncer de mama, o tratamento mais plausível é a mastectomia, para que sejam retirados todos os tecidos cancerosos. Ressalta ainda que a necessidade de se realizar a mastectomia é baseada no diagnóstico e acometimento mamário visando o melhor procedimento a ser tomado para buscar o processo de cura e de melhora do estado de saúde da mulher.

Souza (2016) explica que mastectomia conservadora é a que remove o tumor, e mantém maior parte do tecido mamário. Este tipo de mastectomia só é realizado quando o tumor apresenta diâmetro de até 1,5 cm e não afeta uma área maior da mama. A mastectomia radical modificada de Patey é uma forma mais agressiva, retira-se toda a mama. Essa forma de mastectomia é indicada quando o tumor atinge tecidos adjacentes; e, neste tipo de mastectomia,

ocorre o esvaziamento da axila e é mantido o músculo peitoral maior. Já a mastectomia radical modificada de Madden ocorre a retirada de todo o tecido mamário e juntamente esvazia a axila, porém preservando os músculos peitorais (maior e menor). Sua indicação é para tumores de 2 a 3 cm e que seja invasivo. Enquanto na mastectomia radical modificada o esvaziamento axilar é apenas de três níveis dos gânglios da axila, também retira o músculo peitoral maior, menor e pele.

Fonseca (2016) afirma que a mastectomia é um método impactante na vida da mulher, pois sua forma de tratamento um tanto quanto agressiva faz com que elas sintam envergonhadas, retraídas e incompletas, afetando sua feminilidade e sua vida sexual. Para a mulher a mama aflora a sensualidade, eleva a autoestima, mas quando se deparam com a ausência mamária e as complicações após a dissecção, a mulher se fecha, se esconde, não se toca, não se olha, não permite ser tocada ou desejada pelos seus parceiros, desenvolve uma disfunção sexual prejudicando o convívio do casal.

Segundo Ramos (2013) nessa forma de tratamento do câncer de mama, na maioria das vezes, a paciente apresenta complicações tais como: limitação de amplitude de movimento de ombros, demora na cicatrização, mudanças nos padrões respiratórios, lesões nervosas, infecções e linfedemas, necrose cutâneas acompanhadas de dor. Ainda relata as mudanças psicossociais, físicas e no âmbito familiar, mas diante da gravidade patológica, a mastectomia mesmo causando todas essas mudanças na vida da mulher continua sendo um meio muito seguro para se tratar o câncer de mama, por mais que seja doloroso e considerado como uma mutilação à mulher. Por outro lado, as complicações pós cirurgia, tais como: limitação de amplitude de movimento dos ombros, edemas, mudanças no padrão respiratório, pode e deve ser tratados pela Fisioterapia.

3.1 Alterações advindas após a realização da mastectomia

Petry (2017) descreve que a mastectomia dá origem a uma restrição de (ADM) amplitude de movimento, uma dificuldade de realizar movimentos simples, sendo essa limitação proveniente da cirurgia e do processo inflamatório, mas, também da imobilização e inatividade por algum tempo, ou mesmo por medo, pois pode sentir uma tração na cavidade axilar, caixa torácica e nos membros superiores fazendo com que deixem de se movimentarem e/ou se movimentem erroneamente, conforme se sintam mais confortáveis. Ocorre também um distúrbio da sensibilidade pós mastectomia total devido à dissipação dos nervos

intercostobraquial e intercostal cutâneo inferior, onde se encontra o linfonodo sentinela, o que faz com que a mulher sinta queimação e dor localizada.

Fernandez (2017) afirma que a restrição de ADM de ombro é geralmente afetada no membro homolateral sendo também uma consequência da extensão cirúrgica. Reforça que essa deficiência de ADM com a imobilidade articular do ombro, é comum até os 15 primeiros dias após a mastectomia, onde a Fisioterapia atua com a cinesioterapia para que possam aos poucos voltar ao conquistar novamente sua independência.

Vieira (2014) ressalta que dentre as variáveis alterações que afetam a mulher no tratamento de CA de mama os distúrbios na qualidade de vida sexual também é agredida com diminuição da libido sexual, da lubrificação vaginal, desconforto ou dor na relação, dificuldade de orgasmo; mas enfatiza que a sexualidade feminina no câncer de mama não apresenta foco específico diante dos profissionais da área da saúde por receio de interpretação de maneira erótica, levando ao constrangimento da mulher que já se passa por momentos delicados e desagradáveis durante a reabilitação.

Matos (2011) relata que a SDPM (síndrome dolorosa pós-mastecromia) é uma dor decorrente da mastectomia, e é classificada como dor crônica, que é sentida na parte anterior do tórax, axilas e em grande parte superior do braço, podendo a dor persistir até os 03 meses após a realização da mastectomia. Há também a mama fantasma, que é um sintoma muito comum nos pós cirurgias de mastectomia total, que é a percepção de que a mama ainda está em seu corpo sentindo o peso, a dor e volume, seu psicológico ainda não se adaptou a dissecção mamaria do seu corpo.

Para Nascimento (2012), as complicações respiratórias e posturais é causada pela dor, ocorrem aderências acessórias e secundárias na parede do tórax que levam a perda ou diminuição da expansibilidade torácica levando as complicações pulmonares, posturas inadequada de tronco, cervical, cintura escapular podendo agravar e retardar a reabilitação, com isso levando uma fraqueza muscular dos membros superiores sendo que a mastectomia lesa nervos axilares, nesses casos os adutores de ombro, serrátil anterior e quando são eliminados os linfonodos pode ser que venha a lesar o nervo torácico longo que compromete os movimentos e a estabilidade dos ombros.

Cafezeiro (2010) afirma que a maioria das mulheres apresentam adulterações de tronco, cintura pélvica e escapular, e interiorização de cabeça e, quando não corrigidas, essas posturas inadequadas podem se tornar irreversíveis, sendo que, todas essas mudanças ocorrem com o intuito de se esconderem.

Matos (2011) afirma que a masctectomia causa várias complicações e desconforto a mulher, sendo o linfedema muito comum podendo ser devido ao processo inflamatório acompanhado de lesões dos tecidos cutâneos decorrentes da cirurgia para a retirada do tumor, e esse linfedema deve ser tratado, pois traz desconforto e algia limitando as realizações das atividades de vida diária as quais podem levar a outras complicações físicas, fisiológicas e psicológicas fazendo com que a mulher se sinta incapaz podendo desenvolver um quadro de tristeza momentânea ou rotineira levando a um quadro depressivo tornando toda recuperação mais difícil, complicada e duradoura exigindo intervenção de mais profissionais da saúde.

Pacheco (2011) afirma que o linfedema é uma das principais afecções pós mastectomia, é uma deposição de líquido proteico no meio extracelular causando edema, sobrecarregando as funções linfáticas, esse acúmulo pode dificultar o processo de recuperação agravando o quadro de dor, déficit de amplitude de movimento e sobrepeso do membro. A Fisioterapia atua no controle e diminuição do edema.

Sabino Neto (2017) enfatiza que funcionalidade da mulher é um fator ligado ao psicológico e físico, onde a positividade feminina conta na elevação da autoestima quando há o diagnóstico, tratamento e acompanhamento de todos os processos que a doença exige. Por isso a importância de se ter amparo fisioterapêutico de 18 a 24 meses após realizar a cirurgia favorecendo reabilitação como um todo e com um processo adaptativo mais aceitável às mudanças físicas e psicológicas.

3.2 A Fisioterapia pós mastectomia

Segundo Pinheiro (2014) a Fisioterapia na saúde da mulher é recente. Uma reivindicação do MEC em 1980 devido à importância fisioterapêutica em várias fases da vida da mulher e comprovadamente de forma positiva no câncer de mama, aguçou o interesse pela área da Fisioterapia na atenção à mulher.

Figueiredo (2014) diz que, a Fisioterapia nos últimos anos vem mostrando grande eficácia do acompanhamento fisioterapêutico com relação ao psicossocial. O acompanhamento nesses casos, objetiva o regresso à sua independência nas realizações de suas atividades de vida diárias e laborais em tempo mais hábil, devolvendo também a sua feminilidade.

Segundo Souza (2013) o tratamento fisioterapêutico atua para reestabelecer a amplitude de movimento, despertando a auto independência e confiança. O acompanhamento fisioterápico baseia em alongamentos da musculatura envolvida e nos grupos musculares adjacentes à

cirurgia ainda no leito com o posicionamento adequado do membro, sendo que também sofrem alterações na coluna cervical, mobilizações cicatriciais e articulares como escapulo torácica glenoumeral.

Costa (2015) reforça o quanto é relevante a Fisioterapia no pré-operatório na abordagem da preparação para as mudanças funcionais inevitáveis nos pós-mastectomia, e o quanto esse trabalho de prevenção pode favorecer reações fisiológicas menos dolorosas, pensamentos e comportamentos de impotência e incapacidade. A junção de mastectomia e Fisioterapia é objetivamente fundamentada na reorganização corporal, sentimental, social e em especial na feminilidade.

Marx (2017) diz que, para que as mulheres tenham melhor recuperação é importante que a Fisioterapia atue desde o diagnóstico. Nem sempre o tratamento do câncer é de imediato à descoberta da doença; no entanto é indispensável e muito importante a avaliação, pois desde que se detecta o carcinoma é possível que haja alterações funcionais tais como: musculares, respiratória, vasculares, neurológicas, articulares, e cutâneas que podem vir a se agravar no tratamento.

A Fisioterapia quando atua nessas alterações desde o pós-operatório tem chances maiores de diminuir ou impossibilitar complicações no decorrer do processo pós mastectomia. Por isso é fundamental a avaliação fisioterapêutica da funcionalidade antes de se realizar a dissecção mamária e também orientando sobre as dificuldades e limitações pertinentes a mastectomia que poderão sentir imediatamente impossibilitando realizar as atividades de vida diária.

Ramos (2013) enfatiza a importância da Fisioterapia na recuperação funcional pós cirurgia da mama suavizando e cuidando das sequelas após a realização do processo cirúrgico com objetivos de sanar as complicações e o incômodo físico que a mastectomia causa à mulher. É importante orientá-las para que ela realize também, em casa exercícios terapêuticos dando seguimento ao tratamento, para que assim, possa obter resultados mais favoráveis e benéficos para sua saúde. Atribui à cinesioterapia como um excelente exercício de alongamento em membros superiores prevenindo e tratando a dor, além de ser um método imprescindível para o reestabelecimento funcional e a recuperação laboral juntamente com a reintegração social da mulher melhorando também autoestima durante o processo de reabilitação.

Para Bertoni (2016), quando a Fisioterapia começa a atuar no pós-operatório do câncer de mama, o fisioterapeuta redireciona a mulher psicologicamente para o seu bem-estar como um todo, fazendo com as mulheres deixem de pensar apenas na mama que foi mastectomizada. Dessa forma previne as complicações psicomotoras e fisiológicas que podem desencadear

atrasos da reabilitação pós mastectomia. Além de todos os cuidados, a fisioterapia atua na orientação aos cuidados durante o período de reabilitação como não realizar procedimentos intravenosos, traumas, nada que leve a irritação no local cirúrgico, cuidados com queimaduras e não se expor ao sol, não realizar técnicas invasivas como acupuntura e aferição de pressão arterial sistólica (PAS) no membro afetado pela mastectomia.

Matos (2010) afirma que a Fisioterapia deve ser iniciada o quanto antes no pré-operatório, para acompanhar e conhecer as decorrências posturais advindas no pré-operatório oferecendo riscos no pós-operatório. É nesta fase que o fisioterapeuta atua: nas dúvidas e na preparação corporal para as possíveis mudanças que a mulher pode adquirir para se sentirem confortáveis e advertindo sobre as más posturas.

Silva (2011) reforça a Fisioterapia em cadeia cinética aberta e fechada. Destaca também a cinesioterapia, Fisioterapia dermato-funcional, hidroterapia e a crioterapia. O início precoce da Fisioterapia oferece um bom prognóstico e melhor expectativa de se ter resultados esperados tanto pela paciente quanto pelas equipes multidisciplinares que acompanham os casos em fases de reabilitação ambulatorial ou domiciliar.

Sousa (2015) enfatiza que a intervenção da Fisioterapia com a cinesioterapia precocemente, no dia seguinte à cirurgia, da importância da participação dos músculos peitorais (maior e menor), de maneira que não prejudique a reabilitação aumentando as exigências musculares. Assim aumenta os movimentos articulares, além de trabalhar a postura corporal adequada, são fundamentais a atenção e a inclusão na intervenção fisioterapêutica, os movimentos corretos do padrão respiratório durante a realização dos exercícios. A realização de exercícios passivos e/ou isométricos tende a sobrecarregar a linfa prejudicando seu bombeamento linfático, daí os cuidados ao realizar a cinesioterapia. Relata a eletroterapia, a TENS (Estimulação elétrica neurotranscutânea).

Lira (2016) chama atenção para o laser, uma técnica terapêutica não muito usada, porém importante para minimizar o agravamento do linfedema. O laser pode apresentar resultados positivos quando usado em baixa intensidade mostrando sua eficácia no transcorrer do tratamento fisioterapêutico associado a outros recursos, assim maximizando a qualidade da reabilitação no pós-operatório de CA de mama.

Luz (2011) relata o tratamento fisioterapêutico com a técnica de compressão pneumática intermitente (CPI) que é uma pressão por comprimido pressionando o membro com edema. Esse procedimento é realizado de duas formas, a bomba multicâmara ou sequencial que exerce pressão gradativa ou uma sequência de bombeamento por compartimentos. Também há a CPI não segmentar, no qual o membro edemaciado é revestido por um tipo de luva sem

compartimentos de forma contínua que exerce uma compressão única e em seguida uma descompressão.

Souza (2014) ressalta a drenagem linfática, uma técnica muito eficaz no pós-operatório de CA de mama, um tipo de massagem que segue o sistema linfático para auxiliar a drenagem de líquidos que se acumula no meio intersticial, tanto em tecido como nos vasos. Para que essa drenagem ocorra com mais eficácia trabalha os linfonodos axilar e inguinal assim facilitando a eliminação dos líquidos, sendo essa massagem rítmica, contínua e com movimentos lentos e suaves.

Nagata (2015) explica que a bandagem elástica funcional (BEF), uma técnica à base de fitas aderentes, vem sendo bastante reconhecida e utilizada na Fisioterapia, pois a pressão exercida pela BEF atua na funcionalidade linfática realizando variáveis pressões cutâneas deliberando a ação de bombeamento para áreas que apresentam menor pressão. Um ponto positivo é a permanência dessa bandagem aderida à pele por dias sem causar desconforto quando o membro está em estado de repouso, com isso, eleva o número de procura das mulheres pós mastectomia pela técnica para o tratamento do linfedema.

Luz (2011) descreve a bandagem também conhecida como enfeixamento como um método auxiliador à drenagem linfática manual (DLM) que atua na prevenção de acúmulo de liquido intersticial, exerce pressão maior na região distal do membro, é importante ser iniciada ainda recente a cirurgia. Essa bandagem pode vir a ser feita de vários tipos, como de elastano, viscose, poliamida ou mesmo de algodão, sendo a melhor opção por promover absorção da sudorese cutânea, prevenindo processos alérgicos. O envolvimento do membro por essa bandagem pode ser feito por várias camadas circular ou como escama de peixe para proteger a pele e em especial proeminência óssea e/ou nervos periférico.

Silva (2012) enfatiza o quanto a prevenção da aderência cicatricial é importante para o ganho de amplitude de movimento (ADM) de membros superiores, mas a técnica de manipulação da cicatriz deve ser realizada dentro da capacidade que paciente pode suportar. Em contrapartida exalta a Fisioterapia como indispensável com base em sua eficácia na reabilitação pós-mastectomia mamária de forma que, esse acompanhamento dever ser mantido pelo menos nos dois primeiros anos da retirada da mama. No entanto, a observação em particular da evolução da paciente deve ser mantida caso haja intercorrências.

Bernadi (2013) explica que a hatha-yoga é uma derivação do yoga que trabalha na ampliação e no desenvolvimento corporal em sintonia com o psicológico, suavizando as dificuldades no enfrentamento do CA de mama. Afirma ainda que a prática da hatha-yoga é um tratamento coadjuvante à Fisioterapia auxiliador para as mulheres no pós cirúrgico de mama,

de forma mais positiva valorizando sua evolução pós cirúrgica. Ressalta hatha-yoga no trabalho de controle da respiração diafragmática muito afetada nos pós mastectomia.

Souza (2015) explica que a drenagem linfática é fundamental para a recuperação pós-mastectomia e a drenagem de Vodder baseia em círculos fixos, movimentos de bombeamento, movimento de giro rotação e doador, na compressão manual dos tecidos para melhorar a função das linfas. Devido ao estado de dor, a mulher adquire graus de imobilidade isso contribui para o aparecimento do linfedema, por isso a drenagem linfática atua no reparo linfático eliminando líquidos e promovendo o bem-estar, a capacidade de realizar movimentos que o linfedema impossibilita, favorecendo melhores condições para a reabilitação.

Carvalho e Cardoso (2018) descrevem a eficácia da fisioterapia pré-operatória de câncer de mama, com ênfase na recuperação da ADM do ombro. Quando a mulher realiza cinesioterapia de MMII antes da mastectomia, durante todo o tratamento do câncer de mama a fisioterapia engloba a promoção e prevenção com visão ampla no estado de saúde da mulher desde o pré-operatório. Os objetivos para a reabilitação devem ser claros e precisos para melhorar a qualidade de vida e autoestima de modo que essas mulheres possam gozar de boa saúde. O estado emocional é um fator fundamental para o limiar das complicações tanto no pré e no pós-operatório de câncer de mama, e toda essa preparação é o ponto chave para a caminhada contra a doença.

Matos (2011) diz que a Fisioterapia não atua visando somente a recuperação física para o meio profissional, doméstico ou a questão do tempo de reabilitação. Há uma preocupação relevante com percepção corporal com a ausência da mama, diminuir ou evitar o estresse causado pela patologia e suas formas de tratamento, melhorando sua autoconfiança na relação com a família e a sociedade, distanciando da mulher possíveis quadros de depressão, muito comum nesses casos.

Por isso, a importância da Fisioterapia não apenas individual, mas também em grupos para que não se sintam únicas diante da mastectomia, sendo que algumas mulheres se sentem mutiladas. No entanto, o trabalho com outras mulheres vivendo o mesmo caso patológico faz com que elas se sintam incluídas psicologicamente, deixando de julgar a si mesmas como incapazes e incompletas, podendo aos poucos voltar a realizar as atividades de vida diária, e também participando do meio social e afetivo.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolver deste trabalho comprova a eficácia da Fisioterapia como uma técnica fundamental na reabilitação funcional e psicossocial da mulher pós realizar mastectomia total. Proporciona melhor qualidade de vida no período de recuperação no pós cirúrgico tratando suas limitações advindas da forma de tratamento do câncer de mama.

A Fisioterapia é um tratamento de extrema necessidade nos cuidados à saúde da mulher diagnosticada com câncer de mama, é mais que uma técnica é uma forma de prevenção do declínio e agravamento do quadro patológico priorizando o bem-estar, físico e emocional da paciente.

A mastectomia é considerada avassaladora pelas mulheres deixando-as desmotivadas, afetando a autoestima e, quando a intervenção fisioterapêutica é iniciada desde o pós-operatório há uma preparação para o enfrentamento das possíveis alterações funcionais. A procura das mulheres pela Fisioterapia após a mastectomia total vai além da estética é uma forma de se cuidarem para que possam a enfrentar a doença com maior confiança em si mesma.

A atuação da Fisioterapia no pós mastectomia é uma área a ser estudada e divulgada, pois ainda é desconhecida para a população feminina. Para que a intervenção fisioterapêutica possa ser integrada à saúde cumprindo com seus objetivos e estabelecendo os benefícios a partir do diagnóstico até a completa reabilitação das mulheres, respeitando a individualidade de cada uma.

Diante de todas as informações obtidas, não se pode dizer que esta pesquisa é definitiva, pois se trata de um assunto abrangente na qualidade da saúde das mulheres, portanto sugere-se mais estudos direcionados a essa área, ou seja, é preciso pesquisar, se inteirar mais sobre o câncer de mama e a atuação da Fisioterapia em mulheres pós mastectomia.

REFERÊNCIAS

BERNARDINI, M. L. D. et al. **Efeitos da intervenção hatha-yoga nos níveis de estresse e ansiedade em mulheres mastectomizadas**. Espírito Santo, 2013. Pp. 08-09. Disponível em: <https//: www.scielo.br /scielo.php?pid=S1413-81232013001200018&script=sci_abstract&tlng=pt> Acesso em: 11 jun. 2018.

BERTONI, D. S.; FERREIRA, M. V. B. **Avaliação do perfil de mulheres pós cirurgia de câncer de mama submetidas a tratamento fisioterapêutico**. Centro de reabilitação física Dom Bosco do Unisalesiano/ Lins-SP. São Paulo, 2016. Pp. 37-38. Disponível em: <www.unisalesiano.edu.br /universitaria/artigos/no15/artigo44.pdf> Acesso em 12 mai. 2018.

CAFEZEIRO, J.; MELO, S; ARRUDA, L. **Fisioterapia no pós-operatório de mastectomia**: revisão da literatura. Bahia, 2010. Pp. 04-05. Disponível em:

/jspui/bitstream/bahiana/483/1/FISIOTERAPIA%20NO%20PÓS%20OPERATÓRIO%20DE%20MASTECTOMIA.pdf> Acesso em: 30 de mai.2018.

CARDOSO, R. A. et al. **Câncer de mama**: do diagnóstico ao tratamento. Minas Gerais, 2016. Pp. 02-03. Disponível em:<imepac.edu.br/public/assetsrevista/artigos/Artigo4.pdf> Acesso em: 11 out. 2017.

CARVALHO, F. J. O. V.; CARDOSO, M. P. C. **Eficácia das intervenções fisioterapêuticas aplicadas e, mulheres mastectomizadas**. São Paulo, 2018. Pp. 03-04-05. Disponível em: <http://repositorio.faema.edu.[...]> Acesso em: 03 mar. 2018.

COSTA, A. M. N. et al. **Mulheres e mastectomia**: revisão literária. São Paulo, 2015. Pp. 04-06. Disponível em: <ser.uscs.edu.br /index.php/revista_ciencias_saude/article/view/2713> Acesso em 14 mai. 2018.

FAZÃO, A.; SKABA, M. M. F. V. **Mulheres com câncer de mama:** as expressões da questão social durante o tratamento de quimioterapia neoadjuvante. Rio de Janeiro. 2013. Pp. 02-03. Disponível em: <www1.inca.gov.br /rbc/n_59/v03/pdf/13-artigo-mulheres-cancer-mama-expressoes-questao-social-durante-tratamento-quimioterapia-neoadjuvante.pdf> Acesso em: 24 out. 2017.

FERNANDEZ, A. C. S. et al. **Atuação da Fisioterapia nos pós-operatório da mastectomia na força muscular, linfedema e amplitude de movimento do ombro**. São Paulo, 2017. Pp. 06-07. Disponível em: <http://faip.revista.inf.br/imagens_arquivos/arquivos_destaque/eIUsWDOT8KOg0S6_2017-6-27-18-18-41.pdf> Acesso 11 jun. 2018.

FIGUEIREDO, M. S. P. **Intervenção do fisioterapeuta na área da saúde da mulher, com ênfase no tratamento de utentes em status pós-cirurgia no cancro da mama**: realização de um estudo de caso. Lisboa. 2014. Pp. 20,21.
Disponível em: <https://comum.rcssp.pt /bitstream/10400.26/7603/1/Relatório%20mestrado%20Marta%20Figueiredo.pdf> Acesso em: 11 jun. 2018.

FONSECA, J. T. L.; BATISTA, K. S. **O impacto da mastectomia na sexualidade das mulheres.** Espírito santo, 2016. Pp. 09-10.
Disponível em: <https//:www.Emescam.br /arquivos/TCCs/Enfermagem/2016_2/09_Jodeli%20e%20Karoliny.pdf> Acesso em: 02 nov. 2017.

FURTADO, S. P; VINHA, E. C. M. **Reabilitação fisioterapêutica a pacientes submetida à mastectomia total**: estudo de caso em João Pinheiro- MG, 2011. Trabalho de conclusão de curso. Faculdade Cidade de João Pinheiro. 2011. Pp.18-22.

HOSTALÁCIO, L. B. **Sequelas físicas advindas do tratamento de câncer de mama:** estudo comparativo. São Paulo. 2012. Pp. 19-20.
Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/22/22133/tde-20082012-151910/pt-br.php> Acesso em: 10 jun. 2018.

LIRA, N. G. et al. **Análise de técnicas**

Fisioterapêuticas utilizadas em pacientes submetidas à mastectomia: uma revisão integrativa. Pernambuco. 2016. Pp. 08- 09. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=92949791017> Acesso em: 01 jun. 2018.

LUZ, N. D.; LIMA, A. C. G. **Recursos fisioterapêuticos em linfedema pós mastectomia**: uma revisão de literatura. Piauí, 2011. Pp. 05-07. Disponível em: < http://www.scielo.br/pdf/fm/v24n1/v24n1a22.pdf > Acesso em: 30 mai. 2018.

MATOS, A.; FERNANDA, S. **Avaliação da qualidade de vida em mulheres pós mastectomia e sua realização com a Fisioterapia**. Rio Grande do Sul, 2011. Pp. 28-32. Disponível em: <https://riuni.unisul.br/handle/12345/3476> Acesso em: 21 jan. 2018.

MATOS, J. C.; PILLASSO, S. M.; CARVALHO, M. D. B. **Prevalência de fatores de riscos para o câncer de mama no município de Maringá, Paraná**. Paraná. 2010. Pp 02-04. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-11692010000300009&script=sci_arttext&tlng=pt> Acesso em: 30 mai. 2018.

MARX, A. G.; FIGUEIRA, P. V. G. **Fisioterapia no câncer de mama.** São Paulo. Manole, 2017. Pp. 140-311.

NAGATA, K. S; MARQUES, S. M. **O efeito da bandagem elástica funcional em linfedema pós-mastectomia**: relato de dois casos. São Paulo. 2015 Pp. 08-09. Disponível em: <http://lyceumonline.usf.edu.br/salavirtual/documentos/2652.pdf> Acesso em: 01 jun. 2018.

NASCIMENTO, S. L. et al. **Complicações e condutas fisioterapêuticas após cirurgia por câncer de mama**: estudo retrospectivo. São Paulo, 2012. Pp 01-04.
Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/fp/v19n3/a10v19n3.pdf> Acesso em: 02 nov. 2018.

OLIVEIRA, A. C. **Promoção de saúde e a funcionalidade humana**. Ceará,2013. <Pp. 02. Disponível em:http://periodicos.unifor.br/RBPS/article/view/2646/pdf> Acesso em: 24 out. 2018.
OLIVEIRA, L. B.; DANTAS, A. C. L.; PAIVA, J. C. **A feminilidade e sexualidade da mulher com câncer de mama.** Rio Grande do Norte, 2013. Pp. 05-07.
Disponível em: <https://repositorio.unp.br/index.php/catussaba/article/view/363> Acesso em 10 mai. 2018.

PACHECO, M. N. et al. **Fisioterapia para o tratamento do linfedema no pós-operatório de mastectomia**: revisão de literatura. São Paulo, 2011. Pp. 02-03.
Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/RFCMS/article/view/5572/pdf> Acesso em 20 mai. 2018.

PETRY, D. M. et al. **Efeitos da intervenção fisioterapêutica na amplitude de movimento do ombro e no mapa terminológico de idosas submetidas à cirurgia para tratamento de câncer de mama.** Santa Catarina, 2016. Pp. 02-03. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/actafisiatrica/article/view/137669> Acesso em: 22 jan. 2018.

PINHEIRO, G. B. **Introdução a Fisioterapia**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2014. Pp. 02-104-105.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia científica**: métodos e técnicas da pesquisa e o trabalho acadêmico. 2° ed. Rio Grande do Sul: Feevale, 2013. Pp. 14.

RAMOS, I. M. et al. **A eficácia da cinesioterapia na reabilitação funcional do ombro em mulheres mastectomizadas**. Fortaleza, 2013. Pp.02-03. Disponível em: http://publica-estaciofic.com.br/revistas/index.php/CORPVS/article/view/51 Acesso em: 02 jan. 2018.

RODRIGUES, D. J.; CRUZ, M. S.; PAIXÃO, A. N. **Uma análise de prevenção do câncer de mama no Brasil**. Paraíba, 2015. Pp. 02. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csc/v20n10/1413-8123-csc-20-10-3163.pdf> Acesso em: 02 nov. 2017. Pp. 02.

SABINO NETO, M. et al **Avaliação precoce da qualidade de vida e auto estima de pacientes mastectomizadas submetidas ou não a reconstrução mamária.** São Paulo, 2017. Pp. 07-09. Disponível em:<http://www.rbcp.org.br/detalais/1838/ avaliacao-precoce-da-qualidade-de-vida-e-autoestima-de-pacientes-mastectomizadas-submetidas-ou-nao-a-reconstrucao-mamaria> Acesso em 16 mai. 2018.

SILVA, A. H. **Carcinoma mamário**: abordagem fisioterapêutica pós mastectomia radical. Rondônia, 2012. Pp. 24- 25. Disponível em: <http://repositorio.faema.edu.br:8000/jspui/handle/123456789/975> Acesso em: 01 jun.2018.

SILVA, A.; RIUL, S. S. **Câncer de mama**: fatores de risco e detecção precoce. Minas Gerais, 2011. Pp. 02-03. Disponível em:<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-71672011000600005> Acesso em 02 abr. 2018.

SOUZA, A. S.; NEVES, P. O. **Complicações pós cirúrgicas em mulheres submetidas à mastectomia**. São Paulo, 2016. Pp. 11-12 Disponível em: <http://lyceumonline.usf.edu.br/salavirtual/documentos/2730.pdf>. Acesso em: 02 jan. 2018.

SOUZA, E.; CARVALHO, F. N. et al. **Funcionalidade de membro superior em mulheres submetidas ao tratamento do câncer de mama**. Rio de Janeiro. 2013. Pp. 02-03. Disponível em: <http://www.inca.gov.br/rbc/n_59/v03/pdf/11-artigo-funcionalidade-membro-superior-mulheres-submetidas-tratamento-cancer-mama.pdf> Acesso em 02 mai. 2018.

SOUSA, N. A. M.; SOUSA, E. S. F. **A atuação da Fisioterapia nas complicações do pós-operatório de câncer de mama**: uma revisão literária. Paraná. 2014. Pp. 04-05. Disponível em: <https://gusercontent.https.co/.webcache/search?q=cache:XsZwp4HCFRMJ:revista.uninga.br/index.php/uninga/article/download/1160/782/+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br> Acesso em: 14 mar. 2018.

SOUZA, R. L.; MEJIA, D. P. M. **Drenagem linfática:** técnica de Vodder associada a cinesioterapia em pós-operatório imediato de mastectomia para a manutenção da funcionalidade do ombro. Goiás, 2015. Pp.11-12.
Disponível em: <http://portalbiocursos.com.br/ohs/data/docs/14/21_-_A_Drenagem_LinfYtica_Y_TYcn._Vodder_Assoc._a_cinesiot._em_PYs-op._imediato_de_mastectomia_para_a_manut._da_funcionalidade_do_ombro.pdf> Acesso em:19 mai. 2018.

VERENHITCH, B. D.; MEDEIROS, J. N.; ALIAS, S. **Câncer de mama e seus efeitos sobre a sexualidade**: uma revisão sistemática sobre abordagem e tratamento. São Paulo. 2014. Pp. 02-03. Disponível em: <http://files.bvs.br/upload/S/0100-7254/2014/v42n1/a4806.pdf> Acesso em 17 mai. 2018.

VIEIRA, E. M.; SANTOS, D. B.; SANTOS, M. A. **Vivência da sexualidade após o câncer de mama**: estudo qualitativo com mulheres em reabilitação. São Paulo. 2014. Pp. 02-03. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rlae/v22n3/pt_0104-1169-rlae-22-03-00408.pdf>. Acesso em 19 mai. 2018.

ZANON, D. S. et al. **Efeito da massagem mio facial sobre a dor e a propriocepção pós mastectomia radical.** São Paulo, 2017. Pp. 02-03. Disponível. <http://www.revistas.usp.br/rto/article/view/110136> Acesso em: 02 nov. 2017.

ALTUS CIÊNCIA
REVISTA ACADÊMICA MULTIDISCIPLINAR DA FACULDADE CIDADE DE JOÃO PINHEIRO

PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL E EM SÁUDE SOBRE CONTROLE POPULACIONAL DE CÃES E GATOS: uma análise e uma proposta

José Eduardo Machado Barroso[1]
André Vasconcelos da Silva[2]
Marcela Cabral Mendes Barroso[3]

Resumo. Devido à irresponsabilidade de alguns proprietários e à procriação descontrolada, o crescimento populacional de cães e gatos passou a constituir problemas sociais, ambientais e de saúde. A educação para guarda responsável, aliada ao controle da reprodução por meio de métodos cirúrgicos, são as melhores estratégias de controle. As ações de educação ambiental e em saúde tem papel fundamental para a conscientização, dando importância especial ao conceito de responsabilidade e do envolvimento da comunidade. Neste contexto, o presente trabalho discute propostas e apresenta o presente projeto de Educação Ambiental e em Saúde sobre Controle Populacional de Cães e Gatos. Espera-se que sirva de subsídio para outras etapas de um efetivo controle populacional de cães e gatos, enfrentando de maneira técnica e inovadora essa questão que afeta toda a população.

Palavras-chave: Controle Populacional.Cães E Gatos. Educação Ambiental. Saúde

Abstract: Due to the irresponsibility of some owners and uncontrolled breeding, the population growth of dogs and cats has become social, environmental and health problems. Responsible guard education, coupled with reproductive control through surgical methods, are the best control strategies. Environmental and health education actions play a fundamental role in raising awareness, giving special importance to the concept of responsibility and community involvement. In this context, the present paper discusses proposals and presents the present project of Environmental and Health Education on Population Control of Dogs and Cats. It is expected to provide input for other stages of effective dog and cat population control, addressing this issue that affects the entire population in a technical and innovative way.

Keywords: Population Control. Dogs And Cats. Environmental Education. Cheers

[1] Mestre PPGGO UFG/RC, Brasil. joseeduardombarroso@gmail.com;

[2] Doutor em Ciências do Comportamento/ UNB Professor associado, Unidade Acadêmica de Gestão e Negócios, PPGGO UFG/RC, Brasil. andre.silva.ufg@gmail.com

[3] Mestre em Medicina Veterinária UFU, Fiscal da Agência Goiana de Defesa Agropecuária (AGRODEFESA), Brasil. marcela_cabral@yahoo.com.br

Recebido em 20/10/2019
Aprovado em 03/11/2019

Introdução

O Programa de Pós-graduação em Gestão Organizacional da Universidade Federal de Goiás, especificamente quanto à Linha de Pesquisa II: Indivíduo, Organização, Trabalho e Sociedade, busca identificar as relações entre indivíduo, organizações públicas e privadas e a sociedade, considerando principalmente questões referentes ao desenvolvimento. Nesse interim, entender e discutir a gestão municipal do controle populacional de cães e gatos, mais especificamente no contexto de um Programa Municipal de Educação Ambiental e em Saúde sobre a referida temática é de muita valia para subsidiar decisões dos agentes envolvidos.

O objetivo deste projeto será desenvolver uma Programa de Educação Ambiental e em Saúde sobre o controle populacional de cães e gatos no Município de Catalão, através de ações educacionais que visam a preservação ambiental, em especial na defesa e proteção animal e no controle de populações de animais de companhia supervisionados ou controlados, de família e os comunitários ou de vizinhança, para atingir o equilíbrio ambiental e o convívio harmonioso com os munícipes. Com o Programa de Educação Ambiental e em Saúde sobre o controle populacional de cães e gatos no Município de Catalão se pretende, através da conscientização, no que tange aos alcances sociais, políticos e econômicos: orientar a tomada de decisões dos agentes envolvidos; controle populacional, evitando o aumento do número de animais de rua; evitar a perpetuação de doenças geneticamente transmissíveis; evitar acasalamentos indesejáveis, especialmente quando se tem um casal de animais de estimação; redução de solicitações para remoção de animais atropelados e/ou abandonados nas ruas; diminuição de solicitações de investigações de crueldade com animais.

Além dessas questões espera-se que este Projeto sirva de subsídio para outras etapas de um efetivo controle populacional de cães e gatos de maneira que, incluindo as demais instituições envolvidas, se possível desenvolver projetos futuros de castração cirúrgica de cães e gatos; elaboração e implantação de programa de registro, cadastramento e identificação de animais domesticados (através do uso de microchips); atividades de reinserção de animais abandonados; instituição de mecanismos de coerção e de fiscalização das ações dos cidadãos em relação aos seus animais, através de arcabouço legal específico e ou fazendo-se cumprir a legislação vigente sobre o tema; estabelecimento de critérios para a comercialização e o trânsito de animais na cidade, em ações planejadas com a iniciativa privada, instituições organizadas e profissionais das diferentes áreas. Enfim, é o início de um grande projeto que sirva de modelo a nível regional, estadual e nacional, enfrentando de maneira técnica e inovadora essa questão que afeta toda a população.

1 Desenvolvimento

A superpopulação de animais de estimação, particularmente cães e gatos, é um problema que afeta, em maior ou menor intensidade, a maioria dos países, oferecendo riscos à saúde e à segurança pública, à saúde animal e ao meio ambiente. O controle da população de animais (domésticos, de estimação ou sinantrópicos) e das doenças por eles transmitidas é reflexo da cidadania e do grau de desenvolvimento de uma sociedade e depende da atuação direta de órgãos governamentais, entidades de proteção animal e dos proprietários. As condutas de controle e proteção animal podem garantir condições de saúde aos proprietários, a suas famílias, à vizinhança, à comunidade em geral e aos animais, através de condutas de controle e proteção animal. Diversas propostas e técnicas foram desenvolvidas para controlar as populações animais e tal controle é necessário, seja por questões ambientais, de Saúde Pública, seja por questões de bem estar animal. (REICHMANN, 2000; SHIMOZAKO, 2008; BARROSO et al., 2011).

A notificação de agravos e doenças que afetam seres humanos e animais está relacionada intrinsecamente ao rompimento do equilíbrio ambiental como resultado direto das ações dos seres humanos e as interferências sobre seu meio ambiente. A responsabilidade de salvaguarda da saúde pública e a preservação do meio ambiente e demais demandas sociais, no tocante ao controle de população animal, recai, nos municípios, sobre os órgãos executores de controle de zoonoses, de maneira que leis municipais são instrumento de regulação de uma política ou programa de controle animal para o município. Criados através de projetos de lei, os programas locais de controle de população animal devem ser discutidos pelos representantes da comunidade e da administração pública, e, posteriormente, encaminhados para aprovação, sendo fundamental que neste instrumento legal sejam garantidos os recursos necessários para sua implantação e continuidade para que não tornem políticas públicas e não de governo, que tendem a perdurar somente durante determinada gestão. (VIEIRA et al., 2006).

Uma política de saúde é a resposta social (ação ou omissão) de uma organização (como o Estado) diante das condições de saúde dos indivíduos e das populações e seus determinantes, bem como em relação à produção, distribuição, gestão e regulação de bens e serviços que afetam a saúde humana e o ambiente. Política de saúde envolve estudos sobre o papel do Estado, a relação Estado-sociedade, as reações às condições de saúde da população e aos seus determinantes, por meio de propostas e prioridades para a ação pública (PAIM, TEIXEIRA, 2006). Um projeto de políticas públicas é a unidade mínima de aplicação de recursos que, por

intermédio de um conjunto integrado de estratégias, pretende transformar uma parcela da realidade, diminuindo ou eliminando um déficit ou solucionando um problema social (CARRARA et al., 2013).

Neste contexto importante destacar o papel fundamental das ações de educação ambiental para a coletividade. A Lei nº 9795/99, que dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências define a educação ambiental em seu artigo 1º, vejamos:

> Art. 1o Entendem-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade. (Lei Nº 9.795, de 27 de abril de 1999).

A literatura científica veiculada em periódicos especializados e nas comunicações científicas de grandes congressos revela constante ampliação de interesse, estudos e debates epistemológicos, éticos e tecnológicos entre analistas do comportamento relacionadas às práticas sociais de coletividades. Resultados de pesquisa bastante promissores para questões relacionadas aos campos de sustentabilidade ambiental, prevenção em saúde, educação, trabalho em organizações, dentre vários outros segmentos, têm sido relatados e compõem um cenário de interesse científico e de desenvolvimento consistente da programação de contingências e/ou metacontingências no plano das práticas culturais. É importante motivações para a conversão de planejamentos culturais (entendidos como planejamento de processos comportamentais para coletividades) em intervenções concretas (CARRARA et al., 2013).

As transformações das práticas culturais, embora ocorram de forma natural, também poderiam e deveriam ser planejadas. O planejamento cultural deve começar pelos grupos menores e pela realidade do cotidiano. O contexto da cultura compõe-se de uma articulação entre comportamento e ambiente, no sentido de que as práticas culturais e as dimensões do contexto ambiental compõem o cenário vital para a existência de alguma sociedade (SKINNER, 1969; GLENN, 1986 APUD CARRARA et al, 2013).

Neste contexto, o controle populacional de cães e gatos é um tema que tem um enorme apelo social e que deve ser tratado com rigor acadêmico para embasar qualquer decisão e para que as informações repassadas sejam corretas se traduzindo em ações eficazes. Como resultado de uma série de ações municipais sobre a temática, trata-se neste artigo de reflexões e discussões a respeito do Programa Municipal de Educação Ambiental e em Saúde Sobre o Controle

Populacional de Cães e Gatos no Município de Catalão/GO, ressaltando a importância da posse responsável.

A Constituição da Republica prevê, expressamente que: "todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e as futuras gerações" (artigo 225), dando a incumbência, entre outros, ao Poder Público, para "proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais à crueldade (inciso VII)".

Por sua vez, a Lei Federal 6.938/81, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, no que se refere à proteção a fauna, destaca a defesa da fauna, estende-se inclusive aos animais domésticos e domesticados. Ressalta, ainda, no artigo 3º, inciso V, da mesma lei, a sua inclusão, "considera como bens necessariamente integrantes do meio ambiente a atmosfera, as águas interiores, superficiais e subterrâneas, os estuários, o mar territorial, o solo, o subsolo, os elementos da biosfera, a flora e a fauna".

No estado de Goiás, foi sancionada em 2012 a Lei Estadual 17.767, que regulamenta o controle populacional de cães e gatos, e veda expressamente a captura e extermínio de animais, exceto a utilização da eutanásia nos casos de males, doenças graves ou enfermidades infectocontagiosas incuráveis que coloquem em risco a vida de pessoas ou de outros animais.

2 Metodologia

O projeto de educação em saúde e ambiental será desenvolvido no município de Catalão, e prevê parceria com instituições públicas (Prefeitura, Secretarias de Saúde, Educação e de Meio Ambiente, Ministério Público), com a Associação Protetora de Animais de Catalão (ASPAC), organização da sociedade civil, entidade privada sem fins lucrativos e demais instituições relacionadas ao controle da população de cães e gatos. Após a fase de estudos e revisão bibliográfica, serão produzidos materiais pedagógicos para uso e distribuição em palestras/apresentações e campanhas educativas, tais como folders, cartilhas e adesivos com linguagens voltadas para públicos específicos, como crianças, adultos, técnicos de áreas afins bem como camisetas e crachás para identificação dos responsáveis pelo projeto. Convém ressaltar que se os programas gratuitos de castração forem realizados de maneira isolada, sem nenhuma ação conjunta de educação em guarda responsável, serão irrelevantes para solucionar o problema de animais errantes. A OMS considera que a educação para guarda responsável,

aliada ao controle da reprodução por meio de métodos cirúrgicos, são as melhores estratégias de controle de populacional em cães e gatos e estudos recentes demonstram que as taxas anuais de castração devem estar acima de 15% ao ano para provocar redução considerável na população.

Para que um programa de controle populacional de cães e gatos seja eficaz, é necessária a conscientização da população através de um programa de educação que aborde a importância da castração, identificação dos animais e da guarda responsável para que seja possível, reduzir e controlar todos esses problemas causados pela superpopulação de cães e gatos nas ruas que afetam a todos. Os públicos alvos destas ações em educação ambiental são estudantes e professores da rede de ensino municipal, estadual e particular, empresas, entidades e instituições, além de divulgações em feiras e eventos, bem como nas comunidades e distritos do município. O projeto envolverá diferentes estudos e levantamentos sobre a temática da população de cães e gatos do município para embasar e referenciar o desenvolvimento dos materiais pedagógicos para a etapa de divulgação e conscientização da população local.

Considerando o caráter público de todos os documentos e dados passíveis de coleta no decorrer dos estudos a serem desenvolvidos no âmbito da presente pesquisa, torna-se desnecessária a submissão deste trabalho ao Comitê de Ética desta Universidade Federal de Goiás em Catalão/GO, em conformidade com o disposto na resolução CNS nº 466/12 e demais legislações vigentes, vez que será apresentado na forma de pesquisa bibliográfica cujos documentos estudados são de domínio público, sem o envolvimento de qualquer indivíduo enquanto objeto de estudo.

3 Discussão e Resultados

Até a década de 90, a eliminação em massa de cães era sustentada por um pensamento equivocado da sociedade e da própria Organização Mundial de Saúde (OMS). Havia o entendimento sobre a importância do controle do aumento da população através da retirada de animais das ruas de forma continuada, além da necessidade de controlar determinadas doenças como a temida raiva canina. Com o advento da Declaração Universal dos Direitos dos Animais, proclamada em Assembleia da UNESCO, em Bruxelas, no ano de 1978, e em função de estudos mais recentes realizados pela OMS em países onde o sacrifício de cães foi intenso chegando a 15% da população, concluiu-se que a ação fora totalmente ineficaz, pois a taxa de eliminação de animais era rapidamente superada pela taxa de reposição, dada a dinâmica populacional da espécie, ou seja, o alto potencial de reprodução e mobilidade dos animais (ONU, 1978).

No ano de 1992, a OMS publicou o seu 8º Informe Técnico, constatando que a eliminação dos animais de rua é meio ineficaz para o controle de sua população e de doenças por eles disseminadas. O documento preconiza o controle de natalidade dos animais e a promoção de educação da comunidade como solução para o problema, admitindo que não haja uma solução a curto prazo uma vez que as populações de animais em vias públicas renovam-se constantemente em razão de sua reprodução intensa e desenfreada (GOMES, 2010).

As ações de educação ambiental e em saúde tem papel fundamental para a disseminação dos conceitos e conscientização, dando importância especial ao conceito de responsabilidade e do envolvimento da comunidade com os problemas de posse responsável e controle populacional de cães e gatos e demais questões relacionadas. Em consonância com a Lei n. 9795/99 - Política Nacional de Educação Ambiental, bem como o Decreto n. 4281/2002, que regulamenta a citada Lei, pretende-se desenvolver ações de educação ambiental com vistas a construir valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas à proteção e ao uso sustentável do meio ambiente.

A posse responsável pode ser definida como um conjunto de ações que envolvem a opção por ter um animal, controlar sua reprodução e contracepção, bem como a mobilidade dos cães, a sua saúde e bem-estar. Para que se efetive uma posse responsável, que deveria pautar a relação com qualquer animal de estimação, antes de adotar ou comprar um animal doméstico, o futuro dono deve observar o tempo de vida do animal, as despesas com alimentação e tratamentos de saúde, a adequação do espaço físico disponível para a criação, pessoa (s) com tempo para passear e/ou interagir com o animal, pessoas para alimentá-lo durante eventuais ausências prolongadas do dono. A posse responsável implica em manter o animal dentro do espaço doméstico, a fim de evitar transtornos relacionados com animais errantes (SOTO et al, 2006b; SES-Prefeitura de São Paulo, 2012).

A posse responsável de animais, constituída na manutenção constante de animais de estimação nos domicílios de seus proprietários e em boas condições de higiene, é imprescindível e traduz o exercício consciente e edificante da cidadania, a educação e os hábitos culturais de uma sociedade. Além desse tema é necessária abordar outros assuntos de relevância tais como:

- A necessidade de diminuição do número de animais abandonados;
- Maus-tratos;
- Benefícios da castração de cães e gatos;
- Aspectos sanitários dos animais de estimação (zoonoses e seu controle);

• Segurança pública relacionada a cães perigosos e outros animais soltos em vias públicas;

• Aspectos relacionados ao comportamento animal;

• Riscos ambientais causados pela fauna.

Conclusões ou Considerações finais

A guarda de cães e gatos é influenciada por fatores culturais, sendo que a alta densidade populacional dessas espécies exige a adoção de estratégias oficiais que visem minimizar impactos ambientais e sanitários e que devem ser fomentadas na forma de políticas públicas e ações de educação permanente em saúde e ambiental. Além disso, muitas das ações que visam o controle populacional de cães não domiciliados desenvolvidas pelos municípios são fragmentadas e não seguem um protocolo de atuação com ações integradas.

É crescente a população de animais de estimação domiciliados e semi-domiciliados e que falta o estabelecimento de uma política de controle populacional na maioria dos municípios estudados. As campanhas de esterilização podem potencialmente reduzir a densidade populacional, embora a redução nem sempre possa ser notada de imediato.

Referências

BARROSO, J.E.M.; Silva, J.C.; Morais, R.A.C.; Santos, F.G.; Silva, J.G.; Nahas, J.L. Programa de Controle da População de Animais de Estimação por Método Contraceptivo Químico no Município de Catalão em 2011. I Workshop de Vigilância em Saúde, SES-GO, 2011.

CARRARA, Kester et al. Desenvolvimento de guia e fluxograma como suporte para delineamentos culturais. Acta Comportamentalia: Revista Latina de Análisis de Comportamiento, v. 21, n. 1, p. 99-119, 2013.

GLENN, S. S. (1986). Metacontingencies in Walden Two. Behavior Analysis and Social Action, 5, (1-2), 2-8.

GOMES, Nathalie Santos Caldeira. Ética e dignidade animal: uma abordagem da constituição brasileira, da lei de crimes contra a natureza e do decreto de proteção aos animais sob a ótica da declaração universal dos direitos dos animais. **XIX Encontro Nacional do CONPEDI. Anais–Fortaleza, CE**, p. 645-655, 2010.

ORGANIZAÇÃO DA NAÇÕES UNIDAS. Unesco. Declaração Universal dos Direitos dos Animais. Bruxelas, 27 de janeiro de 1978. Disponível em: <http://www.urca.br/ceua/arquivos/Os%20direitos%20dos%20animais%20UNESCO. pdf>. Acesso em: 20 jun. 2019.

PAIM, J. S., & Teixeira, C. F. (2006). Política, planejamento e gestão em saúde: balanço do estado da arte. Revista de Saúde Pública, 40, 73-78.

REICHMANN, M. L. A. B. et al. Controle de populações animais de estimação. São Paulo: Instituto Pasteur, 2000.

SES-SP - Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo, Coordenadoria de Controle de Doenças. Curso de formação de oficiais de controle animal: nova perspectiva nos serviços de controle de zoonoses do Estado de São Paulo. Rev Saúde Pública 2009;43(3):558-60

SHIMOZAKO, H. J. Otimização da técnica de captura-recaptura fotográfica para estimação da população canina livre em vias públicas. Dissertação. São Paulo, 156 p., 2008.

SOTO, Francisco Rafael Martins; DE OLIVEIRA BITTENCOURT, Daniela; NEVES, Aneli Marques. Experiência da utilização de esterilizante químico associado com microchip para cães machos no Município de Redenção da Serra-SP. Revista Ciência em Extensão, v. 7, n. 1, p. 16-23, 2011.

SKINNER, B. F. (1969a). Ciência e comportamento humano. Brasília: Editora Universidade de Brasília. (Trad.: J. C. Todorov & R. Azzi; publicado originalmente em 1953)

VIEIRA, A. M. L., Almeida, A. B. D., Magnabosco, C., Ferreira, J. C. P., Luna, S. L. P., Carvalho, J. L. B. D., ... & Nunes, V. D. F. P. (2006). Programa de controle de cães e gatos do Estado de São Paulo. BEPA [periódico na Internet], 3, 25.

ALTUS CIÊNCIA
REVISTA ACADÊMICA MULTIDISCIPLINAR DA FACULDADE CIDADE DE JOÃO PINHEIRO

LINCHAMENTO VIRTUAL: olhar da violência sob a perspectiva da análise do comportamento

Verônica Borges de Avelar[1]
Renata Limongi França Coelho Silva[2]

Resumo: O avanço tecnológico contribuiu para uma maior interação de pessoas nas redes sociais, o que culminou também em diferentes debates que afetaram a vida de vários indivíduos tanto pelo lado positivo quanto pelo lado negativo, criando-se termos que conceituassem cada problema ocorrido decorrente aos ataques virtuais, entre eles estão o flaming, o cyberbullying, o linchamento virtual e outros. Devido a esses fatores surgiu o interesse em pesquisar o que é linchamento virtual, bem como os indivíduos que lidam com esse termo e a correlação com a análise do comportamento, a partir disso, foi criado um questionário composto por 10 questões, onde pôde-se perceber que dos 31 respondentes a maioria sabiam o que era o linchamento virtual, conheciam alguém que já houvesse passado por essa situação, atribuindo tal acontecimento a falta de proteção policial e afirmaram que as mudanças das ações comportamentais dos indivíduos só ocorreriam se houvesse uma maior conscientização. Em contrapartida a análise do comportamento evidencia o linchamento virtual como um tipo de violência decorrente da coerção e que quanto mais houver punição referente aos atos considerados inapropriados mais se terá violência em nossa sociedade sendo que a conscientização é um fator primordial para conhecimento das ações dos indivíduos que afetará na sua conduta social. Pôde-se concluir que os indivíduos têm o conhecimento sobre o termo e reconhecem o impacto do linchamento virtual na vida das pessoas e com relação a análise do comportamento nota-se a falta de materiais de pesquisa que fazem referência ao termo supracitado.

Palavras-chaves: Redes Sociais. Análise do Comportamento. Linchamento Virtual.

Abstract: Technological advancement contributed to a greater interaction of people in sociais networks, which also culminated in different debates that affected the lives of various individuals on both the positive and negative side, creating terms that conceptualized each problem that occurred due to virtual attacks, including flaming, cyberbullying, virtual lynching

[1] Psicóloga / Una-Cesuc

[2] Possui graduação em Psicologia pela Universidade Católica de Goiás (2003), especialização em Psicologia pela Universidade Católica de Goiás (2006), graduação em Pedagogia pela PUC Goiás (2008), mestrado em Psicologia pela PUC Goiás (2009) e doutorado em Psicologia pela PUC Goiás (2019), com bolsa FAPEG. Atualmente atua como Psicóloga Clínica, docente e consultora educacional, criando e implementando o curso de Psicologia na Faculdade CESUC (2012-2019). Tem experiência na área de Psicologia, com ênfase em Psicologia Clínica e Psicologia Jurídica, realizando trabalhos envolvendo autismo, processo terapêutico, orientação profissional e violência.

Recebido em 10/10/2019
Aprovado em 01/11/2019

and others. Due to these factors came the interest in researching what is virtual lynching, as well as the individuals who deal with this term and the correlation with behavior analysis, from this, a questionnaire consisting of 10 questions was created, which could be to realize that of the 31 respondents most knew what virtual lynching was, knew someone who had already been through this situation, attributing such an event to the lack of police protection and stated that changes in behavioral actions of individuals would only occur if there was greater awareness . On the other hand, behavior analysis show virtual lynching as a type of violence resulting from coercion, and the more punishment for acts considered inappropriate, the more violence there will be in our society, and awareness is a prime factor for knowing the actions of individuals. that will affect your social conduct. It can be concluded that individuals have knowledge about the term and recognize the impact of virtual lynching on people's lives and regarding behavior analysis, there is a lack of research materials that refer to the above term.

Keywords: Social Networks. Behavior Analysis. Virtual Lynching.

Introdução

Os índices de violência têm aumentado significativamente em todo o mundo e isso se deve ao acréscimo populacional, bem como o avanço econômico e tecnológico, que levam as pessoas a preocupações com situações diárias e por consequência menor tolerância a tudo àquilo que foge dos seus preceitos do “politicamente correto”, partindo muita das vezes para situações de agressão (PENTEADO FILHO, 2016).

Como uma forma de controlar o comportamento da sociedade os governos fundamentam-se nas leis para conter esses indivíduos o que Penteado Filho (2016) aponta em seus estudos como controle social sendo uma forma de sanções sociais para submeter os indivíduos às normas de convivência social, no entanto, algumas pessoas apontam que as Leis atuais não têm uma efetividade garantida e optam por fazer justiça com as próprias mãos (BENVENUTTI, 2014).

Quando nos deparamos com a “justiça” praticada pelas próprias pessoas vemos que os discursos e ações vêm acompanhados de ódios e de situações agressoras, alguns autores como Martins (1996) aponta que no cenário urbano de maneira oculta e profunda algumas afirmações de valores negativos têm sido expostas à sociedade moderna, e a este acontecimento entende-se como um linchamento, que nada mais é do que julgamentos frequentes, súbitos, carregados de ódio e medo, sendo que na maioria das vezes os acusadores são anônimos e julga sem apresentação de provas, sendo que a vítima não tem nem tempo de defender sua inocência.

Esses julgamentos não têm acontecido somente no mundo real, mas também no virtual e a este se leva a nomeação de linchamento virtual sendo considerado como uma prática violenta coletiva quando em um conflito além das duas partes envolvidas vítima e agressor

ainda existem outros indivíduos que tomam partido de um dos lados, geralmente uma minoria fica a favor da vítima e uma grande quantidade de pessoas ao lado do agressor, geralmente a preferência se dá por identificação e afinidade (SENECHAL DE LA ROCHE, 1996).

A internet possibilitou ao mundo contemporâneo um grande avanço tecnológico, maior facilidade de comunicação e acesso instantâneo a informações, porém também surgiu a possibilidade de debates e possíveis alterações das notícias e isso tem feito com que os indivíduos realizem julgamentos indevidos virtualmente ocasionando danos ao ser humano, violando assim seus direitos (ROBLES, 2005).

Há alguns exemplos de degradação dos direitos humanos que acontecem no ambiente virtual um deles é o cyberbullying que Macedo (2016) define como a destruição moral e psicológica da vítima acometida por repetidas vezes, é o termo que se refere ao bullying só que de forma virtual. Outro tipo de violência é o flaming que nada mais é do que uma discussão acalorada na internet entre dois indivíduos ou mais que discordam sobre um determinado assunto que poderá possibilitar uma agressão moral unilateral (ARANHA, 2011).

Outro termo utilizado no ambiente virtual é o discurso de ódio conhecido como ofensas, humilhações, insultos que se referem a preconceitos referentes à cor, nacionalidade, sexo, religião, sendo capaz de instigar a violência (SANTOS; CUNHA, 2014).

Todos esses fatores nos levam a compreender como a violência tem sido disseminada tanto no ambiente real como no virtual. Quando falamos sobre violência entendemos que ela é caracterizada como qualquer ação humana de indivíduos, grupos, classes ou nações que afetam a integridade física, moral, mental ou espiritual de outro sujeito que pode levar até mesmo a morte. (MINAYO; SOUZA, 1993).

Violência é conceituada como constrangimento físico ou moral, qualquer força material ou moral empregada contra a vontade ou a liberdade de uma pessoa (CARVALHO, 2009). E compreendemos que a violência atinge também o meio virtual, pois a partir do momento que uma pessoa insulta, difama e denigre a imagem de outro indivíduo compromete a integridade moral do envolvido.

Para entender de forma sucinta ou até mesmo tentar explicar o porquê dos comportamentos de julgamentos, apontamentos e discursos de ódios propagados acontecem, utilizamos da análise do comportamento, que é uma ciência que analisa as circunstâncias e então prediz o que o indivíduo fará nessas ocasiões e como se comportam de acordo com essas previsões, ou seja, quais fatores levaram o indivíduo a se comportar de determinada maneira e qual a consequência de seu comportamento (TODOROV; HANNA, 2010).

Quando conceituamos a violência nos deparamos com qualquer ação de um indivíduo contra outro que é capaz de gerar mal-estar, quando começamos a evidenciar questões que remetem as relações humanas e suas formas de se expor, afligir e denegrir o outro logo estamos nos referindo às formas de se comportar do ser humano, Skinner (1953) destaca que o comportamento é algo complexo e que demanda maior análise do pesquisador sobre suas alterações. Este é determinado como um conjunto de contingências que irão favorecer a sobrevivência da espécie. Assim ele afirma que "os homens agem no mundo, modificam-no e por sua vez, são modificados pelas consequências de sua ação" (SKINNER, 1953, p. 132).

A violência nada mais é do que um comportamento de um indivíduo exercido contra outro fazendo uso da força, coação, constrangendo de maneira física ou moral. De acordo com Ferreira (1999) a coação utilizada para definição de violência também pode ser entendida como coerção e, na análise do comportamento Sidman (1989/1995) a define como uso da punição, ameaça de punição, reforçamento negativo na interação entre pessoas. Sendo considerada um castigo para uma conduta considerada má (SKINNER, 1953/1998).

Sendo assim, a ação violenta das pessoas no mundo virtual também remete a uma situação de coerção, pois é uma forma que os indivíduos têm de reprimir ou punir a suposta ação do indivíduo alvo. De acordo com Carvalho Netto et. al. (2007) os comportamentos violentos em si são gerados por ambientes coercitivos, a punição é utilizada como forma de redução desses padrões, porém só tem agravado cada vez mais os padrões de agressão. E uma das maneiras propostas pela análise do comportamento para modificação desses comportamentos seria a indicação de caminhos alternativos para mudanças estruturais da sociedade (CARVALHO NETO, et. al., 2007).

Pagara (2016) aponta que outra estratégia a ser utilizada para diminuição da violência e por consequência a redução do linchamento virtual seria olhar a polícia como um guarda que exerce o papel preventivo a comunidade, estando atenta às formas de prevenção do crime e afirma que as pessoas devem confiar na justiça estatal como a que exerce por mérito a titularidade de punibilidade.

Diante desses fatores nota-se a necessidade de verificação do grau de conhecimento dos indivíduos sobre linchamento virtual e quais os possíveis impactos que esse comportamento exerce na vida das pessoas. Sendo assim, esse estudo tem como objetivo geral verificar o conhecimento de uma amostra sobre o termo e como objetivos específicos: analisar os impactos que este pode causar na vida do indivíduo alvo e verificar através da literatura a correlação da análise do comportamento para a modificação dos comportamentos dos linchadores virtuais.

Método

Participantes

A pesquisa foi composta por 31 sujeitos com idade entre 30 e 40 anos, sendo 17 dos participantes do sexo feminino e 14 do sexo masculino, com ensino médio completo e 19 deles casados.

Instrumento

Como instrumento de pesquisa foi utilizado o TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e um questionário semiaberto com perguntas direcionadas ao estudo da presente pesquisa. O questionário foi dividido em duas etapas, a primeira contemplando questões gerais dos participantes e a segunda parte do questionário era composta por perguntas fechadas elaborada pela autora do artigo a fim de verificar o conhecimento da sociedade sobre linchamento virtual. O questionário foi composto por dez perguntas e a partir das questões os participantes tinham a possibilidade de responder sim ou não nas perguntas número (1, 2, 3, 4, 5) sim, não e talvez nas perguntas de número (6, 7) e sentenças de respostas precisas nas questões de número (8, 9 e 10).

Procedimento

Foi explicado aos participantes que se tratava de uma pesquisa sobre linchamento virtual, o principal intuito seria a verificação de como a sociedade tem se comportado frente a essa situação, foi aplicado o TCLE e em seguida o questionário.

Análise dos dados

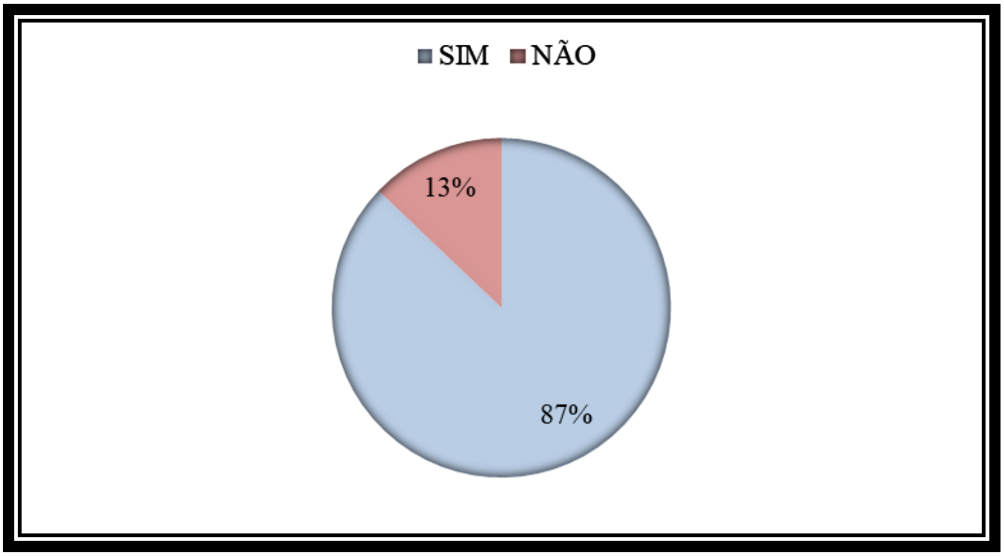
Para análise dos dados foi criada uma planilha no Excel a fim de tabular todos os resultados das respostas dos indivíduos e em seguida foi feita a comparação das informações com a parte teórica sobre o tema.

Resultados

Os dados foram coletados e analisados de acordo com as respostas de cada indivíduo. A partir da análise dos resultados pôde-se observar que a maioria dos respondentes, representando 42% no total da amostra, tem a idade entre 30 e 40 anos, 29% entre 18 e 25 anos, 23% entre 26 e 30, e somente 6% com mais de 41 anos. Referente ao sexo a maioria da população pesquisada com um total de 55% é do sexo feminino e 45% do sexo masculino. Com relação a escolaridade 45% possuem ensino médio completo, 26% estão com ensino superior incompleto e 26% com ensino superior completo e apenas 3% não marcaram as alternativas. Com relação ao estado civil 61% dos participantes eram casados, 36% solteiro, 3% viúvo e nenhum divorciado.

A figura 1 destaca os resultados encontrados, sendo que 87% dos participantes relataram já saberem o que é linchamento virtual e 13% relataram que nunca tiveram contato com o termo, porém todos os participantes que responderam que não sabiam o conceito de linchamento virtual continuaram a responder o questionário. Abaixo se encontra os dados analisados:

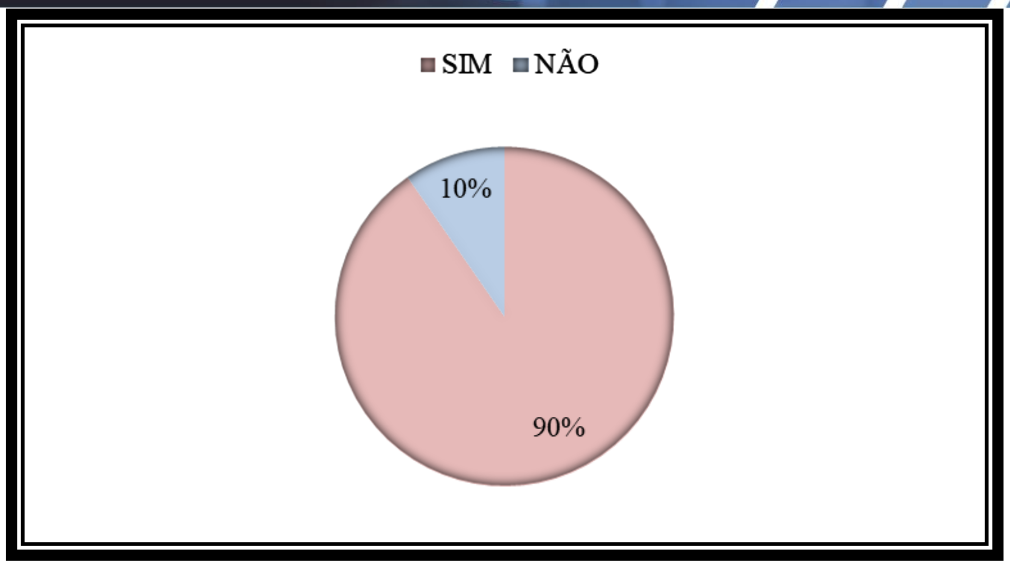
Figura 1- Você já ouviu falar em linchamento virtual?



Fonte: Elaborado pela autora.

A figura 2 faz referência ao linchamento virtual como tipo de violência em que os participantes tinham que responder se consideravam ou não o linchamento virtual como um tipo de violência e 90% informaram que consideram o linchamento como uma violência e 10% afirmaram não considerar como um fator da violência.

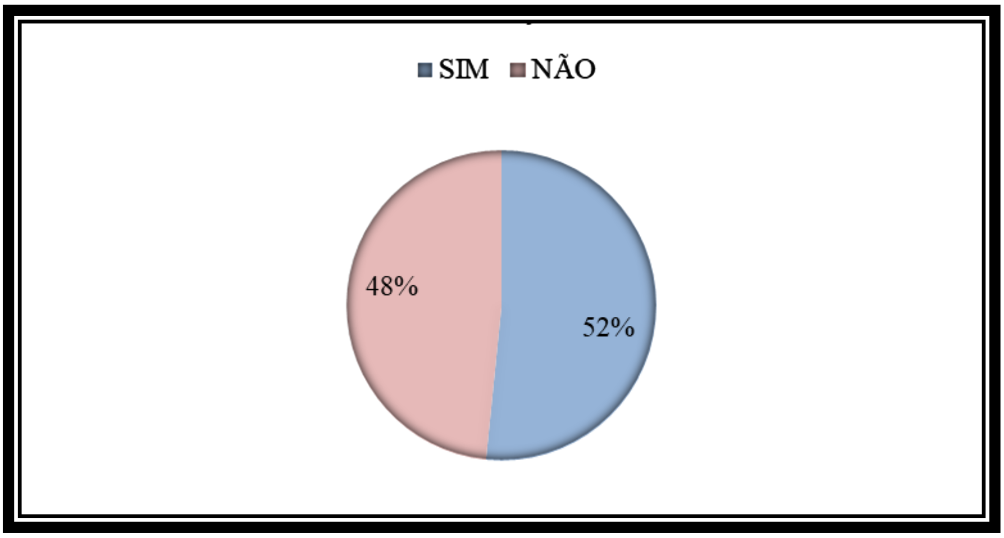
Figura 2- Você considera o linchamento virtual um tipo de violência?



Fonte: Elaborado pela autora

A figura 3 aponta se os participantes conhecem alguém que tenha passado por esse tipo de intimidação, 52% dos participantes afirmaram conhecer alguém que tenha passado por esse constrangimento e 48% relataram não conhecer.

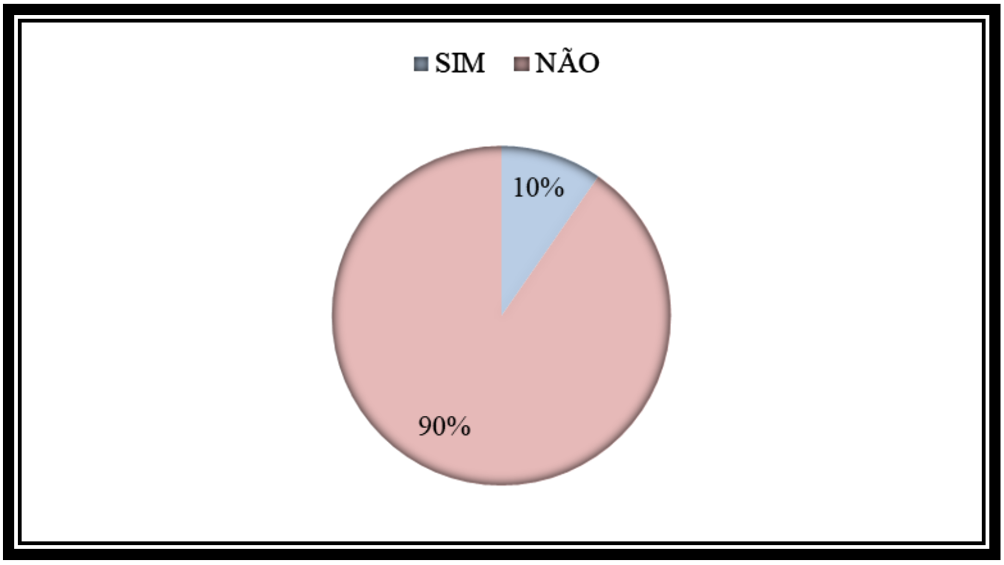
Figura 3- Você conhece alguém que tenha passado por esse tipo de intimidação?



Fonte: Elaborado pela autora

A figura 4 demonstra se participantes já praticaram ou não o linchamento virtual. Os resultados explícitos através da figura, nota-se que apenas 10% afirmaram já ter cometido a violência, enquanto que 90% relataram nunca terem nem ao menos se envolvido com o ato.

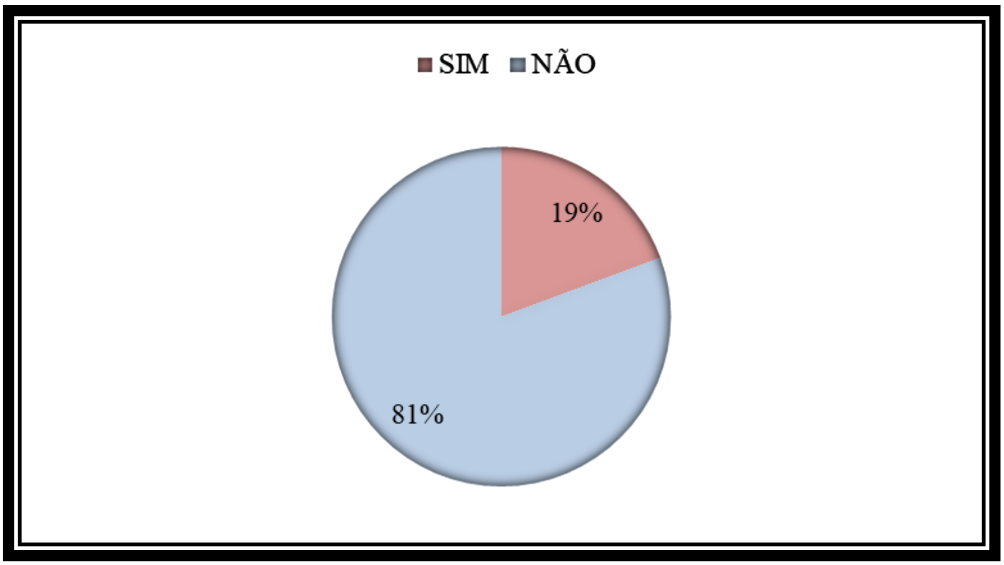
Figura 4- Você já praticou linchamento virtual?



Fonte: Elaborado pela autora

Na figura 5, 81% dos participantes relataram que nunca fizeram nada para conter o linchamento virtual e que 19% já chegaram a ter alguma atitude para coibir o linchamento virtual.

Figura 5- Você já fez algo para conter o linchamento virtual?

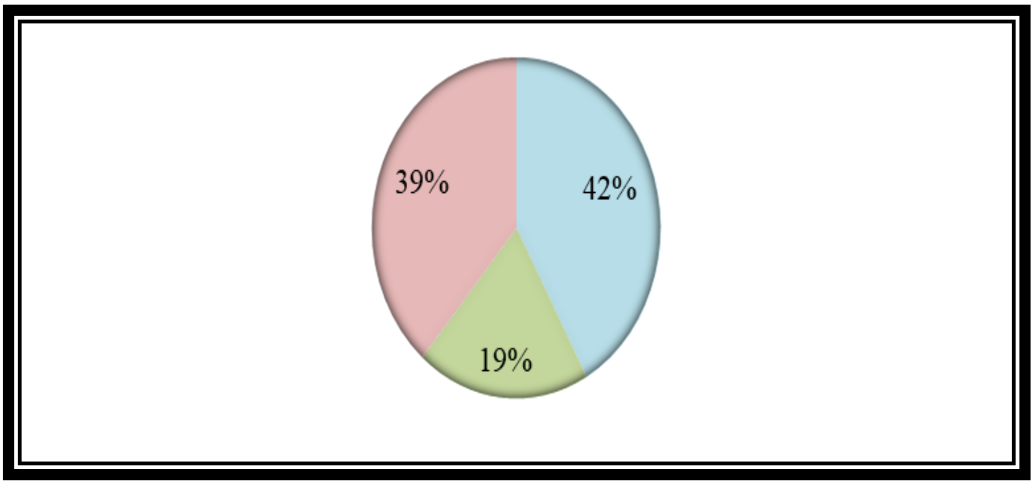


Fonte: Elaborado pela autora

A figura 6 é sobre o questionamento com relação a coragem da pessoa que pratica o linchamento virtual se teria a mesma coragem de praticá-lo no mundo real evidenciou-se das seguintes maneiras 42% dos participantes informaram que o indivíduo teria coragem, enquanto

que 39% talvez teria a coragem de cometer tal ato, e que 19% dos participantes não teriam coragem.

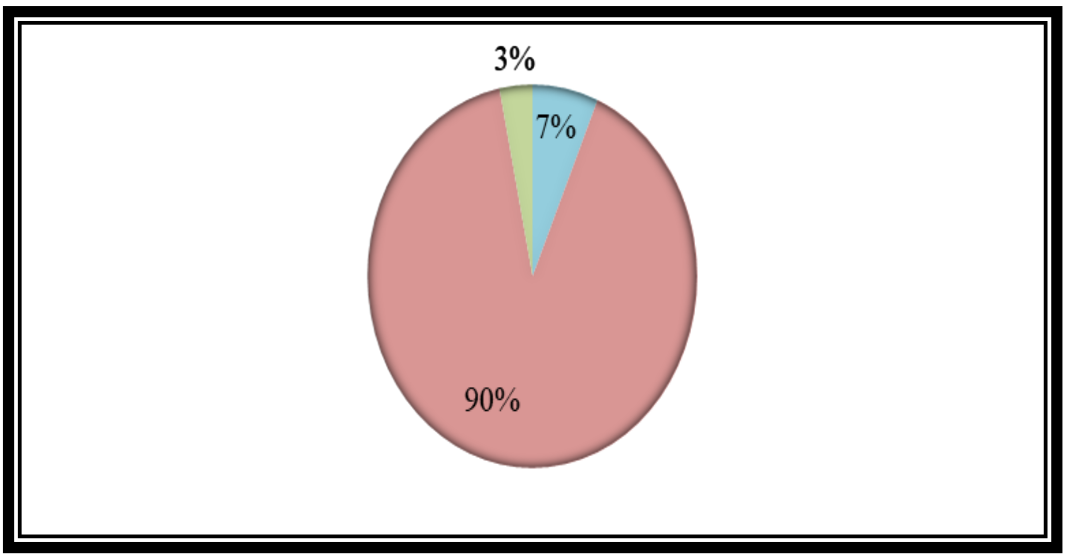
Figur 6- Você acredita que a pessoa que pratica o linchamento virtual teria a mesma coragem de praticá-lo no mundo real?



Fonte: Elaborado pela autora

Na figura 7 90% responderam que a justiça em nosso país não é eficaz para combater esse tipo de crime, enquanto que 7% descreveram que a justiça é eficaz e somente 3% relataram que consideram ter dúvida do efeito da justiça.

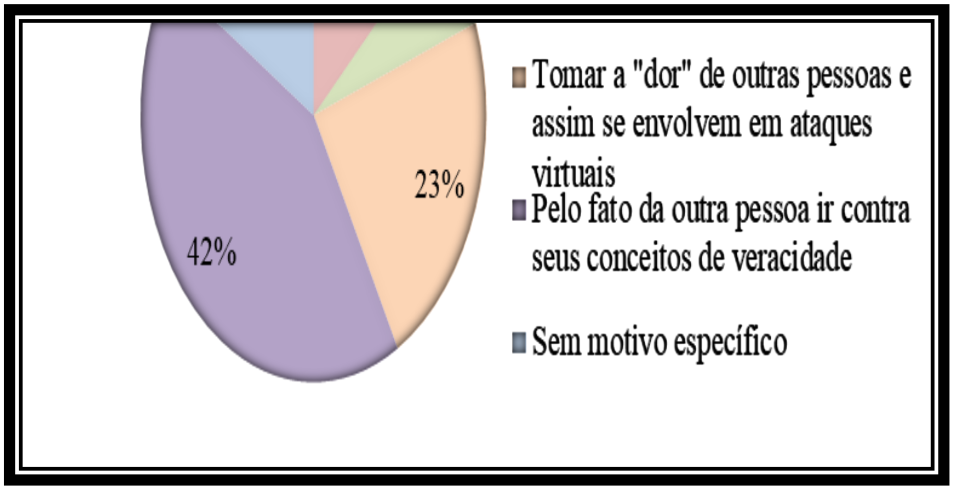
Figura 7 – Você acredita que a justiça em nosso país é eficaz para coibir esse tipo de crime/violência?



Fonte: Elaborado pela autora

A figura 8 faz relação a motivação, o que instiga as pessoas a atacarem umas as outras pela internet, 42% relataram o fato da outra pessoa ir contra seus conceitos de veracidade, 23% pelo fato de tomar a "dor" de outras pessoas, 16% sem motivação, 13% informaram achar que devem fazer justiça com as próprias mãos e 6% devido ao sentimento de ódio contra outra pessoa.

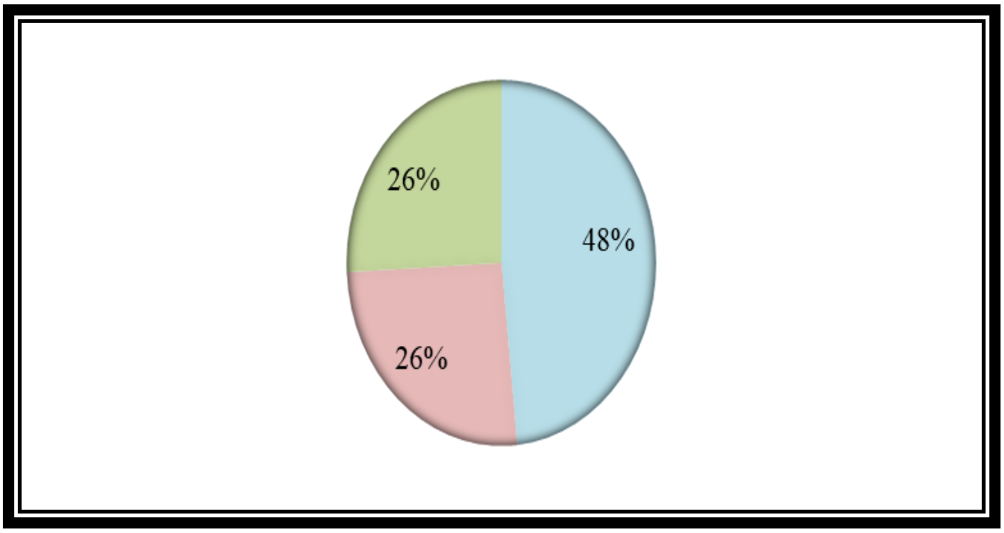
Figura 8- Para você qual seria a motivação das pessoas ao atacar as outras pela internet?



Fonte: Elaborado pela autora

A figura 9 relata sobre a entidade que as pessoas consideram responsável para coibir esse tipo de ação, os participantes informaram que 48% seria dever da polícia, 26% quem deveria coibir era o governo e 26% apontaram a comunidade.

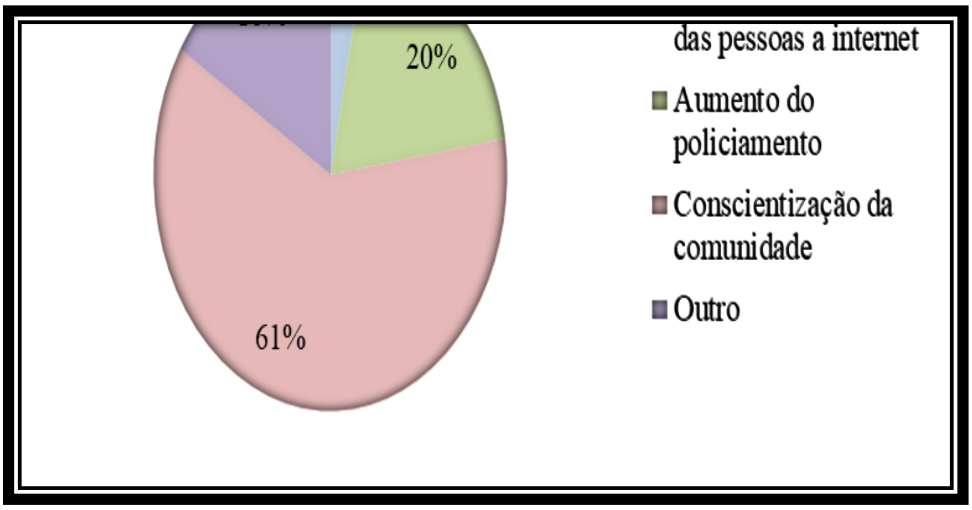
Figura 9- Qual entidade você considera competente para coibir esse tipo de ação?



Fonte: Elaborado pela autora

A figura 10 os resultados apontaram que 61% consideraram que as mudanças necessárias para a diminuição dos crimes virtuais é a conscientização da comunidade, 20% informaram que é o aumento do policiamento, 16% relataram ser outros mudanças e 3% a diminuição do acesso das pessoas a internet.

Figura 10 – Quais mudanças você considera serem necessárias para a diminuição dos crimes virtuais?



Fonte: Elaborado pela autora.

Considerações finais

De acordo com Granjo (2015) o conceito de linchamento é diversificado e permite várias leituras, porém todos eles se complementam entre si. Sendo assim mesmo que os participantes não compreendessem o conceito de linchamento virtual, todos eles compreenderiam pelo menos um pouco do seu real significado.

Santos e Cunha (2014) apontam que esse fenômeno deve ser definido como uma violência simbólica que são imposições discursivas que forma uma cultura de massa que aliena e desorienta os indivíduos, porém muita das vezes essa violência simbólica leva a violência física.

Tolentino (2017) aponta que esse tipo de violência denominada simbólica coloca em risco aqueles que são alvos de notícias, boatos, denúncias, publicações. Os linchamentos também são entendidos como forma de violência coletiva onde um indivíduo toma partido do outro por questões de afinidade, assim quando existir um desequilíbrio de apoio de um dos

lados o grupo está tomado pela violência, pois é onde se inicia os insultos, humilhações, difamações e até mesmo violência física (SENECHAL DE LA ROCHE, 1996).

Através da análise do comportamento compreendemos que os comportamentos violentos são gerados por ambientes coercitivos, ou seja, é aquele ambiente que pune o indivíduo todas as vezes que ele faz alguma coisa que lhe é considerado errado e neste caso a punição é usada para reduzir a frequência desses padrões, porém mesmo com a punição esses comportamentos continuam sendo gerados, sendo transformados em um ciclo violento, quanto mais um indivíduo é punido mais ele quer punir os outros pois seria uma forma de que a agressão leva a agressão. (CARVALHO NETO, 2007).

Martins (2015) aponta que realizou vários estudos que comprovaram que desde 1960 mais de um milhão de pessoas já participaram ao menos de um ato de linchamento ou participaram da tentativa do ato.

Benvenutti (2014) também relata que são aproximadamente um milhão de pessoas em todo o país que já se envolveram com o linchamento virtual, mesmo que a pessoa não pratique o ato violento e não apoie a prática vê as pessoas que apoiam o ato como uma massa violenta sendo considerada irracional e selvagem, mas que também não fazem nada para conter a ação a não ser realizar apontamentos e julgamentos sobre o grupo.

Quando nos deparamos com esse acontecimento no mundo virtual, notamos que ele não se separa do mundo real, Macedo (2016) destaca que é praticamente impossível separar o real do virtual, pois o que acontece em um tem impacto no outro, por exemplo, os linchamentos que acontecem nas redes sociais tomam tamanha proporção a ponto de prejudicar a vítima no âmbito familiar e social, e até mesmo no profissional fazendo com que elas percam seus empregos.

Alves (2016) relata que ambos se diferenciam somente pelo tipo de violência, pois enquanto no mundo virtual não acontece a violência física no real já acontece, sendo caracterizado o primeiro como um caso de assédio moral e o segundo por agressão, assim um tem interferência no outro podendo prejudicar o indivíduo em toda sua esfera social.

Benvenutti (2014) relata que os linchamentos acontecem pelo fato das pessoas estarem justamente insatisfeitas com as Leis implementadas no país e pelo fato de não ter uma ação assertiva do governo frente aos delitos cometidos em sociedade, sendo assim eles querem de alguma forma fazer justiça com as próprias mãos, através disso pode-se notar que se a justiça não é eficaz nem mesmo para apuração dos delitos graves. Apresentando-se ineficaz para coibição dos atos de linchamento.

De acordo com Macedo (2016) é a insegurança das pessoas com relação a proteção do estado, a descrença nas instituições (polícia e justiça), por outro lado Benvenutti (2014) também

considera ser a insatisfação da população frente as esferas públicas, mas também é uma expressão racionalizada da sociedade desumanizada, movida pelo ódio e pela raiva.

Pagara (2016) relata que há a necessidade de o Estado criar mecanismos próprios e trabalhar juntamente com a comunidade para evitar que o linchamento se repita para que dessa forma a sociedade passe a confiar mais na ação da justiça e principalmente da polícia.

Macedo (2016) já aponta que os principais responsáveis para coibir essa ação é o poder público, visto que deve criar ferramentas eficazes no controle da violência, como já tem o feito quando criou a Lei de proteção de dados e privacidade: O marco civil da internet. Mas não basta ter a ação somente das entidades governamentais se a sociedade não se conscientizar do impacto de suas ações no meio social.

Lauretti (2016) salienta que para haver a diminuição do linchamento virtual é necessário que seja exposto a sociedade que existem sempre dois lados a serem considerados nos pronunciamentos e comportamentos online e que é necessário a verificação e o não julgamento das informações, só depois da conscientização a população estará apta a não mais estereotipar e desumanizar o outro.

Freitas (2000) relata que para diminuição da violência é necessário haver a conscientização de toda sociedade, só quando os indivíduos compreenderem e respeitarem as leis isso terá fim. De acordo com a análise do comportamento em um modo de pensar mentalista a violência é explicada pela ausência de uma força motriz chamada de consciência que regularia as ações humanas e direcionava-as ao bem comum.

Por outro lado, De Rose (1982) evidencia que ser consciente ou ter consciência é ser capaz de descrever todas suas ações, sentimentos, a ponto de atingir um nível mais elaborado que é o de dar conta das ações de seu próprio comportamento, ou seja, quanto maior for a consciência do indivíduo sobre tal ato maior ele terá controle das suas reações frente a situações que podem o levar a violência.

Pôde-se concluir através da pesquisa realizada que a maioria dos participantes possui um grau de conhecimento significativo com relação ao conceito de linchamento virtual e os possíveis impactos que podem gerar na vida das pessoas, pois a maioria informou conhecer alguém que já tenha passado por esse tipo de humilhação e constrangimento.

Em consonância das respostas a parte teórica verifica-se o quanto o fenômeno é bem explicado pela análise do comportamento, pois o mesmo remete a situação a um tipo de violência, o que no questionário foi evidenciado pelos participantes quando a maioria respondeu informando que considerava o linchamento virtual como uma prática de violência.

Nota-se também que as pessoas sentem a necessidade de se ter um poder público mais efetivo com relação a questões voltadas ao julgamento de criminosos, proteção a sociedade por parte do policiamento e a criação de normas e diretrizes que intensifiquem as ações municipais, estaduais e federais.

Pode-se perceber que são encontradas poucas evidências na literatura que abarca o próprio conceito de linchamento virtual e a análise do comportamento, deixando aqui uma reflexão acerca da importância de explicar o fenômeno e conscientizar as pessoas sobre tal ato.

Referências bibliográficas

ALVES, R. P. **Hostilidades nas redes sociais:** análise das dinâmicas de linchamento virtual a partir de dois casos de fevereiro de 2016. 2016.

ARANHA, G. Flaming e cyberbullying: o lado negro das novas mídias. **Ciberlegenda**, v. 30, n. 2, p. 122-133, 2014.

BENVENUTTI, A. M. **"Bandido bom é bandido morto":** a polissemia por detrás (e à frente) da prática dos linchamentos. Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014.

CARVALHO, L. B. **Dicionário Larousse da língua portuguesa**. São Paulo: Editora Lafonte, 2009.

CARVALHO NETO, M. B. de; ALVES, A. C. P.; BAPTISTA, M. Q. G. A consciência como um suposto antídoto para a violência. **Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva**, v. 9, n. 1, p. 27-44, 2007.

DE ROSE, J. C. Consciência e propósito no behaviorismo radical. **Filosofia e comportamento**, p. 67-91, 1982.

FERREIRA, A. B. H. **Novo Aurélio Século XXI:** o dicionário da língua portuguesa. 3ª edição. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

FREITAS, J. Descobertos os responsáveis. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 18 jun. p.A5, 2000.

GRANJO, Paulo. O linchamento como reivindicação e afirmação de poder. **Linchamentos em Moçambique**, p. 93-116, 2015.

LAURETTI, P. Linchamento virtual, violência real. **Jornal da Unicamp**, Campinas 26 de Setembro a 2 de outubro de 2016.

MACEDO, K. T. M. **Linchamentos virtuais:** paradoxos nas relações sociais contemporâneas. Universidade Estadual de Campinas, Limeira, 2016.

MARTINS, J. Linchamento, o lado sombrio da mente conservadora. **Tempo Social**, v. 8, n. 2, p. 11-26, 11, 1996.

MARTINS, J. de S. **Linchamentos: a justiça popular no Brasil**. Editora Contexto, 2015.

MINAYO, M. C. de S.; SOUZA, E. R. de. Violência para todos. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 9, p. 65-78, 1993.

PENTEADO FILHO, N. S. **Manual esquemático de criminologia**. Saraiva Educação SA, 2016.

PAGARA, J. I. Linchamento na Província de Sofala: Causas, Consequências e Tipo de Crime. **REVISTA CIENTÍFICA DO ISCTAC**, [S.l.], v. 3, n. 9, jan. 2017. ISSN 2519-7207.

ROBLES, G. **Direitos Fundamentais e a Ética na sociedade atual**. Editora Manole Ltda, 2005.

SANTOS, M. A. M.; CUNHA, R. S. Violência Simbólica nas Redes Sociais: Incitação à Violência Coletiva (Linchamento). **VII Congresso Brasileiro da Sociedade da Informação Regulação da Mídia na Sociedade da Informação**. São Paulo, p. 10-22, 2014.

SENECHAL DE LA ROCHE, R. **Collective Violence as Social Control.** Sociological Forum, vol. 11, No.1, pg. 97-128, Springer,1996.

SIDMAN, M. **Coerção e suas implicações**. Campinas: Editorial Psy, 1995. Tradução de Maria Amália Andery & Teresa Maria Sério. Originalmente publicado em 1989.

SKINNER, B. F. **Science and human behavior**. Simon and Schuster, 1953.

SKINNER, B. F. **Ciência e comportamento humano** (J. C. Todorov e R. Azzi, Trads.), 1998. São Paulo: Martins Fontes. (Trabalho original publicado em 1953).

TODOROV, J. C.; HANNA, E. S. Análise do comportamento no Brasil. **Psicologia: Teoria e pesquisa**, vol. 26, n. especial, pp.143-153, Brasília, 2010.

TOLENTINO, M. A. et al. **Vingança e justiça:** o fenômeno do linchamento na sociedade contemporânea. 2017.

CADERNO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

ADMINISTRAÇÃO

ALTUS CIÊNCIA
REVISTA ACADÊMICA MULTIDISCIPLINAR DA FACULDADE CIDADE DE JOÃO PINHEIRO

IMPACTO DO DIA DE COOPERAR REALIZADO PELA SICOOB CREDIPINHO NO CENTRO MADRE TEREZA DE CALCUTÁ

Deise de Jesus Andrade[1]
Bráulio Emílio Maciel Faria[2]

Resumo: O presente trabalho abordou os impactos da realização do dia de Cooperar realizado pela Sicoob Credipinho no Centro Madre de Calcutá no ano de 2017. O dia de Cooperar (Dia C) tem objetivo de promover melhoria e desenvolvimento através de ações voluntárias colocando em prática valores, princípios cooperativistas. Esta pesquisa teve como objetivos analisar o impacto do dia de Cooperar realizado pela Sicoob Credipinho no Centro Madre Tereza de Calcutá no ano de 2017, caracterizar quais as mudanças no Centro Madre Tereza de Calcutá após a realização desta ação; avaliar o que contribui para os acolhidos do Centro Madre Tereza de Calcutá. A metodologia utilizada foi pesquisa em livros, artigos e monografias que classificou-se em método qualitativos com o procedimento survey onde a uma coleta de dados para obtenção dos resultados através de entrevista. Os resultados mostram o quanto as ações de responsabilidade social são importantes, elas ajudam muitas pessoas e organizações que precisam para manter suas atividades.

Palavras-chave: Responsabilidade social; dia de cooperar, doação; alimentos; terceiro setor.

Abstract: The present study addressed the impacts of Cooperative Day held by Sicoob Credipinho at the Calcutta Mother Center in 2017. Cooperative Day (Day C) aims to promote improvement and development through voluntary actions by placing values, cooperatives Principles. The objective of this research was to analyze the impact of the Cooperative Day held by Sicoob Credipinho at the Madre Tereza Center in Calcutta in 2017, characterize the changes that took place at the Madre Tereza Center in Calcutta after this action; assess what contributes to the welcome of the Madre Tereza Center in Calcutta. The methodology used was the research in books, articles and monographs that was classified in the qualitative method with the research procedure survey, to collect data to obtain the results through interview. The results show how important social responsibility actions are, helping many people and organizations that need to maintain their activities.

Keywords: Social responsibility; day to cooperate, donation; foods; third sector.

[*] Graduando em Administração pela Faculdade Cidade de João Pinheiro (FCJP).
E-mail: deiziandrade@hotmail.com

[**] Especialista em Gestão de Pessoas e Recursos Humanos pela Associação Educacional de Patos de Minas (2016), Graduação em Administração pela Associação Educacional de João Pinheiro (2012). Atualmente é Coordenador de Recursos Humanos e Professor de Ensino Superior da Faculdade Patos de Minas, Professor de ensino Superior da Associação Educacional de João pinheiro e Coordenador de Recursos Humanos. Tem experiência na área de Administração, com ênfase em Administração.E-mail: braulioemilio@gmail.com

Recebido em 01/08/2019
Aprovado em 16/10/2019

I. INTRODUÇÃO

O presente trabalho teve como finalidade analisar os impactos da realização do dia de Cooperar realizado pela Sicoob Credipinho no Centro Madre de Calcutá no ano de 2017.

O Centro Madre Tereza de Calcutá é uma entidade destinada a recuperação de pessoas com dependências químicas, a referida instituição presta esse trabalho as pessoas da comunidade que não tem como pagar, trata-se uma entidade de Terceiro Setor, mantida pela Igreja Católica e por doações da sociedade, fica localizada no município de João Pinheiro (MG)

A Cidade de João Pinheiro localiza-se no Noroeste de Minas Gerais, completa no dia 10 de Setembro de 2018 cento e sete anos de emancipação política. É o maior município da região possuindo uma extensão territorial aproximadamente de 10.727,471 km em 2016 e 48.751 mil habitantes em 2017, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2017)

A Cooperativa de Credito Sicoob Credipinho foi criada em 12 de junho de 1993, no inicio por 20 produtores rurais com um capital inicial de CR$26.000.00,00 tem como o objetivo ajudar seus associados com suas atividades financeiras e ainda auxiliar na produção agropecuária na industrialização e no desenvolvimento dos associados financeiramente e socialmente através do adequado do credito.

O terceiro Setor é constituído por associações e fundações sem fins lucrativos que geram bens e serviços. As organizações que fazem parte deste setor são criadas de forma voluntaria, realizando atividades de solidariedade social, tem como objetivo atender as necessidades da sociedade que são deixadas sem atendimento pelo Estado, buscando a melhoria de vidas da população.

> O Centro Madre Tereza foi fundado em 26 de abril de 1999, pela Igreja Católica de João Pinheiro – MG é uma sociedade civil de direito privado, sem fins lucrativos. Ele tem por finalidade recuperar pessoas adultas, do sexo masculino viciadas em drogas, bebidas alcoólicas e dependentes de substancias toxicas de qualquer natureza. Foi criado para suprir a necessidade e a procura da sociedade de um lugar para acolher as pessoas dependentes químicos. No dia 26 de abril de 1999 as 20:00 horas, na sede do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de João Pinheiro, Padre Preguinho (Geraldo Martins) juntamente com outras pessoas, reuniram – se com o propósito de constituírem um centro de recuperação e assistência a toxicômanos e alcoólatras nos termos da legislação vigente. (Ata da Assembleia geral de constituição da Associação de Assistência a Toxicômanos e Alcoólatras Centro Madre Tereza,1999 *apud* SANTOS, 2017, p.)

O mundo atual, apesar de todo seu avanço em condições humanas ainda apresenta muitas mazelas e carências sociais, fato esse que fez com o Sistema OCEMG (Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado de Minas Gerais) criasse no ano de 2009 um dia de

Cooperar (Dia C) com o objetivo de promover melhoria e desenvolvimento através de ações voluntárias colocando em prática valores,princípios cooperativistas e cada vez mais cooperativas aderiram a essa pratica anual.O Dia C se tornou um grande movimento com ações voluntária em todo país despertando iniciativas diferentes e transformadoras realizadas pelas cooperativas.

Essa pesquisa traz uma relevância social porque mostra a importância de ações realizadas pelas instituições de acolhimento social que são de grande valia para sociedade, pois ajudam a salvar muitas vidas. A dependência química é um problema mundial que afeta muitas pessoas e ainda incentivar a sociedade pinheirense a importância de contribuir com esta organização que tem um papel social de grande relevância para o desenvolvimento e melhoria da sociedade.

A relevância desta pesquisa para a formação do profissional em administração é exercitar os conhecimentos adquiridos durante o curso, contribuir com a sociedade através de ação. Segundo Lakatos e Marconi (2005, p.157) a pesquisa é:

> A pesquisa, portanto, é um procedimento formal, com método de pensamento de pensamento reflexivo, que requer um tratamento cientifico e se constitui no caminho para conhecer a realidade ou para descobri verdades parciais.

O presente estudo levou aos seguintes problemas. Impacto do dia de cooperar realizado pela Sicoob Credipinho no Centro Madre Tereza de Calcutá no ano de 2017? Quais mudanças no Centro Madre Tereza de Calcutá após a realização desta ação? O que contribui para os acolhidos do Centro Madre Tezera de Calcutá? O que a administração do Centro Madre Tereza De Calcutá pensa sobre essas ações igual a que a Sicoob Credipinho realizou na instituição?

Essa pesquisa apresentou os seguintes objetivos; analisar o impacto do dia de Cooperar realizado pela Sicoob Credipinho no Centro Madre Tereza de Calcutá no ano de 2017; caracterizar quais as mudanças no Centro Madre Tereza de Calcutá após a realização desta ação; avaliar o que contribui para os acolhidos do Centro Madre Tereza de Calcutá.

Este trabalho levantou as seguintes hipóteses; acredita-se com a realização desta ação no Centro Madre Tereza de Calcutá a vida dos acolhidos e dos colaboradores tenha mudado positivamente, pois houve a arrecadação e a doação de alimentos e colchões para a instituição que estava precisando de destes itens para manter suas atividades. Com esta ação os gestores da instituição puderam continuar seu trabalho, pois tinham alimentos suficientes para todos os acolhidos.

Aos atendidos pela instituição esta ação pode mostrar que a sociedade esta preocupada com eles e acredita na importância desta organização para que possam superar esta fase e voltar a vida saudável junto com sua família.

Através desta atividade voluntária, o Centro Madre Tereza pode continuar seus trabalhos, pois os alimentos doados mantiveram suas despesas atendendo todos os seus acolhidos e ajudando eles a superar suas dificuldades.

Estas ações são se suma importância para a instituição, pois através delas a organização pode continuar seu trabalho, atendendo a todos os acolhidos, esta atitude mostra também que as pessoas estão unidas ajudando o próximo, querendo o melhor para os atendidos pelo Centro Madre Tereza.

O presente estudo buscou produzir conhecimento sobre o dia de cooperar realizado pela Sicoob Credipinho no Centro Madre Tereza e sobre a responsabilidade social. A pesquisa bibliográfica foi desenvolvida através a busca de fontes que abordavam sobre o tema como: livros, artigos, monografias e documentos eletrônicos. Com base nestes documentos foi-se criando conhecimentos e acrescentando-os no decorrer do trabalho.

O método aplicado foi pesquisa bibliográfica, através da leitura do material deu-se composição do texto. O estudo foi desenvolvido sobre o método qualitativo.

Lakatos e Marconi (2004, p.269) definem o método qualitativo como:

> A metodologia qualitativa preocupa-se em analisar e interpretar aspectos mais profundos, descrevendo a complexidade do comportamento humano. Fornece análise mais detalhada sobre as investigações, hábitos, atitudes, tendências de comportamento etc.

Com relação às estratégias de pesquisa foi utilizado um estudo de caso com aplicação do método *survey* em forma de entrevista

Posteriormente foi realizada uma pesquisa de campo para coletas dados, através de entrevista, que foi desenvolvida com base no referencial teórico do projeto e o aplicou-se aos gestores do Centro Madre Tereza de Calcutá e a um acolhido da instituição que forma um total de cinco pessoas que estavam presentes no Dia de Cooperar.

II. REVISÃO DE LITERATURA

Neste capítulo apresenta uma revisão sobre os temas responsabilidade social e sobre o dia de cooperar (Dia C), mostrando sua evolução e as principais características.

2.1 Responsabilidade Social

As empresas cada vez mais têm de se preocupar com a sociedade e o meio onde estão inseridas, seus funcionários, clientes, enfim todos os *stakeholders.*

Segundo Bezzera(2014) entende-se por *stekeholderes:*

> Stakeholder é uma pessoa ou grupo que possui participação, investimento ou ações e que possui interesse em uma determinada empresa ou negócio. O inglês stake significa interesse, participação, risco. Enquanto holder significa aquele que possui. Stakeholder também pode significar partes interessadas, sendo pessoas ou organizações que podem ser afetadas pelos projetos e processos de uma empresa.

Não é suficiente mais oferecer produtos ou serviços de qualidade, preço competitivo, obedecer às leis e pagar impostos. As organizações devem estar atentas aos impactos de suas ações dentro e fora do ambiente empresarial e a sociedade como um todo.

Segundo Santos (2015, p.12) "A responsabilidade social consiste no fato de as pessoas ou empresas por meio de ações, buscarem garantir a inclusão social, a sustentabilidade e respeito ao indivíduo. "

As organizações devem responder as suas responsabilidades econômicas e legais, mas devem estar atentas as suas responsabilidades morais, éticas e sociais que podem ser realizadas através de projetos, ações e programas de capacidade de transformação.

As ações realizadas pelas organizações podem ser lançadas no balanço social um demonstrativo anual criado para que as empresas publicarem suas ações, projeto, impactos em relação a sociedade interna e externa.

Santos (2015, p.46) afirma que:

> Algumas empresas começaram a se conscientizar de que é necessária a prestação de contas para a sociedade, outras passam a elaborar por ser um instrumento de marketing, pois a sociedade tende a cada vez mais a exigir das empresas uma postura ética.

A demonstração das ações no balanço social mostra que as empresas cada vez mais estão preocupadas com as suas responsabilidades e através deste demonstrativo as atividades podem ser apresentadas com clareza para todos possam acompanhar a atuação da empresa.

2.2 Evolução do conceito de responsabilidade social

A responsabilidade social e a ética no século XIX eram vistas como doutrina nos Estados Unidos e na Europa as monarcas liberavam alvarás para as organizações que se comprometessem com os benefícios públicos.

A questão da responsabilidade veio ao conhecimento público através do julgamento do caso de dos irmãos Dodge contra Henry Ford. Segundo Fernandes (2013) Ford argumentando objetivos sociais não dividiu parte dos dividendos esperados, gerados pela empresa Ford Motor Company, esta parte seria destinada na melhoria da capacidade produtiva, no aumento de salário e no fundo de reserva.

Fernandes (2013) afirma ainda:

> Mas dois accionistas, John e Horace Dodge não gostaram da possibilidade de o dinheiro ser desviado dos dividendos para aumento de salários e contestaram a decisão em tribunal. Estes irmãos entraram no negócio pelas bicicletas e começaram a ser fornecedores de componentes automóveis da Ford em 1902 mas como Henry Ford não tinha dinheiro para lhes pagar retribuiu com 10% das ações da empresa. Mais tarde construíram o primeiro automóvel com carroçaria feita de aço e criaram a marca Dodge.

A suprema corte foi favorável a Dodge alegando que as empresas existem em benefício dos seus acionistas. Posteriormente a Grande Depressão e a Segunda Guerra Mundial houve muitos questionamentos diante da noção que a organização respondia apenas aos seus acionistas.

Em outro momento a questão veio em debate novamente quando a Suprema Corte de Nova Jersey foi favorável a doção de recursos para a Universidade de Preinceton contrariando os acionistas e a justiça determinou que as organizações pudessem buscar o desenvolvimento social através de ações.

A partir disto, muitos estudos começaram a serem feitos, sobre a importância da responsabilidade social para as empresas.

2.3 Responsabilidade social no contexto brasileiro

As primeiras discussões sobre a responsabilidade social no Brasil deram-se na década de 70, que era entendido como um valor da das organizações, um compromisso social das empresas serem realizados dentro das suas estratégias.

A crescente discussão a respeito da responsabilidade social no Brasil está ligado aos trabalhos acadêmicos cada vez mais frequente, a organizações que defendem este conceito.

Ashley (2015, p.72) afirma que:

> [...] a academia e as instituições de ensino superior vêm incorporando o tema da responsabilidade social empresarial no currículo dos cursos de graduação, e pós-graduação [...] tal incorporação do tema pelo meio acadêmico permitira reorientar a formação dos futuros profissionais de nível superior, em especial os que serão formados para serem gestores de empresas.

A incorporação do conceito de responsabilidade nas intuições de ensino permitirá o acadêmico a adquirir conhecimento que levara para sua vida profissional e sabendo a importância desta ação para a sociedade e para a empresa.

2.4 O dia de Cooperar.

O dia de cooperar é uma ação de responsabilidade social que as cooperativas contribuem com o meio que esta inserida, estas iniciativas movem não somente as cooperativas, mas as pessoas que participam deste movimento despertando um sentimento de amor ao próximo.

De acordo com a Cartilha do dia C (2015, p.5).

> O Dia de Cooperar é o movimento que expressa a força do cooperativismo em prol de transformações sociais. Está organizado no formato de iniciativas voluntárias de responsabilidade social, executadas pelas cooperativas brasileiras, com o apoio das unidades estaduais do Sistema OCB.

Com o sucesso desta ação em 2013 foi criado o projeto piloto para mais outros seis estados, para expandir o Dia C. No ano seguinte já estava presente em todas as regiões do país. Em 2015 o sistema OCB (Organização Das Cooperativas Brasileiras) associou as iniciativas do Dia C com a agenda mundial proposta pelas Nações Unidas (ONU) que previa a realização de ações apoiadas nos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) que em 2016 foi alterada para os Objetivos De Desenvolvimento Sustentável (ODSs) que pretende erradicar a pobreza do mundo.

> As iniciativas estão fundamentadas no 7º princípio do cooperativismo, que estabelece que as cooperativas trabalham para o desenvolvimento sustentado das suas comunidades por meio de políticas aprovadas pelos seus cooperados. Portanto, toda cooperativa deve orientar sua atuação com vistas à sustentabilidade local. (CARTILHA DIA C, 2015 p. 5)

Todas as iniciativas devem estar voltadas para a sociedade com ações que transformam respeitado o interesse de seus cooperados.

Segundo a Cartilha dia C (2015 p.7) afirma que:

> Responsabilidade social é o comprometimento de uma organização com os impactos de suas decisões e atividades na sociedade e no meio ambiente, por meio de um comportamento ético e transparente que contribua para o desenvolvimento sustentável.

Pode-se notar que as práticas sempre devem estar atentas a responsabilidade social, pois através destas ações podem gerar valores para as cooperativas como a melhoria da imagem perante a sociedade, aumento na participação de mercados. Diante disso o Dia C pode ser uma ferramenta tanto de gestão econômica ou financeira da cooperativa.

2.5A realização do dia C.

As atividades desenvolvidas no dia C podem ser classificas de três maneiras; as iniciativas contínuas que são aquelas de longo prazo com um objetivo definido como um projeto social ou um programa que visa um objetivo e leva algum tempo para ser conquistado. As iniciativas pontuais que são realizadas em curto prazo de forma ocasional podem ser caracterizadas como doações de alimentos, roupas. E a última é a celebração e onde as cooperativas de todo o país se unem no primeiro sábado de julho para realizar a ação voluntaria.

Todas as ações desenvolvidas pelo Dia C são realizadas por voluntários que são pessoas ou instituições que realizam o trabalho sem fim lucrativo. A CARTILHA DIA C afirma que:

> São vários os benefícios para quem exerce o trabalho voluntário: a consolidação de valores de cidadania, nos quais os direitos sociais de cada indivíduo são respeitados e valorizados; o fortalecimento do espírito de equipe e a contribuição das ações para o desenvolvimento de habilidades e competências. (CARTILHA DIA C, 2015 p.8)

Ser voluntario é poder compartilhar os melhores sentimentos que temos como o amor, o conhecimento, a felicidade o carinho com o próximo, atitudes que podem transformar o mundo.

Em 2016 as cooperativas brasileiras aderiram os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) com o propósito de realizar ações de transformação social em todo país.

Segundo a Cartilha do Dia C(2015) estes ODS foram assinados por 193 líderes mundiais de países na sede da ONU em Nova Iorque.

As cooperativas através das ações transformadoras realizadas no Dia C estão alinhadas ODS. Os objetivos podem servir de inspiração para as cooperativas para a realização de projetos e ações que contribuam para a solução de problemas sociais na sociedade onde está inserida

III- Analise dos resultados da pesquisa aplicada

Neste item são apresentados os dados obtidos através da entrevista realizada com cinco pessoas sendo eles 4 gestores e 1 acolhido da instituição. A entrevista foi realizada com a aplicação das perguntas em uma folha para e os entrevistados pudessem vê-las e responder e foi realizada a gravação de áudio das respostas apresentadas.

O gráfico abaixo mostra o sexo dos cinco entrevistados, deste total 3 são do sexo masculino e 2 do sexo feminino.

Pergunta 1:Qual o sexo?

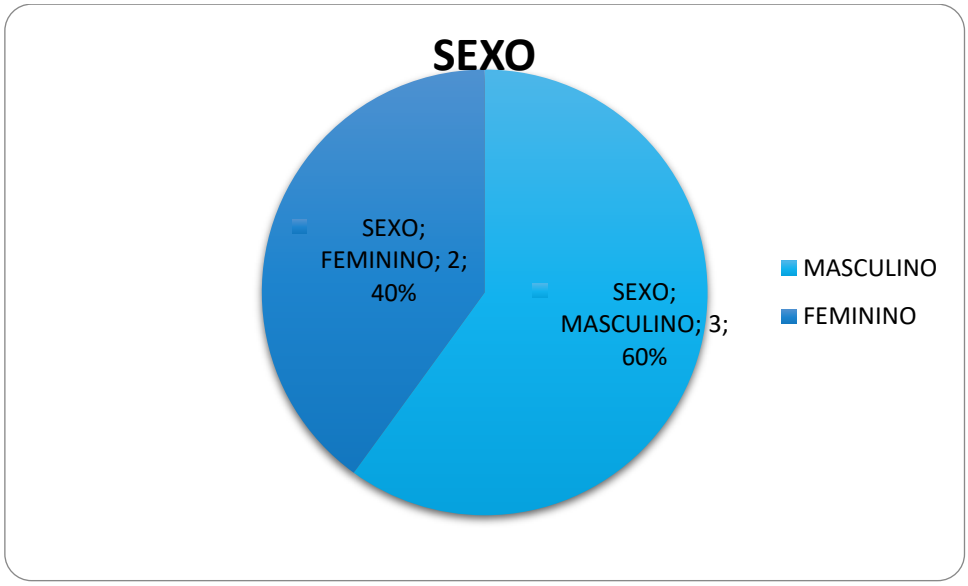


Gráfico 1: Sexo dos entrevistados
Fonte: Entrevista 2018

O gráfico acima apresenta o sexo dos entrevistados onde 60% são do sexo masculino e 40% do sexo feminino.

Por ser uma instituição que atende somente homens com algum tipo de dependência a presença de mais pessoas do sexo masculino transmite para os acolhidos mais confiança e respeito.

Pergunta 2: Qual a idade?

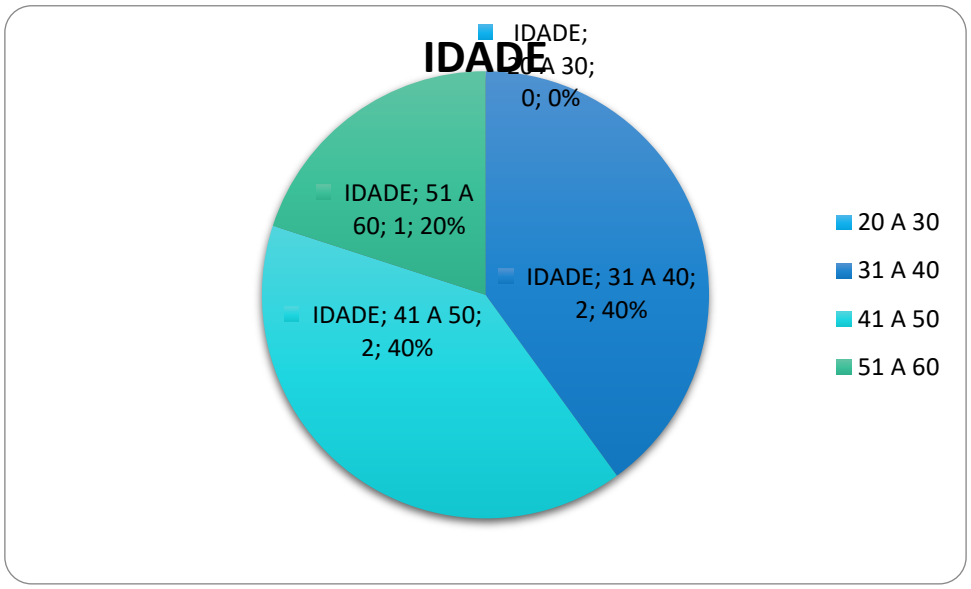


Gráfico 2: Idade dos entrevistados
Fonte: Entrevista 2018

O gráfico acima apresenta a idade dos pesquisados no qual 40% correspondem a idade de 31 a 40 anos e de 41 a 50 apresenta a mesma porcentagem, 20% dos entrevistados tem entre 51 a 60 anos.

Os dados obtidos mostram que os entrevistados são pessoas com conhecimento e experiência devido à idade, pois já viveram muitas situações e com isto podem ajudar uns aos outros na superação das dificuldades.

Pergunta 3: Qual a escolaridade?

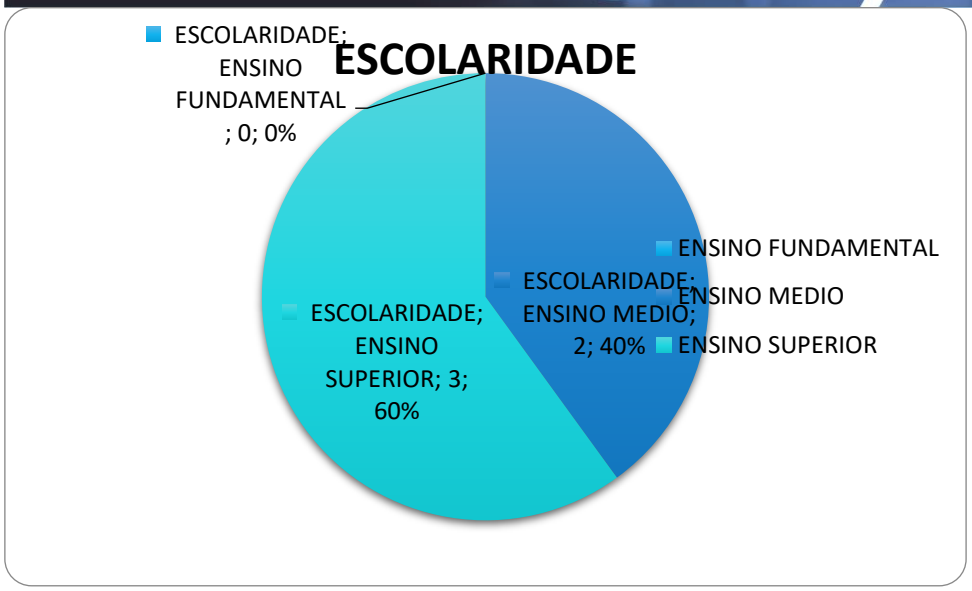


Gráfico 3: Escolaridade dos entrevistados
Fonte: Entrevista 2018

Neste gráfico é apresentada a escolaridade dos entrevistados onde 40% em ensino médio e 60% ensino superior. Os dados mostram que a maior parte dos entrevistados cursou o ensino superior podendo assim compartilhar seu conhecimento com os acolhidos, e os demais cursaram o ensino médio podendo futuramente curso uma faculdade.

A quarta pergunta procurou identificar qual a visão dos entrevistados sobre o dia de Cooperar se contribuiu de alguma forma com a instituição as respostas apresentadas foram.

> *Contribuiu muito, pois sabemos da grande dificuldade que passamos por falta de ajuda administração publica. Essa ajuda nos fortaleceu muito para seguirmos nossa caminhada, muito obrigada! (Entrevistado 1)*
>
> *Sim muito! (Entrevistado 2)*
>
> *Com certeza nos ajudou muito, ficamos um bom tempo sem gastar com alimentação (Entrevistado 3)*
>
> *O subsídio dos alimentos contribui para que pudéssemos realocar os recursos para outras áreas essenciais. (Entrevistado 4)*
>
> *Claro! Porque percebemos que não estamos só nesta luta. (Entrevistado 5)*

Pode ser observado através das respostas que o dia de cooperar contribuiu positivamente com a instituição, ajudando a utilizar seus recursos em áreas mais necessitadas, pois não precisaram gastar com a comprar alimentos

De acordo com Santos (2015 p12.) o cenário mundial exige que as organizações públicas e privadas tenham a responsabilidade social, trabalhem para a melhoria e o desenvolvimento da sociedade e do meio ambiente.

Percebesse que atitudes de responsabilidade social têm a capacidade de transforma, por isso sua importância para uma sociedade melhor. Para o Centro Madre Tereza a contribuição desta atividade foi grandiosa, pois possibilitou economia nos seus gastos, investimento em outras áreas.

A quinta pergunta quis saber qual foi a contribuição do dia de Cooperar para o entrevistado e para os acolhidos da instituição.

> *A forma com que fizeram isto acontecer, com muito empenho, humildade, amor e solidariedade contagiando todos de forma alegre e participativa. (Entrevistado 1)*
>
> *Foi uma maravilha para mim e para eles, nos sentimos lisonjeados e agradecidos. (Entrevistado 2)*
>
> *Ganhamos vários tipos de alimentos e também colchões para nossos acolhidos. (Entrevistado 3)*
>
> *As palavras que vêem é solidariedade, envolvimento e cooperação o acolhido se sentiu valorizado, importante que não está só nesta luta que tem gente aqui fora que entende o processo de recuperação. (Entrevistado 4)*
>
> *A maior cooperação eles puderam demonstra para nos foi o amor e humildade. (Entrevistado 5)*

Esta ação gerou um grande sentimento de gratidão em todos, pois puderam ver que não estão sozinhos nesta luta, para eles foi uma demonstração de humildade, solidariedade e cooperação com o próximo. Santos (2015) diz que com a globalização e a desigualdade as pessoas, empresa e o Estado deve se unir para construir uma sociedade mais justa, solidaria, ética, sustentável e com responsabilidade social.

Podemos perceber a importância destas ações, pois quem as recebe são pessoas ou entidades que estão precisando e isso permiti a elas uma vida melhor gerando um sentimento de gratidão e admiração com quem realiza.

A sexta pergunta procurou avaliar a importância do Dia de Cooperar realizado pela Sicoob Credipinho no Centro Madre Tereza, as respostas estão caracterizadas abaixo

> *É de extrema importância para o nosso projeto prosperar, é para o Centro Madre um parceiro de muito valor, trazendo credibilidade para nossa instituição. (Entrevistado 1)*

> *Foi importante na divulgação da instituição e das dificuldades por ela enfrentada, muitas pessoas não conheciam os trabalhos, o dia a dia da casa e foi feito um grande acolhimento com os internos. (Entrevistado 2)*
>
> *Acho importantíssimo pois ajudou muito a instituição, chegou em um momento que estávamos precisando muito. (Entrevistado 3)*
>
> *Tornaram conhecidos os projetos, as propostas da intuição e teve um grande acolhimento de todos. . (Entrevistado 4)*
>
> *Muito importante, para o desenvolvimento social e por eles acreditarem no nosso convívio social. (Entrevistado 5)*

Pode ser observado que para todos esta ação foi de grande importância, proporcionou a instituição mais visibilidade, pois muitos ainda não conheciam o trabalho que é realizado no Centro Madre Tereza e chegou no momento que estavam precisando muito para a continuidade do trabalho.

Santos (2015 p.34) afirma que "A melhoria da imagem institucional ocorrerá devido ao fato de que a população e, principalmente, os *stakeholderes* irão observar este processo continuo de busca pela etica. "

Através desta atitude da Sicoob Credipinho o Centro Madre Tereza se tornou mais conhecido pois houve a divulgação da instituição, o recolhimento dos alimentos que foram doados, criando mais credibilidade e visibilidade do mesmo porque as condutas das organizações estão sendo acompanhada pelas pessoas

A sétima pergunta procurou definir o que a administração do Centro Madre Tereza pensa sobre ações como igual a que a Sicoob Credipinho realizou na instituição.

> *É uma iniciativa muito louvável e generosa, mostrando assim a preocupação com nosso povo que vive tão sofrido com diversos problemas que enfrentamos. (Entrevistado 1)*
>
> *Muito bom! Precisa ser valorizado, divulgado e feito por outras empresas. (Entrevistado 2)*
>
> *Muito importante e de grande valia, pois se todos pensassem assim nenhuma instituição passaria dificuldades. (Entrevistado 3)*
>
> *De extrema relevância tanto social quanto material, a questão da valorização do ser humano e de levar estes recursos para essas pessoas para o desenvolvimento da casa e dos acolhidos. (Entrevistado 4)*
>
> *Não faço parte da administração. (Entrevistado 5)*

Nota-se que para a administração do Centro Madre Tereza ações como estas devem ser valorizadas e multiplicadas assim garantindo a atendimento a todos que necessitam.

Santos (2015 p.110) afirma:

> O terceiro setor tem um papel fundamental para a sociedade. Atualmente, muitos governos necessitam dessas instituições para manter condições mínimas para a população. A iniciativa privada e os órgãos públicos, inclusive, realizam parcerias com o terceiro setor a fim de atingir seus objetivos sociais.

Atitudes de responsabilidade social devem ser praticadas cada vez mais, pois existem muitas pessoas e entidades que necessitam de ajuda para dar continuidade em seus trabalhos de assistência a sociedade.

Perguntou-se na oitava questão quais foram os resultados apresentados para o Centro Madre Tereza de Calcutá advindas desta ação

> *Com essa generosa ajuda conseguimos manter a despensa cheia de alimentos por muitos dias, o nos proporcionou economia em espécie para sanar outras despesas existentes. (Entrevistado 1)*
>
> *Muitas coisas, mas o principal foi uma alimentação melhor e com o dinheiro que deixamos de gastar com os alimentos foi investido m obras de melhoria na instituição. (Entrevistado 2)*
>
> *Ficamos um bom tempo sem nos preocupar com alimentos, sendo assim deu para fazer outras coisas na instituição. (Entrevistado 3)*
>
> *Com este projeto a nossa visibilidade cresceu muito pois a Sicoob Credipinho tornou a nossa instituição conhecida para muito mais pessoa e isto trouxe benefício porque após este projeto estamos recebendo mais doações do que anos anteriores, nossa credibilidade aumentou diante a sociedade. (Entrevistado 4)*
>
> *Desenvolver o bem-estar para os acolhidos. (Entrevistado 5)*

Através desta ação realizada pela Sicoob Credipinho o Centro Madre Tereza continuou seus trabalhos atendendo melhor seus acolhidos e sem o gasto com alimentos procurou investir em outras áreas da intuição garantido o bem-estar e o desenvolvimento dos acolhidos

> As despesas do Centro Madre Teresa serão todas aquelas necessárias à sua criação, manutenção, ampliação e desenvolvimento de suas atividades; aquisição, custeio, e conservação de bens patrimoniais; salários e ordenados; encargos sociais e tributários; assistência social e divulgação. (Estatuto Social de Organização da Sociedade Civil de Interesse Público do Centro Madre Tereza consta no Capítulo 5, artigo 48 *apud* SANTOS, 2017 p8)

Ao analisar as repostas e o Estatuto podemos perceber que para desenvolvimento e continuidade do trabalho realizado pela instituição as despesas são muitas e ações de caráter social são de grande importância para a continuação do atendimento. A ação que foi realizada no Centro Madre Tereza garantiu que todos os trabalhos pudessem ter seguimento, pois não tiveram que gastar com despesas de alimentação e assim investiram em outras áreas que precisavam.

IV- CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como objetivo analisar qual o impacto do Dia de Cooperar realizado pela Sicoob Credipinho no Centro Madre Tereza de Calcutá no ano de 2017 onde foram levantados alguns problemas e suas hipóteses.

Uma das hipóteses levantadas para a contribuição desta ação foi que a vida dos acolhidos e dos colaboradores tenha mudado positivamente, pois houve a doação de alimentos e assim puderam continuar seus trabalhos e através da entrevista pode ser observado que a hipótese foi confirmada os resultados encontrados mostraram que esta ação foi de suma importância para a instituição pois possibilitou que continuassem os seus trabalhos sem gastos com alimentos puderam investir em outras áreas.

Outra hipótese que foi confirmada diz que para os atendidos pela instituição esta ação pode mostrar que a sociedade está preocupada com eles e acredita na importância desta organização para que possam superar esta fase e voltar a vida saudável junto com sua família, os resultados apresentados pela entrevista mostram a gratidão de todos com a realização desta ação e destacaram a importância para acolhidos pois eles se sentiram valorizados e viram que não estão sozinhos na luta contra a dependência.

Em seguida apresentou-se a hipótese que afirmava que a realização desta atividade voluntária o Centro Madre Tereza ela pode continuar seus trabalhos pois os alimentos doado mantiveram suas despesas atendendo todos os acolhidos e ajudando eles a superar as suas dificuldades durante o tratamento, após a apuração dos resultados da entrevista pode perceber que esta ação foi suma importância para todos da instituição pois o projeto pode prosperar e ajudou muito porque chegou em um momento que estavam precisando, tornou os trabalhos conhecidos para muitas pessoas.

Para a questão que quis saber o que a administração do Centro Madre Tereza de Calcutá pensa sobre ação igual a que a Sicoob Credipiho realizou foi apresentada a hipótese que fala

estas ações são se suma importância para a instituição, pois através delas a organização pode continuar seu trabalho, atendendo a todos os acolhidos, esta atitude mostra também que as pessoas estão unidas ajudando o próximo, querendo o melhor para os atendidos pelo Centro Madre Tereza, com a entrevista realizada nota-se que foi de extrema relevância para todos pois houve a doação de muitos alimentos, a valorização do ser humano através desta ação mostrando a preocupação com a recuperação de todos e o bem estar dos acolhidos e ainda pode-se perceber que atitudes como esta deveriam ser pratica por mais empresas diante da sua grande relevância.

Esta ação proporcionou ao Centro Madre Tereza muitos resultados, eles puderam investir em outras áreas que precisavam de melhorias até sanar outras despesas pois não precisaram gastar com alimentos por muito tempo, a alimentação dos acolhidos foi melhor devida a variedade de alimentos doados, outro benefício desta ação foi tornar o Centro Madre Tereza mais visível a sociedade pois depois desta ação a instituição está recebendo mais doações.

A conclusão final desta pesquisa foi muito satisfatória, uma vez que todas as hipóteses foram confirmadas e os resultados mostram o quanto ações de responsabilidade social são importantes, elas ajudam muitas pessoas e organizações que precisam. A pesquisadora deixa como sugestão que as pessoas conheçam o trabalho do Centro Madre Tereza, faça um trabalho voluntario na instituição, praticando a responsabilidade social, a caridade e ajudando a dar continuidade nos seus trabalhos de grande importância para a sociedade

V- REFERENCIAS

ASHLEY, Patrícia Almeida. Et al. **Ética e responsabilidade social nos negócios.** 2. Ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

AUGUSTO, Carlos Rodrigues Alves. **A importância do trabalho em equipe nas organizações:** Um estudo de caso na Sicoob Credipinho.2009. 50p. Trabalho de Conclusão de Curso Administração. Faculdade Cidade De João Pinheiro – FCJP. 2009.

BEZERRA, Felipe. **Portal do Administrador. Disponíve**l em: <http://www.portal-administracao.com/2014/07/stakeholders-significado-classificacao.html>. Acesso dia 14 de Novembro de 2018.

Cartilha do Dia C. Unidade Sescoop. Disponível em:<http://diac.somoscooperativismo.coop.br/downloads>. Acesso dia 03 de Maio de 2018.

FERNANDES, Felipe S. **Idias Feitas de Gestão:** Uma visão do mundo das empresas e dos negócios. Disponível em <http://ideiasfeitasdegestao.blogspot.com/2013/05/henry-ford-os-irmaos-dodge-e.html> Acesso em 03 de Junho de 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFICA E ESTATISTICA-IBGE. Dados de João Pinheiro 2017. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1> acesso em 02 de Maio de 2018.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia científica**. 4. Ed. São Paulo: Atlas, 2004.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina De Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 6. Ed. São Paulo: Atlas, 2005.

SANTOS, Fernando De Almeida. **Ética Empresarial Políticas De Responsabilidade Social Em 5 Dimensões:** sustentabilidade, respeito à multicultura, aprendizado contínuo, inovação, governança corporativa. São Paulo: Atlas, 2015.

SISTEMA OCB. **História do sistema OCB.** Disponível em <http://www.ocb.org.br/historia-do-sistema-ocb>acesso em 02 de Maio de 2018

SISTEMA OCEMG. **Quem somos.** Disponível em <http://www.minasgerais.coop.br/pagina/34/quem-somos.aspx> acesso em 02 de Maio de 2018.

ALTUS CIÊNCIA
REVISTA ACADÊMICA MULTIDISCIPLINAR DA FACULDADE CIDADE DE JOÃO PINHEIRO

A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA NA EDUCAÇÃO DO FUTURO

Diemerson Alencar Marçal da Silva[1]
Priscila de Brito Rodrigues Marinho[2]
Renata Suzelli de Souza Gonçalves[3]

Resumo: O presente estudo tem como objetivo demonstrar a importância da educação financeira na educação do futuro. Educar financeiramente um cidadão vai além de ensinar matemática financeira, esta é uma ação muito mais ampla. A educação financeira deve ser disseminada na sociedade, nos mais variados meios, mas o local em que essa disseminação deve ser inicialmente abordada e fundamentalmente concretizada é nas escolas, que visa desenvolver as competências e habilidades. Esta pesquisa foi realizada na modalidade qualitativa, exploratória e descritiva por meio da aplicação de questionários aplicados aos acadêmicos do 2º período de Contabilidade da Faculdade Cidade de João Pinheiro, visando analisar se o conhecimento adquirido na vida escolar anterior ao ensino superior foi suficiente para o desenvolvimento das competências e habilidade necessárias para uma boa gestão financeira. Após a análise dos dados verifica-se que os conteúdos aprendidos anteriormente por esses acadêmicos não foram suficientes para que os mesmos pudessem gerir de modo eficaz sua renda, demonstrando que é importante a inserção da educação financeira nas escolas e que a mesma deve ser feita sob uma nova ótica no modelo educacional.

Palavras-chave: Educação Financeira. Educação do Futuro. Poupança. Investimento.

Abstract: The present study has as an objective demonstrate the importance of financial education on the future education. Financially educate a citizen goes beyond teaching financial math, this is a much broader action. The financial education must be widespread on society, in the most varied ways, but the place where this dissemination must be initially approached and fundamentally concretize is in the school`s, which aims to develop the skills and abilities. This search was made it in the quality modality, exploratory and described by application of questionnaires applied on accounting students of College City of João Pinheiro, aiming to analyze if the knowledge acquired on school life before university education was enough to necessary developments of skills and abilities to a good financial management. After data analysis it appears that the contents previously learned by these academics was not enough for

[1] Bacharel em administração, pela Faculdade Cidade de João Pinheiro – FCJP, bancário e investidor autônomo, Brasil. E-mail: dmarcaljp@hotmail.com

[2] Especialização em Didática e Metodologia Ensino Superior, pela Faculdade Cidade de João Pinheiro – FCJP, professora do Centro Educacional Visão, Brasil. E-mail: pribrito1@hotmail.com.

[3] Especialização em Didática e Metodologia Ensino Superior, pela Faculdade Cidade de João Pinheiro – FCJP, professora da Faculdade Cidade de João Pinheiro –FCJP, Brasil. E-mail: renatassg@yahoo.com.br.

Recebido em 15/08/2019
Aprovado em 02/11/2019

them to effectively manage their income, demonstrating that it`s important the insertion of financial education and the same has to be done from a new perspective on the education model.

Keywords: Financial Education. Future Education. Savings. Investment.

1. INTRODUÇÃO

O modelo de escola tradicional pautado em teorias literárias se encontra inviável para os tempos de hoje, uma vez que a dinâmica do mundo e as constantes evoluções tecnológicas e de pensamento exigem dos alunos uma formação prática, voltada para resolução criativa de problemas e conflitos.

Os “novos” alunos devem receber um ensino voltado para a vida, onde ser adaptável aos vários cenários é o ideal. E o novo modelo de ensino deve estar comprometido e contribuir para esse propósito, deixando de ser somente um meio que liga os jovens às entidades de ensino superior. É necessário pensar naqueles que não irão ingressar numa universidade ou faculdade ao mesmo tempo que preparamos aqueles que optarão por seguir esse caminho. As escolas devem estar focadas no desenvolvimento das competências e habilidades, e não simplesmente em notas, pois números e estatísticas contribuem muito pouco para a verdadeira formação pessoal e profissional.

Para esse novo modelo de ensino a imagem criada para o professor deve ser desconstruída, e reconstruída adotando-se a figura de “mediador”; aquele que visa ser o principal elo na busca pelo desenvolvimento de competências e habilidades práticas e não mais aquele que detêm o conhecimento rígido, pautado em teorias literárias e centro do conhecimento. O conhecimento puro não deve ser o foco principal durante o processo de ensino e sim os meios que ligam esse conhecimento à prática.

A atual crise econômica brasileira que se estende desde meados de 2014, foi iniciada e intensificada de modo indireto pela oferta excessiva de crédito a uma população sem conhecimento e formação em educação financeira, uma prática importante que está diretamente relacionada a qualidade de vida dos brasileiros e da economia nacional, mas é negligenciada pelo poder público e pela maioria das entidades de ensino do país.

Segundo pesquisa divulgada pela Serasa Experian (2019), 40,3% da população adulta do país, o que corresponde a 63 milhões de consumidores, está com dívidas atrasadas e negativadas, batendo recorde histórico. Manchetes como esta estão se tornando cada vez mais comuns nos noticiários internos. O surgimento e o agravamento de crises e recessões

contribuem para o aumento dos números negativos da pesquisa, porém, é a má gerência dos recursos financeiros a principal causa do aumento desses dados.

Uma ferramenta importante para a mudança desse cenário é a inserção da Educação Financeira nas escolas, reformulando a cultura econômica dos brasileiros e sendo uma forte aliada para o desenvolvimento econômico e social do país. A simples elaboração de planejamentos financeiros beneficiaria toda a sociedade, independente dos ciclos econômicos. Hábitos que deveriam ser comuns, como a formação de reservas financeiras não são praticados, o que agrava e retarda a recuperação econômica e o desenvolvimento nacional. Disseminar hábitos como este, um dos pilares da educação financeira, se faz necessário nos mais variados ambientes, devendo ser iniciado na vida escolar.

A OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico – (2005) divulgou um documento com os Princípios e Boas Práticas de Educação e Conscientização. Um destes princípios preconiza que a educação financeira deve começar na escola, uma vez que as pessoas devem ser educadas sobre questões financeiras o mais cedo possível em suas vidas.

Trevisan et all. (2007) destaca que o conhecimento financeiro tornou-se imprescindível a todo o ser humano, deixando de ser atributo apenas de profissionais das áreas de administração, contabilidade e economia. Tendo-se em vista que não basta possuir uma boa renda é preciso geri-la de maneira eficaz. Nesse sentido o aluno brasileiro, dentro dos regimes educacionais regidos pelo MEC (Ministério da Educação) passa cinco anos no ensino fundamental I, mais quatro no ensino fundamental II e três no ensino médio e durante toda esta jornada ele não recebe de modo direto conteúdos sobre educação financeira.

Tendo como base os estudos citados, nesse contexto surge o questionamento de qual é a Importância da Educação Financeira no Sistema de Ensino? O conhecimento adquirido na vida escolar anterior ao ensino superior foi suficiente para o desenvolvimento das competências e habilidade necessárias para uma boa gestão financeira? Para melhor compreender a problemática deste estudo foi questionado aos participantes dessa pesquisa se os mesmos possuem dívidas no momento e qual é o nível atual de endividamento; se eles possuem hábito de poupar parte da sua renda e com qual periodicidade, bem como a finalidade desta poupança. Foram questionados também se detêm algum nível de conhecimento sobre tipos de investimentos e seu funcionamento, e ainda se eles aplicam os seus recursos em alguma das modalidades citadas. Por fim, foram questionados se o conhecimento que foi adquirido até o momento, é suficiente para garantir uma gestão de qualidade para seus recursos financeiros e seus investimentos, e em quais meios eles foram adquiridos. Para melhor compreender a visão dos participantes acerca da temática do estudo foi solicitado de modo discursivo a definição de

educação financeira e a opinião dos mesmos sobre a importância de aprender tal conteúdo na escola.

Esta pesquisa foi realizada na modalidade qualitativa, exploratória e descritiva por meio da aplicação de questionários.

O objetivo deste estudo é analisar se o conhecimento adquirido na vida escolar anterior ao ensino superior foi suficiente para o desenvolvimento das competências e habilidades necessárias para uma boa gestão financeira, de modo a contribuir para o crescimento econômico e social do país. Não há como negar que a educação financeira é fundamental na sociedade brasileira contemporânea, visto que influencia diretamente as decisões econômicas dos indivíduos e das famílias. Desse modo, torna-se extremamente necessário ampliar a visão sobre o assunto e discutir os paradigmas que surgem da inserção da educação financeira no contexto político como destaca Savoia et.all., (2007).

Em relação à justificativa, o tema deste estudo é relevante uma vez que a educação financeira é um assunto muito presente no cotidiano individual e social, mas é pouco discutido pela população brasileira, o que acarreta em dificuldades na gestão dos recursos financeiros. Por despertar pouca atenção nos meios acadêmicos faz-se necessário ampliar o desenvolvimento da temática por meio da produção acadêmica e publicações científicas.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Uma breve história do dinheiro

Para iniciar uma discussão sobre um tema tão relevante quanto a “Importância da Educação Financeira no Sistema de Ensino” é preciso falar do surgimento do “dinheiro”, um motivador para este estudo. Versignassi (2015) demonstra que ao longo dos anos ele passou por uma constante evolução, até chegar no que é hoje, notas impressas em papel moeda e dígitos em conta bancária.

No início, objetos e serviços eram utilizados como meio de troca, o famoso “escambo”, o que proporcionava aos antigos povos adquirir os demais bens e serviços necessários para sobrevivência. Ainda que sem uma cotação oficial ou real valor monetário, o escambo foi importante para o surgimento, evolução e consolidação do dinheiro como explica Gonçalves e Giovannetti (2017, p.26) “[...] o conceito de troca é essencial porque é por meio dela que a economia consegue funcionar.” Porém a ineficiência dos primeiros meios monetários em gerar reservas e poupanças impulsionou as mudanças do dinheiro, que passou pelo uso de alimentos

aos metais preciosos, e do dinheiro lastreado até a moeda fiduciária. Segundo Assaf (2018), a circulação da moeda no passado era garantida por seu lastro em ouro. Toda moeda era emitida somente se tivesse seu equivalente em ouro como reserva, permitindo sua plena conversibilidade. Com o crescimento das atividades econômicas e consequente expansão dos mercados financeiros, tornou-se inviável lastrear as emissões de moedas em ouro, criando a moeda sem lastro (moeda fiduciária), garantida por seu aspecto legal.

2.2 Poupança ou consumo

O hábito de poupar foi desenvolvido pelos povos antigos para proporcionar maior segurança e previsibilidade, garantindo condições básicas de sobrevivência nos períodos difíceis. A poupança facilitou a elaboração de planejamentos e proporcionou maior liberdade de tempo, ponto que foi determinante para a evolução humana.

Dos tempos antigos aos atuais várias mudanças ocorreram, mas o objetivo de poupar parte dos nossos recursos para enfrentar as instabilidades através de adequados planejamentos ou mesmo ganhar liberdade de tempo para realizar atividades prazerosas, permaneceu inalterado por todos estes anos. Segundo Assaf (2018), a poupança é a parcela da renda economizada pelos agentes econômicos que não foi consumida na aquisição de bens e serviços, ou seja, é a postergação da capacidade de consumo diante de uma expectativa de maiores dispêndios no futuro.

Realizar escolhas e tomar decisões de consumo e poupança não é algo fácil, mas é comum e está sempre presente na nossa vida. Uma criança, quando ganha um pacote de biscoitos deve decidir entre comer tudo de uma só vez ou guardar parte para comer em outro momento. De acordo com Gonçalves e Giovannetti (2015), a poupança é o consumo amanhã, mas ela significa também menor consumo hoje. Portanto trata-se de uma troca: o ganho de consumir mais no futuro vem ao custo de se consumir menos hoje.

2.3 A importância do crédito

O crescimento econômico de um país está diretamente ligado à sua capacidade de crédito. Compondo uma das partes do tripé econômico o “capital” é essencial para o desenvolvimento dos mercados, pois é por meio dele que os agentes econômicos deficitários conseguem realizar seus sonhos e investimentos. Porém para que haja crédito, seja ele para consumo ou investimento é necessário a figura de outro agente econômico, o superavitário,

aquele que disponibiliza seus recursos excedentes a um intermediador financeiro buscando obter um retorno justo por seu esforço em poupar. Segundo Assaf (2018), o mercado financeiro cumpre sua finalidade quando permite eficiente interação entre poupadores e tomadores de recursos, promovendo investimentos e crescimento da economia. Fato é que todo investimento feito no país necessita de recursos provenientes da poupança, seja ele próprio ou de terceiros (por meio do crédito).

Sabemos que é de a natureza humana querer sempre mais, mesmo quando achamos já ter o suficiente. Para manter todos esses desejos é necessário capital, mas o uso inadequado do crédito traz consequências desastrosas tanto para o indivíduo quanto para a economia. A inadimplência retira recursos preciosos dos mercados e inabilita a tomada de novos recursos pelo devedor. O agravamento do problema surge quando as proporções de endividados se acumula desencadeando crises e recessões, em um efeito dominó de desemprego, escassez de crédito, altas taxas de juros, baixo crescimento e baixa atividade econômica.

2.4 Panorama da educação financeira no Brasil

A OCDE (2005) demonstra que a educação financeira é uma habilidade individual para tomar decisões apropriadas na gestão das suas próprias finanças, desenvolvendo a compreensão sobre produtos, conceitos e riscos financeiros, bem como a competência para se tornar mais consciente dos riscos e oportunidades financeiras.

É fato que a sua crescente relevância nos últimos anos vem ocorrendo em decorrência do desenvolvimento dos mercados financeiros, e das mudanças demográficas, econômicas e políticas. Para acompanhar tal momento faz-se necessário que a população desenvolva tais competências e habilidades visando a boa gestão dos recursos financeiros. A educação financeira sempre foi importante aos consumidores, para auxiliá-los a orçar e gerir a sua renda, a poupar e investir, e a evitar que se tornem vítimas de fraudes. OCDE (2005).

Em seus estudos Savoia et all. (2007), explica que a educação financeira se tornou uma preocupação crescente em diversos países, inclusive no Brasil, gerando um aprofundamento nos estudos sobre o tema. Embora haja críticas quanto à abrangência dos programas e seus resultados, principalmente entre a população adulta, é inegável a importância de ações planejadas para o desenvolvimento de competências e habilidades na população.

Em release elaborado pela antiga BM&FBOVESPA (2012), atualmente denominada B3, baseado em dados informados pelo Banco Mundial, é destacado que no Brasil, a necessidade de melhorar a educação financeira é especialmente urgente. Para mudar esse

cenário, o Governo brasileiro por meio do Decreto nº 7.397 de 22 de dezembro de 2010 lançou a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF).

Segundo a AEF Brasil- Associação de Educação Financeira - (2017) a ENEF é uma mobilização multissetorial em torno da promoção de ações de educação financeira no Brasil, estratégia instituída na forma de política de Estado em caráter permanente, objetivando contribuir para com o fortalecimento da cidadania ao fornecer e apoiar ações que ajudem a população na tomada de decisões financeiras de modo autônomo e consciente.

3. METODOLOGIA

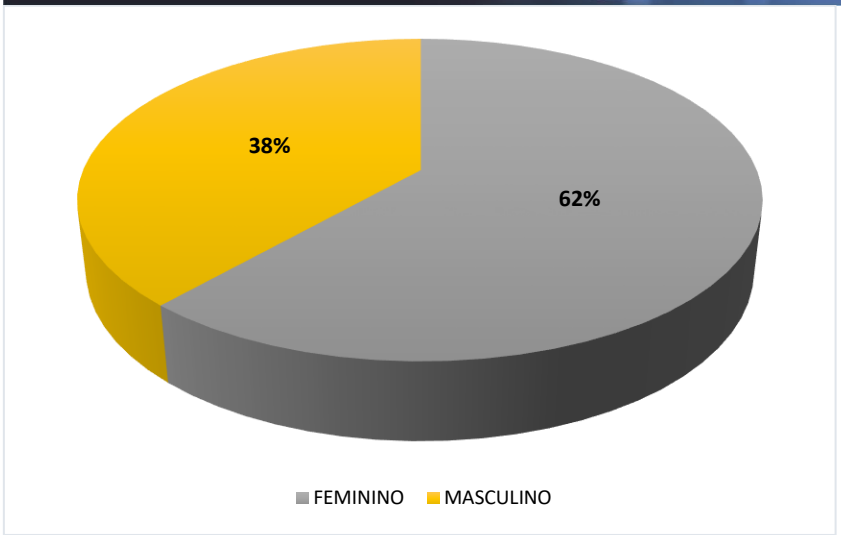
O presente estudo foi realizado por meio de análise e levantamento de dados de forma exploratória, qualitativa e quantitativa, buscando como fonte questionários aplicados para os acadêmicos do segundo período, do curso de Ciências Contábeis da Faculdade Cidade de João Pinheiro. Responderam ao questionário um total de 13 acadêmicos.

Ainda como fonte de pesquisa foi realizada a busca e leitura de material científico e literário que abordavam o tema proposto. Os dados coletados nos questionários, foram tabulados e apresentados para demonstrar a importância do estudo.

Richardson (1999) demonstra que os estudos que empregam a metodologia qualitativa podem descrever a complexidade de determinado problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais, contribuir no processo de mudança de determinado grupo [...], seu estudo reafirma o sentido desta pesquisa, pois a pretensão é compreender e contribuir no processo de mudança da educação financeira da população.

4. ANÁLISE DE RESULTADOS

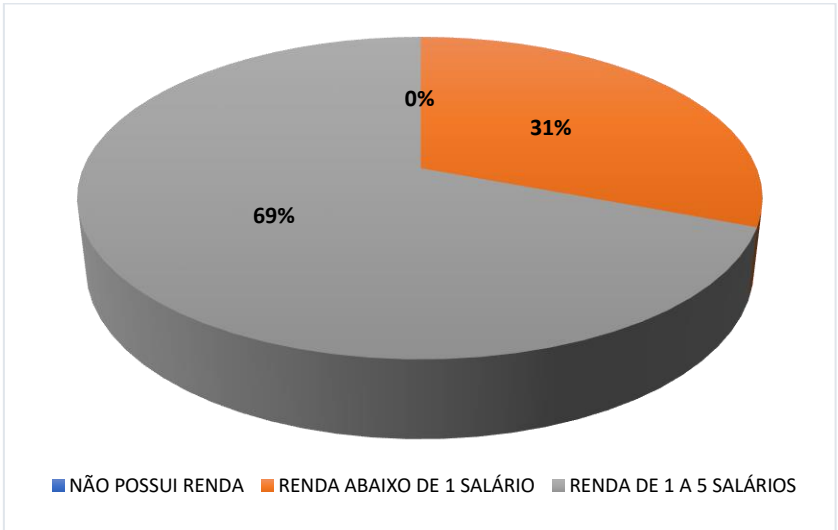
GRÁFICO 1: Sexo dos entrevistados



FONTE: Elaborado pelos autores da pesquisa

A primeira pergunta realizada refere - se ao sexo dos participantes (Gráfico 1), o resultado obtido foi que 62% dos entrevistados pertencem ao sexo feminino, enquanto que 38% pertencem ao sexo masculino. Segundo PNAD Contínua (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua) - (2018), o número de mulheres no Brasil é superior ao de homens. Na sequência foi questionado também por meio de pergunta aberta qual a idade dos entrevistados, tendo como média, 20 anos de idade.

GRÁFICO 2: Faixa de renda dos entrevistados

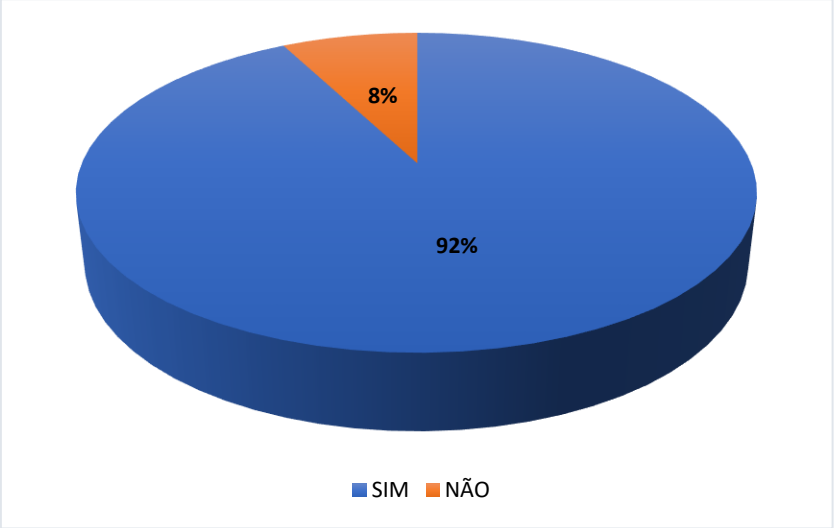


FONTE: Elaborado pelos autores da pesquisa

Para melhor compreender o ambiente pesquisado e o perfil financeiro dos participantes, foi questionado se os mesmos possuíam renda e qual a faixa da mesma (Gráfico 2). Então foi

verificado que todos os participantes possuíam uma fonte de renda, e que ela se encontrava entre um e cinco salários mínimos em sua maioria, proporcionando ao estudo dados mais precisos, pois são jovens economicamente ativos e que possuem experiência consumidora. Segundo dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) - (2017), o salário médio mensal na cidade de João Pinheiro-MG era de 1.9 salários mínimos.

GRÁFICO 3: Porcentagem dos entrevistados que possuem dívidas

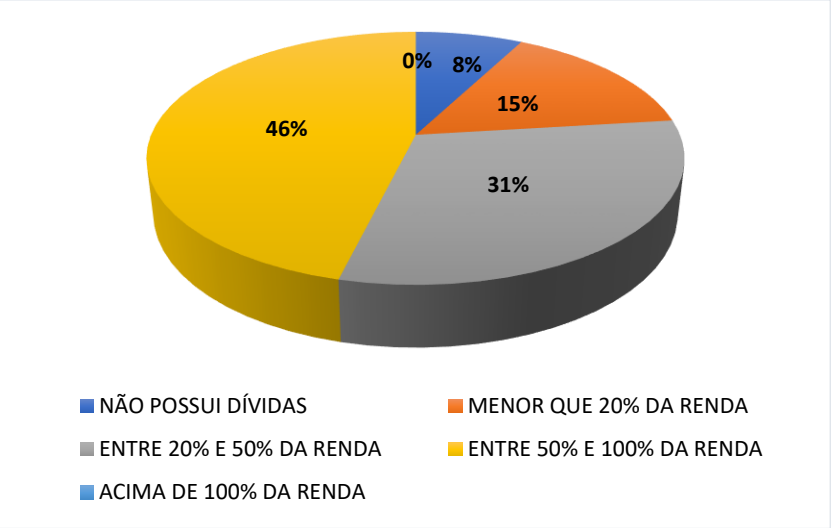


FONTE: Elaborado pelos autores da pesquisa

Para adentrar ao núcleo do estudo, foi perguntado aos jovens entrevistados se os mesmos possuíam dívidas no atual momento (Gráfico 3). De acordo com as respostas foi verificado que 92% dos entrevistados possuem alguma dívida, mesmo que em pequenas proporções. Segundo estudo realizado pela ANBC (Associação Nacional dos Bureaus de Crédito) – (2019), as gerações jovens estão endividadas, em um cenário de altíssima inadimplência que atinge mais de 60 milhões de brasileiros. A cada dez brasileiros endividados, quatro pertencem às gerações Z e Y (também chamada de millennials), representando 25 milhões de jovens entrando no mercado de consumo com alto grau de endividamento. Ainda de acordo com o estudo, 32% da geração Z, faixa de idade entre zero e 21 anos com população total de 13,8 milhões, está inadimplente. Em números absolutos, são 4,4 milhões de endividados. Já na geração seguinte, a Y, com faixa de idade entre 22 e 37 anos e que concentra 51,5 milhões de pessoas, a situação é ainda mais preocupante, com percentual de 40% de endividados, o que equivale a 20,6 milhões de brasileiros. Os números da pesquisa mostram que sem um investimento adequado em educação financeira, a situação dos jovens tende a se agravar com a mudança de faixa etária,

contrariando o pensamento popular de que o tempo é capaz de prover tudo, inclusive o desenvolvimento das habilidades financeiras.

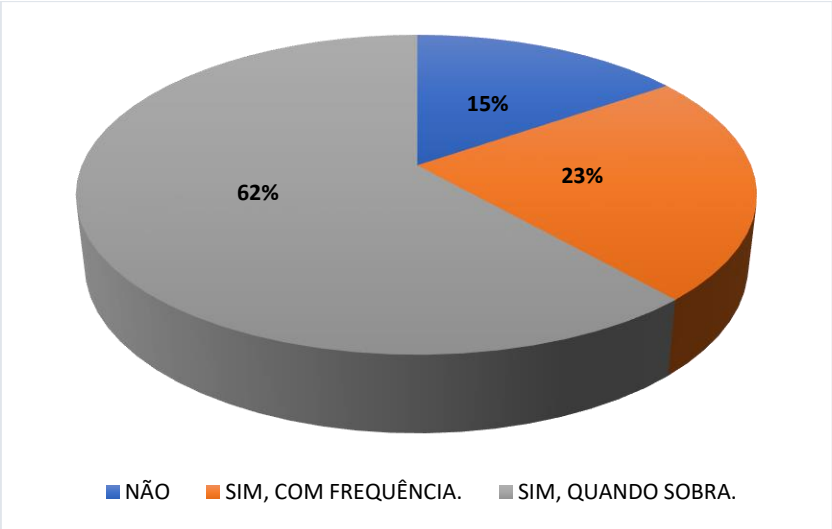
GRÁFICO 4: Nível de endividamento dos entrevistados



FONTE: Elaborado pelos autores da pesquisa

Para aprofundar o dado sobre o endividamento foi perguntado aos mesmos qual a porcentagem da renda que se encontrava atualmente comprometida com as dívidas (Gráfico 4). De acordo com as respostas, a soma de entrevistados que possuem dívidas acima de 50% da renda representa 46% dos participantes, um número que preocupa por se tratar de um público jovem que já está ingressando no mercado consumidor endividado.

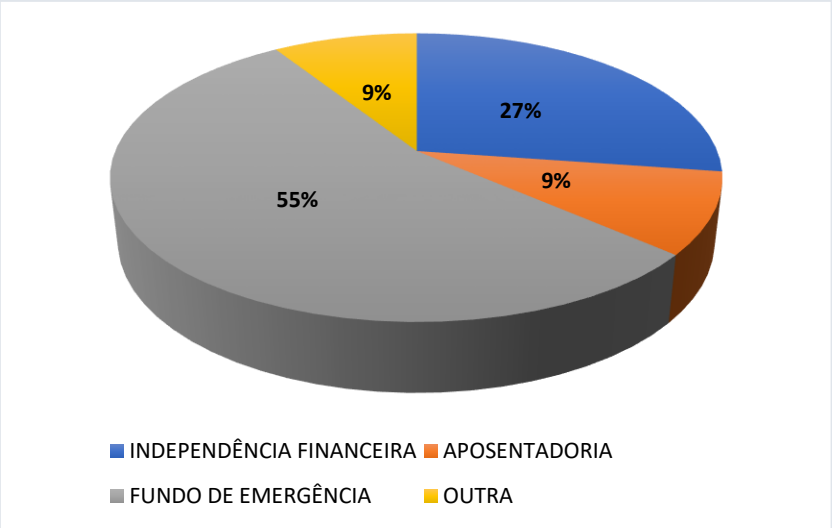
GRÁFICO 5: Hábito e frequência de poupar dos entrevistados



FONTE: Elaborado pelos autores da pesquisa

Analisando o hábito e a frequência de poupar dos entrevistados (Gráfico 5), verificamos que apenas 23% dos participantes afirmam poupar parte da renda com frequência; um número baixo que coincide com a soma dos entrevistados que não possuem dívidas e dos que possuem dívida abaixo de 20% da renda, confirmando a correlação existente entre dívida e poupança. Segundo pesquisa feita pelo Serviço de Proteção ao Crédito (SPC Brasil) e pela Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL) (2019), o baixo número de poupadores tem relação direta com a crise econômica, o que potencializa a falta de cultura de poupar dos brasileiros.

GRÁFICO 6: Principal finalidade do dinheiro poupado



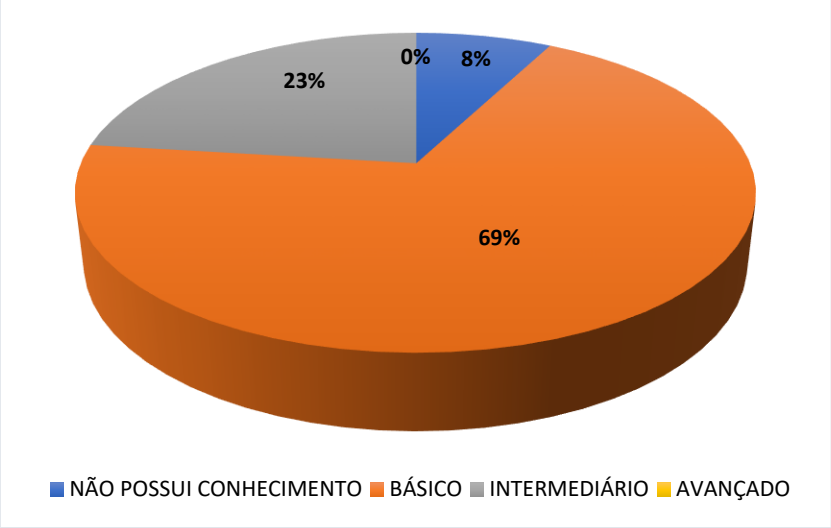
FONTE: Elaborado pelos autores da pesquisa

O hábito de poupar é um processo em geral doloroso, pois envolve negações e sacrifícios por parte das pessoas. Abrir mão de consumir no presente para garantir o consumo do futuro ou ainda alcançar a independência financeira, é uma das finalidades da poupança. Pensando em tais finalidades que envolvem esse hábito, foi perguntado aos jovens que se autodenominam poupadores qual o destino do dinheiro poupado por eles (Gráfico 6). Através das respostas obtidas, foi possível observar que os jovens entrevistados possuem uma preocupação com o futuro, porém num horizonte de curto prazo como é o caso da formação de fundo de emergência, ponto que foi destacado por 55% dos jovens da pesquisa.

Os jovens que possuem uma visão de longo prazo, buscando a independência financeira ou uma aposentadoria melhor somaram 36%, porém apenas 9% destes pensam na aposentadoria. Segundo Kawauti (2019), “Há uma priorização da realização dos planos de consumo na comparação com o preparo para a aposentadoria, mas não se deve negligenciar

esse último objetivo: a boa prática financeira recomenda que se faça uma reserva para imprevistos, incluindo aí a contingência do desemprego, para a realização de sonho de consumo e outra para o longo prazo, para a aposentadoria".

GRÁFICO 7: Nível de conhecimento sobre investimentos dos entrevistados



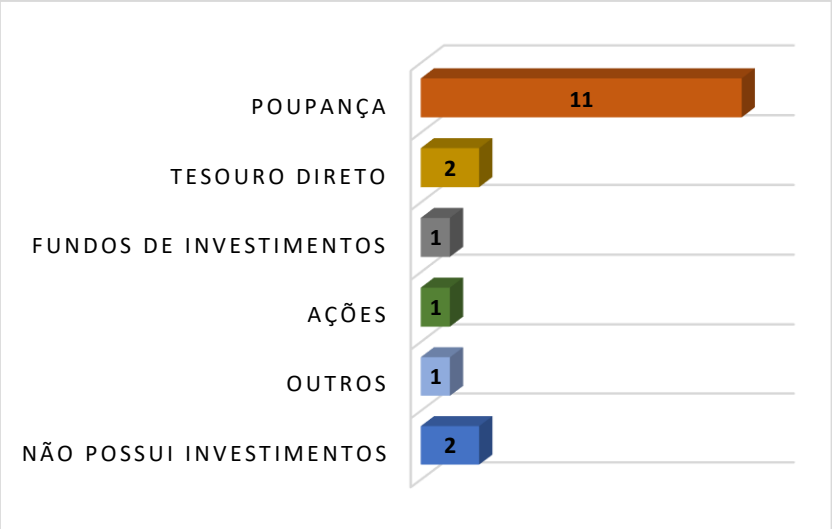
FONTE: Elaborado pelos autores da pesquisa

Escolher onde alocar seus recursos financeiros é uma tarefa que requer conhecimento e envolvimento com o assunto, o que levou a questionar por meio de uma autoavaliação, qual o atual nível de conhecimento sobre investimento dos jovens entrevistados (Gráfico 7). Analisando os dados do gráfico é possível observar uma soma expressiva de jovens com pouco ou nenhum conhecimento sobre investimentos, mais precisamente 77%.

Saber investir é fundamental em qualquer cenário econômico, principalmente no atual momento do Brasil. Possuindo um déficit previdenciário crescente que inviabilizará o atual sistema nacional de previdência, o país acaba exigindo da população uma maior preocupação com a formação da própria aposentadoria. Segundo dados do Ministério da Economia (2019), o déficit do Regime Geral de Previdência Social (RGPS), no mês de abril de 2019 foi de R$ 13,6 bilhões, um aumento de 6,6% com igual período do ano anterior.

Cenários como esse mexem com a vida e planos de muitas pessoas, principalmente para aqueles que estão despreparados, por isso é tão importante mudarmos nossa forma enrijecida de ensino, buscando adotar conteúdos práticos, que proporcionam o desenvolvimento das habilidades e competências humanas preparando crianças e jovens para o futuro econômico do país.

GRÁFICO 8: Aplicações e investimentos utilizados pelos entrevistados para alocar capital



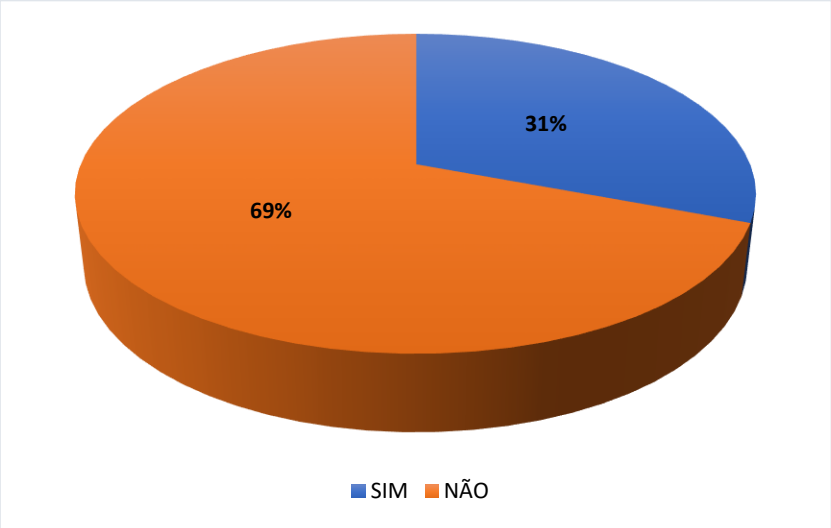
FONTE: Elaborado pelos autores da pesquisa

Buscando analisar as fontes de investimento mais utilizadas pelos participantes no momento de alocar seus recursos, foi questionado por meio de uma variada lista, quais investimentos eram utilizados para aplicar o dinheiro poupado (Gráfico 8), e a poupança foi assinalada de forma unânime por todos os jovens que se autodenominam poupadores.

Outros ativos de renda fixa (ativos que possuem taxa de retorno divulgada no momento da aplicação, baixo risco de investimento e retorno) com características semelhantes à poupança, que também contam com proteção de crédito e que possuem uma remuneração mais atrativa, são pouco explorados pelos brasileiros. O cenário de investimento no país é ruim, levando em consideração que além de o brasileiro não possuir o hábito de poupar, ele ainda deixa a maior parte dos seus recursos depositados na poupança, proporcionando menores retornos a população e maiores retornos às instituições financeiras que retém esses depósitos.

Quando analisamos outros ativos, como fundos imobiliários, ações, fundos de investimento, mercado futuro, entre outros da renda variável, que auxiliam no desenvolvimento econômico do país e da renda da população, não é difícil notar que são pouco divulgados e utilizados no Brasil. Tomando como exemplo, atualmente segundo dados da B3 (Brasil Bolsa Balcão) (2019), existem 1.334.353 CPF's cadastrados na bolsa brasileira, o que totaliza menos de 1% da população investindo em bolsa, diferente de países desenvolvidos como EUA que possuem mais de 50% da população aplicando em bolsa, segundo o instituto Gallup (2019). Em termos gerais isso significa que para as empresas brasileiras conseguirem capital para financiar seus investimentos e expansões é necessário que elas recorram na maioria dos casos a empréstimos bancários ou investidores estrangeiros.

GRÁFICO 9: Consideram o conhecimento adquirido até o momento suficiente para realizar uma boa gestão financeira



FONTE: Elaborado pelos autores da pesquisa

Uma pergunta relevante, foi questionar aos jovens se o atual nível de conhecimento adquirido era suficiente para assegurar-lhes uma boa gestão financeira, e se caso fosse, quais foram as principais fontes utilizadas para adquirir tal conhecimento (Gráfico 9). Como esperado, foi mostrado uma maior porcentagem de jovens inseguros e insatisfeitos com o atual nível de conhecimento financeiro. Porém o que surpreendeu foram os jovens que se disseram estar satisfeitos com o atual nível de conhecimento financeiro, totalizando 31%. Os mesmos assinalaram a internet, livros e cursos como as principais fontes de conhecimento, não tendo ninguém assinalando a escola como meio para adquirir esse conhecimento.

Na última etapa do questionário, algumas perguntas de modo descritivo foram realizadas a fim de obter uma visão mais fiel dos principais questionamentos que cercam o objeto de pesquisa.

Para analisar a familiaridade dos jovens com o tema, foi questionado qual a definição particular sobre a educação financeira. Dentre as respostas obtidas, alguns jovens demonstraram dificuldade na definição, como o entrevistado 05 *"Não tenho definição"*. Outros jovens demonstraram maior familiaridade com o assunto, elaborando respostas como a do entrevistado 04 *"Educação financeira é um "investimento" em nosso conhecimento, nos tornando mais aptos a tomar melhores decisões de gestão no futuro"*, ou ainda a do entrevistado 10 " *É um meio de usar o conhecimento para investir na parte financeira, onde a maior preocupação é*

sabermos administrar o nosso próprio dinheiro.". Diante das respostas encontradas percebe-se a importância do tema educação financeira nas escolas.

Foi questionado também qual a opinião dos jovens sobre aprender educação financeira nas escolas, e de forma unânime todos descreveram que é importante a abordagem deste tema. O entrevistado 07 descreveu que *" É extremamente importante, a maioria das pessoas não tem esse tipo de conhecimento em casa, além de preparar os jovens para o futuro, o que irá diminuir o número de pessoas consumistas no país"*, frisando mais uma vez a dificuldade em adquirir esse conhecimento no meio familiar, tendo em vista que as gerações anteriores não obtiveram esse aprendizado de forma concreta, dificultando educar financeiramente seus filhos. O entrevistado 01 demonstrou preocupação com as gerações futuras descrevendo que, *"Seria de muito valor se meu filho no futuro tivesse essa disciplina"*. Ainda demostrando essa preocupação e destacando a importância do aprendizado nas primeiras fases do ensino, o entrevistado 06 descreveu que *"Seria muito importante, pois quanto mais cedo aprendermos sobre educação financeira, menos chances de passarmos aperto financeiro no futuro"*.

Por fim, foi questionado aos participantes se o conhecimento financeiro adquirido na escola é suficiente para garantir uma boa gestão financeira. O entrevistado 01 relatou que, *"Não. Pois na escola aprendemos apenas contas."*, o entrevistado 05 demonstra que, *" Além da teoria, deve se ter a prática que é desenvolvida diariamente."*. As respostas apresentadas destacam a importância de se ensinar conteúdos financeiros de modo prático nas escolas, explicando e exemplificando o conhecimento didático das teorias por meio de modelos práticos desenvolvendo as competências e habilidades das crianças e dos jovens do futuro, como demostra a descrição do entrevistado 08, *" Além do conhecimento escolar, faz-se necessário o aprofundamento para sempre crescer, pois o mundo financeiro está em constantes mudanças."*.

CONCLUSÃO

O processo de transformação global que se iniciou com o uso em larga escala de tecnologias e a queda das barreiras de comunicação e comércio provocadas pela internet, desenvolveu nas organizações a habilidade de gerar consumo. Com amplos orçamentos, tecnologias e profissionais de ponta, as empresas ficaram mais preparadas para comercializar seus produtos, incentivando o consumismo, o que dificulta o gerenciamento financeiro pessoal e familiar. Ao fim do estudo verificou que para se modificar este cenário é necessário a implementação de um modelo de ensino prático, pautado nas experiências da vida cotidiana.

Após analisar o estudo ficou evidente que os jovens saem das escolas despreparados para tomar decisões de consumo, poupança e investimento. O resultado disso é um consumo impulsivo pelos jovens que se estende durante toda a fase adulta, aumentando os níveis de endividamento do país, prejudicando a formação de reservas, poupança e principalmente os investimentos que irão proporcionar uma maior estabilidade financeira nos períodos mais difíceis da vida, como na aposentadoria, período onde temos a maior necessidade de possuir uma fonte de renda complementar, devido à queda na renda mensal e principalmente pelo aumento dos gastos básicos e essenciais. Preparar as crianças e os jovens para o mercado em geral é uma forma de combater a desigualdade social, é preciso investir na base de ensino para tornar a sociedade mais justa e equilibrada.

Concluindo o estudo, observa - se que é necessário mudanças na forma de ensino das escolas, de modo a acompanhar as mudanças globais. Nesse sentido a educação financeira busca proporcionar por meio de exemplos práticos e comuns, melhores condições de desenvolvimento humano e organizacional, ajudando na formação do caráter e no desenvolvimento do senso individual e social das pessoas, de modo que as decisões precipitadas de consumo, poupança e investimento individual e coletivo não gerem maiores transtornos no presente e no futuro aos indivíduos e sociedade. Para isso também é preciso compreender, que quando se fala em implementar a educação financeira nas escolas não se trata de incentivar as pessoas a deixar o consumo de lado ou abandonar seus sonhos visando o simples acúmulo de capital para a fase final da vida, mas sim, compreender que é preciso manter um padrão consciente de consumo de modo que os gastos não interfiram de forma negativa na qualidade de vida das pessoas e que os recursos poupados possam estimular o desenvolvimento pessoal e social, proporcionando maior liberdade financeira e de tempo.

REFERÊNCIAS

AEF, Brasil. ENEF: **Quem Somos.** Associação de Educação Financeira do Brasil. São Paulo 2016. Disponível em: < http://www.vidaedinheiro.gov.br/quemsomos/ > Acesso em: 14 de agosto de 2019.

ANBC, Associação Nacional dos Bureaus de Crédito. **Quatro em cada dez brasileiros endividados pertencem às gerações jovens.** Disponível em: < https://www.anbc.org.br/lermais_materias.php?cd_materias=136&friurl=_-Quatro-em-cada-dez-brasileiros-endividados-pertencem-as-geracoes-jovens-_#.XW7OmChKhPY>. Acesso em: 04 de setembro de 2019.

ASSAF, Alexandre Neto. **Mercado Financeiro**. 14ª Edição. São Paulo. Editora atlas, 2018.

BM&FBOVESPA. **Resultados da Avaliação de Impacto do Projeto Piloto de Educação Financeira nas Escolas.** Brasil, 2012. Disponível em: < chrome-extension://oemmndcbldboiebfnladdacbdfmadadm/http://www.vidaedinheiro.gov.br/wp-content/uploads/2017/04/avaliacao_educacao_financeira_escolas.pdf.>. Acesso em: 14 de agosto de 2019.

B3. Brasil Bolsa e Balcão. **Histórico de Pessoas Físicas.** 2019. Disponível em: <http://www.b3.com.br/pt_br/market-data-e-indices/servicos-de-dados/market-data/consultas/mercado-a-vista/historico-pessoas-fisicas/>. Acesso em: 09 de setembro de 2019.

BRASIL, IBGE Cidades. **João Pinheiro. Panorama**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2017. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/joao-pinheiro/panorama>. Acesso em: 04 de setembro de 2019.

BRASIL. PNAD CONTÍNUA. **Quantidade de Homens e Mulheres. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.** IBGE Educa, 2018. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18320-quantidade-de-homens-e-mulheres.html>. Acesso em: 04 de setembro de 2019.

BRASIL, PREVIDÊNCIA, Ministério da Economia. **Previdência Social registra déficit de R$ 13,6 bilhões em abril**. 2019.Disponível em: <http://www.previdencia.gov.br/2019/06/previdencia-social-registra-deficit-de-r-136-bilhoes-em-abril/>. Acesso em: 12 de setembro de 2019.

CNDL, Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas. **65% dos brasileiros não possuem reserva financeira.** 2019.Disponível em: <http://www.cndl.org.br/noticia/65-dos-brasileiros-nao-possuem-reserva-financeira/>. Acesso em: 06 de setembro de 2019.

EXPERIAN, Serasa. **Inadimplência atinge 63 milhões de consumidores em março e bate recorde histórico, revela Serasa Experian**. 2019. Disponível em: < https://www.serasaexperian.com.br/sala-de-imprensa/inadimplencia-atinge-63-milhoes-de-consumidores-em-marco-e-bate-recorde-historico-revela-serasa-experian>. Acesso em: 13 de agosto de 2019.

EXPERIAN, Serasa. **Inadimplência do consumidor cai em maio, mas ainda afeta 62,8 milhões, diz Serasa Experian.** 2019. Disponível em: <https://www.serasaexperian.com.br/sala-de-imprensa/inadimplencia-do-consumidor-cai-em-maio-mas-ainda-afeta-628-milhoes-diz-serasa-experian>. Acesso em: 06 de setembro de 2019.

GALLUP, Instituto. **Qual a porcentagem de americanos possui ações?** Disponível em: < https://news.gallup.com/poll/266807/percentage-americans-owns-stock.aspx>. Acesso em: 17 de setembro de 2019.

KAWAUTI, Marcela. **Apenas 14% poupam pensando na aposentadoria**. Disponível em: < http://www.cndl.org.br/noticia/65-dos-brasileiros-nao-possuem-reserva-financeira/>. Acesso em: 06 de setembro de 2019.

OCDE (Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico). **Recomendação sobre os Princípios e as Boas Práticas de Educação e Conscientização Financeira**. Assessoria de Comunicação Social, 2005. Disponível em: < chrome-extension://oemmndcbldboiebfnladdacbdfmadadm/https://www.oecd.org/daf/fin/financial-education/[PT]%20Recomenda%C3%A7%C3%A3o%20Princ%C3%ADpios%20de%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20Financeira%202005%20.pdf/ >. Acesso em: 13 de agosto 2019.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. Colaboradores: José Augusto de Souza Peres et. al. São Paulo: Atlas, 1999.

SAVOIA; José Roberto Ferreira. SAITO; André Taue. SANTANA; Flávia de Angelis. **Paradigmas da educação financeira no Brasil.** Rev. Adm. Pública vol. 41 no. 6 Rio de Janeiro Nov./Dec. 2007. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-76122007000600006&script=sci_arttext> Acesso em: 13 de agosto de 2019.

TREVISAN, Ronie. MELLO, Franciele Pivetta de. SILVA, Tania Moura da. CERETTA, Paulo Sérgio. VISENTINI, Monize Samara. **A importância da aprendizagem de noções de finanças, no ensino médio das escolas de Santa Maria-RS.** Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ, Rio de Janeiro, v.12, n.1, p.2, jan./abril, 2007. Disponível em: < https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/rcmccuerj/article/view/5571/4057> Acesso em: 13 de agosto de 2019.

VERSIGNASSI, Alexandre. **Crash: uma breve história da economia: da Grécia Antiga ao século XXI.** 2. ed. São Paulo: Editora LeYa, 2015.

ALTUS CIÊNCIA
REVISTA ACADÊMICA MULTIDISCIPLINAR DA FACULDADE CIDADE DE JOÃO PINHEIRO

AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO NA GESTÃO PÚBLICA

Maciel Rodrigues Borges[1]
Serigne Ababacar Cissé Ba[2]
André Vasconcelos da Silva[3]

Resumo: A avaliação se desempenho tem como objetivo principal melhorar a performance do servidor público. Esse instrumento busca mensurar e conhecer o desempenho dos servidores, comparando o desempenho atual com o esperado pela instituição. Essa ferramenta de gestão possibilita a identificação de pontos de melhoria, tornando possível as instituições públicas medir e monitorar os pontos que necessitam desenvolvimento, fornecendo assim um instrumento de gestão que permite a identificação de pontos fortes e fracos dos indivíduos e da própria organização. Sendo assim esse artigo tem como objetivo fazer um estudo da avaliação de desempenho analisando sua importância para a gestão pública. Esta pesquisa busca demonstrar a gestão pública que a avaliação de desempenho individual é fundamental para melhorar a eficiência e a qualidade do serviço público.

Palavras-chaves: Gestão Pública. Avaliação de desempenho. Eficiência.

Abstract: Performance evaluation aims to improve the performance of the public servant. This instrument seeks to measure and know the performance of servers, comparing current performance with that expected by the institution. This management tool enables the identification of improvement points, making it possible for public institutions to measure and monitor the points that need development, thus providing a management tool that enables the identification of strengths and weaknesses of individuals and the organization itself. Thus, this article aims to make a study of performance evaluation analyzing its importance for public management. This research seeks to demonstrate to public management that individual performance appraisal is critical to improving the efficiency and quality of public service.

Keywords: Public Management. Performance evaluation. Efficiency.

1. INTRODUÇÃO

[1] Mestrando em Gestão Organizacional pela Universidade Federal de Goiás/Regional Catalão, Brasil (2019). macielrodriguesborges@gmail.com

[2] Doutorado em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia, Brasil (2013), Professor Titular da Universidade Federal de Goiás, Brasil. serigneababacar@hotmail.com

[3] Doutorado em Ciências do Comportamento pela UNB, Brasil (2008), Professor Titular da Universidade Federal e Goiás, Brasil. andre.silva.ufg@gmail.com

Recebido em 25/10/2019
Aprovado em 03/11/2019

A cada dia mais a sociedade busca por transparência, qualidade e consequentemente melhoria na gestão pública, sabe-se que este tipo de instituição possui diversas dificuldades, entre elas é notável a dificuldade financeira que essas instituições passam nos dias atuais, e tal dificuldade vem fazendo que a cada dia os gestores busquem ferramentas que possam melhorar o desempenho dessas instituições. Nos últimos anos, tem sido cada vez mais cobrada dos gestores públicos um melhor uso dos recursos públicos. Nesse sentido, espera-se uma Gestão Pública mais atuante e voltada para a sociedade, com foco em resultados e com a utilização de padrões comprovados que busquem eficiência, eficácia e efetividade. (CATELLI; SANTOS, 2004).

A Avaliação de Desempenho Individual (ADI), é a ferramenta de gestão que possibilita a identificação de pontos de melhoria, tornando possível a essas instituições a mensuração e monitoração desses pontos, fornecendo assim uma ferramenta de gestão que permita a identificação de pontos fortes e fracos dos indivíduos e da própria organização, podendo fornecer assim um processo para gerar ações para seu aperfeiçoamento e, por consequência, uma distribuição mais eficiente dos recursos humanos (ENSSLIN et al., 2001). Isso significa que a ADI pode ser utilizada no sentido de dar, transparência e legitimidade à gestão pública.

Nesse contexto, o setor público passou a implantar ferramentas e práticas do setor privado, buscando melhorar os resultados de seus serviços e, consequentemente, uma melhoria na gestão da instituição pública (ABU-DOLEH, WEIR, 2007) dentre as quais, adotar práticas implantadas no sentido de identificar a avaliação de desempenho individual.

No início do século XX, mais precisamente na administração clássica, a avaliação de desempenho tinha um cunho mais voltado para o controle do empregado que para à avaliação. Mesmo com os avanços e aperfeiçoamento que a ferramenta sofreu, a mesma continuou sendo influenciada por aspectos inerentes focados no indivíduo (PONTES, 1999).

Levando em consideração o cenário atual, a gestão de pessoas torna-se um fator estratégico para o desenvolvimento das organizações. Assim, analisando o setor público, ainda visto como um campo atrasado neste quesito, quando comparado com o privado, entende-se que a gestão de pessoas é extremamente importante para a adequação a uma nova realidade, buscando uma maior eficiência, diminuição de custo, agilidade na prestação de serviços e qualidade dos mesmos (AMARAL *et al*.,2017).

De acordo com Madureira (2002), nas últimas décadas, muitos estudos sobre a avaliação de desempenho foram desenvolvidos. Mesmo assim, a prática organizacional continua a debater-se em permanência com a subjetividade das avaliações, na procura por técnicas e

instrumentos que, corretamente utilizados, possam reduzir as interpretações do desempenho e, consequentemente, dos resultados organizacionais.

Quanto a isto, Caetano (1990) propicia o entender que a avaliação do desempenho profissional, enquanto sistema formal de análise do trabalho, desenvolvido pelos colaboradores de uma organização, emergiu como componente da gestão de recursos humanos praticamente desde que a gestão das organizações começou a ser teoricamente elaborada.

Ainda de acordo com Caetano (1990), o principal objeto de estudo na avaliação de desempenho é o colaborador. Contudo, essa avaliação pode ter uma dupla interferência na produtividade do trabalho, sendo que, enquanto por um lado pode ser utilizada como processo de medição e de controle do desempenho individual, do outro lado se refere nas relações indiretas com perspectivas da gestão de recursos humanos, sejam nos processos de recrutamento e seleção, descrição e análise de funções, formação, desenvolvimento profissional e sistemas de retribuição.

Neste raciocínio, o tema do estudo se torna importante, quando se leva em consideração que, para a prestação de um serviço eficiente e com qualidade, é necessário ponderar o desempenho individual dos atores envolvidos, já que estes são os responsáveis pelo desempenho de toda organização. Assim, como nas organizações privadas, segundo Jain (2005), as públicas enfrentam o desafio de gerenciar seus colaboradores, buscando explorar suas competências no sentido de proporcionar uma melhoria dos serviços prestados. Mesmo porque, para o alcance dos objetivos e uma melhoria expressiva nos resultados, o desempenho da organização está vinculado ao desempenho de seus colaboradores (JAIN, 2005).

Para Waxin e Bateman (2009), o processo de avaliar o desempenho do colaborador é visto como uma técnica sistemática que gera informações sobre como o colaborador exerce sua função em determinado cargo, não se esquecendo de que este artifício o auxilia em um auto avaliação, em relação aos objetivos da organização. Sendo, então, a avaliação de desempenho uma ferramenta gerencial, e não apenas como um instrumento avaliador da eficiência da gestão pública. Entende-se, com isso, que a avaliação de desempenho individual é inspirada pelo interesse das organizações em influenciar o comportamento dos colaboradores, servindo-se de orientação a conduta organizacional (JAIN, 2005).

Atualmente a gestão pública passa por um momento de mudança profunda em suas estruturas, com um ambiente burocrático e racional que se depara com a necessidade de adequação e renovação na forma de desenvolver suas atividades. Neste contexto, a área de gestão de pessoas tem um papel extremamente importante, já que é responsável por readequar

a política de ação capaz de orientar os empregados às novas exigências da gestão pública (LISBOA, ENSSLIN E PETRI, 2018).

Nesse sentido, segundo Moura (2000), a avaliação de desempenho serve como procedimento para a transformação da gestão de pessoas na administração pública, podendo ser aplicada no sentido de identificar deficiências e aplicar políticas de desenvolvimento profissional (MOURA, 2000). Ainda segundo Waxin e Bateman (2009), estudar a avaliação de desempenho auxilia no aperfeiçoamento do servidor público. Já para Brown; Hyatt e Benson (2010) existem uma escassez de estudos sobre o tema que permita geração de conhecimento. Ressalta-se que a necessidade de estudar a avaliação de desempenho individual na gestão pública, se tornou essencial para essas organizações alcançarem seus objetivos estratégicos (TANWIR e CHAUDHRY, 2016).

Neste contexto, percebe-se então que a avaliação de desempenho individual deve ser estudada. Kersten e Israel (2005) confirmam e citam que, estudos indicam que avaliações de desempenho fornecem quatro benefícios principais para as organizações, sendo: maior alinhamento entre metas pessoais e metas institucionais, melhoria no processo de supervisão, incremento da comunicação entre supervisores e funcionários e um maior alcance do próprio processo de avaliação.

Miranda (2014) afirma que a avaliação representa um instrumento de gestão na medida em que pode ser utilizada durante todo o ciclo da gestão, ajudando desde o planejamento e formulação de uma ação. Assim como o acompanhamento de sua implementação, os consequentes ajustes a serem adotados, e até as decisões sobre sua manutenção, aperfeiçoamento, mudança de rumo. Sobretudo, complementando e direcionando o estudo para gestão pública.

> [...] não se pode tratar com propriedade a avaliação do desempenho dos agentes públicos, seja no plano individual, seja no contexto, seja no contexto das equipes ou organizações, sem considerar as especificidades que moldam o planejamento e a organização do trabalho no setor público. Para além das especificidades estruturantes de carreiras e órgãos na administração pública, é preciso reconhecer que a gestão do desempenho está também inserida no amplo campo envolvendo o controle e ação das pessoas na organização e suas implicações sobre o comportamento organizacional... (BERGUE, 2005, p. 227).

Nesse sentido, o estudo da avaliação de desempenho individual na gestão pública torna-se importante. De acordo com Lisboa, Ensslin e Petri (2018), em seus estudos identificaram a falta de estudos sobre avaliação de desempenho individual que entenda às necessidades das

instituições públicas, bem como analise as características dessas organizações por meio de criação de indicadores que apoie a gestão do desempenho dessas instituições. Com isso este trabalho tem como objetivo fazer um estudo da avaliação de desempenho analisando sua importância para a gestão pública.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA2.2.

2.1. *The New Public Management*

Inicialmente, há de se ressaltar que a administração pública deve prestar aos cidadãos serviços de qualidade, com vista a construir uma sociedade mais digna, humana e inclusiva. Para isso, o setor público deve contar com uma estrutura administrativa que tenha servidores capacitados e motivados em consonância com os objetivos dos serviços oferecidos. Fato que requer competência, habilidades e conhecimentos por parte do poder público e dos trabalhadores que compõem o mesmo setor. (CORDEIRO *et. al*., 2017).

De acordo com Feitosa e Costa (2016), são muitos os desafios a serem enfrentados pelo setor público em termos de mudança organizacional, como excesso de burocracia, serviços ineficientes, servidores desmotivados, falta de recursos, recessões, crises, entre outros fatores.

> Tudo isso cria um contexto que necessita ser trabalhado de forma estruturada e proativa para que, de fato, haja uma mudança. Momentos de crise, como o atual, requerem habilidades de todos os setores para se alcançar maior eficiência e alternativas para gerir situações adversas. E a gestão da inovação pode prover vários tipos de resultados, tais como novos serviços, melhorias na qualidade, redução de custos, maior eficiência na gestão dos recursos públicos (FEITOSA e COSTA, 2016, p. 02).

Há de se lembrar, ainda, devido à sociedade passar por importantes mudanças, avanços tecnológicos e rápidas transformações, tanto de ordem econômica, política, social e organizacional, isto, por sua vez, tem influenciado a forma e a maneira de gerir pessoas. Fato que leva o setor público a inovar nos aspectos referentes às necessidades de novas concepções e abordagens sobre administração pública, tendo como exemplo o gerenciamento de setor privado (VIMIEIRO, 2016).

Neste aspecto, tendo como principal foco a promoção do bem comum e do interesse coletivo, orientado, sobretudo, para a promoção da melhoria tanto as feitas referentes ao desempenho das organizações quanto dos indivíduos que a compõe, segundo Cordeiro *et. al.* (2017), a administração pública busca se integrar ao espírito de mudanças, adequando-se a um novo tempo. No qual, deixa de ser burocrática para se tornar um modelo gerencial que tem

como objetivo importar técnicas do setor privado para o setor público, buscando, com isso, produtividade, eficiência e qualidade nos serviços públicos (BRESSER PEREIRA, 2010).

Uma experiência que se iniciou em vários países europeus, como: Inglaterra, Estados Unidos, Nova Zelândia, Austrália, entre outros, devido às dificuldades que marcaram a economia das décadas de 1970 e 1980, por uma crise do Estado, caracterizada pela "escassez de recursos públicos, enfraquecimento do poder estatal e de avanço de uma ideologia privatizante" (ABRUCIO, 1998, p. 11). Sobretudo, a partir da crise do petróleo, em 1973, que colocou em xeque o modelo de atuação do Estado (SANO, 2003).

Concomitantemente, segundo Blonski *et. al*. (2017), na América Latina, três países iniciaram a reforma neoliberal: o Chile, o México e a Argentina. O objetivo era "encontrar uma nova forma de gerir o estado no sentido de solucionar o endividamento estatal, conseguindo avanços consideráveis no controle das suas economias em resposta imediata aos anseios da sociedade" (BLONSKI *et. al*., 2017, p. 01). O respaldo era conceber e implementar uma gestão pública caracteriza pelo reconhecimento da sua atuação, num contexto atribuído de baixa eficiência e desequilíbrio do setor público atuarem na produção de bens de serviços e econômicos, no controle dos gastos públicos.

Não obstante a essa afirmação, Machado (2014) afirma que as empresas estatais foram criadas por deveres de desenvolvimento nacional, melhor prestação de serviços à sociedade, limitação de tarifas, entre outros benefícios. Fato que não tem ocorrido como deveria ser, e tem levado o Estado a buscar mudança organizacional no setor público.

De certa forma, inovar significa a oferta de produtos e serviços de boa qualidade, o que garante uma relação mais eficaz com os cidadãos. Portanto, as organizações públicas devem acompanhar os avanços de um cenário cada vez mais competitivo, no mundo globalizado, que exigem eficiência, agilidade e qualidade tanto nos aspectos econômicos quanto sociais, políticos e culturais. Sejam em relação à produção de bens como de serviços prestados a sociedade, como um todo.

Isto, segundo Chaves e Marques (2006) implica mudanças organizacionais que possibilitem agilidade e diminuição da complexidade burocrática na implementação de ações estratégicas, visando transformar burocracia em uma administração gerencial sobretudo, em resposta às necessidades de mudanças que revelam instabilidade no setor público.

Da mesma forma, Sano (2003) destaca que a mudança organizacional deve envolver tanto os elementos que compõem a administração pública quanto o aspecto da estrutura administrativa, estrutura de pessoal, fluxo de processo, entre outros. Ou seja, mudança organizacional que pode ser definida como qualquer transformação de natureza estrutural,

estratégica, cultural e tecnológica, podendo ainda, ser humana ou de outro componente capaz de gerar impacto em partes ou no conjunto da organização (SANO, 2003).

Assim, sejam elas públicas ou privadas, de acordo com Cordeiro *et.al.* (2017), vale lembrar que estas instituições formam um elo de relacionamento com os cidadãos, que permite o crescimento e o funcionamento da sociedade. E se não houver organizações e indivíduos, não existe gestão de pessoas. Nesse contexto, a demanda por mais qualidade e eficiência na prestação dos serviços públicos tem levado os cidadãos a cobrarem mais pelo uso eficiente do dinheiro público e pela redução dos gastos com a máquina administrativa. Por isso mesmo que se emerge a Nova Administração Pública inspirada na lógica de gestão empresarial, denominada *New Public Management* (NPM).

Nesse ponto é que se têm a intenção de buscar melhoria nos níveis de eficiência e agilidade dos serviços públicos em atendimento as cobranças dos cidadãos. “Estes eram alguns dos desejos de países como a Inglaterra e o Canadá, quando começaram a discutir o modelo de gestão adotado pelos governos em meados de 80” (MARCONI, 2005, p. 02). Uma reforma que visava capacitar gerencialmente os Estados na implantação de políticas públicas, através de uma gestão alinhada às diretrizes estratégicas de empresas privadas, tendo como foco ajudar o governo a funcionar melhor, com menor custo, fazendo com que a administração pública gerencial seja transparente, apresentando benefícios ao cidadão.

2.2.Aspectos conceituais da *New Public Management*

Com a expansão da globalização, através da abertura de mercado, no início dos anos 80, o papel do Estado na economia e na sociedade passou a ser discutido quanto ao fato de uma nova administração pública, que resultou em mudanças sobre a forma de gerir as organizações do setor público, em muitos países do mundo.

Uma mudança que se traduzia numa gestão pública consolidada nos discursos e práticas derivadas do setor privado. Foram reformas inspiradas no modelo da *New Public Management* – NPM - (Nova Administração Pública), preconizando que os princípios gerenciais das empresas privadas passassem também a estar presentes no funcionamento dos governos e de suas políticas públicas (PEREGRINO, 2009).

Considerando os estudos de Pieranti, Rodrigues e Peci (2007) a NPM pode ser acentuada como fator marcado ideologicamente pelo neoliberalismo, que tem por intuito tornar as organizações públicas similares às privadas. O foco estava na introdução dos mecanismos de mercado, que defendem a inserção da iniciativa privada no setor público, um modelo de gestão denominada gerencialista, tendo por contrapartida a existência de mecanismos de controle

gerenciais mais eficazes e efetivos (BLONSKI et. al., 2017). Sobretudo, ainda segundo o mesmo autor, contrapondo-se ao modelo burocrático weberiano, considerado inadequado para o contexto institucional contemporâneo por sua presumida ineficiência, morosidade, estilo autorreferencial, e descolamento das necessidades dos cidadãos.

Nesse contexto, é que surgem os aspectos conceituais sobre *New Public Management*, tendo em vista instituírem um modelo gerencial, cujo objetivo consiste numa novidade não somente por sua origem, mas principalmente por sua configuração como novo referencial teórico e pela impressionante influência que causou e vem causando nas administrações públicas em diversos países ocidentais, especialmente na América Latina (DASSO JÚNIOR, 2018).

Peregrino (2009) afirma que para muitos autores o modelo britânico foi o percurso da NPM. Este modelo, conforme o autor, além de visar reduzir a máquina pública, o número de funcionários e o custeio, incluía também a iniciativa de avaliação de desempenho dos servidores, embora não significa que tenha reduzido seus gastos. Mas, mesmo assim, utilizou-se como característica da NPM, descentralizar o Estado, separando as atividades de planejamento das de execução, como também privatizou empresas estatais, terceirizou os serviços públicos, regulamentando estas atividades. Tudo isto, utilizando-se de ferramentas e estratégias administrativas do setor privado (PEREGRINO, 2009).

No tocante a isso, é que se tem na literatura sobre *New Public Management* (NPM), que a partir da década de 1980, especialmente nos países anglo-saxônicos, vários movimentos indicavam soluções para a administração pública, tendo como pontos fundamentais a adaptação e a transferência dos conhecimentos gerenciais desenvolvidos no setor privado para o público. O que se pressupunha, essencialmente, era a redução do tamanho da máquina administrativa, dando ênfase crescente na competição em destaque ao aumento de sua eficiência (DASSO JÚNIOR, 2018).

Um movimento que defendia uma reforma administrativa, passando do modelo burocrático ao gerencial, trazendo instrumentos, ferramentas e metodologias de gestão da esfera privada à pública, na busca de eficiência, na redução das incertezas e no alcance de legitimidade social (BRESSER-PEREIRA, 1998 *Apud* VIMIEIRO, 2016).

> [...] medidas de flexibilidade, controle dos resultados, ferramentas originadas no setor privado (tais como *management by objectives* — MBO — e total *quality management* — TQM) e uma cultura gerencial típica de organizações privadas têm surgido como uma prescrição para tornar as organizações públicas mais “gerenciais” (SEABRA, 2001, p. 25).

O modelo NPM, foi criado para buscar uma flexibilização do modelo utilizado até então pelas organizações públicas, o modelo burocrático, com alegação que esse modelo possui como característica a centralização, o que tornava os processos lentos, dispendioso e acarretava um mau atendimento ao cidadão, já o NPM buscava uma descentralização, redução de custo, eficiência e consequentemente um atendimento de qualidade para o cidadão, fazendo que as organizações públicas trabalhassem conforme as instituições privadas (BRESSER-PEREIRA, 1998; MATIAS-PEREIRA, 2010; BEVIR, 2010; MOTTA, 2013). Estas diferenças entre o modelo burocrático e o NPM podem são vistas no Quadro 1:

Quadro 1**:** Diferenças entre o modelo burocrático e o NPM

Modelos	**Burocracia**	***New Public Management***
Racionalidade (BEVIR, 2010)	Social	Econômica
Medidas defendidas (BEVIR, 2010)	Bem-estar social	Estado Mínimo
Principais atores (RAQUEL, 2012)	Estado	Terceirizações e Privatizações
Estrutura	Centralização	Descentralização
Política/Administração (SECCHI, 2009)	Construção da agenda pública é vista como tarefa eminentemente política, enquanto a implementação da política pública é de responsabilidade da administração.	A distinção entre política e administração é suavizada quando evoca a descentralização do poder de decisão, o envolvimento da comunidade e de burocratas no desenho das políticas públicas.
Execução (PIERANTI; RODRIGUES; PECI, 2007)	Divisão e especialização	Divisão e especialização
Controle (SECCHI, 2009)	A partir da formalidade e impessoalidade das leis	Controle dos políticos a partir da mensuração de resultados

Fonte: Adaptado de Souza (2016)

Em linhas gerais, Seabra (2001) quer dizer que a *New Public Management* é um movimento que, mediante ao argumento de restabelecimento a primazia de princípios gerenciais sobre o modelo burocrático tradicional, surgiu no sentido de não só melhorar a eficiência de organizações públicas, tais como: privatizações, criação de agências semiautônomas, introdução de medida de performance, como também, no intuito, de dar ênfase na qualidade e em serviços públicos orientados para a sociedade.

Neste caso, segundo Capella (2009), o conceito de *New Public Management* configura-se como decorrência de um conjunto de ações planejadas de intervenção na realidade da organização, no sentido de promover melhorias em seu desempenho e dos indivíduos que a compõe. O que resultou em dos movimentos mais recorrente e discutido atualmente em todo mundo, tendo surgido na segunda metade do século XX, com o intuito de diminuir o papel do Estado na economia. Principalmente, no sentido de superar problemas causados pela insuficiência dos governos atuarem com vigor e eficiência em determinados setores de organizações públicas.

Nesse processo, conforme Capella (2009), outros autores destacaram a conjunção de sete elementos para definir a New Public Management, sendo: profissionalização da gestão nas organizações públicas; padrões de desempenho e medidas de avaliação com objetivos mensuráveis e claramente definida; ênfase no controle e nos resultados; desagregação das grandes unidades do setor público; introdução da competição no setor público; uso de práticas de gestão do setor privado; ênfase na disciplina e na utilização dos recursos, cortando custos e procurando maior eficiência e economia. No entanto, é necessário que haja adequação entre esses componentes para que ocorram as mudanças necessárias à organização (SEABRA, 2001).

Para tanto, Peregrino (2009), ressalta que dentre as críticas sobre o New Public Management, este é um modelo simplista. Isto pelo fato de que os valores sociais nem sempre coincidem com a satisfação do consumidor. Pois o cidadão não é apenas consumidor, ele também representa papéis sociais e políticos na sociedade. Fato também observado por Seabra (2001), ao destacar que a expressão NPM é vaga e problemática, já que ela não se refere a um movimento de reforma único e correntes, com doutrinas consideradas novas. Ainda segundo Seabra (2001) o grande problema é que essa reforma não seguia o mesmo padrão em todos lugares, ao contrário, eles foram ficando diferente se adequando com o contexto de cada país.

Contudo para Seabra (2001), mesmo diante a essa crítica, entre outras, as discussões em torno do New Public Management constituem um dos temas mais relevantes para a administração pública. Principalmente pelo fato de que, entre os vários estudos acadêmicos, é possível observar que as tentativas de mera transposição dos métodos do setor privado para as organizações públicas acabaram descolando da realidade que representa para uma situação que

agrega valor para essas organizações. Nesse pressuposto, de acordo com Carvalho (2018), o NPM traria uma nova administração pública, capaz de responder consideravelmente aos anseios dos cidadãos e dos governantes.

> De qualquer modo, nem que seja do ponto de vista simbólico, o NPM é e foi um sucesso. As organizações internacionais e os governos abraçaram a retórica que o caracterizou e tomaram decisões segundo os seus preceitos (Mathiasen, 2005); os acadêmicos encontraram matéria apetecível para a investigação e discussão inter pares, bem como uma janela de comunicação com a prática (FREDERICKSON e SMITH, 2002 a*pud* CARVALHO, 2018, p. 09).

Assim, no que tange à criação de organizações mais gerenciais e menos burocráticas, a discussão em torno da New Public Management deixa evidenciada que essa expressão permite compreender que sua força retórica está presente nos esforços de evolução e modernização da administração pública. Principalmente, com a criação de organizações mais gerenciais e menos burocráticas.

Portanto, significa dizer, conforme Chaves e Marques (2006), que os estudos sobre a abordagem da NPM devem não apenas demonstrar que sua estratégia é mais eficiente e eficaz. Ao contrário, é preciso reconhecer que toda mudança ocasiona instabilidade e insegurança por parte da sociedade, já que o poder público está desacreditado pelos cidadãos devido sua ineficiência administrativa, entre as quais, destacam-se o controle dos gastos públicos e a demanda pela melhor qualidade dos serviços públicos.

2.3. A realidade Brasileira da *New Public Management*

De acordo com Peregrino (2009), em 1995, o presidente Fernando Henrique Cardoso e o Ministro Luiz Carlos Bresser foram os autores da Reforma da Gestão Pública. Uma administração que deixaria de ser burocrática e patrimonialista para se tornar um modelo gerencial, importando técnicas do setor privado para o setor público.

O objetivo, a exemplo de países desenvolvidos e em desenvolvimento, era buscar produtividade, eficiência e qualidade nos serviços públicos. Sobretudo, com uma dupla finalidade estratégica: ampliar a descentralização de alguns serviços, bem como criar o controle de resultados por meio de contratos de gestão (PEREGRINO, 2009).

Assim, idealizada por Luiz Carlos Bresser Pereira, o Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado (MARE) tinha como foco aumentar a autonomia de gestão, no intuito de ajudar o governo a funcionar melhor, com menor custo, fazendo com que a administração pública gerencial fosse transparente, descentralizada e desburocratizada, e trouxesse benefícios ao cidadão. Pois o que se buscava, é que os conceitos gerenciais das

organizações privadas passassem também a estar presentes no funcionamento das políticas públicas (PEREGRINO, 2009).

O que se buscava, ao mesmo tempo, era a flexibilização na gestão, que, de acordo com Sano (2003), deveria ser acompanhada de maior controle, que, por sua vez, era previsto pela Lei nº 8246, de 22 de outubro de 1991 de que a modernização do aparelho do Estado também exigia a criação de mecanismos que viabilizem a integração dos cidadãos no processo de definição, implementação e avaliação da ação pública, que através de um controle social seria possível garantir serviços de qualidade (BRASIL, 1995 *Apud* SANO, 2003).

A partir dessa concepção, a *New Public Management* se materializou no Brasil formalmente com a promulgação do Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado (PDRAE), em 1995. Esse plano trazia uma política clara instituída pelo Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso que buscava, de um lado, privatizar grandes estatais e, de outro, introduzir mudanças no modelo da administração pública (PEREGRINO, 2009).

Em se tratando da descentralização de alguns serviços, Bresser Pereira (2010), chama a atenção de que, inserida no processo de redefinição do papel do Estado, uma das estratégias a ser utilizadas no PDRAE é justamente reduzir o tamanho da máquina pública, o número de funcionários e o custeio, tendo em vista adaptarem-se a um novo modelo de sociedade, que prioriza a eficiência e eficácia dos serviços públicos. São ações ancoradas nos princípios da administração pública gerencial, que tem por base o alinhamento tanto das organizações como das pessoas. Sendo que o alinhamento das pessoas compreende a implantação de três medidas relacionadas às políticas de recursos humanos, como: a reestruturação das carreiras, o realinhamento das competências, e a avaliação de desempenho individual (MARQUES, MORAIS e ALBERGARIA, 2011).

Assim, tendo como objetivo a readequação do aparelho estatal, através de programas com a perspectiva de mudanças, segundo Di Giacomo (2005), o que o presidente Fernandes Henrique Cardoso buscava com a NPM, era incorporar técnicas gerenciais que introduzam na cultura do trabalho público as noções indispensáveis de qualidade, produtividade, resultados e responsabilidade dos funcionários.

O que se buscava não era só promover alterações superficiais e sem significado. O objetivo era reduzir os níveis hierárquicos, que estavam desvinculados de uma ação mais abrangente e coordenada. A questão principal era busca do fim do estilo burocrático weberiano de gestão pública, caracterizado pelo aumento dos custos da máquina, pela falta de qualidade na prestação de serviços e ineficiência desses serviços a sociedade (DI GIACOMO, 2005).

Neste contexto, segundo Peregrino, (2009), a implantação do Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, em 1995, representou um grande avanço em relação à necessidade de se construir uma administração pública condizente com as mudanças que ocorriam no mundo, tendo como experiência a vertente gerencial inglesa. Se refere a ideia de implantar uma administração baseada em resultados, importada do setor público, conforme prescrevia a NPM, que aqui foi introduzida pelo ex-ministro Bresser Pereira (ABRUCIO, 2007 *apud* PEREGRINO, 2009).

De um modo geral, como evidenciado que a NPM é um movimento que pretende estabelecer um padrão de evolução e modernização das práticas de gestão, tendo como principal parceiro a própria administração pública, Cordeiro *et. al*. (2017) deixa evidenciado que a nova gestão pública deve analisar o modelo atual, levando em conta, principalmente, as áreas responsáveis pelos recursos humanos e gestão de pessoas nas organizações. Sobretudo pelo fato de averiguar se os funcionários estão sendo realmente preparados para o novo modelo de gerenciar um Estado. Ainda mais quando se depara com um plano baseado na substituição da administração pública burocrática e patrimonialista pela gerencial.

> O modelo patrimonialista predominou do período colonial, Império e República Velha, destacando-se pelo uso do aparelho do Estado para atender fins particulares, ou seja, sem distinção do bem público do privado. Outro aspecto relevante do modelo é chamado clientelismo, onde governantes promoviam concessão de emprego na Administração, benefícios públicos, em troca de apoio político (CORDEIRO *et. al*., 2017, p.01).

O que deve ficar claro, é que apesar dos avanços obtidos em termos de nova administração pública, mesmo assim, segundo Pieranti, Rodrigues e Peci (2007), ainda prevalecem comportamentos de clientelismo, nepotismo, mandonismo e sobreposição dos interesses privados em relação aos públicos. Pois os maiores complicadores do processo de modernização é justamente o patrimonialismo, que, de certa forma, impõe o autoritarismo, a rigidez, a falta de estímulo à inovação, com políticas de pessoal arcaica, numa visão antiquada do trabalho do gerente e burocratização.

No entanto, por mais que ainda existem práticas patrimonialistas baseadas no clientelismo, de acordo com Cordeiro et. al. (2017), mesmo assim a administração de recursos humanos do setor público vem sendo marcadas por mudanças caracterizadas pela *New Public Administration*, introduzindo técnicas e políticas do gerencialismo.

2.4. Origem e conceitos da avaliação de desempenho individual (ADI)

Para discorrer sobre avaliação de desempenho individual é necessário primeiro, definir desempenho, assim, desempenho, segundo Lucena (1977, p. 14) "refere-se à atuação do indivíduo em face de um cargo que ocupa na organização, tendo em vista as responsabilidades, atividades e tarefas que lhe foram atribuídas, assim como face aos resultados que dele se espera". Portanto o funcionário não deve ser avaliado referente às tarefas ou requisitos a ele não atribuídos. O desempenho está atribuído ao fato do indivíduo exercer as atividades atribuídas a sua função estabelecida.

Para Dutra *et al* (2008) muito utilizada e comentada nos últimos tempos, por trazer muitas discussões e diversas publicações, a avaliação de desempenho individual não é um assunto muito recente. Na idade média, já era utilizada em um sistema de relatórios e notas para mensurar a capacidade de produção dos jesuítas que peregrinava pregando a religião. Em 1842 essa mesma ferramenta começou a ser utilizada pelo serviço público federal americano, gerando relatórios anuais para avaliar o desempenho de seus colaboradores, e posteriormente por volta de 1880 foi implantada no exército americano. Mas somente a partir do século XX após a segunda guerra mundial que esta ferramenta começa a ser utilizada entre as empresas, em 1918 a General Motors implanta uma avaliação de desempenho para seus executivos (Dutra *et al.*, 2008).

Para Stoner e Freeman (1994), o crescimento da utilização da avaliação de desempenho individual só ocorreu após a segunda guerra mundial, aproveitando a expansão da Escola de Administração Científica, criada por Frederick Winslow Taylor no começo do século XX com o surgimento da Era Industrial. Ainda os mesmos autores o objetivo era medir a capacidade de trabalho do homem avaliando com precisão o rendimento, o ritmo de trabalho, o esforço físico e sua produtividade. Pelas verificações, a avaliação de desempenho individual acontece sempre e de forma rotineira no dia a dia dos indivíduos, isso tanto durante o desenvolvimento de suas atividades nas organizações como fora delas. Avaliar e fundamental par aos indivíduos, sendo a base para qualquer tomada de decisão.

Já no Brasil a avaliação de desempenho começou a ser implantada apenas a partir de 1936, quando a gestão pública começou a exigir legalmente a utilização desta ferramenta, sendo efetivada realmente como prática apenas em 1965 (BERGAMINI, 1983).

A avaliação de desempenho foi criada essencialmente para mensurar o desempenho e o potencial do indivíduo. O desempenho é que determina o sucesso da organização e por isso deve ser medido (Ponte, 1999). Ainda segundo o mesmo autor:

> Avaliação de desempenho é um método que visa, continuamente, estabelecer um contrato com os funcionários referente aos resultados desejados pela organização, acompanhar os desafios propostos, corrigindo rumos, quando necessário, e avaliar os resultados conseguidos (PONTES, 1999, P.24).

Leitão (1979) cita que a avaliação de desempenho busca estimular a iniciativa, estimular a criatividade, desenvolver a responsabilidade e aumentar os esforços para atingir os objetivos da organização. Já Bergamini (1983) salienta que a avaliação de desempenho é conceituada como uma observação sistemática de um indivíduo, segundo seu trabalho desenvolvido, seus talentos e outras qualidades necessárias à boa execução desse trabalho.

Segundo Moura (2000), a avaliação pelo desempenho tem premissa guiar, avaliar, desenvolver, motivar e remunerar as pessoas de forma a que estas melhorem os seus resultados e os da organização. Para Marras (2000, p. 174) "a avaliação de desempenho foi criada basicamente para acompanhar o desenvolvimento dos empregados durante sua permanência na organização e especificamente para medir seu nível de conhecimento, habilidade e atitudes".

Neely (2002) salienta que a avaliação do desempenho é um processo medir as atividades desenvolvidas no passado, podendo determinar o desempenho atual da organização. Um sistema de avaliação de desempenho permite a tomada de decisões apoiadas em dados obtidos a partida das avaliações e os alcances dos objetivos propostos, já que quantifica a eficiência e a eficácia de ações passadas através da recolha, compilação, ordenação, análise, interpretação e disseminação de dados de cada indivíduo.

Para Tachizawa, Ferreira e Fortuna (2004) a avaliação de desempenho é um conjunto de técnicas que visa buscar e analisar informações que valorize a qualidade do trabalho prestado pelo empregado à organização. A partir dessa definição é possível ampliar a avaliação para incluir informações que são fundamentais para a gestão organizacional. Cada organização pode adotar diferentes modelos de avaliação de desempenho, buscando uma avaliação que esteja de acordo com a sua própria realidade e os objetivos estabelecidos. Com isso pode-se dizer que avaliação de desempenho é uma ferramenta que busca definir e medir o desempenho dos empregados de uma organização, buscando estabelecer um comparativo entre o desempenho esperado pela organização e o apresentado pelo empregado. Então o sistema de avaliação de desempenho pode ser considerado como o:

> [...] conjunto de normas e procedimentos que possibilita o diagnóstico e gestão de desempenho, fornecendo informações para outros sistemas de administração de pessoas: desenvolvimento de pessoas, sistemas de incentivos ao desempenho satisfatório (promoções, ascensões, funcionais e desenvolvimento de careira), movimentação e alocação de pessoal, entre outros (ENAP, 2000, p.8).

Portanto, avaliar o desempenho do indivíduo constitui-se em um conjunto de métodos onde o objetivo é de acompanhar os avaliados no alcance dos objetivos propostos, buscando contribuir para o crescimento da organização e do empregado (MARRAS, 2000; PONTES, 1999). A avaliação de desempenho individual deve ser um instrumento que traga para a organização informações que auxilie na elaboração de estratégias, bem como um acompanhamento dos objetivos e metas das estratégias elaboradas. Portanto a avaliação ajuda a organização a conhecer o desempenho de seu colaborador e a fornecer informações que possibilitem planejar ações destinadas ao crescimento intelectual e profissional de seus colaboradores, e no crescimento da própria organização (MARRAS, 2000). Quando bem utilizada é um excelente instrumento para identificar problemas de supervisão, motivação, integração entre indivíduo e organização, adequação correta ao cargo, e ainda um ótimo meio de identificar possíveis necessidades de capacitação. Para Carvalho e Nascimento (2004), a avaliação de desempenho tem como objetivo analisar o rendimento e produtividade do indivíduo, podendo auxiliar na formação destes, identificar problemas de ordem pessoal, identificar a necessidade de treinamento e contribuir para uma melhor adequação salarial, promoção, incentivo salarial ao bom desempenho, melhoria nas relações entre superior e subordinado, estimativa para desenvolvimento do indivíduo, estimulo a maior produtividade, conhecimento do desempenho da organização, feedback do próprio indivíduo até informações para transferências e desligamentos.

É importante ressaltar alguns pontos fundamentais nos objetivos da avaliação de desempenho individual, objetivos estes que devem ser claros, divulgados e entendidos por todos envolvidos no processo, quando se diz todos, vale lembrar que deve ser conhecido em todo nível hierárquicos, e nesse sentido Bergamini (1983) reforça que se os objetivos não forem suficientemente claros e bem divulgados em todos os níveis da organização, é melhor nem começar um processo de avaliação de desempenho.

Então pode-se notar que a avaliação de desempenho individual traz benefícios para organização, como dados sobre o desempenho organizacional, melhor planejamento para área de recursos humanos, melhoria no processo de comunicação e, correção de problemas entre outros. Lacombe e Heilborn (2008) levantam um ponto importante, a avaliação sempre irá existir, é subjetiva e pode conter algumas distorções, porém quando é realizada por meio de um processo formal dentro da organização contém menos subjetividade e distorções, sendo que um bom programa de avaliação de desempenho deve ser confiável e válido, relacionado a atividade desenvolvida, padronizado e prático.

Porém segundo Dutra, (2002), durante muitos anos a avalição de desempenho individual foi implantada dentro das organizações como um instrumento de premiação e de repreensão ligada ao modelo de produção criado por Taylor. Mas a partir de 1970, devido as grandes mudanças do ambiente externo, do aumento da competitividade entre as organizações, a falta de mão de obra especializada e principalmente a falta de capacidade dos gestores em lidar com os problemas comportamentais dos indivíduos dentro do ambiente interno das organizações, estas se viram na obrigação de uma nova política de pessoas e consequentemente uma nova forma de avaliar os colaboradores (LUCENA, 1977).

Ainda segunda a autora acima citada a avaliação de desempenho individual começa a ser utilizado como uma ferramenta de planejamento e desenvolvimento do indivíduo dentro da organização, tendo como princípios então uma ferramenta para melhoria do desempenho proporcionando motivação para o indivíduo, e procurando estabelecer uma relação entre os objetivos individuas desse indivíduo e com os objetivos da organização.

Em 1980, as organizações começam a sofrer grande turbulência devido às mudanças na forma de gestão, devido isso a ADI precisava ser desenvolvida para também identificar as competências dos colaboradores e como essas competências podem ajudar as organizações a melhorar seus resultados, assim para a ADI alcançar os resultados propostos ela deve-se adequar aso objetivos estratégicos da organização (BERGAMINI, 1983). Ainda segundo Bergamini (1983):

> Como ferramenta de gestão, a ADI se propõe a mapear necessidades de treinamento, dar *feedback*, melhorar o relacionamento interpessoal e o ambiente de trabalho, estimular a produtividade e, seus resultados impactam nas atividades de recrutamento e seleção, de capacitação, treinamento, movimentação de pessoal, nos programas de valorização de funcionários e na administração salarial, favorecendo a meritocracia e evitando assim, procedimentos corporativistas. No entanto, sem ter objetivos claros e sem ser do conhecimento de todos os níveis da organização uma ADI não conquista validade, nem alcança seu funcionamento adequado e sua eficiência produtiva. (BERGAMINI, 1983, p. 9).

Até 1990 a ADI era vista como um instrumento para boa execução do trabalho, não buscava o desenvolvimento do colaborador, essa visão passou a ser utilizada após o surgimento da gestão de pessoas por competência, a partir da sua implantação a ADI começa a desempenhar um papel gerencial, buscando o crescimento do indivíduo (DUTRA *et al*., 2008). O Quadro 2 mostra uma evolução da avaliação de desempenho individual:

Quadro 2: Evolução da ADI associando ao modelo de gestão de pessoas por período

Período	Fase Histórica	Ideologia organizacional dominante	Modelo de RH ou GP
Até 1930	Primeira República	A Administração baseia-se em teorias tayloristas e da administração científica. Principais teóricos: Taylor e Fayol	Modelo departamento de pessoal RH. O RH buscar empregados adequados para cumprimento das tarefas, ao menor custo e com rápidos resultados produtivos.
1930 a 1945 1945 a 1965 1965 a 1980	Estado Novo, Segunda República, Período Ditatorial	A corrente humanista passa a interferir decisivamente na teoria organizacional. Principais teóricos: Mayo, Maslow, Herzberg, Argyris, McGregor. Principais autores no Brasil: Bergamini, Lucena, Pontes.	Modelo de RH começa a gerir o comportamento humano, realiza treinamento dos gerentes, atua nas relações interpessoais e nos processos de avaliação de desempenho. O papel do gerente ganha destaque como intermediador das relações organizações.
1980 a 1990	Regime ditatorial / Democracia	A Administração começa a rever os processos de gestão em busca de um melhor posicionamento no mercado em que a organização está inserida, buscando obter vantagem competitiva. Principais teóricos: Hummer, Champy, Porter.	Modelo de gestão estratégica de pessoas. A gestão de pessoas não define a estratégica, mas deve estar alinhada à estratégia organizacional e a fatores internos e externos.
1990 a 2015	Democracia	A Administração continua a dar importância à função controle, mas prioriza também funções de planejamento e direção. As pessoas antes visto como usuário passa a ser cliente. Surgem a Administração pública gerencial e societal. Principais teóricos: Hood, Jackson, kettl, Osborne, Barzelay. Principais autores no Brasil: Bresser-Pereira, Eli Diniz, Lívia Barbosa, Paulo Motta.	Modelo de gestão de pessoas por competências. A instabilidade do cenário exige que a gestão de pessoas se organize para liderar um processo de desenvolvimento dos colaboradores que promova uma diferenciação na prestação de serviços baseada em suas competências.

Fonte: Adaptado de Fischer (2002), Secchi (2009) e Lavor e Villardi (2015).

Portanto avaliar o desempenho individual não é fundamental apenas para as organizações do setor privado, mas também para o setor público, essa avalição orienta a gestão de pessoas de ambos os tipos de organização.

2.5. Avaliação de desempenho individual na gestão pública brasileira

A utilização de ferramentas de avaliação de desempenho na gestão pública brasileira não é recente. Foram criadas legislações frente à avaliação do desempenho dos servidores públicos nos anos de 1936, 1960, 1977, 1980, 1985 e 1993 (BARBOSA, 1996). Os resultados alcançados com as realizações dessas avaliações não trouxeram resultados verdadeiros da avaliação do desempenho, pois na prática não havia uma mensuração real do desempenho apresentado durante um determinado período, sendo um instrumento para viabilizar o aumento de salários e crescimento profissional dentro da gestão pública. Segundo Barbosa (1996) a introdução da avaliação de desempenho individual na gestão pública foi utilizada mais como uma forma de punir os servidores desmotivados, e não teve como finalidade uma política de capacitação dos servidores, ou melhoria do serviço público, já que a meritocracia não teria um valor abrangente e importante no desenvolvimento profissional dos servidores públicos, muito em razão do predomínio das relações pessoais.

Segundo Alves (2010) no Brasil em meados de 1970, com o início do regime militar, a avaliação de desempenho começou a ser introduzida como ferramenta para o desenvolvimento de carreiras nas estatais e autarquias da época, ajudando na fundamentação para a progressão de carreira dos servidores públicos. Segundo Santos (2005), com a criação da Lei nº 5.645 de 1970 e em especial o decreto nº 80.602 de 1977, incorporou as bases utilizadas no sistema atual de progressão decorrente da avaliação de desempenho, dirigida por critérios de méritos ou tempo de serviços prestados.

Estudos e implantação da ADI começaram a aumentar no Brasil nos anos de 1980 e 1990, sendo introduzidos aos poucos no setor público, porém apenas a partir de 2008 foi implantada uma nova forma de avaliação de desempenho que buscou tratar o assunto de forma sistematizada na gestão pública baseada em princípios democráticos. Em 1995 foi criado pelo governo federal do Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado que teve como objetivo principal a melhoria da eficiência do estado na aplicação de políticas públicas, para o alcance desse objetivo o estado propôs uma nova política de recursos humanos que teve como principal objetivo transmitir e aperfeiçoar as avaliações de desempenho individual do servidor público, ligando a inventivos financeiros e/ou crescimento na carreira. (BRASIL, 1997).

A avaliação de desempenho no setor público foi incorporada somente a partir do Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado (PDRAE) em 1995 especificadamente desde a Emenda Constitucional n. 19, de 04 de junho de 1998, a qual altera o artigo 41, da Constituição, que incluiu no texto situações no serviço público para as quais estão previstas a avaliação de desempenho para o servidor público (BRASIL, 1988):

a) Perda de cargo público por servidores estatutários estáveis em razão da insuficiência funcional comprovada em avaliação periódica de desempenho, nos termos de lei complementar (art. 41, § 1º, inciso II);

b) Condição para aquisição da estabilidade no serviço público (art. 41, § 4º);

c) Avaliação de desempenho dos dirigentes de órgãos e entidades que tiveram sua autonomia gerencial ampliada mediante contrato de gestão (art. 37, § 8º, inciso II);

d) Avaliação de desempenho dos administradores das empresas públicas (art. 173, inciso V).

O objetivo principal do PDRAE era a reforma da administração pública e a transformação da abordagem burocrática até então utilizada na gestão pública, para uma administração pública gerencial, também conhecida como New Public Management (NPM), buscando a tornar o estado mais eficiente com as práticas de gestão da época (BRESSER PEREIRA, 2010).

Depois disso Segundo Velasco e Silva (2011) focada na democratização das relações de trabalho e no espírito de valorizar os servidores públicos e inovar os processos de trabalho, a Lei nº 11.784, de 22 de setembro de 2008, estabelece um modelo de avaliação de desempenho democrática, que prevê mecanismos de gestão participativa e viabiliza a gestão por resultados, com foco na prestação de serviços públicos de qualidade à sociedade. Essa ferramenta exerce um papel importante sobre o desenvolvimento do empregado nas funções que desempenha, auxiliando na sua motivação e no alcance das metas da organização.

As especificações de como deve ocorrer à avaliação de desempenho individual veio com o Decreto nº 7.133, de 19 de março de 2010. A avaliação de desempenho individual na gestão pública deve avaliar alguns fatores, além do cumprimento das metas de desempenho individual do servidor: a produtividade no trabalho; o conhecimento de métodos e técnicas necessários para o desenvolvimento das atividades inerentes ao cargo que o servidor ocupa; o trabalho em equipe; o comprometimento com o trabalho; e o cumprimento das normas de procedimentos e de conduta no desempenho das atribuições do cargo, sendo estes os fatores mínimos a serem avaliados. Porem além desses fatores poderá ser avaliado mais fatores: qualidade técnica do trabalho; capacidade de autodesenvolvimento; capacidade de iniciativa; relacionamento interpessoal; e flexibilidade às mudanças (BRASIL, 2010).

De acordo com Almeida, Marçal e Kovaleski (2004), a avaliação de desempenho enquanto um sistema de diagnóstico e análise individual e grupal dos colaboradores da organização, que deve ter como objetivo geral e principal o desenvolvimento pessoal e profissional, bem como uma maior produtividade e melhor desempenho organizacional. A ferramenta de avaliação utilizada na gestão pública tem por objetivo a permanência ou não do

servidor no cargo que ocupa. Peixer, Baratto e Carvalho (2008), afirmam que é necessário que haja uma orientação quanto ao trabalho a ser realizado, tanto pelos gestores quanto pelos próprios servidores.

Para Pillay e Subbaa (2007), a avaliação de desempenho está ganhando cada vez mais força no setor público. É uma ferramenta estratégica para a gestão de recursos públicos e envolve a busca pela eficiência e eficácia na prestação de serviços públicos. Snell e Bohlander (2009) divide a avaliação de desempenho em dois objetivos, o primeiro sendo o objetivo administrativo que tem como referência indicadores de desempenho insatisfatório, definir atribuições e buscar auxiliar nas decisões sobre recompensas. O segundo objetivo, busca identificar os pontos fortes e fracos de cada colaborador, reconhecer o desempenho, identificar necessidades de treinamentos individuais e organizacionais, identificação e alcance dos objetivos.

As contribuições da utilização da ferramenta da avaliação de desempenho abrangem não somente as tarefas dos servidores, mas também ajudam os gestores nas tomadas de decisões. Um dos maiores desafios para a implantação da avaliação de desempenho na gestão pública e a busca por uma avalição adequada a própria realidade da organização. Neste sentido Oliveira (2011), menciona que o funcionário da esfera pública deve ter uma orientação para as ações, caracterizado pelo propósito de realizar, de assumir responsabilidades e ser um sujeito ativo dentro da organização.

Para Stassun e Wippel (2013), o setor público brasileiro tem implantado a avaliação de desempenho individual como uma simples burocracia, não atribuindo a ela o seu objetivo principal de mensurar a qualidade e eficiência do serviço prestado pelo servidor público, assim não sendo implantada, segundo Santos (2008) como instrumento para melhoria do serviço público prestado a sociedade. Apesar da avaliação de desempenho individual estar sendo muito discutida na gestão pública, ainda gera muita polêmica, principalmente em função dos trabalhadores associarem a ideia de avaliar com a repressão ou punição (VIEIRA *et al*. 2017). É grande o número de questões que geram inquietação, neste estudo problematizou o tema da avaliação de desempenho individual voltado para gestão pública sob a ótica construtivista.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo teve como objetivo fazer um estudo da avaliação de desempenho analisando sua importância para a gestão pública, assim identifica-se que as a avaliação de desempenho

individual é fundamental para auxiliar a gestão pública a se tornar eficiente e consequentemente desenvolver um serviço de qualidade para sociedade.

Várias instituições públicas aplicam a avaliação de desempenho apenas como um processo burocrático, não utilizando ela como um instrumento para identificar pontos de melhoria que devem ser desenvolvidos em seus servidores, auxiliando assim no alcance do objetivo da instituição.

A instituições públicas devem buscar entender e investir no capital humano e consequentemente no desenvolvimento da organização. É importante salientar que essas instituições que os resultados da organização, ou seja, seu desempenho está diretamente ligado ao desempenho de seus servidores por isso a necessidade de investir em uma avaliação de desempenho individual. Percebe-se que esse instrumento não deve ser aplicado apenas para mensurar o desempenho, mas, para aplicar medidas de melhoria e também acompanhar a evolução dessas medidas.

Esse instrumento também se torna importante para evitar que o servidor público se acomode no cargo que ocupa dentro da instituição, já que este possui estabilidade, incentivando este a buscar o crescimento pessoal e da própria instituição. A avaliação se torna importante já que é considerada uma ferramenta gerencial, e se for utilizada de forma correta traz para a instituição melhores resultados, aumentando assim a qualidade do serviço prestado e consequentemente a satisfação da sociedade.

4. REFERÊNCIAS

ABRUCIO, F. L.; **Os avanços e os dilemas do modelo pós-burocrático**: a reforma da administração pública à luz da experiência internacional recente. In: BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos; SPINK, Peter Kevin. Reforma do Estado e administração pública gerencial. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1998.

ABU-DOLEH, J.; WEIR, D. **Dimensions of performance appraisal systems in jordanian private and public organizations**: the international journal of human resource management, v. 18, n. 1, p. 75-84, 2007.

ALMEIDA, S.; MARÇAL, R.F.; M; KOVALESKI, J. L. **Metodologias para avaliação de desempenho organizacional**. Anais Eletrônicos da Associação Brasileira de Engenharia da Produção. Florianópolis, SC, Brasil, 2004.

ALVES, F.T. **Avaliação de desempenho da administração pública.** Revista de Ciência Gerenciais, v. 14, n. 20. 2010.

AMARAL, B.G. ENSSLIN, S.R. VALMORBIDA, S.M.L. DUTRA, A**. Avaliação de desempenho de servidores públicos:** o que a literatura nos ensina? I Congresso Internacional de Desempenho do Setor público, Florianópolis, set. 2017.

BARBOSA, L. **Meritocracia à brasileira**: o que é desempenho no Brasil? Revista do Serviço Público, Brasília, v. 120, n. 3, p. 58-102, set./dez. 1996.

BERGAMINI, C.W. **Avaliação de desempenho humano na empresa**. São Paulo: Atlas, 1983.

BERGUE, S.T. **Gestão de pessoas em organizações públicas**. 3. ed. Caxias do Sul: Educs, 2005.

BEVIR, M.; RHODES, R. A. W. **A decentered theory of governance:** rational choice, institutionalism, and interpretation. Institute of Governmental Studies, University of California, Berkeley, 9 March 2001.

BLONSKI, F. *et. al*. **O controle gerencial na perspectiva do *New Public Management*:** o caso da adoção do *Balanced Scorecard* na Receita Federal do Brasil. Administração Pública APGS, janeiro-março, 2017. Disponível em:< file:///F:/O%20Controle%20Gerencial%20na%20Perspectiva%20do%20New%20Public%20Management_%20O%20Caso%20da%20Ado%C3%A7%C3%A3o%20do%20Balanced%20Scorecard%20na%20Receita%20Federal%20do%20Brasil%20_%20Blonski%20_%20Administra%C3%A7%C3%A3o%20P%C3%BAblica%20e%20Gest%C3%A3o%20Social.html#.XA-AvttKjIU>. Acesso: 09/09/2018.

BRASIL. **Constituição federal de 1988**. Presidência da República. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 08 nov.2018.

_____. Presidência da República. **Plano diretor da reforma do aparelho do estado**. Brasília: Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado: 1995.

_____. Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado. **A nova política de recursos humanos**. Cadernos MARE da Reforma do Estado. n. 11. Brasília: MARE, 1997.

_____. **Decreto nº 7.133**, de 19 de março de 2010. Presidência da República. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7133.htm>. Acesso em: 08 nov. 2018.

BRESSER-PEREIRA, L. C. **Democracia, estado social e reforma gerencial**. Revista de Administração de Empresas. V. 50, São Paulo, Jan/Mar 2010. Disponível em:< http://www.bresserpereira.org.br/documento/3829>. Acesso: 12/09/2018.

BROWN, M.; HYATT, D.; BENSON, J. **Consequences of the performance appraisal experience.** Personnel Review, v. 39, n. 3, p. 375-396, 2010.

CAETANO, A. **Avaliação de desempenho:** metáforas, conceitos e práticas. Lisboa: RH Editora, 1990.

CAPELLA, A. C. N. **Mudança organizacional e transformações na gestão pública**. In BIZELLI, J. L. e FERREIRA, D. A. O. Governança Pública e Novos Arranjos de Gestão. Piracicaba, Jacintha, 2009. (pp. 35-54). Disponível em:< http://www.academia.edu/18659900/Mudan%C3%A7a_Organizacional_e_Transforma%C3%A7%C3%B5es_na_Gest%C3%A3o_P%C3%BAblica>. Acesso: 09/09/2018.

CARVALHO, E. R.; **Reforma administrativa sob o monte do *New Public Management*:** os casos de Portugal, Espanha e Irlanda. 2018. Disponível em:< http://www.academia.edu/3648988/NPM_em_Portugal_Irlanda_e_Espanha>. Acesso: 10/10/2018.

CATELLI, A.; SANTOS, E. S. **Mensurando a criação de valor na gestão pública**. Revista de Administração Pública, v. 38, n. 3, p. 423-450, 2004.

CARVALHO, A.V.; NASCIMENTO, L.P. **Administração de recursos humanos.** vol 1, São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004.

CHAVES, R. C.; MARQUES, A. L.; **Mudança organizacional no setor público:** um estudo sobre o impacto das mudanças instituídas pelo Governo do estado de Minas Gerais numa instituição pública estadual. 30º Encontro da ANPAD, 23 a 27e setembro de 2006 – Salvador/BA - Brasil. Disponível em:< http://www.anpad.org.br/enanpad/2006/dwn/enanpad2006-apsa-0492.pdf>. Acesso: 09/09/2018.

CORDEIRO, J. P. L.; *et*.al. **Estratégia de recursos humanos no serviço público federal.** Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Edição 06. Ano 02, Vol. 01. Setembro de 2017. Disponível em:< file:///F:/Estrat%C3%A9gia%20de%20Recursos%20Humanos%20no%20Servi%C3%A7o%20P%C3%BAblico%20Federal.html>. Acesso: 20/10/2018.

ASSO JÚNIOR, A. E.; **Nova gestão pública (NGP)**: a teoria de administração pública do estado ultraliberal. 2018. Disponível em:< http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=d05c25e6e6c5d489>. Acesso: 12/10/2018.

DI GIACOMO, W. A.; **O *new public management* no Canadá e a gestão pública contemporânea.** Interfaces Brasil/Canadá, Rio Grande, nº 5, 2005. Disponível em:< file:///D:/Meus%20documentos/Downloads/6508-21442-1-PB.pdf>. Acesso: 20/10/2018

DUTRA, J. S. **Gestão de pessoas:** modelos, processos, tendências e perspectivas. São Paulo: Atlas, 2002.

DUTRA, A.; SOUZA, M.C.P.S.; AMBONI, N.; MARQUEZI, T. M. C. **Avaliação de desempenho**: histórico, teorias e implantação. In DUTRA, A.; MIROSKI, C. (Org). Gestão Estratégica de Pessoas: teoria e reflexão na prática de cases. Florianópolis: Insular, 2008.

Experiência de avaliação de desempenho na administração pública federal. Brasília: ENAP, 2000.

ENSSLIN, L.; MONTIBELLER NETO, G.; NORONHA, S. M. **Apoio à decisão:** metodologias para estruturação de problemas e avaliação multicritério de alternativas. Florianópolis: Insular, 2001.

FEITOSA, L. V. S.; COSTA, C. E. S.; **Inovações no setor público:** a resistência à mudança e o impacto causado no comportamento do indivíduo. Anais do V SINGEP – São Paulo – SP – Brasil – 20, 21 e 22/11/2016. Disponível em:< https://singep.org.br/5singep/resultado/191.pdf>. Acesso: 20/10/2018.

FISCHER, A.L. **Um resgate conceitual e histórico dos modelos de gestão de pessoas:** as pessoas na organização. São Paulo: Gente, 2002.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

JAIN, P. **Strategic human resource development in public libraries in Botswana.** Library Management, v. 26, n. 6/7, p. 336-350, 2005.

KERSTEN, T.A; ISRAEL, M.S**. Teacher evaluation:** principal's insights and suggestions for improvement. Planning and Changing, Normal: 2005. Disponível em: <http://files.eric.ed.gov/fulltext/EJ737642.pdf>. Acesso em 08 abr 2018.

LACOMBE, F.; HELBORN, M.A. **Administração:** princípios e tendências. 2. Ed. São Paulo: Saraiva 2008.

LAVOR, L.D.; VILLARDI, B.Q. **Avaliação de desempenho individual:** diretrizes para construir um instrumento de gestão estratégica de pessoas para o Instituto do Patrimônio Histórico Nacional (IPHAN)**.** EnANPAD. São Paulo/SP, 2015

LEITÃO, M.F.F. **Avaliação de desempenho de pessoal técnico em instituições de pesquisa e desenvolvimento**. Rev. Adm. IA - USP. Vol. 14, 1979.

LISBOA, F. V.; ENSSLIN, L.; PETRI, S. M. **Modelo construtivista para apoio à gestão da atividade de pessoal na coordenadoria de auditoria e controle do ministério público de Santa Catarina.** CIDESP. ANAIS. AGOSTO 2018.

LUCENA, M.D.S. **Avaliação de desempenho:** métodos e acompanhamento. São Paulo: Mc Graw Hill do Brasil, 1977.

MACHADO, F.M. **Desestatização e privatização no Brasil**. Revista digital de direito administrativo, São Paulo, p. 99-119, 1 set. 2014.

MADUREIRA, C. **A avaliação de desempenho no contexto da administração pública**. Actas do 3º Encontro INA cujo tema foi "A reinvenção da Função Pública", Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2002.

MARCONI, N. Políticas integradas de recursos humanos para o setor público. In: LEVY, E.; DRAGO, P. A.; (Org.). Gestão Pública no Brasil Contemporâneo. São Paulo: Ed. Fundap, 2005. Disponível em:< http://www.campinas.sp.gov.br/arquivos/recursos-humanos/txt_apoio_marconi_rh.pdf>. Acesso: 12/10/2018.

MARRAS, J.P. **Administração de recursos humanos**: do operacional ao estratégico. 11 .ed. São Paulo: Futura, 2000.

MARQUES, A.L.; MORAIS, K. de; ALBERGARIA, A.R. **Gerenciamento de desempenho de servidores públicos:** estudo sobre a cooperação e a resistência dos servidores à implantação da avaliação de desempenho individual pelo governo de Minas Gerais. *In*: XXXV ENCONTRO DA ANPAD, Rio de Janeiro. 2011.

MATIAS-PEREIRA, J. **A governança corporativa aplicada no setor público brasileiro**. Administração Pública e Gestão Social, Viçosa, v.2, n.1, p. 109-134, jan./mar., 2010.

MIRANDA, R.A.R.F. **A Avaliação de Desempenho na administração pública: O caso da Delegação do MED do Porto Novo**. Universidade Jean Piaget de Cabo Verde. Cidade da Praia, 2014.

MOTTA, P. R. M. **O estado da arte da gestão pública**. Revista de Administração de Empresas, v.53, n.1, p. 82-90, jan./fev., 2013.

MOURA, E. **Gestão dos recursos humanos**: influências e determinantes do desempenho. Lisboa: Edições Sílabo, 2000.
NEELY, A. **Avaliação do desempenho das empresas**: por que, o que e como. Lisboa: Caminho, 2002.

OLIVEIRA, A.S. **As implicações da avaliação de desempenho no setor público.** Especialização em Gestão Pública Municipal na Pós-Graduação Gestão Pública Municipal. Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR. Curitiba, 2011.

PEIXER, E; BARATTO, J.S.M; DE CARVALHO, D.S.F. **Avaliação de desempenho do servidor público.** Curso de Especialização em Modernização da Gestão do Poder Judiciário.Universidade do Sul de Santa Catarina.Unisul Virtual. Santa Catarina, 2008.

PEREGRINO, F. O.F.; **A nova administração pública no Brasil (1995/2009):** uma avaliação do modelo de organização social na área da Ciência & Tecnologia. Rio de Janeiro: UFRJ/COPPE, 2009. Disponível em:< http://cbpfindex.cbpf.br/publication_pdfs/TESE060809-vF.2009_11_05_18_30_30.pdf>. Acesso/ 12/10/2018.

PIERANTI, O. P.; RODRIGUES, S.; PECI, A.; **Governança e *New Public Management***: convergências e contradições no contexto brasileiro. XXXI Encontro da ANPAD, Rio de Janeiro/RJ – 22 a 26 de setembro de 2007. Disponível em:< http://www.anpad.org.br/admin/pdf/APS-B392.pdf>. Acesso: 09/09/2018.

PILLAY, P; SUBBAN, M. **Performance management**: a local government perspective in South Africa. African Journal of Public Affairs, 2007.

PONTES, B.R. **Avaliação de desempenho:** nova abordagem. 7.ed. São Paulo: LTR, 1999.

SANTOS, P.R.G. **Avaliação de desempenho no contexto da administração pública direta:** aspectos determinantes de sua efetividade. Dissertação de Mestrado em Administração, Universidade de Brasília, Brasil, 2005.

SANO, H. **Nova gestão pública e accountability**: o caso das organizações sociais paulistas. Fundação Getúlio Vargas, 2003. Disponível em:< http://www.bresserpereira.org.br/documento/1872>. Acesso: 12/09/2018.

SANTOS, A. P. dos. **Gestão por competências e avaliação de desempenho**: da diversidade de teorias e instrumentos ao desafio de construir modelos adequados à administração pública. In: Congreso internacional del clad sobre la reforma del estado y de la administración pública, 13. 2008, Buenos Aires, Argentina. Anais [...]. CLAD, 2008.

SEABRA, S. N.; **A nova administração pública e mudanças organizacionais**. 2001, p. 25. RAP Rio de Janeiro 35(4):19-43, Jul./Ago. 2001. Disponível em:< file:///D:/Meus%20documentos/Downloads/6394-12184-1-PB%20(4).PDF>. Acesso: 09/09/2018.

SECCHI, L.; **Modelos organizacionais e reformas da administração pública**. Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, 43(2), 347-369, 2009. Disponível em:< http://www.scielo.br/pdf/rap/v43n2/v43n2a04.pdf>. Acesso: 09/09/2018.

SNELL, S.; BOLANDER, G. **Administração de recursos humanos**. São Paulo: Cengage Learning, 2009.

SOUZA, C. M. **Atributos da governança pública:** mecanismos de atendimento da Política Nacional de Resíduos Sólidos Urbanos no município de Catalão (GO). Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Gestão Organizacional, Universidade Federal de Goiás, Catalão, 2016

STASSUN, C.C.S.; WIPPEL, F. **Avaliação de desempenho e capacitação contínuos no serviço público:** avanços da política de rh na administração pública de uma prefeitura do alto vale do Itajaí-sc. Planejamento e políticas públicas, Itajaí. 2013

STONER, A.F.; FREEMAN, R.E. **Administração.** 5. Ed, São Paulo: LTP, 1994.

TANWIR, M.; CHAUDHRY, A. **Reforming a broken system:** a new performance evaluation system for Pakistan civil servants. Pakistan Development Review, v. 55, n. 1, p. 49, 2016.

TACHIZAWA, T; FERREIRA, V. C. P; FORTUNA, A. A. M. **Gestão com pessoas**: uma abordagem aplicada às estratégias de negócios. 4 ed. rev, e atual. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

VELASCO, S. M.V.; SILVA, M. T. **Sistemática da avaliação de desempenho na administração pública federal.** IV congresso consad de gestão pública. Brasília, 2011.

VIEIRA, S. de P. *et al*. **Planos de carreira, cargos e salários no âmbito do Sistema Único de Saúde:** além dos limites e testando possibilidades. Saúde em Debate. v. 41, n. 112, p. 110-121, 2017.

VIMIEIRO, J. V.; **Mudança organizacional na administração pública: análise da implantação de um centro de serviços compartilhados.** Fundação João Pinheiro, 2016. Disponível em:< http://tede.fjp.mg.gov.br/bitstream/tede/369/2/FJP05-000407.pdf>. Acesso: 20/10/2018.

WAXIN, M. F.; BATEMAN, R. **Public sector human resource management reform across countries:** from performance appraisal to performance steering? European Journal of International Management, v. 3, n. 4, p. 495-511, 2009.

ALTUS CIÊNCIA
REVISTA ACADÊMICA MULTIDISCIPLINAR DA FACULDADE CIDADE DE JOÃO PINHEIRO

USO DE DERIVATIVOS NAS ORGANIZAÇÕES: uma revisão integrativa

Mirian Sousa Moreira[1]
Lucas Paulo Ribeiro Esteves[2]
André Vasconcelos da Silva[3]
Ana Paula Pinheiro Zago[4]
Graciele Cristina Silva[5]
Luiz Almeida da Silva[6]
Andre Barra Neto[7]

Resumo: A presente pesquisa tem como objetivo verificar os estudos realizados em relação a aplicabilidade de derivativos por empresas brasileiras. A questão norteadora resume-se a: Que estudos estão sendo realizados com relação ao uso de derivativos nas organizações brasileiras? Para responder tal questão, utilizou-se como metodologia uma Revisão Integrativa da Literatura (RI). Os critérios de inclusão foram: artigos completos, disponíveis na íntegra, encontrados em base de dados e abordando sobre o uso de derivativos nas organizações. Selecionaram-se para a busca as seguintes palavras-chave em língua portuguesa: "Derivativos", "Operações de Hedge" e "Proteção contra riscos". Então a partir dos critérios de inclusão obteve-se uma amostra de 14 artigos selecionados. Assim, constatou-se que as pesquisas foram parecidas em relação a metodologia usada na amostra, mostrando que há um padrão ao pesquisar sobre derivativos. Também foi observado que não usou-se quantos aos objetivos a pesquisa explicativa que é o tipo que mais aprofunda o conhecimento da realidade, porque explica a razão, o porquê das coisas. Por isso, é o tipo mais complexo e delicado. De maneira geral os artigos passaram a ideia de que o uso de derivativos é complexo e para isso é necessária muita informação, pois as decisões tomadas afetam diretamente as organizações. Alguns artigos citaram o mau uso deles em algumas empresas e as consequências disso para a empresa e como o mercado influencia sobre quais tipos de atividades serão realizadas e escolhas dos derivativos.

[1] Mestranda do PPGGO da Universidade Federal de Goiás (UFG) – Regional Catalão, E-mail: miriansousa94@live.com
[2] Pós-graduando em Gestão Financeira e Controladoria da Universidade Federal de Goiás (UFG) – Regional Catalão, E-mail: luparies@gmail.com
[3] Doutor em Ciências do Comportamento (UNB). Professor do Mestrado Profissional em Gestão Organizacional da Universidade Federal de Goiás (UFG) – Regional Catalão. E-mail: andre.silva.ufg@gmail.com
[4] Prof.ª Dr.ª do PPGGO da Universidade Federal de Goiás (UFG) – Regional Catalão. E-mail: apaulazago@yahoo.com.br
[5] Prof.ª Dr.ª do PPGGO da Universidade Federal de Goiás (UFG) – Regional Catalão. E-mail: gcsilvanut@gmail.com
[6] Prof. Dr. do PPGGO da Universidade Federal de Goiás (UFG) – Regional Catalão. E-mail: enferluiz@yahoo.com.br
[7] Prof. Dr. do PPGGO da Universidade Federal de Goiás (UFG) – Regional Catalão. E-mail: andrebarra1128@gmail.com

Recebido em 20/10/2019
Aprovado em 06/11/2019

Palavras-chave: Derivativos. Hedge. Proteção. Riscos. Revisão Integrativa.

Abstract: At present, we have the objective of verifying the studies carried out in relation to the applicability of derivatives by Brazilian companies. A questão norteadora summarizes: What studies are being carried out in relation to the use of derivatives in Brazilian organizations? To answer this question, I used the methodology of an Integrative Review of Literature (IR). The critics of inclusion foram: complete articles, available in full, found on the basis of data and dealing with or use of derivatives by organizations. Selecionaram-stops to look for the following palavras-chave in Portuguese language: "Derivatives", "Operações de Hedge" and "Proteção contra riscos". From two criteria of inclusion, we get a sample of 14 selected articles. Assim, I know that the foram research similar to the methodology used in our demonstration, showing that I have been doing research on derivatives. It has also been observed that we do not use four objective years for explanatory research that the type that most deepens or realizes, because it explains why, or why it is difficult. By this, the most complex and delicate type. In general, the articles will be passed on to the idea that the use of derivatives and complexes is necessary for many information, as decisions taken directly affect organizations. Some articles cited or mau use of some companies and the consequent consequences for a company and also how or market influence on what types of activities will be carried out and escort two derivatives.

Keywords: Derivatives. Hedge. Protection. Risks. Integrative Revision.

1 INTRODUÇÃO

O risco se faz presente em qualquer tipo de negócio, por isso, instituições utilizam os derivativos como forma de minimizá-lo. Devido às oscilações financeiras e econômicas, as organizações são sujeitas a diversos riscos, no entanto, Jorion (2010) aponta que os riscos financeiros, diretamente ligados aos efeitos de variáveis financeiras, englobam principalmente os riscos de mercado, de crédito, de liquidez e operacional. Miceli (2017) aponta que a integração dos riscos em uma organização pode reduzir perdas potenciais, já que um risco pode anular outro. Contudo, a redução dos riscos gera uma maior competitividade nos mercados de um determinado setor e, ainda assim, algumas empresas veem alguns riscos como possíveis oportunidades de crescimento. E é para reduzir os riscos financeiros que empresas utilizam os derivativos, que são categorias de ativos financeiros cujo preço deriva de um ativo subjacente (CARRARA, 2018).

Os derivativos são contratos estabelecidos entre partes, cujo valor depende do valor de outro ativo financeiro ou não financeiro e da oscilação dos valores deste ativo (MARQUES; PETRI, 2014), sendo utilizados como proteção contra algum determinado risco, dar mais liquidez as operações com o ativo, e por último a alavancagem de posições.

Perobelli (2004) salienta que as empresas que utilizam os derivativos são principalmente aquelas suscetíveis às variações da taxa de câmbio, preços de commodities e juros. Foi a partir dessas variáveis, que podem levar empresas a uma possível perda ou falência, que surgiu a gestão dos riscos. Iniciada nos Estados Unidos e em alguns países da Europa após a segunda guerra mundial, teve como intuito a minimização dos riscos utilizando *Hedge* de preços por meio do uso de derivativos (MICELI, 2017).

A utilização e contratação de derivativos pode ter quatro fatores motivadores, segundo Marques e Petri (2014), a proteção, a alavancagem, a especulação e a arbitragem. Primeiramente a proteção pode ser utilizada com o objetivo de redução dos riscos intrínsecos nas transações entre fornecedores e clientes, assim como com o intuito de assegurar a rentabilidade do negócio (LOZARDO, 1998). Já, a alavancagem pode rapidamente aumentar a rentabilidade a um baixo custo (MARQUES; PETRI, 2014). A especulação tem como objetivo acompanhar as variações dos preços e acontecimentos de eventualidades a fim de garantir liquidez no mercado (OLIVEIRA, 2003). Por último, a arbitragem busca a obtenção de ganho por meio das diferenças de preço de um mesmo produto em mercados distintos (MELLO; ROSSI; CHILIATTO-LEITE, 2011).

Surgido após a segunda guerra mundial, como aponta Miceli (2017), os derivativos começaram realmente a ser utilizados mais frequentemente somente na década de 1970 (MARQUES; PETRI, 2014) e, independentemente disso, Lopes, Galdi e Lima (2011) abordam que os derivativos emergiram pela indispensável carência de diminuição das oscilações nas transações do ativo principal e a partir dos altos riscos intrínsecos nos negócios. Riccio, Mendonça Neto e Cardoso (2005) e Albuquerque (2008) salientam que, ainda na década de 1990, as organizações analisavam os riscos isoladamente, desconsiderando os riscos macroeconômicos, preocupando-se apenas com possíveis danos aos ativos físicos. Kimura e Pereira (2005) ressaltam que somente nos últimos anos a gestão de riscos por meio dos derivativos tem sido realmente implementada em algumas organizações.

A partir disso, essa pesquisa tem como objetivo analisar os estudos realizados em relação à aplicabilidade de derivativos por empresas brasileiras, por meio de uma revisão integrativa.

1.1 Mercado de Derivativos

Na atualidade o mercado de derivativos faz-se presente em diversas organizações. Karathanasis, Sogiakas e Toudas (2012) apontam que esse mercado colabora para o efeito de estabilização, assim como Alkebäck, Hagelin e Pramborg (2006) indica que o uso dos

derivativos para gerir riscos, assim como gerir a dificuldade em controlar as tarefas financeiras. Como resultado do aumento do uso dos derivativos nas empresas, afirmado por Alkebäck, Hagelin e Pramborg (2006), os mesmos tornaram-se de devida importância para os acionistas, credores e reguladores.

Derivativos são instrumentos financeiros que derivam de um ou outro ativo ou um contrato negociado entre as partes em mercados secundários organizados. Dentre os mais comuns são os contratos a termo, contratos futuros, opções de compra e de venda e contratos *swaps* (AMARAL, 2003). Os derivativos são derivados sempre de um ativo, utilizados por pessoas ou instituições nos mercados futuros ou de opções, utilizados pra realizar proteção (*hedge*), para gerenciar riscos ou mesmo para especular o mercado (TOLEDO FILHO, 1999).

Fernandes e Rodrigues (2009) apontam que a origem dos derivativos está ligada ao comércio de *commodities* e surgiram diante da necessidade de agilizar e garantir a negociação das mesmas, visto que, as colheitas eram feitas apenas em determinadas épocas do ano. Segundo Bessada (2003) a existência destes instrumentos está condicionada às variações do mercado à vista, uma vez que não haveria riscos dos quais se protegerem. Para Amaral (2003), apesar de sua importância na proteção de riscos, os derivativos devem ser utilizados com cautela, principalmente por leigos, uma vez que o mau uso de tais instrumentos pode levar seus usuários à falência.

Os derivativos são excelentes ferramentas para gestão de risco de uma empresa, mas eles apresentam seus próprios riscos. A necessidade de garantir a saúde financeira da empresa e de oferecer maior segurança aos acionistas levou a um forte incremento do uso de derivativos no mundo (AMARAL, 2003). As transações com derivativos podem, conforme Sanvicente (2003), ter utilização como uma cobertura de riscos, ou proteção contra riscos. Este último denomina-se *hedge*. Nesse caso, os derivativos são usados para proteger carteiras ou aplicações já existentes em outros ativos, e não isoladamente.

Há no mercado também novas gerações de derivativos como *caps*, *floors*, *swaps* de vários tipos, *collars*, inúmeras estratégias com opções e outros ativos e que sempre surgirão novas modalidades de derivativos, pois os investidores seguem com criatividade nesse mercado (AMARAL, 2003).

Os derivativos oferecem aos investidores a possibilidade de manterem os riscos que quiserem, e de livrarem-se daqueles que lhes parecerem indesejáveis. Mas o uso desses instrumentos, assim como o de outros investimentos especulativos, pode apresentar sérios riscos, especialmente para os leigos. De acordo com a autora Chew (1999), os derivativos são

instrumentos ao mesmo tempo poderosos e perigosos e o único meio de diminuir os riscos inerentes a eles é conhecendo-os a fundo e aprendendo a gerenciá-los.

Segunda a BM&F (2007) são quatro os tipos de mercados derivativos: a termo, futuro, de opções e de swap. Para alguns especialistas o swap não é uma modalidade devido sua semelhança com o mercado a termo.

No mercado a termo, o comprador ou vendedor se compromete a comprar ou vender certa quantidade de um bem, seja ele uma mercadoria ou ativo financeiro, por um preço fixado ainda na data de realização do negócio, para liquidação em uma data futura. Nesse caso, os contratos a termo somente são liquidados integralmente no vencimento e podem ser negociados em bolsa e no mercado de balcão (BM&F, 2007).

Já no mercado futuro, este é uma evolução do mercado a termo onde a pessoa compromete-se a comprar ou vender certa qualidade de um bem por um preço estipulado para a liquidação em data futura. A diferença é que a liquidação dos compromissos somente na data de vencimento no mercado a termo e no mercado futuro os compromissos são ajustados financeiramente às expectativas do mercado referentes ao preço futuro daquele bem, por meio do ajuste diário que é um mecanismo que apura perdas e ganhos, e outra diferença também é que estes somente são negociados em bolsas (BM&F, 2007).

No mercado de opções negocia-se o direito de comprar ou de vender um bem, seja ele mercadoria ou ativos financeiros, por um preço fixo numa data futura. Quem adquirir o direito deve pagar um prêmio ao vendedor tal como num acordo de seguro (BM&F, 2007).

No mercado de swap ocorre a negociação da troca de rentabilidade entre dois bens, seja mercadorias ou ativos financeiros, e pode-se definir o contrato de swap como um acordo entre duas partes, que estabelecem a troca de fluxo de caixa tendo como base a comparação da rentabilidade entre dois bens (BM&F, 2007).

No Quadro 1 têm-se as principais diferenças entre as modalidades de derivativos reunidas:

Quadro 1 – diferenças entre modalidades de derivativos

	Mercado a termo	**Mercado futuro**	**Mercado de opções**	**Mercado de swap**
Onde se negocia	Balcão ou bolsa	Somente bolsa	Balcão ou bolsa	Balcão ou bolsa
O que se negocia	Compromisso de comprar ou vender um bem por preço fixado em data futura	Compromisso de comprar ou vender um bem por preço fixado em data futura.	Os compradores adquirem o direito de comprar ou de vender por preço	Compromisso de troca de um bem por outro. Trocam-se fluxos financeiros

			fixo em data futura	
Posições	Ausência de intercambialidade	Intercambialidade	Intercambialidade	Ausência de intercambialidade
Liquidação	A estrutura mais comum é a liquidação somente no vencimento. Há contratos em que o comprador pode antecipar a liquidação	Presença de ajuste diário. Compradores e vendedores têm suas posições ajustadas financeiramente todos os dias, com base no preço de fechamento da bolsa	Liquidam-se os prêmios na contratação da operação. No vencimento, apura-se o valor da liquidação a partir do exercício do direito dos compradores	Somente no vencimento ou antecipadamente, com a concordância das partes

Fonte: BM&F (2007)

Com o avanço das comunicações, o crescimento das relações comerciais e a globalização, o capital adquiriu grande mobilidade e os derivativos, sem dúvida, tornaram-se importantes veículos para o aumento da eficiência em uma economia altamente competitiva em âmbito mundial (BM&F, 2007).

1.2 Participantes do Mercado de Derivativos

Para Marins (2009) os participantes desse mercado são os *hedgers*, que buscam proteção para a sua exposição ao risco, e os especuladores, que aceitam correr riscos e contribuem para uma maior liquidez do sistema.

Para BM&F (2007) são três os participantes, além dos *hedgers* e especuladores, tem-se a figura também dos arbitradores participante no mercado de derivativos. O hedger tem o objetivo de proteger-se contra a oscilação de preços e a principal preocupação não é o lucro em derivativos, e sim garantir o preço de compra ou de venda de determinada mercadoria em data futura e eliminar o risco de variações adversas de preço (NETO, 2002).

Já o arbitrador é o participante que tem como objetivo o lucro, mas não assume nenhum risco. O arbitrador busca distorções de preços entre mercados e tira proveito dessa diferença ou da expectativa futura dessa diferença. Sua estratégia é comprar no mercado em que o preço está mais barato e vender no mercado que está mais caro, lucrando o diferencial completamente imune a riscos, porque ele sabe exatamente por quanto irá comprar e vender (NETO, 2002).

O especulador é o participante cujo objetivo básico também é obter lucro, mas diferentemente dos *hedgers*, o especulador não tem nenhuma negociação no mercado físico que necessite de proteção. Ele atua na compra e venda de contratos futuros apenas para ganhar o diferencial entre o preço da compra e o de venda, não tendo interesse pelo ativo-objeto, apenas no lucro (BM&F, 2007).

A figura do especulador é importante, pois dos três é o único que toma riscos e fornece assim liquidez ao mercado. Quando os *hedgers* entram no mercado futuro, eles estão transferindo o risco a outro participante e não eliminando o risco de variações adversas de preços (BESSADA, 2003). O arbitrador assim como os *hedgers*, também não assumem riscos e a operação de especulação mais conhecida é a *day trade*, que abre e encerra sua posição no mesmo dia (BM&F, 2007).

Há autores que falam também da figura dos *marketmakers* que são agentes relativamente novos no mercado. Bessada (2003) os definem como especialistas em determinados produtos, que trazem posições próprias e que quando convocados pela bolsa devem oferecer preços de compra e venda para tais produtos. Para Neto (2002), os *marketmakers* auxiliam na formação de preços e garantem aos produtos boa liquidação.

1.3 Tipos de Derivativos e como podem ser utilizados

Os autores Lima e Lopes (1998) dividem os derivativos em dois grupos: os de primeira geração e de segunda geração. Na primeira geração tem-se *forward*, futuro, opções de compra e venda e *swap*, já de segunda tem *straddle* (compra de uma *call* e uma *put* pelo mesmo preço de exercício), *strangel* (igual ao *straddle*, mas com preço de exercício diferente), *strap* (compra de duas *calls* e uma *put*), *butterfly* (compra de uma *call* de exercício baixo, venda de duas *calls* de exercício médio e compra de uma *call* de exercício baixo) e *condor box* (se usada como futuro de índice, transforma uma aplicação de renda variável em renda fixa).

Os derivativos podem ser classificados em derivativos agropecuários onde tem como ativo-objeto *commodities* agrícolas, derivativos financeiros onde tem seu valor de mercado referenciado em alguma taxa ou índice financeiro, como taxa de juro, inflação, câmbio, índice de ações e outros. E ainda derivativos de energia e climáticos que tem como objeto de negociação energia elétrica, gás natural, créditos de carbono e outros (BM&F, 2007).

Os derivativos agrícolas têm como vantagem que somente o mercado de derivativos pode oferecer ao agricultor (que pretender vender sua produção, assim que efetuar a colheita, pelo melhor preço) e ao processador/usuário do produto (que espera comprar o produto no decurso

do ano, pelo melhor preço) os meios de garantir sua necessidade de fixação de preço, por meio de operações de *hegding*. Para esses derivativos há ainda as vantagens como grandes volumes de capital de risco são atraídos, há visibilidades de preços, o custo da mercadoria para o público diminui e ainda o custo de financiamento dos estoques cai (BM&F, 2007).

Os derivativos financeiros possuem também vantagens como sendo a sua principal aplicação a possibilidade de proteção (*hedge*). Empresas que tenham contratos de exportação, importação ou que, de alguma forma, possuam créditos a receber ou obrigações a cumprir em moedas estrangeiras podem proteger-se contra variações adversas na moeda que impactem negativamente seus ativos e passivos. A mesma situação ocorre com empresas que estejam sujeitas às taxas de juro internacionais ou que queiram proteger-se da volatilidade dessas taxas. E ainda os investidores individuais e de fundos de investimento financeiro possuidores de carteiras de ações podem utilizar os derivativos de índice de ações para proteger o valor de suas carteiras diante das oscilações de preço das ações (BM&F, 2007).

2 METODOLOGIA

Para desenvolvimento dessa pesquisa, utilizou-se uma revisão integrativa da literatura (RI). Refere-se a um método de pesquisa que busca analisar estudos científicos disponibilizados em plataformas eletrônicas, permitindo a síntese, análise e discussões críticas de conhecimento sobre um determinado assunto (SOUZA; SILVA; CARVALHO, 2010). A RI envolve seis etapas, as quais foram seguidas nesse estudo: reconhecimento do tema, escolha da hipótese ou questão norteadora, instituição de critérios de inclusão e exclusão de estudos, delimitação das informações a serem extraídas das pesquisas selecionadas, apreciação dos estudos inclusos, análise dos resultados e preâmbulo da revisão (SILVA *et. al*, 2016).

A investigação ocorreu no mês de maio do ano de 2019, utilizando os seguintes descritores para levantamento de trabalhos na base de dados selecionada: “derivativos”, “operações de hedge” e “proteção contra riscos”. A base de dados utilizada para busca de trabalhos relacionados ao tema em estudo foi o Portal de Periódicos CAPES.

Os critérios utilizados para inclusão nesta revisão integrativa foram: artigos completos que abordasse sobre o tema em estudo, disponíveis *online* na íntegra, trabalhos em língua portuguesa, inglesa e espanhola, publicados no período de 01 janeiro de 2014 a 31 de maio de 2019. Os artigos deveriam abordar sobre a aplicabilidade de derivativos pelas empresas brasileiras. Foram excluídos relatos, teses, dissertações e monografias, e trabalhos repetidos nas

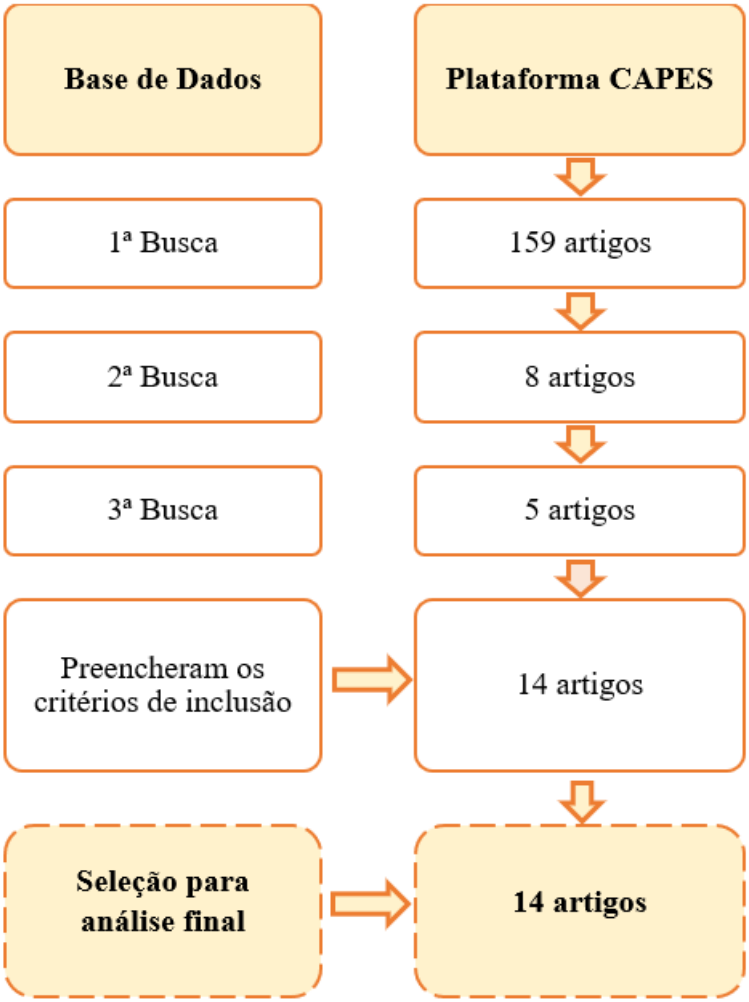
bases de dados. Realizou-se a leitura dos títulos e resumos dos estudos apresentados, seguida da leitura na íntegra dos artigos.

A análise dos dados foi realizada a partir das traduções e leitura dos artigos. Os resultados foram demonstrados por meio da forma descritiva e por meio da síntese dos achados apresentados na Quadro 2, contendo as informações extraídas dos artigos no período de 2014 a 2019.

Para a classificação do nível de evidência, aplicou-se: nível I – evidências por meio do resultado de metanálise de estudos clínicos controlados e com randomização; nível II – evidências obtidas em estudos de desenho experimental; nível III – evidências obtidas de pesquisas quase experimentais; nível IV – evidências obtidas de estudos não experimentais, descritivos ou com abordagem metodológica qualitativa; nível V – evidências obtidas de relatos de caso; e nível VI – evidências baseadas em opiniões de especialistas ou com base em normas ou legislações (STETLER *et al*, 1998).

A Figura 1 demonstra as etapas desenvolvidas durante esta revisão integrativa. Após a seleção dos artigos que se enquadraram nos critérios supracitados, houve uma leitura extenuante e posterior retirada das informações pertinentes.

Figura 1: Diagrama de fluxo do modelo de escolha dos artigos do estudo, 2014 – 2019

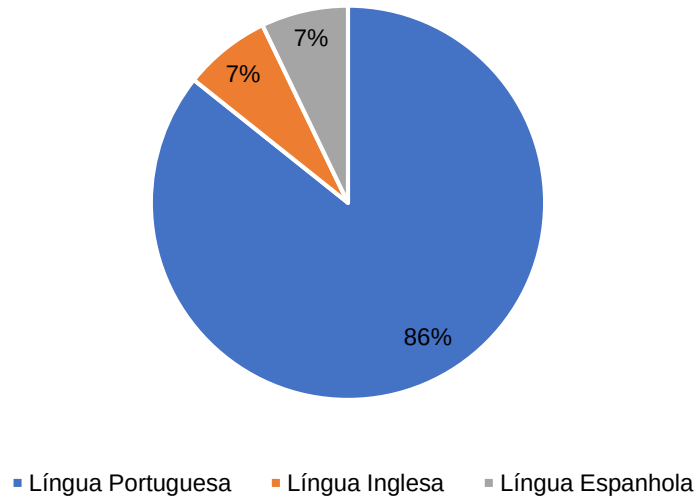


Fonte: Elaboração própria, 2019.

3 RESULTADOS

A partir da coleta nas bases de dados estabelecidas, encontrou-se 186 artigos ao todo que abrangiam as palavras: Derivativos, Operações de hedge e Proteção contra riscos. No entanto, para construção desse trabalho utilizou-se apenas quatorze artigos, visto que os demais não estavam relacionados ao tema em estudo. Dos quatorze selecionados, 86% estão em língua portuguesa, 7% em língua inglesa e 7% em língua espanhola, conforme Figura 2.

Figura 2: Idioma dos artigos

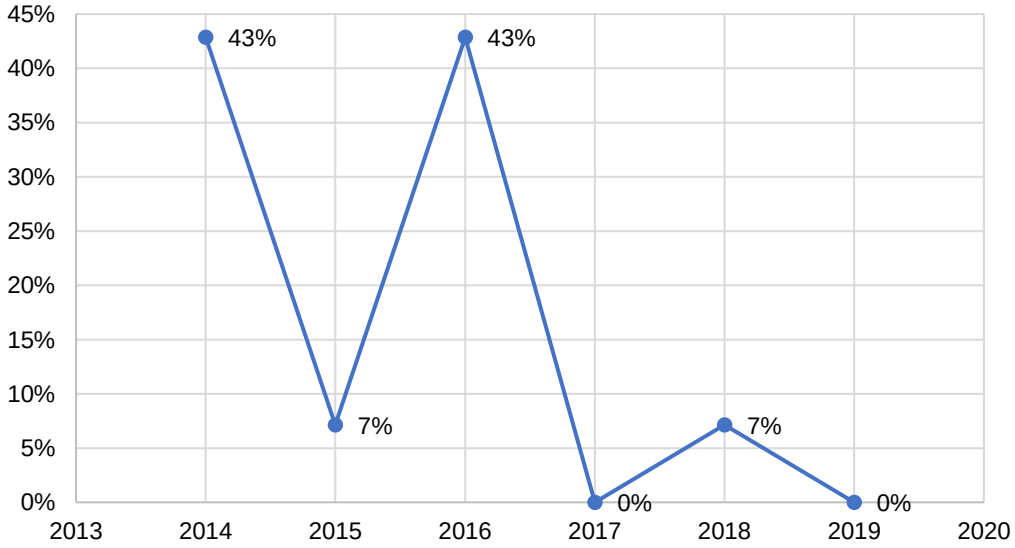


Fonte: Dados da pesquisa, 2019

A respeito do país de origem, 13 artigos são de origem brasileira (93%) e 1 artigo de origem colombiana (7%). Quanto a classificação do nível de evidência, verificou-se a predominância do nível IV em todos os artigos que compõem a amostra (100%). Segundo Stetler *et. al* (1998), o nível IV refere-se a estudos com metodologia não experimentais ou estudos de caso.

Com relação ao ano de publicação, como mostra a Figura 3, encontrou-se 6 artigos publicados em 2014 (43%), 1 publicados em 2015 (7%), 6 em 2016 (43%) e 1 em 2018 (7%).

Figura 3: Quantitativo de publicação por ano



Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

Em relação às metodologias dos artigos, destacam-se em relação aos objetivos segundo Gil (2008), 72% eram uma pesquisa descritiva, 14% eram uma pesquisa exploratória e 14% eram exploratória/descritiva. Quanto aos procedimentos técnicos 100% dos artigos se utilizaram de procedimento documental e quanto à abordagem 50% dos artigos eram de abordagem quantitativa, 36% de abordagem qualitativa e quantitativa e 14% apenas qualitativa.

Com o objetivo de sumarizar, integralizar os achados científicos e destacar o uso de derivativos nas organizações, foi construído um quadro síntese (Quadro 2).

Quadro 2 – Síntese das informações extraídas dos artigos, 2014 – 2019

Nº	Autores	Título do artigo	País/ Ano	Metodologia/ Evidência/ Amostra	Objetivo	Síntese resultados	Conclusão
1	- BIANCHI, M.; - LEMMERTZ, C.; - RAIMUNDINI, S. L.; - VENDRUSCOLO, M. I.	Evidenciação dos derivativos nas demonstrações contábeis de empresas brasileiras na área da saúde	Brasil 2014	- Descritivo - Documental - Qualitativo - Nível IV - 5 empresas	Analisar a evidenciação de instrumentos financeiros derivativos nas demonstrações contábeis das empresas brasileiras, que constam na classificação da BM&F Bovespa como pertencentes ao setor de Saúde	Somente duas empresas declaram o uso de derivativos em todos os anos analisados e apresentam corretamente os dados de análise de sensibilidade e de avaliação de riscos. Os tipos de derivativos utilizados pelas empresas pesquisadas foram: contrato de câmbio a termo, *swap* de moeda e opções de *call*. Todas as empresas utilizam derivativos apenas com a finalidade de proteção. Das empresas analisadas nenhuma apresenta as informações quantitativas de seus derivativos nas notas explicativas na forma da tabela contida na Instrução Normativa no 475 da CVM (2008b).	As empresas analisadas ainda não seguem plenamente as normas contábeis vigentes, não realizando análises de sensibilidade em todos os anos, avaliação e mensuração dos riscos em todos os casos, além de não evidenciarem adequada e suficientemente os derivativos nas notas explicativas.
2	- MARQUES, T. O.; - PETRI, S. M.	O uso de instrumentos financeiros	Brasil 2014	- Descritivo - Documental	Identificar variáveis que influenciam o uso de instrumentos financeiros	As instituições analisadas utilizam derivativos principalmente para o	As instituições analisadas ofereceram derivativos aos seus

Nº	Autores	Título do artigo	País/ Ano	Metodologia/ Evidência/ Amostra	Objetivo	Síntese resultados	Conclusão
		derivativos pelas instituições intermediárias financeiras listadas na BM&FBovespa		- Qualitativo/ Quantitativo - Nível IV - 18 empresas	derivativos pelas instituições intermediárias financeiras do Brasil listadas na BM&FBOVESPA, bem como identificar porque estas instituições utilizam os instrumentos financeiros derivativos no período de 2006 a 2011.	gerenciamento de risco (68%), ou seja, usam derivativos para se proteger de prejuízos que possam ocorrer devido as variações nos preços e taxas do mercado. Quanto aos tipos de derivativos mais utilizados, verificou-se que foram os contratos de opções (56,3%), *swap* (20%) e contratos futuros (19,2%). Já derivativos indexados em taxa de juro (41%) e taxa de câmbio (35%) apresentam-se em maior proporção. As variáveis que influenciam positivamente o uso de instrumentos financeiros derivativos estão relacionadas com as próprias variáveis dependentes defasadas em um período, a variável ATIVO e a variável do mercado financeiro TXCÂMBIO. Já em relação à influência	clientes como uma forma de obter mais receitas, mas usaram a maior parte dos derivativos para gerenciamento dos riscos aos quais estão expostas.

Nº	Autores	Título do artigo	País/ Ano	Metodologia/ Evidência/ Amostra	Objetivo	Síntese resultados	Conclusão
						negativa, destacaram-se PL, RECEITA e TXJURO.	
3	- MACHADO, D. G.; - OLIVEIRA, A. F.; - RIBEIRO FILHO, J. T.	Evidenciação dos derivativos após o CPC 14: um estudo da aderência brasileira em empresas listadas no índice IbrX-50 da BM&FBovespa	Brasil 2016	- Descritivo - Documental - Qualitativo - Nível IV - 22 empresas	Verificar como as empresas brasileiras, listadas no IBrX-50 da BM&FBovespa, estão evidenciando os derivativos após a adoção do CPC 14, à luz da Deliberação CVM nº. 566/08.	Mesmo com o avanço significativo da adoção das normas internacionais, as empresas que integraram a amostra cumpriram de forma mais satisfatória a evidenciação de objetivos e estratégias de gerenciamento de riscos, riscos associados e critérios de avaliação. Porém, os pontos mais críticos abrangem a evidenciação de resultados obtidos em relação aos objetivos propostos nos riscos associados, registro em contas de ativos e passivos segregados e valores e efeitos no resultado.	Apesar da evidenciação ser obrigatória, não é efetiva.
4	- OLIVEIRA, R. F.; - SCHIOZER, R. F.; - LEÃO, S.	A atuação de bancos estrangeiros no Brasil: mercados de crédito e	Brasil 2014	- Descritivo - Documental: Dados de bancos comerciais, bancos de investimento e bancos múltiplos	Investigar a atuação do conjunto de bancos de controle estrangeiro no Brasil de 2005 a 2011, com foco em sua participação nos	A crise financeira afetou negativamente os bancos estrangeiros, de forma mais intensa e longa do que os bancos privados nacionais. Entretanto, no período pós-	Os bancos de controle estrangeiro têm um importante papel no sistema bancário brasileiro. Apesar de a crise ter afetado

Nº	Autores	Título do artigo	País/ Ano	Metodologia/ Evidência/ Amostra	Objetivo	Síntese resultados	Conclusão
		derivativos de 2005 a 2011		com carteira comercial ou de investimento, desde 2005 até 2011. - Qualitativo/ Quantitativo - Nível IV - Foram incluídos todos os bancos em atividade em cada período.	mercados de crédito e de derivativos cambiais. Verificar ainda os impactos da crise financeira internacional de 2008/2009 sobre o comportamento desses bancos.	crise, a partir do terceiro trimestre de 2010 até o final de 2011, a taxa de crescimento das concessões dos estrangeiros foi superior às dos demais. No mercado de derivativos cambiais, os bancos estrangeiros, inclusive os de menor porte, têm papel importante no fornecimento desses instrumentos, especialmente para o setor não financeiro.	negativamente a participação desses bancos nos volumes de créditos concedidos, não houve redução na participação no mercado de derivativos cambiais.
5	AUGUSTO, A. M.	Análise do grau de evidenciação das operações com instrumentos financeiros derivativos pelas companhias brasileiras listadas no Ibovespa	Brasil 2014	- Exploratório-descritivo - Documental - Qualitativo/ Quantitativo - Nível IV - 45 empresas	Avaliar o grau de observância das orientações de evidenciação de instrumentos financeiros derivativos emanadas pelo CPC 40 (R1) por parte das companhias abertas brasileiras com ações negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo.	As evidências apontadas por este estudo indicam que o grau de evidenciação dos instrumentos financeiros derivativos nas demonstrações contábeis das empresas brasileiras sofreu uma considerável melhora após a introdução dos CPCs 38, 39 e 40, quando comparados aos estudos realizados antes da adoção das normas IFRS. Um destaque negativo de	O grau de evidenciação dos instrumentos financeiros derivativos nas demonstrações contábeis das empresas brasileiras sofreu uma considerável melhora após a introdução das normas IFRS.

Nº	Autores	Título do artigo	País/ Ano	Metodologia/ Evidência/ Amostra	Objetivo	Síntese resultados	Conclusão
						transparência contábil foi observado com a evidenciação das operações com *hedge*, que foram devidamente apresentadas por pouco mais do que a metade das 45 empresas analisadas neste estudo. Outro item de baixo grau de evidenciação foi o montante que melhor representa a exposição máxima da empresa ao risco de crédito incorrido pelas empresas. Na lista dos itens com alto grau de evidenciação, destaca-se a divulgação das informações quantitativas.	
6	- MACHADO, A. O.; - GARCIA, F. G.	A gestão do risco cambial corporativo por meio de derivativos na produção científica brasileira: análise bibliométrica	Brasil 2014	Exploratório-descritivo Documental Quantitativo Nível IV 44 artigos	Estudo bibliométrico sobre a produção científica brasileira relacionada à prática do *hedge* cambial corporativo.	Os autores identificaram que as empresas se preocupam com o risco cambial e seu efeito negativo sobre indicadores financeiros; evolução das práticas de governança corporativa e aderência das normas contábeis brasileiras às	Os artigos identificados neste estudo corroboram com a teoria financeira em defesa da importância da utilização responsável dos derivativos financeiros na gestão do risco cambial corporativo.

Nº	Autores	Título do artigo	País/ Ano	Metodologia/ Evidência/ Amostra	Objetivo	Síntese resultados	Conclusão
		entre 1999 e 2013				internacionais, identificadas por meio de maior transparência nos processos internos, envolvendo derivativos e utilização do *hedge accounting*; os efeitos tributários relacionados a esses instrumentos; apresentação de modelo matemático para o cálculo do nível de *hedge* ótimo e o impacto positivo da utilização responsável de derivativos sobre o valor da firma.	
7	- SILVEIRA, R. L. F.; - MACIEL, L.; - BALLINI, R.	Derivativos sobre commodities influenciam a volatilidade dos preços à vista? Uma análise nos mercados de boi gordo e café arábica no Brasil	Brasil 2014	- Exploratório, Testes de causalidade - Documental - Quantitativo - Nível IV Os dados utilizados neste estudo são: i) preços futuros de primeiro vencimento do boi gordo e café arábica, divulgados	Avaliar a influência das negociações e da volatilidade dos preços futuros sobre a volatilidade dos preços à vista nos mercados de café arábica e de boi gordo no Brasil.	Nos anos 2000, a negociação de contratos futuros se constituiu em mais um fator explicativo para o entendimento do comportamento da volatilidade das cotações à vista do café arábica e do boi gordo no Brasil, além das questões conjunturais associadas à perda do poder de compra da moeda norte-americana e,	Além da relevância em termos acadêmicos, os resultados podem ser úteis aos participantes dos mercados de boi gordo e café arábica na medida em que as relações de causalidade evidenciadas podem auxiliar nas estratégias de gerenciamento de riscos, bem como na elaboração

Nº	Autores	Título do artigo	País/ Ano	Metodologia/ Evidência/ Amostra	Objetivo	Síntese resultados	Conclusão
				pela BM&FBOVESPA; ii) volume de contratos futuros negociados e em aberto; iii) indicadores para o mercado à vista destes ativos, calculados pelo CEPEA/USP/ ESALQ. O período de análise para o mercado de café se dá entre janeiro de 2000 e dezembro de 2010 e, para o mercado de boi gordo, entre janeiro de 2001 e dezembro de 2010.		especialmente, dos aspectos estruturais relativos à oferta e demanda de tais produtos. Os padrões de consumo e de produção nos mercados locais e globais de commodities agropecuárias, incluindo as analisadas neste estudo, registraram alterações; alterações estas que explicam, em grande medida, as oscilações dos preços à vista e futuros. Além disso, vale observar que tais aspectos estruturais também acabam por influenciar na decisão de uso ou não de derivativos para gestão de risco ou para especulação, que, por consequência, interferem na evolução dos negócios com estes papéis. Variações não esperadas do volume de negociação e variabilidade dos preços futuros alteraram o padrão	de modelos de descoberta de preços.

Nº	Autores	Título do artigo	País/ Ano	Metodologia/ Evidência/ Amostra	Objetivo	Síntese resultados	Conclusão
						de volatilidade dos respectivos mercados spot.	
8	- MORENO-ALEMAY, P.; - PEREIRA-VILLA, C.	Por que a Colômbia não tem contratos futuros para bens agrícolas?	Colômbia 2015	- Descritivo - Documental - Quantitativo - Nível IV - 38 respondentes	Explorar os motivos pelos quais não são negociados contratos futuros na Colômbia como alternativas para cobertura de risco de preço para bens agrícolas.	Os riscos associados a operações de derivativos, referem-se ao medo de que um volume de negócios poderá afetar a liquidez, e a falta de conhecimento. Essas são as principais dificuldades que o mercado financeiro colombiano e os reguladores devem superar. Embora este estudo não nos diga exatamente por que os produtores de commodities na Colômbia não olham para o mercado financeiro de produtos com o intuito de cobrir seu risco, há indícios de que esse tipo de produto é percebido como contradição da tendência aversão ao risco.	A maior barreira a ser superada a fim de ter um mercado de futuros em produtos agrícolas é decidir qual produto deve exercer papel de liderança para impulsionar o mercado.
9	- PAMPLONA, E.; - FIIRST, C.; -GONÇALVES, M.; - KLANN, R. C.	Efeitos dos *accruals* discricionários e das operações de hedge sobre	Brasil 2018	- Descritivo - Documental - Quantitativo - Nível IV - 234 empresas	Identificar os efeitos dos *accruals* discricionários e das operações de hedge sobre o valor das empresas brasileiras,	Os achados confirmam a literatura de que os *accruals* são negativamente relacionados com o valor	Sinaliza-se aos gestores que usufruam em maior intensidade de operações de hedge para aumentar o valor de mercado das

Nº	Autores	Título do artigo	País/ Ano	Metodologia/ Evidência/ Amostra	Objetivo	Síntese resultados	Conclusão
		o valor das empresas brasileiras			medido pela *proxy* Q de Tobin.	das empresas e as operações de hedge são positivamente relacionadas com o valor das empresas no cenário brasileiro. Logo, tem-se que o comportamento oportunista dos gestores com o objetivo de auferir benefícios próprios acaba sendo percebido pelo mercado, que por sua vez, penaliza a empresa com a redução no valor de suas ações. Por outro lado, o uso de derivativos de hedge pelas organizações leva o mercado à percepção de menor risco da empresa, contribuindo para o aumento do seu valor.	empresas que administram.
10	- COSTA, T. M. T.; - SANTOS, M. L.; - SILVEIRA, S. F. R.	Utilização de contratos futuros do IBovespa em carteiras de fundos de pensão no brasil: uma	Brasil 2014	- Descritivo - Documental - Quantitativo/ Qualitativo - Nível IV - Índices Bovespa	Analisar o risco das carteiras de Fundos de Pensão com e sem contratos futuros do Ibovespa e avaliar os ganhos obtidos na relação retorno/risco por uma	Os resultados encontrados indicaram que um gerenciamento dinâmico, a partir de um acompanhamento setorial dos ativos que compõem determinada carteira de investimento, torna o	Os Fundos de Pensão devem cada vez mais investir na modernização de seus modelos de análise de risco e no gerenciamento de seus portfólios, principalmente devido à

Nº	Autores	Título do artigo	País/ Ano	Metodologia/ Evidência/ Amostra	Objetivo	Síntese resultados	Conclusão
		abordagem setorial			abordagem setorial proposta.	desempenho do portfólio melhor, reduzindo consideravelmente o nível de risco assumido.	necessidade de bons resultados que possibilitem o atendimento dos compromissos futuros com os participantes do plano de previdência. Além disso, essas instituições têm sido agentes importantes no que se refere ao crescimento do país, sugerindo que seu desenvolvimento deve ser acompanhado pelo Estado e pela sociedade.
11	- POTIN, S. A.; - BORTOLON, P. M.; - SARLO NETO, A.	*Hedge Accounting* no mercado acionário brasileiro: efeitos na qualidade da informação contábil, d*isclosure* e	Brasil 2016	- Descritivo - Documental - Quantitativo - Nível IV - 150 empresas	Investigar o efeito do conteúdo informacional do HA na qualidade das informações contábeis divulgadas por empresas não financeiras listadas na BM&FBOVESPA, bem como verificar a influência do HA sobre o nível de disclosure dos instrumentos financeiros derivativos de empresas	As evidências encontradas – para a influência do HA na qualidade da informação contábil – permitem conjecturar que o mercado brasileiro pode estar antecipando as informações dos lucros divulgados pelas empresas ou, ainda, estar interpretando HA como um mecanismo de	As evidências encontradas para a influência da *hedge accounting* indicam uma relação: (i) positiva e significativa na relevância da informação contábil e no *disclosure* dos derivativos; (ii) negativa e significativa para informatividade dos lucros contábeis. Para a

Nº	Autores	Título do artigo	País/ Ano	Metodologia/ Evidência/ Amostra	Objetivo	Síntese resultados	Conclusão
		assimetria de informação			não financeiras listadas na BM&FBOVESPA e, decorrente disso, na assimetria informacional.	gerenciamento de resultado, em vez de gestão de risco. Em relação às evidências encontradas para a influência do HA sobre o *disclosure* dos derivativos, é possível destacar que HA exerce influência positiva sobre a redução da assimetria informacional, no que tange à utilização dos derivativos. No que tange às evidências encontradas para a assimetria da informação, o relativamente pequeno número de empresas analisadas pode representar uma limitação da pesquisa, haja vista que a decorrente baixa variabilidade pode repercutir nos coeficientes não significativos do modelo.	assimetria de informação, embora os coeficientes se mostrassem conforme o esperado, não foram estatisticamente significativos.

Nº	Autores	Título do artigo	País/ Ano	Metodologia/ Evidência/ Amostra	Objetivo	Síntese resultados	Conclusão
12	- KLANN, R. C.; - KREUZBERG, F.; - BECK, F.	Fatores de risco evidenciados pelas maiores empresas listadas na BM&FBovespa	Brasil 2014	- Descritivo - Documental - Qualitativo/ Quantitativo - Nível IV - 40 empresas	Identificar os tipos de risco evidenciados nos Formulários de Referência das maiores empresas de cada setor listadas na BM&FBovespa.	Os mais divulgados pelas empresas são: risco legal (87,5%), risco estratégico (85%) e risco de mercado (82,5%). O risco de crédito apresenta o menor nível de divulgação (50%), bem como o risco de liquidez relativo aos investimentos (55%).	Conclui-se que a gestão de risco está relacionada às particularidades de cada organização, sendo que os tipos de riscos podem se modificar de acordo com a classificação setorial das empresas.
13	- ARAUJO, G. S.; - LEÃO, S.	Derivativos OTC: Impactos de mudanças regulatórias no mercado de setor não financeiro	Brasil 2016	- Exploratório - Documental - Quantitativo - Nível IV - 999 empresas e 34 bancos	Investigar como as alterações no mercado de derivados OTC afetam o setor não financeiro.	Os custos de derivativos OTC mais que dobrou para empresas expostas à desvalorização da moeda local. Portanto, embora eficaz como uma medida de controle macro prudencial / de capital, o imposto sobre posições vendidas em derivativos teve a consequência não intencional de aumentar o custo de *hedge* para firmas não financeiras. Como a cotação do BRL-USD NDF é alta devido aos diferenciais da taxa de juros, esse aumento de custo é uma preocupação	O aumento de custos pode ser uma preocupação, na medida em que poderia impedir que empresas EME protegessem suas posições de FX, já que a cotação de algumas EMEs é alta devido os diferenciais de taxa de juros.

Nº	Autores	Título do artigo	País/ Ano	Metodologia/ Evidência/ Amostra	Objetivo	Síntese resultados	Conclusão
						na medida em que pode impedir que as empresas protejam suas posições de câmbio. A liquidez internacional mantida após a crise financeira global de 2007-2008 impõe *trade-offs* em economias que recebem fluxos de capital (os custos associados a medidas macroprudenciais). A comunidade internacional deve reconhecer esses *trade-offs* ao analisar as consequências das medidas de liquidez. Como o aumento do spread inferido no estudo pode ser visto como um aumento no custo da OTC. A comunidade internacional também deve reconhecer o trade-off demais a regulamentação versus custos mais altos. Além disso, esse trade-off pode ser pior para as EMEs, porque o mercado de derivativos ainda é	

Nº	Autores	Título do artigo	País/ Ano	Metodologia/ Evidência/ Amostra	Objetivo	Síntese resultados	Conclusão
						incipiente nessas economias.	
14	- RODRIGUES, M. A.; - MARTINES FILHO, J. G.	Eficiência adaptativa mercados futu agropecuários brasileiros	Brasil 2016	- Descritivo - Documental - Quantitativo - Nível IV	Analisar a eficiência dos mercados futuros agropecuários brasileiros, sob a hipótese adaptativa de mercado.	As evidências consistentes com a hipótese adaptativa dos mercados justificam operações de *hedge* dinâmicas nessas commodities, bem como a gerência de carteiras de investimentos de forma ativa, uma vez que as predicabilidades e, por conseguinte, as oportunidades de ganhos surgem de tempos em tempos. As elevadas rejeições à hipótese de diferença martingal encontram-se nos mercados em que as intervenções governamentais se fazem presentes: milho e etanol. Essas interferências dificultam o funcionamento	Mesmo diante das adaptações dos agentes às mudanças nas condições dos mercados, os resultados desta pesquisa revelam a essencialidade de menor intervenção governamental, aliada às iniciativas da Bolsa em atrair e diversificar os agentes nesses mercados, bem como em elevar o volume negocial, como se evidenciou nos mercados de café e boi gordo. Mercados onde houve menores rejeições à hipótese martingal e maior eficiência informacional.

Nº	Autores	Título do artigo	País/ Ano	Metodologia/ Evidência/ Amostra	Objetivo	Síntese resultados	Conclusão
						informacional nos mercados futuros dessas commodities.	

Fonte: Dados da pesquisa.

4 DISCUSSÃO

A partir do Quadro 2, pode-se concluir que o uso de derivativos e a gestão de riscos são termos relacionados. Isso se deve ao fato de que o principal motivo para o uso de derivativos nas organizações ser a proteção contra riscos (BIANCHI et al, 2014), ou seja, proteger-se de possíveis prejuízos que possam acarretar variações em preços e taxas do mercado.

Uma organização está sujeita a diversos tipos de riscos, sendo alguns: risco de mercado, risco de crédito, risco de liquidez, risco operacional, risco legal, risco de reputação, risco de desastre, risco de regulamentação, risco de produto, risco macroeconômico, risco tecnológico, risco político, entre outros. No entanto, Marques e Petri (2014) apontam em seu estudo que para o gerenciamento de risco os derivativos mais utilizados são os contratos de opções (56,3%), *swap* (20%) e contratos futuros (19,2%), sendo que os derivativos indexados como a taxa de juro e a taxa de câmbio apresentam uma proporção maior.

Moreno-Alemay e Pereira-Villa (2015) apontam que, mesmo tendo uma aversão ao risco, o medo relacionado a queda da liquidez e a falta de conhecimento sobre como gerir os riscos associados a operações de derivativos é o principal empecilho para o não crescimento do mercado de commodities colombiano. Outro risco com o qual as empresas se preocupam é o risco cambial. Machado e Garcia (2014) apontam que as empresas se atentam ao risco cambial e seus efeitos negativos sobre os indicadores financeiros.

Para uma empresa que tenha como objetivo se manter no mercado competitivo, o gerenciamento de risco e uso de derivativos deve ser constante. No entanto, segundo o estudo de Bianchi et al (2014), das cinco empresas analisadas somente duas indicam que faz uso de derivativos todos os anos, assim como evidencia seus dados de sensibilidade e avaliação dos riscos. E mesmo que diversas organizações utilizem os derivativos para gerir riscos, nem todas têm o hábito de seguir as instruções normativas, explicitando, informações quantitativas de seus derivativos.

Essa evidenciação das informações quantitativas, além de obrigatória, torna-se importante para empresas que buscam investidores. Machado e Garcia (2014) apontam que a exposição das práticas de governança corporativa, o seguimento da normatização, transparência nos processos internos, traz um impacto positivo, credibilidade e confiança nas práticas organizacionais. Já Moraes et al (2014) mostram que, para atrair o mercado, o desempenho financeiro deixar de ser o único fator que atribui valor a empresa, incluindo assim, processos de análise de investimento, gestão do portfólio e sustentabilidade.

O risco pode ser visto tanto de uma forma negativa, quanto positiva, podendo tornar-se até mesmo oportunidades. No estudo de Marques e Petri (2014), foi evidenciado que algumas organizações ofertam derivativos a seus consumidores com o intuito de obter mais receitas, mesmo sem deixar de se preocupar com a gestão dos riscos aos quais estavam expostos. Marques e Petri (2014) indicam ainda que as variáveis que influenciam positivamente na utilização de instrumentos financeiros derivativos são o "ativo" e "taxa de câmbio" (variável do mercado financeiro), enquanto as variáveis que influenciam negativamente podem ser o "Patrimônio Líquido (PL)", a "receita" e a "taxa de juro", dependendo assim principalmente da gestão.

Klann, Kreuzberg e Beck (2014) apontam em seu estudo que mesmo empresas que buscam investidores não tem a prática de evidenciar seus riscos, mesmo sendo obrigatória a evidenciação de alguns. Machado, Oliveira e Ribeiro Filho (2016) abordam que mesmo a evidenciação sendo obrigatória, a mesma não é efetiva. No entanto, os riscos (quando divulgados)mais evidenciados são: risco legal (87,5%), risco estratégico (85%), risco de mercado (82,5%), sendo que o risco de crédito apresenta o menor nível de divulgação (50%), assim como o risco de liquidez relativo aos investimentos (55%) (KLANN; KREUZBERG; BECK, 2014). Augusto (2014) indica que, nos últimos anos, a evidenciação contábil dos instrumentos financeiros derivativos sofreu uma melhora a partir da inserção das normas IFRS.

Desse modo, para uma organização que almeja gerir os riscos de forma eficiente, é necessário o gerenciamento dinâmico dos ativos componentes da carteira de investimento, para que assim, reduza-se o nível do risco adquirido e otimize-se o desempenho do portfólio (COSTA; SANTOS; SILVEIRA, 2014). Klann, Kreuzberg e Beck (2014) ainda apontam que a gestão do risco está ligada diretamente às particularidades de cada organização, podendo a mesma estar submetida a diversos tipos de riscos, dependendo da classificação setorial da empresa.

Ao analisar ainda o Quadro 2 e as informações encontradas foi possível observar que as pesquisas foram parecidas em relação a metodologia usada na amostra, mostrando que há um padrão ao pesquisar sobre derivativos. Também foi observado que não se usou quantos aos objetivos a pesquisa explicativa, pois segundo Gil (2008) é o tipo que mais aprofunda o conhecimento da realidade, porque explica a razão, o porquê das coisas. Por isso, é o tipo mais complexo e delicado.

De maneira geral os artigos passaram a ideia de que o uso de derivativos é complexo e para isso é necessária muita informação, pois as decisões tomadas afetam diretamente as organizações. Alguns artigos citaram o mau uso deles em algumas empresas e as consequências

disso para a empresa e como o mercado influencia sobre quais tipos de atividades serão realizadas e escolhas dos derivativos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente artigo, a sintetização dos resultados a partir da leitura dos trabalhos selecionados tornou possível a compreensão e análise, facilitando assim, a transmissão de conhecimento. Por meio dos dados, contata-se que há diversos tipos de riscos aos quais as organizações estão suscetíveis, dependendo de sua atuação. Desse modo, a fim de minimizar as perdas, muitas empresas fazem uso dos derivativos e gestão de seus portfólios.

Através dos artigos encontrados foi possível perceber que o uso de derivativos aumentou consideravelmente nos últimos anos, tanto em volume quanto em questões de instrumentos financeiros disponibilizados. E mesmo após todo esse crescimento as instituições precisam ter o conhecimento suficiente sobre a gestão de riscos, a fim de evitar prejuízos e perdas financeiras, do mesmo modo, que algumas empresas deixam de seguir as instruções normativas e não fazem a evidenciação dos riscos e derivativos obrigatórios da instituição.

Em vista disso, quanto ao objetivo desse trabalho, que é verificar os estudos realizados em relação a aplicabilidade de derivativos por empresas brasileiras, constata-se, a partir do método utilizado, que poucos trabalhos estão sendo realizados sobre o uso e aplicabilidade de derivativos nas organizações. Com isso, sugere-se que estudos futuros sejam realizados sobre o uso de derivativos na organização, no entanto com uma amostra mais ampla, a fim de obter resultados mais concisos e robustos.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Álvaro Rocha. **Fluxo de caixa em risco**: uma nova abordagem para o setor de distribuição de energia elétrica. 2008. Dissertação (Mestrado em Engenharia Elétrica) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

ALKEBÄCK, Per; HAGELIN, Niclas; PRAMBORG, Bengt. Derivative usage by non-financial firms in Sweden 1996 and 2003: what has changed? **Managerial Finance**, Vol. 32 No. 2, p. 101-114, 2006.

AMARAL, Carlos Antônio Lopes Vaz do. Derivativos: o que são e a evolução quanto ao aspecto contábil. **Rev. contab. financ.**, São Paulo, v. 14, n. 32, p. 71-80, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-70772003000200005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 02 de Setembro de 2019.

ARAÚJO, Gustavo Silva; LEÃO, Sérgio. OTC derivatives: Impacts of regulatory changes in the non-financial sector. **Journal of Financial Stability,** 132–149, 2016.

BESSADA, Octavio**. O Mercado de derivativos financeiros**. Rio de Janeiro: Record, 2003.

BIANCHI, Márcia; LEMMERTZ, Caroline; RAIMUNDINI, Simone Leticia; VENDRUSCOLO, Maria Ivanice. Evidenciação dos derivativos nas demonstrações contábeis de empresas brasileiras na área da saúde. **Revista Ambiente Contábil**, UFRN, Natal-RN., v. 6. n. 2, p. 282 – 301, jul./dez. 2014.

BM&F. **Mercados Derivativos**. Bolsa de Mercadorias & Futuros. Julho de 2007. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1818183/mod_resource/content/1/ENS%20-%20MF2%20BMF%202007%20-%20BK%20Introd%20Derivativos.pdf>. Acesso em: 01 de Setembro de 2019.

CARRARA, Açucena Martins. **A influência de operações de hedge no mercado potencial de derivativos no agronegócio regional de Uberlândia.** 20f. Trabalho de conclusão de curso (Curso de Administração) - Faculdade de Gestão e Negócios da Universidade Federal de Uberlândia, 2018.

CARVALHO, L. Nelson. **Uma contribuição à auditoria do risco de derivativos**, 1996.

CHEW, L. **Gerenciando os Riscos de Derivativos**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1999.

COSTA, Thiago de Melo Teixeira; SANTOS, Maurinho Luiz; SILVEIRA, Suely de Fátima Ramos. Utilização de contratos futuros do Ibovespa em Carteiras de fundos de pensão no brasil: uma Abordagem setorial. **Revista de Ciências da Administração,** v. 16, n. 38, p. 110-125, abr. 2014.

FERNANDES, N. A. C.; RODRIGUES, L. A. Evidenciação Contábil de Operações com Derivativos: Uma comparação entre as informações enviadas à CVM e à SEC. **XIII SEMEAD**, setembro, 2010.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

JORION, Philippe. **Value at Risk: a nova fonte de referência para a gestão do risco financeiro.** 2.ed. São Paulo: BM&F BOVESPA, 2010.

KIMURA, Helbert; PERERA, Luiz Carlos Jacob. Modelo de otimização da gestão de risco em empresas não financeiras. **Revista Contabilidade & Finanças da USP**, São Paulo, n. 37, jan./abr. 2005.

KLANN, Roberto Carlos; KREUZBERG, Fernanda; BECK, Franciele. Fatores de risco evidenciados pelas maiores empresas listadas na BM&FBovespa. **Journal of Environmental Management and Sustainability** – JEMS, vol. 3, N. 3. Setembro./ Dezembro. 2014

LIMA, Iran S.; LOPES, Alexsandro B. **Análise Comparativa dos Procedimentos Contábeis Aplicados a Operações Financeiras com Derivativos**: Um Estudo Brasil x Estados Unidos. Resenha BM&F, nº121, 1998.

LOPES, Alexsandro Broedel; GALDI, Fernando Caio; LIMA, Iran Siqueira. **Manual de contabilidade e tributação de instrumentos financeiros derivativos**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2011.

LOZARDO, Ernesto. **Derivativos no Brasil: fundamentos e práticas**. 2 ed. São Paulo: BM&F, 1998.

MACHADO, Alessandra Orchis; GARCIA, Fabio Gallo. A gestão do risco cambial corporativo por meio de derivativos na produção científica brasileira: análise bibliométrica entre 1999 e 2013. **Revista de Administração, Contabilidade e Economia**, v. 13, n. 3, p. 1001-1030, set./dez. 2014.

MACHADO, Débora Gomes; OLIVEIRA, Araceli Farias; RIBEIRO FILHO, Jorge Toledo. Evidenciação dos derivativos após o CPC 14: um estudo da aderência brasileira em empresas listadas no índice ibrx-50 da BM&FBovespa. **Revista do Instituto de Ciências Econômicas, Administrativas e Contábeis (iceac)**, Rio Grande, 20 (1): 85-97, 2016.

MARINS, A. **Mercados derivativos e análise de risco**. 2. ed. Rio de Janeiro: AMS editora, 2009.

MARQUES, Tatiane de Oliveira; PETRI, Sergio Murilo. O uso de instrumentos financeiros derivativos pelas instituições intermediárias financeiras listadas na BM&FBovespa. **Revista Ambiente Contábil**, UFRN, Natal-RN., v. 6. n. 1, p. 273 – 293, jan./jun. 2014.

MELLO, Guilherme Santos; ROSSI, Pedro; CHILIATTO-LEITE, Marcos Vinicius. A quarta dimensão: os derivativos em um capitalismo financeirizado. In: 39º Encontro Nacional de Economia. **Anais...** Foz do Iguaçu – Pr, 2011.

MICELI, Wilson Motta. **Derivativos de agronegócios: gestão de riscos de mercado.** Saint Paul Editora, 2 ed., São Paulo, 2017.

MORAES, Luis Fernando Salles; PERERA, Luiz Carlos Jacob; MILANI FILHO, Marco Antonio Figueiredo; KERR, Roberto Borges. **Desenvolvimento sustentável e insolvência: um estudo de empresas brasileiras. Journal of Environmental Management and Sustainability – JEMS,** Vol. 3, N. 2. Maio./ Agosto. 2014

MORENO-ALEMAY, Pablo; PEREIRA-VILLA, Catherine. Why does Colombia lack agricultural commodity futures? **Revista finanzas y política económica**, Vol. 7, No. 2, julio-diciembre, 2015, pp. 325-339.

NETO, L. A. S. **Derivativos**: definições, emprego e risco. São Paulo: Atlas, 2002.

OLIVEIRA, Jaildo Lima. **A aplicação e a divulgação do hedge accounting nas demonstrações contábeis de bancos brasileiros em 2002**. 126f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) - centro, Universidade de Brasília, Brasília, 2003.

OLIVEIRA, Raquel de Freitas; SCHIOZER, Rafael Felipe; LEÃO, Sérgio. A atuação de bancos estrangeiros no brasil: mercados de crédito e derivativos de 2005 a 2011. **Revista de Administração Mackenzie**, 15(2), 162-198, São Paulo, Mar.- Abr., 2014.

PAMPLONA, Edgar; FIIRST, Clóvis; GONÇALVES, Michele; KLANN, Roberto Carlos. Efeitos dos accruals discricionários e das operações de hedge sobre o valor das empresas brasileiras. **Revista Ambiente Contábil**, UFRN, Natal-RN., v. 10. n. 2, p. 175 – 193, jul./dez. 2018.

PEREIRA, Lucyan Hendyo Max; MARTINS, Orleans Silva. Rating de crédito, governança corporativa e desempenho das empresas listadas na BM&FBovespa. **Revista de Gestão**, São Paulo – SP, Brasil, v. 22, n. 2, p. 205-221, abr./jun. 2015.

PEROBELLI, Fernanda Finotti Cordeiro. **Um modelo de gerenciamento de riscos em instituições não financeiras: aplicação ao setor de distribuição de energia elétrica no Brasil.** 159 f. Tese (Doutorado em Administração) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

POTIN, Silas Adolfo. BORTOLON, Patrícia Maria. SARLO NETO, Alfredo. Hedge Accounting no Mercado Acionário Brasileiro: Efeitos na Qualidade da Informação Contábil, Disclosure e Assimetria de Informação. **Revista de Contabilidade** e Finanças, São Paulo, v. 27, n. 71, p. 202-216, mai./jun./jul./ago. 2016.

RICCIO, Edson Luiz; MENDONÇA NETO, Octavio Ribeiro; CARDOSO, Ricardo Lopes. Transparência das informações contábeis: uma análise dos fatores de riscos citados por empresas brasileiras. **Revista Contabilidade, Gestão e Governança**, Brasília, v. 8, n. 1, 2005.

RODRIGUES, Marcos Aurélio; MARTINES FILHO, João Gomes. Eficiência Adaptativa nos Mercados Futuros Agropecuários Brasileiros. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v. 70, n. 2, p. 245–267, Abr-Jun, 2016.

SANVICENTE, A. Z. **Derivativos**. São Paulo: Publifolha, 2003.

SILVA, Andrécia Cósmen; LUCCHESE, Roselma; VARGAS, Lorena Silva; BENÍCIO, Patrícia Rosa; VERA, Ivânia. Aplicação do instrumento Alcohol, Smoking and Substance Involvement Screening Test (ASSIST): uma revisão integrativa. **Revista Gaúcha de Enfermagem**. Mar;37(1), 2016.

SILVA, Thales de Lima; FARIA, Ana Flávia Gouveia. Estatística como ferramenta para mitigar o risco de preço sobre o hedge de boi gordo. **Revista iPecege,** 2(1): 40-56, 2016, DOI: 10.22167.

SILVEIRA, Rodrigo Lanna Franco; MACIEL, Leandro; BALLINI,Rosangela. Derivativos sobre commodities influenciam a volatilidade dos preços à vista? Uma análise nos mercados de boi gordo e café arábica no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba-SP, Vol. 52, Nº 03, p. 417-436, Jul/Set., 2014.

SOUZA, Marcela Tavares; SILVA, Michelly Dias; CARVALHO, Rachel. Revisão integrativa: o que é e como fazer. **Einstein**, 2010.

STETLER CB; MORSI D; RUCKI S; BROUGHTON S; CORRIGAN B; FITZGERALD J; et al. Utilization-focused integrative reviews in a nursing service. **Applied Nursing Research**, 195-206, 1998.

TOLEDO FILHO, Jorge R. Os Modelos de Precificação de Ativos CAPM e APT e os Derivativos. **Revista Brasileira de Contabilidade**, nº 120, 1999.

ALTUS CIÊNCIA
REVISTA ACADÊMICA MULTIDISCIPLINAR DA FACULDADE CIDADE DE JOÃO PINHEIRO

DESCRITORES DO MCDA-C: uma reflexao a partir da literatura

Maciel Rodrigues Borges[1]
Serigne Ababacar Cissé Ba[2]
André Vasconcelos da Silva[3]

Resumo: Um dos desafios dos gestores públicos consiste em promover o alcance dos objetivos estratégicos da organização, para conseguir uma gestão eficiente e serviços de qualidade. Neste sentido, a presente pesquisa teve como identificar descritores criados em instrumentos de avaliação desempenho individual voltado para gestão pública e que tenham utilizado a Metodologia Multicritério de Apoio à Decisão Construtivista (MCDA-C). A abordagem metodológica desta pesquisa é quali-quantitativa e enquadra-se como exploratória e descritiva. Foi realizada uma pesquisa nas seguintes bases de dados: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), SciVerse Scopus (scopus), SCIELO e Anpad. A pesquisa buscou-se identificar descritores na literatura e baseou-se nos resultados obtidos por Gonçalves (2012). Foram identificados 37 descritores onde foram escolhidos 21 descritores, divididos em sete pontos de vistas fundamentais, a seleção dos descritores se deu utilizando como critério de escolha os que foram citados pelo menos por dois autores.

Palavra-Chave: Descritores. MCDA-C. Avaliação. Processo Decisório.

Abstract: One of the challenges for public managers is to promote the achievement of the organization's strategic objectives to achieve efficient management and quality services. In this sense, the present research was able to identify descriptors created in individual performance assessment instruments aimed at public management and that have used the Multicriteria Constructivist Decision Support Methodology (MCDA-C). The methodological approach of this research is quali-quantitative and fits as exploratory and descriptive. A search was performed on the following databases: Higher Education Personnel Improvement Coordination (CAPES), SciVerse Scopus (scopus), SCIELO and Anpad. The research sought to identify descriptors in the literature and was based on the results obtained by Gonçalves (2012). Thirty-seven descriptors were identified where 21 descriptors were chosen, divided into seven fundamental points of view. The selection of the descriptors was made using as criteria of choice those cited by at least two authors.

[1] Mestrando em Gestão Organizacional pela Universidade Federal de Goiás/Regional Catalão, Brasil (2019). macielrodriguesborges@gmail.com

[2] Doutorado em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia, Brasil (2013), Professor Titular da Universidade Federal de Goiás, Brasil. serigneababacar@hotmail.com

[3] Doutorado em Ciências do Comportamento pela UNB, Brasil (2008), Professor Titular da Universidade Federal e Goiás, Brasil. andre.silva.ufg@gmail.com

Recebido em 25/10/2019
Aprovado em 03/11/2019

Keyword: Descriptors. MCDA-C. Evaluation. Decision making process.

1. INTRODUÇÃO

A avaliação de desempenho pode ser utilizada como um meio para melhoria do desempenho individual e consequentemente organizacional passou a ser o foco dos gestores das organizações, ela permite a criação de um diferencial competitivo, como apresenta-se no estudo de Maciel (2019) intitulado: a importância da avaliação de desempenho individual (ADI): uma revisão integrativa. A importância dos estudos referente a avaliação de desempenho individual tem despertado muito interesse dos pesquisadores (GONÇALVES, 2012).

Visto a preocupação da gestão pública na prestação de serviços mais eficientes e qualificados a sociedade, se torna necessário realizar a avaliação de desempenho dos servidores, Rosa et al. (2012) afirma que a avaliação de desempenho envolve vários critérios e auxilia nas tomadas de decisões, onde fatores objetivos e subjetivos devem ser considerados no processo de construção do conhecimento. Esta avaliação deve ser realizada com base em descritores que mensuram as atividades, para verificar se o objetivo traçado está sendo atingido e identificando oportunidades de melhorias (HARLEZ E MALAGUENO, 2015).

Uma das abordagens utilizadas para auxiliar na construção de um modelo de avaliação de desempenho é a metodologia multicritério de apoio a decisão construtivista (MCDA-C) que auxilia os gestores na tomada de decisões e visam a tornar os problemas mais compreensíveis, facilitando a avaliação de alternativas disponíveis frente aos cenários complexos das instituições públicas, através da estruturação desses problemas (LONGARAY *et al*., 2016). A metodologia MCDA-C auxilia na tomada de decisão partir da incorporação de juízos de valor e julgamentos de preferências dos decisores (LYRIO *et al*, 2015), pode-se entender melhor sobre o uso dessa metodologia no estudo: Instrumentos de avaliação de desempenho individual na gestão pública que utilizaram a metodologia multicritério de apoio à decisão construtivista – MCDA-C.: uma revisão integrativa, desenvolvido por Maciel (2019).

A Metodologia Multicritério de Apoio à Decisão Construtivista (MCDA-C) auxilia os decisores em contextos complexos, incertos e conflituosos. O MCDA-C utiliza de instrumentos como entrevistas, mapas de relação e brainstormings para desenvolver o conhecimento necessário dos decisores que irá ajudar compreender de forma mais clara os aspectos e consequências das decisões tomadas, através de uma base construtivista do processo, assim o MCDA-C, na perspectiva de um paradigma construtivista que envolve a construção do conhecimento pelo próprio decisor (ENSSLIN *et al*, 2017).

Nesse contexto torna-se relevante analisar os descritores já criados em estudos de avaliação de desempenho voltado para gestão pública, assim, a problemática dessa pesquisa é: é possível identificar os descritores criados em pesquisas sobre avaliação de desempenho na gestão pública? Assim tem-se como objetivo identificar descritores criados em instrumentos de avaliação desempenho individual voltado para gestão pública e que tenham utilizado a Metodologia Multicritério de Apoio à Decisão Construtivista (MCDA-C).

Esse trabalho se justifica devido o contexto de múltiplos atores, múltiplos objetivos conflitantes e com características singulares, a Metodologia Multicritério de Apoio à Decisão Construtivista é um instrumento de intervenção que considera que a identificação, organização, mensuração e integração de aspectos importantes devem ser realizadas sob visão do decisor, refletindo o que é importante para ele no contexto decisório (NISHIYAMA et al., 2017). Dutra et al., (2007) afirma que o MCDA-C tem como foco a busca da melhor forma para se obter o máximo do desempenho individual, onde se potencializa a participação de cada indivíduo na melhoria das variáveis de seu desempenho. E ainda justifica-se devido a importância dos descritores no modelo de avaliação, sendo este é um conjunto de níveis de impacto que descrevem ao desempenho de uma ação potencial. Os níveis de impacto devem estar ordenados conforme a visão dos decisores que participaram no processo de elaboração do modelo. O nível mais atrativo representa o melhor desempenho e o menos atrativo o pior desempenho aceitável. O objetivo de um descritor é auxiliar no entendimento do ponto de vista, permitindo criação de escalas e mensuração do desempenho individual (RECK, 2015), assim se torna importante a identificação de descritores já criados em outras pesquisas.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1. A metodologia multicritério de apoio à decisão construtivista – MCDA-C

O MCDA-C é uma ramificação da MCDA tradicional, usada para apoiar os tomadores de decisão em situações com contextos incertos e complexos, já que envolvem aspectos qualitativos e variáveis quantitativas, podendo ser ou não especificadas (Clintworth *et al.*, 2017). Assim, nessa metodologia os pesquisadores incentivam os decisores a participar na determinação do problema e na identificação de suas causas como bem como a formulação de ações de melhoria (Longaray, Ensslin, 2015), os critérios importantes para os decisores são identificados pela metodologia MCDA-C, com o objetivo de buscar conhecimento sobre quais aspectos são importantes no contexto estudado, pois eles precisam ser considerados em um modelo de avaliação de desempenho (Roy, 1996).

A metodologia MCDA tradicionais possui basicamente duas etapas: a formulação e a avaliação, visando selecionar a melhor alternativas entre várias propostas, seguindo uma lógica racionalista dedutiva. A principal diferença para a metodologia construtivista, está na etapa de estruturação (NISHIYAMA et al., 2017). Machado (2013) afirma que o MCDA-C demonstra limites na objetividade, assim utiliza ferramentas como entrevistas, mapas de relação e brainstormings para desenvolver junto com os decisores o conhecimento necessário que permitirá entender de forma clara os aspectos de suas decisões, sendo estas aplicadas durante a fase de estruturação. O racionalismo presente na matemática não se adapta muito bem em determinados contextos decisórios. Para Carpes *et al*. (2006), o MCDA-C tem como base as convicções dos envolvidos no contexto estudado e busca estruturar o processo decisional com objetivo de desenvolver modelos nos quais possam auxiliar os decisores em suas decisões, a partir do que eles acreditam ser o mais adequado para determinada situação.

Assim Dutra *et al*. (2007) afirma que essa metodologia é uma ferramenta de apoio à tomada de decisão em um contexto multicritério, onde os princípios podem ser resumidos no consenso que nos problemas decisórios existem vários critérios que devem ser levados em consideração e que em substituição da chamada melhor solução, propõem-se à busca por uma solução que melhor se adeque nas necessidades do decisor. Neste contexto Bana e Costa (1993) apresentam como características da MCDA-C:

a) O reconhecimento dos limites da objetividade e a aceitação da subjetividade;
b) A incorporação do construtivismo, segundo a qual ocorrem aprendizagem e evolução do contexto decisório;
c) A aceitação de que é praticamente impossível separar os elementos de natureza objetiva dos elementos de natureza subjetiva;
d) A proposta de uma atividade de apoio à decisão, que é o diferencial dessa metodologia;
e) A presença do apoio à decisão em todas as etapas do processo decisório;
f) A incorporação de uma linguagem que é, ao mesmo tempo, linear e não–linear.

Para Dutra *et al*. (2007) pode-se dizer que a metodologia MCDA-C tem como objetivo ajudar os envolvidos em um processo decisório a aumentar o seu grau de entendimento entre a desenvolvimento de um processo de tomada de decisão, na presença de seus sistemas de valor e objetivo, a metodologia inclui o papel do facilitador no processo de ajuda à formulação da decisão e sua preocupação central é encontrar a solução de melhor compromisso segundo a percepção e valores dos decisores.

Roy (1990), afirma que o MCDA-C propões a modelar o contexto decisório, procurando gerar conhecimento aos envolvidos no processo, permitindo assim a construção de um modelo no qual as decisões são baseadas no que se acredita ser o mais adequado à situação apresentada. Ainda segundo o mesmo autor o MCDA-C, se aproxima mais dos contextos onde ocorre escolha para a tomada de decisão nos quais os objetivos não são claros e as alternativas não estão definidas, desta forma busca-se aplicar a metodologia em situações complexas como: situações que envolvem incertezas sobre o caminho a seguir, os objetivos a serem alcançado, e possuem diferentes alternativas de solução e de pessoas envolvidos, onde há conflitos de valores e objetivos entre os envolvidos interessados, onde também exista diferentes relações de poder, quando são considerados vários critérios na avaliação das alternativas, que envolva grande quantidade de informações podendo elas serem tanto qualitativas quanto quantitativas, e as informações disponíveis são, usualmente, incompletas (ENSSLIN *et al*., 2001).

Assim segundo Dutra (1998) a MDCA-C busca organizar a complexidade apresentada pelo número de variáveis qualitativas e quantitativas, e também os aspectos conflitantes entre os envolvidos a respeito dos objetivos, a serem considerados, para que isto ocorra a MCDA-C possuí três fases: estruturação, avaliação e recomendação. A seguir, a figura 1 apresenta as três fases do processo decisório sobe a perspectiva da MCDA-C.

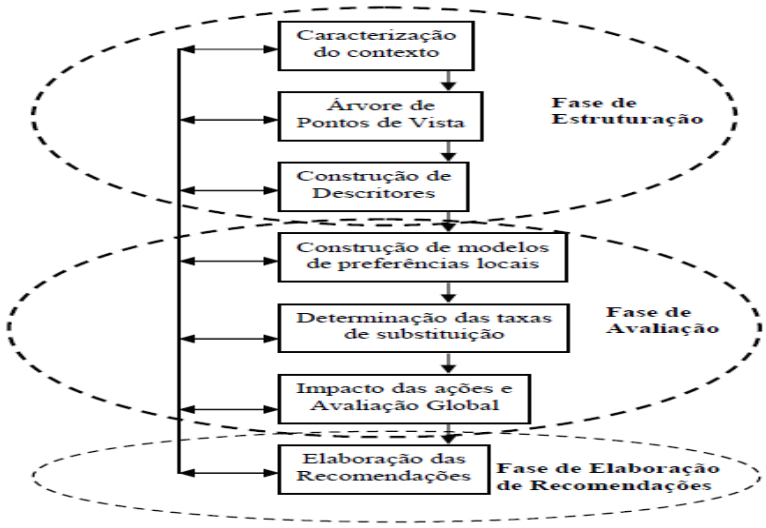


Figura 1: Processo Decisório sob a perspectiva da MCDA-C.
Fonte: Dutra (1998)

Na fase de estruturação inicia-se o entendimento do problema. Para Ensslin (1995) a fase de estruturação de um problema que se queira resolver é a questão primordial e crucial no processo de tomada de decisão, já que o objetivo central e o entendimento do problema e de todo contexto em sua volta. Para alcançar este entendimento, um modelo, mais ou menos estruturado e aceito por todos os atores, é criado. Este modelo deverá ter, de forma organizada,

todos os fatores relevantes no processo. A fase de estruturação consiste na contextualização do problema, realizada por meio de uma descrição do contexto onde se apresenta o dono da insatisfação, sua fonte, o desempenho atual e o pretendido (CHECKLAND e SCHOLES, 1999).

A estruturação de um problema de tomada de decisão permite estabelecer uma linguagem de debate e aprendizagem envolvendo todos processos de decisão, apresentando os possíveis resultados que podem ser alcançados segundo os diversos pontos de vista apresentados pelos atores do processo, e que demonstram os sistemas de valores dos atores participantes no processo (BANA E COSTA E VANSNICK ,1995). Dutra et al. (2007) afirma que a fase se estruturação se divide em três etapas: a definição do problema, a construção da família de pontos de vistas fundamentais - PVF, e a operacionalização dos pontos de vista fundamentais, através da construção dos descritores.

Como já citado anteriormente a fase de estruturação busca entender o problema e de todo contexto onde este está inserido, apresenta essa justificativa devido a preocupação de que, caso tal entendimento não ocorra a consequência poderia ser o comprometimento de todo o processo decisório (ENSSLIN, et al, 2001). E assim, após a construção dos descritores pode-se prosseguir para a segunda fase a de avaliação, que consiste na avaliação de todas as ações potenciais.

Bana e Costa (1997) apesenta que a fase de avaliação propõe-se, determinar escalas cardinais, por meio da construção das funções de valor para os níveis dos descritores, definido assim os níveis de referência para cada descritor. Ainda segundo o mesmo autor estes níveis determinam as faixas limites, onde os níveis de impacto são considerados como sendo nível adequado. O nível acima do “Bom” é considerado o aceitável, o nível de excelência é o que se busca, o nível neutro ou abaixo dele é considerado comprometedor, após a criação e identificação dos níveis se identifica-se a diferença de atratividade, para tanto, cria-se uma função de valor para cada um deles, utilizando-se o método do julgamento semântico, por meio de comparações par-a-par.

Para Dutra (2005), a construção dessa função de valor tem o objetivo de ordenar a preferência, enquanto as taxas de substituição informam o quanto de desempenho que uma ação deve ganhar para compensar a perda de desempenho de outra, proporcionando uma avaliação geral. Após a fase de avaliação inicia-se a faz de recomendação.

Nesta fase, são indicados os caminhos para a melhoria do desempenho, ou o alcance do desempenho desejado das ações potenciais, através das medidas apesentadas nos descritores, uma vez construído o modelo, a partir das fases de estruturação e avaliação, será possível aos decisores enxergarem as oportunidades de melhoria, e pontos fortes, permitindo assim

desenvolver plano de ação, que atenda às necessidades de melhoria apontada pelos decisores (ENSSLIN et al., 2005).

Desta forma, torna-se interessante o levantamento de estudos que desenvolveram modelos de avaliação de desempenho capaz de adequar-se características do setor público e que utilizaram a MCDA-C para esse fim, permitindo a construção de modelos estruturados.

2.2. Estudos que envolveram MCDA-C

Neste trabalho, intitulada Instrumentos de avaliação de desempenho individual na gestão pública que utilizaram a metodologia multicritério de apoio à decisão construtivista – MCDA-C.: uma revisão integrativa, apresenta-se algumas pesquisas que utilizaram a metodologia MCDA-C para o desenvolvimento de modelos de avaliação de desempenho voltado para gestão pública, conforme pode-se observar no Quadro 1:

Quadro 1: Estudos que envolveram o MCDA-C

Título	Ano	Autores
Proposta de Uso da MCDA-C no Desenvolvimento de um Modelo de Avaliação de Desempenho para Auxiliar a Gestão do Dimensionamento dos Servidores da Universidade Federal do Rio Grande	2018	Juliana Fausto Flores
Avaliação do desempenho de oficiais militares, fundamentada na metodologia multicritério de apoio à decisão Construtivista – MCDA-C	2012	Marco Aurélio Gonçalves
Avaliação multicritério de desempenho do servidor público: O caso do Poder Judiciário	2017	André Antônio Gavazini,
Avaliação de desempenho multicritério construtivista na gestão administrativa de hospital	2019	Leticia Fernanda Pires Alves
Modelo Multicritério de avaliação de desempenho: caso de docentes na universidade de Mindelo (Cabo Verde)	2015	Sheila Soraya Dias Gomes Mendes
Elaboração de um sistema de avaliação de desempenho do recursos humanos da secretária de estado de administração – SEA à luz da metodologia multicritério de apoio à decisão	1998	Ademar Dutra

Fonte: Autoria própria, 2019.

Dentro dos autores citados no Quadro 1, Flores (2018), apresenta como objetivo central de sua pesquisa o desenvolvimento de um modelo de que comtemple os requisitos da avaliação de desempenho, como instrumento de apoio à decisão, para a dimensionamento de servidores.

A autora justifica o estudo alegando a carência de pesquisas que trate da avaliação para a medição do desempenho dos servidores técnicos administrativos, e ainda reforça a necessidade da universidade onde se fez o estudo em adotar um modelo de avaliação de desempenho que respeite as diretrizes e as percepções dos decisores.

Gavazini (2017), utiliza em sua pesquisa também o MDCA-C, objetivando estruturar um modelo de avaliação de desempenho dos servidores do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina, buscando apoiar as decisões estratégicas da área de gestão de pessoas, a partir das percepções do Diretor de Gestão de Pessoas. O autor justifica a pesquisa e a utilização desse método como oportunidade para aperfeiçoar o contexto da produção científica sobre a avaliação de desempenho de servidores públicos e também pela ausência de modelos fundamentados em abordagens construtivistas e também a falta de um processo estruturado para aumentar o conhecimento do decisor referente ao problema encontrado e o contexto em que ele se encontra, a partir de suas próprias percepções.

Alves (2019), apresenta como objetivo de seu trabalho a construção de um modelo de avaliação de desempenho de apoio à gestão administrativa de um hospital localizado na região Sudoeste do Estado do Paraná, considerando as particularidades do contexto. A autora discursa que a contribuição da pesquisa está no desenvolvimento de um modelo de avaliação de desempenho de apoio à gestão administrativa de um hospital, construído a partir da visão do decisor. A pesquisa apresenta um instrumento que ampliou o conhecimento do decisor em relação ao contexto decisório complexo e específico, contribuindo para a tomada de decisão.

Mendes (2015), tem como objetivo em sua pesquisa propor a construção de um Modelo Multicritério de avaliação de desempenho de docentes para apoiar a gestão e a tomada de decisões da Direção dos Serviços Académicos e Administrativos, usando o MCDA-C. Mendes (2015), justifica a utilização do MCDA-C por essa metodologia conseguir gerar conhecimento sobre um determinado problema por meio da relação entre as partes envolvidas, utilizando a visão construtivista, Espera-se também que o modelo criado seja referência para analisar o desempenho dos docentes, e a tomada de decisões dos decisores e de incentivo para a continuidade no aperfeiçoamento dos processos de gestão da instituição.

Já Dutra (1998) propõe em seu estudo a criação de um modelo de avaliação de desempenho para auxiliar o gerenciamento dos recursos humanos da secretária de administração, buscando identificar o desempenho dos servidores e da própria instituição, através de um instrumento criado com base no MDCA-C. O autor apresenta como justificativa do uso do MDCA-C para a construção e um modelos a dificuldade da gestão em lidar com problemas de gerenciamento de seus servidores, principalmente devido à falta de transparência

nas avaliações aplicadas, com isso Dutra (1998) buscou criar um instrumento de avaliação com base construtivista capaz tratar as individualidades da realidade da gestão pública que os modelos tradicionais já utilizados não eram capazes de fazer.

E por fim Gonçalves (2012) apresenta como objetivo construir um modelo de avaliação do desempenho dos Oficiais Militares, fundamentado na Metodologia Multicritério de Apoio à Decisão Construtivista – MCDA-C, que contemple os objetivos e expectativas da corporação e do Oficial militar. O autor reforça a escolha da metodologia Multicritério de Apoio à Decisão Construtivista – MCDA-C já que essa abordagem leva em consideração vários indicadores, baseando nos valores e expectativas dos decisores, o que permite levar à junção de diversos fatores de seu contexto, incorporando múltiplos aspectos ao processo, a fim de subsidiar os gestores para uma melhor tomada de decisão.

Gonçalves (2012) afirma em seu estudo que o modelo utilizado para avaliar os servidores estudados em sua pesquisa não atende as necessidades da instituição, já que não apesenta quais os pontos que dever ser melhorados, e ainda não considera as experiências e percepções dos gestores envolvidos no processo. Assim o autor aplica a metodologia multicritério de apoio à decisão construtivista, como alternativa de avaliação de desempenho.

Baseando no estudo de Gonçalves (2012), após a criação de cada descritor, na fase de estruturação conforme já apresentado anteriormente, cria-se ações em potenciais juntamente com os decisores envolvidos no processo de criação do modelo de avaliação, onde se estabelece os níveis de impacto ou de referência, estes níveis de impactos são ordenados para possibilitar a comparação entres os descritores.

Os níveis de referências são identificados e estabelecem padrões de desempenhos levando em consideração a percepção dos decisores envolvidos no processo de criação do instrumento. Segundo Gonçalves (2012), logo que se definem os descritores, inicia-se a definição dos níveis de impacto, esses níveis são chamados de nível bom e nível neutro. Ainda segundo Gonçalves (2012) o nível de referência “Bom” determina o desempenho desejado para um descritor. O Nível “Neutro” indica o desempenho mínimo desejado para um descritor. O nível bom é o divisor entre o desempenho de excelência e o desempenho a nível bom, enquanto o nível neutro determina o limite entre o desempenho mínimo e o comprometedor, sendo o desempenho acima do nível bom classificado como excelente, entre bom e neutro, como adequado, e abaixo do nível neutro, comprometedor, conforme a Figura 2:

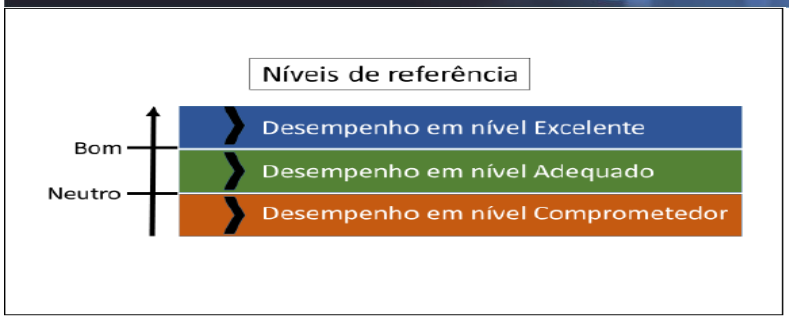


Figura 2: Níveis de referência
Fonte: Gonçalves (2012)

A determinação dos níveis de referências possibilita a mensuração do desempenho, que permite a obtenção de informações de cada indivíduo para uma tomada de decisão, Sink e Tutle (1993) consideram a mensuração do desempenho como o processo pelo qual se decide o que medir se realiza a coleta, a interpretação e a avaliação de dados obtidos, os mesmos autores ainda afirmam que a mensuração é parte complementar do sistema gerencial. Através da mensuração do desempenho que se obtém informações para a avaliação de um processo, verificando-se se os objetivos estão sendo atingidos ou não, podendo assim definir plano de ação para possíveis correções.

Assim é determinado para cada descritor criado para avaliar o desempenho do individuo níveis de referencias capazes de medir a sua performance. Pode-se notar então nos estudos apresentados no Quadro 1 que todos propuseram a criação de modelos de avaliação que buscam auxiliar os gestores públicos a entenderem o desempenho dos indivíduos que desenvolvem suas atividades dentro destas instituições levando em consideração toda subjetividade presente no ambiente público.

3. METODO

A abordagem metodológica desta pesquisa é quali-quantitativa, onde por meio de procedimentos sequencias, busca-se ampliar os resultados de um método com a utilização do outro método, (CRESWELL, 2007). Para Richardson (1999, p.70), “eles se diferenciam não só pela sistemática pertinente de cada um deles, mas, sobretudo pela forma de abordagem do problema”. A interação entre essas abordagens tem sido vistas com um olhar muito positivo, já que essa relação aumenta o nível de credibilidade da pesquisa (OLIVEIRA, 2010). Assim o método escolhido deve ser apropriado para o tipo de estudo que se deseja realizar.

O método qualitativo envolve técnicas que buscam descrever os significados, de determinado acontecimento. O mesmo se difere do método quantitativo devido não utilizar da

estatística no processo de análise dos dados coletados (HOPPEN et al. 1996). Já o método quantitativo, caracteriza tanto pela quantificação dos dados coletados quanto pela análise destes dados por meio de técnicas estatísticas (RICHARDSON, 1999).

A pesquisa enquadra-se como exploratória e descritiva. A pesquisa exploratória se caracteriza por uma necessidade do pesquisador se familiarizar com o tema, buscando desenvolver conhecimento através de pesquisas relacionadas ao assunto proposto. Para Gil (1999, p.43), "este tipo de pesquisa é realizado especialmente quando o tema escolhido é pouco explorado e torna-se difícil sobre ele formular hipótese precisas e operacionalizáveis". Tem como objetivo desenvolver conhecimento sobre determinado tema, e ao mesmo tempo ajudar o pesquisador a se relacionar-se com o fenômeno estudado (LAKATOS E MARCONI, 1997).

A pesquisa descritiva busca descrever uma população ou um fenômeno (GIL, 1999). Essa modalidade de pesquisa obriga o pesquisador a buscar uma grande quantidade de informação sobre o tema pesquisado, assim pretende descrever fatos ou fenômenos (TRIVIÑOS, 2011). Busca-se explorar e descrever os fenômenos sociais estudados. Portanto, caracteriza-se como uma pesquisa exploratória e descritiva.

Esta pesquisa busca-se identificar na literatura existente, e nos trabalhos desenvolvido por Borges (2019) intitulados: "A importância da avaliação de desempenho individual (ADI): uma revisão integrativa" e "Instrumentos de avaliação de desempenho individual na gestão pública que utilizaram a metodologia multicritério de apoio à decisão construtivista – MCDA-C.: uma revisão integrativa", os descritores que possam permitir a mensuração e consequentemente a avaliação do desempenho individual. Foi realizada uma pesquisa nas seguintes bases de dados: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), SciVerse Scopus (scopus), SCIELO e Anpad, com a intenção de selecionar pesquisas desenvolvidas nos últimos dez anos, que criaram modelos de avaliação de desempenho individual e que utilizaram como metodologia o MCDA-C, conforme é apresentado no Quadro 2.

Quadro 2: Pesquisas encontradas sobre modelos de avaliação de desempenho individual

Título	Autores	Ano/ país/ base de dados
Proposta de Uso da MCDA-C no Desenvolvimento de um Modelo de Avaliação de Desempenho para Auxiliar a Gestão do Dimensionamento dos Servidores da Universidade Federal do Rio Grande	Juliana Fausto Flores	2018/ Brasil/ Capes
Avaliação do desempenho de oficiais militares, fundamentada na metodologia multicritério de apoio à decisão Construtivista – MCDA-C.	Marco Aurélio Gonçalves	2012/ Brasil/ Capes
Avaliação multicritério de desempenho do servidor público: O caso do Poder Judiciário	André Antônio Gavazini,	2017/ Brasil/ Capes
Avaliação de desempenho multicritério construtivista na gestão administrativa de hospital	Leticia Fernanda Pires Alves	2019/ Brasil/ Capes

Fonte: Elaborado pelo autor (2019)

Na tentativa de identificar os principais descritores para uma avaliação de desempenho individual, esta etapa baseou-se nos resultados obtidos por Gonçalves (2012), e assim adaptados para essa pesquisa, à escolha se dará devido o instrumento criado na pesquisa do autor já ter sido aplicado em teste.

Assim foram identificados 37 descritores criados na pesquisa de Gonçalves (2012), estes divididos em três áreas de preocupação: competências técnicas, competências pessoais e competências profissionais. Para o autor a definição dessas áreas busca ampliar o entendimento de todo contexto da avaliação, bem como ajudar na construção dos Pontos de Vistas Fundamentais (PVF). E a partir da definição dessas áreas foram criadas dezessete PVF conforme a visão do decisor envolvidos no processo de criação. A área de competências técnicas foi subdividida nos seguintes PVF's: responsabilidade; representação institucional; capacidade operacional; capacidade administrativa; conduta social; e aspectos judiciais. A área de competências pessoais foi subdividida nos seguintes PVF's: formação acadêmica; produção acadêmica; produção técnica profissional; capacidade física; saúde física; e capacidade psicológica. A área de competências profissionais foi subdividida nos seguintes PVF's: formação profissional; cursos profissionais; tempo de serviço; tempo de permanência no posto; e condecorações.

Uma vez identificado os descritores criados pelo autor, estes foram corroborados com achados de outros autores, que permitiram reforçar e adaptar os achados de Gonçalves (2012). Para o uso dos descritores criados por Gonçalves (2012), foram escolhidos 21 descritores, divididos em sete pontos de vistas fundamentais, a seleção dos descritores se deu utilizando como critério de escolha os que foram citados pelo menos por dois autores.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Após a seleção do trabalho de Gonçalves (2012) para a seleção dos descritores, seguindo os critérios já estabelecidos no método descrito anteriormente, inicia-se a fase de análise dos resultados encontrados, iniciando pelo levantamento pelas áreas de preocupação, e dos pontos de vistas fundamentais apresentados na pesquisa do autor. A partir das análises e das informações que permitam uma melhor compreensão do contexto apresentado pelo autor, este avançou-se no sentido de iniciar a construção do modelo com a identificação dos pontos de vistas fundamentais (PVF), que são os aspectos mais importantes a serem considerados no contexto de avaliação. De acordo com Bana e Costa et al. (1999), os pontos de vistas fundamentais são umas das primeiras preocupações que emergem dos decisores quando confrontados com o contexto a ser analisado. A identificação dos PVFs constitui uma das bases para a elaboração do modelo de avaliação de desempenho individual e, em consequência, exige uma considerável atenção por parte dos envolvidos no processo de construção.

Segundo Gonçalves (2012) a construção dos descritores tem como proposito a criação de escalas ordinais que ajudaram no processo de avaliação conforme o objetivo proposto pela organização, os descritores são indicadores de desempenho criados a partir das áreas de preocupação e dos PVFs analisados na fase anterior, e tem como principal objetivo mensurar o impacto de cada ação e suas consequências, estes são escalas ordinais que refletem a direção de preferência do decisor sob cada item a ser avaliado. È através dos descritores que pode-se mensurar ordinalmente o desempenho das ações potenciais, sendo entendidas, segundo Dutra (1998, p.55), como “um conjunto de níveis associados a um Ponto de Vista, o qual descreverá, em forma exaustiva, homogênea e não ambígua, os possíveis impactos das ações potenciais. ”

Gonçalves (2012) em sua pesquisa define três áreas de preocupação: competências técnicas, competências pessoais e competências profissionais. Para o autor a definição dessas áreas busca ampliar o entendimento de todo contexto da avaliação, bem como ajudar na construção dos PVF. E a partir da definição dessas áreas foram criadas dezessete PVF’s conforme a visão do decisor envolvidos no processo de criação. A área de competências

técnicas foi subdividida nos seguintes PVF's: responsabilidade; representação institucional; capacidade operacional; capacidade administrativa; conduta social; e aspectos judiciais. A área de competências pessoais foi subdividida nos seguintes PVF's: formação acadêmica; produção acadêmica; produção técnica profissional; capacidade física; saúde física; e capacidade psicológica. A área de competências profissionais foi subdividida nos seguintes PVF's: formação profissional; cursos profissionais; tempo de serviço; tempo de permanência no posto; e condecorações.

Após análise e identificação dos PVF criados na pesquisa de Gonçalves (2012), inicia-se a próxima etapa, dos resultados, o levantamento de todos descritores que o autor usou em seu trabalho sendo estes que por sua vez permitem a mensuração e a avaliação do desempenho individual.

Seguindo a linha de pesquisa desenvolvida por Gonçalves (2012), que buscou criar descritores relevantes à avaliação de desempenho na visão dos decisores o Quadro 3 apresenta os descritores desenvolvidos pelo autor e algumas referências que permitiram reforçar e adaptar os achados de Gonçalves (2012).

Quadro 3: Descritores criados por Gonçalves (2012)

Descritores	Referências
Pontualidade no trabalho; Assiduidade; Atitudes / Iniciativa	Gonçalves (2012); Gavazini (2017); Dutra (1998); Sampaio (2015)
Pontualidade nos compromissos internos e externos; Utilização para uso particular de equipamentos e serviços da instituição; Evolução na prestação do serviço; Habilidade em conhecimentos adicionais; Habilidade de inovação, Formação profissional; Qualidade na prestação de serviço.	Gonçalves (2012); Dutra (1998)
Aptidão no exame de saúde; Manuais publicados; Atendimento a requisições diversas; Permanência no posto; Cursos realizados na instituição; Cursos profissionais; Requisições e convocações; Elogios e punições; Infrações penais; Livros publicados; Comportamento social; Infrações disciplinares; Artigos publicados; Ordem no local de trabalho.	Gonçalves (2012);
Zelo pela infra estrutura; Cumprimento de prazos; Grau de disponibilidade / Prontidão; Experiência em virtude do tempo de serviço.	Gonçalves (2012); Gavazini (2017); Dutra (1998);
Participação em eventos externos	Gonçalves (2012); Flores (2018)
Habilidade de comunicação; Planejamento estratégico	Gonçalves (2012); Dutra (1998); Alves (2019)

Habilidade de liderança	Gonçalves (2012); Gavazini (2017); Dutra (1998); Alves (2019)
Local de trabalho, equipamentos e recursos materiais.	Gonçalves (2012); Dutra (1998); Dal Molin (2011); Sampaio (2015)
Níveis de graduação / Escolaridade	Gonçalves (2012); Gavazini (2017); Dal Molin (2011)
Capacitação	Gonçalves (2012); Gavazini (2017); Dutra (1998); Dal Molin (2011); Alves (2019)

Fonte: Elaborado pelo autor (2019)

Dando continuidade na análise da pesquisa de Gonçalves (2012), e tentando demostrar a importância dos descritores criados pelo autor, foram selecionados 21 descritores, divididos em sete pontos de vistas fundamentais, a seleção dos descritores se deu utilizando como critério de escolha os que foram citados pelo menos por dois autores, pode-se observar os descritores selecionados no Quadro 4:

Quadro 4**:** Descritores escolhidos e separados por PVF's

Área: Competências Técnicas	
PVF	**Descritores**
Responsabilidade	Pontualidade no trabalho; Pontualidade nos compromissos internos e externos; Utilização para uso particular de equipamentos e serviços da instituição; Zelo pela infraestrutura.
Representação institucional	Participação em eventos externos; Habilidade de comunicação.
Capacidade Operacional	Habilidade de liderança
Capacidade Administrativa	Cumprimento de prazos; Local de trabalho, equipamentos e recursos materiais; Assiduidade; Atitudes; Grau de disponibilidade / Prontidão; Planejamento estratégico; Evolução na prestação do serviço; Qualidade na prestação de serviço.
Área: Competências Pessoais	
PVF	**Descritores**
Formação acadêmica	Níveis de graduação; Formação profissional.
Área: Competências Pessoais	
PVF	**Descritores**
Cursos Profissionais	Capacitação; Habilidade em conhecimentos adicionais; Habilidade de inovação.
Tempo de Serviço	Experiência em virtude do tempo de serviço

Fonte: Elaborado pelo autor (2019)

A fase de escolha dos descritores, e de acordo com Ensslin et al. (2001) a que mais influência na qualidade do modelo de avaliação de desempenho individual, na escolha que é possível determinar se os descritores são passíveis de mensuração, assim como no processo para identificar ações de aperfeiçoamento. O Quadro 4 apresenta-se os 21 descritores escolhidos utilizando como parâmetros os citados por mais de dois autores apresentado no Quadro 3, entende-se que estes podem ser considerados os mais relevantes, pois já foram utilizados em outras pesquisas, e com isso podem trazer melhores resultados em uma possível elaboração de um modelo de avaliação de desempenho.

Dutra (1998) afirma que os descritores em um modelo de avaliação é um conjunto de níveis associados a um ponto de vista fundamental, o qual descreverá, em forma, homogênea e não ambígua, os possíveis impactos das ações potenciais. Com isso os descritores definidos no quadro 4, poderá auxiliar na construção de instrumentos de avaliação de desempenho individual para a gestão pública, já que entende-se que com esse resultado obtido respeitado os critérios apresentado acima, a fase de estruturação do MCDA-C já está realizada, podendo assim utilizar esses descritores e inicia-se a montagem do modelos de avaliação a partir da fase de avaliação.

Ao fim dessa análise pode-se destacar como um aspecto importante a individualização do instrumento de avaliação de desempenho individual para gestão pública, devendo, caso se pretenda utilizar para instituição pública proceder a adaptações de acordo com a percepção do gestor da instituição que se pretende aplicar, já que a partir das análises dos resultados identificar-se que não são muitos os autores que utilizam os mesmos descritores, ou seja, existe uma pulverização dos descritores utilizados nas avaliação.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como objetivo identificar descritores criados em instrumentos de avaliação desempenho individual voltado para gestão pública e que tenham utilizado a Metodologia Multicritério de Apoio à Decisão Construtivista (MCDA-C).

Para levantamento dos descritores utilizados em outras pesquisas foi utilizado os trabalhos desenvolvidos por Maciel (2019) conforme já citado nesta pesquisa, através de suas pesquisas foi identificado e utilizado como base o trabalho de Gonçalves (2012), e os descritores levantados por este autor foram corroborados com os outros autores selecionados. Foram selecionados 21 descritores, entende-se que estes podem ser considerados os mais relevantes, pois já foram utilizados em outras pesquisas.

A pesquisa demostra que não existe descritores consolidados para o tema avaliação de desempenho para gestão pública, deixando claro que por ser um ambiente com grande diversidade, a utilização de descritores padrão poderá deixar de mostrar o verdadeiro resultado para esse ambiente, já que todos os artigos analisados estão alinhados com o tema, e buscam de alguma forma definir os critérios e avaliar o desempenho do individuo.

Demonstra-se também as limitações desse estudo, a falta de pesquisas sobre o assunto, o que sugere-se novos estudos sejam feitos ampliando as bases de dados pesquisadas, podendo assim ampliar o número de amostras para que se obtenha maior embasamento e consequentemente um maior número de descritores levantados.

REFERÊNCIAS

ALVES, L.F.P. **Avaliação de desempenho multicritério construtivista na gestão administrativa de hospital**. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção e Sistemas, Universidade Tecnológica Federal de Paraná, Pato Branco, 2019.

BANA e COSTA, C. A. **Três Convicções Fundamentais na Prática do Apoio à Decisão**. Pesquisa Operacional, v.13, n.1, p. 09-20, Jun. 1993.
BARROS, A. J. O.; LEHFELD, N. A. S. **Fundamentos de metodologia científica** – 2ª ed. Ampliada. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2000.

CARPES, M.M.M.; ENSSLIN, L.; ENSSLIN, S.R. **Avaliação do desempenho das práticas de responsabilidade social na gestão organizacional por meio da metodologia MCDA Construtivista**: uma abordagem aos modelos já existentes. *Revista Alcance*, v. 13, n. 1, p. 91-112, jan./abr. 2006

Clintworth M.; Boulougouris E.; Lee BS. **Combined MCDA & CBA in the assessment of maritime projects financed by the European Investment Bank**. Marit Econ Logist 2017:1–19.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa:** métodos qualitativo, quantitativo e misto. trad. Luciana de Oliveira da Rocha. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

DAL MOLIN, L. H. M. **AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DA SECRETARIA MUNICIPAL DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE TUBARÃO / SC: A PROPOSTA DA METODOLOGIA MULTICRITÉRIO DE APOIO À DECISÃO CONSTRUTIVISTA – MCDA/C**. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

DUTRA, A. **Elaboração de um sistema de avaliação de desempenho dos recursos humanos da Secretaria do Estado da Administração - SEA à luz da MCDA**. 1998. Dissertação

(Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1998.

DUTRA, A. *et al*. **O Uso da Metodologia Multicritério de Apoio à Decisão Construtivista - MCDA-C para a Incorporação da Dimensão Integrativa nos Processos de Avaliação de Desempenho Organizacional**. I Encontro da Administração da Informação, Florianópolis, 2007.

ENSSLIN, L.; MONTIBELLER, G.; NORONHA, S. M. **Apoio à decisão**: metodologias para estruturação de problemas e avaliação multicritério de alternativas. Insular. Florianópolis, 2001.

ENSSLIN, L. *et al*. **Modelo multicritério de apoio à decisão construtivista no processo de avaliação de fornecedores**. Production, [s.l.], v. 23, n. 2, p.402-421, jun. 2013.

FLORES, J.F. **Proposta de uso da MCDA-C no desenvolvimento de um modelo de avaliação de desempenho para auxiliar a gestão do dimensionamento dos servidores da universidade federal do Rio Grande**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2018.

GAVAZINI, A.A. **Avaliação multicritério de desempenho do servidor público:** o caso do poder judiciário. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade do Sul de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GONÇALVES, M.A. **Avaliação do desempenho de oficiais militares, fundamentada na metodologia multicritério de apoio à decisão construtivista – MCDA-C**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade do Sul de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

HARLEZ, Y.; MALAGUENO, R. **Examining the joint effects of strategic priorities, use of management control systems, and personal background on hospital performance**. Management Accounting Research, v. 7, n. 1, mar. 2015.

HOPPEN, N.; LAPOINTE, E.; MOREAU, E. **Um guia para avaliação de artigos de pesquisa em sistemas de informação**. Read, ed.3 v.2 n.2, 1996.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Metodologia científica:** ciência e conhecimento científico. 2 ed. São Paulo: Atlas, 1997.

LONGARAY A.A.; ENSSLIN L. **Use of multi-criteria decision aid to evaluate the performance of trade marketing activities of a Brazilian industry**. Manag Organ Stud 2015.

LONGARAY, A. A.; ENSSLIN, L.; ENSSLIN, S.; DUTRA, A.; SILVA, P. R. M. **Modelo multicritério de apoio à decisão construtivista para avaliação de desempenho do trade marketing: um caso ilustrado no setor farmacêutico**. Revista Produção Online, v.16, n. 1, p. 49-76, jan./mar. 2016.

LYRIO, M. V. L. *et al*. **Análise da implementação de uma estratégia de investimento em ações baseada em um instrumento de apoio à decisão**. Contaduría y Administración. Cidade do México, p. 113-143. jan. 2015

BORGES, M. R. **A importância da avaliação de desempenho individual (adi)**: uma revisão integrativa. Catalão, out, 2019.

BORGES, M. R. **Instrumentos de avaliação de desempenho individual na gestão pública que utilizaram a metodologia multicritério de apoio à decisão construtivista – MCDA-C**: uma revisão integrativa**.** Catalão, out, 2019.

MACHADO, T. P. S. O. **Modelo de Avaliação e Desenvolvimento de Produtos para uma Empresa de Fogões**. 2013. Dissertação (Mestrado) - Curso de Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

NISHIYAMA, M. A. *et al*. **Modelo Multicritério para Avaliação de Desempenho**: um estudo de caso para gestão de compras no setor público. Revista de Ciências da Administração, [s.l.], v. 1, n. 1, 1 maio 2017. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

OLIVEIRA, M. M. **Como fazer pesquisa qualitativa**. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

THIOLLENT, M. **Metodologia de pesquisa-ação**. São Paulo: Saraiva, 2009.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais:** a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 2011.

RECK, A. B. **Aplicação da Metodologia Multicritério de Apoio à Decisão nas Relações entre Produtores Rurais e Agroindústria na Cadeia da Avicultura de Corte**. Dissertação (Mestrado) - Curso de Agronegócios, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

RICHARDSON, R.J. **Pesquisa social:** métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, 1999.

Roy B. **Multicriteria methodology for decision aiding**. Amsterdam: Kluwer; 1996.

SAMPAIO, F.P. **Avaliação de desempenho individual (adi) dos servidores Públicos na superintendência regional de ensino de Teófilo Otoni**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Gestão e Avaliação da Educação Pública, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2015.

SINK, D. Scott; TUTTLE, Thomas C. **Planejamento e medição para performance**. Rio de Janeiro: Quality Mark, 1993

ALTUS CIÊNCIA
REVISTA ACADÊMICA MULTIDISCIPLINAR DA FACULDADE CIDADE DE JOÃO PINHEIRO

MARKETING DE RELACIONAMENTO: A CHAVE

Willian Junio do Carmo [1]

Resumo: Devido à concorrência, empresas buscam inovações para manter uma relação duradoura com o cliente. O objetivo deste trabalho foi verificar como seria o relacionamento entre cliente e empresa. Procurou também obter a atenção de seus funcionários para com os clientes na qualidade e satisfação de seus desejos. Acredita-se que o Marketing de relacionamento contribui efetivamente na relação com a clientela e que sua essência está na qualidade dos serviços. Esta pesquisa, foi realizada, numa empresa, filial de um grupo que conta com cerca de 100 lojas em todo território nacional. A partir de um referencial teórico sobre Marketing de relacionamento foi realizada uma pesquisa de campo por meio de estudo de caso, na qual a intenção era compreender a avaliação dos clientes de tal empresa. Construiu-se um questionário, utilizando-se da ferramenta Escala SERVQUAL, nele consta os seguintes conceitos: Confiança; Segurança e Garantia; Satisfação; Ambiente Físico; Presteza (interesse ao cliente); Empatia; Lealdade. Por fim, a última etapa desse estudo se vê a seguir no qual se analisa as entrevistas obtidas através dos questionários. Tomou-se a liberdade de produzir inferências com base na fundamentação teórica, que possibilitaram identificar os resultados dessa pesquisa. Infere-se a empresa necessita de modificações em quase todas dimensões e categorias analisadas. Com a implantação do Marketing de Relacionamento na empresa, acredita-se que terão mais sucesso na satisfação dos clientes, pois entender o comportamento do consumidor é essencial para que as organizações possam gerir um relacionamento de modo a satisfazê-los.

Palavras-Chaves: Clientes. Relacionamento. Satisfação.

Abstract: Due to competition, companies are looking for innovations to maintain a lasting relationship with the customer. The objective of this work was to verify how the relationship between client and company would be. It also sought to get the attention of its employees to the customers in the quality and satisfaction of their desires. It is believed that Relationship Marketing effectively contributes to customer relationships and that its essence lies in the quality of services. This research was carried out in one company, a subsidiary of a group that has about 100 stores nationwide. From a theoretical reference on Relationship Marketing, a field research was carried out through a case study, in which the intention was to understand the evaluation of the clients of such company. A questionnaire was constructed, using the SERVQUAL Scale tool, with the following concepts: Confidence; Security and Warranty; Satisfaction; Physical Environment; Promptness (customer interest); Empathy; Loyalty. Finally, the last stage of this study is shown below, which analyzes the interviews obtained through the questionnaires. It was taken the freedom to produce inferences based on the

[1] Prof. Ms. Instituto Federal do Triângulo Mineiro - Campus Paracatu. williamjunio@iftm.edu.br.

Recebido em 10/10/2019
Aprovado em 01/11/2019

theoretical basis, which made it possible to identify the results of this research. Infere the company needs modifications in almost all dimensions and categories analyzed. With the implementation of Relationship Marketing in the company, it is believed that they will have more success in customer satisfaction, since understanding consumer behavior is essential so that organizations can manage a relationship in order to satisfy them.

Keywords: Customers. Relationship. Satisfaction.

INTRODUÇÃO

O mercado está cada vez mais competitivo. Devido a esta grande concorrência, empresas buscam inovações, procurando fazer uso do Marketing de Relacionamento como estratégia, para manter uma relação duradoura com o cliente, de forma que terá algo a mais diante dos seus concorrentes.

Desde a década de 1990, estudos como o de Berry (1995); Evans e Laskin (1994); Storbacka, Stanvik e Gronroos (1994), afirmam que as empresas podem ser beneficiadas com o marketing de relacionamento, fornecendo maior qualidade de produtos e serviços; promovendo maior satisfação do cliente; mantendo a lealdade do cliente e obtendo maior lucratividade. É nesse sentido também que Almeida, Lopes e Pereira (2006), Demo, Rozzett, Ponte, Ferreira e Mendes (2011) e Faria, Giuliani, Pizzinatto e Spers (2014) discutem sobre o tema no Brasil.

Saber qual a forma ser usada para identificar os clientes potenciais, trazê-los para sua empresa e tratá-los de forma diferenciada, pode se tornar um diferencial diante dos concorrentes. A empresa que tem como objetivo a satisfação de clientes, tornando-o o centro de atenção, deverá saber se seu serviço ou seu produto é bem qualificado. A garantia da continuidade dos negócios está nessa qualificação, sendo fator de competitividade e também de sucesso no relacionamento do cliente com a empresa.

É importante entender o significado desse termo que cobre um amplo leque de atividades sobre nosso cotidiano. As atividades de marketing que envolvem os serviços, constituem transações realizadas por empresas cujo objetivo não está na transferência de um bem, mas em um ato. A Associação Americana de Marketing (AMA) define serviços como “aquelas atividades, vantagens ou mesmo satisfações que são oferecidas à venda ou que são proporcionadas em conexão com a venda de mercadoria”.

O objetivo deste trabalho foi verificar como seria o relacionamento entre cliente e empresa, preocupando-se com o seu pessoal, o seu ativo mais valioso. Procurou também obter a atenção de seus funcionários para com os clientes na qualidade e satisfação de seus desejos

sendo peça fundamental para o seu sucesso. Acredita-se que o Marketing de relacionamento contribui efetivamente na relação com a clientela e que sua essência está na qualidade dos serviços.

MATERIAL E MÉTODOS

Esta pesquisa foi realizada no período de Março a Agosto de 2007, na empresa ELETROGAMA[2] localizada em Lagoa da Prata-MG, filial de um grupo que conta com cerca de 100 lojas em todo território nacional. Ela está em funcionamento desde 1994 e localiza-se ao centro da cidade.

Caracteriza-se como uma loja de variedades, contendo um grande *"mix"* de produtos como móveis, eletrodomésticos, presentes, brinquedos, telefonia e toda a linha de som e imagem e também a prestação de serviço de todas as necessidades dos clientes de Lagoa da Prata.

A empresa tem em sua equipe de trabalho, 16 funcionários. Contribui com a economia da cidade, através da oferta de empregos e pagamentos de impostos dentro do comércio local de Lagoa da Prata que está em crescimento acelerado.

A partir de um referencial teórico sobre Marketing de relacionamento foi realizada uma pesquisa de campo por meio de estudo de caso, na qual a intenção era compreender a avaliação dos clientes de tal empresa, bem como dos serviços prestados. Construiu-se um questionário, semelhante ao de Cristo (2001), adaptado assim para este estudo utilizando-se da ferramenta Escala SERVQUAL.

Zeithaml (1990), citado por Christo (2001), refere-se ao instrumento SERVQUAL como uma ferramenta que as empresas podem usar para entender as expectativas e percepções de um cliente sobre os serviços e a qualidade na prestação destes. A escala SERVQUAL é um modelo projetado dentro de cinco dimensões de serviços: tangibilidade; confiabilidade; presteza; garantia e empatia. No entanto, pode ser modificada e adaptada para o ambiente da empresa ou às características necessárias para a pesquisa. Avaliar a qualidade de serviço pelo instrumento SERVQUAL envolve medir e diferenciar as taxas de avaliação dos clientes com relação à expectativa e percepção.

[2] ELETROGRAMA é um nome fictício utilizado para manter sigilo e não haver implicações negativas e/ou positivas em relação a clientela dessa empresa.

No modelo de questionário adaptado e utilizado para esta pesquisa, consta a escala SERVQUAL, no que tange os seguintes conceitos: Confiança; Segurança e Garantia; Satisfação; Ambiente Físico; Presteza (interesse ao cliente); Empatia; Lealdade.

O questionário foi elaborado subdividido em três partes. A primeira contém 23 perguntas de avaliação das expectativas dos clientes com relação ao serviço a ser investigado (SERVQUAL), a outra parte, com um questionário de 7 (sete) perguntas que busca medir a satisfação do cliente com o serviço oferecido pela empresa e a última parte um questionário com 15 perguntas sobre fidelização, para levantar o nível de lealdade dos clientes junto a empresa.

Cada questão contém uma afirmativa e o cliente assinala o seu grau de concordância ou discordância segundo uma escala do tipo "*Likert"*, de 5 (cinco) pontos variando de "Discordo, conforme Apêndice A.

Estabeleceram-se alguns critérios para escolha da amostra de clientes, foram os seguintes: ser cliente ativo da empresa, ou seja, estar comprando ou pagando prestações frequentemente; ser pessoa física.

Partiu-se de uma amostra total de 1998 clientes e aplicando os critérios acima especificados, chegou-se a uma amostra de 600 clientes ativos. Desse total foi extraída aleatoriamente uma amostra não probabilística de 100 clientes. Os questionários foram enviados pelo correio uma única vez e obteve-se uma taxa de resposta de 39%.

Tem-se que dentre os clientes pesquisados, 55% são do sexo feminino e 45% são do sexo masculino. Em relação a faixa etária, 10% dos clientes entrevistados têm até 20 anos, 31% estão entre 31 a 40, 28% estão entre 21 a 30, 21% de 41 a 50 e 10% mais de 50 anos. Quanto a escolaridade, 15% dos entrevistados possuem primeiro grau completo, 45% possuem o segundo grau completo, 23% possuem o terceiro grau e apenas 17% possuem uma pós-graduação.

Para análise dos resultados, avaliaram-se os questionários respondidos, visando à verificação através da utilização do referencial teórico sobre Marketing de relacionamento, de como estaria o grau de satisfação dos clientes junto às expectativas pelos serviços da empresa.

Os resultados obtidos na aplicação das perguntas foram avaliados qualitativamente. Esse tipo de delineamento de pesquisa foi escolhido pois "as chamadas metodologias qualitativas privilegiam, de modo geral, da análise de microprocessos, através do estudo das ações sociais individuais e grupais" (Martins, 2004, p. 292).

Assim, a metodologia qualitativa é capaz de captar o problema da pesquisa, analisando melhor a profundidade relacionada à percepção subjetiva de cada um dos participantes desta.

A partir dessa avaliação, elaboraram-se gráficos para análise e discussão por meio de um estudo de caso da empresa ELETROGAMA.

Lima (2008) infere que o estudo de caso corresponde a umas das diversas formas de se realizar uma pesquisa qualitativa sobre um determinado fenômeno em curso e em seu contexto real.

Realizou-se uma pesquisa de caráter exploratória. A pesquisa exploratória possui a característica de explorar um problema ou uma situação para prover critérios e compreensão, e pode ser usada para finalidades como formular um problema ou defini-lo com maior precisão; obter critérios para desenvolver uma abordagem do problema e estabelecer prioridades para pesquisas posteriores MALHOTRA (2001).

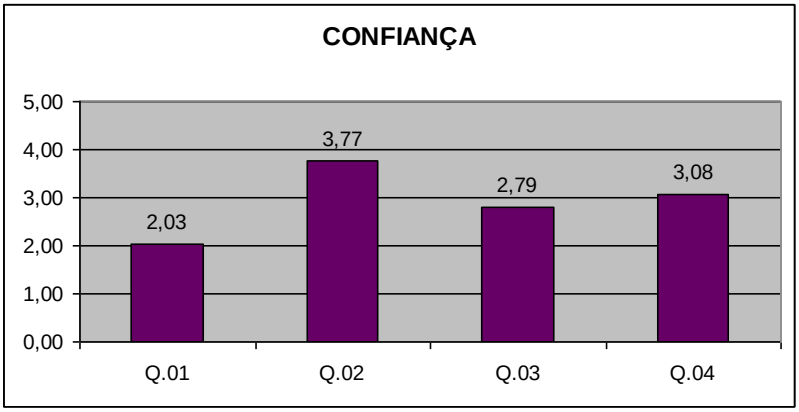
Caracteriza-se também como quantitativa descritiva, segundo Malhotra (2001), por possuírem objetivos bem definidos, procedimentos formais para a solução de problemas e avaliação de alternativas de cursos de ação. Sabe-se que, na maioria das pesquisas de marketing realizadas são de pesquisa conclusiva descritiva, a qual é agrupada a uma série de pesquisas cujos processos apresentam importantes características em comum.

Por fim, a última etapa desse estudo se vê a seguir no qual se analisa as entrevistas obtidas através dos questionários. Tomou-se a liberdade de produzir inferências com base na fundamentação teórica, que possibilitaram identificar os resultados dessa pesquisa. Isso significa, não somente produzir suposições subliminares acerca de determinada mensagem, mas em embasá-las com pressupostos teóricos. (CAMPOS, 2004).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Iniciando a apresentação dos resultados desta pesquisa, através da Figura 1, têm-se as considerações da clientela da ELETROGAMA em relação à categoria “Confiança” (questão 01 a 04).

Figura 5. Análise quantitativa da categoria “Confiança”



Fonte: O autor

A média geral de 2,92 indica que os clientes da empresa ELETROGAMA consideram essa dimensão da qualidade no intervalo de "Discordo parcialmente e Nem concordo nem discordo".

As respostas apontam que os clientes têm de ficar cobrando todos os serviços várias vezes para serem executados e na existência de problemas, indicam que os colaboradores não apresentam interesse em resolvê-los. Chama atenção a insatisfação pelos clientes, pois se sentem inseguros uma vez que os serviços oferecidos não são cumpridos nos prazos combinados. A questão dos prazos também está relacionada à categoria "Presteza" que veremos adiante.

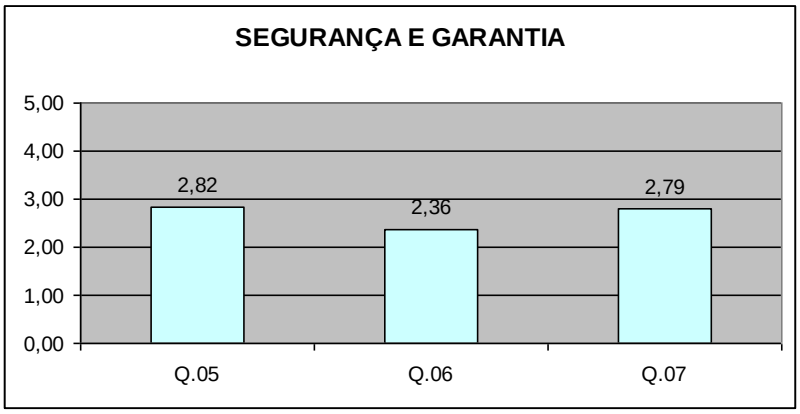
Johnston e Clark (2002) definem serviço, sob uma perspectiva organizacional, como o modelo pelo qual a organização gostaria de ter seus serviços percebidos pelos clientes, funcionários, acionistas e financiadores, em outras palavras, a proposição do negócio. Do ponto de vista do cliente, é o modo pelo qual ele percebe os serviços da organização. Na realidade, os clientes nem sempre sabem o que as organizações têm a oferecer e estas por sua vez não sabem como os clientes vêm seus serviços.

Por outro lado, serviços também são objetos de promoção da empresa, conforme diz Las Casas (2000). Muitos descontos são oferecidos por empresas como oficinas, hotéis, cabeleireiros, como forma promocional. Nesse caso tanto um administrador de bens de consumo como um administrador de serviços deverão entender seu mercado, procurando qualificá-los e conhecer o processo de motivação de compra de seus clientes e posteriormente desenvolver uma estratégia de marketing.

No que se refere à "Segurança e Garantia" na empresa (questões 05 a 07), a média geral encontrada foi de 2,66, conforme Figura 2, o que representa que os clientes consideram essa dimensão da qualidade no intervalo de "Discordo parcialmente" e "nem concordo nem discordo".

Isso mostra que os clientes não têm segurança no que os funcionários falam e também não confiam na qualidade dos produtos/ serviços oferecidos. A questão que mais apresentou insatisfação pelos clientes, nesta categoria é a falta de conhecimento dos funcionários sobre os produtos/serviços oferecidos pela empresa (Questão 5), isso com toda certeza, influência negativamente nas vendas e lucros.

Figura 6. Análise quantitativa da categoria "Segurança e Garantia"



Fonte: O autor

Na visão de Drucker (2002) a meta de uma empresa e/ou funcionário, deve ser compreender os nossos clientes de forma que o produto ou serviço se adaptem a eles tão bem, que se venda por si só. Portanto existe uma grande diferença entre o conceito de venda e marketing, como sintetiza Kotler (1998), venda foca à agressividade para alcançar o resultado: vender. Que não é um processo natural como no caso do marketing. Para a venda o enfoque está no produto, o meio são as promoções, os fins são os lucros através do volume de vendas, e o ponto de partida está na fabrica.

No caso do marketing de relacionamento, o foco está nas necessidades do consumidor, o meio é o marketing coordenado, o fim é o lucro através da satisfação do consumidor e o ponto de partida é o mercado alvo (os clientes).

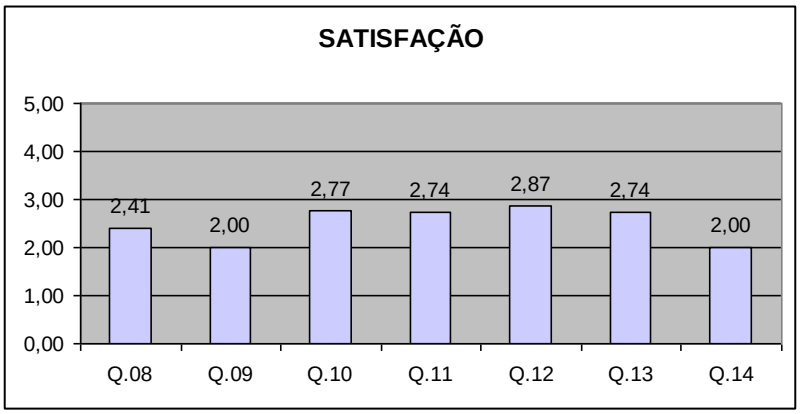
O Marketing de Relacionamento, de acordo com o pensamento de Brown (2001) existem vários benefícios: o primeiro deles é a redução de custos dos contatos com os clientes, em segundo, vêm os rendimentos de vendas e margens adicionais, gerando um crescimento mais lucrativo e estável, em menor gasto com publicidade e marketing.

Quanto a análise dos dados obtidos na dimensão da “Satisfação” (questões 8 a 14), a média geral encontrada foi de 2,50, conforme indica a Figura 3.

Isso significa que os clientes não indicariam os produtos e serviços a seus amigos ou familiares; não estão satisfeitos em ter adquirido um produto ou ter comprado na empresa. A

questão chave é a tamanha insatisfação a ponto de a clientela considerar negativa a ideia de oferecer os produtos ou serviços da empresa a alguma pessoa.

Figura 7. Análise quantitativa da categoria “Satisfação"



Fonte: O autor

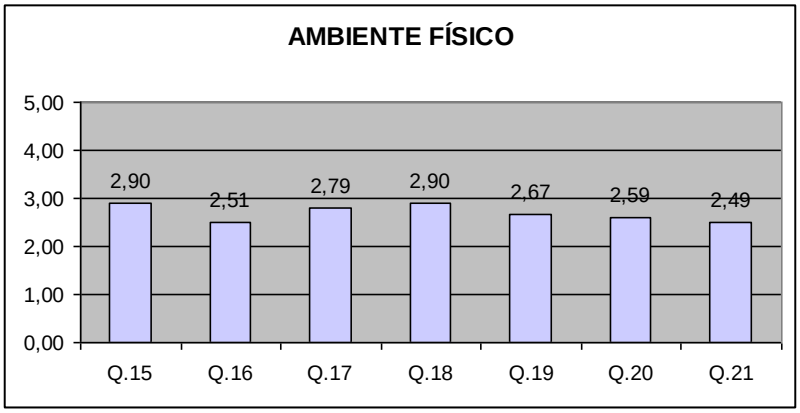
Outra ferramenta usada para a criação de relacionamento é o marketing de serviço, que é a modalidade de marketing diretamente ligada ao intangível e que se preocupa com as relações comerciais que focam a percepção do comprador em relação ao objeto de compra, a sua satisfação. Está voltado, basicamente, para o tratamento adequado do consumidor, na interpretação e leitura adequada de suas necessidades, levando-se em conta seu comportamento (COBRA, 2001).

Ferreira (2008) esclarece que a satisfação de um cliente é uma poderosa ferramenta de propagação. Assim, a boa impressão deixada por cliente satisfeito, levará outros a se tornarem clientes, pois estão mais propensos a disseminar algo sobre a empresa.

No que tange ao ambiente físico da empresa (questões 15 a 21). O resultado também se enquadra em “Discordo parcialmente” e “nem concordo nem discordo” pelo fato da média geral obtida ser 2,69, conforme Figura 4”.

Isso indica que a aparência visual das instalações físicas e acomodações internas não são agradáveis; a dificuldade para achar um lugar para estacionar é muito grande; não possuem acesso por corredores para facilitar a movimentação no interior da loja e não há atratividade visual em propagandas e divulgações feitas pela empresa. Em suma, no aspecto físico, a questão que mais apresenta insatisfação pelos clientes é a má aparência dos funcionários e também o horário de funcionamento da loja.

Figura 4. Análise quantitativa da categoria “Ambiente físico"

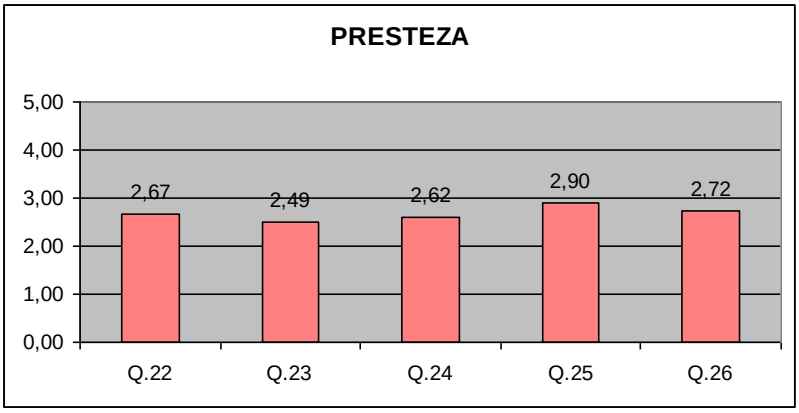


Fonte: O autor

Segundo Las Casas (2000), uma empresa prestadora de serviços pode embalar seu serviço mantendo a aparência de seus vendedores, mostrando eficiência no serviço prestado. Em síntese, os serviços podem ser embalados desde que adaptados às suas necessidades de embalagem, como o de qualquer outro produto.

Na categoria “Presteza” (questão 22 a 26), a média geral encontrada foi de 2,68, conforme Figura 5. Infere-se com este resultado, que o quadro de funcionários da empresa é insuficiente para o atendimento aos clientes e que os prazos para entrega dos produtos/serviços pela empresa não estão sendo cumpridos.

Figura 8. Análise quantitativa da categoria “Presteza"



Fonte: O autor

A questão que mais apresenta insatisfação pelos clientes é a falta de interesse dos funcionários da empresa em resolver eventuais problemas em relação a compra e/ou produtos.

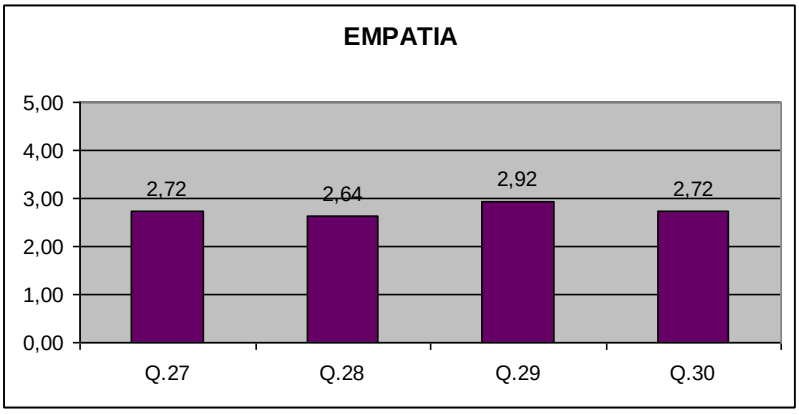
A clientela deseja um atendimento diferenciado para que se sintam valorizados e os funcionários não tem tido esta "expertise" em fidelizar os clientes.

Para Bogmann (2000), o cliente externo é aquele que, sem fazer parte da organização, sofrem o impacto dos produtos/serviços oferecidos. É ele quem paga por esses produtos serviços, mas não participa do processo de produção e realização do mesmo.

Dentro desse contexto, o cliente externo pode ser dividido em subgrupos com outro tipo de classificação relacionada, como a que foi dada por Stone e Woodcok (1998): cliente poupador que quer maximizar o valor obtido pelo seu gasto de tempo, esforço e dinheiro; o cliente ético que se sente uma obrigação moral de apoiar empresas socialmente responsável; o cliente personalizado que quer gratificação interpessoal, como reconhecimento e conversação, em sua experiência de serviço; o cliente conveniente que não tem interesse em ir buscar o serviço, conveniência é o segredo para atraí-lo.

Na categoria "Empatia" (questão 27 a 30), obteve-se média geral de 2,75, conforme Figura 6, o que representa que os clientes consideram essa dimensão da qualidade no mesmo intervalo das categorias anteriores.

Figura 9. Análise quantitativa da categoria " Empatia"



Fonte: O autor

Indica que os funcionários não apresentam cortesia e nem demostram preocupação aos problemas ou necessidades dos clientes. O que mais desagrada é a falta de atenção individualizada.

Consumidores podem ser anônimos para a instituição; cliente tem nome. Consumidores são atendidos como parte da massa ou de grandes segmentos; clientes são atendidos em base individual. Consumidores são atendidos por qualquer funcionário que esteja disponível; clientes são atendidos por profissionais devidamente preparados (KOTLER, 1998).

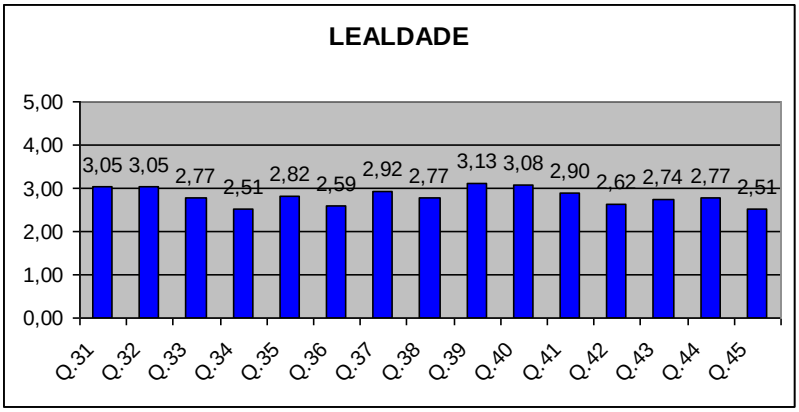
Conforme Berry e Bitner (1995), os benefícios do Marketing de Relacionamento para o cliente consistem em: (1) obtenção contínua ou periódica de serviços que são pessoalmente importantes e customizados às suas necessidades; (2) redução do risco da compra, por já conhecerem o fornecedor; (3) oferta benefício social (status) por estarem recebendo um serviço personalizado; (4) maior bem-estar e qualidade de vida, por facilitar o processo decisório de compra, principalmente quando se trata de situações tais como, adquirirem um produto ou serviço mais complexo, que envolva o ego dos clientes ou riscos financeiros.

O relacionamento é o fator-chave de sucesso para a diferenciação da oferta no mercado, uma vez que a oferta de valor só é possível por meio do conhecimento adquirido. A estratégia de Marketing de Relacionamento, portanto, possibilita a oferta contínua de valor superior, trazendo um grande potencial de benefícios tanto para o fornecedor quanto para o cliente.

Brown (2001) nos diz que marketing de relacionamento é um velho conceito de administração utilizada pelo antigo comerciante para tratar seus clientes. O que é novo é que na atualidade, o marketing de relacionamento pode ser usado em grande escala, ou seja, para milhares de pessoas. Percebe-se então, que as técnicas de administração voltaram a colocar o cliente no centro de suas estratégias de negócio. O relacionamento com o cliente é muito mais do que um simples software, ele é uma filosofia da empresa pautada no respeito às características individuais de cada um dos envolvidos nesse relacionamento. Acredita-se que uma vez que a empresa possui o cliente, ela deve fazer de tudo para mantê-lo e para desenvolver novos negócios com ele. Por isso, seus objetivos, são selecionar e servir clientes individualmente (um a um em vez de um marketing massificado) e estabelecer relacionamentos duradouros com eles (relacionamentos em vez de transações de marketing).

Por último, na análise dos dados obtidos na dimensão da “Lealdade”, exposta na Figura 7, a média geral encontrada foi de 2,82 (questão 31 a 45).

Figura 10. Análise quantitativa da categoria "Lealdade"



Fonte: O autor

Retrata que os clientes não indicariam a empresa a outras pessoas; não elogiariam algum produto/serviço oferecido pela empresa; ao ouvirem o nome da empresa transmitiu-se uma imagem negativa que influencia na decisão de não ser cliente; que pagariam mais caro em outras lojas para não terem de ir na empresa. Em suma, a empresa transmite uma imagem negativa aos clientes; não transmite seriedade.

Ward e Dagger (2007), concluíram em seu estudo que relações fortes contribuem para a percepção de qualidade e aumentam a satisfação do consumidor e a lealdade aos serviços oferecidos pela organização. Acreditam que clientes quem mantem relacionamento, conseguem perceber melhor a qualidade ou não do serviço oferecido.

Bastos e Pereira (ano), concluíram que as estratégias de fidelização são extremamente relacionadas com as estratégias de Marketing de Relacionamento e que um cliente fiel automaticamente terá um relacionamento com a marca a qual escolheu ser fiel.

Conforme Zela (2002) marketing nada mais é do que o ato de conhecer o mercado de atuação de uma organização, para posteriormente oferecer, de forma inovadora e criativa, os produtos e serviços que esse mercado deseja.

De acordo com Gordon (2000) o marketing de relacionamento deriva do marketing tradicional, ainda que seja bem diferente. Em suma, é o processo contínuo de identificação e criação de novos valores com clientes individuais e o compartilhamento de seus benefícios durante uma vida toda de parceria. Isso envolve a compreensão, a concentração e a administração de uma contínua colaboração entre fornecedores e clientes selecionados para a criação e o compartilhamento de valores mútuos por meio de interdependência e alinhamento organizacional.

Gordon (2000) fala sobre a capacidade que o marketing de relacionamento tem em criar novo valor para os clientes e compartilhar esse valor entre o produtor e o consumidor. Ele reconhece o papel fundamental que os clientes individuais têm não apenas como compradores, mas na definição do valor que desejam, pois o cliente ajuda a empresa a fornecer o pacote de benefícios que ele valoriza. Nesse sentido, o valor é assim criado com os clientes e não por eles. Isso por sua vez, exige que uma empresa, em consequência de sua estratégia de marketing e de seu foco sobre o cliente, planeje e alinhe seus processos de negócios, suas comunicações, sua tecnologia e seu pessoal para manter o valor que o cliente individual deseja.

Entende-se que esse tipo de marketing é um esforço colaborativo, realizado pelo comprador e o vendedor. Uma via de mão dupla que funciona em tempo real. Reconhece o valor dos clientes por seu período de vida de consumo e não como clientes ou organizações

individuais que devem ser abordados a cada ocasião de compra, pois ao reconhecer o valor do período de vida, o marketing de relacionamento procura unir progressivamente a empresa aos clientes; e procura construir uma cadeia de relacionamentos dentro da organização para criar o valor desejado pelos clientes.

Mesmo a empresa tendo um marketing reativo, uma mudança será necessária, pois há uma percepção clara da insatisfação com os produtos e serviços oferecidos pela empresa em relação a todas as categorias abordadas.

Bogmann (2000), ao citar Boone e Kurtz (1998) diz que o comprometimento com o funcionário é uma grande ferramenta para alavancar a satisfação do cliente externo e melhorar a qualidade de todos os setores da organização. Dessa forma, segundo Bogmann (2000), torna-se necessário motivar os funcionários para executarem melhor suas tarefas por meio de marketing interno, através da delegação de poderes, do treinamento e do trabalho em equipe.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

À guisa de conclusão, este trabalho pretendeu contribuir para a produção acadêmica a respeito do marketing de relacionamento ou CRM, ao realizar uma revisão bibliográfica, através de um estudo de caso e propor reflexões.

Infere-se a empresa necessita de modificações em quase todas as dimensões e categorias analisadas. Na dimensão do aspecto físico, sugere-se estruturação de espaços internos com corredores, limpeza adequada nas instalações e equipamentos além de utilizar materiais promocionais atrativos e visuais para a percepção dos clientes e mudança no horário de funcionamento.

A análise dos dados mostrou que a aparência física, o visual, as instalações e equipamentos além dos materiais promocionais, itens que compõem a dimensão dos aspectos físicos, deixam a desejar. Ressaltando ainda a má aparência dos funcionários e também o horário de funcionamento da loja, sendo talvez um dos pontos mais importantes a ser considerado pelos clientes na hora de comprar.

Na dimensão de confiabilidade, segurança e garantia faz-se necessário procurar através de treinamentos junto aos funcionários da empresa, melhorar o serviço prestado conforme prometido, demonstrando interesse na resolução de problemas dos clientes e fazendo os serviços corretos para serem entregues no prazo combinado;

Nas dimensões de “Empatia” e “Presteza” é necessário obter o comprometimento dos funcionários para com os clientes e também com os produtos e serviços que estão sendo repassados.

Faz-se necessário um treinamento para eles quanto as características de seu produto e/ou serviço, ou seja, aperfeiçoar o conhecimento de forma que possam obter uma visão sistêmica de toda a empresa e de todos os produtos e serviços e a interligação ou sequência que eles têm.

Por fim na dimensão de satisfação e lealdade, que considera o grau de satisfação e lealdade dos clientes à empresa, serão necessários treinamentos de motivação interna com os funcionários da área de vendas, abrangendo o atendimento e o processo de fidelização. A administração de recursos humanos deverá acompanhar focando na satisfação e no relacionamento com o cliente.

Dentro dessa dimensão, para regularizar o quadro de funcionários para um melhor atendimento, será preciso desfazer a setorização existente na empresa, pois facilitará o melhor atendimento individualizado.

Com essas modificações e implantação do Marketing de Relacionamento na empresa, acredita-se que terão mais sucesso na satisfação dos clientes, pois entender o comportamento do consumidor é essencial para que as organizações possam gerir um relacionamento de modo a satisfazê-los.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, S. O., LOPES, T. C., PEREIRA, R. C. F. (2006). **A produção científica em *marketing* de relacionamento no Brasil entre 1990 e 2004**. Anais do Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração, Rio de Janeiro, RJ, Brasil, 30. Disponível em: http://www.anpad.org.br/admin/pdf/ema2006-mktc-312.pdf. Acesso em 22 de Outubro.

BERRY, L. **Relationship marketing of services: growing interest emerging perspectives**. Journal of Academy of Marketing Science, v. 23, nº4, pp. 236-245, 1995. Disponível em: www.bretzke-marketing.com.br/textos/artigos08. Acesso em 22 Outubro de 2018.

BITNER, M.J. **Building services relationships: It´s all about promises.** Journal of Academy of Marketing Science, Fall, v. 23, nº4, pp.246-251, 1995. Disponível em: www.bretzke-marketing.com.br/textos/artigos08. Acesso em 22 de novembro de 2018.

BOGMANN, Ilzhak Min. **Marketing de Relacionamento: estratégia de fidelização e suas implicações financeiras.** São Paulo: Nobel, 2000.

BOONE, Louis E; KURTZ, David L. **Marketing Contemporâneo.** Rio de Janeiro: LTC, 1998.

BROWN, Stanley A. CRM. **Customer Relationship Management**. São Paulo: Makron Books, 2001.

CAMPOS, Claudinei José Gomes. **Método de análise de conteúdo: ferramenta para a análise de dados qualitativos no campo da saúde**. Revista Brasileira

COBRA, Marcos. **Estratégias de marketing de serviços.** São Paulo: Cobra, 2001.

CHRISTO, Arcemar Rocha. **Qualidade Percebida nos Serviços de Atendimento**. Belo Horizonte, 2001.

DEMO, G., Rozzett, K. O., Ponte, J. V. A., Ferreira, L. A., & Mendes, N. M. D. (2011). **Marketing de relacionamento (CRM): estado da arte, produção nacional na primeira década do milênio e agenda de pesquisa**. Anais do Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração, Rio de Janeiro, RJ, Brasil, 35. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1678-712015000500127&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em 19 de outubro de 2018.

DRUCKER, Peter Ferdinand. **O melhor de Peter Drucker: obra completa**. São Paulo: Nobel, 570p. 2002.

EVANS, J.R. & LASKIN, R.L **The relationship marketing process: a conceptualization and application. Industrial Marketing Management**. v.23, p. 439-452, dec. 1994. Disponível em: www.bretzke-marketing.com.br/textos/artigos08. Acesso em 22 de outubro de 2018.

FARIA, L. H. L., Giuliani, A. C., Pizzinatto, N. K., & Spers, V. R. E. (2014). 20 anos de publicações sobre marketing de relacionamento no Brasil: uma análise da produção acadêmica de 1992 a 2012. Revista Brasileira de Marketing, 13(1), 106-118. Disponível em: http://www.revistabrasileiramarketing.org/ojs-.2.4/index.php/remark/article/viewArticle/2596. Acesso em 20 de outubro de 2018.

FERREIRA, Ertinho; TOBIAS, Rogério. **Marketing de Relacionamento como Forma de ultrapassar a fronteira do simples contato gerando fidelização**. Portal do Marketing. Novembro de 2008. Disponível em : http://www.portaldomarketing.com.br/Artigos1/Marketing_de_Relacionamento_ultrapassando_a_barreira_gerando_fidelizacao.htm. Acesso em 21 de novembro de 2018.

GORDON, Ian. **Marketing de relacionamento: estratégias, técnicas e tecnologias para conquistar clientes e mantê-los para sempre.** 3. ed. São Paulo: Futura, 2000.

JHONSTON, Robert; CLARK, Graham. **Administração de Operações de Serviços.** São Paulo: Atlas, 2002.

KOTLER, Philip. **Administração de Marketing: análise, planejamento, implementação e controle.** 5 ed. São Paulo: Atlas, 1998.

LAS CASAS, Alexandre Luzi. **Marketing: conceitos, exercícios, casos**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2000.

LIMA, Manolita Correia. **Monografia:** a engenharia da produção acadêmica. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

MARTINS, H. H. (2004). **Metodologia qualitativa de pesquisa**. Educação e Pesquisa, 30, 289-300.

MALHOTRA, Naresh K. **Pesquisa de marketing: uma orientação aplicada**. 3ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

PEREIRA, Paula Fernanda Prado; BASTOS, Fabrício César. Um estudo sobre a fidelização de clientes a partir de estratégias de marketing de relacionamento no segmento de farmácias e drogarias. **SEGET–Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia**, p. 1-15, 2009. Disponível em: http://gpi.aedb.br/seget/artigos09/229_Artigo_Seget_utima_versao.pdf. Acesso em 21 de outubro de 2018.

STONE, Merlim; WOODCOK, Neil. **Marketing de Relacionamento**. Tradução por Luiz Liske. São Paulo: Litterra, 2000.

STORBACKA, Kaj, STRANDVIK, Tore, GRONROOS, Christian. **Managing customer relationship for profit: the dynamics of relationship quality**. International Journal of Service. v.5. n.5. pp.21-38, 1994.

ZELA, Douglas. **Revista FAE BUSINESS**, n.2 , jun. 2002.

WARD, T.; DAGGER, T. **The complexity of Relationship Marketing for Service Customers.** Brisbane**:** Journal of Services Marketing, 2007.

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO

Este questionário faz parte de uma pesquisa para elaboração de um artigo. Sua opinião é muito importante. Solicito que seja respondido TODAS as questões com bastante honestidade. Ressaltamos que sua identidade não será divulgada. Agradecemos desde já a sua resposta a este questionário.

SEXO: ( ) MASCULINO ( ) FEMININO

FAIXA ETÁRIA ( ) ATÉ 20 ANOS

( ) DE 21 A 30 ANOS

( ) DE 31 A 40 ANOS

( ) DE 41 A 50 ANOS

( ) MAIS DE 50 ANOS

ESCOLARIDADE: ( ) PRIMEIRO GRAU COMPLETO

( ) SEGUNDO GRAU COMPLETO

( ) SUPERIOR COMPLETO

CONFIANÇA	01- Discordo Totalmente	02- Discordo Parcialmente	03- Nem concordo nem discordo	04- concordo Parcialmente	05- concordo Totalmente
A empresa oferece produtos e serviços de maneira confiável e segura					
As prestações de serviços são feitos corretamente pela primeira vez					
Na existência de problemas e reclamações, a empresa mostra sincero interesse em resolvê-lo.					
A empresa executa os serviços dentro do prazo prometido					
SEGURANÇA E GARANTIA	**01- Discordo Totalmente**	**02- Discordo Parcialmente**	**03- Nem concordo nem discordo**	**04- concordo Parcialmente**	**05- concordo Totalmente**
O comportamento dos funcionários da empresa transmite confiança					
Os funcionários da empresa possuem clareza para responder as perguntas sobre os produtos e serviços					
Você se sente seguro (a) quando opta em utilizar os produtos e serviços.					
SATISFAÇÃO	**01- Discordo Totalmente**	**02- Discordo Parcialmente**	**03- Nem concordo nem discordo**	**04- concordo Parcialmente**	**05- concordo Totalmente**
Os produtos e serviços oferecidos é um dos melhores que poderia utilizar					
Os produtos e serviços oferecidos é o que realmente necessito para mim e minha família					
Os produtos e serviços oferecidos não foi tão bom como pensei que fosse.					
Esta satisfeito com sua decisão em optar pelos produtos e serviços oferecidos pela empresa					
A minha opinião em utilizar os produtos e serviços oferecidos, foi sensata.					
Tem sido uma boa experiência utilizar os produtos e serviços oferecidos.					

Considera positivo oferecer os produtos e serviços da \empresa a sua família					
AMBIENTE FÍSICO	**01- Discordo Totalmente**	**02- Discordo Parcialmente**	**03- Nem concordo nem discordo**	**04- concordo Parcialmente**	**05- concordo Totalmente**
É visível e agradável as instalações físicas da empresa.					
Os funcionários da empresa tem boa apresentação (aparência profissional)					
A empresa oferece facilidade de estacionamento para seus clientes					
São visíveis e atrativos os materiais de divulgação utilizados pela empresa.					
A empresa oferece corredores de fácil acesso aos produtos e serviços					
A empresa possui acomodações confortáveis para o atendimento aos clientes					
O horário de atendimento da empresa é conveniente					
PRESTEZA (INTERESSE AO CLIENTE)	**01- Discordo Totalmente**	**02- Discordo Parcialmente**	**03- Nem concordo nem discordo**	**04- concordo Parcialmente**	**05- concordo Totalmente**
Os funcionários têm agilidade e presteza no atendimento aos clientes					
Os funcionários têm boa vontade em atender e servir aos clientes					
Quando você utiliza os produtos e serviços da empresa o tempo de espera na fila é tolerável.					
Quando você compra na empresa os funcionários dizem exatamente quando o produto ou serviço será entregue no seu destino.					
Na empresa, a quantidade de funcionários para o atendimento é adequada.					
EMPATIA	**01- Discordo Totalmente**	**02- Discordo Parcialmente**	**03- Nem concordo nem discordo**	**04- concordo Parcialmente**	**05- concordo Totalmente**
Na empresa os funcionários são corteses e atenciosos.					
Os funcionários da empresa fornecem atenção individualizada no atendimento aos clientes					

. Os funcionários atendem as necessidades e expectativas dos clientes					
. Os funcionários da empresa demonstram real interesse pelos seus problemas					
LEALDADE	**01- Discordo Totalmente**	**02- Discordo Parcialmente**	**03- Nem concordo nem discordo**	**04- concordo Parcialmente**	**05- concordo Totalmente**
. Mesmo que você tenha tido problema com a empresa, você a indicaria a alguma pessoa.					
. Sempre que você tem oportunidade, você elogia os produtos e serviços da empresa.					
. Ao ouvir o nome da empresa, você tem uma sensação confortável e afetiva.					
. A imagem mental que você tem da empresa melhora após adquirir seus serviços ou produtos					
. Você associa a imagem da empresa com coisas positivas					
. A imagem da empresa representa para você uma boa reputação					
. Na hora que você precisa de um produto ou serviço, a seriedade da empresa influencia em sua decisão.					
. Na hora que você precisa de um produto ou serviço, a seriedade da empresa influencia em sua decisão.					
. Você recomendaria a empresa para alguém que lhe vier pedir uma indicação					
. Você utilizaria os serviços ou produtos de outra empresa que ofereça menores preços					
. Você pagaria mais caro pelos produtos ou serviços oferecidos pela empresa					
. Na sua próxima compra na empresa, o preço será o principal item a ser considerado.					
. Você se sente internalizado e considerado pela empresa					
. Sua opção é sempre utilizar os produtos e serviços da empresa					
. Você realmente gosta de ser um cliente da empresa					

ALTUS CIÊNCIA
REVISTA ACADÊMICA MULTIDISCIPLINAR DA FACULDADE CIDADE DE JOÃO PINHEIRO

COACHING E LIDERANÇA - UMA ANÁLISE TEÓRICA

Lucas Silva dos Santos [1]
André Vasconcelos da Silva [2]

Resumo: O presente artigo, se propõem a realizar uma reflexão teórica acerca de um tema cobrando e demandado na atualidade, seja no campo gerencial, seja no campo acadêmico. Desta forma, objetiva-se refletir e estabelecer uma relação entre Liderança e Coaching. De acordo com a exposição e argumentação verifica-se que coaching é uma forma de liderança, bem como, uma forma gerencial de auxílio ao lidere gestor. Pode-se identificar uma diversidade técnicas que auxiliam a gestão e ao papel de líder. Recomenda-se uma agenda investigativa integrando e aprofundando a análise das técnicas de coaching, seus efeitos, efetividades e eficiência.

Palavras – chave: Coaching, liderança, visão integrada

Resumen: Este artículo propone hacer una reflexión teórica sobre un tema que se demanda y demanda hoy, ya sea en el campo gerencial o en el campo académico. Por lo tanto, tiene como objetivo reflejar y establecer una relación entre Liderazgo y Coaching. De acuerdo con la exposición y la argumentación, se verifica que el coaching es una forma de liderazgo, así como una forma gerencial de asistencia al gerente. Uno puede identificar una variedad de técnicas que ayudan a la gestión y al papel del líder. Se recomienda una agenda de investigación que integre y profundice el análisis de las técnicas de coaching, sus efectos, efectividad y eficiencia.

Palabras clave: Coaching, liderazgo, visión integrada.

Introdução

A liderança na atualidade tem recebido muita atenção e, também, tem recebido atenção profissional nos diversos setores produtivos. O presente artigo objetiva estabelecer uma relação introdutória acerca da liderança e do coaching, para isto, parte-se inicialmente da conceituação de liderança e, posteriormente, apresentar os aspectos gerais do coaching.

De início, para Griffin e Moorhear (2006), liderança é um processo e uma qualidade. Já para Glinow a liderança está em qualquer pessoa, basta ela desenvolver algo a ser seguido.

---

[1] Engenheiro de Produção, Especialista em Coaching, Mestre em Gestão Organizacional UFG

[2] Doutor em Ciências do Comportamento UnB; Professor Associado 3 da UFG/CGEN/Mestrado em Gestão Organizacional

Recebido em 20/10/2019
Aprovado em 06/11/2019

Algo em comum entre o estudo dos autores é a afirmação que um bom líder transforma sua maneira de liderar de acordo com a situação, e segundo Griffin e Moorhear (2006), o tipo de liderança também depende de qual nível de desempenho os liderados se encontram.

Griffin e Moorhear (2006) citou em seu livro "Fundamentos do Comportamento Organizacional" o modelo de Fiedler, que fundou a teorida do LPC, que ilustra como a relação líder-liderado altera o modo de liderar. Nesta teoria a personalidade do líder e a situação são levadas em consideração. Foi visto que existem dois traços básicos classificados como motivação por tarefa e motivação por relacionamento. Quanto melhor o relacionamento com o líder ou melhor de ser executado o serviço for, maior vai ser a nota na teoria LPC. Essa nota é medida na escala do colega menos preferido, quanto mais a esquerda menor a nota, ou seja, menor relação agradável com os subordinados e mais difícil a ação é de ser executada, e quanto mais a direita, mais querido o líder é e melhor de ser executada é a ação. Para uma situação ser favorável ou desfavorável de ser liderada, Fiedler indica três fatores, a relação entre líder-liderado, quanto melhor for ela mais fácil de exercer liderança, a estrutura da tarefa, que leva em consideração que quanto mais rotineira mais favorável é a situação, e a posição do líder, que quanto mais poder ele tiver, mais fácil será de liderar.

Outra teoria citada no livro de Griffin e Moorhear (2006) é a teoria da Meta e Caminho, desenvolvida por Martin Evans, e Robert House. Ela diz que um líder eficiente é capaz de se adaptar em diferentes situações. E para ilustrar, ele classifica os líderes em quatro tipos, são eles: Liderança diretiva (o líder permite que seus liderados saibam o que ele espera deles, e das instruções especificas de como progredirem), liderança incentivadora (demonstra preocupação com o bem-estar dos funcionários), liderança participativa (o líder ouve seus subordinados e leva suas opiniões em conta), liderança orientada à realização (há confiança em que seus subordinados conseguirão resolver problemas complexos).

Outra teoria tabém encontrada no livro de de Griffin e Moorhead é a Teoria da árvore de decisão de Vroom. Ela também fala sobre o poder de adaptação do líder e cita cinco estilos de resolver um problema, eles são: Delegar: o grupo define parâmetro, a natureza do problema, mas não a solução.

- Decidir: o gestor toma a decisão sozinho, e então anuncia ou vende para o grupo.
- Consultar (individualmente): o gestor apresenta o programa aos membros do grupo, individualmente, obtém a sugestão e então toma a decisão.
- Consultar (grupo): o gestor apresenta seu projeto ao grupo, anota as sugestões, e então toma a decisão.

Facilitar: o gestor apresenta o programa ao grupo em uma reunião, define o problema e seus limites e facilita a discussão entre os funcionários à medida que eles vão tomando a decisão.

O modelo LMX, foi desenvolvido por Jorge Graen e Fred Dansereau, e a maior diferença deste modelo com os outros está na relação do líder. Eles dizem que os líderes devem ter uma relação mais estreita com o "grupo de dentro", que são pessoas de sua confiança, que coordenam os trabalhos em suas áreas. Foi observado que, seguindo este modelo a produtividade das pessoas deste seleto grupo eram maiores que as pessoas que estavam no "grupo de fora", e também havia menor rotatividade.

Outro modelo diferente dos já estudados é o de Hersey e Blanchard. Neste, o grau de liderança depende do grau de disposição dos subordinados. Quanto mais treinados e aptos a desenvolverem o projeto ou serviço, menor precisa ser o grau de instrução e acompanhamento. Quando a disposição está baixa a moderada, toma-se a posição de vendedor. Quando segue uma disposição média a alta, o líder deve tomar um estilo apoiador, permitindo que seus subordinados participem da tomada de decisão. Já quando a disposição dos subordinados for alta, melhor delegar autonomia, com pouca ou nenhuma supervisão.

Ainda apresentado no livro de Griffin, existe a liderança transformacional que cita que o líder deve ter o poder de notar que é necessária uma mudança e faze-la. E por último, a liderança através do carisma onde exemplifica que em um ambiente sem hierarquias, a pessoa com o maior carisma seria detentora da liderança, não a de melhores ideias ou afins.

Também discutido no livro de Mary Ann Von Glinow (2002), Comportamento Organizacional, existem várias perspectivas de liderança, entre elas está a Liderança Transformacional, que diz que o líder deve de transformar entre as determinadas situações, um comparativo citado são:

- *transformacional vs transacional*: O líder transacional utiliza-se do método de recompensa e castigo, já a transaformacional se trata de liderar, mudar as estratégias e cultura da empresa para se ajustar ao meio que está inserido.
- *Liderança transformacional vs carismática:* A diferença está no fato de que um é a característica do modo de liderar, e o carisma é o conjuntos de elementos que a pessoa usa para liderar.

Outra característica do líder é a Liderança autentica, que diz que o bom líder tem autoconhecimento ao ponto de saber ouvir críticas e aproveita-las dentro do necessário. E que o bom líder sabe aonde quer chegar e como realizar este feito.

Outra característica do líder é a perspectiva de competência da liderança, com passar dos anos, o significado de liderança foi se moldando, e chegou-se as categorias de competência e liderança.

Também foi abordado no livro de Griffin a questão da influência, pois segundo o autor, sem ela não existe liderança, uma vez que é através dela que é possível afetar a percepção e atitude das pessoas.

Este livro também aborda a questão do poder, que além dos tipos de liderança, da influência, existe o poder. Ele é a capacidade de uma pessoa ou grupo exercer controle sobre outros. Assim como a liderança existe classificações, com o poder também. Eles são a Base e posição de poder x Poder pessoal. Dentro de base de poder, existem cinco bases, elas são: Poder Legítimo (equivalente a autoridade, tem haver com a posição que ela ocupa na organização), Poder de Recompensa (é a capacidade de a pessoa controlar a recompensa que o outro valoriza, como remuneração, aceitação em um grupo), Poder coercitivo (exercido por alguém que tenha a capacidade de prejudicar o outro físico ou psicologicamente), Poder de perícia (quem detém a informação detém o poder, quanto menos pessoas tem esta informações maior será o poder), Poder de referência (quando uma pessoa se torna uma referência de modo de trabalho dentro da empresa, os outros começam a imita-la).

French e Raven analisaram a origem do poder, e chegaram a conclusão que existe o Poder da Posição x Poder pessoal. O Poder da Posição está no cargo e não em quem o ocupa, por outro lado o Poder Pessoal está na pessoa independente do cargo ou organização. Sabendo disso, as empresas investem em pessoas com poder pessoal para que liderem grupos e cheguem com mais eficiência ao ponto desejado.

Muito observado nas organizações é a política, que pode ser boa e ao mesmo tempo ruim para a empresa, uma vez que se pode chegar ao caos com essa prática, porém há duas circunstancias onde a política deve ser utilizada, quando irá afetar todas as áreas igualmente, ou quando irá conseguir julgar de maneira imparcial. Não há como combater a política dentro da empresa, então para ameniza-la ou minimiza-la deve-se a conhecer o motivo de comportamento político (ele ocorre por cinco motivos básicos, objetivos ambíguos, recursos escassos, tecnologia e ambiente, decisões não programadas, mudança organizacional), técnicas do comportamento político (existem uma infinidade de técnicas, porém não foram estudadas, o nosso entendimento baseia-se apenas na observação. Uma pessoa pode utilizar destas técnicas e nem saber, como por exemplo, quando ela sabe muito sobre um determinado assunto então é detentora do poder e da influência). Algumas maneiras de minimizar os efeitos da política é

deixar o conhecimento explícito para que todos entendam e tenham acesso, reduzir incertezas são algumas delas.

Um comportamento político sutil é a Administração de Impressão, a pessoa controla como a outra cria a sua imagem, esta é uma técnica por diversos motivos, para se promover, a busca por mais poder.

Liderança aspectos conceituais

Segundo Bass (1990), liderança é uma das preocupações mais antigas do mundo. Pela ótica da behaviorismo radical e da ciência relacionada, os líderes não agem de maneira diferente das outras pessoas (Baum, 1994). Eles apenas começam e encerram ciclos paulatinamente, que aparentam ser ininterruptos, e entender que na vida do líder esta prática ocorre em várias áreas, para que assim possam ver os progressos, conseguimos entender como os líderes se comportam e como mantém a frequência destes episódios. Scott e Podsakoff (1982).

Dentro de uma organização de grande porte a relação líder-empregado é importante. A interferência dos mindsets nesta relação são consideráveis, pois através deles os seguidores se inspiram e confiam neste líder pela sua experiência.

Há levantamento de algumas teorias que tentam chegar a explicação do comportamento do líder e como ele é formado. Uma maneira confiável de como a liderança é desenvolvida é que as experiências passadas criam base para melhor caminhamento da influência.

Quando um líder segue a sua experiência, ele está entrando no condicionamento operante, que é um tipo de seleção por consequência. Este condicionamento pode ser observado diretamente dentro de contingências ambientais de três termos ou nos já conhecidos A-B-Cs. O comportamento operante está dentro de todas as ações, inclusive a linguagem verbal e o “ritual diário” e “hábitos” são produtos dos processos de sobreposição de condicionamento operante e clássico ou respondente.

Um tipo de seleção por consequência explica as práticas culturais. Estas são a maneira que os indivíduos tratam uns aos outros, mostram que a sociedade tende a seguir um “grande homem”, necessitam de um líder. Quando algo muda, ou interfere a “cultura” daquela organização sofre alguma interferência, é responsabilidade dos líderes formularem uma solução.

Dentro das culturas organizacionais existem poucos líderes. A maioria incluirá líderes de primeira linha, que são responsáveis pela linha de produção/prestação de serviço; os gerentes

intermediários; os líderes supremos que supervisionam os gerentes intermediários; existem também os líderes de nível médio e os nomeados.

A seleção por consequência é um modo casual histórico bem conhecido pelo seu papel, pois graças a ela várias espécies de seres vivos conseguiram sobreviver pois seu repertório de comportamentos deu base para as evoluções ocorrerem e após o sucesso delas, as gerações futuras continuarem habitando o planeta Terra.

O condicionamento operante é o método de aprendizagem que leva em considerações consequências positivas ou negativas para o aprendizado de cada comportamento em determinada situação. Este tipo de ação foi descrito pela primeira vez pelo pscicologo comportamental Burrhus Frederic Skinner. Ele explica que se a ação do indivíduo for aceita pelo outro, ela tenderá a se repetir. Já se for repreendida, tenderá a não ocorrer novamente. Identificou então que estes eram os aspectos-chave do processo de condicionamento operante: o reforço e a punição. Ele acusou dois tipos diferentes de reforço e dois diferentes de punição. O reforço positivo implica em apresentar um resultado favorável, enquanto um reforço negativo tem função da eliminação do estimulo desagradável, ambos os casos o reforço faz com que a frequência do comportamento aumente. A punição positiva significa aplicar algo desagradável depois de um comportamento, enquanto a punição negativa implica em remover algo agradável depois de um comportamento. Ambos os casos são para extinguir ou reduzir o comportamento.

A teoria de Skinner buscar explicar como nós geramos a nossa gama de comportamentos atuais. Ele dividiu os tipos de comportamento em dois, o comportamento instintivo que ocorre forma automática e reflexiva, que não são necessários aprender, como por exemplo: piscar, e o outro é nosso controle consciente que podem ocorrer de forma espontânea ou proposital, porém, a consequência destes atos que vão influencias se eles irão ou não ocorrer novamente.

A Lei do Efeito desenvolvida por Edward Thorndike teve influência na teoria de Skkiner. Edward sugere que quando a satisfação segue uma associação, é mais provável de ser repetida. Se um resultado desfavorável segue uma ação, então torna-se menos suscetível de ser repetido. Da mesma maneira da Teoria de Skkiner.

A liderança é definida como um comportamento operante de uma pessoa que altera o comportamento operante de outra pessoa ou grupo conscientemente ou não. Porém a liderança só pode ocorrer se a organização confiar neste líder, e através de suas experiências isso pode ocorrer.

Os líderes são responsáveis por tomar decisões estratégicas para obter os resultados necessários, e estas têm influência direta em seus seguidores. Por exemplo, o sistema de pagamento por desempenho desenvolvido por Abernathy, em 1996 diz que quando seguido por

este viés, os trabalhadores precisaram de menos supervisão e segundo a Lei do Efeito, esta prática envolve menos o líder superior, porém leva os trabalhadores a solicitar aos líderes diretos para que reduzam as barreiras de desempenho.

Segundo Mawhinney e Ford (1977) tanto o comportamento do líder, quanto do liderado depende da relação de dependência recíprocas objetivas de reforço. As condições iniciais de liderança são as seguintes:

- Haver formação da dupla líder-liderado;
- O líder deve mostrar, através de exemplo, qual o comportamento esperado dentro daquela organização e o serviço que desenvolverá;
- O comportamento do liderado irá se moldar através do exemplo que ele terá de seu líder;
- Tal mudança ocorrerá proporcionalmente ao empenho do líder.

Com base no exposto, podemos evidenciar que a liderança pode ser determinante para a atuação do coaching. A partir deste ponto iremos destacar o coaching e sua relação com a liderança.

Aspectos Gerais do *Coaching*

No cenário atual entende-se como coach o profissional que, através de suas metodologias, guia seu cliente a evoluir em alguma área desejada, ao contrário dos terapeutas que corrigem uma patologia ou um comportamento indesejado. Ao se analisar a literatura (e. g. Grant, 2001, 2003; Vieira, 2013) pode-se observar que a principal diferença dos coaches para os outros profissionais das áreas da psicologia são o público-alvo. Segundo Nicodemos, os clientes buscam cada profissional com intuitos diferentes. Os coaches são contratados, na maioria das vezes, para somar, para agregar algo na vida de seu cliente. Já os terapeutas/pscicologos são buscados por muitas vezes, para tratar algum comportamento-problema.

Segundo Martin e Moldoveanu (2003), a profissão coach foi iniciada no final do século XX, e surgiu através de uma adaptação do esporte. O Dicionário Oxford (1997), traduz a palavra coach como “técnico, treinador, tutor”. O “técnico” auxilia no desenvolvimento de um determinado atleta ou até de um time, foi trazido então para o ramo dos negócios, removendo ou reduzindo obstáculos internos que podem interferir no desempenho do profissional ou da corporação.

Entende-se também como coach segundo o Dicionario Oxford (1997), "carruagem, ônibus" e "viagem em carro ou em carruagem" devido à história de que na Hungria, encontrou-se uma carruagem coberta que se chama koczi, que tinha como finalidade a proteção dos habitantes ao se locomoverem em maus tempos ou tempestades. Aproximando isto ao cenário de coaching atual, este profissional quando utilizado em períodos de crise auxiliam seus clientes a encontrarem alternativas para evoluírem.

O coaching é uma intervenção comportamental, sendo esta uma modalidade que mais tem chamado atenção da sociedade brasileira. Esta prática de coaching se caracteriza por ser um procedimento de intervenção e uma área de atuação, onde busca a melhoria do autogerenciamento e desenvolvimento de habilidades.

A busca exponencial por este tipo de profissional, segundo Nicodemos Batista, se dá pelo motivo de que a sociedade está cobrando de seus indivíduos um desenvolvimento pessoal, que eles se responsabilizem por suas ações, e possam se auto gerenciar com foco em seu desenvolvimento. Existem coaches para várias áreas, como profissional, pessoal, de relacionamentos, entre outros, e cada profissional escolhe uma metodologia para ser seguida.

A grande popularidade dos coaches se dá também pelo marketing, pois, as empresas viram a necessidade deste profissional e assim uma grande procura dele. A abertura deste mercado se deu pelo fato de que os profissionais já existentes, como os psicólogos, analistas de comportamentos e terapeutas, segundo O'Donohue e Ferguson (2006) eles agem seguindo a Theory of Bad Apples, cujo o foco é descobrir e remover problemas. Segundo os mesmos autores, os coaches já seguem a Theory of Continuous Improvement, que foca na melhoria da qualidade de vida.

Quando o coach inicia um trabalho em uma empresa deixa claro que seu serviço é um "meio" e não um "fim" para que alcancem o objetivo, ele irá impulsionar seus clientes para que consigam chegar a seus destinos desejados, e para isso cada individuo deverá trabalhar a si prórpio. A execução deste trabalho é feita com reuniões, e elas são estruturadas em quatro etapas:

1. Follow up: Retornar ao que o cliente fez para alcançar seu objetivo;
2. Desenvolvimento: Aplicar o planejado para aquela sessão;
3. Levantamento de Aprendizado: O cliente explica como o que ele fez o ajudou a chegar mais próximo de seu objetivo;
4. To-do: Estabelecimento de tarefas.

É muito utilizado na prática de coach as “Ferramentas de coaching”, e elas são inúmeras. Algumas sem saber ao certo como foram desenvolvidas, e quem é seu autor, porém têm ótimos resultados, a maioria delas é baseada em Análise de Comportamentos.

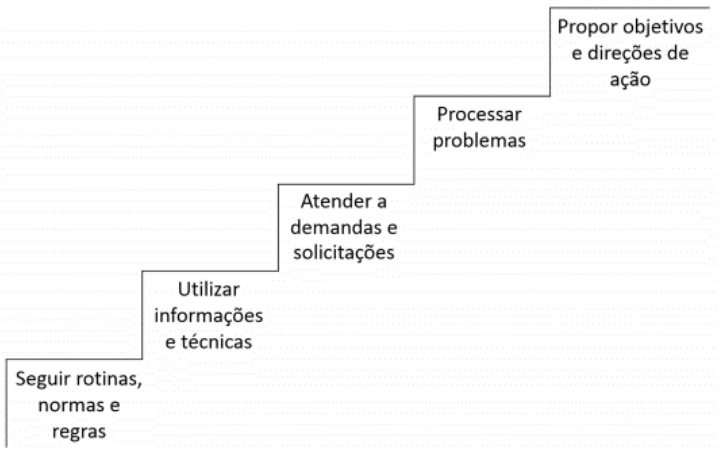
Para saber qual ferramenta usar o coach planeja suas reuniões anteriormente aplicando o modelo que irá seguir. Estes modelos são conjuntos de etapas que servem para nortear a maneira de aplicar as técnicas. Alguns deles são: Skilled-Helper, Sete passos, Focused-Solution Model, House of Change, GROW, FARM, COAR, etc.

Um ponto relevante a ser analisado é a maneira de um terapeuta conduzir um tratamento, e como os coaches agem, que apesar de muito semelhantes os procedimentos para atingirem seus objetivos existem diferenças entre eles, como as características do comportamento-alvo, o formato do serviço e a demanda e reconhecimento social.

Este fato ocorre com a justificativa de que no Brasil não há nenhum curso de pós-graduação stricto sensu em coaching, apenas em gestão de pessoas com ênfase em procedimentos denominados de coaching. A maioria destes cursos tem duração de 120 horas que dá pouquíssima base para aprender todos os mecanismos.

Foi visto que a maioria dos profissionais que atuam nesta área no país não é formado em algum curso relacionado à ciência do comportamento (Grant, & Cavanagh, 2004), deste modo o mais habilitado a desempenhar esta função seria o formado em psicologia, pois em tese, estudaram comportamento humano. Para comprovar este fato, existe o exame de Botomé e Kubo (2002) para os níveis de complexidade de atuação profissional que fizeram a partir dos “tetos de compreensão” verificados por Carlos Matus, conforme a Imagem 01 a seguir.

Imagem 01- Teto de compeensão



Fonte:(Botomé, & Kubo, 2002)

A partir deste diagrama, é possível observar que o primeiro nível é comum a pessoas com pouco conhecimento específico sobre o projeto, apenas repete. No segundo nível, o profissional consegue entender processos não familiarizados, desde que se encontrem nos padrões de referência já conhecida. Já no terceiro nível, o contratado tem pleno conhecimento de como proceder para ter um determinado resultado final. No quarto nível, o profissional consegue ter uma visão mais sistêmica, e analisar todo um conjunto e assim projetar a solução para o problema. Já no quinto nível, o profissional consegue compreender todos os outros níveis e tem a competência de criar estratégias para superar determinados obstáculos e atingir os objetivos.

Se observarmos que apenas 19% dos profissionais de coach tem doutorado, e destes a maioria formado em psicologia; e que 49% dos prestadores deste tipo de serviços às empresas tem no máximo a formação de bacharel, concluímos que poucos profissionais tem a capacidade de atuar nos últimos níveis apresentados na Imagem 01. Por tanto, os profissionais que se encontrem no teto de compreensão poderiam dar orientações e desenvolverem estudos para formarem novos profissionais de coaching.

Várias são as teorias utilizadas para dar amparo as intervenções de coaching. Dentro delas estão: o coaching centrado na pessoa, o coaching psicodinamico, coaching cognitivo-comportamental, coaching comportamental etc.

Há os profissionais de coaching que têm utilizado teorias psicodinâmicas para suportar suas práticas (e. g. Kilburg, 2004; Diamond, 2013). Para ser colocado em prática, é levado em consideração o comportamento do cliente como ponto inicial para encontrar suas próprias limitações. O profissional foca nas estruturas internas.

Da mesma maneira que aconteceu com as outras intervenções comportamentais, houve influência do Behaviorismo (Peel, 2005), se tornando assim coaching comportamental ou behavioral coaching (Eldridge, & Dembkowski, 2013; Peel, 2005; Skiffington, & Zeus, 2003). Esta teoria é suportada em duas práticas, as comportamentais e as cognitivo-comportamentais, sendo as responsáveis pela aceitação do coach como de seus estudos. A maior crítica sobre este modelo se dá pelo apontamento de que este tipo de coaching lida apenas com comportamentos observáveis, defendendo que deveria ter a junção de outras teorias para se ter uma prática completa. Apesar das diferentes classificações e concepções sobre coaching, há poucos estudos e comprovações sobre os reais benefícios desta prática.

Evolução Histórica do C*oaching*

Stern (2004) faz uma abordagem da palavra coach como oriunda da Hungria por meio do desenvolvimento de uma carruagem coberta que se chama koczi, com a finalidade de proteção dos habitantes ao se locomoverem em maus tempos ou tempestades.

Logo foi associada ao esporte como significado de treinador, no qual, um especialista treinava e desenvolvia um atleta individualmente ou um grupo de pessoas para atingir suas metas. Além disso, o coach também é utilizado como um apoiador de alguém com o intuito que a pessoa atinja suas necessidades respeitando os seus valores e princípios. O Dicionário Oxford (1997), traduz a palavra coach como "técnico, treinador, tutor", assim como por "carruagem, ônibus" e "viagem em carro ou em carruagem" devido a história.

Em Whitmore (2006) é trazido a ampliação do conceito de coaching, utilizado por Timothy Gallwey, passando de um treinador técnico para um líder auxiliador que ajuda o jogador a remover ou reduzir obstáculos internos que podem interferir em sua performance, isto é, o coach seria quem ajudaria a liberar o potencial de seu treinado (jogador, cliente), para maximizar sua atuação e resultados.

Martin e Moldoveanu (2003) afirmam que o coaching foi incorporado na área profissional, no final do século XX, nos Estados Unidos, vindo da curiosidade de aplicar os conceitos que davam certo no esporte às empresas, logo surge o coaching que envolve o indivíduo e seu trabalho. Vindo dos esportes ao negócio com o conceito de um processo que criara confiança e ampliação de competências para uma melhor performance no meio corporativo (WHITMORE, 2006).

Grant e Cavanagt (2004) abordam a evolução da terminologia "coaching" ao longo do período final da década de trinta como a utilização do termo coach como um supervisor no âmbito organizacional. A partir da década de sessenta a utilização da nomenclatura passou-se a ser mais trabalhada com publicações dos primeiros estudos científicos ligados as atividades do coaching nas empresas. Por fim, na década de noventa, iniciou-se a relação do trabalho profissional do coach dentro das organizações.

Conceito de *Coaching* e diferenças de outras metodologias

Segundo Araujo (1999), o coaching passou a ser considerado mais que um treinamento básico, de tal maneira que o coach torna-se apoiador e desenvolvedor do coachee1 em determinada área, com o objetivo de despertar ações e decisões no cliente, que vão ajudar e gerar ações adequadas para o atingimento de resultados desejados e metas estabelecidas.

Outra denominação para o Coaching: é um processo de desenvolvimento humano no qual se relacionam diversas ciências com o intuito de apoiar o indivíduo ao alcance de grandes resultados para sua vida (MATTEU, 2013). E Lages e O' Connor (2010) já refere-se ao processo de coaching a uma arte de ajudar as pessoas a melhorarem sua eficácia de um modo em que se sintam ajudadas.

Atualmente, o coaching pode ser considerado com uma assessoria pessoal ou profissional com o intuito de potencialização de resultados, metas e objetivos nas diversas áreas da vida de um indivíduo, equipe ou organização (MATTA & VICTORIA, 2015).

Conforme trabalha-se em Motter (2012), confunde-se com outros processos similares pelo apoio no comportamento humano, tais como mentoring, a terapia psicológica, consultoria ou outros modelos.

Em Vieira (2013) observa-se a diferença entre as práticas de intervenções, dispondo que o público-alvo é a principal distinção, pois é trabalhada a terapia como um tratamento clínico ("problemas mentais", "problemas psiquiátricos", "comportamentos desadaptativos", etc.), enquanto o coaching seria não clínico.

Logo, a demanda do Coaching são pessoas que buscam adicionar um comportamento ou uma competência que deseja desenvolver, enquanto que na terapia, por exemplo, a busca é caracterizada mais como o alívio ou mudança de alguma contingência que o cliente esteja passando.

Para este trabalho foi adotado o conceito de Coaching de Westbrook (2010) e Kolb (1984), que se respalda nas teorias de reflexão e ação, transcorrendo o conceito de autodesenvolvimento e aprendizagem organizacional. Uma das conjecturas básicas é a de que o autodesenvolvimento baseado no modelo reflexão-ação, favorece processo de aprendizagem organizacional.

Cenário atual do *Coaching* e competências

Em 2005, Chiavenato aborda o tema de gestão por competências com o objetivo da mesma realizar a substituição do tradicional levantamento das necessidades e carências de treinamento por uma visão das necessidades de longo prazo do negócio, assim como o modo como as pessoas poderão agregar valor à empresa.

Prahalad e Hamel (1990, apud Barbosa, 2008, p.21), trazem o envolvimento da importância do relacionamento entre o conjunto de competências individuais com espelhamento na empresa, de tal maneira que descrevem como um conjunto das competências

individuais como sendo a grande riqueza da organização, traduzida em competência essencial que garante a transformação de recursos em produtos e serviços com o máximo de agregação de valor e forte competitividade empresarial, por isso a necessidade de se trabalhar o tema com os colaboradores.

É destacado por Matta & Victoria (2015) que no campo pessoal, a metodologia coaching é utilizada há décadas atrás, com foco no desenvolvimento de competências pessoais para a conquista de resultados e no aumento de satisfação pessoal e profissional. Enquanto que no meio corporativo, a mesma é usada desde muito tempo, com o objetivo de aumentar o desempenho de equipes e de organizações como um todo.

Além disso, a prática deste processo também é aplicada como orientação profissional nas empresas para melhorar as competências profissionais dos líderes, no intuito de contribuição para a mudança do comportamento pessoal e aumento no desempenho profissional dos colaboradores (GRANT; CURTAYNE & BURTON, 2009). Mas atenta-se que o coaching não trabalha com pessoas disfuncionais ou diagnosticadas com distúrbios mentais.

O coaching inter-relaciona com várias abordagens, onde as dimensões comportam fundamentos científicos e ferramentas que somam valores ao seu processo, para o desenvolvimento de suas metodologias (Vieira, 2012). Um exemplo dessas abordagens é, a psicologia positiva, que é responsável por motivar "o desenvolvimento de pessoas normais, com o intuito de elevar a produtividade e bem-estar assim com a utilização de recursos desenvolvimentais para prevenção de problemas" (LAGES; O'CONNOR, 2010).

Segundo Da Matta (2015) as principais especializações e nichos do Coaching estão elencados na tabela 1.

Tabela 1. Especializações e nichos do *coaching*

Principais especializações e nichos do *Coaching*	
Pessoal	Conhecido também como *personal* ou *life coaching*, trabalha com indivíduos que desejam mudar, evoluir ou melhorar suas vidas. Inclui nichos como: *coaching* para família, relacionamentos, emagrecimento, planejamento de vida e outros.
Executivo	Pode ser chamado de *executive coaching*, tem como objetivo propiciar aos executivos e profissionais a elevação de sua performance, desenvolvimento de competências, liderança e outros. Alguns dos nichos são: *coaching* para performance, desenvolvimento de competências, times, líder *coach* e outros.
Negócios	

	O *buniness coaching* é voltado para a melhora dos resultados organizacionais. Seus nichos incluem *coaching* para mudança organizacional, para implantação de cultura de *coaching*, para sucessão, planejamento estratégico e outros

Fonte: Da Matta (2015)

A estes nichos são agregados os benefícios alcançados pela prática do processo do coaching, para a empresa e colaboradores, estes, elencados por Whitmore (2010):

- Performance e produtividade melhoradas - O *coaching* expõe o melhor dos indivíduos e das equipes, característica não pertencente à instrução
- Desenvolvimento de equipe - O modo como o líder gerencia sua equipe é fundamental para o sucesso ou fracasso da organização; o *coaching* é um processo que percorre a competência técnica e desenvolve competências emocionais e sociais essenciais para o trabalho em equipe
- Aprendizado e relacionamentos melhorados - O *coaching* aprimora o diálogo e gera insights ao *coachee*. Foco e ação são fundamentos do coaching, portanto o aprendizado é mais rápido. O prazer e a memória também são melhorados.
- Mais tempo para o gerente – O senso de autorresponsabilidade da equipe apoia e libera o gerente para executar tarefas mais amplas.
- Ideias mais criativas - O *coaching* e o ambiente de *coaching* encorajam sugestões criativas de todos os membros da equipe sem medo de ridicularização ou dispensa prematura.
- Melhor utilização de pessoal, habilidades e recursos - No processo de *coaching*, revelam-se muitos talentos escondidos na equipe, bem como soluções de problemas práticos.
- Respostas de emergência mais rápida e mais eficiente - As pessoas envolvidas no processo de *coaching* aderem às solicitações a que são desafiadas com eficiência e rapidez.
- Maior flexibilidade e adaptabilidade às mudanças - O *coaching* é uma metodologia para transformação, capaz de desenvolver a flexibilidade e a adaptabilidade no indivíduo.
- Equipe mais motivada - o *coaching* propicia ao indivíduo reconhecer sua automotivação.
- Mudança de cultura - Os fundamentos do *coaching* apoiam o estilo de gerenciamento da cultura de alta performance que a maioria dos líderes buscam. Qualquer processo de coaching irá ajudar na modificação da cultura

A preparação do líder com a metodologia do coaching é uma alternativa para que o coaching seja lançado na cultura organizacional da maneira mais efetiva possível. O coaching no trabalho aumenta a velocidade das decisões, estabelecendo um ponto de impulsão para se conceber mudança em qualquer nível da organização (FINE, 2003 apud GOLDSMITH, 2003).

O objetivo são as ações presentes para a construção de um futuro almejado pelo indivíduo. Os resultados do coaching são sempre específicos e o coach não precisa ser especialista no problema do coachee. O cliente é o especialista. O coach facilita o processo no qual o coachee aprimora e controla suas próprias soluções.

Durante a técnica, o coach auxilia o coachee a reconhecer seus desafios e finalidades, seus pontos fortes e o que ele deseja desenvolver, além de estimular a ação (DA MATTA, 2012).

Considerações finais

Segundo Silva (2016) devido a competição global as empresas são obrigadas a desenvolver no sentido de recursos humanos. Considerando que as organizações nacionais são o reflexo dessas mudanças externas e a necessidade de uma constante adaptação. Para sobreviver em seus mercados, é necessário a correção de erros, adaptação às mudanças em tempo, inovações, dentre outros aspectos também importantes.

A autora ainda complementa dizendo que os líderes carecem de aprimoramento e de uma significativa suficiência para liderar, ensinar e aprender. Nessa perspectiva, práticas para avaliar, reter, desenvolver e potencializar as habilidades de seus recursos, estão sendo utilizadas pelas empresas, obtendo bons resultados e aumentando sua produtividade e competitividade (SILVA, 2016).

A liderança é absorvida, em um dos estilos que tem sido declarado como de maior impacto na efetividade organizacional. O impacto proveitoso que o líder pode trazer aos colaboradores e à organização é incontestável (GODOY; MENDONÇA; DIAS; MARTINS; RASSI, 2017).

Alguns estudos mostram que após uma intervenção, o líder apresenta mudanças no comportamento e desenvolve novas competências, como: comunicação clara, melhor relacionamento das equipes de trabalho, facilitador de processos de mudanças organizacionais, condutor focado na realização de tarefas, fomentador de inovação em seus liderados, ou seja, após a vivência da intervenção *coaching*, ele é habilitado para o desenvolvimento de competências em seus liderados (SCHAUBROECK; CARMELI; BHATIA; PAZ, 2016).

O *coaching* é uma ferramenta de desenvolvimento pessoal, objetivando atuar como um incentivador junto aos *coachees* (indivíduos que passam pelo processo de *coaching*) para que atinjam seus objetivos determinados logo no início do processo, sendo estes, determinados individualmente e pelo próprio *coachee*. Para tanto, esta ferramenta baseia-se em

questionamentos precisos que oferecem apoio na tomada de decisão, na elaboração de um plano de ação com etapas definidas (SGARBOSSA; ROMAN, 2017).

O que difere o *coaching* das demais técnicas de desenvolvimento de líderes é a relação estabelecida entre o *coach* e o *coachee*.. O *coaching* não segue um programa previamente estabelecido, o processo é definido considerando o objetivo, as necessidades e as dificuldades de cada *coachee*, tratando-se, portanto, de um processo personalizado e individualizado no crescimento da competência de liderança.

Diante disso, conseguimos notar a relação da prática profissional compreendida como coaching com a prática profissional da liderança e como a primeira pode auxiliar no desenvolvimento de líderes em organizações, por meio de trabalhar as competências necessárias para a liderança e principalmente os comportamentos necessários para tal posição de apoio a equipes.

Referências

ARAUJO, A. Coach: um parceiro para o seu sucesso. São Paulo: Gente, 1999. IN: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE RECURSOS HUMANOS. **Evolução, práticas e retrato atual de recursos humanos no Brasil. São Paulo: Editora da ABRH**, 1999.

BARBOSA, Catarine Aparecida Vieira. **Aspectos críticos da implementação do modelo de Gestão por Competências em duas empresas de manufatura. 2008. 146 p**. 2008. Tese de Doutorado. Dissertação (Mestrado em Gestão de Negócios) –Universidade Católica de Santos– Unisantos, Santos.

BASS. Handbook of Organizational Performance: Behavior Analysis and Management; Chapter 7. Leadership: Behavior, Context, and Consequences Thomas C. Mawhinney, 1990.

BAUM. Handbook of Organizational Performance: Behavior Analysis and Management; Chapter 7. Leadership: Behavior, Context, and Consequences Thomas C. Mawhinney, 1994.

BOTOMÉ, Sílvio Paulo; KUBO, Olga Mitsue. Responsabilidade social dos programas de pós-graduação e formação de novos cientistas e professores de nível superior. **Interação em Psicologia**, v. 6, n. 1, 2002

BLACKBURN, Simon. **Dicionário Oxford de filosofia**. Jorge Zahar Editor, 1997.

CHIAVENATO, Idalberto. **Gerenciando com as pessoas: transformando o executivo em um excelente gestor de pessoas**. 2005.

DA MATTA, Villela. Personal e Professional coaching - livro de metodologia. **Rio de Janeiro: Publit**, 2012

ELDRIDGE, F., & DEMBKOWSKI, S. (2013). Behavioral Coaching. In: PASSMORE, Jonathan; PETERSON, David; FREIRE, Teresa. **The Wiley-Blackwell handbook of the psychology of coaching and mentoring**. John Wiley & Sons, 2016.

GODOY, Maria Tereza Tomé de et al. Liderança Transformacional e Coaching: Implicações de pesquisas empíricas no ambiente organizacional. **EnGPR**, Curitiba, p. 01-08, maio. 2017.

GOLDSMITH, Marrshall at all. Coaching: o exercício da liderança. Tradução: tradutec. **Rio de Janeiro: Elsivier**, 2003

GRANT, Anthony M.; CAVANAGH, Michael J. Toward a profession of coaching: Sixty-five years of progress and challenges for the future. **International Journal of Evidence Based Coaching and Mentoring**, v. 2, n. 1, p. 1-16, 2004.

GRANT, Anthony M.; CURTAYNE, Linley; BURTON, Geraldine. Executive coaching enhances goal attainment, resilience and workplace well-being: A randomised controlled study. **The journal of positive psychology**, v. 4, n. 5, p. 396-407, 2009.

GRIFFIN, Ricky W.; MOORHEAD, Gregory. **Fundamentos do comportamento organizacional**. Ática, 2006.

KILBURG, Richard R. When Shadows Fall: Using Psychodynamic Approaches in Executive Coaching. **Consulting Psychology Journal: Practice and Research**, v. 56, n. 4, p. 246, 2004.

KOLB, David A. Experiential Learning: Experience as The Source of Learning and Development. **Englewood Cliffs: PrenticeHall**. 1984.

LAGES, Andrea.; O'CONNOR, Joseph. O que é Coaching. **São Paulo: All Print**, 2010.
LAGES, Andrea; O'CONNOR, Joseph. Como o coaching funciona: o guia essencial para a história e prática do coaching eficaz. **Rio de Janeiro: Qualitymark**, 2010.

MARTIN, R. E MOLDOVEANU, M. (2003) Capital X Talento: batalha que está reconfigurando os negócios, Harvard Business Review, v. 81, n. 7.

MAWHINNEY, Thomas C.; FORD, Jeffrey D. The Path Goal Theory of Leader Effectiveness: An Operant Interpretation1. **Academy of Management Review**, v. 2, n. 3, p. 398-411, 1977.

MAWHINNEY, Thomas C. Leadership: Behavior, context and consequences. **Johnson, CM, WK Redmon, TC Mawhinney (2001). Handbook of organizational performance. Behavior analysis and management**, p. 191-225, 2001.

MATTA, V.; VICTORIA, F. Personal & professional coaching. **São Paulo: SBCoaching Editora**, 2015.

MATTEU, Douglas De. A cultura Coaching no ensino superior. **Revista Eletrônica de Tecnologia e Cultura**, v. 2, n. 2, 2013.

MC SHANE, S.; GLINOW, MA von. Mudança organizacional. **Comportamento organizacional. São Paulo: Mc Graw Hill**, 2013.

MOTTER JUNIOR, M. A dimensão do sucesso em coaching; uma analise do contexto brasileiro. **Rio de janeiro**, 2012.

O'DONOHUE, William; FERGUSON, Kyle E. Evidence-based practice in psychology and behavior analysis. **The Behavior Analyst Today**, v. 7, n. 3, p. 335, 2006.

PEEL, D. (2005). The significance of behavioural learning theory to the development of effective coaching practice. International Journal of Evidence Based Coaching and Mentoring, 3(1), 18-28.

POWELL, Douglas R.; DIAMOND, Karen E. Implementation fidelity of a coaching-based professional development program for improving Head Start teachers' literacy and language instruction. **Journal of Early Intervention**, v. 35, n. 2, p. 102-128, 2013.

SCOTT; PODSAKOFF. Handbook of Organizational Performance: Behavior Analysis and Management; Chapter 7. Leadership: Behavior, Context, and Consequences Thomas C. Mawhinney , 1990.

SILVA, Adriana Amorim de Castro e. Medição de Resultados em Coaching: a Realidade nas Empresas Sediadas no Brasil. EnANPAD, Costa do Sauípe, p.01-15, set. 2016.

SCHAUBROECK, J.; CARMELI, A.; BHATIA, S.; PAZ, E. **Enabling team learning when members are prone to contentious communication**: The role of team leader coaching. Human Relations. 2016.

SGARBOSSA, Lucas Zanella; ROMAN, Darlan José. O Coaching no Desenvolvimento de Pessoas e Melhora de Desempenho: uma pesquisa-ação. EnANPAD, São Paulo, p. 01-16, out. 2017.

SKIFFINGTON, Suzanne; ZEUS, Perry. **Behavioral coaching: How to build sustainable personal and organizational strength**. McGraw-Hill, 2003.

STERN, L. R. Executive coaching: a working definition. Consulting Psychology Journal: Practice and Research, v. 56, n. 3, p. 154-162, 2004.

TEIXEIRA, Anísio; WESTBROOK, Robert B. John Dewey. **Coleção educadores MEC, Fundação Joaquim Nabuco, Recife-PE: Editora Massangana**, 2010.

VIEIRA, P. Curso Formação Internacional em Coaching Integral Sistêmico Empresarial, Pessoal e Profissional. **FEBRACIS–FEDERAÇÃO BRASILEIRA DE COACHING INTEGRAL SISTÊMICO. Apostila. Fortaleza**, 2012.

VIEIRA, Ana Lúcia da Costa. **Coaching: caraterísticas do coach e benefícios do coaching para o cliente**. 2013. Tese de Doutorado. Instituto Politécnico do Porto. Escola Superior de Estudos Industriais e de Gestão.

WHITMORE, John. **Coaching para performance: aprimorando pessoas, desempenhos e resultados**. Qualitymark Editora Ltda, 2006.

WHITMORE, John. **Coaching para performance: aprimorando pessoas, desempenhos e resultados**. Qualitymark Editora Ltda, 2010.

ALTUS CIÊNCIA
REVISTA ACADÊMICA MULTIDISCIPLINAR DA FACULDADE CIDADE DE JOÃO PINHEIRO

BENCHMARKING DA PRODUÇÃO DE LEITE NO MUNICÍPIO DE BAMBUÍ/MG

Willian Junio do Carmo [1]

Resumo: No presente trabalho teve como objetivo a avaliação de *Benchmarking* da produção de leite, com o levantamento de dados no estado de Minas Gerais e no município da cidade de Bambuí/MG. A análise foi feita dentro de um sistema de produção intensivo com animais em pastejo, com o objetivo de levantar a produção de leite no município de Bambuí, dimensionando as diferenças de produtividade, a competitividade e a sustentabilidade da exploração pelos estabelecimentos, que são benchmarks do município e do estado. A partir dos dados levantados e as amostras da pesquisa, utilizou-se a técnica do *Benchmarking*, interno e externo, para levantamento das variáveis. Constatam-se diferenças de desempenho em termos de produtividade através do *Benchmarking* entre as diversas unidades produtoras de leite no município de Bambuí e Minas Gerais. Em virtude das características das unidades *Benchmarking* do município de Bambuí e do estado, o estudo demonstrou que a produção da cadeia produtiva de leite do município em relação ao estado e em linha o Brasil, são economicamente competitivas e sustentáveis apesar da grande diminuição do número de produtores de leite dentro da região do município.

Palavras-Chaves: Produtividade. Competitividade. Sustentabilidade.

Abstract: In the present work it had as objective the evaluation of *Benchmarking* of the milk production, with the data-collecting in the state of Minas Gerais and the city of the city of BambuÍ/MG. The analysis was made inside of an intensive system of production with animals in pastejo, the objective of raising the milk production in the city of Bambuí, dimensionando the differences of productivity, the competitiveness and the sustentabilidade of the exploration for the establishments, that are benchmarks of the city and the state. From the raised data and the samples of the research, it was used technique of *Benchmarking* , external intern and, for survey of the 0 variable. Differences of performance in terms of productivity through *Benchmarking* are evidenced enter the diverse producing units of milk in the city of Bambuí and Minas Gerais. In virtue of the characteristics of the units *Benchmarking* of the city of Bambuí and the state, the study demonstrated that the production of milk the productive chain of the city in relation to on-line state and Brazil, is economically competitive and sustainable although the great reduction of the number of milk producers inside of the region of the city.

Keywords: Productivity. Competitiveness. Sustainability.

INTRODUÇÃO

[1] Prof. Ms. Instituto Federal do Triângulo Mineiro - Campus Paracatu. williamjunio@iftm.edu.br.

Recebido em 10/10/2019
Aprovado em 01/11/2019

No mercado nacional a pecuária leiteira tem espaço de destaque, na geração de renda, mão de obra, investimentos e também bens e serviços. Este negócio torna-se cada vez mais competitivo e exige do produtor rural, acompanhar as evoluções do setor, tais como, as tecnologias, mecanismos de aprendizagem e formação profissional, bem como um planejamento de seus custos e receitas. Faz-se necessário o desenvolvimento de um sistema que permita gerenciar e planejar com segurança, mensurar os custos de produção para eficácia nas tomadas de decisões (RAMOS, et. al, 2017).

No Brasil, estudos como o de Ramos et al. (2017), Rodrigues e Recio (2016) e Souza e Souza (2013) se dedicaram a aplicar a ferramenta de *Benchmarking* no sentido qualitativo e quantitativo, a fim de evidenciar, por meio da análise comparativa das práticas e performances dos produtores pesquisados, quais são os fatores que levam a um desempenho superior na produção leiteira respectivamente em Garanhuns (PB), Palmeira D'Oeste (SP), e Rondônia.

Nesse contexto, o município de Bambuí, lócus dessa pesquisa, se caracteriza como universo da agricultura familiar. Está localizado no centro-oeste mineiro, e se mantém como uma das maiores áreas rurais de produção dentro da economia da região.

Ferramentas como o *Benchmarking* se apresentam como alternativa de avaliação de desempenho em diversos setores de atuação e ainda permitem identificar ações e práticas que garantam melhorias do próprio setor da atividade (SOUZA e SOUZA, 2013). Por ser um método de planejamento permite identificar fatores determinantes que por sua vez, exercem influência sob o montante total de um determinado negócio. Além disso, indica quais as problemáticas, ou seja, o que está trazendo ineficiência (RAMOS et. al, 2017).

O presente estudo utilizará essa técnica consistindo na aplicação do *Benchmarking* à cadeia produtiva do leite, dando ênfase ao sistema de produção intensivo em pastejo, com foco na comercialização da produção, que se converte em meio de obtenção de renda monetária. Será decorrente desse universo, o *Benchmarking* do Estado de Minas Gerais e as unidades produtoras de leite do município de Bambuí/MG, que têm como característica um grande potencial em relação à pecuária leiteira no Estado, destacando-se no cenário rural brasileiro.

Por fim, tem-se como objetivo analisar a competitividade na cadeia produtiva de leite das pequenas unidades produtoras em relação às de maior porte e a análise do desempenho da pecuária leiteira no município da cidade de Bambuí /MG, dentro do sistema de produção com animais em pastejo. Acredita-se que o *Benchmarking* é uma ferramenta que permite melhoria de desempenho neste ramo de atividade.

MATERIAL E MÉTODOS

Esta pesquisa, foi realizada na cidade de Bambui-MG, situada no centro-oeste mineiro, região de cerrado e predominantemente rural. A coleta dos dados e implementação da pesquisa ocorreram de agosto de 2008 a junho de 2009.

A metodologia empregada na investigação da atividade leiteira para o desenvolvimento desse estudo foi fundamentada em três momentos sendo, pesquisa bibliográfica e documental; pesquisa de campo para levantamento de dados qualitativos e quantitativos; análise estatística e transformação dos dados.

Primeiramente, foi realizada uma pesquisa bibliográfica, nas bibliotecas da Universidade José do Rosário Vellano - UNIFENAS – ALFENAS/MG, entre agosto de 2008 e dezembro de 2008; na PUC-MINAS – ARCOS/MG, entre janeiro de 2009 e junho de 2009; na FASF/UNISA – LUZ/MG, em agosto e setembro de 2009. Nesses períodos, levantaram-se dados oficiais referentes aos Censos Agropecuários do IBGE, da EMBRAPA e também dados da Pesquisa Pecuária Municipal, para que fosse possível a realização do "*Benchmarking* " externo e parte do "*Benchmarking* " interno.

A identificação de benchmarks é o fenômeno de comparação, sendo externos ou internos. São os elementos essenciais da metodologia de benchmarking, onde o primeiro refere-se às medidas de excelência para o desempenho comparativo em um grau maior. O segundo refere-se às lacunas no desempenho das organizações internas, sem abrangência com a de grau maior. A magnitude da lacuna de desempenho relativo entre a própria organização e a líder de processo viabiliza a identificação dos processos ou atividades de processo específicas que servirão como referências de desempenho e que devem ser mais investigadas. E, por último, os processos ou atividades capacitadoras referem-se ao porque da organização líder obter um desempenho excepcional e produzir seus resultados excepcionais (MAXIMIANO, 2002).

Os dados foram obtidos pela rede de coleta do IBGE, mediante consulta a entidades públicas e privadas, produtores, técnicos e órgãos ligados direta ou indiretamente à produção, comercialização, industrialização, fiscalização, fomento e assistência técnica à agropecuária. O efetivo dos rebanhos tem como data de referência o dia 31 de dezembro do ano de 2006.

No segundo momento foi realizada uma pesquisa quantitativa, com coleta dos dados das unidades produtoras de leite, do município de Bambuí. O *Benchmarking* interno foi realizado

de pesquisa de campo com uma amostra de doze unidades produtoras de leite, identificadas como as de melhor desempenho em relação à produção.

Foram seguidos os elencados os seguintes indicadores: produção; produtividade por animal; produtividade por unidade produtiva; produtividade por unidade de área e a produtividade por pessoa ocupada, sendo feita a comparação dos resultados da pecuária leiteira bambuiense e de sua unidade de benchmark interna com o desempenho das unidades produtoras de leite que representam a excelência no estado e no país.

No terceiro momento, foram realizados os cálculos e as construções das tabelas e mapas, executando-se a implementação do trabalho. As coletas desses dados foram de grande importância para delimitar o objeto desse estudo e analisá-lo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

"*Benchmarking* Externo" da Pecuária Leiteira: Minas Gerais e o Brasil

A análise do desempenho estadual levou em consideração a produção de leite, nos níveis municipais, microrregionais e mesorregionais. No processo da análise do desempenho nacional, levou se em conta os níveis: estadual e regional. As duas análises têm por referência os dados do Censo Agropecuário (IBGE, 2006) com cinco indicadores, sendo produção; produtividade por animal; produtividade por unidade produtiva; produtividade por unidade de área e a produtividade por pessoa ocupada. Na Tabela1, são apresentados os índices da pecuária leiteira de Minas Gerais:

Tabela 1. Ranking da produção de leite nas Mesorregiões, Microrregiões e Municípios de Minas Gerais.

INDICADORES	NÍVEIS	1º NO RANKING	VALORES
PRODUÇÃO (MILHÕES DE LITROS/ANO)	**Mesorregional**	Sul/Sudoeste de Minas	388.933
	Microrregional	Patos de Minas	109.400
	Municipal	Pompéu	39.569
PRODITIVIDADE ANIMAL (LITROS/VACA/ANO)	**Mesorregional**	Sul/Sudoeste de Minas	446.404
	Microrregional	Frutal	128.539
	Municipal	Patos de Minas	35.585
PRODUTIVIDADE ESTABELECIMENTO (LIROS/Nº DE ESTABELECIMENTO)	**Mesorregional**	Sul/Sudoeste de Minas	37.448
	Microrregional	Janaúba	7.348
	Municipal	Porteirinha	1.484
PRODUTIVIDADE/ÁREA (LITROS/HA/ANO)	**Mesorregional**	Sul/Sudoeste de Minas	350.039
	Microrregional	Montes Claros	76.822

	Municipal	Rio Pardo de Minas	19.969
PRODUTIVIDADE/PESSOA OCUPADA (LITROS/P.O/ANO)	**Mesorregional**	Norte de Minas	115.813
	Microrregional	Montes Claros	30.154
	Municipal	São Francisco	7.986

Fonte: Elaborado pelo autor com base na Pesquisa da Pecuária Municipal Embrapa (2009).

No que se refere à produção de leite no estado de Minas Gerais, aparecem com frequência à mesorregião do Sul/Sudoeste de Minas, e as quatro microrregiões (Patos de Minas, Frutal, Janaúba e Montes Claros), bem como cinco municípios distintos que as primeiras posições em relação aos cinco indicadores da pecuária leiteira considerados: Pompeu, Patos de Minas, Porteirinha, Rio Pardo de Minas e São Francisco.

Os dados do censo revelaram que o estado de Minas Gerais possuía uma mesorregião que apresentava produção anual superior á 1.187.509 milhões de litros de leite e ocupava a segunda posição entre as principais mesorregiões produtoras de leite do país – a mesorregião do Sul/Sudoeste de Minas. Também possuía uma microrregião que produzia mais de 93 milhões de litros de leite e ocupava a 33ª posição entre as principais microrregiões produtoras de leite - a microrregião de Montes Claros.

Em relação à produção brasileira de leite, através de uma análise sobre a pesquisa da pecuária municipal e com base nos dados do Banco de Tabelas estatísticas do IBGE- SIDRA (2009) foi possível observar os resultados expostos na Tabela 2:

Tabela 2- Volume de Produção de Leite no Brasil

NÍVEL	IDENTIFICAÇÃO	PRODUÇÃO (milhões de litros)	% PRODUÇÃO BRASILEIRA
Município	Castro (PR)	134	0,53%
Microrregião	Toledo (PR)	424	1,67%
Mesorregião	Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba	1.698	6,89%
Estado	Minas Gerais	7.094	27,93%
Região	Sudeste	9.740	38,35%

Fonte: Elaborada pelo autor com base nos dados do IBGE- Pesquisa da Pecuária Municipal- Embrapa Gado de Leite. Disponível em: https://sidra.ibge.gov.br/home/cnt/brasil. Acesso em janeiro de 2009.

Neste mesmo contexto, apresenta-se na Tabela 3, a relação sobre o indicador de produtividade por animal.

Tabela 3- Produtividade por animal

NÍVEL	IDENTIFICAÇÃO	PRODUTIVIDADE POR ANIMAL (litros/vaca/ano)
Município	São Valentim do Sul (PR)	7.885

Microrregião	Ponta Grossa (PR)	4.607
Mesorregião	Centro Oriental Paranaense	3.481
Estado	Santa Catarina	2.180
Região	Sul	2.119

Fonte: Elaborada pelo autor com base nos dados do IBGE- Pesquisa da Pecuária Municipal- Embrapa Gado de Leite. Disponível em: https://sidra.ibge.gov.br/home/cnt/brasil. Acesso em janeiro de 2009

O terceiro indicador a ser tratado, está exposto na Tabela 4, na qual se observa a produtividade por estabelecimento:

Tabela 4. Produtividade por estabelecimento

NÍVEL	IDENTIFICAÇÃO	PRODUTIVIDADE POR ESTABELECIMENTO (LITROS/Nº ESTAB./ANO)
Município	Buíque (PE)	2.468
Microrregião	Guanambi (BA)	11.137
Mesorregião	Noroeste- Rio Grandense	51.682
Estado	Minas Gerais	174.559
Região	Nordeste	325.076

Fonte: Elaborada pelo autor com base nos dados do IBGE- Pesquisa da Pecuária Municipal- Embrapa Gado de Leite. Disponível em: https://sidra.ibge.gov.br/home/cnt/brasil. Acesso em Janeiro de 2009

A produtividade média por unidade de área pode ser observada na Tabela 5:

Tabela 5- Produtividade Média por Unidade de área

NÍVEL	IDENTIFICAÇÃO	PRODUTIVIDADE MÉDIA POR UNIDADE DE ÁREA (LITROS/HA/ANO)
Município	Arroio do Meio (RS)	3.5353.535
Microrregião	Lajeado-Estrela (RS)	14.856
Mesorregião	Norte Rio- Grandense (RS)	551.646
Estado	Rio Grande do Sul	83.614
Região	Sul	142.754

Fonte: Elaborada pelo autor com base nos dados do IBGE- Pesquisa da Pecuária Municipal- Embrapa Gado de Leite. Disponível em: https://sidra.ibge.gov.br/home/cnt/brasil. Acesso em janeiro de 2009

Na tabela 6, têm-se os resultados sobre a produtividade por pessoa ocupada em atividades agropecuárias:

Tabela 6- Produtividade por pessoa ocupada em atividades agrícolas

NÍVEL	IDENTIFICAÇÃO	PRODUTIVIDADE POR PESSOA OCUPADA (LITROS/P.O/ANO)
Município	Patos de Minas	58,3
Microrregião	Chapecó (SC)	302,3
Mesorregião	Noroeste- Rio Grandense	1.347
Estado	Minas Gerais	2.518
Região	Sul	4520

Fonte: Elaborada pelo autor com base nos dados do IBGE- Pesquisa da Pecuária Municipal- Embrapa Gado de Leite. Disponível em: https://sidra.ibge.gov.br/home/cnt/brasil. Acesso em Janeiro de 2009

Vale ressaltar que em 2006, a mesorregião do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba continuava sendo a maior produtora de leite do Brasil, com uma produção de 1,5 bilhões de litros de leite (6,69% da produção brasileira) e o estado de Minas Gerais, com 7 bilhões de litros, praticamente 28% de toda produção brasileira. A microrregião de Toledo – PR também continuava a ocupar a primeira colocação em termos de volume de produção de leite, com uma produção de 134 milhões de litros. Já a microrregião de Ponta Grossa-PR continuava na liderança microrregional, no que se refere ao indicador de produtividade por animal, registrando uma média de 4.607 litros/vaca/ano.

Nota-se que, em se tratando de volume de produção, produtividade por estabelecimento e produtividade por pessoa ocupada, MG teve grande permanência dentro da pecuária leiteira brasileira. Em produtividade por pessoa ocupada, o município de Patos de Minas foi o primeiro com uma produtividade de 56,3 (litros/pessoa ocupada/ano).

Assim sendo, estes dados sugerem que, além da produção leiteira de Minas Gerais, ocupar a primeira colocação entre os estados brasileiros, os indicadores de produtividade de seus municípios, microrregiões e mesorregiões estão muito acima das médias nacionais e regionais.

"*Benchmarking* Externo" da produção de leite em Minas Gerais

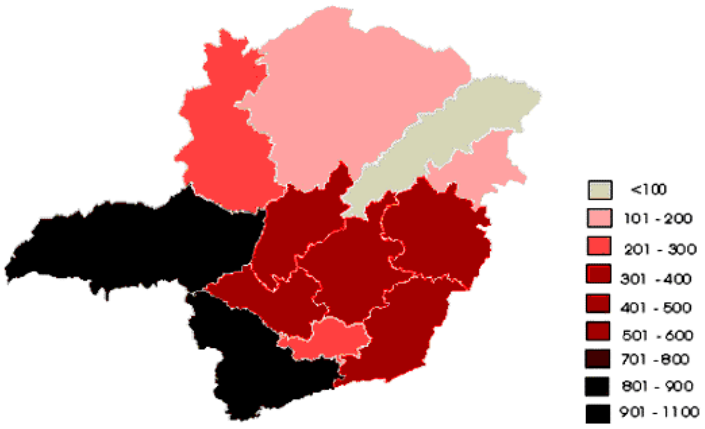
Como se viu no tópico anterior, a produção de leite em Minas Gerais é de grande importância no cenário nacional. Pode-se afirmar com base nos resultados da pesquisa de *Costa et al. (2016)*, que os sistemas de produção que garante maior produtividade, são os que se utilizam de pastagem.

Além de menor custo, os sistemas de produção nesta região podem suportar um menor preço do leite para sua sobrevivência, são a alternativa mais lucrativa para produtores de leite na região Norte de Minas Gerais (*COSTA, et. al, 2016*). Com forte predominância para o gado mestiço europeu-zebu, por não ser necessário oferecer alimento volumoso no cocho durante a época das águas, São menos vulneráveis às crises do mercado de lácteos, em razão da maior flexibilidade de serem conduzidos (RUAS et. al., 2014).

Na produção de leite (milhões de litros) por mesorregião, as regiões do Jequitinhonha e do Vale do Mucuri apresentavam produção entre 101 e 200 milhões de litros de leite. As regiões do Norte de Minas e do Campo das Vertentes ficaram entre 201 e 300 milhões de litros. As regiões do Noroeste de Minas e do Vale do Rio Doce entre 301 e 400. A região Metropolitana de Belo Horizonte entre 401 e 500 milhões de litros. As regiões da Central Mineira, do Oeste

de Minas e da Zona da Mata entre 501 e 600. As demais regiões Sul/Sudoeste de Minas, Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba e Minas Gerais apresentavam produções entre 901 e 1100 milhões de litros de leite, conforme se vê na Figura 1.

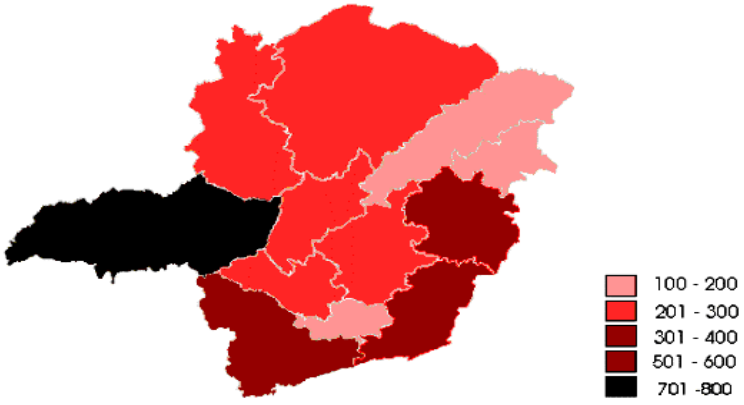
Figura 1. Produção de leite (milhões de litros), por mesorregião em Minas Gerais.



Fonte: IBGE- Pesquisa Agropecuária Municipal do Laboratório de Geoprocessamento. Elaborado por Elizabeth Nogueira Fernandes (2001)

Na figura 2, nota-se que o efetivo de vacas ordenhadas (mil cabeças), por mesorregião, das regiões do Vale do Mucuri, do Jequitinhonha e do Campo das Vertentes estavam entre 100 e 200 mil cabeças ordenhadas, em seguida às regiões do Noroeste de Minas, da região Metropolitana de Belo Horizonte entre 201 a 300 mil cabeças. As regiões da Central Mineira, do Norte de Minas, do Vale do Rio Doce e o Oeste de Minas, entre 301 e 400 mil cabeças. As regiões da Zona da Mata, entre 501 e 600 mil cabeças, e as demais regiões, entre 701 e 800 mil cabeças de vacas ordenhadas em Minas Gerais.

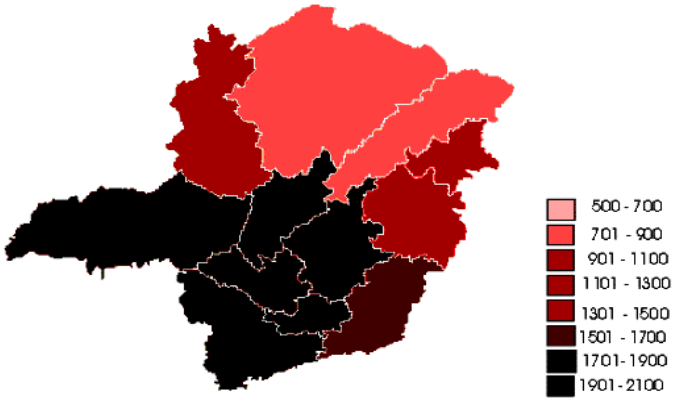
Figura 2. Número Efetivo de Vacas Ordenhadas (mil cabeças) por mesorregião em Minas Gerais.



Fonte: IBGE- Pesquisa Agropecuária Municipal do Laboratório de Geoprocessamento. Elaborado por Elizabeth Nogueira Fernandes (2001)

Na figura 3, no que tange a produtividade animal (litros/vaca/ano), por mesorregião, a região do Jequitinhonha apresentava produtividade entre 500 e 700 litros/vaca/ano. A região do Vale do Mucuri apresentava produtividade entre 701 e 900 litros/vaca/ano. A região do Norte de Minas apresentava entre 901 e 1100 litros/vaca/ano. A região do Vale do Rio Doce apresentava entre 1101 e 1300 litros/vaca/ano. A região do Sul/Sudeste de Minas apresentava produtividade entre 1301 e 1500 litros/vaca/ano. A região metropolitana de Belo Horizonte e o Noroeste de Minas apresentavam entre 1501 e 1700 litros/vaca/ano. A região da Zona da Mata, Campos das Vertentes e Central Mineira apresentavam entre 1701 e 1900 litros/vaca/ano. As demais regiões do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba e Oeste de Minas apresentavam produtividade entre 1901 e 2100 litros/vaca/ano.

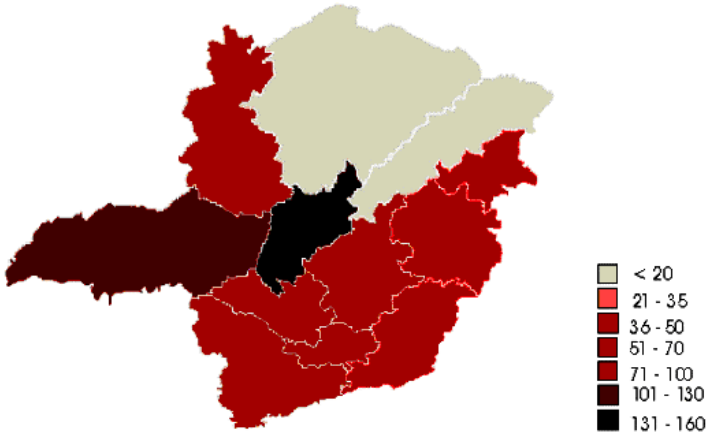
Figura 3- Produtividade animal (litros/vaca/ano), por mesorregião em Minas Gerais



Fonte: IBGE- Pesquisa Agropecuária Municipal do Laboratório de Geoprocessamento. Elaborado por Elizabeth Nogueira Fernandes (2001)

A figura 4 indica o tamanho médio da atividade leiteira (litros/estabelecimentos/dia), por mesorregião em MG, na qual região do Norte de Minas apresentava média menor que 20. A região do Jequitinhonha apresentava média entre 21 e 35. Já na região da Zona da Mata a média ficou entre 35 e 50. Na região do Vale do Mucuri, a metropolitana de Belo Horizonte e Vale do Rio Doce, a média ficou entre 51 e 70. A região do Sul/Sudeste de Minas e Zona da Mata ficou com médias entre 71 e 100. As regiões do Noroeste de Minas, Campos das Vertentes e Oeste de Minas tiveram médias entre 101 e 130. Somente a região do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba ficou com média entre 131 e 160 de tamanho médio da atividade leiteira.

Figura 4- Tamanho Médio da Atividade Leiteira por mesorregião em Minas Gerais.



Fonte: IBGE- Pesquisa Agropecuária Municipal do Laboratório de Geoprocessamento. Elaborado por Elizabeth Nogueira Fernandes (2001)

A Tabela 7 demonstra os principais indicadores da pecuária leiteira em Minas Gerais, apresentando dados pelas mesorregiões e microrregiões do estado em comparativo com os resultados dos censos agropecuários de 1996, 2003 e 2007. Revela que, no Estado, a produção de leite tem sido crescente**.**

Tabela 7. Comparativo entre o Censo de 1996, 2003 e 2007 da produção de leite em MG.

MESO/MICRORREIÕES GEOGRÁFICAS	VACAS ORDENHADAS		PRODUÇÃO (MIL LITROS)		PRODUTIVIDADE (LITROS/VACA/ANO)	
	1996	2007	1996	2007	2003	2007
Noroeste de Minas	213.360	248.375	300.307	397.245	1.435	1.599
Norte de Minas	223.041	384.096	184.350	307.967	807	802
Jequitinhonha	137.074	225.821	104.879	127.636	648	565
Vale do Mucuri	147.108	257.009	142.976	178.996	833	696
Triângulo Mineiro/ Alto Paranaíba	858.272	1.108.927	1.272.993	1.766.897	1.517	1.593
Central Mineira	209.927	321.912	442.578	593.298	1.879	1.843
Metropolitana de Belo Horizone	254.017	303.372	451.018	540.702	1.756	1.782
Vale do Rio Doce	351.313	464.911	415.018	505.212	1.096	1.087
Oeste de Minas	257.554	304.690	464.102	604.145	1.872	1.983
Piuí	72.423	80.113	121.146	157.104	1.884	1.961
Sul/Sudoeste de Minas	600.813	748.372	1043.028	1.234.277	1.562	1.649
Campo das Vertentes	131.574	139.132	244.278	290.371	2.007	2.087
Zona da Mata	386.876	465.643	535.449	728.497	1.453	1.564
Minas Gerais	3.767.929	4.972.260	5.601.112	7.275.242	1.435	1.463

Fonte: Elaborado pelo autor com base na Pesquisa da Pecuária Municipal- Embrapa Gado de Leite (2009)

Conforme mostra a Tabela 8, entre 1996 e 2007, o crescimento na produção de leite em Minas gerais, correspondeu a 29,89%, mas em contrapartida, no mesmo período, o aumento do rebanho ordenhado no Estado foi de 31,96%.

Tabela 8. Produção de Leite em Minas Gerais - Variação entre os Censos de 1996 a 2007

Meso/Microregiões Geográficas	Variação no nº de vacas ordenhadas	Variação na Produção de Leite	Variação na Produtividade
Noroeste de Minas	+ 16,41 %	+ 32,28 %	+ 11,43 %
Norte de Minas	+ 72,21 %	+ 67,06 %	+ 0,62 %
Jequitinhonha	+ 64.74 %	+ 67,06 %	+ 12,81 %
Vale do Mucuri	+ 74,71 %	+ 25,19 %	- 16,45 %
Triângulo Mineiro/ Alto Paranaíba	+ 29,20 %	+ 38,80 %	+ 5,01 %
Central Mineira	+ 53,34 %	+ 34,06 %	- 1,92 %
Metropolitana de Belo Horizone	+ 19,43 %	+ 19,89 %	+ 1,48 %
Vale do Rio Doce	+ 32,10 %	+ 21,73 %	- 0,82 %
Oeste de Minas	+ 18,30 %	+ 30,18 %	+ 5,93 %
Piuí	+ 10,65 %	+ 29,68 %	+ 4,09 %
Sul/Sudoeste de Minas	+ 24,56 %	+ 18,34 %	+ 5,57 %
Campo das Vertentes	+ 5,74 %	+ 18,87 %	+ 3,99 %
Zona da Mata	+ 20,36 %	+ 36,01 %	+ 7,64 %
Minas Gerais	+ 31,96 %	+ 29,89 %	+ 1,95 %

Fonte: Elaborado pelo autor com base na Pesquisa da Pecuária Municipal- Embrapa Gado de Leite (2009)

Entre 2003 e 2007, a produtividade média estadual permaneceu em 1.463 litros/vaca/ano, que, comparado com parâmetros internacionais, permanece baixa, contra o rendimento médio de 9.219 litros/vaca/ano dos Estados Unidos. Comparados com o rendimento médio do Brasil, 1.224 litros/vaca/dia, a pecuária leiteira no estado de Minas Gerais registrou, nesse período, ganhos de 1,95 %.

"*Benchmarking* Interno" da produção de leite no município de Bambuí/MG

Para falar sobre o "*Benchmarking* Interno" da cidade pesquisada, apresenta-se o número de estabelecimentos e área por condição do produtor, conforme mostra a Tabela 9. Em relação

à condição dos produtores rurais, o município de Bambuí possui um enorme número de proprietários de suas terras, com 77,30% dos estabelecimentos utilizando uma área de 72,63% para exploração, sendo que 3,51% são arrendatários com exploração de área representando apenas 2,26%.

Tabela 9. Estabelecimentos e área por condição de produtor em Bambuí – 2006

CONDIÇÃO DO PRODUTOR	ESTABELECIMENTOS	%	ÀREA (HECTARES)	%
Propietário	926	77,30	61.653	72,63
Arrendatário	42	3,51	1.918	2,26
Parceiro	6	0,50	249	0,29
Ocupante	8	0,67	44	0,05

Fonte: Elaborada pelo autor com base no Censo Agropecuário de 2006. Disponível em: incrasade.gov.br. Atualizado em Janeiro de 2009.

A respeito do pessoal ocupado em Bambuí, predominam a categoria dos proprietários e da mão-de-obra familiar não remunerada, com 58,04% de pessoal em atividades agrícolas, destacando-se o pessoal residente nos próprios estabelecimentos com 98,09%, conforme se apresenta na Tabela 10.

Tabela 10. Pessoal ocupado em Bambui-2006

CATEGORIAS	TOTAL	%
Empregados Temporários	989	9,66
Empregados permanentes	247	1,09
Responsável e mão de obra familiar não remunerada	2.256	56,04
Parceiros	13	0,32
Outra condição	2	0,05
Pessoal ocupado residente no estabelecimento rural	3.949	98,09

Fonte: Elaborada pelo autor com base no Censo Agropecuário de 2006. Disponível em: incrasade.gov.br. Atualizado em janeiro de 2009.

Para administrar essa atividade é necessária muita mão de obra familiar. Ela por sua vez, é um fator extremamente importante e custoso, de forma que os produtores devem observar se estão obtendo a eficiência e a produtividade necessárias para que esse trabalho seja competitivo (LANGEMEIER, 2016).

A mão de obra é uma característica em que um negócio pode encontrar rentabilidade. Ferrazza et al. (2015) analisaram a influência dos tipos de mão de obra sobre a rentabilidade da atividade e identificaram que esse é um dos componentes que exercem maiores representatividade sobre o custo total e operacional efetivo para o produtor.

Como já foi dito anteriormente, o município de Bambuí tem o sistema tradicional de produção de leite intensivo a pasto. Na realização da pesquisa, que fundamenta o processo de *Benchmarking* interno, foram selecionadas doze unidades produtivas que possuem o sistema intensivo de produção de leite. Foram seguidos os indicadores: produção; número de cabeças em lactação; tipo de mão-de-obra/área reservada para a atividade; número de animais por hectare e o número de pessoas ocupadas com a atividade, sendo feita a comparação do desempenho de cada unidade de benchmark interna bambuiense.

A Tabela 11 mostra a caracterização das unidades produtoras pesquisadas com as informações básicas sobre a atividade leiteira, onde se apresenta que a unidade produtora de maior tamanho possui uma área de 23,4 hectares dedicada à atividade leiteira, a unidade "E".

Tabela 11. Características das unidades produtoras.

UNIDADE PRODUTORA	PRODUÇÃO ANUAL DE LEITE (1000 L)	TOTAL DO REBANHO EM PRODUÇÃO	MÃO DE OBRA	ÁREA PARA PECUÁRIA LEITEIRA (ha)	LOTAÇÃO DE ANIMAIS (ha)	PESSOAS OCUPADAS NA ATIVIDADE
A	10,5	11	Familiar	6,1	1,8	4
B	17,1	19	Familiar	7,4	2,57	3
C	14,8	18	Familiar	9,2	1,96	3
D	68,5	21	Familiar	13,3	1,58	4
E	24,8	22	Familiar	23,4	0,94	3
F	64,2	32	Familiar	8,8	3,64	5
G	38,4	24	Familiar	9,7	2,47	4
H	47,8	48	Familiar	11,5	4,17	4
I	25,6	23	Familiar	8,3	2,77	2
J	13,2	16	Familiar	7,8	2,05	3
L	12,2	14	Familiar	7,0	2,00	2
M	28,7	29	Familiar	5,8	5,00	4

Fonte: Elaborado pelo autor.

Verifica-se que as pequenas propriedades são as maiores produtoras de leite, atingindo a marca anual de 64,2 mil litros, ou seja, uma média de produção aproximada de 5.350 litros/mês. A média de pessoas ocupadas corresponde a 3,42 pessoas por Unidade produtora e a pesquisa revela que em todas as unidades produtoras, a mão de obra ocupada é constituída pelo responsável da unidade e não remunerada, caracterizados como estabelecimentos de agricultura familiar.

Identificam-se também as médias de animais em produção, sendo de 23,08 vacas por estabelecimento, com produção anual média de 30,48 mil litros de leite por estabelecimento por ano. Isso representa uma média de 1,32 mil litros/vaca/unidade produtora. Já a área destinada à atividade leiteira representa em média 2,94 vacas por hectare, mas varia amplamente entre as propriedades consideradas. Dessa maneira, a média por hectare/vaca/ unidade produtora foi de 168,41 litros.

Carvalho et al. (2007), citado por Souza (2013) asseveram que o leite é bom negócio que trás vantagens para o agricultor familiar. Segundo os autores a atividade leiteira explorada em pequenas áreas, apresenta um baixo risco comercial, pois o risco tecnológico nos sistemas que trabalham com pasto é pequeno quando comparado com a horticultura ou fruticultura extensivas. Além disso, soma-se a possibilidade de uma renda mensal a uma mão de obra praticamente sem custos. Tais características podem ser percebidas em diversas regiões do País como no oeste do Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, bem como no norte do Mato Grosso e também em Minas Gerais.

Identificação do *Benchmarking* Interno

Na identificação do *Benchmarking* interno bambuiense, mineiro e brasileiro da produção de leite, foram usados quatro indicadores básicos: a produção por área (identificada pela letra W), que consiste no resultado da divisão do valor total da produção anual de leite pela quantidade de área destinada à atividade pecuária de leite; a produtividade por pessoa ocupada (letra X), que consiste no resultado da divisão da quantidade total de leite produzida pelo número de pessoas ocupadas com a atividade leiteira; a produtividade por animal (letra Y), que é o resultado da divisão da quantidade total de leite produzido e o número de animais em lactação; a produtividade por lotação por hectare (letra Z), que é o resultado da divisão da quantidade total de leite produzida pelo número total de cabeças no rebanho leiteiro por lotação de animais da unidade produtora.

A Tabela 12 mostra o levantamento dos dados e a classificação das doze unidades produtoras de leite pesquisado, referente ao Benchmarking interno do município de Bambuí.

Percebe-se que a unidade produtora D, mesmo tendo ficado com uma média de produção por área de 5,15%, uma produtividade por pessoa ocupada de 17,13% e uma produtividade por animal de 3,26%, ficou em primeiro lugar na classificação do *Benchmarking* interno do município de Bambuí, por causa da produtividade por lotação por hectare do rebanho ter sido de 43,35% de área.

Tabela 12. *Benchmarking* Interno do Município de Bambuí

UP	W	X	Y	Z	POSIÇÃO FINAL	CLASSIFICAÇÃO
A	1,72	2,63	0,95	5,83	16,62	12º
B	2,80	5,7	0,90	6,65	22,51	8º
C	2,00	4,93	0,82	7,55	19,77	9º
D	5,15	17,13	3,26	43,35	68,89	1º
E	1,06	8,27	1,13	26,38	34,26	5º
F	7,30	12,84	2,01	17,64	54,71	2º
G	3,96	9,60	1,60	15,55	39,21	3º
H	4,16	11,95	1,00	11,46	35,58	4º
I	3,08	12,80	1,11	9,24	33,03	6º
J	1,69	4,40	0,83	6,44	17,87	11º
L	1,74	6,10	0,87	6,10	19,67	10º
M	4,95	7,18	0,99	5,74	29,38	7º

Fonte: Elaborado pelo autor

Na Tabela 13, tem-se a caracterização das unidades produtoras pesquisadas com as informações sobre a atividade leiteira, referente ao *Benchmarking* interno do município de Bambuí e o *Benchmarking* externo, sendo a microrregião de Piumhi, a mesorregião do Oeste de Minas, o estado de Minas Gerais, a região Sudeste e o Brasil.

Tabela 13. Identificação do *Benchmarking* Externo das unidades produtoras
Fonte: Elaborado pelo autor com base no Censo Agropecuário do IBGE (2006)

UNIDADES DE *BENCHMARKING*	PROD. ANUAL DE LEITE (1000 L.)	TOTAL DO REBANHO EM PRODUÇÃO	ÁREA PARA PECUARIA LEITEIRA (ha)	LOTAÇÃO DE ANIMAIS (ha)	PESSOAS OCUPADAS NA ATIVIDADE
Média Bambuí	13.05	23,08	9,86	2,58	3,42
Piumhi	29,22	80,13	271,82	47	9,03
Oeste de Minas	113,83	304,69	863,32	1125	46,14
Minas Gerais	1.320,84	4.972,26	20.087,00	1.617	862,23
Sudeste	2.000,06	7.280,26	29.145,24	2.187	1269,34
Brasil	4.520,98	21.123,32	204.442,68	11.021	6619,53

Foram coletadas informações junto às 12 unidades produtoras de leite no sistema intensivo em pastejo, criando uma média, a qual serviu como parâmetro para ser avaliada junto com as outras unidades de *Benchmarking*. Uma comparação de desempenho no *Benchmarking*

da produção de leite, do total do rebanho em produção, da área usada para a pecuária leiteira, assim como os animais lotados dentro de cada hectare de área e as pessoas ocupadas com a atividade leiteira, foram as variáveis necessárias para realizar a avaliação de *Benchmarking* interno e externo ao município de Bambuí.

O potencial do sistema de produção intensiva com animais em pastejo no Brasil é muito grande, por apresentar um enorme território caracterizado por clima tropical (ASSIS, 1997). Devido a esse fato e também à baixa necessidade de o produtor ter investimentos com infraestruturas, esse sistema apresenta o menor custo de produção quando comparado aos demais sistemas de produção (SANTOS, 2001).

A Tabela 14 mostra os percentuais referentes aos indicadores, extraídos das unidades de *Benchmarking*. Verifica-se que as unidades produtoras pesquisadas no município de Bambuí, referentes ao indicador de produtividade por área, se destacam em relação aos percentuais de produtividade das unidades de *Benchmarking* externo. Outro ponto importante é o do indicador por pessoa ocupada. As unidades de *Benchmarking* interno do município de Bambuí se destacam por terem um percentual de 20% maior que a unidade de *Benchmarking* externa da microrregião de Piumhi que ocupa o segundo lugar com um número médio de 3,24 pessoas ocupadas com atividade leiteira.

Tabela 24. Avaliação de *Benchmarking* Externo do município de Bambuí/MG.

	UNIDADES DE *BENCHMARKING*					
INDICADORES	**Bambuí**	**Piumhi**	**Oeste de minas**	**Minas Gerais**	**Sudeste**	**Brasil**
W	0,35	0,11	0,13	0,08	0,09	0,04
X	3,89	3,24	2,47	1,53	1,58	0,68
Y	0,57	0,36	0,37	0,27	0,27	0,21
Z	5,06	0,62	0,91	0,82	0,91	0,41

Fonte: Elaborado pelo autor

No indicador de produtividade por animal, as unidades de *Benchmarking* internas levantadas no município de Bambuí apresentaram média de 55%, maior que a unidade de *Benchmarking* da mesorregião do Oeste de Minas, que ocupa o segundo lugar no *ranking*.

Entre as unidades de *Benchmarking* pesquisadas, em termos de produtividade por lotação de rebanho por hectare, o município de Bambuí obteve a maior produtividade, com uma média de 5,06 cabeças, merecendo lugar de destaque nesse indicador.

As unidades de *Benchmarking* da microrregião de Piumhi ocuparam o segundo lugar no indicador de produtividade por pessoa ocupada em atividade leiteira. No indicador de

produtividade por área, obteve o segundo lugar. Ficou em terceiro lugar no indicador de produtividade por animal e ficando em penúltimo lugar no indicador que mostra a produtividade por lotação de rebanho por hectare.

Já a mesorregião das unidades de *Benchmarking* do Oeste de Minas demonstrou melhores colocações do que a microrregião de Piumhi, ficando em segundo lugar no indicador de produtividade por área destinada à atividade pecuária de leite. No indicador de produtividade por pessoa ocupada em atividades leiteiras ocupou o terceiro lugar. Mas teve o segundo lugar garantido no indicador de produtividade por animal e ficou empatado com a região Sudeste no indicador de produtividade por lotação de rebanho por hectare.

O estado de Minas Gerais obteve o penúltimo lugar no indicador de produtividade por área e também no indicador de produtividade por pessoa ocupada em atividade leiteira. Já no indicador de produtividade por animal, manteve-se empatada com as unidades de *Benchmarking* da região Sudeste, em quarto lugar. No indicador de produtividade por lotação de rebanho por hectare, ocupou o quarto lugar no *ranking*.

As unidades de *Benchmarking* da região Sudeste obtiveram o quarto lugar no indicador de produtividade por área destinada à atividade pecuária de leite, no indicador de produtividade por pessoa ocupada com a atividade leiteira, e empatada com o estado de Minas Gerais no indicador da produtividade por animal. Mas ficou em segundo lugar, empatada com as unidades de *Benchmarking* da mesorregião do Oeste de Minas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

À guisa de conclusão, este trabalho pretendeu contribuir para a produção acadêmica a respeito do *Benchmarking* ao realizar uma análise comparativa, através do conhecimento do mercado de leite em um determinado município, em relação aos demais, localizados em um mesmo Estado. Através dos resultados efetivos alcançados pela técnica do *Benchmarking*, foi levantada uma competitividade dos estabelecimentos das unidades produtoras de leite do município de Bambuí em relação ao desempenho de outras cidades citadas no estudo.

Foram considerados todos os indicadores de *Benchmarking* interno e externo, capazes de medir a competitividade dos estabelecimentos bambuienses envolvidos com a cadeia produtiva do leite. Identificou-se que o município de Bambuí pode garantir desempenho de destaque para com suas unidades produtoras de leite. Conclui também que a exploração de leite constitui uma alternativa viável e sustentável, sendo consolidada de pequenas propriedades

rurais com exploração de mão de obra não remunerada e sistemas de pastejo. A mão de obra familiar é uma prática que se destaca como geradora de desempenho na produção do município.

Por ser limitada a dimensão das amostras, a pesquisa realizada viabiliza uma identificação aproximada dos benchmarks da produção de leite no sistema intensivo em pastejo no município de Bambuí, considerando-se a identificação desses *benchmarks* para a melhoria do desempenho da pecuária leiteira bambuiense.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSIS, A. G. **Produção de leite a pasto no Brasil**. In: Simpósio Internacional sobre produção animal em pastejo, Viçosa, 1997. **Anais**. Viçosa: Departamento de Zootecnia-UFV, 1997. 471 p.

BRASIL. **Pesquisa da Pecuária Municipal.** IBGE. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/economicas/agricultura-e-pecuaria/9107-producao-da-pecuaria-municipal.html?=&t=downloads. Acesso em 05 de agosto de 2009.

BRASIL. IBGE. **Sistema IBGE de recuperação de automática*:* SIDRA**. Censo Agropecuário, 2006). Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br >. Acesso em: 05 de agosto de 2009.

COSTA, M. D., RUAS, J. R. M., RODRIGUEZ, M. A. P., Nogueira, T. M., & Venturini, R. P. (2016). **Análise da relação benefício custo em sistema de produção de leite com animais mestiços no Norte de Minas Gerais**. Boletim de Indústria Animal, *73*, 244-251. Disponível em: http://iz.sp.gov.br/pdfsbia/1475175371.pdf. Acesso em 22 de novembro de 2018.

FERRAZZA, R.A.; LOPES, M.A.; BRUHN, F.R.P.; MORAES, F. Índices de desempenho zootécnico e econômico de sistemas de produção de leite com diferentes tipos de mão de obra. **Ciência Animal Brasileira,** v.16, p.193- 204, 2015. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/cab/v16n2/1518-2797-cab-16-02-0193.pdf. Acesso em 23 de novembro de 2018.

LANGEMEIER, Michael. **Benchmarking da eficiência de trabalho e produtividade das fazendas. Bem estar e Gestão**. Revista eletrônica Milk Point Portugal. Abril/2016. *Centro para Agricultura Comercial da Universidade Purdue.* Disponível em: https://www.milkpoint.pt/seccao-tecnica/gestao-sistemas-producao/benchmarking-da-eficiencia-de-trabalho-e-produtividade-das-fazendas-99693n.aspx. Acesso em: 21 de novembro de 2018.

RAMOS, Josefa Edileide Santos; DA COSTA BORBA, Marcelo; MARACAJÁ ALVES, Maria do Carmo. **Identificando benchmarks na produção de leite no agreste pernambucano.** Custos e @gronegócio on line - v. 13, n. 1 – Jan/Mar - 2017. Disponível:http://www.custoseagronegocioonline.com.br/numero1v13/OK%2018%20benchmark.pdf. Acesso em 20 de novembro de 2018.

RODRIGUES, Rivelino. RECIO, Wilian Fernando de Oliveira. **Benchmarking na produção leiteira: unidades produtoras de Palmeira D'Oeste-SP**. In: VIII Sintagro – Simpósio Nacional de Tecnologia em Agronegócio. Jales – SP. Outubro de 2016 Disponível em: http://www.fatecjales.edu.br/sintagro/images/anais/tematica4/benchmarking-na-producao-leiteira-unidades-produtoras-de-palmeira-doeste.pdf. Acesso em 19 de novembro de 2018.

RUAS, J.R.M.; SILVA, E.A.; QUEIROZ, D.S.; PEREIRA. M.E.G.; SOARES JUNIOR, J.A.G.; SANTOS, M.D.; ROCHA JUNIOR, V.R.; COSTA, M.D. Características produtivas da lactação de quatro grupos genéticos F1 Holandês x Zebu. **Revista Brasileira de Ciência Veterinária**, v.21, p.33-37, 2014. Disponível em : http://periodicos.uff.br/rbcv/article/download/7263/5547. Acesso em 28 de novembro de 2018.

SANTOS, M.V. **Contagem de células somáticas e qualidade do leite e derivados**. In: Simpósio Internacional Sobre Produção Intensiva De Leite, 5, 2001, Belo Horizonte. **Anais.** Belo Horizonte: Instituto Fernando Costa, 2001. P.115-127.

SOUZA, Hígor Cordeiro de; SOUZA, Mariluce Paes de. **Benchmark da produção familiar na cadeia produtiva do agronegócio leite no estado de Rondônia**. 2013. Disponível em: http://ri.unir.br/jspui/handle/123456789/496. Dissertação (Mestrado em Administração) – Núcleo de Ciências Sociais Aplicadas – Fundação Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, Rondônia, 2013. Acesso em 19 de novembro de 2018.

ALTUS CIÊNCIA
REVISTA ACADÊMICA MULTIDISCIPLINAR DA FACULDADE CIDADE DE JOÃO PINHEIRO

SOBREVIVÊNCIA DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS NO MUNICÍPIO DE JOÃO PINHEIRO: Fatores Contribuintes

Evando Mota Barbosa[1]
Unilson Gomes Soares[2]

Resumo: As micro e pequenas empresas assumem papel importantíssimo para a economia local e regional. Seja o comércio, a indústria ou a prestação de serviços, o fato é que são as empresas que mais criam postos de trabalho. Todavia, grande parte desses empreendimentos não consegue prosperar e se manter no mercado por muito tempo, enquanto outras se mantem e crescem ao longo do tempo. Diante do exposto, este estudo teve como objetivo principal identificar os fatores contribuintes para a sobrevivência das micro e pequenas empresas no município de João Pinheiro, tendo como objeto de estudo as empresas constituídas no período de 2015 a 2017. A metodologia empregada no presente trabalho foi caracterizada como uma *survey* descritiva, visto que se consideram, no mesmo, os principais passos para explanação a respeito da sobrevivência das micro e pequenas empresas. Foi utilizado o instrumento quantitativo, tendo como estratégia de pesquisa, um questionário estruturado distribuído entre 40 empresários em atividade. O resultado das informações coletadas foi de grande relevância para melhor esclarecimento das causas elementares para o sucesso das empresas, tendo em vista que a pesquisa limitou-se apenas ao município de João Pinheiro. Após a análise do resultado constatou-se que, os principais fatores que contribuíram para a sobrevivência das micro e pequenas empresas no município foram: o planejamento antes de abrir a empresa, o conhecimento das técnicas de gestão e a inovação, devendo a última, ser aplicada em toda área da empresa.

Palavras-chave: Micro e Pequenas Empresas. Planejamento. Sobrevivência das empresas.

Abstract: Micro and small enterprises play a very important role for the local and regional economy. Be it trade, industry or the provision of services, the fact is that it is the companies that create the most jobs. However, much of these ventures can not thrive and remain in the market for a long time, while others continue and grow over time. In view of the above, this study had as main objective to identify the contributing factors for the survival of the micro and small companies in the city of João Pinheiro, having as object of study the companies constituted in the period from 2015 to 2017. The methodology used in the present study was characterized as a descriptive survey, since the main steps to explain the survival of micro and small enterprises are considered. The quantitative instrument was used, having as a research strategy, a structured questionnaire distributed among 55 active entrepreneurs. The result of the collected information was of great relevance for better clarification of the elementary causes

[1] Graduado em Administração pela Faculdade Cidade de João Pinheiro – FCJP. Pós-Graduado em Finanças, Marketing e Gestão de Pessoas. E-mail: evandomota@hotmail.com.

[2] Graduado em Administração de empresa pela Universidade de Santo Amaro - UNISA. Mestre em Educação pela USAL. Graduando em Filosofia. Orientador da pesquisa. E-mail: unilsongomessoares@yahoo.com.br

Recebido em 22/06/2019
Aprovado em 30/07/2019

for the success of the companies, considering that the research was limited only in the municipality of João Pinheiro. After analyzing the result, it was found that the main factors that contributed to the survival of micro and small enterprises in the municipality were: planning before opening the company, knowledge of management techniques and innovation, and the latter should be throughout the company.

Keywords: Micro and small business. Planning. Survival of companies.

INTRODUÇÃO

O presente estudo teve o propósito de identificar a taxa de sobrevivência das Micro e Pequenas Empresas no município de João Pinheiro, constituídas entre os anos de 2015 a 2017 e quais os fatores contribuintes para a sobrevivência dessas empresas. A escolha do período de 2015 a 2017 foi proposital, tendo em vista que dados fornecidos pelo SEBRAE (2016) relatam que o período mais crítico de sobrevivência das MPEs é os dois primeiros anos.

O município de João Pinheiro está situado no Noroeste do estado de Minas Gerais, região Sudeste do Brasil. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE 2016), estima-se que a população do município de João Pinheiro em 2016 seja de 48.472 habitantes. Sua principal atividade é o agronegócio, com destaque para a pecuária, setor agroflorestal e sucroalcooleiro.

De acordo com dados divulgados no site empresometro.cnc.org.br/estatísticas, site criado pelo governo, que monitora as empresas ativas e inativas em todo o Brasil, até o primeiro trimestre de 2017, constavam em João Pinheiro 4.079 empresas ativas, dessas 3.936 são micro e pequenas empresas, o que corresponde a 96,5% das organizações ativas. Ou seja, a maior fonte de geração de emprego e renda no município vem das MPEs.

Para a comunidade pinheirense, os fatores positivos, identificados na pesquisa, os quais levaram estas empresas a se manterem ativas, poderão servir de “modelo a ser seguido”. Empresários e futuros empreendedores poderão utilizar-se dos dados que serão apresentados, como possíveis soluções a serem aplicadas dentro de suas empresas.

Os autores Domingues, Kehnen; Kestring (2003) relatam que o “espírito do pesquisador” é fundamental no processo de formação do administrador e sua preparação para o próprio mercado de trabalho.

De acordo com os autores, o conhecimento adquirido através da prática da pesquisa ajuda o administrador a se preparar melhor para o mercado de trabalho que é tão competitivo.

No Brasil, o crescimento do número de novas empresas, se associado à melhora na competitividade, tende a gerar impactos expressivos na economia brasileira, seja em termos de maior oferta de empregos, melhores salários, ampliação da massa salarial e da arrecadação de impostos, a melhor distribuição de renda e o aumento do bem-estar social, SEBRAE (2013).

Porém há um grande número de micro e pequenas empresas que encerram suas atividades em menos de dois anos, enquanto outras se mantem ativas e se expande ao longo de tempo. Diante disso, faz-se necessária uma pesquisa com o intuito de averiguar quais os fatores que contribuíram para a sobrevivência e o sucesso destas empresas, limitando-se o estudo apenas no município de João Pinheiro, MG. Mas, quais os fatores contribuintes para a sobrevivência destas empresas? Esses empresários aplicaram o conhecimento administrativo de gestão empresarial em suas empresas? Houve um planejamento adequado para a constituição destas empresas? O comportamento empreendedor do gestor foi relevante para a sobrevivência da empresa?

O objetivo foi identificar os fatores contribuintes para a sobrevivência das micro e pequenas empresas de João Pinheiro constituídas no período de 2015 a 2017; analisar se o empresário aplicou o conhecimento administrativo da gestão empresarial em sua empresa; averiguar se houve um planejamento adequado por parte do empreendedor para a constituição da empresa; constatar se o comportamento empreendedor do gestor foi relevante para a sobrevivência da sua empresa.

Segundo dados fornecidos pelo (SEBRAE 2016), a sobrevivência das empresas está associada a uma combinação de "fatores contribuintes", como por exemplo: o tipo de ocupação dos empresários antes da abertura; a experiência/conhecimento do empresário anterior no ramo; a motivação para a abertura do negócio; o planejamento adequado do negócio antes da abertura; a qualidade da gestão do negócio; e a capacitação dos donos em gestão empresarial.

Em um artigo publicado na revista Administradores.com, Lima (2016), fala que o sucesso ou fracasso da empresa está diretamente ligado ao comportamento empreendedor do empresário: "O grande responsável pelo sucesso ou pelo fracasso de um empreendimento é o próprio empreendedor, ou como gosta de ser chamado o "sócio proprietário". Seja por suas ações ou omissões. E por outro lado, os empreendedores de sucesso são aqueles que antes tomam esta consciência e assumem a responsabilidade para si".

METODOLOGIA

Esta pesquisa se caracteriza como qualitativa descritiva, uma vez que se limita em revelar os fatores contribuintes para a sobrevivência das micro e pequenas empresas no município de João Pinheiro. O método utilizado foi a *survey*, pois o pesquisador avaliou uma amostra significativa de um problema investigado a fim de extrair conclusões acerca dessa amostra.

De acordo com Miguel, Fleury e Mello (2012), a pesquisa *survey* tem como objetivo geral contribuir para o conhecimento em uma área particular de interesse, sendo uma metodologia muito importante quando se deseja obter um panorama descritivo de dado fenômeno.

Os dados coletados para esta pesquisa foram adquiridos através dos dados levantados pelo SEBRAE, por meio de pesquisas divulgadas a cada dois anos e relatório fornecido pela Prefeitura Municipal de João Pinheiro através da Junta Comercial do Estado de Minas Gerais (JUCEMG), que apresentam os dados cadastrais dos CNPJ das empresas constituídas nos anos de 2015 a 2017.

Para identificar os fatores contribuintes para a sobrevivência das micro e pequenas empresas de João Pinheiro foi aplicado um questionário a pelo menos 40 empresários em atividade que constituíram suas empresas no período de 2015 a 2017, considerando que a empresa tenha no mínimo dois anos de atividade. Salienta-se que a pesquisa consta de aprovação do Comitê de ética em Pesquisa pelo CAAE 15954119.2.0000.8078.

A revisão de literatura foi feita através da pesquisa bibliográfica e documental, pois o estudo foi realizado por meio de artigos científicos e dados fornecidos por entidades como SEBRAE e órgãos públicos.

IMPORTÂNCIA DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS PARA ECONOMIA DO PAÍS

De acordo com Aura (2014), as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte exercem importante contribuição ao crescimento e desenvolvimento do país.

> Elas servem de “colchão” amortecedor do desemprego ao constituírem uma alternativa de ocupação para uma pequena parcela da população que tem condição de desenvolver seu próprio negócio, e em uma alternativa de emprego formal ou informal, para uma grande parcela da força de trabalho excedente, em geral com pouca qualificação, que não encontra emprego nas empresas de maior porte (AURA, 2014, p. 01).

De acordo com SEBRAE (2014), o empreendedorismo vem crescendo muito no Brasil nos últimos anos e é fundamental que cresça não apenas a quantidade de empresas, mas sua participação na economia. Atualmente, são cerca de 9 milhões de Micro e Pequenas Empresas no País, o que representa mais da metade dos empregos formais. Há, portanto, a necessidade de saber o quanto elas contribuem para o Produto Interno Bruto brasileiro: as Micro e Pequenas Empresas já são as principais geradoras de riqueza no comércio no Brasil (53,4% do PIB deste setor). No PIB da indústria, a participação das micro e pequenas (22,5%) já se aproxima das médias empresas (24,5%). E no setor de Serviços, mais de um terço da produção nacional (36,3%) têm origem nos pequenos negócios.

Esses dados mostram a relevância das Micro e Pequenas Empresas na economia do Brasil e principalmente a importância de mantê-las funcionando, pois são grandes fontes de geração de empregos no País.

Sobrevivência das micro e pequenas empresas no Brasil

Uma pesquisa feita pelo SEBRAE (2016) revela a complexidade de mensurar a taxa de sobrevivência e mortalidade das empresas. As dificuldades começam na própria definição do que é uma empresa "recém-criada", o que é uma empresa "em atividade" e o que é uma empresa "encerrada". Além disso, os registros nas bases de dados oficiais são frequentemente alterados, por razões variadas. Seja porque os donos podem demorar a solicitar o registro de criação (e/ou encerramento) do negócio, seja porque os sistemas oficiais apresentam as suas próprias dificuldades em termos de atualização dos dados. Há também casos de empreendedores que iniciam o registro de sua empresa, mas logo se deparam com problemas de pendências fiscais nos nomes de seus sócios, o que acaba interrompendo prematuramente o registro formal da empresa. Por outro lado, o registro do fechamento de uma empresa, às vezes, é acompanhado do registro de reabertura de outra empresa, muito semelhante, que utiliza a mesma estrutura da empresa extinta anteriormente. Já no âmbito das bases de dados oficiais, para uma mesma empresa, as informações sobre se está (ou não) em atividade podem ser conflitantes. Por exemplo, uma empresa pode constar como inativa num determinado ano e alguns anos depois, na mesma base oficial de dados, pode aparecer o registro de entrega da sua Declaração de Imposto de Renda, com faturamento maior que zero.

Essa pesquisa feita em 2016 a nível nacional foi a última realizada até o momento e são os últimos dados apresentados até o presente estudo. Foi feita uma análise das empresas constituída em 2012 e com dois anos de vida, ou seja, encerraram suas atividades em 2014. O

resultado foi que das empresas abertas em 2012, 76,6% ainda estavam em funcionamento em 2014 e 23,4% foram extintas. Essa taxa teve uma redução se comparada com o ano de 2009 que foi de 44,6%.

Segundo SEBRAE (2016), as empresas de pequeno, médio e grande porte tiveram uma taxa de mortalidade bem inferior em relação às microempresas. Uma possível explicação para isso pode ser que, as empresas maiores (EPP, MdE, GdE) possuam uma estrutura mais organizada e maior capital, ou seja, já adquiriram suficiente "musculatura", estas tendem a ter maior chance de sobrevivência.

Reforçando essa ideia Najberg (2000) observa que as taxas de sobrevivência tendem a ser maiores para as firmas de maior porte, em função do acesso mais facilitado ao capital humano e financeiro, além dos expressivos investimentos que servem de "colchão" para eventuais choques.

O que se percebe é que empresas maiores tendem a aplicar seu retorno financeiro em outros investimentos, todavia em momentos de crise esses investimentos servem como suporte para sua sustentabilidade no mercado.

Sobrevivência das micro e pequenas empresas em João Pinheiro

Diante do cenário no âmbito nacional percebe-se que um dos fatores contribuintes para a sobrevivência das micro e pequenas empresas seja o uso de um planejamento adequado por parte dos empreendedores antes de iniciarem seus negócios. Pode-se atribuir esse fator a todas as regiões e cidades do País inclusive no município de João Pinheiro, que até o primeiro trimestre de 2017, existiam 4.079 empresas ativas e delas 3.936 eram micro e pequenas empresas. A tabela 1 mostra o percentual de MPEs em relação ao total de empresas ativas no município de João Pinheiro durante o período de 2013 a 2017, divulgada pelo site, empresometro.cnc.org.br/estatísticas.

Tabela 1 – Percentual das MPEs em relação ao total de empresas ativas em João Pinheiro.

Ano	Empresas Ativas	MPEs Ativas	% de MPEs
2017 até 22/03	4079	**3936**	96,5%
2016	4.008	**3.879**	96,8%
2015	3.658	**3.533**	96,6%
2014	3.287	**3.164**	96,3%
2013	2.986	**2.869**	96,1%

Fonte: Site empresometro.cnc.org.br: 10/04/2017

O que chama a atenção na tabela 1 é que o volume de micro e pequenas empresas é quase a totalidade das empresas ativas em João Pinheiro. Ou seja, a participação destas

empresas na economia local é muito forte sendo importante que estas se mantenham ativas gerando emprego e renda para o município.

A tabela 2 mostra a quantidade de empresas constituídas em João Pinheiro no período de 2015 a 2017 - dados fornecidos pela Prefeitura Municipal de através da JUCEMG, relatório constando razão social e CNPJ e a data da criação e as empresas fechadas no mesmo período – dados adquiridos através do site empresômetro.com.br.

Tabela 2 – Empresas constituídas no período de 2015 a 2017 em João Pinheiro.

Ano	Empresas Constituídas (Dados, Prefeitura Municipal de João Pinheiro – JUCEMG)	Empresas Fechadas (Dados, empresometro.com.br)
2017	376	72
2016	387	94
2015	484	135

Fonte: Prefeitura Municipal João Pinheiro – cadastro de contribuintes, 10/01/2018 e site empresometro.com.br, 22/03/2019.

Ao analisarmos a tabela 2 devemos levar em consideração que as empresas fechadas não são necessariamente as empresas constituídas no mesmo ano, sendo assim as 72 empresas encerradas no ano de 2017 podem ser as constituídas em 2016, 2015 ou em anos anteriores. O fato é que, não foi possível identificar separadamente o encerramento apenas das empresas constituídas nesse mesmo período, devido à dificuldade de conseguir esses dados com os órgãos competentes.

Fatores contribuintes para sobrevivência das empresas

Não há apenas um fator motivador para a sobrevivência das empresas. Segundo dados fornecidos pelo SEBRAE 2016, a sobrevivência das empresas está associada a uma combinação de "fatores contribuintes", em especial: (1) o tipo de ocupação dos empresários antes da abertura (se desempregado ou não); (2) a experiência/conhecimento do empresário anterior no ramo; (3) a motivação para a abertura do negócio; (4) o planejamento adequado do negócio antes da abertura; (5) a qualidade da gestão do negócio; e (6) a capacitação dos donos em gestão empresarial.

Segundo a mesma pesquisa, verificou-se que entre as empresas fechadas, há uma proporção maior de empresários que estavam desempregados antes de abrir o negócio; tinham pouca experiência no ramo; abriram o negócio por necessidade e/ou exigência de cliente/fornecedor; tiveram menos tempo para planejar o negócio; não conseguiram negociar

com fornecedores nem conseguiram empréstimos em bancos; não aperfeiçoavam seus produtos/serviços; não investiam na capacitação da mão-de-obra; inovavam menos; não faziam o acompanhamento rigoroso de receitas e despesas; não diferenciavam seus produtos e não investiam na sua própria capacitação em gestão empresarial.

Por outro lado, entre as empresas que continuavam em atividade, havia uma menor proporção de desempregados, e uma maior proporção de empresários com maior experiência no ramo; que abriram porque identificaram uma oportunidade e/ou desejavam ter o próprio negócio; tiveram mais tempo para planejar; conseguiram negociar com fornecedores e obter empréstimos em bancos; aperfeiçoavam seus produtos/serviços; investiam na capacitação da mão-de-obra; inovavam mais; faziam o acompanhamento rigoroso de receitas e despesas; diferenciavam seus produtos em relação ao mercado e investiam na sua própria capacitação em gestão empresarial.

A Tabela 3 apresenta com mais detalhes algumas das principais variáveis que contribuem para a sobrevivência/mortalidade das empresas.

Tabela 3 – Resultados comparativos selecionados da pesquisa

Fatores contribuintes		Empresas Ativas	Empresas Inativas
Situação antes da abertura	Condição anterior do empresário	MENOR proporção de Desempregados (21%)	MAIOR proporção de Desempregados (30%)
	Experiência anterior do Empresário	MAIOR proporção de pessoas com experiência anterior no mesmo ramo (71%)	MENOR proporção de pessoas com experiência anterior no mesmo ramo (64%)
	Motivação para abrir o Negócio	MENOR proporção dos que abriram por exigência de cliente/fornecedor (12%)	MAIOR proporção dos que abriram por exigência de cliente/fornecedor (23%)
		MAIOR proporção dos que abriram porque identificaram oportunidade ou porque desejavam ter o próprio negócio (59%)	MENOR proporção dos que abriram porque identificaram oportunidade ou porque desejavam ter o próprio negócio (49%)
Planejamento	Tempo médio de Planejamento antes de Abrir a empresa	11 meses	8 meses
	Recursos	MAIOR proporção que negociou prazos com fornecedores ou obteve empréstimo em bancos (39%)	MENOR proporção que negociou prazos com fornecedores ou obteve empréstimo em bancos (23%)
Gestão do Negócio	A empresa costumava com muita frequência	Aperfeiçoar sistematicamente seus produtos e serviços às necessidades dos clientes (95%)	Aperfeiçoar sistematicamente seus produtos e serviços às necessidades dos clientes (84%)
		Investir na capacitação da mão de obra e dos sócios (69%)	Investir na capacitação da mão de obra e dos sócios (52%)
		Estar sempre atualizado com respeito às novas tecnologias do seu setor (89%)	Estar sempre atualizado com respeito às novas tecnologias do seu setor (78%)

		Realizar um acompanhamento rigoroso da evolução das receitas e das despesas ao longo do tempo (74%)	Realizar um acompanhamento rigoroso da evolução das receitas e das despesas ao longo do tempo (65%)
		Diferenciar produtos e serviços (31%)	Diferenciar produtos e serviços (24%)
Capacitação em Gestão Empresarial		MAIOR proporção que fez algum curso para melhorar o conhecimento sobre como administrar um negócio, enquanto tinha a empresa (51%)	MENOR proporção que fez algum curso para melhorar o conhecimento sobre como administrar um negócio, enquanto tinha a empresa (34%)

Fonte: Sebrae 2016

ANÁLISE DOS RESULTADOS DA PESQUISA COM EMPRESÁRIOS.

Esta pesquisa teve a finalidade de identificar, do ponto de vista do empresário, os fatores que contribuíram para a sobrevivência da sua empresa. Foram coletadas 40 amostras distribuídas entre empresários em atividades que constituíram suas empresas nos anos de 2015 a 2017, de forma que estas tenham no mínimo dois anos de vida. A seleção das empresas pesquisadas foi feita de forma aleatória, para isso, foi utilizado o relatório de Cadastro de Contribuintes fornecido pela Prefeitura Municipal de João Pinheiro – JUCEMG em 10 de janeiro de 2018.

Perfil e respostas dos entrevistados

Gráfico 1 – Sexo

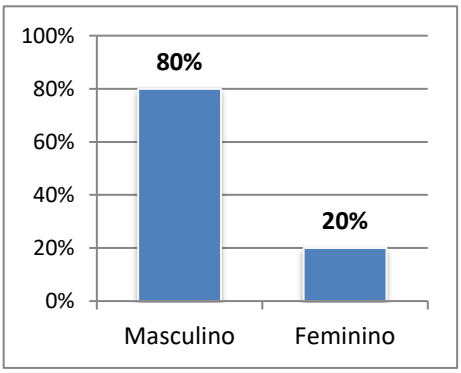


Gráfico 1 – Pesquisa Direta, 2019.

Gráfico 2 - Idade

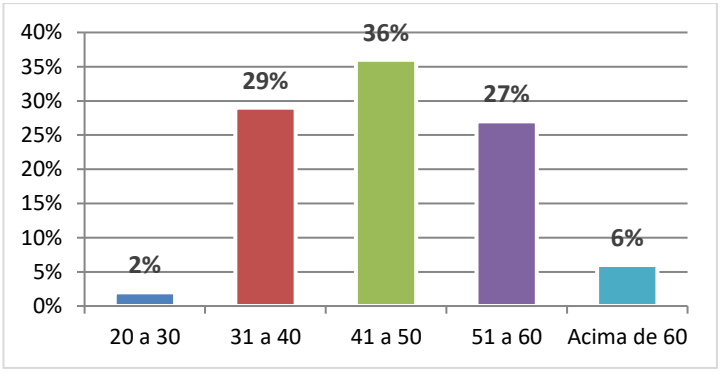


Gráfico 2 – Pesquisa Direta, 2019.

Há uma grande diferença entre o número de empreendedores e empreendedoras no município de João Pinheiro, conforme apresentado no gráfico 1. Todavia o gênero não é fator relevante para a sobrevivência ou mortalidade das empresas. Segundo estudo feito pelo SEBRAE – MG, (2017), as mulheres representam 46, 8% dos Microempreendedores Individuais do estado e já somam mais de 344,5 mil empreendedoras. Elas representam a maioria (51%) dos empreendedores mineiros à frente de negócios com até 3,5 anos.

No gráfico 2, os dados demonstram que o número maior de empreendedores está entre 31 a 50 anos de idade. Levando em consideração que um jovem conclui o curso superior em media com 24 anos é muito provável que adquire alguns anos de experiência em um ramo de atividade até abrir seu próprio negócio, dados constantes no gráfico 6.

Gráfico 3 – Grau de Escolaridade

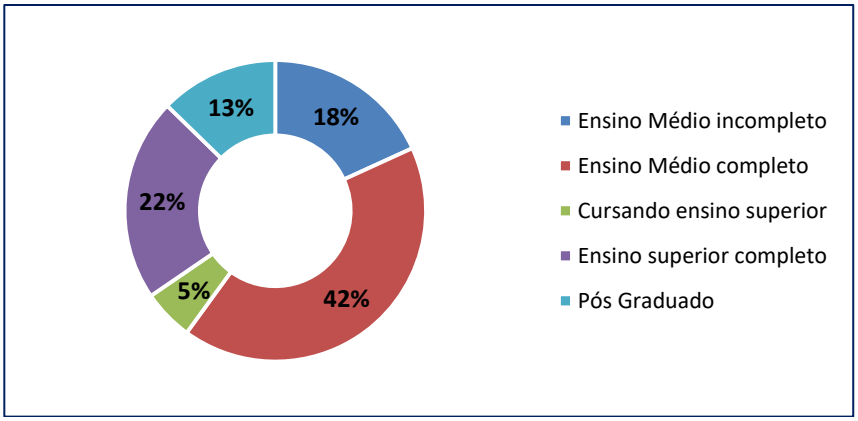


Gráfico 3 – Pesquisa Direta, 2019.

Nota-se no gráfico 3 que, 60% dos empresários não tem ensino superior, o que não significa que não buscaram conhecimento na área de gestão ou em outra área do conhecimento, o que será constatado no gráfico 12.

Gráfico 4 – Ramo de Atividade da Empresa

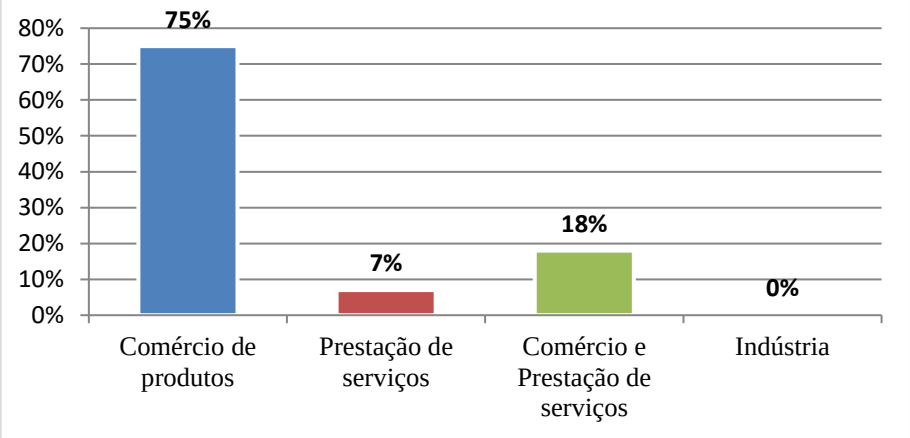


Gráfico 4 – Pesquisa Direta 2019.

Após análise do gráfico 4 percebe-se que dos empresários entrevistados a grande maioria atuam no ramo de comércio de produtos, ou seja, iniciaram seus empreendimentos tendo como atividade principal o comércio a varejo de produtos.

De acordo com Filho (2000), o comércio é essencialmente troca. Troca econômica, a compra e venda de bens, serviços e/ou valores por outros bens, intermediada hoje em dia, em sua quase totalidade, pela moeda ou documento que a represente.

Assim, o comércio varejista é o que tem de mais próximo do consumidor, tendo como objetivo facilitar o acesso aos produtos e serviços que desejam adquirir, fornecendo condições de armazenagem e entrega dos produtos.

Gráfico 5 – Antes de abrir o negócio, você encontrava:

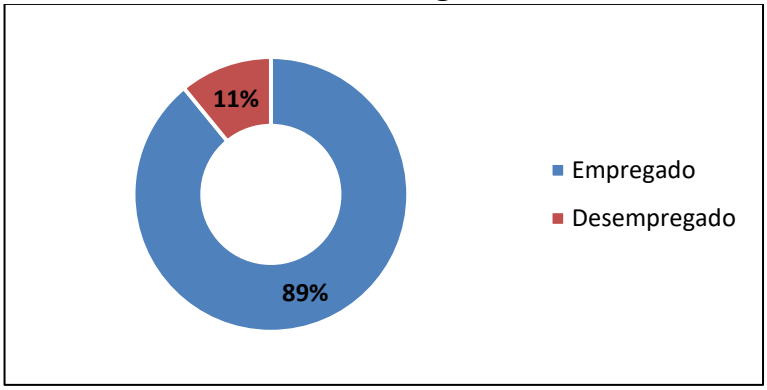


Gráfico 5 – Pesquisa Direta, 2019.

Ao analisar o gráfico 5, constatou-se que 11% dos entrevistados estavam desempregados antes de abrir o negócio e 89% encontravam-se empregados. O que significa que, a maioria dos empreendedores abriram seus negócios não necessariamente por necessidade, mas por outros motivos como, por exemplo: por oportunidade ou porque desejavam ter seu próprio negócio. SEBRAE-RJ (2009, p. 01) define a oportunidade de negócio da seguinte forma:

> Uma oportunidade de negócio existe quando a oferta de um produto ou serviço encontra-se com a necessidade ou desejo de alguém disposto a pagar por eles. Portanto, antes de tudo, o empreendedor deve estar convencido da existência de uma oportunidade de negócio. Para este convencimento, é importante caracterizar a oportunidade através de uma imersão no mercado e nas características do tipo de negócio que ele pretende desenvolver.

Portanto, identificar uma oportunidade não é garantia de sucesso no empreendimento, mas esta aliada a um bom planejamento pode sim alcançar o resultado almejado.

Gráfico 6 – Antes de abrir o negócio, sua experiência anterior era do mesmo ramo de atuação?

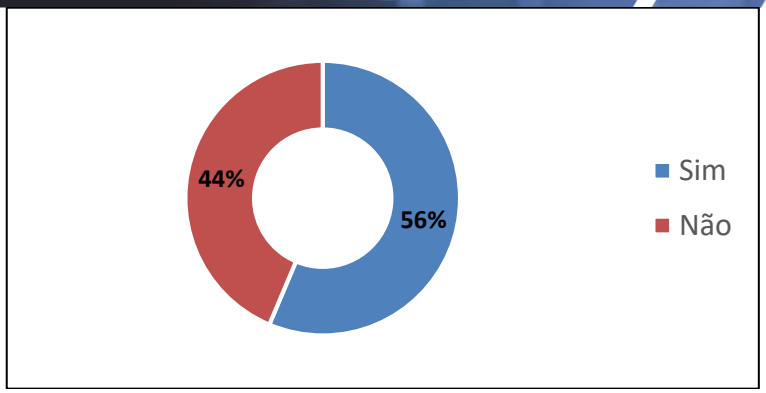


Gráfico 6 – Pesquisa Direta, 2019.

O ramo de atividade de uma empresa é a área do mercado em que ela se insere ou atua. No comércio varejista pode-se citar como exemplo o ramo de supermercado, farmácia, loja de roupas, lojas de ferragens, dentre outras.

De acordo com dados apresentados pelo SEBRAE (2016), 71% das empresas ativas no Brasil são de empreendedores que já tinham experiência no mesmo ramo antes de abrir o próprio negócio, enquanto 64% das empresas inativas eram de empreendedores que não tinham experiência. O que demonstra o quanto é importante o empreendedor ter experiência no mesmo segmento em que vai atuar. E a realidade de João Pinheiro é que a maioria, ou seja, 56% dos empresários tinham experiência no ramo em que iniciou seu negócio, uma variável importante para o sucesso da empresa.

Gráfico 07 – Quanto tempo sua empresa está em funcionamento?

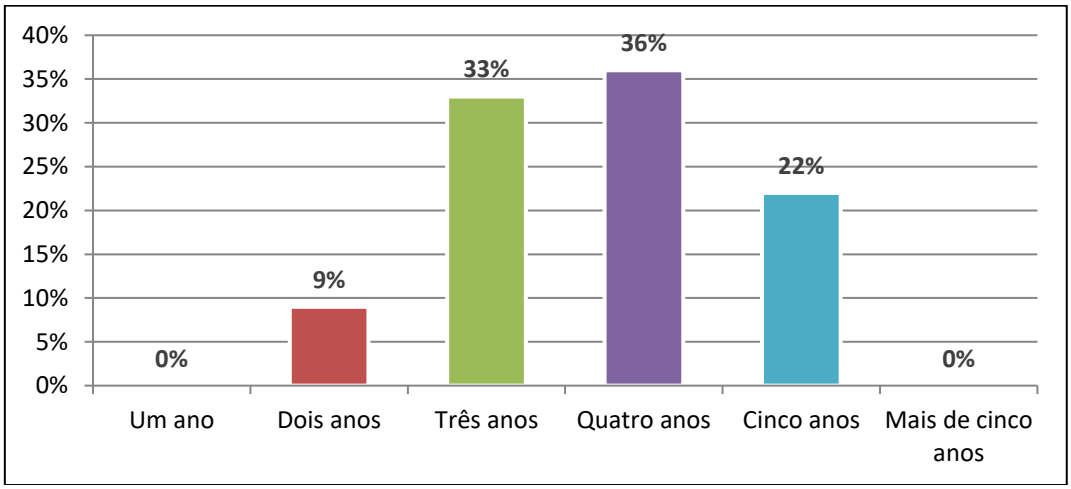


Gráfico 07 – Pesquisa Direta, 2019.

Os dados apurados no gráfico 12 foram importantes para essa pesquisa, tendo em vista que esta foi feita com empresas constituídas entre os anos de 2015 a 2017, ou seja, considerando que tenha pelo menos dois anos de vida.

Conforme dados do SEBRAE (2016), 50% das micro e pequenas empresas não sobrevivem mais que dois anos devido à falta de gestão adequada de seus recursos.

Desse modo, pequenos empreendedores têm uma grande carência de informações no que diz respeito aos critérios considerados fundamentais para uma boa gestão financeira como, por exemplo, os conceitos básicos da administração voltados para o controle financeiro, como o ponto de equilíbrio, fluxo de caixa, estoque, etc.

Gráfico 08 – Houve um planejamento antes de iniciar o negócio?

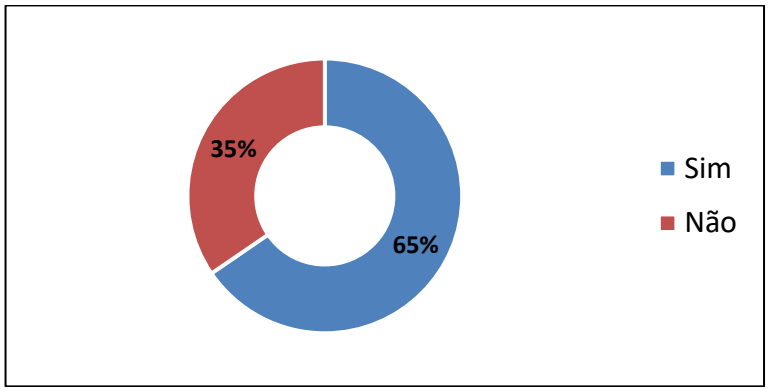


Gráfico 08 – Pesquisa Direta, 2019.

Após a análise do gráfico 08 é possível perceber que o planejamento é um dos fatores contribuintes para a sobrevivência das empresas de João Pinheiro, tendo em vista que 65% dos entrevistados responderam que fizeram planejamento antes de iniciar o empreendimento. Lima (2016), define o planejamento da seguinte forma:

> Planejar é determinar com antecedência o que será colocado em prática, a forma como será feito, alcançando o resultado esperado lá na frente. Para isso é preciso que sejam utilizados recursos como financeiros, humanos, tecnológicos, insumos – todos utilizados na hora do planejamento até a obtenção do resultado final (LIMA, 2016, p. 03).

De acordo com a ideia do autor, para alcançar o resultado esperado é necessário se planejar com antecedência, o que foi realizado pela maioria dos empreendedores entrevistados. Assim, ao realizar um planejamento, mesmo que simplificado, a chance de alcançar o objetivo é muito mais efetiva.

Gráfico 09 – Por quanto tempo se planejou para empreender no negócio?

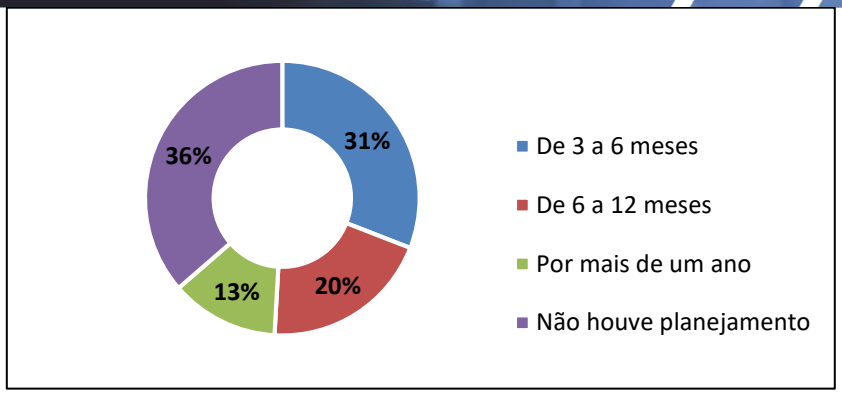


Gráfico 09 – Pesquisa Direta, 2019.

Os dados conferidos no gráfico 09 reforça a importância do planejamento para iniciar um novo empreendimento e coloca em questão uma variável fundamental para a sobrevivência de uma empresa "tempo de planejamento". Um planejamento bem estruturado deve esboçar um retrato do mercado, do produto e das atitudes do empreendedor. E a ferramenta ideal para quem quer abrir uma empresa é o plano de negócio.

O SEBRAE NACIONAL, 2019, traz o conceito de plano de negócio da seguinte forma:

> É um documento que descreve por escrito os objetivos de um negócio e quais passos devem ser dados para que esses objetivos sejam alcançados, diminuindo os riscos e as incertezas. Um plano de negócio permite identificar e restringir seus erros no papel, ao invés de cometê-los no mercado (SEBRAE, 2019, 01).

Em conformidade com o conceito, o plano de negócio contribui para a identificação da viabilidade de sua ideia e da gestão da empresa e é por meio dele que você terá informações detalhadas do seu ramo, produtos e serviços, clientes, concorrentes, fornecedores e, principalmente, pontos fortes e fracos do negócio.

Gráfico 10 – O que levou você a empreender no seu próprio negócio?

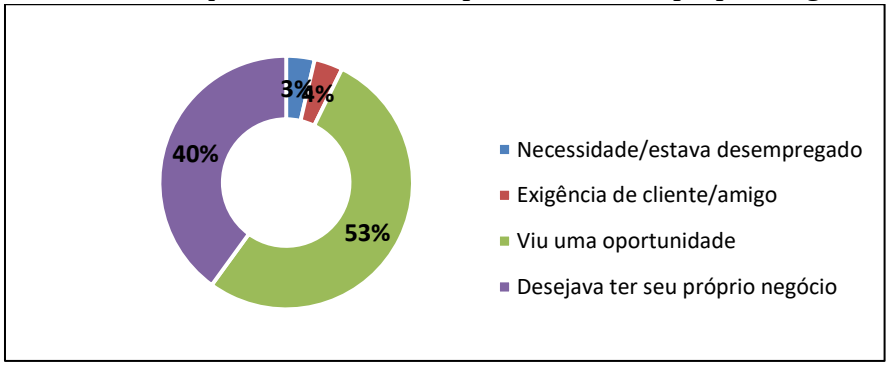


Gráfico 10 – Pesquisa Direta, 2019.

Identificar o motivo que levou uma pessoa a investir seu dinheiro em um novo negócio é uma variável importante para este estudo, pois muitos empresários abrem uma empresa

simplesmente porque está desempregado e sem renda e abre por necessidade, muitas vezes sem se planejar. Por outro lado, os empreendedores por oportunidade são os que identificaram uma chance de negócio e decidiram empreender, mesmo possuindo alternativas de emprego e renda. O resultado do gráfico 10 mostra que a realidade dos empresários do município é que 53% abriram porque viram uma oportunidade, enquanto 40% abriram porque desejava ter seu próprio negocio.

Empreendedores por oportunidades, mesmo quando possuem outras opções de emprego, optam por iniciar um novo negócio, eles sabem onde querem chegar, fazem um planejamento prévio, tem em mente o que querem buscar para a empresa e visa á geração de lucros, empregos e riquezas (GREICIELLE, 2014).

Gráfico 11 – Você fez algum curso técnico ou graduação na área de gestão de negócio ou administração, antes de iniciar a empresa?

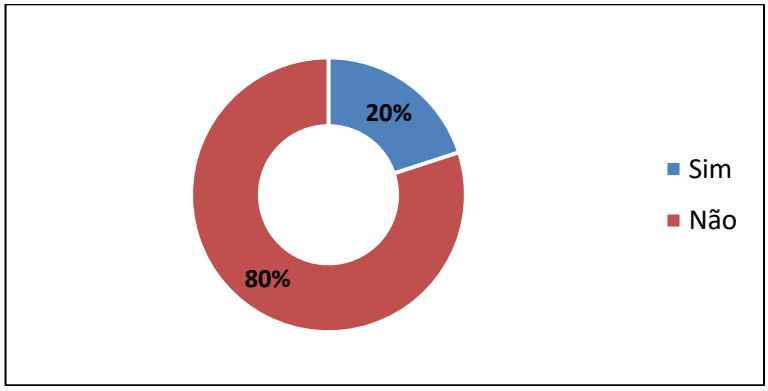


Grafico 11 – Pesquisa Direta, 2019.

Gráfico 12 – Enquanto gestor fez curso para melhorar o conhecimento sobre como administrar o seu ramo de atividade?

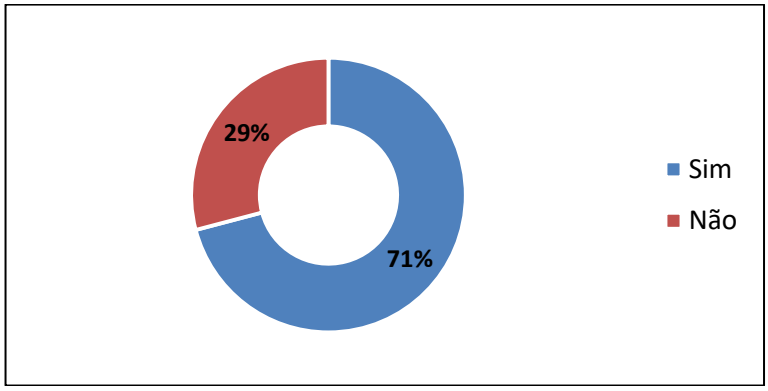


Gráfico 12 – Pesquisa Direta, 2019.

Analisando os dados dos gráficos 11 e 12, percebe-se que, mesmo a maioria não tendo feito curso técnico ou graduação na área de gestão, esses empresários - enquanto gestor - buscaram melhorar o conhecimento sobre como administrar melhor o seu ramo de atividade.

Marques (2016, p. 02) relata que:

> Gestão organizacional nada mais é do que a administração de um negócio, empresa ou organização com o objetivo de alcançar metas e conquistar resultados positivos e rentáveis. A função desse tipo de conceito de gestão tem como finalidade conduzir pessoas e processos de forma eficaz, promover melhorias, criar um ambiente colaborativo, motivado, propício ao autodesenvolvimento e, consequentemente, à conquista de resultados.

Assimilando a definição do autor e levando-a para a prática, um gestor precisa desempenhar vários aspectos administrativos, os quais podem ser aprendidos no curso de Administração, curso técnico e profissionalizante, como por exemplo, o planejamento estratégico definindo a missão, visão e valores; avaliar e promover o desenvolvimento dos colaboradores; organizar recursos financeiros e tecnológicos e elaborar uma boa estratégia de marketing. O conhecimento aliado a um bom planejamento aumenta exponencialmente a chance de sucesso de uma empresa.

Gráfico 13 – Com qual frequência aperfeiçoa seus produtos/serviços?

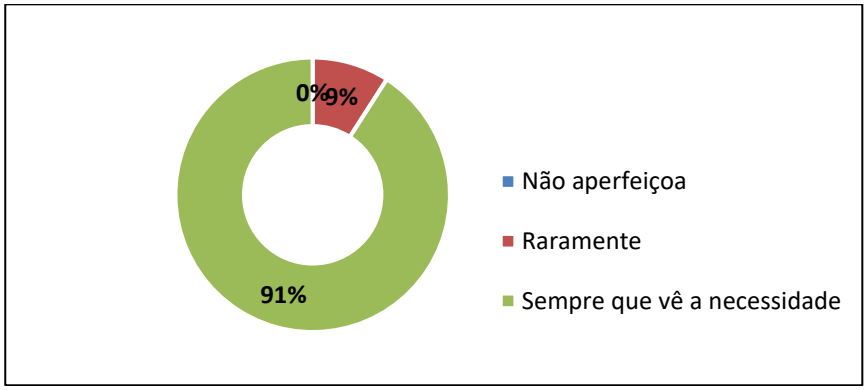


Gráfico 13 – Pesquisa Direta, 2019.

Ao serem perguntados sobre inovação de produtos ou serviços, os dados do gráfico 13 demonstrou que 9% dos empresários raramente aperfeiçoavam seus produtos/serviços e 91% disseram que aperfeiçoavam sempre que havia necessidade. O que demonstra que a inovação também é importante para a sustentabilidade das empresas, principalmente diante de um mercado tão competitivo. Aschoff (2017, p. 03) define a inovação da seguinte forma:

> Inovar significa avançar os negócios de sua empresa, reinventar os processos internos e identificar oportunidades de ganhar mais, gastando menos. Inovar, para empresas de sucesso, é estar constantemente atento aos processos e

práticas da empresa em busca de oportunidades de diversificação e desenvolvimento.

Portanto, a inovação já não é mais algo desejável e sim uma questão de sobrevivência para as empresas, seja na melhoria de produtos ou em qualquer nível de processos.

Gráfico 14 – Investe na capacitação da mão de obra de seus funcionários e dos sócios?

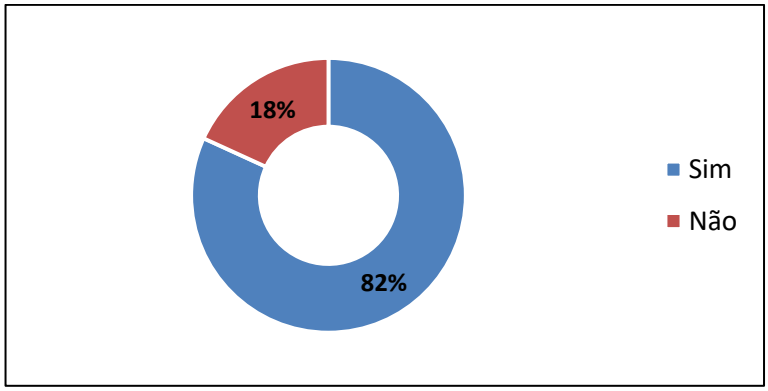


Gráfico 14 – Pesquisa Direta, 2019.

Verificando os dados do gráfico 14, observou-se que 82% dos entrevistados investiram na capacitação da mão de obra dos funcionários e dos sócios, enquanto 18% responderam que não. Montar uma equipe qualificada também é um diferencial para o sucesso de uma empresa e de acordos com os dados apresentados, essa é uma atitude presente entre a maioria dos empresários de João Pinheiro.

Segundo Oliveira, *et al*. (2012), o futuro é muito promissor para aqueles que se reciclam, pois, a velocidade das informações nos dias atuais exige profissional ágil atento às mudanças. Os clientes têm mudado suas necessidades, criando a expectativa de que as empresas precisam prover melhor qualidade, com melhores serviços e com garantia de responsabilidade social.

Sendo assim, investir na capacitação dos colaboradores se tornou uma necessidade para as empresas, devido a atual postura dos consumidores que são cada vez mais exigentes.

Gráfico 15 – Está sempre atualizado com respeito às novas tecnologias do setor?

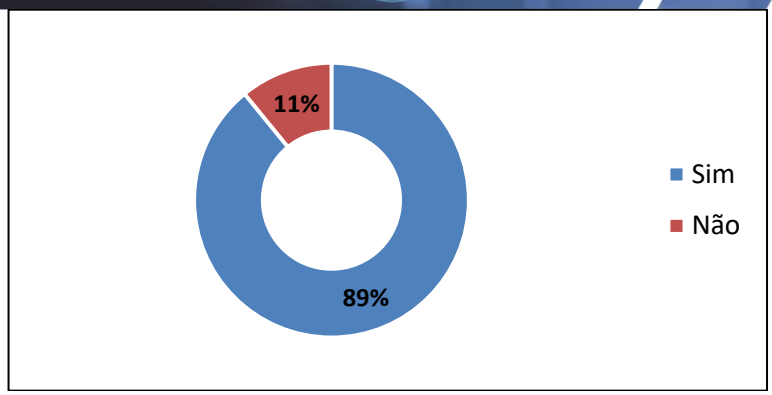


Gráfico 15 – Pesquisa Direta, 2019.

De acordo com os dados do gráfico 15, verificou-se que 89% dos entrevistados disseram que estiveram sempre atualizados com respeito às novas tecnologias do setor, enquanto 11% disseram que não.

A tecnologia veio para contribuir. Otimizar todos os processos de uma empresa. Segundo Longo (1984) apud Silva (2003, p. 52), "tecnologia é o conjunto de conhecimentos necessários para se conceber, produzir e distribuir bens e serviços de forma competitiva, o que engloba todos os conhecimentos relacionados às atividades da empresa".

Sendo assim, a tecnologia é um dos investimentos que mais proporciona competitividade para as empresas. E seus avanços são extremamente rápidos e devem ser acompanhados pelas organizações.

Gráfico 16 – Você faz acompanhamento rigoroso das receitas e despesas?

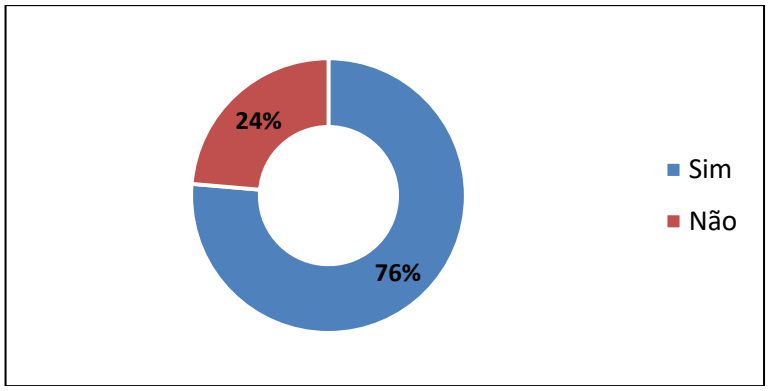


Gráfico 16 – Pesquisa Direta, 2019.

Para manter a saúde financeira de uma empresa é fundamental que o gestor faça um acompanhamento rigoroso das receitas e despesas. Assim, o gráfico 16 demonstrou que esta é a realidade da maioria dos empresários Pinheirense, 76%. Monitorar periodicamente o fluxo de caixa e a demonstração de resultado do exercício - fazer uma projeção das receitas e despesas para os próximos meses são ações que ajuda o administrador a tomar decisões.

Vieira (2010, p. 12) relata que, “controlar as finanças da empresa significa que o empresário tem consciência da situação financeira real em que se encontra. Isto é, significa saber qual é o melhor momento para se realizar investimentos ou não”. Dessa maneira, a imprescindibilidade de saber a situação financeira real e atual da empresa é fundamental antes de iniciar qualquer investimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Administrar uma empresa não é tarefa fácil, não é simplesmente abri-la e deixar que ela flua sozinha, sem ser administrada. Para tanto é preciso dominar técnicas de administração ou ao menos ter um bom conhecimento e cercar-se de profissionais extremamente capacitados dentro de suas respectivas funções.

O objetivo geral dessa pesquisa foi conhecer os fatores contribuintes para a sobrevivência das micro e pequenas empresas no município de João Pinheiro. Após a análise dos resultados constatou-se que não há apenas uma variável determinante e sim um conjunto de ações praticadas por esses empresários, como por exemplo: o **planejamento** antes de abrir o negócio constatado nos gráficos 8 e 9; o **conhecimento** e até mesmo a busca pelo conhecimento das técnicas de gestão, demonstrados nos gráficos 12 e 16; e a **inovação**, devendo ser aplicada em qualquer área da empresa, seja nos produtos ou serviços relatado no gráfico 13, na capacitação de sua equipe demonstrada no gráfico 14 e na utilização das novas tecnologias do setor representada pelo gráfico 15.

Logo, nota-se que as empresas sobreviventes são aquelas em que, na sua maioria, o dono fez um planejamento antes de investir no novo negócio, buscou o conhecimento das técnicas de gestão e esteve sempre atento quanto à inovação.

REFERÊNCIAS

ASCHOFF, Amanda (2017). **A importância da inovação para as empresas de sucesso.** Disponível em < http://blog.safetec.com.br/cloud-computing/importancia-inovacao-empresas-sucesso/>. Acessado em 14 de setembro de 2017.

AURA, M. G. (2014). **O tamanho das empresas: Perspectivas de sobrevivência conforme o porte**. Campinas SP: Unicamp, 2014.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO DE BENS, SERVIÇO E TURISMO. Empresas ativas no Brasil. Disponível em: <http://empresometro.cnc.org.br/>. Acessado em 10 de abril de 2017.

DOMINGUES, M. J. C. S.; KUHNEN, V. J. & KESTRING, S. **A reunião dos saberes:** uma experiência de ensino no curso de administração. Revista de Ciências da Administração (RCA). Santa Catarina, v.5, n.10, p. 63-74, 2003.

EMPRESOMETRO, Inteligência de Mercado. **Relatório de Empresas Iniciadas e Encerradas nos anos de 2015/2016/2017/2018.** Disponível em < https://www.empresometro.com.br/Home/Contato> Dados solicitado em 21/03/2019 através do contato@empresometro.com.br e recebido em 22/03/2019, pelo atendimento@empresometro.com.br.

GLEICIELLE, 2014. **Empreendedor por necessidade x oportunidade.** Disponível em < https://administradores.com.br/artigos/empreendedor-por-necessidade-x-oportunidade >. Acessado em 29/05/2019.

História de João Pinheiro, MG. Disponível em: <http://joaopinheiro.com/wp-contentuploads201512hist-jpg/> Acessado em 13 de Abril de 2017.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades@ Minas Gerais João Pinheiro, informações completas 2016.** Disponível em < http://cod.ibge.gov.br/3B1> Acessado em 14 de julho de 2017.

LIMA, Juliana (2016). **Planejamento: conceito e tipos.** Artigos – Acadêmicos – Administradores.com. Disponível em < http://www.administradores.com.br/artigos/academico/planejamento/92898/> Acessado em 21 de Setembro de 2017.

MARQUES, J. R. (2016). **Gestão Organizacional: Conceito e Definição.** Disponível em < http://www.ibccoaching.com.br/portal/rh-gestao-pessoas/gestao-organizacional-conceito-definicao/> Acessado em 14 de Setembro de 2017.

MIGUEL, P. A. C.; FLEURY, A.; MELLO, C. H. P. et al. **Metodologia de Pesquisa em Engenharia de Produção e Gestão de Operações.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

NAJBERG, S; PULGA, P. F; OLIVEIRA, P. A. S; (2000, p. 36). **Sobrevivência das Firmas no Brasil: Dez. 1995/Dez. 1997.** Disponível em < https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/12274/2/RB%2013%20Sobreviv%C3%AAncia%20das%20Firmas%20no%20Brasil_Dez.%201995%20-%20Dez.%201997_P_BD.pdf> Acessado em 06/04/2019.

OLIVEIRA, L. J; RAUSCHKOLB, A. S; LOPES, C. P. S; VIEIRA, M. T. L; (2012, p. 07). **Capacitação de funcionários como diferencial em um mundo globalizado: o caso da ASCOMIM em mato grosso.** Convibra Administração, 2012. Disponível em <http://www.convibra.com.br/upload/paper/2012/34/2012_34_4963.pdf> Acessado em 21 de Setembro de 2017.

PMJP, Prefeitura Municipal de João Pinheiro. **Relatório de Cadastros de Contribuintes por Atividades, Janeiro/2018**. João Pinheiro, 2018.

Portal Brasil (2012). **Oportunidade e Necessidade.** Disponível em <http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2012/02/oportunidade-e-necessidade> Acessado em 13 de Setembro de 2017.

Portal Lei Geral da Micro e Pequena Empresa. Disponível em: <http://www.leigeral.com.br/o-site/o-que-e-a-lei-geral> Acessado em 17 de Junho de 2017.

SEBRAE, Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. **Sobrevivência das Empresas no Brasil**: **Outubro/2016**. Disponível em: <https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/estudos_pesquisas/taxa-de-sobrevivencia-das-empresas-no-brasildestaque15,01e9f925817b3410VgnVCM2000003c74010aRCRD> Acessado em 14 de Abril de 2017.

SEBRAE, Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. **Definição de porte de estabelecimentos segundo o número de empregados.** Disponível em: < https://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/UFs/SP/Pesquisas/MPE_conceito_empregados.pdf> Acessado em 17 de Junho de 2017.

SEBRAE, Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. **Lei Geral das micro e pequenas empresas.** Disponível em: <http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/entenda-as-diferencas-entre-microempresa-pequena-empresa-e-mei,03f5438af1c92410VgnVCM100000b272010aRCRD> Acessado em 17 de Junho de 2017.

SEBRAE-MG, (2017). Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Minas Gerais. **Perfil Mulher Empreendedora 2017.** Disponível em <https://www.sebraemg.com.br/atendimento/bibliotecadigital/documento/Diagnostico/Perfil-Mulher-Empreendedora-2017>. Acessado em 28/05/2019.

SEBRAE NACIONAL (2016), Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. **Capital de Giro: O que é e como funciona o capital de giro**. Disponível em <https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/o-que-e-e-como-funciona-o-capital-de-giro,a4c8e8da69133410VgnVCM1000003b74010aRCRD> Acessado em 14 de Setembro de 2017.

SEBRAERJ (2009). Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – Rio de Janeiro. Visão do Empreendedor. **O que significa uma oportunidade de negócio?** Disponível em < http://www2.rj.sebrae.com.br/boletim/o-que-significa-uma-oportunidade-de-negocio/> Acessado em 14 de Setembro de 2017.

SILVA, J. C. T. **Tecnologia: novas abordagens, conceitos, dimensões e gestão.** Revista Produção. Bauru, SP, 2003. Disponível em <http://www.prod.org.br/files/v13n1/v13n1a04.pdf> Acessado em 14 de Setembro de 2017.

VIEIRA, T. L. (2010). **Qual a importância do controle financeiro para as empresas.** Disponível em <http://www.administradores.com.br/artigos/economia-e-financas/qual-a-importancia-do-controle-financeiro-para-as-empresas/50108/> Acessado em 14 de Setembro de 2017.

CIÊNCIAS CONTÁBEIS

ALTUS CIÊNCIA
REVISTA ACADÊMICA MULTIDISCIPLINAR DA FACULDADE CIDADE DE JOÃO PINHEIRO

PRODUTO INTERNO BRUTO: estudo da composição do PIB dos municípios mineiros (2002-2015)

Jéssica Barcelos Silva [1]
Cleyde Cristina Rodrigues[2]
Ana Clara Fonseca do Amaral[3]

Resumo: O Produto Interno Bruto (PIB) é a somatória de todos os bens e serviços finais produzidos durante um determinado período de tempo, geralmente um ano, dentro dos limites territoriais de um país e é medido através do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). De acordo com essa conceituação, esta pesquisa objetivou principalmente realizar uma análise com relação à composição do PIB dos municípios do estado de Minas Gerais, no período de 2002 a 2015. Especificamente, pretendeu-se efetuar um comparativo, com relação à composição do PIB municipal, entre as mesorregiões que compõem o estado de Minas Gerais. Metodologicamente, este estudo foi realizado por meio da coleta dos dados referentes às publicações do PIB, dos municípios de Minas Gerais, no período de 2002 a 2015, obtidas por meio de tabelas divulgadas no sítio eletrônico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. A população da pesquisa foi constituída por todos os municípios do estado de Minas Gerais. Considerando os resultados do teste de não normalidade obtidos, realizou-se o teste de Análise de Variância (ANOVA) em blocos casualizados e, posteriormente, o teste de *Scott-Knott* para comparar os percentuais médios de composição de cada valor adicionado bruto (VAB) apresentados pelos municípios estudados. Em uma análise geral do estado de Minas Gerais, dentre os achados, destaca-se que os valores adicionados brutos referentes aos serviços e a administração, defesa, saúde e educação públicas e seguridade social configuram as atividades mais impactantes na composição do PIB, juntas chegam a 67,02% da riqueza gerada no estado.

Palavras-chave: Produto Interno Bruto. Composição do PIB. Minas Gerais. Mesorregiões.

Abstract: Gross Domestic Product (GDP) is the sum of all final goods and services produced over a given period of time, usually one year, within the territorial boundaries of a country and is measured through the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE). According to this concept, this research aimed mainly to analyze the composition of the GDP of the municipalities of the state of Minas Gerais, from 2002 to 2015. Specifically, it was intended to make a comparison with respect to the composition of the municipal GDP., among the mesoregions that make up the state of Minas Gerais. Methodologically, this study was conducted by collecting data on GDP publications from the municipalities of Minas Gerais,

1 Bacharel em Ciências Contábeis pela Escola Superior de Negócios da Faculdade Patos de Minas – FPM (2018). Contatos: jbarcelos513@gmail.com; (34) 99961-8088.
2 Mestra em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Uberlândia -UFU (2016). Especialista em Contabilidade e Controladoria pela Faculdade Noroeste de Minas – FINOM (2014). Graduada em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Viçosa – *Campus* Rio Paranaíba – UFV/CRP (2013). Professora do Curso de Ciências Contábeis da Faculdade Patos de Minas – FPM. Contato: cleyde.rodrigues@ufv.br.
3 Mestra em Ciências Contábeis pela FUCAPE *Business School* – Vitória/ES. Professora do Curso de Ciências Contábeis da Faculdade Patos de Minas – FPM. Contato: professor.anaclara@gmail.com.

Recebido em 20/08/2019
Aprovado em 30/10/2019

from 2002 to 2015, obtained through tables published on the website of the Brazilian Institute of Geography and Statistics. The research population consisted of all municipalities of the state of Minas Gerais. Considering the results of the non-normality test obtained, we performed the analysis of variance (ANOVA) in randomized blocks and, later, thetest *Scott-Knott* to compare the average percentages of composition of each gross value added (GVA). presented by the studied municipalities. In a general analysis of the state of Minas Gerais, among the findings, it is highlighted that the gross added values related to services and public administration, defense, health and education and social security constitute the most impacting activities in the composition of GDP, together they come 67.02% of the wealth generated in the state.

Keywords: Gross Domestic Product. GDP composition. Minas Gerais. Mesoregions.

1 INTRODUÇÃO

O Produto Interno Bruto – PIB é o resultado da soma de todos os bens e serviços que foram produzidos dentro de um país durante um determinado período, geralmente um ano, em unidades monetárias (SOARES; CAVALCANTI, 2014). Segundo esses mesmos autores, o PIB configura um importante indicador econômico, criado pelo economista britânico Richard Stone, para possibilitar várias análises e medidas a serem tomadas no que diz respeito à economia.

Na atualidade, no território brasileiro, os cálculos do PIB são realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- IBGE, e essa mensuração anual possibilita às autoridades governamentais a implementação de políticas públicas com o objetivo de promover o crescimento maior da economia brasileira (SOARES; CAVALCANTI, 2014).

Conforme já mencionado, o PIB atualmente é medido através do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, e o cálculo é realizado no período de doze meses, por meio da permissão governamental para que se possa obter resultados mais precisos, para poder então ter uma análise da economia e podendo fazer algo para ajudar alavancar a economia no Brasil. O PIB pode ser calculado por diversas e diferentes visões, podendo então acrescentar valores dos setores da economia que deve ser igual à renda gerada pelas suas despesas gastas (TREMEA, 2011). A metodologia de cálculo do PIB das unidades municipais brasileiras baseia-se na distribuição do valor adicionado das principais atividades econômicas pelos municípios: agropecuária, indústria e serviços (IBGE, 2004).

Com base nesse contexto, chegou-se ao questionamento que permeia este trabalho: Como se apresentou a composição do PIB dos municípios do estado de Minas Gerais, no período de 2002 a 2015?

Buscando responder esta questão, esta pesquisa objetivou realizar uma análise com relação à composição do PIB dos municípios do estado de Minas Gerais, no período de 2002 a

2015. Especificamente, pretendeu-se efetuar um comparativo, com relação à composição do PIB municipal, entre as mesorregiões que compõem o estado de Minas Gerais.

Os números do Produto Interno Bruto – PIB dos municípios, estados e da União são calculados e divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. O PIB é resultado da soma de todas as riquezas produzidas no território, considerando tudo que é produzido, a quantidade de veículos, alimentos, venda de serviços e estoques (PORTAL BRASIL, 2016). O IBGE calcula o valor de todos os bens e serviços, após realizada as deduções dos custos dos insumos, e somente considera no cálculo o valor que foi acrescentado em cada etapa da produção (PORTAL BRASIL, 2016).

Segundo o IBGE (2017), o cálculo do PIB dos municípios baseia-se na distribuição, entre as unidades municipais, do valor adicionado bruto a preços básicos, em valores correntes das atividades econômicas. Esse trabalho é fundamentado na identificação das variáveis que permitem distribuir o valor adicionado bruto das atividades econômicas de cada estado entre os seus respectivos municípios. Na publicação do PIB é apresentada uma série de variáveis: o valor adicionado bruto da Agropecuária, da Indústria e dos Serviços, os impostos, líquidos de subsídios sobre produtos, o PIB e o PIB *per capita*, que, além de estabelecer uma série de relações macroeconômicas, possibilita, estimar, para cada município, perfis setoriais e econômicos (IBGE, 2017).

O estado de Minas Gerais, situa-se na região Sudeste do Brasil, representa o segundo estado mais populoso do Brasil, o maior da região Sudeste, o quarto em extensão territorial e a terceira economia do país (SILVA et al., 2012) e apresenta o terceiro maior PIB com relação aos demais estados (IBGE, 2018). Nesse contexto, justifica-se a opção pela realização da referida pesquisa com foco nos municípios de Minas Gerais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Desde a década de 1960, o Produto Interno Bruto – PIB adquiriu uma popularidade crescente, passando a ser utilizado pela grande maioria das nações para mensurar o comportamento econômico dos Estados, resultando na classificação dos países em desenvolvidos e subdesenvolvidos (CZIMIKOSKI, 2015).

O PIB é a "soma de todos os bens e serviços finais produzidos durante um determinado período de tempo, geralmente um ano, dentro dos limites territoriais de um país" (TREMEA, 2011, p. 2). De acordo com essa mesma autora, o PIB pode ser calculado sob diversas óticas,

levando em consideração o valor adicionado pelos setores envolvidos na atividade econômica, que deve ser igual à renda gerada e obtido pelo dispêndio da sociedade.

O cálculo do PIB é amplamente aceito pelas agências financiadoras internacionais, tais como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional – FMI, como ferramenta de avaliação de desempenho econômico. Esses órgãos adaptam suas políticas com base nesse indicador e, por meio dele, mensuram e comparam o desenvolvimento econômico dos países (CZIMIKOSKI, 2015).

De acordo com Ribeiro et al. (2010) a análise da variação do PIB apresenta o desempenho econômico do país, visto que esse indicador engloba a dinâmica de todos os setores da economia e toda renda por eles gerada. O crescimento de uma economia é impactado por inúmeras variáveis que devem ser observadas e interpretadas criteriosamente com a finalidade de se conseguir determinar quais delas são realmente responsáveis pela variação dos indicadores. Mas, para uma análise de qualidade de um determinado indicador é necessário procurar conhecer os acontecimentos que influenciaram sua variação ou que provocaram profundas alterações, como crises econômicas, guerras e desastres ambientais, além de ser importante atentar ao cenário e aos agentes econômicos envolvidos no processo, para que a realização das escolhas seja bem definida (RIBEIRO et al., 2010).

O PIB é calculado tanto em nível nacional, regional, estadual e municipal, configurando como principal instrumento usado pelos governos para a verificação do crescimento, estagnação ou exaustão das economias e ainda para o planejamento de suas políticas e táticas de desenvolvimento (CZIMIKOSKI, 2015).

As estimativas do PIB dos municípios são desenvolvidas no Brasil desde o ano 2000, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, as Secretarias Estaduais de Governo e a Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA, obedecendo a uma metodologia uniforme para todos as Unidades da Federação (estados) e de maneira integrada, conceitualmente, aos procedimentos adotados no Sistema de Contas Regionais, de acordo com o Manual *System of National Accounts 2008* (SNA-2008). Possibilita então que os resultados sejam coerentes e comparáveis entre si com os resultados nacional e regionais (IBGE, 2017).

Segundo o IBGE (2017), o cálculo do PIB dos municípios brasileiros baseia-se na distribuição do valor adicionado bruto a preços básicos, entre os municípios, em valores correntes das atividades econômicas, obtido pelo Sistema de Contas Regionais do Brasil.

A metodologia de cálculo do PIB dos municípios é baseada na distribuição pelos municípios do valor adicionado – VA das atividades econômicas das Contas Regionais do Brasil, sob a orientação da Coordenação de Contas Nacionais (IBGE, 2004). A partir desse

procedimento, o VA das atividades econômicas é estimado – Agropecuária, Indústria e Serviços, o *dummy* financeiro, os impostos e o PIB, mensurado a preço corrente por município.

Segundo o IBGE (2004), a metodologia do projeto das Contas Regionais do Brasil escolheu o ano de 1985 como referência para a implantação da série corrente das Contas Regionais, devido à disponibilidade dos Centros Econômicos para esse ano. Para a concepção da série a preços correntes e constantes do ano anterior, são utilizados os valores correntes e/ou os indicadores físicos e de preços de produtos que sofreram transformação, em índices de volume e de preços, para as operações de produção, consumo intermediário e de valor adicionado para cada uma das quinze atividades econômicas: agropecuária; indústria extrativa mineral; indústria de transformação; construção civil; serviços industriais de utilidade pública; comércio; transportes; serviço de alojamento e alimentação; comunicações; serviços financeiros; administração pública; aluguel e serviços prestados às empresas; educação e saúde; outros serviços e serviços domésticos (IBGE, 2004).

Mais especificamente, o PIB é o resultado da soma de todas as riquezas produzidas no território, calculando-se a quantidade de veículos, alimentos, venda de serviços, estoques e tudo que for produzido em determinado período. O IBGE calcula o valor desses bens e serviços após deduzidos os custos dos insumos. Pelo lado produtivo, são registrados os montantes da agropecuária, da indústria, dos serviços e dos impostos sobre os produtos e pela ótica da despesa, são levados em consideração o consumo das famílias, do governo, os investimentos, as exportações e importações. Por fim, são contabilizados também as remunerações, como salários, juros, aluguéis e distribuição de lucros (PORTAL BRASIL, 2016).

Para a apresentação do PIB, o IBGE (2017) detém metodologia própria, na qual são detalhadas as atividades que impactam na geração de riqueza do território. São elas: agropecuária; indústrias (extrativa e de transformação, construção, produção e distribuição de eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana); serviços (comércio, transporte, armazenagem e correio, serviços de informação, intermediação financeira, seguros e previdência complementar, atividades imobiliárias); administração pública, saúde e educação públicas e seguridade social e outros serviços. Apesar do impacto reduzido, os impostos sobre produtos também fazem parte do Produto Interno Bruto final. As atividades relacionadas à administração pública, defesa, saúde e educação públicas e seguridade social abrangem as atividades que são funções pertinentes à atuação do Estado, ou seja, fenômenos essencialmente não-mercantis exercidos por órgãos públicos das três esferas governamentais (IBGE, 2006).

Com relação à agropecuária no território brasileiro, Ferreira Júnior, Baptista e Lima (2004) ressaltam que as modificações ocorridas no setor agropecuário têm evidenciado, nas

últimas décadas, a relação existente entre a modernização agropecuária e a tecnologia inserida no setor. O processo de modernização está relacionado a uma produtividade apoiada no uso combinado e intensivo de insumos modernos, fertilizantes químicos e corretivos e controle de pragas e doenças, conjugação essa que resulta em uma alta produtividade de trabalho e terra (FIGUEIREDO, 1996; KAGEYAMA; LEONE, 2002 apud FERREIRA JÚNIOR; BAPTISTA; LIMA, 2004).

Ao lado das atividades agropecuárias, as indústrias também colaboram com a formação de riquezas nacionais. No entanto, a partir de meados da década de 1980, a economia brasileira vem exibindo uma queda sistemática da participação da indústria na formação do PIB, o que de forma idêntica tem chamado a atenção de diversos pesquisadores (COMIN, 2009; SILVA, 2012 apud PEREIRA, CAIO, 2017).

3 METODOLOGIA

Segundo a metodologia de classificação de pesquisas, este estudo classifica-se como exploratório e descritivo, do ponto de vista dos objetivos propostos (GIL, 2002). Sob a ótica dos procedimentos técnicos a serem utilizados, esta investigação configura-se em uma pesquisa bibliográfica, pois sua base teórica será construída com base em artigos científicos, publicações em periódicos, dissertações, teses e livros.

Para tornar o estudo mais robusto, foram coletados os dados referentes às publicações do PIB, dos municípios de Minas Gerais, no período de 2002 a 2015, classificando esta pesquisa também como documental, conforme preceitua Gil (2002). Esses dados foram obtidos por meio de tabelas divulgadas no sítio eletrônico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. A população da pesquisa foi constituída por todos os municípios do estado de Minas Gerais.

O resultado anual do PIB de cada município foi dividido nas seguintes variáveis percentuais, conforme apresentado no Quadro 01:

Quadro 01. Construção das variáveis relacionadas ao Produto Interno Bruto

Variável percentual	Fórmula para construção da variável
VAB_Agrop	$\frac{VABAgropecuária}{PIB}$
VAB_Ind	$\frac{VABIndústria}{PIB}$
VAB_Serv	$\frac{VABServiços}{PIB}$

VAB_Adm	$\frac{VABAdministração}{PIB}$
VAB_Imp	$\frac{VABImpostos}{PIB}$

Onde:
VAB Agropecuária = Valor adicionado bruto da Agropecuária, a preços correntes (R$1000);
VAB Indústria = Valor adicionado bruto da Indústria, a preços correntes (R$1000);
VAB Serviços = Valor adicionado bruto dos Serviços – exclusive Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social, a preços correntes (R$1000);
VAB Administração = Valor adicionado bruto da Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social, a preços correntes (R$1000);
VAB Impostos = Impostos, líquidos de subsídios, a preços correntes (R$1000);
PIB = Produto Interno Bruto, a preços correntes (R$1000);

Fonte: Autoria própria (2018).

Optou-se pelas variáveis percentuais para que o efeito inflacionário no tempo não interferisse nas análises.

Em um segundo momento, foram considerados também os agrupamentos que esses municípios sofrem, em mesorregiões.

Primeiramente foi realizado um teste de normalidade nas variáveis construídas, por meio do teste de *Kolmogorov-Smirnov*, com o auxílio do software estatístico *IBM SPSS Statistics® 22* conforme Tabela 01:

Tabela 01: Resultados do teste de *Kolmogorov-Smirnov* das variáveis em estudo

Variável	Estatística	df	Valor-P
VAB_Agrop	0,070	11 942	0,000
VAB_Ind	0,227	11 942	0,000
VAB_Serv	0,081	11 942	0,000
VAB_Adm	0,051	11 942	0,000
VAB_Imp	0,138	11 942	0,000

Fonte: Autoria própria com base na saída IBM SPSS Statistics (2018).

Analisando os resultados apresentados pela realização do teste de *Kolmogorov-Smirnov* com relação aos valores-P (0,000) fica evidenciado que a distribuição dos dados não apresenta normalidade, a um nível de confiança de 95%. Considerando os resultados do teste de normalidade obtido, realizou-se o teste de Análise de Variância (ANOVA) em blocos casualizados e, posteriormente, o teste de *Scott-Knott* para comparar os percentuais médios de composição de cada valor adicionado bruto (VAB) apresentados pelos municípios estudados, por meio do software estatístico SISVAR® versão 5.6.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

O Produto Interno Bruto – PIB é conceituado pelo IBGE (2017) como sendo a totalização dos bens e serviços produzidos pelas unidades produtores residentes, destinados ao consumo final. O PIB equivale à soma dos valores adicionados pelas diversas atividades econômicas, aumentada de impostos sobre os produtos e líquidos dos subsídios aplicados (IBGE, 2017). Nesse sentido, o PIB configura uma importante ferramenta de análise econômica.

Para a consecução desta pesquisa, foram coletados os dados relativos ao PIB dos municípios do estado de Minas disponíveis no sítio eletrônico do IBGE, período de 2002 a 2015. Foram construídas cinco variáveis, de acordo com o Quadro 01, com o objetivo de se verificar a influência de cada um dos valores adicionados brutos na construção do PIB.

Realizou-se, primeiramente, uma análise descritiva dos dados completos que compõem as variáveis construídas, desconsiderando subdivisões como ano, cidade e mesorregião, conforme Tabela 02:

Tabela 02. Principais descritivos das variáveis em estudo

Estimador	VAB_Agrop	VAB_Ind	VAB_Serv	VAB_Adm	VAB_Imp
Nº de dados	11 942	11 942	11 942	11 942	11 942
Média	0,19	0,13	0,33	0,33	0,06
Mediana	0,17	0,07	0,31	0,33	0,05
Mínimo	0,00	0,00	0,03	0,02	0,00
Máximo	0,91	0,93	0,91	0,72	0,81
Desvio Padrão	0,12	0,15	0,11	0,14	0,04

Fonte: Adaptado da saída IBM SPSS Statistics (2018).

Com relação aos resultados apresentados na Tabela 02, é possível inferir que, em uma análise global, desconsiderando variáveis como ano e mesorregiões, com relação às médias calculadas, os valores adicionados brutos percentuais referentes serviços e administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social representam os maiores índices (33% para ambos); seguidos pelos valores adicionados da agropecuária (19%), indústria (13%) e impostos (6%). As medianas são estimadores que muito se aproximam das médias, exceto para o valor adicionado da indústria (7%). Os mínimos apresentados chegam à nulidade, enquanto os máximos encontrados chegam a ultrapassar 90% de representatividade. Com relação à variabilidade dos dados, o valor adicionado bruto da indústria carrega os dados com maior variabilidade (15%), enquanto os impostos representam os dados mais homogêneos (4%).

Para averiguar a influência do tempo na geração das riquezas do estado de Minas Gerais, a Tabela 03 apresenta as médias de cada variável por ano:

Tabela 03. Médias das variáveis por ano (2002 a 2015)

Ano/Média	VAB_Agrop	VAB_Ind	VAB_Serv	VAB_Adm	VAB_Imp
2002	0,18	0,12	0,33	0,35	0,06
2003	0,20	0,12	0,33	0,33	0,06
2004	0,22	0,13	0,32	0,31	0,06
2005	0,20	0,13	0,33	0,32	0,07
2006	0,19	0,13	0,34	0,32	0,06
2007	0,19	0,13	0,32	0,34	0,06
2008	0,19	0,13	0,32	0,34	0,06
2009	0,18	0,13	0,33	0,34	0,05
2010	0,17	0,15	0,33	0,33	0,06
2011	0,19	0,15	0,32	0,32	0,05
2012	0,18	0,14	0,33	0,32	0,05
2013	0,18	0,14	0,34	0,32	0,05
2014	0,17	0,14	0,35	0,35	0,05
2015	0,16	0,13	0,35	0,34	0,05

Fonte: Adaptado da saída IBM SPSS Statistics (2018).

A Tabela 03 mostra que, apesar das médias percentuais de representatividade de cada tipo de valor adicionado bruto permanecerem quase imutáveis no decorrer do tempo (2002-2015), percebe-se uma leve queda quanto ao valor adicionado bruto da agropecuária, em compensação a um pequeno aumento no valor adicionado bruto dos serviços, o que poderia demonstrar um aumento das atividades do terceiro setor em detrimento de uma redução da atividade agropecuária no estado de Minas Gerais.

A Tabela 04 reúne os principais achados estatísticos quanto à Análise de Variância da variável VAB_Agrop:

Tabela 04. Análise de variância da variável VAB_Agrop dos municípios que compõem as mesorregiões do estado de Minas Gerais (2002 a 2015).

Fator de Variação	Graus de Liberdade	Soma dos Quadrados	Quadrados Médios	Fcalculado	Valor-P
MESORREGIÃO	11	2,552267	0,232024	20,095	0,0000
Erro	841	9,710641	0,011547		
Total corrigido	852	12,262908			
Coeficiente de Variação:		56,46 %			
Média Geral:		0,1903283	Número de observações: 853		

Fonte: Autoria própria (2018).

A Tabela 04 detalha os resultados do teste de Análise de Variância referente à variável VAB_Agrop, a qual apresenta diferenças quanto às estimativas de médias dos municípios, considerando o fator de variação mesorregião, a um nível de confiança de 95%. Verifica-se

também, por meio do coeficiente de variação (56,46%) que os dados apresentam uma variação mediana. A média geral dessa variável é de 19%.

Nesse sentido, a Tabela 05 lista as mesorregiões de acordo o teste de *Scott-Knott*:

Tabela 05. Resultado do teste de *Scott-Knott* sobre as estimativas de médias dos percentuais de valor agregado bruto com relação às atividades agropecuárias (VAB_Agrop) dos municípios do estado de Minas Gerais por mesorregião (2002 a 2015).

Fator de Variação (MESORREGIÃO)	Médias (VAB_Agrop)	Fator de Variação (MESORREGIÃO)	Médias (VAB_Agrop)
Metropolitana de BH	0,11 a	Norte de Minas	0,19 b
Jequitinhonha	0,13 a	Oeste de Minas	0,20 b
Vale do Rio Doce	0,16 b	Sul/Sudoeste de Minas	0,20 b
Campo das Vertentes	0,17 b	Central Mineira	0,25 c
Zona da Mata	0,17 b	Triângulo/Alto Paranaíba	0,31 d
Vale do Mucuri	0,17 b	Noroeste de Minas	0,35 d

*Estimativas de médias seguidas de mesma letra não diferem estatisticamente por meio do teste de *Scott-Knott* ao nível nominal de significância de 0,05.
Fonte: Autoria própria (2018).

Com relação à análise das estimativas de médias dos percentuais de valor agregado bruto com relação às atividades agropecuárias dos municípios mineiros, fica evidente que as mesorregiões Metropolitana de BH e Jequitinhonha apresentam as menores participações dessas atividades (11% e 13%, respectivamente). As mesorregiões Vale do Rio Doce, Campo das Vertentes, Zona da Mata, Vale do Mucuri, Norte de Minas, Oeste de Minas e Sul/Sudoeste de Minas representam um grupo mais homogêneo, com estimativas de médias estatisticamente semelhantes (16%; 17%; 17%; 17%; 19%; 20% e 20%, respectivamente). A mesorregião Central Mineira configura um grupo de municípios com estimativas de médias estatisticamente diferentes dos demais grupos (25%), superior às mesorregiões anteriormente citadas e inferior ao grupo representativo das maiores médias: Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba (31%) e Noroeste de Minas (35%). Percebe-se, portanto, que as mesorregiões Central Mineira, Triângulo/Alto Paranaíba e Noroeste de Minas são compostas pelos municípios cuja atividade agropecuária é mais impactante na composição do PIB do estado.

Ferreira Júnior, Baptista e Lima (2004) reforçam que a agropecuária no estado de Minas Gerais é marcada por sua importância estratégica no Centro-Sul brasileiro e pela diversificação dos programas de desenvolvimento agropecuário implantados às macrorregiões de planejamento deste estado, e que, devido à natureza articulada dos instrumentos de modernização, alguns desses programas serviram como modelo de ação para outros estados.

Seguidamente, realizou-se o Teste de Variância da variável VAB_Ind, conforme Tabela 06:

Tabela 06. Análise de variância da variável VAB_Ind dos municípios que compõem as mesorregiões do estado de Minas Gerais (2002 a 2015).

Fator de Variação	Graus de Liberdade	Soma dos Quadrados	Quadrados Médios	Fcalculado	Valor-P
MESORREGIÃO	11	2,283570	0,207597	11,064	0,0000
Erro	841	15,780000	0,018763		
Total corrigido	852	18.063571			
Coeficiente de Variação:		98,28 %			
Média Geral:		0,1393787	Número de observações: 853		

Fonte: Autoria própria (2018).

De acordo com os achados do mesmo teste realizado com a variável VAB_Agrop, os dados que contemplam a variável VAB_Ind também apresentam diferenças estatísticas quanto às estimativas de médias, a um nível de confiança de 95%. Os dados que compõem esse estudo apresentam alta variabilidade (98,28%) e a média geral é de 13%.

Nesse caso, o desdobramento do fator de variação mesorregião resultou nos achados apresentados na Tabela 07:

Tabela 07. Resultado do teste de *Scott-Knott* sobre as estimativas de médias dos percentuais de valor agregado bruto com relação às atividades industriais (VAB_Ind) dos municípios do estado de Minas Gerais por mesorregião (2002 a 2015).

Fator de Variação (MESORREGIÃO)	Médias (VAB_Ind)	Fator de Variação (MESORREGIÃO)	Médias (VAB_Ind)
Vale do Mucuri	0,07 a	Noroeste de Minas	0,12 a
Jequitinhonha	0,07 a	Sul/Sudoeste de Minas	0,14 a
Norte de Minas	0,07 a	Campo das Vertentes	0,17 b
Vale do Rio Doce	0,10 a	Oeste de Minas	0,19 b
Central Mineira	0,11 a	Triângulo/Alto Paranaíba	0,20 b
Zona da Mata	0,11 a	Metropolitana de BH	0,23 b

*Estimativas de médias seguidas de mesma letra não diferem estatisticamente por meio do teste de *Scott-Knott* ao nível nominal de significância de 0,05.
Fonte: Autoria própria (2018).

Realizado o teste de *Scott-Knott* com o intuito de se conhecer o comportamento da variável VAB_Ind entre as mesorregiões mineiras, conforme Tabela 07, é possível inferir que as mesorregiões podem ser subdivididas em dois grupos: o primeiro com médias inferiores estatisticamente iguais – Vale do Mucuri (7%); Jequitinhonha (7%); Norte de Minas (7%); Vale do Rio Doce (10%); Central Mineira (11%); Zona da Mata (11%); Noroeste de Minas (12%) e Sul/Sudoeste de Minas (14%); o segundo agrupamento é composto pelos municípios das mesorregiões que informam maiores índices de participação da atividade industrial do estado,

com estimativas de médias estatisticamente iguais – Campo das Vertentes (17%); Oeste de Minas (19%); Triângulo/Alto Paranaíba (20%) e Metropolitana de BH (23%).

Segundo Pereira e Cario (2017), desde a década de 1980, o Brasil vem passando por uma queda na participação das atividades industriais no PIB, resultado de um movimento similar internacional iniciado nos anos 1970. Desde o início da década de 1990, vem ocorrendo um debate sobre esse processo de desindustrialização brasileira, confirmando ao longo dos anos perspectivas bem definidas, contudo um pouco exploradas, com relação às causas e estratégias a serem adotadas para modificar essa trajetória de perda de participação da indústria na geração de riqueza nacional, ou seja, em relação ao emprego total e ao PIB (PEREIRA; CARIO, 2017).

A Tabela 08 representa os resultados do teste de Análise de Variância da variável VAB_Serv:

Tabela 08. Análise de variância da variável VAB_Serv dos municípios que compõem as mesorregiões do estado de Minas Gerais (2002 a 2015).

Fator de Variação	Graus de Liberdade	Soma dos Quadrados	Quadrados Médios	Fcalculado	Valor-P
MESORREGIÃO	11	0,882896	0,080263	7,733	0,0000
Erro	841	8,729508	0,010380		
Total corrigido	852	9,612404			
Coeficiente de Variação:		30,27 %			
Média Geral:		0,3365768	Número de observações: 853		

Fonte: Autoria própria (2018).

A primeira percepção que se tem é que a variável VAB_Serv tem alta representatividade na composição do PIB mineiro (33,65%). A variável VAB_Serv também apresenta diferenças estatísticas entre as estimativas de médias, de acordo com o fator de variação mesorregião, a um nível de confiança de 95%. Tratam-se de dados com uma variabilidade reduzida (30,27%), ou seja, são dados mais homogêneos.

Devido às diferenças apontadas pelo Teste de Variância (Tabela 08), realizou-se o teste de *Scott-Knott* para agrupamento das mesorregiões semelhantes, de acordo com a variável apontada, conforme Tabela 09:

Tabela 09. Resultado do teste de *Scott-Knott* sobre as estimativas de médias dos percentuais de valor agregado bruto com relação às atividades de serviços (VAB_Serv) dos municípios do estado de Minas Gerais por mesorregião (2002 a 2015).

Fator de Variação (MESORREGIÃO)	Médias (VAB_Serv)	Fator de Variação (MESORREGIÃO)	Médias (VAB_Serv)
Norte de Minas	0,27 a	Central Mineira	0,33 b
Vale do Mucuri	0,29 a	Zona da Mata	0,34 b
Noroeste de Minas	0,30 a	Campo das Vertentes	0,34 b

Triângulo/Alto Paranaíba	0,31 a	Metropolitana de BH	0,35 b
Jequitinhonha	0,31 a	Oeste de Minas	0,36 b
Vale do Rio Doce	0,32 a	Sul/Sudoeste de Minas	0,38 b

*Estimativas de médias seguidas de mesma letra não diferem estatisticamente por meio do teste de *Scott-Knott* ao nível nominal de significância de 0,05.
Fonte: Autoria própria (2018).

A Tabela 09, responsável por apresentar os resultados auferidos após a realização do teste de *Scott-Knott*, reúne as mesorregiões em dois grupos, conforme as estimativas de médias apresentadas: o primeiro agrupamento é composto pelas mesorregiões com médias inferiores e estatisticamente iguais entre si – Norte de Minas (27%); Vale do Mucuri (29%); Noroeste de Minas (30%); Triângulo/Alto Paranaíba (31%); Jequitinhonha (31%) e Vale do Rio Doce (32%); o grupo seguinte é representado por estimativas de médias estatisticamente semelhantes, mas estatisticamente diferentes com relação ao primeiro agrupamento, e constituído pelas seguintes mesorregiões – Central Mineira (33%); Zona da Mata (34%); Campo das Vertentes (34%); Metropolitana de BH (35%); Oeste de Minas (36%) e Sul/Sudoeste de Minas (38%).

De acordo com Velasco e Melo (2017), o setor de serviços representa cerca de 70% do Produto Interno Bruto e apresentou um crescimento de 0,6% no primeiro trimestre de 2017. De acordo com essas mesmas autoras, são consideradas como atividades de serviços: transporte, comércio, limpeza, alimentação, telemarketing, hospedagem e beleza. O setor de serviços é o primeiro a sentir consequências de períodos de crise, pois com a queda na taxa de emprego e da atividade econômica, a demanda interna tende a cair; e também é o último setor a se recuperar por (VELASCO; MELO, 2017).

A variável VAB_Adm, referente ao valor adicionado bruto de administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social também apresenta diferenças estatísticas quanto as estimativas de médias dos dados que a compõem, conforme Tabela 10 a seguir, a um nível de confiança de 95%:

Tabela 10. Análise de variância da variável VAB_Adm dos municípios que compõem as mesorregiões do estado de Minas Gerais (2002 a 2015).

Fator de Variação	Graus de Liberdade	Soma dos Quadrados	Quadrados Médios	Fcalculado	Valor-P
MESORREGIÃO	11	6,660617	0,605511	53,733	0,0000
Erro	841	9,477077	0,011269		
Total corrigido	852	16,137694			
Coeficiente de Variação:		31,81 %			
Média Geral:		0,3337046	Número de observações: 853		

Fonte: Autoria própria (2018).

Verifica-se também, por meio da Tabela 10, que a variável VAB_Adm apresenta uma média geral considerável (33,37%), próxima ao resultado apresentado pela variável VAB_Serv, mostrando que se trata de um tipo de atividade importante à composição do PIB. Os dados apresentam uma variabilidade mediana (31,81%).

Em seguida, realizou-se o teste de *Scott-Knott* para essa variável com o intuito de comparar as mesorregiões, conforme Tabela 11:

Tabela 11. Resultado do teste de *Scott-Knott* sobre as estimativas de médias dos percentuais de valor agregado bruto com relação às atividades de administração, defesa, saúde e educação públicas e seguridade social (VAB_Adm) dos municípios do estado de Minas Gerais por mesorregião (2002 a 2015).

Fator de Variação (MESORREGIÃO)	Médias (VAB_Adm)	Fator de Variação (MESORREGIÃO)	Médias (VAB_Adm)
Triângulo/Alto Paranaíba	0,17 a	Campo das Vertentes	0,30 c
Noroeste de Minas	0,21 b	Zona da Mata	0,36 d
Oeste de Minas	0,23 b	Vale do Rio Doce	0,41 e
Sul/Sudoeste de Minas	0,26 c	Vale do Mucuri	0,45 f
Central Mineira	0,29 c	Norte de Minas	0,45 f
Metropolitana de BH	0,29 c	Jequitinhonha	0,47 f

*Estimativas de médias seguidas de mesma letra não diferem estatisticamente por meio do teste de *Scott-Knott* ao nível nominal de significância de 0,05.
Fonte: Autoria própria (2018).

Com relação às atividades de administração, defesa, saúde e educação públicas e seguridade social, as estimativas de médias apresentadas são mais heterogêneas, apresentando a formação de seis grupos de mesorregiões estatisticamente diferentes. A mesorregião Triângulo/Alto Paranaíba compõe um grupo único, com estimativa de média inferior (17%), sendo a mesorregião com menor impacto dessas atividades no seu PIB. As mesorregiões Noroeste de Minas e Oeste de Minas vêm a seguir com estimativas de médias 21% e 23%, estatisticamente semelhantes. O maior grupo é composto pelas mesorregiões Sul/Sudoeste de Minas (26%), Central Mineira (29%), Metropolitana de BH (29%) e Campo das Vertentes (30%). A mesorregião da Zona da Mata figura em quarto lugar com uma estimativa de média de 36% e a mesorregião da Vale do Rio Doce em quinto lugar, com uma estimativa de média de 41%, estatisticamente diferentes entre si. O sexto agrupamento é composto pelas mesorregiões representativas de maiores estimativas de médias quanto à variável analisada: Vale do Mucuri (45%), Norte de Minas (45%) e Jequitinhonha (47%).

Nesse contexto, os municípios que compõem essas três mesorregiões apresentam alto impacto percentual na formação do PIB com relação à administração, defesa, saúde e educação

públicas e seguridade social, o que poderia ser explicado pelo pouco desenvolvimento econômico apresentado nessas regiões.

De acordo com a Agência de Notícias do IBGE (2017), em análise dos resultados obtidos pelo PIB de 2015, com relação ao setor de serviços, somente a atividade administração, defesa, saúde e educação públicas e seguridade social cresceu 0,2%.

Por fim, a variável VAB_Imp, referente impacto dos impostos sobre os produtos, também passou pela Análise de Variância, mostrando diferenças estatísticas quanto ao fator de variação mesorregião, ao nível de confiança de 95%, conforme Tabela 12:

Tabela 12. Análise de variância da variável VAB_Imp dos municípios que compõem as mesorregiões do estado de Minas Gerais (2002 a 2015).

Fator de Variação	Graus de Liberdade	Soma dos Quadrados	Quadrados Médios	Fcalculado	Valor-P
MESORREGIÃO	11	0,147825	0,013439	10,599	0,0000
Erro	841	1,066355	0,001268		
Total corrigido	852	1,214180			
Coeficiente de Variação:	56,93 %				
Média Geral:	0,0625440		Número de observações: 853		

Fonte: Autoria própria (2018).

Verifica-se também, por meio da Tabela 12, que os dados que acompanham a variável em estudo apresentam certa variabilidade (56,93%). Considerando as estimativas de médias estatisticamente diversas, aplicou-se o teste de *Scott-Knott* com o intuito de verificar os agrupamentos de mesorregiões com estimativas de médias semelhantes, conforme Tabela 13:

Tabela 13. Resultado do teste de *Scott-Knott* sobre as estimativas de médias dos percentuais de valor agregado bruto com relação à arrecadação de impostos (VAB_Imp) dos municípios do estado de Minas Gerais por mesorregião (2002 a 2015).

Fator de Variação (MESORREGIÃO)	Médias (VAB_Imp)	Fator de Variação (MESORREGIÃO)	Médias (VAB_Imp)
Jequitinhonha	0,04 a	Zona da Mata	0,05 b
Vale do Mucuri	0,04 a	Triângulo/Alto Paranaíba	0,06 c
Vale do Rio Doce	0,04 a	Campo das Vertentes	0,06 c
Norte de Minas	0,04 a	Sul/Sudoeste de Minas	0,07 c
Noroeste de Minas	0,05 b	Metropolitana de BH	0,08 d
Central Mineira	0,05 b	Oeste de Minas	0,08 d

*Estimativas de médias seguidas de mesma letra não diferem estatisticamente por meio do teste de *Scott-Knott* ao nível nominal de significância de 0,05.
Fonte: Autoria própria (2018).

Infere-se, por meio da Tabela 13, que apesar de serem bem próximas as estimativas de médias referentes aos impostos sobre produtos, as mesorregiões foram agrupadas em quatro grupos: as mesorregiões Jequitinhonha, Vale do Mucuri, Vale do Rio Doce e Norte de Minas

(ambos com 4%) compõem o primeiro agrupamento; Noroeste de Minas, Central Mineira e Zona da Mata contemplam o segundo grupo, ambos com estimativa de média percentual de 5%. O Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba (6%), Campo das Vertentes (6%) e Sul/Sudoeste de Minas (7%) apresentam estimativas de médias estatisticamente semelhantes, quanto a região Metropolitana de Belo Horizonte e Oeste de Minas apresentam as maiores estimativas de médias (8%). Apesar de serem grupos estatisticamente diferentes, percebe-se que a arrecadação de impostos sobre produtos apresenta percentuais bem próximos e de impacto reduzido (menores de 10%).

Em uma análise do PIB nacional, o IBGE (2017) ressaltou que, no ano de 2015, a participação dos impostos líquidos de subsídios sobre a produção e a importação permaneceram estáveis, de 14,9% em 2014 para 15% no referido ano.

Em suma, percebe-se, em uma análise geral do estado de Minas Gerais, que os valores adicionados brutos referentes aos serviços e à administração, defesa, saúde e educação públicas e seguridade social configuram as atividades mais impactantes na composição do PIB, juntas chegam a 67,02%. O valor adicionado bruto referente à agropecuária (19,03%) é bem significante, considerando o desenvolvimento agrícola e pecuário do estado. Por fim, o valor adicionado bruto das atividades industriais (13,93%) mostra com significância mediana, enquanto as atividades de impostos sobre produtos apresentam as menores estimativas de médias (6%).

Há de se ressaltar o quão diversificado é o estado de Minas, contemplando mais de oitocentos municípios, espalhados por regiões que apresentam características naturais, sociais e econômicas bem específicas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Produto Interno Bruto (PIB) é um índice calculado pelo o IBGE, por meio da análise econômica de vários indicadores. O PIB pode ser definido como a somatória de todos os bens e serviços finais produzidos durante um determinado período de tempo, geralmente um ano, dentro dos limites territoriais de um país. Esse indicador é de extrema importância às empresas, com relação à possibilidade de investimentos no mercado, bem como aos governantes que conhecem as fontes geradoras de riqueza de seus territórios.

O PIB leva em consideração a movimentação econômica (geração de riquezas) de várias atividades, tais como: agropecuária, indústria, serviços, administração, defesa, saúde e

educação públicas e seguridade social e impostos líquidos de subsídios sobre a produção e a importação.

Minas Gerais é um estado que contempla um grande número de municípios e um território extenso, o que de certa forma explica a grande variedade de atividades econômicas que o mesmo contempla. Com relação à agropecuária, foi possível verificar que as mesorregiões do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba e Noroeste de Minas destacam-se por apresentarem os maiores índices de participação desse tipo de atividade no PIB, no período analisado. Trata-se de regiões com solo fértil, relevos propícios e tradição agropecuária tecnológica.

Com relação às atividades industriais, as mesorregiões do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba e Metropolitana de Belo Horizonte destacam-se pelas maiores estimativas de médias de participação no PIB. São regiões que incentivam a implantação de setores industriais, com incentivo de subsídios e disponibilização de mão de obra capacitada. As atividades de serviços e administração, defesa, saúde e educação públicas e seguridade social estão bem distribuídas por todo o estado de Minas Gerais, com uma representação percentual de cerca de 62% do PIB. Por fim, o impacto das estimativas dos percentuais de impostos líquidos de subsídios sobre a produção e a importação mostra distribuição quase homogênea e bem distribuída pelo território do estado.

Sugere-se, para pesquisas futuras, um estudo mais aprofundado das atividades mais marcantes em cada mesorregião do estado de Minas, devido sua importância econômica para o país, buscando verificar características locais que possibilitam o desenvolvimento de cada uma das fontes de geração de riqueza.

REFERÊNCIAS

CZIMIKOSKI, F. **O PIB reflete o crescimento e o desenvolvimento econômico?** Monografia (Bacharelado em Ciências Econômicas) – Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2015.

FERREIRA JÚNIOR, S.; BAPTISTA, A. J. M. S.; LIMA, J. E. A Modernização Agropecuária nas Microrregiões do Estado de Minas. **RER,** v. 42, n. 01, p. 73-89, 2004.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. AGÊNCIA IBGE. **PIB cai 3,5% em 2015 e registra R$6 trilhões.** 2017. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-

noticias/releases/17902-pib-cai-3-5-em-2015-e-registra-r-6-trilhoes. Acesso em: 04 nov. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Contas Regionais do Brasil.** Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/pesquisa/10060/60147?tipo=ranking. Acesso em: 08 jun. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Coordenação de Contas Nacionais. **Produto Interno Bruto dos Municípios.** Rio de Janeiro: IBGE, 2004. Série Relatórios Metodológicos, v. 29.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Coordenação de Contas Nacionais. **Produto Interno dos Municípios:** 2010-2015. Rio de Janeiro: IBGE, 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Comissão Nacional de Classificação – CONCLA. **Introdução à Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE Versão 2.0 – Subclasses para uso da administração pública.** 2006. Disponível em: https://concla.ibge.gov.br/images/concla/documentacao/CNAE20_Subclasses_Introducao.pdf. Acesso em: 04 nov. 2018.

PEREIRA, W. M.; CARIO, S. A. F. Indústria, desenvolvimento econômico e desindustrialização: sistematizando o debate no Brasil. **Revista Economia e Desenvolvimento,** v. 29, n.1, p. 587-609, 2017.

PORTAL BRASIL. **Entenda como é medido o Produto Interno Bruto (PIB).** 2016. Disponível em: http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2016/06/entenda-como-e-medido-o-produto-interno-bruto-pib. Acesso em: 08 jun. 2018.

RIBEIRO, F. C. S.; TELEGINSKI, J.; SOUSA, J. H.; GUGELMIN, R. M. A evolução do Produto Interno Bruto brasileiro entre 1993 e 2009. **Vitrine da Conjuntura,** v. 3, n. 5, 2010.

SILVA, A. A. P. et al. Eficiência na alocação de recursos públicos destinados à educação, saúde e habitação em municípios mineiros. **Contabilidade, Gestão e Governança,** v. 15, n. 1, p. 96-114, 2012.

SOARES, C. F. Z.; CAVALCANTI, P. C. F. S. O PIB e seus determinantes: uma análise econométrica para o Brasil. In.: SEMANA DO ECONOMISTA DA UNIMONTES, 2014.

TREMEA, N. J. C. As exptbortações e o Produto Interno Bruto do Brasil no período de 2000 a 2009. **Revista ADMpg Gestão Estratégica,** v. 4, n. 1, 2011.

VELASCO, C; MELO, L. Setor de serviços volta a crescer e ajuda na recuperação da economia. 2017. Disponível em: https://g1.globo.com/economia/noticia/setor-de-servicos-volta-a-crescer-e-ajuda-na-recuperacao-da-economia.ghtml. Acesso em: 04 nov. 2018.

ALTUS CIÊNCIA
REVISTA ACADÊMICA MULTIDISCIPLINAR DA FACULDADE CIDADE DE JOÃO PINHEIRO

ESTUDO SOBRE O NÍVEL DE ENDIVIDAMENTO DOS ESTADOS BRASILEIROS

Sidney Assis do Amaral Filho[1]
Cleyde Cristina Rodrigues[2]
Ana Clara Fonseca do Amaral[3]

Resumo: A Lei Complementar nº 101/2000, conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal, é considerada de extrema relevância na administração dos serviços públicos e uma ferramenta gerencial eficiente para se obter resultados, controlar e consolidar alguns dos seus objetivos de responsabilidade no regime fiscal. Uma de suas imposições refere-se à limitação dos gastos com pessoal e endividamento público. Com base nessa legislação, o objetivo geral desta pesquisa foi verificar qual o nível de endividamento dos estados brasileiros, no período de 2006 a 2017. Considerando os resultados do teste de não normalidade obtido, realizou-se o teste de Análise de Variância (ANOVA) em blocos casualizações e, posteriormente, o teste de *Scott-Knott* para comparar as estimativas de médias dos índices de endividamento apresentados pelos estados. Dentre os achados, destacam-se as regiões Sudeste e Sul como representantes de maiores estimativas de médias de endividamento, com destaque aos estados do Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Rio de Janeiro como os estados com maiores estimativas de médias com relação ao endividamento fiscal.

Palavras-chave: Endividamento. Lei Complementar n. 101/2001. Lei de Responsabilidade Fiscal. Estados brasileiros.

Abstract: Complementary Law No. 101/2000, known as the Fiscal Responsibility Law, is considered of extreme relevance in the administration of public services and an efficient management tool to obtain results, control and consolidate some of its liability objectives in the tax regime. One of its impositions refers to the limitation of personnel expenses and public indebtedness. Based on this legislation, the general objective of this research was to verify the level of indebtedness of the Brazilian states, from 2006 to 2017. Considering the results of the non-normality test obtained, the Variance Analysis (ANOVA) in randomized blocks and, later, the Scott-Knott test to compare the estimates of mean indebtedness indices presented by the states. Among the findings, the Southeastern and Southern regions stand out as representatives of higher average indebtedness estimates, with the states of Rio Grande do Sul, Minas Gerais and Rio de Janeiro as the states with the highest estimates of averages in relation to indebtedness Supervisor.

1 Bacharel em Ciências Contábeis pela Escola Superior de Negócios da Faculdade Patos de Minas – FPM (2018). Contatos: sidney2715@hotmail.com; (34) 99961-2979.

2 Mestra em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Uberlândia -UFU (2016). Especialista em Contabilidade e Controladoria pela Faculdade Noroeste de Minas – FINOM (2014). Graduada em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Viçosa – *Campus* Rio Paranaíba – UFV/CRP (2013). Professora do Curso de Ciências Contábeis da Faculdade Patos de Minas – FPM. Contato: cleyde.rodrigues@ufv.br.

3 Mestra em Ciências Contábeis pela FUCAPE *Business School* – Vitória/ES. Professora do Curso de Ciências Contábeis da Faculdade Patos de Minas – FPM. Contato: professor.anaclara@gmail.com..

Recebido em 26/06/2019
Aprovado em 30/10/2019

Keywords: Indebtedness. Complementary Law n. 101/2001. Fiscal Responsibility Law. Brazilian states.

1 INTRODUÇÃO

O setor público passa por uma crise de endividamento preocupante, causada por gastos superiores às receitas, ou seja, os valores que entram em caixa não são suficientes para cobrir as despesas. Com o passar do tempo o termo endividamento tem sido mais frequente no setor público, trazendo preocupações aos entes públicos que têm buscado novas formas e propostas para reverter a situação (LINHARES; PENNA; BORGES,2013).

A movimentação financeira dos entes públicos é alvo de controles, seja de órgãos públicos, seja da própria sociedade. A transparência no setor público é necessária para que os recursos possam visíveis a todos, de forma a acompanhar de perto as entradas e saídas dos caixas públicos (LIMA; LIMA; CRUZ, 2016). De acordo com esses mesmos autores, tanto gestores quanto a sociedade devem exercer o papel de fiscalizar a administração pública, evitando transtornos e responsabilização indevida aos responsáveis pelo ente público.

Diante da necessidade de se legislar sobre a responsabilização das contas públicas, foi aprovada a Lei Complementar nº 101/2001 - Lei de Responsabilidade Fiscal, com o objetivo de fiscalizar e aperfeiçoar as responsabilidades da gestão fiscal, aperfeiçoando o planejamento e a transparência, estabelecendo limites de gastos com pessoal e endividamento público e melhorando a gestão pública (LIMA; LIMA; CRUZ, 2016).

De acordo com o contexto apresentado, emerge o questionamento que permeia este estudo: Como se apresentaram os estados brasileiros, com relação ao endividamento, no período de 2006 a 2017?

Para responder ao questionamento apresentado, o objetivo geral desta pesquisa foi verificar qual o nível de endividamento dos estados brasileiros, no período de 2006 a 2017. Especificamente, pretendeu-se realizar um comparativo entre os estados brasileiros, agrupados nas regiões sul, sudeste, centro-oeste, norte e nordeste, com relação ao nível de endividamento.

A Lei Complementar nº 101, de publicada em 4 de maio de 2000, cujo escopo é estabelecer normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal (BRASIL, 2000) assinalou um marco importante nas finanças governamentais brasileiras. Seu advento representou uma tentativa de criar um compromisso com uma gestão fiscal mais responsável e promover o equilíbrio nas contas públicas, bem como introduzir novos

mecanismos de controle dos recursos públicos, estabelecendo restrições à conduta de seus administradores (CULAU; FORTIS, 2006).

Logo após a publicação da referida Lei, denominada Lei de Responsabilidade Fiscal, ficou definido no Inciso I do Art. 30 que o Presidente da República teria noventa dias para submeter ao Senado Federal uma proposta de limites globais para o montante da dívida consolidada da União, dos Estados e dos Municípios (BRASIL, 2000). O índice de endividamento é mensurado por meio da razão entre a Dívida Consolidada Líquida e a Receita Corrente Líquida (DCL/RCL); no caso dos estados brasileiros, esse índice deve ser menor que 2,0 (BRASIL, 2001).

Para compreender esse cálculo é preciso estar a par de conceitos importantes, trazidos pela Resolução nº 40, do Senado Federal. A dívida consolidada líquida é o resultado da dívida pública consolidada deduzidas as disponibilidades de caixa, as aplicações financeiras e os demais haveres financeiros. Nesse sentido, a dívida pública consolidada pode ser entendida como montante total, apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras, inclusive as decorrentes de emissão de títulos, do Estado, do Distrito Federal ou do Município, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados e da realização de operações de crédito para amortização em prazo superior a doze meses, dos precatórios judiciais emitidos a partir de 5 de maio de 2000 e não pagos durante a execução do orçamento em que houverem sido incluídos, e das operações de crédito (BRASIL, 2001). Já a receita corrente líquida configura o somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, transferências correntes e outras receitas também correntes, deduzidos, no caso dos Estados, as parcelas entregues aos Municípios por determinação constitucional (BRASIL, 2001).

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A Lei Complementar nº 101/2000, conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal, é considerada de extrema relevância na administração dos serviços públicos e uma ferramenta gerencial eficiente para se obter resultados, controlar e consolidar alguns dos seus objetivos de responsabilidade no regime fiscal empregados no Brasil em determinado período. Logo, a instituição da referida lei gera uma sequência de um processo de evolução das instituições do país que consequentemente gera à sociedade uma percepção de que o país não pode gastar mais do que tem arrecadado e deve ser administrado de forma correta e eficiente para que as instituições públicas não vivenciem tantos transtornos e ajam de maneira responsabilidade (NASCIMENTO, 2003 apud RIBEIRO; ABRANTES, PEREIRA, 2011).

Segundo Decat (2009), a Lei de Responsabilidade Fiscal é um parâmetro importante, mas é considerada por muitos gestores públicos como um grande empecilho aos Estados, Municípios e até mesmo à União, nos quais figuram as pessoas que comandam todos os gastos, por se sentirem cercadas quanto aos gastos públicos, não podendo ultrapassar os limites impostos, principalmente com relação aos gastos com pessoal e compromissos com dívidas.

Segundo Silva (2005) além da Lei de Responsabilidade Fiscal existem outros componentes que ajudam na análise da gestão pública, como é o caso da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, por meio da qual é possível analisar o equilíbrio entre as despesas e as receitas, os limites dos desempenho emitidos, as normas relativas e as exigências e critérios avaliados pelo controle de custos, pela avaliação dos programas governamentais, transferências de recursos de entidades públicas e privadas e a Lei Orçamentária Anual – LOA, responsável por demonstrar os objetivos metas definidos pelos anexos fiscais.

A dívida pública líquida é resultante do somatório da dívida interna e dívida externa do setor público, juntamente com o setor privado. Essa soma inclui vários setores de endividamentos como o setor de reservas internacionais juntamente como crédito do setor privado etc.; o setor público aumenta o nível de endividamento com a poupança e o número de investimentos, e formação do capital podendo então interferir diretamente nas taxas de transações de câmbio e taxas externas (RESENDE, 2001).

Segundo Silva, Carvalho e Medeiros (2009), a dívida pública é eventualmente ocasionada por quatro objetivos básicos: primeiramente busca-se financiar a dívida pública para obter um certo limite de gastos; depois deseja-se encontrar a melhor maneira para acertar na realização da política econômica para não prejudicar o orçamento público; procura-se o financiamento do setor privado a longo prazo para 6 financiar o setor público e por fim, analisando então dívidas futuras de longo prazo, tenta-se controlar os gastos para que as despesas futuras sejam pagas corretamente para não haver problemas com inadimplência. Pagando os gastos em dia, o índice de endividamento pode ser controlado e minimizado (SILVA; CARVALHO; MEDEIROS, 2009).

A Lei de Responsabilidade Fiscal (BRASIL, 2000) é uma das grandes instituições de valor para o sistema de finanças públicas. Sua publicação deixou explícito um limite de tempo para que o gestor público superasse metas da política fiscal. Era de grande importância abaixar o déficit para haver um ato de controle fiscal. Uma das causas para promover o controle da dívida pública brasileira foi usar a promulgação da LRF (COSTA, 2007; COSTA, 2008).

Um outro fator que muito contribuiu com o endividamento foi o fato das normas serem tecnicamente aceitáveis, mas seu alcance era muito limitado. E também ocorre um grande

desgaste financeiro do setor público e uma grande dificuldade na gestão das contas públicas; os gestores foram obrigados a revisar as regras vigentes no momento (LOPREATO, 2000).

A Lei de Responsabilidade Fiscal deixou definido que o Presidente da República teria noventa dias para submeter ao Senado Federal uma proposta de limites globais para o montante da dívida consolidada da União, dos Estados e dos Municípios (BRASIL, 2000). Esse índice de endividamento é mensurado por meio da razão entre a Dívida Consolidada Líquida e a Receita Corrente Líquida (DCL/RCL); no caso dos estados brasileiros, esse índice deve ser menor que 2,0 (BRASIL, 2001).

A Resolução nº 40 do Senado Federal conceitua a dívida consolidada líquida como o resultado da dívida pública consolidada deduzidas as disponibilidades de caixa, as aplicações financeiras e os demais haveres financeiros. Nesse sentido, a dívida pública consolidada pode ser entendida como montante total, apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras, inclusive as decorrentes de emissão de títulos, do Estado, do Distrito Federal ou do Município, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados e da realização de operações de crédito para amortização em prazo superior a doze meses, dos precatórios judiciais emitidos a partir de 5 de maio de 2000 e não pagos durante a execução do orçamento em que houverem sido incluídos, e das operações de crédito (BRASIL, 2001).

Já a receita corrente líquida configura o somatório das receitas tributárias, de contribuições, 7 patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, transferências correntes e outras receitas também correntes, deduzidos, no caso dos Estados, as parcelas entregues aos Municípios por determinação constitucional (BRASIL, 2001).

Nesse sentido, ficou estipulado então que a razão entre Dívida Consolidada Líquida e a Receita Corrente Líquida (DCL/RCL), deverá ser inferior a 2,0 para todos os estados brasileiros.

3 METODOLOGIA

Este estudo classifica-se como exploratório e descritivo, do ponto de vista dos objetivos propostos (GIL, 2002). Sob a premissa dos procedimentos técnicos a serem utilizados, esta investigação configura-se em uma pesquisa bibliográfica, pois sua base teórica será construída com base em artigos científicos, em periódicos, dissertações, teses e livros.

Para tornar o estudo mais robusto, foram coletados os dados referentes às publicações dos índices de endividamento dos estados, no período de 2006 a 2017, classificando esta pesquisa também como documental, conforme preceitua Gil (2002).

Os dados foram obtidos nos Relatórios de Gestão Fiscal (RGF 3º quadrimestre) – Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida, Orçamento Fiscal e da Seguridade Social – Executivo - Anexo II (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b"), por meio de acesso público ao Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro – SICONFI.

A variável ENDIVID coletada é construída por meio da seguinte razão, de acordo com a Resolução nº 40 do Senado Federal (BRASIL, 2001):

$$\text{ENDIVID} = \frac{\text{DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL)}}{\text{RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL)}}$$

Onde:

Dívida Consolidada Líquida (DCL) = dívida pública consolidada deduzidas as disponibilidades de caixa, as aplicações financeiras e os demais haveres financeiros (BRASIL, 2001).

Receita Corrente Líquida (RCL) = somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, transferências correntes e outras receitas também correntes, deduzidos (...) nos Estados, as parcelas entregues aos Municípios por determinação constitucional e a contribuição dos servidores para o custeio do seu sistema de previdência e assistência social e as receitas provenientes da compensação financeira citada no § 9º do art. 201 da Constituição Federal (BRASIL, 2001).

Primeiramente foi realizado um teste de normalidade da variável coletada de todos os estados brasileiros, por meio do teste de *Kolmogorov-Smirnov*, com o auxílio do software estatístico *IBM SPSS Statistics® 22* conforme TABELA 01:

TABELA 01: Resultados do teste de *Kolmogorov-Smirnov* da variável em estudo

Variável	**Estatística**	**df**	**Valor-P**
ENDIVID	0,195	312	0,000

Fonte: Autoria própria com base na saída IBM SPSS Statistics (2018).

Analisando os resultados apresentados pela realização do teste de *Kolmogorov-Smirnov* com relação ao valor-P (0,000) fica evidenciado que a distribuição dos dados não apresenta normalidade, a um nível de confiança de 95%. Considerando os resultados do teste de normalidade obtido, realizou-se o teste de Análise de Variância (ANOVA) em blocos casualizações e, posteriormente, o teste de *Scott-Knott* para comparar as estimativas de médias dos índices de endividamento apresentados pelos estados, por meio do software estatístico SISVAR® versão 5.6.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

O crescimento da dívida pública e dos déficits fiscais elevados podem comprometer a estabilidade econômica e a perspectiva de crescimento dos entes federados, além do impacto na taxa real de juros (GIAMBIAGI, 1999 apud GORONCIO; TEIXEIRA, 2010).

Sob essa perspectiva, foram coletados os índices de endividamento dos vinte e seis estados brasileiros (exceto Distrito Federal), relativos ao período de 2006 a 2017, com o intuito de analisar o comportamento desses entes da Federação com relação à contratação de dívidas.

As TABELAS 02 e 03 reúnem os principais descritivos da variável em estudos, por regiões e por estados:

TABELA 02. Análise descritiva da variável ENDIVID das regiões brasileiras (2006 a 2017)

Mesorregião	Média	Mediana	Variância	Desvio Padrão	Mínimo	Máximo
Centro-Oeste	0,95	0,97	0,15	0,39	0,30	1,87
Nordeste	0,59	0,50	0,18	0,42	0,07	2,22
Norte	0,31	0,27	0,04	0,21	-0,13	0,97
Sudeste	1,36	1,64	0,51	0,71	0,08	2,70
Sul	1,20	0,90	0,60	0,78	0,29	2,54

Fonte: Autoria própria (2018).

De acordo com a TABELA 02 é possível averiguar que a região brasileira com o maior índice de endividamento é a Sudeste (1,36), seguida pela região Sul (1,20), Centro-Oeste (0,95), Nordeste (0,59) e Norte (0,31). As regiões Sul e Sudeste apresentam os dados com maior variabilidade, conforme desvios padrões apresentados. Com relação aos índices máximos apresentados na amostra, verifica-se que as regiões Nordeste, Sudeste e Sul já ultrapassaram, em algum momento, o limite de endividamento imposto pela LRF de 2,0 sobre a receita corrente líquida.

Os estados brasileiros estão passando por alguns problemas de endividamento, causados por vários fatores, como é o caso do elevado número de empréstimos concedidos aos governos estatuais, os quais utilizam uma conexão financeira com o Tesouro, com bancos estaduais e com as empresas na alavancagem de recursos (LOPREATO,2000).

Detalhando as informações apresentadas anteriormente, por regiões, a TABELA 03 reúne os principais estimadores da análise descritiva da variável criada neste estudo:

TABELA 03. Análise descritiva da variável ENDIVID dos estados brasileiros (2006 a 2017)

Mesorregião	Média	Mediana	Variância	Desvio Padrão	Mínimo	Máximo
Acre	0,58	0,56	0,03	0,19	0,28	0,97
Alagoas	1,60	1,61	0,13	0,37	0,95	2,22
Amapá	0,17	0,16	0,01	0,09	0,04	0,41
Amazonas	0,27	0,25	0,01	0,10	0,13	0,48
Bahia	0,62	0,57	0,03	0,18	0,40	1,02
Ceará	0,37	0,33	0,02	0,14	0,17	0,62
Espírito Santo	0,19	0,18	0,00	0,08	0,08	0,34
Goiás	1,18	1,05	0,09	0,31	0,90	1,87
Maranhão	0,61	0,53	0,05	0,23	0,38	1,15
Mato Grosso	0,55	0,46	0,05	0,24	0,30	1,10
Mato Grosso do Sul	1,11	1,09	0,08	0,29	0,76	1,81
Minas Gerais	1,84	1,82	0,00	0,08	1,75	2,00
Pará	0,19	0,15	0,01	0,12	0,06	0,44
Paraíba	0,38	0,35	0,02	0,14	0,25	0,73
Paraná	0,77	0,68	0,12	0,34	0,29	1,31
Pernambuco	0,51	0,53	0,01	0,10	0,38	0,67
Piauí	0,59	0,58	0,01	0,12	0,41	0,85
Rio de Janeiro	1,80	1,68	0,13	0,36	1,46	2,70
Rio Grande do Norte	0,16	0,16	0,00	0,06	0,07	0,30
Rio Grande do Sul	2,23	2,18	0,02	0,15	2,09	2,54
Rondônia	0,57	0,55	0,01	0,10	0,41	0,77
Roraima	0,15	0,15	0,03	0,19	-0,13	0,42
Santa Catarina	0,61	0,52	0,04	0,20	0,41	1,09
São Paulo	1,60	1,58	0,02	0,14	1,42	1,89
Sergipe	0,48	0,54	0,02	0,14	0,22	0,69
Tocantins	0,22	0,21	0,01	0,11	0,08	0,40

Fonte: Autoria própria (2018).

É possível averiguar que existe uma grande diversidade de estimativas de médias do endividamento dos estados brasileiros, considerando o período de 2006 a 2017. Percebe-se também que a análise desses níveis por estado traz uma percepção mais pontual, quando comparada à análise por regiões, devido à variabilidade de condições econômicas e sociais de cada estado.

Na maioria das vezes, o endividamento acontece devido à falta de administração. Nesse sentido, é preciso que a população viabilize e eleja bons gestores públicos, de modo que os serviços sejam ofertados à comunidade, sem, no entanto, endividar o ente público, favorecendo o bom funcionamento econômico, financeiro e social do órgão, por meio de uma conduta política e monetária que ofereça estabilidade financeira e macroeconômica no país (SILVA; CARVALHO; MEDEIROS, 2009).

Considerando a diversidade dos índices de endividamento apresentados na TABELA 03, realizou-se o teste de Análise de Variância com os dados disponíveis, conforme TABELA 04 a seguir:

Tabela 04. Análise de variância dos índices de endividamento dos estados brasileiros (2006 a 2017).

Fator de Variação	Graus de Liberdade	Soma dos Quadrados	Quadrados Médios	Fcalculado	Valor-P
ESTADOS	25	108,584536	4,343381	107,977	0,0000
Erro	286	11,504325	0,040225		
Total corrigido	311	120,088861			
Coeficiente de Variação:		26,75 %			
Média Geral:		0,7496474	Número de observações: 312		

Fonte: Autoria própria (2018).

A Tabela 04 reúne os resultados do teste de Análise de Variância referente à variável ENDIVID que representa os índices de endividamento, os quais apresentam diferenças quanto às estimativas de médias dos estados, no período de 2006 a 2017, considerando o fator de variação estado, a um nível de confiança de 95%. Verifica-se também, por meio do coeficiente de variação (26,75%) que os dados apresentam uma variabilidade mediana. A média geral dessa variável, considerando todos os estados e todo o período de análise, é de 0,74.

Nesse sentido, a TABELA 05 lista os estados brasileiros de acordo o teste de *Scott-Knott*:

Tabela 05. Resultado do teste de *Scott-Knott* sobre as estimativas dos índices de endividamento dos estados brasileiros (ENDIVID) (2006 a 2017).

Fator de Variação (ESTADO)	Médias (ENDIVID)	Fator de Variação (ESTADO)	Médias (ENDIVID)
Roraima – Norte	0,15 a	Acre – Norte	0,58 c
Rio Grande do Norte – Nordeste	0,16 a	Piauí – Nordeste	0,59 c
Amapá – Norte	0,17 a	Santa Catarina – Sul	0,61 c
Pará – Norte	0,19 a	Maranhão – Nordeste	0,61 c
Espírito Santo – Sudeste	0,19 a	Bahia – Nordeste	0,62 c
Tocantins – Norte	0,22 a	Paraná – Sul	0,77 c
Amazonas – Norte	0,27 a	Mato Grosso do Sul – Centro-Oeste	1,11 d
Ceará – Nordeste	0,37 b	Goiás – Centro-Oeste	1,18 d
Paraíba – Nordeste	0,38 b	São Paulo – Sudeste	1,60 e
Sergipe – Nordeste	0,48 c	Alagoas – Nordeste	1,60 e
Pernambuco – Nordeste	0,51 c	Rio de Janeiro – Sudeste	1,80 f
Mato Grosso – Centro-Oeste	0,55 c	Minas Gerais – Sudeste	1,84 f
Rondônia – Norte	0,57 c	Rio Grande do Sul – Sul	2,23 g

*Estimativas de médias seguidas de mesma letra não diferem estatisticamente por meio do teste de *Scott-Knott* ao nível nominal de significância de 0,05.
Fonte: Autoria própria (2018).

Com relação aos resultados apresentados na TABELA 05, verifica-se que os estados brasileiros podem ser divididos em sete agrupamentos, segundo os índices de endividamento apresentados e de acordo com a semelhança estatística entre eles: grupo 1: Roraima, Rio Grande do Norte, Amapá, Pará, Espírito Santo, Tocantins e Amazonas, com a maior parte dos estados das regiões Norte e Nordeste; somente o estado do Espírito Santo como representante da região Sudeste, mostrando como ecléticos os estados brasileiros se apresentam quanto ao endividamento; grupo 2: Ceará e Paraíba, ambos da região Nordeste; grupo 3: Sergipe, Pernambuco, Mato Grosso, Rondônia, Acre, Piauí, Santa Catarina, Maranhão, Bahia e Paraná, com representantes de quase todos as regiões brasileiras; grupo 4: Mato Grosso do Sul e Goiás, ambos da região Centro-Oeste; grupo 5: São Paulo e Alagoas, apresentando uma semelhança estatística entre um estado da região considerada como a mais desenvolvida economicamente e um pequeno estado da região Nordeste; grupo 6: Rio de Janeiro e Minas Gerais, estados da região Sudeste; grupo 7: Rio Grande de Sul, como o estado de maior estimativa de média quanto ao endividamento (2,23).

A Lei de Responsabilidade Fiscal propõe uma mudança institucional e cultural para que o planejamento de gastos e receitas seja efetivado, para que o dinheiro arrecadado seja utilizado da melhor forma e a sociedade seja melhor atendida, de acordo com as necessidades mais urgentes; além de tornar as contas mais transparentes, apresentando à população com muita clareza informações como a dívida pública atual de cada ente, para que todos fiquem cientes da situação fiscal vigente (SALGUEIRO; MELO;SILVA, 2014). Segundo esses mesmos autores, é necessário que os gestores públicos sejam pessoas qualificadas, com boa capacidade de controle e organização das contas públicas, impactando positivamente na a economia e reduzindo as dívidas.

A Resolução nº 40 do Senado Federal (BRASIL, 2001) estipulou em seu art. 3º, que a dívida consolidada líquida dos estados não deveria exceder duas vezes a receita líquida (2,0) ao final do décimo quinto exercício financeiro, contado a partir do encerramento do ano de publicação da referida resolução. Nesse sentido, o prazo para ajuste do índice de endividamento expirou no ano de 2016.

No entanto foi possível averiguar que os estados do Rio de Janeiro e do Rio Grande do Sul não conseguiram se adequar à norma vigente, pois esses estados apresentaram, no ano de 2017, os seguintes índices de endividamento: 2,70 e 2,19, respectivamente.

O art. 4º da Resolução nº 40 (BRASIL, 2001) também impõe que no período entre a publicação dessa normativa e o final dos quinze anos (período de ajuste), o excedente em

relação ao limite de 2,0 imposto no art. 3º para os estados brasileiros deverá ser reduzido, no mínimo, a uma proporção de um quinze avos (1/15) a cada exercício financeiro. Contudo, no período de ajuste sugerido, o estado que não cumprir as disposições da referida norma, ficará impedido de contratar operações de crédito enquanto persistir a irregularidade (BRASIL, 2001).

O estado de Alagoas foi um exemplo de ente federativo que conseguiu adequar-se à Resolução nº 40, saindo de um índice de 2,22 no ano de 2006 e alcançando um índice de 0,95 em 2017. O estado do Rio de Janeiro acaba por evoluir seu endividamento, no período analisado: inicia o período com um índice de 1,72 (2006) e perfaz um nível de endividamento de 2,70 (2007). O estado do Rio Grande do Sul realiza um percurso inverso: saí de um índice de endividamento muito alto (2,54 em 2006) e chega a um índice de 2,19 em 2017, apesar de se encontrar em desacordo com a orientação do Senado Federal.

Nesse contexto, fica evidenciada a situação de endividamento que os estados brasileiros se encontram, mostrando que

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo principal deste trabalho foi verificar o nível de endividamento dos estados brasileiros, no período de 2006 a 2017, considerando que a após a publicação da Lei nº 101/2001 e da Resolução nº 40 do Senado Federal, no mesmo ano, ficou definido que a dívida consolidada líquida dos estados não deveria exceder duas vezes a receita líquida (2,0) ao final do décimo quinto exercício financeiro, contado a partir do encerramento do ano de publicação da referida resolução. Nesse sentido, o prazo para ajuste do índice de endividamento expirou no ano de 2016.

Nesse contexto, verificou-se que, em uma análise global das regiões brasileiras, a região Sudeste como aquela que apresentou maior índice de endividamento (1,36), seguida pelas regiões Sul (1,20), Centro-Oeste (0,95), Nordeste (0,59) e Norte (0,31); as regiões Sul e Sudeste apresentam os dados com maior variabilidade, ou seja, os dados dos estados eram mais diversificados.

Com relação aos estados brasileiros, averiguou-se que os estados do Rio de Janeiro e do Rio Grande do Sul não conseguiram se adequar à Resolução nº 40/2001 do Senado Federal, pois esses estados apresentaram, no ano de 2017, os seguintes índices de endividamento: 2,70 e 2,19, respectivamente. O estado de Alagoas conseguiu adequar-se à referida resolução, evoluindo de um índice de 2,22 no ano de 2006 para um índice de 0,95 em 2017. O estado do Rio de Janeiro inicia o período com um índice de 1,72 (2006) e alcança um nível de

endividamento de 2,70 (2007). O estado do Rio Grande do Sul realiza um percurso inverso: saí de um índice de endividamento muito alto (2,54 em 2006) e chega a um índice de 2,19 em 2017, apesar de se encontrar em desacordo com a orientação do Senado Federal.

Após essas análises, compreende-se a importância de legislações destinadas às melhorias na gestão fiscal brasileira, principalmente com a publicação da Lei de Responsabilidade Fiscal, responsável por não por impor limites de gastos, mas também por conferir mais transparência, responsabilização e prestação de contas à administração pública.

Por fim, sugere-se para pesquisas futuras o aprofundamento do tema em questão, buscando explicações empíricas para as diferenças de níveis de endividamento entre os estados brasileiros, principalmente dentro das regiões geográficas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei Complementar n. 101, de 4 de maio de 2000**. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Brasília, 2000.

BRASIL. Senado Federal. **Resolução n. 40, de 2001**. Dispõe sobre os limites globais para o montante da dívida pública consolidada e da dívida pública mobiliária dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, em atendimento ao disposto no art. 52, VI e IX, da Constituição Federal. Brasília, 2001.

COSTA, J. F. Reflexo da Lei de Responsabilidade Fiscal no endividamento dos Municípios Capitais dos Estados Brasileiros. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Fundação Instituto Capixaba de Pesquisas em Contabilidade, Economia e Finanças (FUCAPE), 2007.

COSTA, J. F. Reflexos da lei de responsabilidade fiscal no endividamento dos municípios brasileiros. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CONTABILIDADE, 18. Conselho Federal de Contabilidade. Gramado/RS, 2008.

CULAU, A. A.; FORTIS, M. F. A. Transparência e controle social na administração pública brasileira: avaliação das principais inovações introduzidas pela Lei de Responsabilidade Fiscal. In.: CONGRESSO INTERNACIONAL DEL CLAD SOBRE LA REFORMA DEL ESTADO Y LA ADMINISTRACIÓN PÚBLICA, Cidad de Guatemala, nov. 2006.

DECAT, E. **Municípios - Contabilizando prejuízos.** Desafios do Desenvolvimento Ano 6. Edição 47. Brasília: IPEA. 2009. Disponível http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=1208:reportagens-materias&Itemid=39. Acesso em: 10 junho, 2010.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

LINHARES, F.; PENNA, C.; BORGES, G. Os efeitos da Lei de Responsabilidade Fiscal no endividamento dos municípios do Piauí. **Revista de Administração Pública,** v. 47, n. 6, p. 1359-1373, 2013.

LOPREATO, F. L. **O endividamento dos governos estaduais nos anos 90.** Texto para Discussão. IE/UNICAMP, Campinas, n. 94, mar. 2000.

GORONCIO, E. A.; TEIXEIRA, A. C. C. O endividamento dos estados brasileiros após a Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF. In: ENCONTRO DA ANPAD, 34, Rio de

RIBEIRO, C. P. P.; ABRANTES, L. A.; PEREIRA, A. D. S. O Impacto da LRF sobre a Gestão dos Municípios do Estado de Minas Gerais: Análise dos Indicadores de Desempenho no período de 1998 a 2007. In: ENCONTRO DA ANPAD, 35,Rio de Janeiro, 4 a 7 de setembro de 2011.

REZENDE, F. **Finanças Públicas.** São Paulo: Atlas, 2001.

SALGUEIRO, M. A. A.; MELO, C. B.; SILVA, D. S. A Dívida Pública dos Estados Brasileiros: um estudo sobre o impacto dos encargos da dívida antes e depois da aprovação da Lei de Responsabilidade Fiscal-LRF. In: CONVIBRA ADMINISTRAÇÃO, 11, São Paulo, 1 a 6 de dezembro de 2014.

SILVA, A. C.; CARVALHO, L. O.; MEDEIROS, O. L. (orgs). **Dívida Pública: a experiência brasileira.** Brasília: Secretaria do Tesouro Nacional: Banco Mundial, 2009.

SILVA, E. S. **A LRF e a necessidade de transparência na previsão e realização da renúncia de receita no estado da Bahia.** 2005. Disponível em: https://www.tce.ba.gov.br/images/artigo_LRF.pdf. Acesso em: 15 maio. 2018.

SILVA, Anderson Caputo; CARVALHO, Lena Oliveira de; MEDEIROS, Otávio Ladeira de (orgs.). **Dívida Pública:** A experiência brasileira. Brasília: Secretaria do Tesouro Nacional: Banco Mundial, 2009.

ALTUS CIÊNCIA
REVISTA ACADÊMICA MULTIDISCIPLINAR DA FACULDADE CIDADE DE JOÃO PINHEIRO

VISÃO DOS CONTABILISTAS EM RELAÇÃO AO CONHECIMENTO CONTÁBIL DOS ADMINISTRADORES DE EMPRESAS: UMA PESQUISA DE CAMPO NO MUNICÍPIO DE PATOS DE MINAS

Mariana Estael de Sá Santos[1]
Ana Clara Fonseca do Amaral[2]
Alessandra Fonseca de Morais[3]
Cleyde Cristina Rodrigues[4]
André Ernesto Campos[5]
Dinamar Vidallas Rodrigues[6]

Resumo: Atualmente o mercado de trabalho busca agilidade e rápida absorção de conhecimentos, e a rapidez com que isso ocorre conta como diferencial no momento da contratação. A rotina do escritório prestador de serviços contábeis envolve vários processos, sendo: declarações fiscais e previdenciárias, cálculos de impostos, emissão de guias, lançamentos contábeis, emissão de demonstrações contábeis entre outros, entretanto o profissional contábil não deve se limitar somente a isso, mas buscar conhecimentos que auxiliem o gestor na tomada de decisão, sendo esse o principal objetivo a contabilidade. Dessa forma o presente estudo objetivou analisar qual a opinião desses profissionais e contabilistas a respeito da contribuição que o gestor, administrador ou colaborador pode trazer para a rotina do escritório contábil quando há esse conhecimento, seja ele básico ou avançado, e o que tal conhecimento pode contribuir para a própria entidade. Foi realizado uma pesquisa de campo realizada através de questionários aplicados a profissionais da área contábil do município de Patos de Minas, cujo resultado foi analisado por meio de tabulação gráfica. Os contabilistas relataram encontrar dificuldade ao realizar a rotina da profissão quando a comunicação é feita com colaborador sem conhecimento da área. Contudo as entidades que optam por agregar tal conhecimento preferem usá-lo com um colaborador já contratado do que efetuar uma nova contratação com diferencial, diferente de quando há necessidade de um profissional da área administrativa, no qual se busca o trabalhador com conhecimento.

[1]Bacharel em Ciências Contábeis pela Faculdade de Patos de Minas – FPM. marianaestael18@hotmail.com

[2] 2 Mestre em Ciências Contábeis pela Fundação Instituto Capixaba em Pesquisas em Contabilidade, Economia e Finanças – FUCAPE. E-mail: anaclara86fonseca@gmail.com

[3] Doutora em Letras pela Universidade Pontifícia Católica -PUC/MG. afm2203@yahoo.com.br

[4] Mestre em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Uberlândia -UFU. Cleyde.ufv@gmail.com

[5] Mestre em Ciências Contábeis pela Fundação Instituto Capixaba em Pesquisas em Contabilidade, Economia e Finanças – FUCAPE. E-mail: andrecampos.cont@gmail.com

[6] Mestre em Ciências Contábeis pela Fundação Instituto Capixaba em Pesquisas em Contabilidade, Economia e Finanças – FUCAPE. E-mail: excelência.dinamar@hotmail.com

Recebido em 30/07/2019
Aprovado em 10/09/2019

Palavras-chave: Contabilistas. Conhecimento fiscal e contábil. Rotina contábil

Abstract: Currently the labor market seeks agility and rapid absorption of knowledge, and the speed with which this occurs counts as a differential when hiring. The routine of the accounting service provider involves several processes, such as: tax and social security statements, tax calculations, issuance of guides, accounting entries, issuance of financial statements among others, however, the accounting professional should not be limited to this, but to seek knowledge that helps the manager in decision making, this being the main objective of accounting. Thus, the present study aimed to analyze the opinion of these professionals and accountants regarding the contribution that the manager, administrator or employee can bring to the routine of the accounting office when there is such knowledge, whether basic or advanced, and what such knowledge can contribute to the entity itself. A field survey was carried out through questionnaires applied to professionals from the accounting area of the municipality of Patos de Minas, whose results were analyzed through graphic tabulation. Accountants reported finding difficulty in carrying out the routine of the profession when the communication is made with collaborator without knowledge of the area. However, entities that choose to aggregate such knowledge prefer to use it with an employee already hired than to make a new hiring with differential, different from when there is need of a professional in the administrative area, in which the worker with knowledge is sought.

Keywords: Accountants. Tax and accounting knowledge. Accounting routine

1 introdução

Diante de um mercado altamente competitivo e que nos mais diversos ramos, sua clientela prezará cada vez mais por credibilidade e confiabilidade, os escritórios contábeis buscam se destacar pela qualidade de seus serviços. No meio de uma rotina corrida, com prazos fiscais, previdenciários e outros, o administrador contratante dos serviços pode contribuir positivamente no sistema da entidade contábil (MARION, 2000).

Para tanto, o gestor possui um papel importante no ciclo contábil da organização, e para tal seria viável um conhecimento mais afundo da área. Observando-se mais de perto as práticas da entidade contábil considera-se interessante o entendimento contábil e fiscal mais afundo, o que pode contribuir positivamente para o encarregado pela prestação do serviço (SÁ, 2002).

Nesse contexto, o objetivo do presente estudo foi avaliar a opinião e satisfação dos contabilistas e profissionais que exerçam as funções da área contábil do município de Patos de Minas com os administradores de empresas que terceirizam os serviços contábeis.

Formulou-se enfim a seguinte problemática: quando o gestor possui um conhecimento básico contábil, o mesmo consegue auxiliar de forma eficaz na prestação de serviço do

escritório de contabilidade? Para tanto, buscou-se verificar também a opinião dos administradores e gestores de empresas quanto ao custo gasto para agregar conhecimento ao colaborador da entidade.

O presente estudo tem como justificativa instigar a academia a promover mais trabalhos sobre o assunto e aprofundar estudos na área da contabilidade gerencial e para o mercado conhecer o que realmente pode tornar mais ágil a prestação de serviços, e saber como o conhecimento contábil pode contribuir para isso.

Essa pesquisa está dividida em 5 seções, são: introdução, em seguida o referencial teórico, logo depois metodologia, análise de resultados e por último as considerações finais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 EVOLUÇÃO DA CONTABILIDADE

Inicialmente a contabilidade desenvolveu predominantemente a técnica, dando-se importância exclusivamente a livros de escrituração e partidas dobradas. Por muito tempo a contabilidade foi interpretada como a guarda de livros contidos de lançamentos contábeis, as informações dos acontecimentos ocorridos nos negócios, e os saldos das contas (SÁ, 2002).

Por mais que a profissão esteja relacionada a técnica o reconhecimento da Teoria Contábil deve ser uma forma de cada vez mais dar utilidade da Contabilidade a seus usuários (PINHEIRO, 1997).

É destacado a necessidade de termos uma boa teoria para que dela resultem-se boas práticas, e assim a provisão de respostas, pois ao sair da rotina das normais habituais, o contabilista é levado a buscar socorro em outras fontes (KAM, 1990). O profissional da área contábil obtém uma procura de frequentemente de cursos presenciais ou virtuais, palestras eventos da área e etc.. Com isso, faz-se necessária a busca de materiais que apresentem novas tecnologias e técnicas que possam contribuir com a facilitação das rotinas.

Ainda nesse sentido, destacam que as práticas contábeis são resultado dos pensamentos gerados, ou seja, da teoria. (GLAUTIER; UNDERDOWN, 1974, apud FRANCALANZA, 1997). A teoria contribui para que haja maior clareza nas transações efetuadas na entidade, para que toda a rotina seja regular e tenha seu fechamento.

Diante das pretensões da sociedade aumentaram, posto que a profissão contábil é vista como sendo capaz de enfrentar adversidades futuras e de cumprir suas responsabilidades. Logo, a profissão deve reconhecer e avaliar sutilmente até onde pode atender tais expectativas da

sociedade, buscando sempre adaptação às novas situações, para que o crescimento seja certificado (FRANCO, 1999).

Sendo assim, fica evidente a importância da teoria da contabilidade para os profissionais da área, analisando que a mesma serve para resolução de questões práticas, como também para interpretação de situações que venham surgir no exercício da profissão. A atualização de conteúdo profissional é necessária para todos que buscam desempenhar suas atividades da melhor forma possível, com redução de erros e otimização do tempo.

2.2 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A Contabilidade Gerencial verifica e descreve informações financeiras, que juntamente com outros tipos de informações contribuem no objetivo das organizações. Seu papel é adicionar conhecimento a uma entidade, consequentemente reduzir o risco agregado a tomada de decisão (HORNGREN, FOSTER E DATAR, 2000).

A evidenciação constituiu compromisso firmado da Contabilidade para com seus usuários e com seus próprios objetivos, e diz respeito a apresentação ordenada das informações quantitativas e qualitativas, propiciando uma base adequada de informações para o usuário (IUDÍCIBUS, 2009)

O Balanço Patrimonial pode ser determinado como uma reprodução quantitativa e efetiva das informações que compõem o patrimônio da entidade em certa data, revelando sua situação financeira e patrimonial (BASSO, 2011). É constituído pelo:

- Ativo: bens, direitos e outras aplicações de recursos da entidade, capazes de gerar proventos econômicos futuros.
- Passivo: origens de capital representados pelas obrigações para com terceiros, resultados de eventos ocorridos que exigiram ativos para sua liquidação.
- Patrimônio Líquido: são os recursos próprios da entidade.

A demonstração do resultado é um resumo disposto das receitas e despesas de demarcado prazo. Apresentada de forma dedutiva, ou seja, das receitas deduzem-se as despesas, e consequentemente indica-se o resultado de lucro ou prejuízo. (IUDÍCIBUS, 2009). Tem como principal objetivo apresentar de forma vertical resumida o resultado apurado em relação ao conjunto de operações realizadas num determinado período. As empresas que apresentarem essa demonstração deverão discriminar:

- A receita bruta de vendas e serviços, as deduções de vendas, os abatimentos e os impostos;
- A receita liquida de vendas e serviços, o custo das mercadorias e serviços vendidos e o lucro bruto;
- As despesas com vendas, despesas financeiras, deduzidas das receitas, as despesas gerais e administrativas, e outras despesas operacionais;
- O lucro ou prejuízo operacional, as outras receitas e outras despesas;
- As participações de debêntures, empregados, administradores e partes beneficiárias, mesmo na forma de instrumentos financeiros;
- O lucro ou prejuízo do exercício.

Demonstrações de Fluxo de Caixa exibem as alterações ocorridas no saldo de disponibilidades da entidade em certo período, por meio de fluxos de recebimentos e pagamentos (MARION, 2010). Essa demonstração pode ser adicionada as demais que são publicadas obrigatoriamente e deve ser segmentado em três grandes áreas.

- Atividades operacionais: receitas e gastos resultantes da industrialização, comercialização ou prestação de serviços;
- Atividades de investimento: gastos efetuados no realizável a longo prazo, investimento, imobilizado ou intangível;
- Atividades de financiamento: empréstimos e financiamentos de curto prazo, as saídas serão a amortização dessas dívidas e os valores pagos aos acionistas por dividendo e distribuição de lucros.

A Demonstração do Valor Adicionado mostra o quanto de recurso foi gerou, isto é, quanto ela adicionou de valor a seus fatores de produção, e de forma foi distribuída essa riqueza (MARION, 2010). O valor adicionado demonstra a contribuição da entidade, dentro de uma visão geral de desempenho, para a geração de riqueza na economia em que está inserida.

É necessário reclassificar e padronizar as demonstrações contábeis a fim de proporcionar uma referência de procedimento na distribuição das contas, com o objetivo de apresenta-las de forma simples e fácil entendimento a seus usuários (SILVA, 2006).

2.3 A formação do contador e a profissão contábil

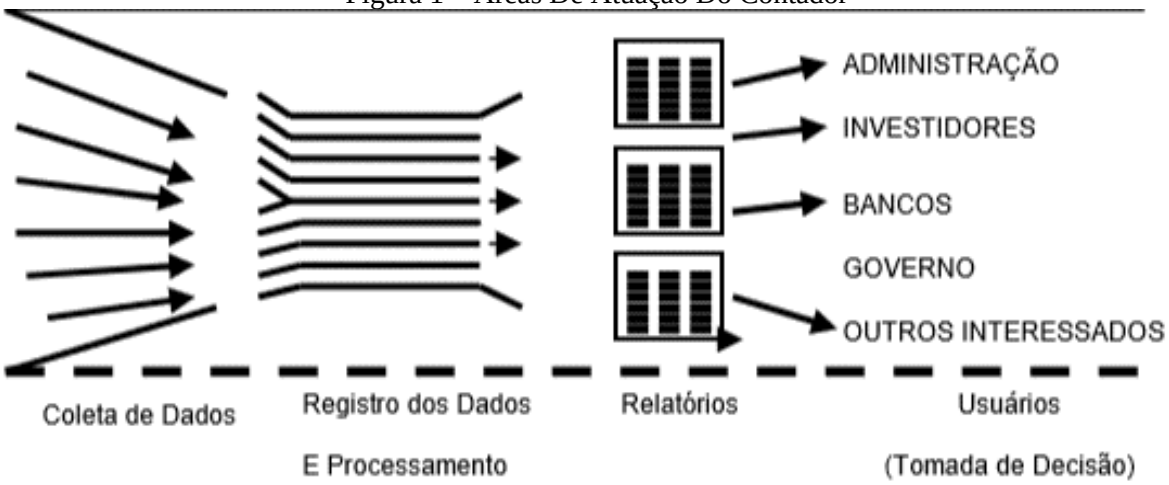
O curso de Ciências Contábeis surgiu à frente de um cenário em que se era exigido o desenvolvimento das forças produtivas locais em toda sua amplitude técnica e administrativa. Depois disso, o ensino superior de contabilidade proporcionou profissionais capacitados para atuar a nível tal como teórico quanto prático, onde pudesse aplicar os conhecimentos alçados em aula à realidade (MARION, 2010).

As Instituições de Ensino Superior, sendo elas de cunho federal, estadual e particular, tem por objetivo habilitar profissionais ao conhecimento e ao manuseio de sistemas de informação e com capacidade para realizar análise crítica nos mais variados campos de atuação do contador (SOUZA, BARBOSA, SILVA, 2006).

Analisando o profissional da contabilidade gerencial asseguram que na década de 1980 não atuava na tomada de decisão. De outro modo era tecnicamente um suporte dos administradores e no fim eram comunicados sobre as decisões tomadas (SIEGEL; SORENSEN, 1997).

Marion (2002) compartilha um esquema descrevendo as áreas de atuação do contador:

Figura 1 – Áreas De Atuação Do Contador



Fonte: Marion (2002).

A figura retratada mostra o meio que os dados percorrem até de tornarem informações, mostradas a todo e muitos tipos de usuários, como relatório.

Como a concorrência tem crescido a cada dia o profissional contábil deve estar ligado a toda e qualquer atualização do mercado. Por causa do mundo globalizado e tecnológico, o profissional exigido para o meio contábil atualmente não tem o mesmo perfil de décadas atrás (MARION, 2002).

Seguem algumas características do perfil do profissional contábil atualmente:

- Criativo

- Ousado
- Possui visão gerencial/organizacional
- Motivado
- Líder
- Capaz de resolver problemas
- Inovador
- Flexível
- Com grande conhecimento contábil
- Atualizado

A atividade principal do profissional contábil é registrar, mensurar e examinar fatos econômicos e financeiros a respeito da variação patrimonial da empresa. A função básica do contador é ajudar o gestor na tomada de decisões, para tanto é necessário que os dados movimentados pela entidade ganhem significado e assim seja transformado em informações entrando no contexto para que o administrador possa tomar as devidas decisões (MORAES; MADEIRA, 2002)

O contabilista como sendo o responsável pela emissão de informativos que descrevam os fatos fiscais e econômicos ocorridos, que possam ter efeitos diretos ou indiretos no patrimônio da empresa (SIEGEL; SORENSEN, 1997). Para tanto as informações fornecidas devem levar em conta todos os tipos de usuários, internos e externos. Tal análise conclui que surgem diversas áreas de atuação para o profissional da área contábil, enfatizando aquelas em que tem grande influência da contabilidade na tomada de decisões (PIRES, 2008).

Levando em consideração o atual mercado, o profissional da área contábil não se objetiva somente na ideia de contabilidade, entretanto trabalha também para realizar as obrigações fiscais e legais da entidade obedecendo aos prazos e notas estipulados pelo governo (WEZ, 2001). Devido à diversidade das funções realizadas por esse profissional, o perfil do contador moderno é de uma pessoa que ajunta conhecimentos sociais e técnicos devido ao amplo mercado que ele tem a sua disposição (RIBEIRO, 2007).

2.3 Contabilidade E Gestão

A informação se transformou em um mecanismo fundamental para qualquer organização, portanto não existe gerenciamento sem informação (MANÃS, 1999).

A contabilidade é um sistema de informação gerencial, base para a tomada de decisão, portanto os dados fornecidos se transformam em um dos recursos mais significativos da entidade ao proporcionar conhecimento para a administração dos negócios. Para tanto, a contabilidade é considerada uma ciência social por estudar a atuação das riquezas que se integram ao patrimônio em poder das ações humanas (LUNKES, 2003).

A contabilidade pode ser considerada como um sistema de informação que tem por objetivo promover aos usuários os dados para auxiliar na tomada de decisão (MARION, 2006). Normalmente os gestores solicitavam as informações que necessitavam de seus contadores, essa informação é gerada e fornecida de maneira integrada na entidade.

Os relatórios contábeis por conterem informações relevantes que permitam aos usuários uma avaliação econômico-financeira para auxílio na tomada de decisão. Entretanto a contabilidade atualmente não é responsável apenas por fornecer informações financeiras, mas também informações de mercado, aprendizado, qualidade, custos, produção entre outros (MARION, 2006)

Portanto a contabilidade torna-se peça chave do sucesso ao interagir com os meios de controle, planejamento e avaliação estratégica das empresas. Com isso o sucesso das empresas está diretamente ligado com a gestão estratégica e com a contabilidade ligado a essa gestão (OLIVEIRA, 1999).

No geral, a contabilidade é uma área muito importante para a entidade, e encontra-se presente no dia a dia das pessoas. A área gerencial assume não somente o gerenciamento contábil total de uma determinada empresa, mas em suas características globais, setoriais e especificas, com perspectiva de futuro (MARION, 2006).

3 METODOLOGIA

A pesquisa realizada foi do tipo descritiva de abordagem qualitativa por não buscar a representatividade numérica, mas, sim, a compreensão de um grupo social.

Pesquisa descritiva é aquela que analisa, observa, registra e correlaciona variáveis que envolvem fatos ou situações, sem manipulá-los (CERVO; BERVIAN, 1983).

Descrito abaixo estão algumas características desse tipo de pesquisa:

- Espontaneidade: o pesquisador não se envolve na realidade apenas observa os fatos ligados aos acontecimentos;
- Naturalidade: as variáveis são estudadas em seu lugar de ocorrência;

- Amplo grau de generalização: as conclusões levam em conta os fatos que podem estar correlacionados com o objeto pesquisado.

Foi utilizado o procedimento para pesquisa de campo, aquela que se caracteriza pelas investigações em que além da pesquisa bibliográfica ou documental, é realizado a coleta de dados juntos aa pessoas (FONSECA, 2002)

Tanto os procedimentos quanto as técnicas devem adaptar-se ao problema a ser estudado, às presunções levantadas e que se queria provar, e ao tipo de informantes com que se vai entrar em contato (MARCONI; LAKATOS, 1999)

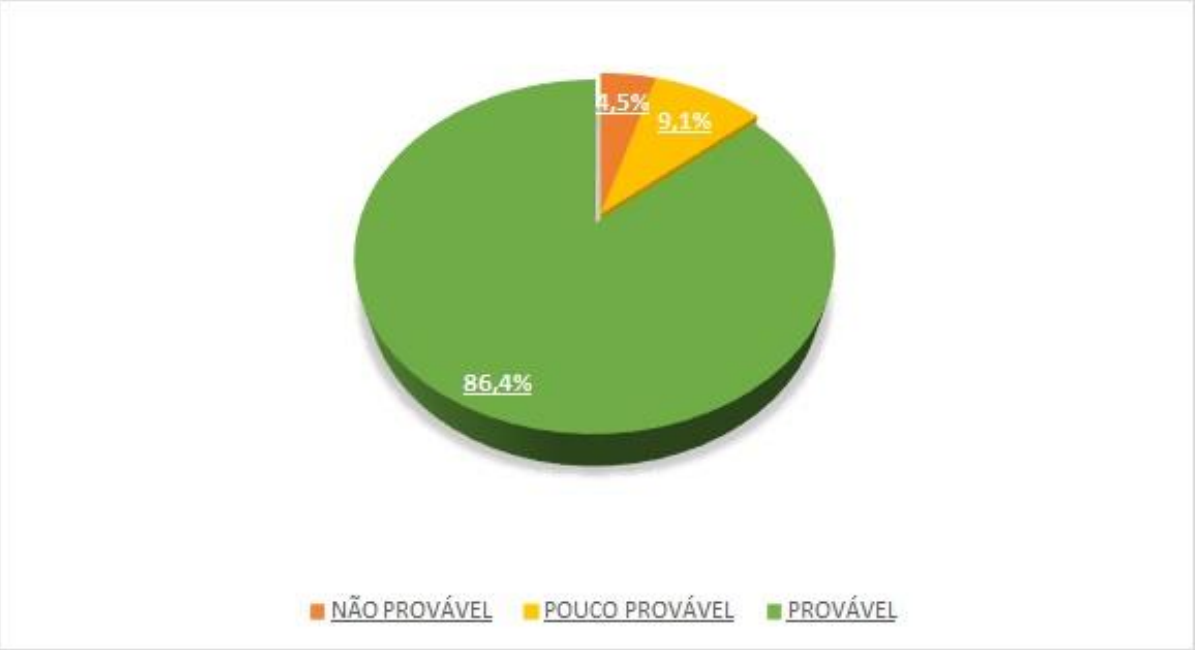
Para se encontrar o resultado foram distribuídos digitalmente por meio da ferramenta Google Docs questionários com um total de seis questões fechadas, com 3 alternativas de escolha cada questão, entre o período de setembro a outubro destinadas a profissionais da área contábil que exerçam as devidas funções na escrituração de empresas. Os links foram enviados por e-mail e whatsapp, foram respondidos 24 questionários no total.

4 ANÁLISES E DUSCUSSÃO DOS RESULTADOS

Os questionários respondidos pelos profissionais da área, no geral, responderam a problemática do trabalho. Abaixo estão os gráficos de cada uma das 6 questões contidas no questionário e suas devidas análises.

A primeira questão buscou saber pelos profissionais da área se o conhecimento contábil dos gestores e administradores de empresas auxilia na rotina do escritório.

Gráfico 1 – O conhecimento contábil otimiza o serviço do escritório?

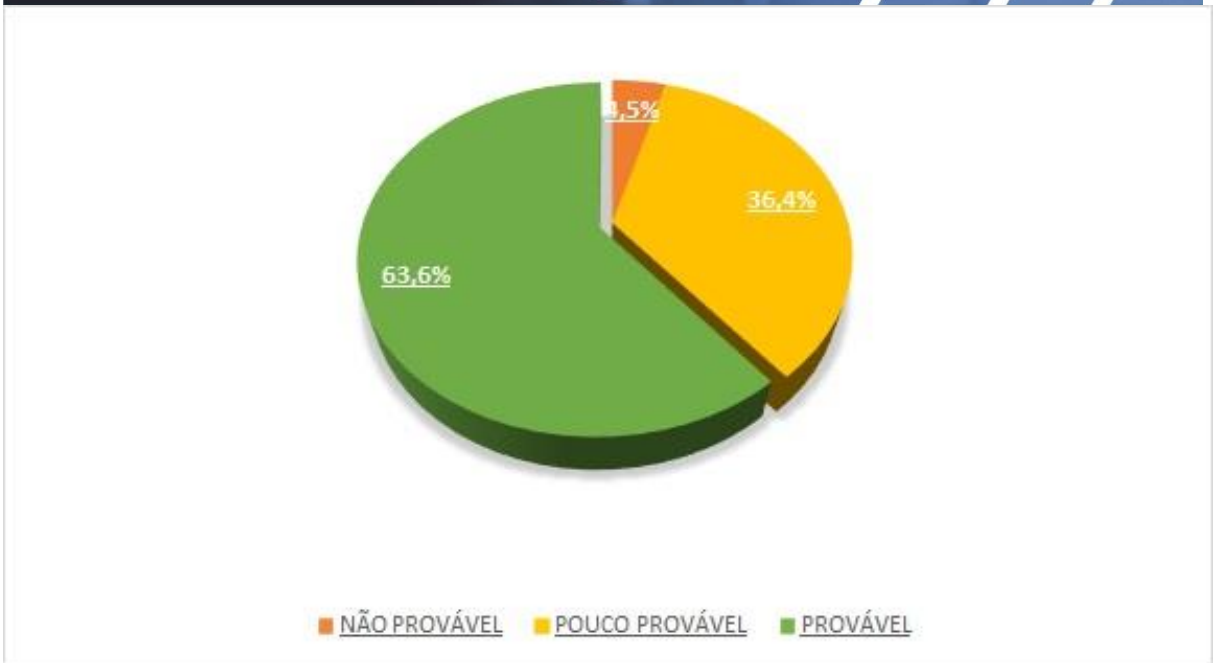


Fonte: Elaborado pela autora da pesquisa (2018).

Foram respondidos um total de 24 questionários, 86,4% dos entrevistados concordam que um gestor, colaborador ou administrador com conhecimento da área contábil/fiscal otimiza o serviço para o escritório de contabilidade, exatamente o que foi encontrado na literatura, pois de acordo com Marion (2009) a grande movimentação financeira e econômica das entidades, o colaborador que tem, mesmo que seja básico, conhecimento da área, auxilia de forma direta e indireta na rotina do escritório prestador de serviços contábeis.

A segunda questão visou saber se a empresa obtém algum lucro ao conceder o conhecimento aos seus colaboradores, se esse é um custo bem gasto.

Gráfico 2 – A empresa obtém algum ganho ao agregar a função de contador nas demais funções de um colaborador?

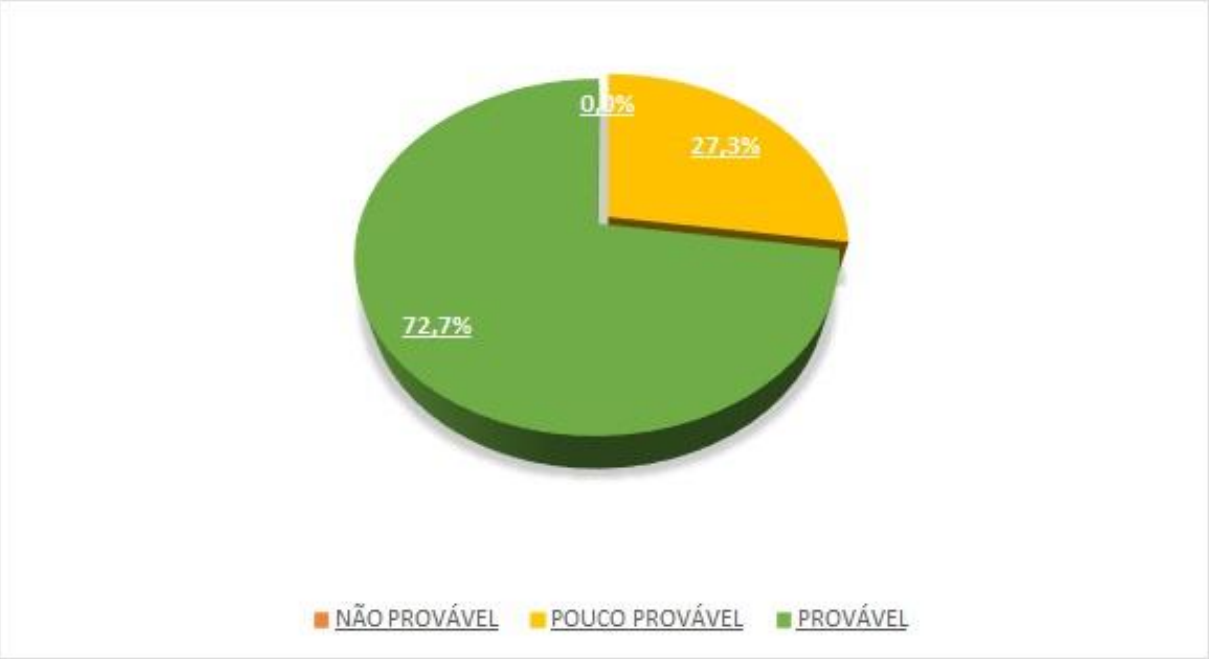


Fonte: Elaborado pela autora da pesquisa (2018).

Um total de 63,6% concorda que a partir do momento que o administrador decide agregar o conhecimento contábil/fiscal para um colaborador de fato obtém se lucro. O total de pessoas que consideram provável que a entidade tem um ganho ao agregar o conhecimento contábil ao colaborador, automaticamente concorda que é mais lucrativo ter o custo buscando tal conhecimento do que contratar outro funcionário com esse diferencial.

A questão três pesquisou se o profissional da área contábil tem contribuído para agregar tal conhecimento aos colaboradores da entidade.

Gráfico 3 – O colaborador/gestor recebe auxilio do contador para acrescentar no conhecimento contábil/fiscal?

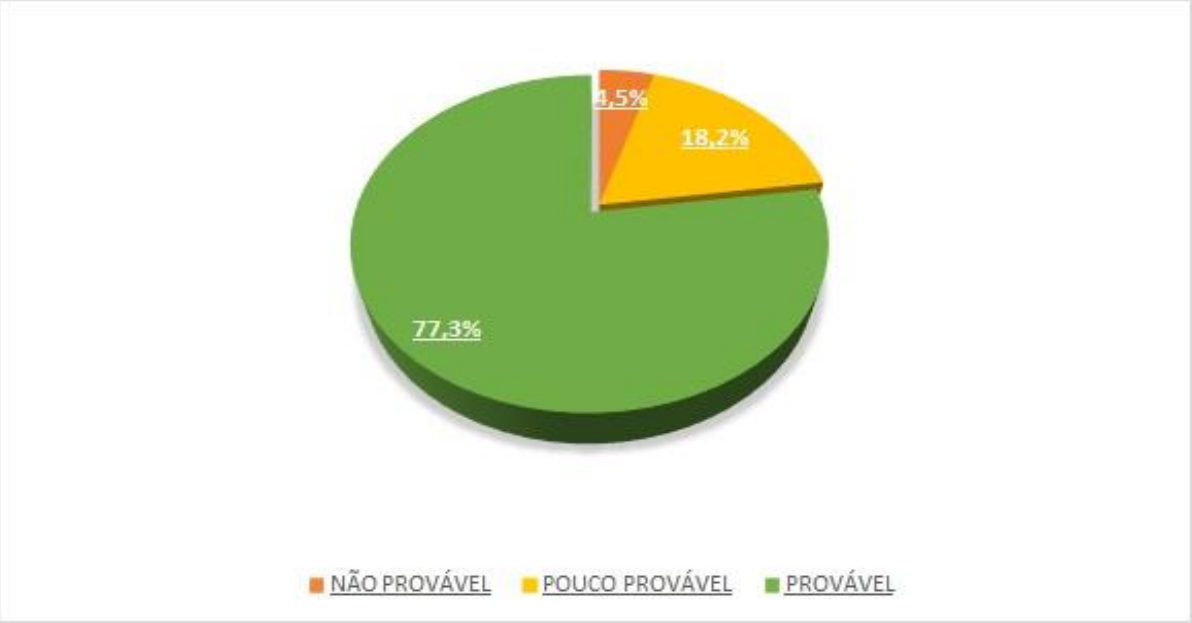


Fonte: Elaborado pela autora da pesquisa (2018).

A resposta de 72,7% é que seja provável o auxílio do contador para a soma de conhecimento da área. Durante a rotina administrativa, surgem dúvidas aos administradores e seus auxiliares quanto às obrigações, com isso, ao contatar seus contadores, recebem auxilio e respostas às dúvidas. Por causa do mercado tão concorrido, tal pensamento nos leva a ideia de Schwes (2001), o contabilista atualmente não deve se contentar apenas nas obrigações de uma entidade, mas auxiliar nas dúvidas de seus gestores. O profissional da área contábil busca sanar as dúvidas dos colaboradores de entidades, dessa forma tem havido um trabalho coletivo para o sucesso da empresa (MARION, 2002)

A questão de número 4 pediu a opinião dos contabilistas para saber se há dificuldade ao realizar as rotinas fiscais e contábeis de empresas com colaboradores e gestores de pouco conhecimento contábil.

Gráfico 4 – O contador encontra dificuldade ao realizar rotinas contábeis e fiscais de empresas com gestores com pouco conhecimento na área?

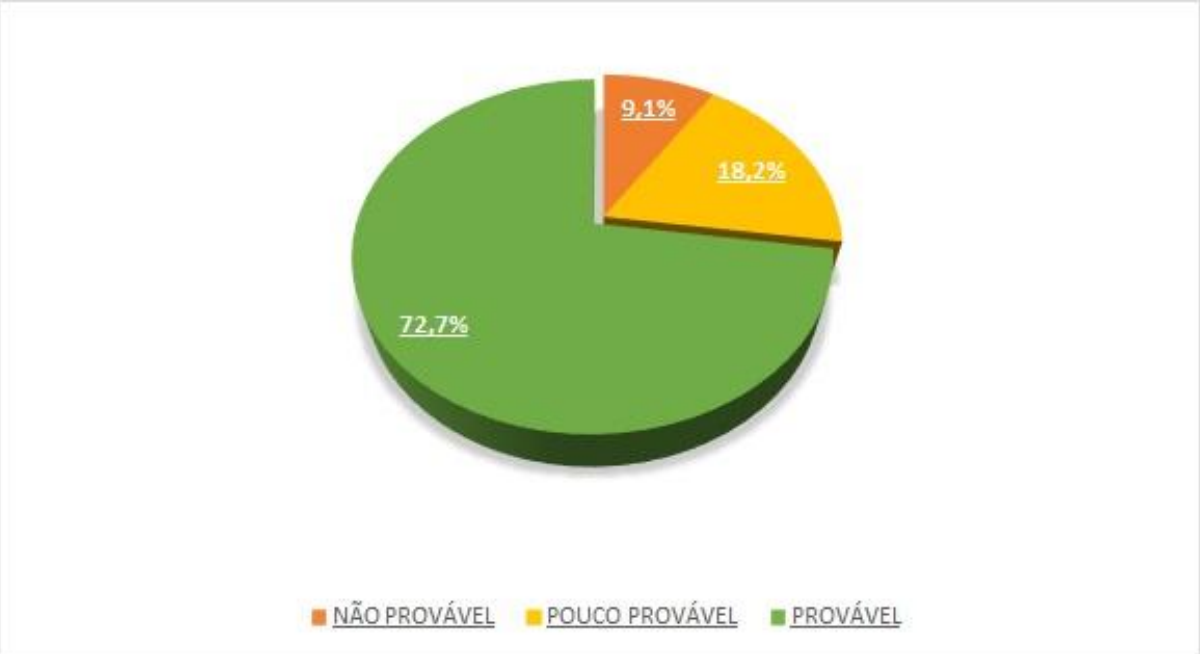


Fonte: Elaborado pela autora da pesquisa (2018).

Segundo 77,3% dos contadores entrevistados há dificuldade ao realizar rotinas do escritório contabilizando empresas com gestores de pouco conhecimento na área. O conhecimento contábil e fiscal básico, como declarações, quais impostos são pagos pela entidade e seus vencimentos, são os que fazem diferença para que o gestor possa contribuir para a rotina do escritório prestador de serviços contábeis (PADOVEZE,2009).

Por causa da tecnologia do mundo globalizado muitas vezes as dúvidas do dia a dia são respondidas pela internet, buscou-se através da questão 5 saber se essa fonte tem contribuído com o conhecimento dos profissionais.

Gráfico 5 – As fontes da internet ajudam a solucionar dúvidas dos colaboradores com a função contábil na entidade?

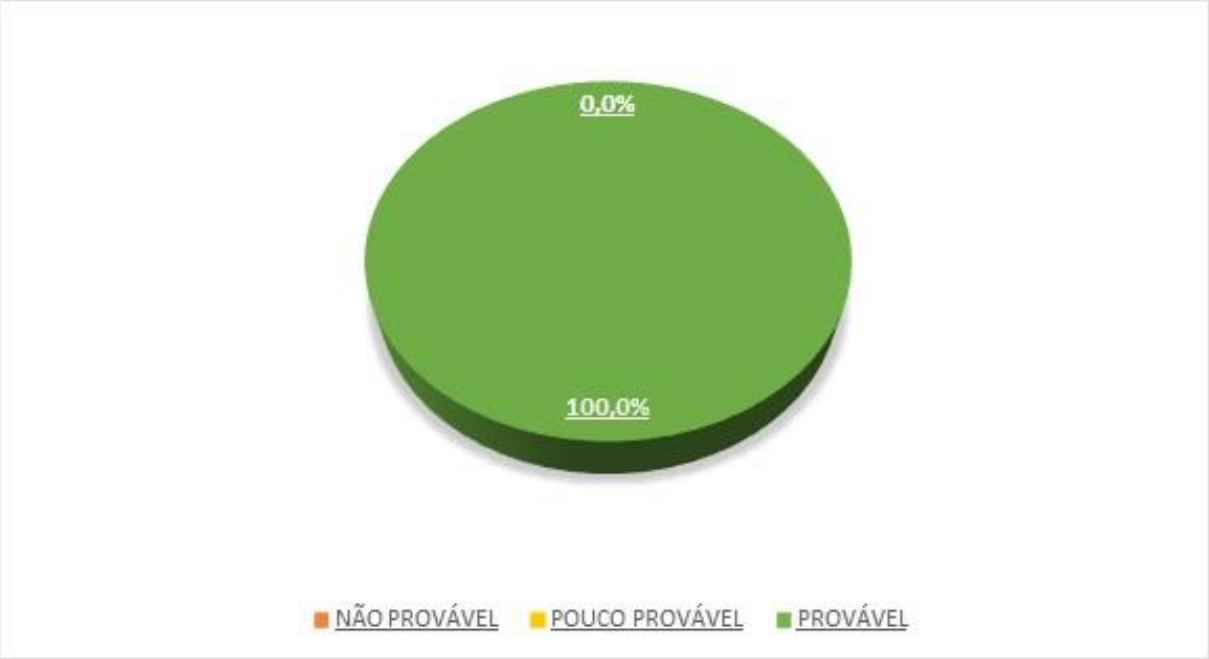


Fonte: Elaborado pela autora da pesquisa (2018).

Cerca de 72,7% concordam que provavelmente as fontes da internet ajudam a solucionar dúvidas dos seus colaboradores. A tecnologia atual é uma grande ferramenta para todos os tipos de cargos e funções. Kam (1990) já destacava que o conhecimento teórico da contabilidade é necessário para que a partir dele venha a prática, portando não se deve firmar somente nas técnicas disponibilizadas na internet, mas também se basear em toda a teoria da área.

A última questão buscou saber se no momento da contratação de colaboradores para a área administrativa da entidade os conhecimentos contábeis e fiscais, mesmo que básicos, contribuem como diferencial para a vaga.

Gráfico 6 – No momento da contratação o conhecimento fiscal/contábil é um diferencial levado em conta para o concorrente à vaga?



Fonte: Elaborado pela autora da pesquisa (2018).

Um total de 100% concorda que o conhecimento fiscal/contábil é sim um diferencial no momento da contratação. Ao serem efetuadas entrevistas e fases de contratação na área administrativa de uma empresa, seria viável somar aos requisitos o conhecimento da área, para que o colaborador auxilie a entidade nas suas obrigações fiscais. Por mais que a entidade vá contribuir para agregar mais desse conhecimento ao empregado, o conhecimento é sempre necessário, seja em que área for.

A pesquisa foi de grande proveito para a pesquisa em si, obteve-se grandes resultados e concluiu-se que o conhecimento dos colaboradores e administradores de empresas pode trazer mudanças e inovações para a entidade, a partir do momento que o profissional da área contábil puder contribuir na tomada de decisão através dos informativos e demonstrações.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo objetivou-se a avaliação da opinião e satisfação dos contabilistas e profissionais da área contábil a respeito do conhecimento contábil e fiscal dos gestores de empresas para contribuir na rotina do escritório prestador de serviços contábeis.

Atualmente o profissional contábil não deve se limitar somente em obrigações fiscais e previdenciárias, mas também estar atualizado e constantemente em busca de conhecimentos e novas técnicas para auxiliar na tomada de decisão dos administradores (SCHWEZ 2001).

A finalidade do estudo em si foi encontrada consequentemente com os resultados apurados pela aplicação dos questionários para profissionais da contabilidade. Segundo as respostas o gestor busca tal conhecimento, principalmente por meio da internet, e no momento da contratação presa por um profissional com base de conhecimento fiscal e contábil. Os contabilistas informaram ter certa dificuldade ao realizar as rotinas fiscais e contábeis de uma empresa com administradores de pouco conhecimento da área.

Tais empreendedores e gestores optam mais por agregar conhecimento ao colaborador que já se encontra na entidade e está adaptado ao ambiente, do que contratar um novo trabalhador com o diferencial de conhecimento. Esse conhecimento pode contribuir na tomada de decisão da entidade, pois a partir do momento que o colaborador, administrador e gestor obtém tal conhecimento, serão capazes de analisar as demonstrações contábeis e informativos gerados pelo profissional contábil e assim serão capazes de tomar decisões eficazes.

Para a realização de pesquisas futuras segue como sugestão o aprofundamento nas rotinas do escritório prestador de serviços contábeis, analisar quais as maiores dificuldades dos gestores em relação às obrigações da entidade e estudos de casos em empresas.

REFERÊNCIAS

BASSO, Irani Paulo. **Contabilidade geral básica.** 4. ed. Ijuí, RS: Unijuí, 2011.

CERVO, Amado Luiz, BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia científica:** para uso dos estudantes universitários. 2. ed. São Paulo: McGraw-HilI do Brasil, 1983.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica.** Fortaleza: UEC, 2002.

FRANCALANZA, Charles A. **Accounting education and change in financial accounting. Journal of Accounting Education**. Vol. 15, nº. 1, p. 109-122, 1997.

FRANCO, Hilário. **A evolução dos Princípios Contábeis no Brasil.** São Paulo: Atlas, 1999.

GLAUTIER, M. W. E; UNDERDOWN, B. ***Accouting Theory and Pratice*.** 5. ed., London: Pitman Publishing, 1995.

HORNGREN, Charles T.; FOSTER, George,; DATAR, Srikant M. **Contabilidade de custos.** 9. Ed. Rio de Janeiro: LTC – Livros Técnicos e Científicos Editora S.A, 2000.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. Análise de balanços. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

KAM, Vernon. **Accounting Theory**. 2. ed. Canada: Wiley, 1990.

LUNKES, Rogerio João. **Manual de Orçamento**. São Paulo: Atlas, 2003.

MANÃS, Antonio Vico. **Administração de Sistemas de Informação: como otimizar a empresa por meio dos sistemas de informação**. 3.ed. São Paulo: Erica, 1999.

MARCONI, Maria de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

MARION, J. C.; SANTOS, M. C. Os dois lados de uma profissão**. Contabilidade Vista e Revista**, v. 11, n. 2, p. 3-9, ago. 2000.

MARION, José Carlos. **Contabilidade Empresarial.** 12. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

_____. **Contabilidade Empresarial.** 15. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

_____. **Análise das demonstrações contábeis: contabilidade empresarial.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MARION, José Carlos. **Análise das demonstrações contábeis:** contabilidade empresarial**.** 2. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MORAES, D. D.; MADEIRA, G. J. A contabilidade como sistema de apoio à decisão. **Contabilidade Vista e Revista**, v.13, n. 3, p. 93-104, dez. 2002.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças. **Sistemas de Informações Gerenciais**.6. ed. São Paulo. Editora Atlas, 1999.

PADOVEZE, Clovis Luís. Contabilidade Gerencial: Um Enfoque em Sistema de Informação Contábil. 6. Ed. – São Paulo: Atlas, 2009.

PINHEIRO, Fábio Araújo. O postulado do usuário: incentivo do desenvolvimento da teoria da contabilidade e do contabilista. **Caderno de Estudos FIPECAFI.** v. 9, n.6, p. 59-65, jul/dez, 1997.

PIRES, C. B. **A formação e a demanda de trabalho do contador na região metropolitana de Porto Alegre – RS. Rio Grande do Sul,** 2008.

RIBEIRO, M. A. O contador "profissional" e o contador "aplicado". **Revista do Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, n. 5, p. 1-5, dez. 2007.

SÁ, Antônio Lopes de. **Teoria da Contabilidade.** 3. Ed. São Paulo: Atlas, 2002.

SCHWEZ, N. **Responsabilidade social:** meta e desafio profissional da contabilidade para o próximo milênio. RBC, ano. XXX, n. 130, jul/ago. 2001.

SIEGEL, G. e SORENSEN, J.E. **Counting more, counting less:** transformation in the management accounting profession. 1999.

SIEGEL, G., KULESZA, C.S. e SORENSEN, J.E. Are you read for the new accounting? **Journal of Accountancy**, v. 184, n.2, p.42-45. 1997.

SILVA, José Pereira da. **Análise financeira das empresas.** 8. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

SOUZA, L. H.; BARBOSA, P. M.; SILVA, V. P. **Educação continuada e obrigatoriedade de competências na formação e desempenho da profissão contábil.** III Congresso UFERSA de Contabilidade, Mossoró- RN, p. 196, 2006.

ALTUS CIÊNCIA
REVISTA ACADÊMICA MULTIDISCIPLINAR DA FACULDADE CIDADE DE JOÃO PINHEIRO

O TRATATAMENTO DIFERENCIADO CONFORME A CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 ÀS EMPRESAS OPTANTES PELO SIMPLES NACIONAL E O IMPACTO FINANCEIRO REFERENTE AO ICMS SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA COM A PUBLICAÇÃO DA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº. 87/2015

André Ernesto Campos[1]
Ana Clara Fonseca do Maral[2]
Alessandra Fonseca de Morais[3]
Cleyde Cristina Rodrigues[4]

Resumo: No Brasil, existem três regimes básicos de triNbutação: Lucro Real, Lucro Presumido e Simples Nacional, sendo que a maioria das pequenas e médias empresas se enquadram no sistema do Simples Nacional. O presente artigo foi realizado a partir da revisão bibliográfica de diversas pesquisas publicadas sobre o assunto, como também na legislação, objetivando demonstrar se há um tratamento diferenciado para uma empresa enquadrada no Simples Nacional, em operações comerciais com não contribuinte do ICMS (Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços), se confrontado a outro tipo de regime de tributação, avaliando através do ICMS Substituição Tributária. Foi constatado que embora alguns autores como Biava Júnior e Oydamari (2010) juntamente com Both, Wbatuba e Salla (2012) tenham afirmado que não existe um tratamento diferenciado para empresas do Simples Nacional. Com a publicação da Emenda Constitucional 87/2015, que sofreu mudanças em seus efeitos com a publicação da Liminar 5464/2016 do Supremo Tribunal Federal, as empresas pertencentes a esse regime de tributação na qualidade de substituto foram suspensas do pagamento do ICMS Diferencial de Alíquota.

Palavras-chave: Simples Nacional, ME, EPP e ICMS.

Abstract: In Brazil, there are three basic tax regimes: taxable income, Presumed Income and National Simple, and most small businesses fall under the National Simple system. This article was based on the literature review of several studies published on the subject, as well as in law, in order to demonstrate that there is a different treatment for a company framed in the National Simple, in trade with non-taxpayer ICMS (Tax on Circulation Goods and Services), confronted the other type of taxation system, evaluating through the ICMS tax substitution. It was found that although some authors as Biava Junior and Oydamari (2010) along with Both, Wbatuba and Salla (2012) have stated that there is no special treatment for companies in the National Simple. With the publication of Constitutional Amendment 87/2015, which has undergone

[1] Mestre em Ciências Contábeis pela Fundação Instituto Capixaba em Pesquisas em Contabilidade, Economia e Finanças – FUCAPE. E-mail: andrecampos.cont@gmail.com
[2] Mestre em Ciências Contábeis pela Fundação Instituto Capixaba em Pesquisas em Contabilidade, Economia e Finanças – FUCAPE. E-mail:anaclara86fonseca@gmail.com
[3]Doutora em Letras pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC-MG. E-mail: afm2203@yahoo.com.br
[4]Mestre em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Uberlândia – UFU. E-mail: cleyde.ufv@gmail.com

Recebido em 15/08/2019
Aprovado em 01/10/2019

changes in its effects with the publication of Injunction 5464/2016 of the Supreme Court, the companies belonging to the tax system as a substitute were suspended payment of the ICMS tax rate differential.

Keywords: National Simple, Small Companies, Medium Companies and ICMS.

1 INTRODUÇÃO

Segundo Faria e Silva (2014), o SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas) afirma que apenas 1% das empresas brasileiras não são de pequeno e médio porte. Além do que, as organizações de médio e pequeno porte, são as responsáveis por mais da metade dos empregos formais.

Ainda segundo os autores acima, nos últimos três anos, as pequenas e médias empresas cresceram mais de 60% no país, esse aumento foi responsável por 25% de R$ 1,2 bilhão de negócios realizados pelas administrações públicas (Federal, Estadual e Municipal). Esses dados elevam a relevância dessas empresas para o país, como também, a necessidade de procedimentos adequados de prestações de contas, que possam atender aos diversos usuários da informação, sendo eles: clientes, investidores, financiadores e outros credores.

De acordo com Castro e Santos (2013, p. 80): “Uma microempresa por mais simples que seja não deixa de ser uma organização empresarial pelo lugar que está toda tem seu corpo diretivo, sua atividade operacional, seus consumidores”.

No Brasil, existem três regimes básicos de tributação: Lucro Real, Lucro Presumido e Simples Nacional, sendo que a maioria das pequenas e médias empresas, se enquadram no regime tributário do Simples Nacional. Com a vigência da Emenda Constitucional 87/2015, houve alteração no ICMS/ST, especificadamente no que tange ao ICMS – Diferencial de Alíquota. Dessa forma, segue-se a seguinte pergunta problema: realmente existe tratamento diferenciado de uma empresa optante pelo Simples Nacional para outro regime de tributação, no que se refere ao ICMS/ST?

Portanto, o objetivo desta pesquisa é demonstrar se há um tratamento diferenciado para uma empresa enquadrada no Simples Nacional, quando a mesma vende para não contribuinte do ICMS, em relação ao ICMS/ST, confrontado com outro regime de tributação.

Essa pesquisa justifica-se, por demonstrar que apesar de uma empresa do Simples Nacional ter um regime diferenciado, garantido pela CF/88 LC 123/2006 na prática pode não ocorrer quando se trata de ICMS/ST.

As pequenas e médias empresas têm grande participação na economia brasileira, por apresentar uma quantidade relevante de receita econômica. Muitas dessas empresas possuem

controle familiar, não possuindo influência de acionistas externos ou outros tipos de investidores, por não apresentar em sua maioria assimetria informacional, já que o proprietário é o próprio gestor do negócio (PAES, 2014).

A ME e a EPP são geralmente dirigidas pelo pequeno empresário e componentes de sua família. [...]. O tratamento diferenciado, simplificado e favorecido tem como objetivo facilitar a constituição e o funcionamento de unidades produtivas de pequeno porte, com vistas ao fortalecimento de sua participação no processo de desenvolvimento econômico e social. (Roque, p. 85, 2003)

O presente artigo está dividido em cinco sessões: introdução, fundamentação teórica, metodologia da pesquisa, análise dos resultados e considerações finais.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 DEFINIÇÃO DE ME'S E EPP'S

Antes da CF/88, segundo Silva (2008), as ME's possuíam um tratamento diferenciado, com o objetivo de simplificar as obrigações administrativas, tributárias, previdenciárias, desenvolvimento industrial, de acordo com o Estatuto da microempresa (Lei n.º 7.256/84):

> à microempresa é assegurado tratamento diferenciado, simplificado e favorecido, nos campos administrativos, tributário, previdenciário, trabalhista, creditício e de desenvolvimento empresarial, de acordo com o disposto nesta Lei.

Todavia, a Constituição Federal de 1988, já previa a criação da EPP, estabeleceu seu art. nº 179, conforme segue:

> a União, os Estados, o Distrito Federal e os municípios dispensaram e às microempresas e às empresas de pequeno porte, assim definidas em lei, tratamento judiciário diferenciado, visando a incentivá-las pela simplificação de suas obrigações administrativas, tributarias, previdenciárias, ou pela eliminação ou redução destas por meio de lei.

Desde que não vedada ao tratamento jurídico diferenciado, previsto na Lei Complementar 123/2006 ME e EPP, são definidas em seu Art. 3º:

> Consideram-se microempresas ou empresas de pequeno porte, a sociedade empresária, a sociedade simples, a empresa individual de responsabilidade limitada e o empresário devidamente registrados no Registro de Empresas Mercantis ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, conforme o caso, desde que:

> I - no caso da microempresa, aufira, em cada ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais); e
> II - no caso da empresa de pequeno porte, aufira, em cada ano-calendário, receita bruta superior a R$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e igual ou inferior a R$ 3.600.000,00 (três milhões e seiscentos mil reais).

Segundo Requião (2003), a microempresa é um minúsculo organismo empresarial, antes de sua regulamentação, as leis comerciais e fiscais já tratavam de atender as estritas circunstâncias de cada caso, porém sem uma sistematização.

2.2 SURGIMENTO DO SIMPLES NACIONAL

A Constituição Federal de 1988 – procurando por fazer uma sociedade democrática e fraterna de acordo com Rocha e Duarte (2008) e também buscando o desenvolvimento econômico e social, conseguiu trazer avanços nas propostas sociais e pesados encargos sobre as cadeias produtivas decorrentes de novos direitos que apesar de não serem considerados injustos não são compatíveis com a desigual realidade brasileira.

"A diretriz que impõe tratamento diferenciado e favorecido para as micro e pequenas empresas está presente na atual Constituição Federal brasileira desde sua promulgação. " (BARCELAR, p. 383, 2012)

Para favorecer às MEs e EPPs foi criado o Simples Federal (Lei nº 9.317/96) que dispunha sobre o regime tributário das microempresas e das empesas de pequeno porte, sendo considerado ME, a pessoa jurídica de direito privado não vedada pela lei a efetuar a opção pelo regime tributário diferenciado, que auferiu receita bruta não superior a R$240.000,00 no ano calendário. Enquanto para a EPP, o faturamento bruto anual não podia ultrapassar R$2.400.000,00.

Com a revogação da Lei nº 9.317/96, pela LC nº 123/2006, o Simples Federal transformou-se em Simples Nacional, também popularmente conhecido como "Super Simples", que vigorou a partir de 01 de julho de 2007.

As mudanças foram significativas, dentre as principais são: novos limites de faturamento para definição de micro de empresa e empresa de pequeno porte passaram para: R$360.000,00 e R$3.600.000,00, respectivamente. No entanto, a de maior relevância segundo Silva (2008) foi à inclusão de novos tributos no sistema simples de recolhimento como, ISS e ICMS, exceto para algumas atividades prestadora de serviços.

Contudo, vale ressaltar que conforme legislação, nem toda empresa enquadrada como ME ou EPP, pode optar pelo Simples Nacional, de acordo com o Art. 17 da Lei 123/2006.

2.3 CARACTERÍSTICAS DO SIMPLES NACIONAL

Para Ávila (2010), a LC 123/2006 tem como intuito consentir à necessidade de aparelhar o Estado com instrumentos jurídicos capazes de atender a dois objetivos: primeiramente implementou a justiça tributária por meio da consideração da capacidade contributiva, presumidamente menor quando se trata de microempresa e empresa de pequeno porte e posteriormente implantou as finalidades extrafiscais de desenvolvimento de setores e atividades não devidamente desenvolvidas.

Barcelar (2012), afirma que mesmo numa análise simplificada dos anexos da LC 123/2006 se pode observar o atendimento de princípios constitucionais como os da isonomia, da capacidade contributiva, da progressividade e da proporcionalidade. Pois, nas primeiras quatro faixas do anexo I da LC 123/2006 (ANEXO II), constata-se que na medida em que o faturamento da empresa aumenta a alíquota a ser aplicada aumenta.

Sendo assim, entende-se que, quem tem maior capacidade contributiva (maior receita bruta) paga valores proporcionalmente maiores, não só em decorrência do aumento da base de cálculo como também em decorrência dos progressivos aumentos que sofrem as alíquotas. Essa é uma abordagem que pode ser estendida para os outros anexos, pois se comportam todos de maneira igual. (BARCELAR, 2012)

Ainda, Pavani (2007) *apud* Barcelar (2012) descreve que o sistema Simples de recolhimento de impostos é uma alternativa de tributação, uma opção às microempresas e empresas de pequeno porte de escolher por essa forma de tributação. De um modo que as microempresas recolherão seus impostos e contribuições, perante um documento único de arrecadação, reduzindo em muito, a burocracia.

O autor Elali (2005) cita que o Simples surgiu com o intuito, de extinguir problemas como guerra fiscal, ou seja, a manutenção de programas de ajuste fiscal e o desenvolvimento de políticas econômicas nacionais, com o fim principal de se reduzir desigualdades regionais e problemas sociais.

Por fim, Marins e Bertoldi (2007), afirmam que o Simples Nacional é: regime especial de tributação por estimação objetiva, composto em microssistema tributário, material, formal e processual, responsável por unificar a fiscalização, o lançamento e a arrecadação de determinados impostos e contribuições da competência do Governo Federal, Estados, Municípios e Distrito Federal, aplicável opcionalmente às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, com o desígnio de garantir a estes contribuintes tratamento fiscal diferenciado e favorecido, em caráter parcialmente substitutivo ao regime geral e compulsório.

2.4 ICMS – SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA

O ICMS é o mais importante tributo da alçada estadual, e é regulado pela Lei Complementar nº 87/96 e popularmente conhecida como Lei Kandir. Dentro da legislação do ICMS também devem ser considerados os convênios e protocolos que são acordados entre os estados e Distrito Federal.

De acordo com Both, Wbatuba e Salla (2012) o ICMS - imposto sobre as Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação, é cobrado na comercialização de mercadorias e prestações de serviço, pelos Estados e Distrito Federal e por resolução constitucional é um imposto não cumulativo, ou seja, do imposto devido em cada operação é creditado o valor pago na operação anterior.

Abreu (2008, p.63), descreve:

> [...] cada estado tem seus interesses e alíquotas diferentes, que refletem as desigualdades sociais. No Sudeste por exemplo, a alíquota base é 18%. Já no Nordeste, uma região mais pobre, uma alíquota assim seria impossível. Apesar de, teoricamente a tarifa ser repassada pelo comerciante ou fornecedor ao produto, quem assume o valor da carga tributária é o consumidor final, que a paga embutida no valor da mercadoria adquirida.

O caso do ICMS ser um tributo de competência estadual faz em que cada Estado tenha sua própria legislação. O fato das mercadorias circularem por diversos estados, faz com que este tributo seja de extrema complexidade. (REZENDE, PEREIRA e ALENCAR, 2010)

Abreu (2008) cita a Substituição Tributária, como uma peculiaridade do ICMS, que foi criada pelos estados para, entre outras questões, buscar uma melhor forma de controle da arrecadação.

Autores, como Rezende, Pereira e Alencar (2010), quando se refere a ICMS/ST atribui-se a uma determinada conexão da cadeia a responsabilidade de antecipar os recolhimentos que ocorreriam nas transações subsequentes, ou seja, a substituição tributária é a estratégia de arrecadação de tributos pelo qual a responsabilidade pelo pagamento do montante de ICMS devido em cada uma das fases da cadeia comercial é conferida ao contribuinte responsável denominado substituto tributário.

Meira Junior (2001) afirma que o regime da Substituição Tributária ao estabelecer a obrigação antecipada do recolhimento a terceiros não abstém que os substitutos tendo relação com o substituído, repassem o tributo de forma embutida no preço total de venda.

A metodologia mais utilizada para ICMS/ST é a chamada substituição para frente. Como cita Rosa (2009, p.53-54):

> a substituição tributária das operações subseqüente, também chamada de substituição para frente, ocorre quando, por exemplo, uma fábrica de cigarros, ao vender para o comerciante, debita o imposto normal sobre sua operação, mas também já calcula o imposto do comerciante, referente a operação subseqüente, cobra na nota fiscal, apura e declara separadamente o valor do imposto retido e recolhe ao Estado, como substituto.

Segundo Assef (2003) existe uma tendência de criação de substitutos tributários, em vários ramos de atividades, é latente, defronte a enorme facilidade de apuração do valor devido e especialmente reduz a sonegação fiscal.

Todavia, Rezende, Pereira e Alencar (2010), se opõe a ideia de Assef (2003) citada no parágrafo anterior, embora a substituição tributária ser um artifício aparentemente atraente, para o governo tem surgido indagações de algumas empresas sujeitas a esse tipo de tributação, haja vista que o tributo é sobre um valor estimado, que em sua essência no final da cadeia o valor da venda pode ser inferior ao valor presumido para recolher o ICMS/ST, causando assim um recolhimento maior que o que seria no sistema normal.

De acordo com Both, Wbatuba e Salla (2012) uma empresa optante pelo Simples Naciona, que adquire uma mercadoria sobre a qual incidiu a Substituição Tributária, ela irá pagar, agregado ao custo da mercadoria, o mesmo valor que a instituição Categoria Geral. O oposto do que ocorre quando é empregada a opção de Tributação Integral, na Substituição Tributária não há nenhuma diferenciação de tratamento para a empresa por ela ser uma Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte.

Biava Júnior e Oydamari (2010) seguem a mesma linha dos autores supracitados. Pois, em sua pesquisa constataram que para as microempresas e empresas de pequeno porte, este sistema de tributação de retenção antecipada do ICMS nas fontes, acaba por anular o "tratamento tributário diferenciado e mais benéfico", conferidos às ME's e EPP's pela CF/88 e pela legislação tributária em geral.

O tratamento diferenciado garantido pela CF/88 as empresas optantes pelo Simples Nacional, sofreu um abalo com a recente Emenda Constitucional 87/2015 que obrigou estas empresas a recolherem antecipadamente o ICMS – DIFAL nas vendas efetuadas a não contribuintes do ICMS, prometendo assim um aumento no custo geral da operação, tal como, um planejamento tributário extraordinário. Pois, Sholes et al. (2013) um planejamento tributário deve considerar todos os custos, todas as partes e todos os tributos.

Porém, Dias Toffoli ministro do Supremo Tribunal Federal publicou a Liminar 5464 suspendendo a eficácia da referida EC 87/2015 para as empresas enquadradas no Simples Nacional, sustentando o autor que a alteração da tributação relativa ao ICMS das empresas optantes pelo Simples Nacional depende de Lei Complementar, declarando assim a inconstitucionalidade da EC 87/2015.

A Federação Brasileira de Associações de Fiscais de Tributos Estaduais, em 03 de janeiro de 2015, entrou com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade, junto ao Supremo Tribunal Federal, encaminhada ao Ministro Ricardo Lewandowski, com o objetivo suspender a eficácia, declarando a inconstitucionalidade de algumas das regras veiculadas pela Lei Complementar n. 147/2014, especialmente aquelas que eliminam a independência normativa e administrativo-tributária dos Estados e do Distrito Federal para tributar, disciplinar e fiscalizar a substituição tributária do ICMS em relação às operações relativas à circulação de produtos/mercadorias destinadas a empresas enquadradas sob o regime tributário designado como "Simples Nacional", como consta nos trechos abaixo:

> Pelas regras da LC 147/2014 (letra "a" do inciso XIII do §1º do artigo 13), poucas atividades econômicas restaram mantidas sob o controle dos Estados e do Distrito Federal, representando uma pequena parte das vendas de mercadorias destinadas a milhões de comerciantes varejistas - os quais eram antes substituídos tributários no pagamento do ICMS. Se efetivada a mudança pretendida pelas inquinadas regras da LC 147/2014, restará desmontado o sistema de substituição tributária do ICMS desenvolvido ao longo dos últimos quarenta anos no país, frustrando o objetivo de viabilizar a cobrança do ICMS pelas Fazendas Estaduais sobre milhões de comerciantes distribuídos em todo território nacional. A gravidade do novo regime se verifica, sobretudo, porque as normas trazidas pela LC 147/2014 ampliam o leque de atividades econômicas beneficiárias do regime tributário do SIMPLES NACIONAL, dentro do que vem sendo denominado UNIVERSALIZAÇÃO DO SIMPLES NACIONAL. Assim, quase todas as empresas dos mais diversos segmentos econômicos ficarão excluídas da SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA DO ICMS.

3 METODOLOGIA

Esta pesquisa se apresenta como bibliográfica, de acordo com Markoni e Lakatos (2011) foi realizada a partir de artigos, teses, dissertações, livros e a própria legislação brasileira para sanar tanto da pergunta problema como o objetivo.

Esse estudo procurou tratar dentro da LC 123/2006, juntamente com a legislação do ICMS uma revisão bibliográfica, trazendo à tona vários estudos de diversos autores sobre o tema, se houve mesmo um tratamento diferenciado para empresas optantes pelo Simples Nacional no que tange as vendas de mercadorias sujeitas ao regime substituição tributária, como

também vendas para não contribuintes do ICMS. Dessa forma, ao relatar esse fenômeno, este trabalho se caracterizada, como uma pesquisa descritiva. (SILVA, 2006)

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Com o intuito de demonstrar se há ou não tratamento diferenciado para as empresas optantes pelo simples nacional no que tange ao ICMS/ST, seguem as tabelas:

TABELA 1: ICMS/ST NA EMPRESA DO SIMPLES NACIONAL
Em valores e percentuais
CÁLCULO FEITO PELO SUBSTITUTO

Vr. da merc.	ICMS normal	MVA	B.c. ICMS/ST	ICMS/ST
R$ 1.000,00	R$ 170,00	48,40%	R$ 1.484,00	R$ 82,28

Fonte: Adaptado de Both, Wbatuba e Salla (2012).

TABELA 2: ICMS/ST NA EMPRESA NÃO OPTANTE PELO SIMPLES NACIONAL
Em valores e percentuais
CÁLCULO FEITO PELO SUBSTITUTO

Vr. da merc.	ICMS normal	Mva	B.c. ICMS/ST	ICMS/ST
R$ 1.000,00	R$ 170,00	48,40%	R$ 1.484,00	R$ 82,28

Fonte: Adaptado de Both, Wbatuba e Salla (2012).

TABELA 3: IMPACTOS DEVIDOS A EMENDA CONSTITUCIONAL 87/2015 COM RELAÇÃO AO ICMS-DIFAL NAS VENDAS A NÃO CONTRIBUINTES DO ICMS
Em afirmações

Regime de tributação	Mudança c/ a EC 87/2015	Benefício Liminar 5464/2016 do STF	Risco de passivo oculto devido a cassassão da Liminar 5464/2016

Simples Nacional	Sim	Sim	Sim
Não Simples Nacion.	Sim	Não houve	Não há

Fonte: Elaborada pelo autor do artigo.

As tabelas 1 e 2 demonstraram através de cálculos simulados que não há tratamento diferenciado referente ao ICMS Substituição Tributária confrontando empresas Optantes pelo Simples Nacional com empresas tributadas pelo Lucro Real e Presumido.

Mesmo a Constituição Federal de 1988 assegurar tratamento diferenciado para pequenas e médias empresas, conforme embasa o Excelentíssimo Ministro do Supremo Tribunal Federal Dias Toffoli na decisão da Liminar 5464/2016: "o art. 146, III, d, da Constituição dispôs caber a lei complementar a definição de tratamento diferenciado e favorecido para as microempresas e para as empresas de pequeno porte". De acordo com a citação do Ministro do STF:

> Art. 146. Cabe à lei complementar:
> I - dispor sobre conflitos de competência, em matéria tributária, entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios;
> II - regular as limitações constitucionais ao poder de tributar;
> III - estabelecer normas gerais em matéria de legislação tributária, especialmente sobre:
> (.....)
> d) definição de tratamento diferenciado e favorecido para as microempresas e para as empresas de pequeno porte, inclusive regimes especiais ou simplificados no caso do imposto previsto no art. 155, II, das contribuições previstas no art. 195, I e §§ 12 e 13, e da contribuição a que se refere o art. 239.

A tabela 3 enfatiza o entendimento do Ministro Dias Toffoli, pois, a Emenda Constitucional 87/2015 perdeu sua eficácia no que se refere às empresas Optantes pelo Simples Nacional. Porém, conforme ainda demonstrado na referida tabela 3, as empresas do Simples Nacional estão à mercê da Liminar 5464/2016 para que continuem usufruindo da não obrigação ao recolhimento do ICMS/Difal sobre as vendas a não contribuintes do ICMS de outros estados.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A União, ao não oferecer um tratamento diferenciado para arrecadação da Substituição Tributária para as empresas optantes pelo Simples Nacional, está ferindo a Constituição Federal de 1988, que conferiu aos pequenos e microempresários o direito de ter um tratamento tributário favorecido. (Both, Wbatuba e Salla 2012)

Diante dessas ocorrências, o presente estudo pôde concluir que há necessidade de alteração na legislação do ICMS Substituição Tributária no que diz respeito à sua incidência para as ME's e EPP's no regime Simples Nacional, pois há clara incompatibilidade entre as duas formas de tributação. (MARINS e BERTOLDI 2007)

Tanto a problemática como o objetivo deste artigo foram respondidos, mesmo apesar de alguns autores como Biava Júnior e Oydamari (2010) juntamente com Both, Wbatuba e Salla (2012) terem afirmado que não existe um tratamento diferenciado para empresas do Simples Nacional.

A partir da vigência da Emenda Constitucional 87/2015, impactada com a publicação da Liminar 5464/2016 do STF, as empresas enquadradas no regime de tributação do Simples Nacional, foram desobrigadas do recolhimento do ICMS-DIFAL derivado das vendas a não contribuintes do ICMS, existindo assim um tratamento diferenciado em relação às empresas que estão inseridas no Lucro Real e Lucro Presumido.

Dessa forma para pesquisas futuras recomenda-se um estudo empírico, ou seja, um estudo prático sobre este tema, para mostrar quantitativamente a economia que as empresas pertencentes ao Simples Nacional estão tendo com a publicação da Liminar 5464 e quanto será o passivo oculto que as empresas com tratamento diferenciado nos termos da lei 123/2006 estão acumulando caso a liminar seja cassada.

6 REFERÊNCIAS

ABREU, Andréia. **Gestão Fiscal nas empresas.** São Paulo: Atlas, 2008.

ASSEF, Roberto. **Guia prático de formação de preços: aspectos mercadológicos, tributários e financeiros para pequenas e médias empresas.** Rio de Janeiro: Campus, 2 ed, 2003.

ÁVILA, Humberto. **Sistema Constitucional Tributário**. 4 ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

BARCELAR, Lúcia Souza. Simples Nacional: Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos. **Revista do Mestrado em Direito.** v. 6, n. 2, p. 377-411, jul/dez 2012. Disponível em: <https://portalrevistas.ucb.br/index.php/rvmd/article/viewFile/3737/2241>. Acesso em 19 jun. 2016.

BIAVA JÚNIOR, Roberto e OYDAMARI, José Carlos Tiomatsu. Impactos da Substituição Tributária do ICMS na Lucratividade e nos Custos Empresariais. **Revista de Contabilidade – Ufba,** Salvador –Ba, v. 4, n. 2, p. 71-91, mai/ago 2010.
Disponível em:
<http://www.portalseer.ufba.br/index.php/rcontabilidade/article/view/4456/3368>. Acesso em: 18 jun. 2016.

BOTH, Fernanda Klein; WBATUBA, Berenice e SALLA, Neusa Gonçalves. O impacto da substituição tributária do ICMS nas empresas do Simples Nacional: Custo x Preço de venda. **IX Convibra Administração – Congresso Virtual Brasileiro de Administração,** 2012. Disponível em: <http://www.convibra.org/upload/paper/2012/33/2012_33_4890.pdf>. Acesso em: 19 jun. 2016.

BRASIL. Lei nº. 7.256 de 27 de novembro de 1984. Estabelece Normas Integrantes do Estatuto da Microempresa, Relativas ao Tratamento Diferenciado, Simplificado e Favorecido, nos Campos Administrativo, Tributário, Previdenciário, Trabalhista, Creditício e de desenvolvimento Empresarial. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7256.htm>: Acesso em 18 jun. 2016

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Diário Oficial da União. Poder Executivo, Brasília, DF, 05 out. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/principal.htm>.Acesso em 18 jun. 2016.

_____. **Emenda Constitucional nº. 87/2015**. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc/emc87.htm>. Acesso em 26 abr. 2016.

_____. **Lei Complementar nº 87 de 13 de setembro de 1996**. Dispõe sobre o imposto dos Estados e do Distrito Federal sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, e dá outras providências. (LEI KANDIR).. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp87.htm>.Acesso em 18 jun. 2016.

_____. **Lei Complementar nº. 147 de 07 de agosto de 2014**. Altera a Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006, e as Leis nos 5.889, de 8 de junho de 1973, 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, 9.099, de 26 de setembro de 1995, 11.598, de 3 de dezembro de 2007, 8.934, de 18 de novembro de 1994, 10.406, de 10 de janeiro de 2002, e 8.666, de 21 de junho de 1993; e dá outras providências. Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp147.htm>.Acesso em 25 jun. 2016

_____. **Lei nº 9.317 de 5 de dezembro de 1996**. Dispõe sobre o regime tributário das microempresas e das empresas de pequeno porte, institui o Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de pequeno Porte – SIMPLES e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9317.htm>.Acesso em 18 jun 2016.

_____. **Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006**. Define as normas gerais relativas ao tratamento diferenciado e favorecido a ser dispensado às ME e EPP no âmbito de todos os entes da Federação. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LCP/Lcp123.htm>.Acesso em 18 jun 2016.

_____. Supremo Tribunal Federal. **Medida Cautelar na Ação Direta de Inconstitucionalidade 5.464 Distrito Federal**. Disponível em:< http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticiaNoticiaStf/anexo/ADI5464.pdf>.Acesso em 26 abr. 2016.

CASTRO, Monara Souza de e SANTOS, Fernando de Almeida. Os desafios para as Micro e Pequenas Empresas no Brasil, com a harmonização contábil internacional: um estudo de caso sobre Mortugaba. **ENIAC Pesquisa,** Guarulhos (SP), v. 2, n. 2, p. 77-95, jul/dez 2013. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/gianti/files/artigos/2008/2008_232_AMS_HF_RAUSPe.pdf>. Acesso em: 27 jan. 2016.

ELALI, André. **O federalismo fiscal brasileiro e o sistema tributário nacional.** São Paulo: MP, 2005.

FARIA, Camilla Teles de Araújo; SILVA, Denise Mendes da. A doção do CPC PME – Contabilidade Para Pequenas e Médias Empresas. **Revista de Contabilidade da Ufba.** v. 8, n 3, p. 75-91, Set/Dez 2014. Disponível em: <http://www.portalseer.ufba.br/index.php/rcontabilidade/article/viewArticle/9794>. Acesso em: 25 jan. 2016.

FEDERAÇÃO BRASILEIRA DE ASSOCIAÇÕES DE FISCAIS DE TRIBUTOS ESTADUAIS, **Ação Direta de Inconstitucionalidade Com Pedido de Liminar Encaminhada ao Supremo Tribunal Federal**, Brasilia, DF, 03 jan. 2015. Disponível em: http://s.conjur.com.br/dl/federacao-adi-simples.pdf>.Acesso em: 19 jun. 2016

LAKATOS, Eva Maria e MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia Científica**. São Paulo: Atlas, 6 ed, 2011.

MARINS, James; BERTOLDI, Marcelo M. **Simples Nacional: Estatuto da microempresa e da empresa de pequeno porte comentado.** São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.

MEIRA JUNIOR, José Julberto. **ICMS: substituição tributária**. Curitíba, PR: Juruá, 2001.

PAES, Nelson Leitão. Simples nacional no Brasil: o difícil balanço entre estímulos às pequenas empresas e aos gastos tributários. **Revista nova economia**, Belo Horizonte, v. 24, n. 3, p. 541-554, set./dez. 2014. Disponível em: < http://www.scielo.br/pdf/neco/v24n3/0103-6351-neco-24-03-00541.pdf>. Acesso em: 07 set. 2015.

REQUIÃO, Rubens. **Curso de direito comercial**. 25. ed. São Paulo: Saraiva, 2003, v. 1.

REZENDE, Amaury José; PEREIRA, Carlos Alberto; ALENCAR, Roberta Carvalho de. **Contabilidade Tributária: Entendendo a lógica dos tributos e seus reflexos sobre os resultados das empresas**. São Paulo: Atlas, 2010.

ROCHA, Ludeci Camacho da e DUARTE, Vera Lucia. **Simples: incentivo a competitividade das micro e pequenas empresas no Brasil.** Londrina – PR, 2008. Disponível em: <https://www.inesul.edu.br/revista/arquivos/arq-idvol_5_1247864487.pdf> Acesso em: 19 jun. 2016.

ROQUE, Sebastião José. **Tratado de direito empresarial**. São Paulo: Ícone, 2003.

ROSA, José Roberto. **Substituição Tributária no ICMS.** Itu: Ottoni, 2 ed, 2009.

SILVA, Antonio Carlos Ribeiro da. **Metodologia da Pesquisa:** aplicada a contabilidade. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2006.

SILVA, Rodrigo Vidal da. Diferença entre Simples Lei 9.317/1996 e Simples Nacional Lei Complementar 123/06. **Universidade Federal de Santa Catarina.** 2008. Disponível em: < http://tcc.bu.ufsc.br/Contabeis292240>.Acesso em: 19 jun. 2016

SHOLES, M. Wolfson, M., Erickson, M., Hanlon, M., Maydew, E. Shevlin**, T. Taxes and Business Strategy: a Planning Approach.** Prentice Hall, 2014, Fifth Edition.

DIREITO

ALTUS CIÊNCIA
REVISTA ACADÊMICA MULTIDISCIPLINAR DA FACULDADE CIDADE DE JOÃO PINHEIRO

A MEDIAÇÃO PENAL NO BRASIL: uma análise de sua aplicabilidade a partir da experiência portuguesa

Margareth Vetis Zaganelli[1]
Marina Saleme de Menezes[2]

Resumo: O artigo aborda o instituto da mediação penal como uma das formas consensuais de resolução de conflitos, cuja característica primordial é a negociação colaborativa das partes. Preliminarmente, conceitua esta técnica, para, em seguida, analisar a aplicação da mediação penal em Portugal, introduzida com a Lei 21, de 21 de junho de 2007. Por fim, partindo desse referencial, examina a viabilidade de sua adoção no ordenamento jurídico brasileiro. Para o estudo do tema foi utilizado o método qualitativo e pesquisa bibliográfica. O trabalho busca ressaltar a mediação penal como mecanismo de diversão no processo penal, bem como a sua possível aplicabilidade no Brasil.

Palavras-Chave: Mediação penal; Diversão; Forma alternativa de resolução de conflitos; Direito português; Direito brasileiro.

Abstract: The article discusses the Institute of criminal mediation as one of the consensual forms of conflicts resolution, whose primordial characteristic is the collaborative negotiation of the parties. Preliminarily, conceptualizes this technique, to then analyze the application of the penal mediation in Portugal, introduced with Law 21 of 21 June 2007. Finally, starting from this framework, it examines the feasibility of its adoption in the brazilian legal order. The qualitative method and bibliographic research were used to study the theme. The work seeks to emphasize the criminal mediation as a mechanism of diversion in the penal process, as well as its possible applicability in Brazil.

Keywords: Criminal mediation; Fun; Alternative form of conflicts resolution; Portuguese law; Brazilian law.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Ao longo do tempo e do espaço, a sociedade encontrou distintas maneiras de reprimir a prática de condutas consideradas criminosas. Conforme esta mesma sociedade tornou-se mais

[1] Doutora em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Mestre em Educação pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Estágios Pós-doutorais na Università degli Studi di Milano-Bicocca (UNIMIB) e na Alma Mater Studiorum Università di Bologna (UNIBO). Professora Titular da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Coordenadora do Grupo de Pesquisa Bioethik (UFES). E-mail: mvetis@terra.com.br.
[2] Graduada em Direito pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Advogada. E-mail: marina.saleme.menezes1@gmail.com.

Recebido em 30/09/2019
Aprovado em 15/10/2019

complexa, também os atos ilícitos ganharam novas formas e se mostraram mais heterogêneos. Por outro lado, nem sempre as respostas que a sociedade dá a esses delitos são as mais adequadas, dada justamente a sua natureza complexa.

A partir dessa perspectiva, buscamos estudar o instituto da mediação penal como uma das formas consensuais de resolução de conflitos. Assim, preliminarmente, conceitua esta técnica, para, em seguida, analisar a sua aplicação no ordenamento português. Por fim, partindo desse referencial, examina a viabilidade de sua adoção no ordenamento jurídico brasileiro.

Para o estudo do tema, foi utilizado o método qualitativo e pesquisa bibliográfica com base nas obras de autores como Rodrigo da Silva Brandalise, Gabriel Silveira de Queirós Campos, Nuno José Rosa Marques Ferreira, Leonardo Sica, entre outros.

1 MECANISMOS DE DIVERSÃO NO PROCESSO PENAL

No âmbito do processo penal, a diversão é compreendida como a resolução de conflitos penais de maneira alternativa, isto é, a adoção de mecanismos distintos daqueles comumente empregados, no intuito de assegurar uma ponderação entre a criminalidade de massa e a pretensão legislativa de aumentar o discurso penalizador[3]. Dessarte, a diversão traduz-se na diferenciação de ritos, por meio da qual se assegura que a distinção existente entre as normas materiais efetive-se nas normas processuais, ensejando uma resposta estatal adequada para cada tipo de delito[4].

Essa ideia fez surgir o princípio da adequação no processo penal, segundo o qual cada ordenamento jurídico deve prever uma diversidade, quantitativa e qualitativamente, de ritos e procedimentos penais aptos a fornecer uma resposta adequada às variadas espécies de infração penal[5].

Ainda, a diversão não se confunde com a descriminalização, pois esta se identifica com a abolição de determinada conduta, antes considerada criminosa, da esfera do direito penal. A

[3] BRANDALISE, Rodrigo da Silva. *Justiça Penal Negociada: Negociação de Sentença Criminal e Princípios Processuais Relevantes.* Curitiba: Juruá, 2016, p. 24.

[4] Ibid., p. 24.

[5] CAMPOS, Gabriel Silveira de Queirós. Plea Bargaining e Justiça Criminal Consensual: Entre os Ideais de Funcionalidade e Garantismo. *Revista Eletrônica do Ministério Público Federal*, Rio de Janeiro, v. 4, 2012, p. 13. Disponível em: <http://www.prrj.mpf.mp.br/custoslegis/revista/2012_Penal_Processo_Penal_Campos_Plea_Bargaining.pdf>. Acesso em 21 set. 2017.

diversão, ao revés, pressupõe justamente a existência do delito, mas pretende a aplicação de procedimento diverso do regular conforme a natureza desse delito[6].

Os mecanismos de diversão podem ser classificados, dentre outras hipóteses, como diversão simples, diversão encoberta, diversão com intervenção e diversão com repreensão num processo de mediação. A diversão simples enseja o arquivamento do processo sem qualquer imposição ao acusado, por razões de política criminal e a partir da atuação da polícia ou do Ministério Público[7]. A diversão encoberta, por sua vez, gera a não persecução penal, por parte do órgão acusatório, a partir do cumprimento de certas medidas por parte do autor do fato[8], ao passo que a diversão com intervenção requer o cumprimento de determinadas condições por parte do acusado, em um regime de prova antecipado[9].

A modalidade de diversão que interessa a este estudo, porém, é a diversão com repreensão num processo de mediação. Essa espécie de diversão almeja a solução conciliatória com o auxílio de um árbitro[10], que atua como terceiro estranho ao conflito e que, em linhas gerais, promoverá o diálogo entre vítima e autor do delito, intentando, em última análise, o alcance da solução do conflito penal, e é justamente essa a perspectiva que se virá a tratar.

2 MEDIAÇÃO PENAL

Dessas primeiras considerações, verifica-se que a mediação penal é uma forma alternativa de resolução de conflitos que pretende se afastar do modelo tradicional adversarial. Por isso, insta esclarecer, de plano, que esta técnica não visa à resolução do conflito atribuindo ao réu a inocência ou a culpa[11], como ocorre naquele modelo.

---

[6] FERREIRA, Nuno José Rosa Marques. *A Mediação Penal e a Violência Doméstica: Uma Relação Restaurativa*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2013, p. 35. Disponível em: <https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/34938/1/A%20Mediacao%20Penal%20e%20a%20Violencia%20Domestica%20Uma%20Relacao%20Restaurativa.pdf>. Acesso em 13 set. 2017.

[7] Ibid., p. 35.

[8] Ibid., p. 35.

[9] BRANDALISE, op. cit., p. 25.

[10] Ibid., p. 25.

[11] CARVALHO, Camilo de Oliveira. *Mediação Penal Não Paralela e Integrada à Justiça Restaurativa: Uma Proposta de Efetivação do Acesso à Justiça no Brasil.* Salvador, Universidade Federal da Bahia, 2014, p. 76. Disponível em: < https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/16629/1/CAMILO%20DE%20OLIVEIRA%20CARVALHO%20-%20Disserta%C3%A7%C3%A3o%20Final.pdf>. Acesso em 05 ago. 2017.

A mediação, embora aqui estudada sob a ótica do processo penal, é instituto aplicável a diversas áreas do direito[12]. No caso do Brasil, em especial a partir da Lei 13.140/2015, a mediação tem sido aplicada em larga escala para casos de direitos disponíveis ou indisponíveis que admitam transação[13]. Por outro lado, no âmbito penal, a realidade é outra: embora existam alguns institutos consensuais legalmente instituídos, não há a previsão de aplicação dessa técnica para infrações penais.

Por oportuno, transcrevemos o conceito trazido pelo parágrafo único do artigo primeiro da Lei 13.140/2015, o qual, embora não se refira especificamente à mediação penal, delimita os contornos mínimos dessa prática[14]:

> Considera-se mediação a atividade técnica exercida por terceiro imparcial sem poder decisório, que, escolhido ou aceito pelas partes, as auxilia e estimula a identificar ou desenvolver soluções consensuais para a controvérsia.

Do texto em questão extrai-se que a mediação é procedimento, pautado pelo diálogo entre as partes, que conta com a atuação de terceiro imparcial, denominado mediador, que exerce papel crucial para o desenrolar das conversações. Uma das características que deve ser esclarecida de plano é justamente a atuação deste mediador enquanto mero facilitador do diálogo, na medida em que os poderes para a resolução do conflito são conferidos não a ele, mas sim à vítima e ao agente infrator[15].

Em outras palavras, a mediação penal tem por característica primordial a negociação colaborativa das partes[16], as quais irão, de maneira conjunta, discutir acerca daquele delito penal, expressando seus pontos de vista e eventualmente alcançando a solução para o conflito.

---

[12] DOS SANTOS, Leonel Madaíl. *Justiça Restaurativa - a mediação penal em Portugal até 2012*. Lisboa: Universidade Autónoma de Lisboa, 2013, p. 9. Disponível em: <http://repositorio.ual.pt/bitstream/11144/324/1/Dissertacao%20Leonel%20Madail%20dos%20Santos%202011 0171.pdf>. Acesso em: 03 ago. 2017.

[13] BRASIL. Lei nº 13.140 de 26 de junho de 2015. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 26 jun. 2015.

[14] BRASIL. Lei nº 13.140 de 26 de junho de 2015. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 26 jun. 2015.

[15] SANTOS, Artur Jorge da Costa. *A mediação penal e o princípio da oportunidade*. Lisboa, Universidade Autónoma de Lisboa, 2012, p. 25. Disponível em: <http://repositorio.ual.pt/bitstream/11144/159/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o%2c%20Artur%20Santos.pdf>. Acesso em 17 ago. 2017.

[16] CARVALHO, op. cit., p. 75.

O mediador, ao conduzir esse diálogo, deve exercer postura neutra[17], sem induzir às partes a solução que lhe parece mais adequada.

No âmbito penal, faz-se necessário o preenchimento de alguns requisitos para que as sessões de mediação se instaurem. Inicialmente, é imperioso que tanto vítima como autor queiram, de maneira voluntária, se submeter ao procedimento, sob pena de este não alcançar o objetivo a que se pretende, qual seja, o diálogo franco entre as partes[18]. Por essa mesma razão, exige-se a confidencialidade das sessões, sendo vedada qualquer forma de divulgação das questões discutidas, seja por parte de vítima e de infrator, ou do mediador[19].

Nessa perspectiva, vítima e infrator devem tomar ciência dos objetivos da mediação penal, em uma fase denominada pré-mediação[20], por meio da qual irá o mediador esclarecê-los acerca desse procedimento, bem como averiguar se eles estão efetivamente aptos a participar da mediação.

Não é demais salientar, ainda, que o objetivo da mediação penal não é tanto o acordo entre as partes, mas sim o próprio processo de diálogo, por meio do qual surgirá o espaço para a reconstrução do processo de regulação social. Isso porque o conflito é observado sob a perspectiva de ser inerente à vida em sociedade, razão pela qual não é razoável ou desejável que o seu trato se dê de forma automática[21].

Em relação aos benefícios da adoção dessa prática, é possível percebê-los tanto para a vítima, como para o infrator, e, inclusive, para a própria comunidade na qual o conflito está inserido. Para a primeira, mencione-se a possibilidade de trazer a público os efeitos da infração, bem como de compreender as motivações do ofensor. O infrator, por sua vez, tem a possibilidade de reconhecer, de forma genuína, o valor do bem jurídico atingido e de se sentir capaz de reparar o dano e de agir conforme a lei[22]. Por fim, a comunidade se beneficia sob a

[17] SICA, Leonardo. *Justiça Restaurativa e Mediação Penal - O Novo Modelo de Justiça Criminal e de Gestão de Crime*. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2007, p. 46.

[18] SANTOS, op. cit., p. 26.

[19] NASRALLAH, Silvia Pedroso. Confidencialidade na mediação. *Revista dos Tribunais*, São Paulo, v. 81, jul. 2017, p. 28.

[20] SANTOS, op. cit., p. 28.

[21] SICA, op. cit., p. 47.

[22] PALERMO, Pablo Galain. Mediação Penal Como Forma Alternativa de Resolução de Conflitos: a Construção de um Sistema Penal sem Juízes. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, São Paulo, v. 91, jul – ago. 2011, p. 172.

perspectiva de ter a possibilidade de construir espaços de transparência, o que gera, por consequência, a diminuição da insegurança[23].

3 A MEDIAÇÃO PENAL EM PORTUGAL

Analisados os conceitos mínimos dessa prática, cumpre averiguar a sua aplicação em ordenamentos estrangeiros. Nesse tocante, embora práticas de justiça restaurativa já sejam adotadas em alguns países, como Nova Zelândia, Alemanha, França e Colômbia, é em Portugal que a mediação penal se encontra estruturada e capaz de servir como modelo inspirador, embora com as devidas adaptações. Assim, conquanto não se pretenda esgotar o tema, necessário tecer algumas considerações, para que se perceba que a adoção desta prática é uma realidade em outros ordenamentos.

Portugal adotou a mediação penal a partir de experiências surgidas na Bélgica[24], adaptando-as à realidade portuguesa. No país lusitano, a mediação penal foi introduzida, inicialmente, pela Lei 21/07, de 21 de junho daquele ano, sendo cabível nos crimes cuja persecução dependa de queixa ou de acusação particular, bem como quando o bem jurídico atingido forem as pessoas ou o patrimônio[25]. Ainda, são requisitos que o crime seja punido com pena máxima de até cinco anos ou multa, e que o agressor tenha idade mínima de dezesseis anos[26].

Ademais, em Portugal a mediação tem lugar antes do início do processo judicial, importando em desistência da queixa por parte do ofendido por meio da formulação de um acordo entre as partes, o qual, embora inexistam sanções pré-estabelecidas, não pode prever a pena privativa de liberdade, nem se admite que as sanções ultrapassem o período de seis meses[27]. Em relação à ausência de rol preestabelecido de sanções possíveis de serem alcançadas por meio do acordo, cuida-se de medida que assegura a liberdade de as partes entabularem a melhor solução para aquele caso em específico, sem que isto implique em risco de interesses vingativos por parte da vítima, uma vez que o acordo depende de homologação.

[23] SICA, op. cit., p. 14.

[24] BRANDALISE, op. cit., p. 131.
[25] Ibid., p. 131.
[26] CAMPANÁRIO, Micaela Susana Nóbrega de Abreu. Mediação Penal: inserção de meios alternativos de resolução de conflito. *Revista Civitas*, Porto Alegre, v. 13, n. 1, 2013, p. 125. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/view/12593>. Acesso em 20 set. 2017.
[27] BRANDALISE, op. cit., p. 132.

O encaminhamento do caso à mediação também exige a presença de indícios mínimos que seriam autorizadores do manejo da ação penal por parte do Ministério Público, e se dará tanto de ofício pelo membro do Parquet, como a requerimento dos mediados[28]. É necessário, ainda, que o mediador contacte as partes envolvidas no conflito (vítima e agente) e obtenha o consentimento de ambas, sob pena de o caso ser encaminhado à via judicial[29]. Posteriormente, já estabelecidas as sessões de mediação, exige-se a confidencialidade destas, e, caso não se extraia um acordo, novamente o caso é encaminhado à via judicial[30].

Saliente-se que, a despeito de a mediação penal ser procedimento eminentemente pessoal, isto é, em que os envolvidos comparecem individualmente às sessões, a Lei nº 21/2007 de Portugal previu a possibilidade de estes se fazerem acompanhar de advogado[31], o que tem especial significado a partir da ideia de assegurar a defesa técnica de ambas as partes, que poderá averiguar a legalidade e o interesse no procedimento.

Uma outra questão de relevo diz respeito ao fim do processo de mediação. Assumindo ao extremo o caráter informal da prática, em Portugal esta finalização é de competência do Ministério Público – por meio da homologação do acordo –, e não do juiz, sob o argumento de que, embora este disponha do poder de prolatar a sentença, é do Parquet o domínio da ação penal, devendo assim permanecer por ser a mediação uma prática extrajudicial[32]. Conforme explicaremos nas linhas a seguir, não nos parece ser essa a melhor solução.

Após a etapa de averiguação da legalidade do acordo pelo Ministério Público, o ofensor se submete ao controle do cumprimento do acordo, cabendo a reabertura do inquérito em caso de descumprimento, por meio do oferecimento da queixa no prazo de um mês após tal descumprimento[33].

Em síntese, verifica-se que, embora Portugal tenha, de maneira louvável, inserido a mediação penal como mecanismo de resolução de conflito penal, o fez de maneira restrita, impondo certas condições objetivas que tolhem em excesso a sua adoção, como a necessidade de ser o delito penalizado com pena máxima de cinco anos e de ser procedido mediante ação penal privada. Por outro lado, andou bem o legislador português ao incluir a possibilidade de

[28] Ibid., p. 135.
[29] CAMPANÁRIO, op. cit, p. 127.
[30] PORTUGAL, Lei nº 21/2007. *Diário da República*, Lisboa, 12 jun. 2007. Disponível em: < https://dre.pt/web/guest/pesquisa/-/search/639130/details/normal?p_p_auth=4Gti0vwA>. Acesso em 20 set. 2017.
[31] Ibid.
[32] BRANDALISE, op. cit., p. 135.
[33] CAMPANÁRIO, op. cit., p. 125.

assistência por advogado, permitindo o maior controle da legalidade do procedimento. Passemos, agora, à análise da questão no ordenamento brasileiro.

4 A MEDIAÇÃO CONFORME AS GARANTIAS PENAIS E PROCESSUAIS PENAIS BRASILEIRAS

A partir das ponderações acima aduzidas acerca do conceito de mediação e de sua aplicação em Portugal, tem-se o seguinte questionamento, ainda mais relevante a esse debate: estaria a mediação penal em consonância com as garantias asseguradas pelo ordenamento jurídico brasileiro? De fato, esta é uma questão que se põe como a grande barreira a ser enfrentada pela mediação penal no Brasil.

O primeiro obstáculo apontado doutrinariamente seria, conforme já aventado nesse estudo, o princípio da legalidade, que rege os sistemas penal e processual penal e que está previsto no artigo 5º, incisos XXXIX, XLI e XLVII da Constituição Federal. O princípio se resume à ideia de que "na instrumentalização do direito penal material, não se admite atuação fora dos ditames legais, devido ao interesse público que domina o processo penal"[34], conforme ensina Nereu José Giacomolli.

E prossegue o autor[35]:

> Portanto, o interesse público que domina o processo penal determina a atuação processual de acordo com a legalidade, do ponto de vista dos sujeitos processuais e de suas atividades. [...] Com efeito, nem os titulares da persecução, nem os da acusação e os do processo, podem atuar de acordo com o que lhes convier, segundo critérios que não estejam determinados pela lei.

E, nessa perspectiva, a mediação possibilitaria tanto a pena sem culpa como o crime sem pena[36]. Para parcela da doutrina, a própria Constituição Federal previu, por meio do artigo 98, a adoção de espaços de consenso a partir de critérios estabelecidos pelo legislador

[34] GIACOMOLLI, Nereu José. *Legalidade, Oportunidade e Consenso no Processo Penal na Perspectiva das Garantias Constitucionais*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2006, p. 47.

[35] Ibid., p. 48.

[36] SICA, op. cit., p. 120.

infraconstitucional, nas infrações de menor potencial ofensivo[37], o que abriria caminho ao emprego da mediação por razões de política criminal.

Acreditamos, porém, que a implantação da mediação no Brasil não passa por outro caminho senão a assunção da falência do sistema de justiça tradicional, e, consequentemente, a realização das reformas necessárias, inclusive no âmbito constitucional, para abarcar essa forma de resolução de conflitos penais. Nesse ponto, calha a lição de Leonardo Sica, no sentido de que as soluções alternativas de conflito são enxergadas como medidas antigarantistas, mas, paradoxalmente, apenas se aceita o sistema inflexível, que redunda na pena privativa de liberdade ou, quando muito, em outras penas alternativas, sequer concebidas como principais[38].

Em outras palavras, a adoção de certas garantias do acusado, como a não assunção da culpa, tem seu sentido esvaziado no contexto da justiça retributiva tal qual empregada hoje no Brasil, uma vez que é quase certa a aplicação de uma pena severa. É nesse sentido a explicação de Leonardo Sica[39]:

> Assim, mesmo a legalidade, princípio vetor do sistema garantista, revela-se uma segurança básica inútil ante a expansão do direito penal. Num sistema hiperinflacionado, onde existem leis para incriminar a generalidade das condutas, surge um dado de situação fática que minimiza muito tal garantia: nullum crimine sine legge de nada adianta se existem "legges" em excesso, se estão formuladas em termos vagos e abertos e orientadas de forma paleorepressiva.

Mas, embora se defenda a flexibilização da estrita legalidade, não se quer, como explicado em linhas anteriores, a privatização absoluta do conflito penal, sob pena de abrir margem à discricionariedade excessiva e à vingança privada da vítima. Nesse passo, sustenta-se que, para que não viole eventuais garantias constitucionais do acusado e o sistema processual penal, a mediação penal exigiria o controle jurisdicional, a atuação do Ministério Público e a assistência técnica e jurídica de um defensor, tanto para vítima como para o agente.

Assim, em adaptação às fases listadas pelo supracitado Leonardo Sica[40], defende-se que a mediação conte com as seguintes fases: inicialmente, ao tomar conhecimento do ilícito, o

[37] STRECK, Lenio Luiz. Crise(s) Paradigmática(s) no Direito e na Dogmática Jurídica: dos Conflitos Interindividuais aos Conflitos Transindividuais a Encruzilhada do Direito Penal e as Possibilidades da Justiça Consensual. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, São Paulo, v. 28, out – dez. 1999, p. 110.

[38] SICA, op. cit., p. 122.

[39] Ibid., p. 126.

[40] Ibid., p. 58.

membro do Ministério Público, autorizado por decisão judicial, deverá encaminhar ao caso para o ofício de mediação, que assumirá a responsabilidade pelo conflito.

Em seguida, já neste ofício especializado em mediação, os mediadores deverão contactar as partes envolvidas no conflito (vítima e ofensor), informando-as acerca do processo e colhendo o seu consentimento, devendo os mediados desde já constituírem defensores para atuar por si. Saliente-se que este consentimento, conforme já abordado, é crucial para a resolução do conflito, de forma que a negativa das partes em participar da mediação – seja por receio da vítima ou por estratégia da defesa técnica do acusado – ensejaria o retorno do caso ao procedimento comum. De toda sorte, devem os mediadores encorajar tanto quanto possível a adoção da prática, haja vista os inúmeros benefícios.

A etapa subsequente é a mediação propriamente dita, isto é, a realização de sessões em que estejam presentes vítima, acusado e mediador, nas quais haverá o diálogo e, possivelmente, um acordo. Neste ponto, oportuno considerar que essas sessões podem ser realizadas sem a presença simultânea de ofendido e ofensor, servindo o mediador como a "ponte" entre ambos, repassando as informações colhidas em cada sessão separada, o que se denomina mediação indireta[41]. Por óbvio, a mediação direta, em que ocorre esse encontro simultâneo das partes, além de mais célere, possibilita a comunicação transparente, sem eventuais distorções por parte do mediador.

Posteriormente, há a atuação do órgão jurisdicional por meio da homologação do acordo alcançado pelo juiz, para que surta efeito legal de exclusão da intervenção penal. Dessa forma, garante-se que o conflito preserve o seu caráter público, na medida em que o acordo efetuado entre as partes, sem a atuação do órgão jurisdicional, não atende à transparência, igualdade, e muito menos aos direitos fundamentais[42].

Portanto, o resultado deverá se adequar aos padrões legalmente estabelecidos, bem como aos ditames constitucionais[43], e é neste ponto em especial que a prática se distanciaria daquela adotada em Portugal, pois não se concebe, como lá ocorre, o término do procedimento pela aquiescência do próprio Ministério Público, e não do juiz, que é ator imparcial do processo e quem teria a competência para proferir o édito condenatório. Por essas mesmas razões, também não refugiria ao Poder Judiciário a reanálise do acordo homologado, caso instado.

[41] FERREIRA, op. cit., p. 47.

[42] GIACOMOLLI, op. cit., p. 103.

[43] SICA, op. cit., p. 55.

Sugere-se também que o acordo preveja a aplicação de sanções que possam reparar a vítima e prevenir a reincidência delitiva, como a indenização material, a submissão a tratamentos terapêuticos e eventualmente ambulatoriais, a realização de atividades de cunho social e educativo, e, até mesmo, um singelo, mas efetivo, pedido de desculpas[44], em caráter exemplificativo, já que eventual disposição rigorosa da sanção poderia minar o potencial reparador da mediação.

Por fim, deverá haver o acompanhamento, por parte do mesmo juiz que homologou o acordo, acerca do cumprimento de seus termos pelo ofensor, de forma similar ao que ocorre com a transação penal prevista na Lei 9.099/95. Dessa forma, assegura-se que a mediação não se torne um caminho para a impunidade do agente delitivo.

Estes, em linhas gerais, são os requisitos que deveriam ser observados pelo legislador brasileiro, caso venha a mediação penal a ser acolhida pelo nosso ordenamento. Assim, assegura-se o grau de informalidade da prática, sem que com isso possa haver violação de garantias do acusado, em especial pela atuação conjunta do advogado, do magistrado e do membro do Ministério Público.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dessas considerações, observa-se que a mediação penal ainda não encontra espaço no ordenamento jurídico brasileiro, em especial por força do princípio da legalidade. Todavia, pretendeu-se demonstrar que, realizadas as devidas reformas – inclusive no âmbito constitucional -, é possível incorporar esta forma de resolução de conflitos à legislação pátria. Nesse sentido, a experiência portuguesa aponta para a viabilidade de adoção da medida, e, ainda que não seja cabível – nem desejável – a importação sem ressalvas daquele modelo, por certo serve de reflexão e inspiração.

Ademais, os direitos e as garantias do acusado estariam devidamente preservados na perspectiva segundo a qual o processo de mediação deve necessariamente perpassar pelo Ministério Público, bem como pelo crivo do Poder Judiciário, assegurada, ainda, assistência técnica às partes.

[44] PEREIRA, Cláudio José Langroiva. Justiça Penal Negociada: a Participação Ativa da Vítima na Solução de Conflitos Penais. *Revista dos Tribunais*, São Paulo, v. 806, dez. 2002, p. 419.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRANDALISE, Rodrigo da Silva. *Justiça Penal Negociada: Negociação de Sentença Criminal e Princípios Processuais Relevantes.* Curitiba: Juruá, 2016.

BRASIL. Lei nº 13.140 de 26 de junho de 2015. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 26 jun. 2015.

CAMPANÁRIO, Micaela Susana Nóbrega de Abreu. Mediação Penal: inserção de meios alternativos de resolução de conflito. *Revista Civitas*, Porto Alegre, v. 13, n. 1, p. 118-135, 2013. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/view/12593>. Acesso em 20 set. 2017.

CAMPOS, Gabriel Silveira de Queirós. Plea Bargaining e Justiça Criminal Consensual: Entre os Ideais de Funcionalidade e Garantismo. *Revista Eletrônica do Ministério Público Federal*, Rio de Janeiro, v. 4, p. 1-26, 2012. Disponível em: <http://www.prrj.mpf.mp.br/custoslegis/revista/2012_Penal_Processo_Penal_Campos_Plea_Bargaining.pdf>. Acesso em 21 set. 2017.

CARVALHO, Camilo de Oliveira. *Mediação Penal Não Paralela e Integrada à Justiça Restaurativa: Uma Proposta de Efetivação do Acesso à Justiça no Brasil.* Salvador, Universidade Federal da Bahia, 2014. Disponível em: < https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/16629/1/CAMILO%20DE%20OLIVEIRA%20CARVALHO%20-%20Disserta%C3%A7%C3%A3o%20Final.pdf>. Acesso em 05 ago. 2017.

DOS SANTOS, Leonel Madaíl. *Justiça Restaurativa - a mediação penal em Portugal até 2012*. Lisboa, Universidade Autónoma de Lisboa, 2013. Disponível em: <http://repositorio.ual.pt/bitstream/11144/324/1/Dissertacao%20Leonel%20Madail%20dos%20Santos%2020110171.pdf>. Acesso em: 03 ago. 2017.

FERREIRA, Nuno José Rosa Marques. *A Mediação Penal e a Violência Doméstica: Uma Relação Restaurativa*. Coimbra, Universidade de Coimbra, 2013. Disponível em: <https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/34938/1/A%20Mediacao%20Penal%20e%20a%20Violencia%20Domestica%20Uma%20Relacao%20Restaurativa.pdf>. Acesso em 13 set. 2017.

GIACOMOLLI, Nereu José. *Legalidade, Oportunidade e Consenso no Processo Penal na Perspectiva das Garantias Constitucionais*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2006.

NASRALLAH, Silvia Pedroso. Confidencialidade na mediação. *Revista dos Tribunais*, São Paulo, v. 81, p. 25-38, jul. 2017.

PALERMO, Pablo Galain. Mediação Penal Como Forma Alternativa de Resolução de Conflitos: A Construção De Um Sistema Penal Sem Juízes. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, São Paulo, v. 91, p. 161-197, jul – ago. 2011.

PEREIRA, Cláudio José Langroiva. Justiça Penal Negociada: a Participação Ativa da Vítima na Solução de Conflitos Penais. *Revista dos Tribunais*, São Paulo, v. 806, p. 418-430, dez. 2002.

PORTUGAL, Lei nº 21/2007. *Diário da República*, Lisboa, 12 jun. 2007. Disponível em: < https://dre.pt/web/guest/pesquisa/-/search/639130/details/normal?p_p_auth=4Gti0vwA>. Acesso em 20 set. 2017.

SANTOS, Artur Jorge da Costa. A *mediação penal e o princípio da oportunidade*. Lisboa, Universidade Autónoma de Lisboa, 2012. Disponível em: <http://repositorio.ual.pt/bitstream/11144/159/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o%2c%20Artur%20Santos.pdf>. Acesso em 17 ago. 2017.

SICA, Leonardo. *Justiça Restaurativa e Mediação Penal - O Novo Modelo de Justiça Criminal e de Gestão de Crime*. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2007.

STRECK, Lenio Luiz. Crise(s) Paradigmática(s) no Direito e na Dogmática Jurídica: dos Conflitos Interindividuais aos Conflitos Transindividuais a Encruzilhada do Direito Penal e as Possibilidades da Justiça Consensual. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, São Paulo, v. 28, p. 108-115, out – dez. 1999.

ALTUS CIÊNCIA
REVISTA ACADÊMICA MULTIDISCIPLINAR DA FACULDADE CIDADE DE JOÃO PINHEIRO

A TOMADA DE DECISÃO JUDICIAL SOB O ENFOQUE DA ANÁLISE ECONÔMICO-COMPORTAMENTAL DO DIREITO

Thaméya Lourenço Barbosa Silva[1].
André Vasconcelos da Silva[2]
Serigne Ababacar Cissé Bá.[3]

Resumo: O pensamento jurídico carece de estudos voltados para as análises comportamentais, principalmente no que tange ao processo de tomada de decisão nas decisões judiciais. O presente artigo tem o objetivo localizar e discutir os avanços teóricos na descrição da conjuntura da tomada de decisão judicial sob a ótica da análise econômico-comportamental do Direito, externando a racionalidade das decisões judiciais e as possíveis influências na lógica jurídica que se espera, auxiliando na efetiva racionalidade da tomada de decisão judicial. Para tanto, utilizou-se a revisão integrativa, consubstanciando-se a reflexão voltada para os vieses inseridos na tomada de decisão judicial. Os estudos localizados permitiram refletir, teórica e empiricamente, sobre as influências externas nas decisões judiciais.

Palavras-chave: Tomada De Decisão; Decisão Judicial; Análise Econômico-Comportamental Do Direito.

Abstract: The legal thinking needs studies aimed at the behavioral analysis, especially regarding the process of decision-making in judicial decisions. The objective of this article is to locate and discuss the theoretical advances in the description of the conjuncture of judicial decision making from the point of view of the economic-behavioral analysis of the Law, outlining the rationality of judicial decisions and possible influences on the legal logic that is expected and rooted values, helping in the effective rationality of judicial decision-making. In order to do so, we used the integrative review, consubstantiating the reflection focused on the biases inserted in the decision-making process. The localized studies allowed theoretical and empirical reflection on external influences on judicial decisions.

Keywords: decision making; judicial decision; economic and behavioral analysis of law.

[1] Graduada em Direito pela Faculdade Damásio de Jesus, especialista em Direito Civil e Processual Civil pela Escola Paulista de Direito, Mestranda em Gestão Organizacional pela Universidade Federal de Goiás, advogada da Universidade do Estado de Mato Grosso, thameya@unemat.br

[2] . Graduado em Psicologia pela PUC-GO e em Direito pelo CESUC, especialista em educação pela PUC-GO, mestre em Psicologia pela PUC-GO, doutor em ciências do comportamento pela UNB, professor Associado da Universidade Federal de Goiás, e-mail andre.silva.ufg@gmail.com

[3] Mestre em Medicina Veterinária UFU, Fiscal da Agência Goiana de Defesa Agropecuária (AGRODEFESA), Brasil. marcela_cabral@yahoo.com.br

Recebido em 20/10/2019
Aprovado em 05/11/2019

Introdução

A vida em sociedade gera os mais diversos conflitos sendo o Estado responsável pela pacificação destas lides[4], através de decisões proferidas pelo juiz, o qual investe-se do papel de Estado-pacificador[5]. Diante deste contexto, as decisões proferidas pelos magistrados possuem como escopo principal a efetivação de justiça, daí extrai-se a importância da análise dos fatores inerentes à tomada de decisão, mormente à preocupação de eventual inclinação nas decisões judiciais, em afronta ao princípio constitucional, cuja máxima reveste-se da garantia de justiça, objetivo mencionado (CINTRA, GRINOVER E DINAMARCO, 2015).

O estudo voltado para a análise econômico-comportamental do Direito comporta discussão, no entanto, nota-se a ausência de estudos sobre o tema. A questão norteadora exterioriza-se, portanto, pela dúvida acerca de estudos voltados para apreciação da tomada de decisão dentro do contexto das decisões judiciais, posto que os juristas não possuem instrumental analítico capaz de descrever a realidade sobre a qual exercem juízos de valor ou, ainda, para valorar probabilidades decorrentes das decisões jurídico-políticas (GICO JUNIOR, 2010).

Esta RI objetivou sistematizar o conhecimento produzido acerca da tomada de decisão judicial sob a ótica da análise econômico-comportamental do direito.

Métodos

O artigo é consolidado através de uma revisão integrativa com a busca voltada para estudos acerca das teorias econômico-comportamentais sobre a tomada de decisão judicial, visando elucidar eventuais fatores de influência. Conceitualmente a revisão integrativa refere-se à método de pesquisa de dados secundários, na qual os estudos relacionados a um determinado assunto são sumarizados, permitindo-se obter conclusões gerais a partir da reunião de vários estudos, sendo que o método pode combinar dados de literatura teórica ou empírica (GALVÃO, MENDES, SILVEIRA, 2010).

Acerca da metodologia da revisão integrativa, conforme lições de Mendes, Silveira e Galvão, são seis as etapas, a saber: Primeira etapa: identificação do tema e seleção da hipótese ou questão de pesquisa para a elaboração da revisão integrativa; Segunda etapa: estabelecimento de critérios para inclusão e exclusão de estudos/ amostragem ou busca na

[4] Lide: termo do direito que significa litígio. Na clássica conceituação de Carnelutti, é *conflito de interesses qualificado por uma pretensão resistida* (CARNELUTTI, 1999)

[5] Tal é a *jurisdição estatal*, função exercida pelo Estado através dos juízes com vista à solução imperativa de conflitos interindividuais ou supraindividuais e aos demais escopos do sistema processual. (DINAMARCO E LOPES, 2016. p. 78)

literatura; Terceira etapa: definição das informações a serem extraídas dos estudos selecionados/categorização dos estudos; Quarta etapa: avaliação dos estudos incluídos na revisão integrativa; Quinta etapa: interpretação dos resultados; Sexta etapa: apresentação da revisão/síntese do conhecimento. (MENDES, SILVEIRA E GALVÃO, 2008)

Seguindo o rigor metodológico, a questão norteadora desse estudo foi assim identificada: "Como o tema tomada de decisão judicial sob o enfoque econômico-comportamental tem sido abordado e refletido a partir de análises teóricas e empíricas divulgadas em bases de dados?".

Já na segunda etapa, após a identificação dos Descritores em Ciências da Saúde (DeCS), a busca pelos artigos foi realizada no dia 24 de maio do ano de 2019, utilizando-se dois DeCS "*judicial decisions"* AND "*decision making*" e uma palavra chave "*economic and behavioral analysis of law" que* reporta significativamente ao objeto de estudo. Empregou-se o conector *AND*, na base eletrônica Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), *Web of Science (WoS), Science Direct* e *Scientific Eletronic Library Online (Scielo)*, por um único pesquisador.

Os critérios de inclusão foram artigos originais publicados entre 1º de janeiro de 2009 à 24 de maio de 2019, disponíveis eletronicamente na íntegra, nos idiomas português, inglês ou espanhol. Em razão do diminuto número de artigos localizados e objetivando ampliar o resultado e a credibilidade do estudo, aplicou-se a técnica denominada *hand search*, a qual refere-se a busca manual, pelo pesquisador, de artigos correlatos, dentro dos critérios de inclusão e mencionados na bibliografia dos artigos encontrados. O título dos artigos selecionados via *hand search* foram lançados no *Google* Acadêmico, permitindo acesso ao inteiro teor de cada um, bem como respectiva base.

Os resultados das buscas estão especificados na figura 1, abaixo colacionada.

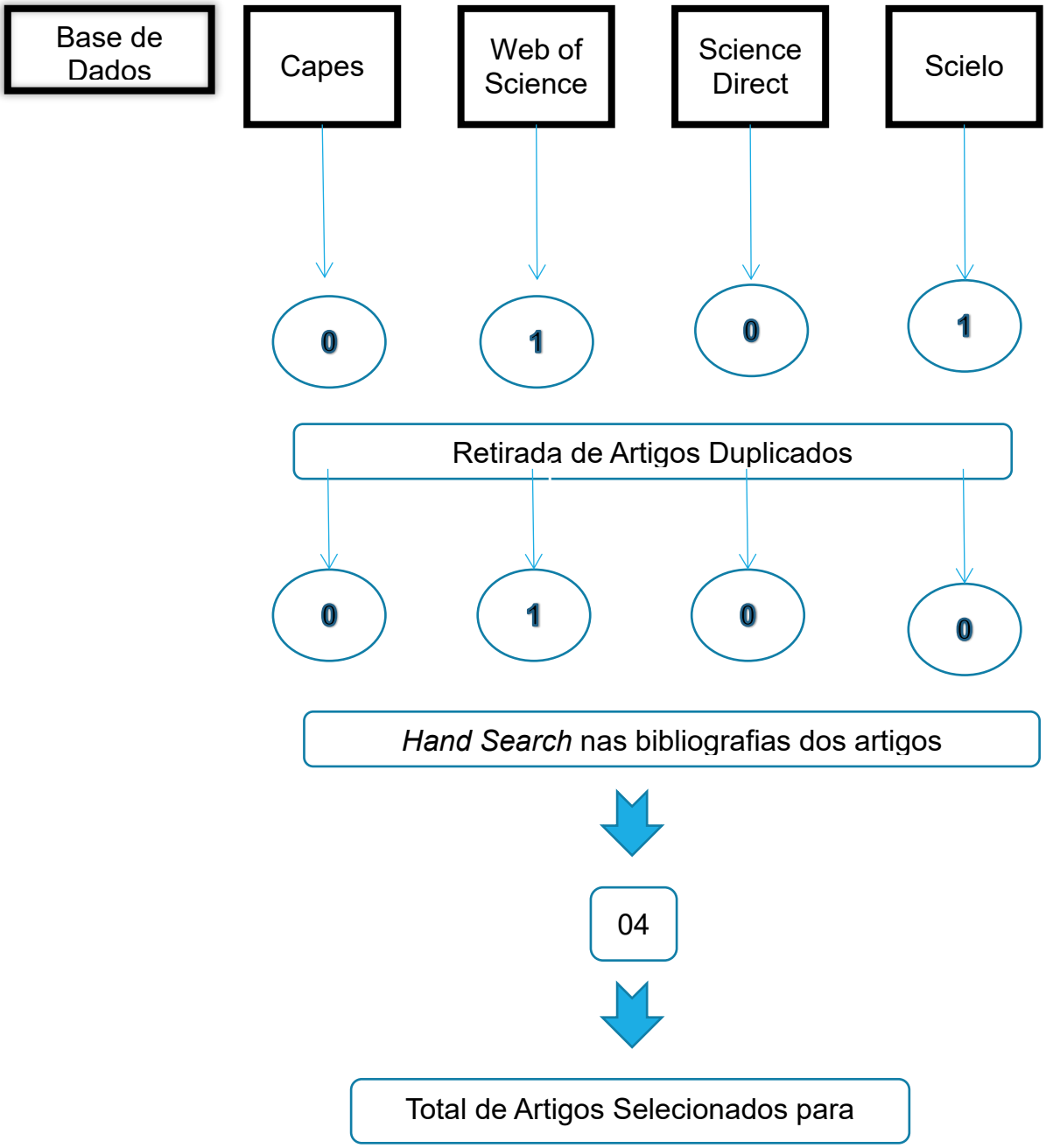


Figura 1 - Fluxograma da Coleta de Dados Para RI Sobre Tomada de Decisão Judicial

Finda as buscas por artigos, tendo alcançado o número total de cinco estudos, deu-se início à leitura e extração de informações pertinentes, especificamente indicadas no Quadro 1, conforme orientação do terceiro passo. Como se pode observar, destacou-se o nome dos autores, título do artigo, ano de publicação, base de dado extraída ou se decorrente de *hand search* com a respectiva base localizada no já mencionado *Google* Acadêmico, nível de evidência, palavras-chave, síntese dos resultados e conclusão, organizados em ordem decrescente do ano de publicação. (URSI, 2005)

Cumpre destacar a importância da identificação do nível de evidência de cada estudo, posto que determina a confiança no uso dos resultados e a fortalece as conclusões que irão gerar o estado do conhecimento atual do tema investigado (Polit DF, Beck CT, 2006), sendo que a análise detalhada dos estudos abrange a quarta etapa da revisão.

Com efeito, o nível de evidência proposto por STETLER, C.B. *et al* (1998) classifica os estudos pelos números romanos de I a VI, sendo I - metanálise de múltiplos estudos controlados; II - estudo experimental individual; III - estudo quase-experimental com grupos único, não randomizados, controlado, com pré e pós- teste, ou estudos tipo caso controle.; IV - estudo não experimental como pesquisa descritiva correlacional, pesquisa qualitativa ou estudo de caso; V - relatório de casos ou dados obtidos sistematicamente de qualidade verificável, ou dados de programas de avaliação; VI - opinião de autoridades respeitadas, baseadas em sua experiência clínica ou a opinião de um comitê de peritos incluindo suas interpretações de informações não baseada em pesquisa.

As etapas cinco e seis constarão a seguir, em item próprio.

Resultados

Esta RI, de acordo com os critérios de inclusão preestabelecidos resultou em um artigo na base eletrônica *WoS* (100%). Acresceram-se mais quatro artigos por meio da *hand search* totalizando cinco artigos, distribuídos em bases de dados localizadas via *google acadêmico*. Em suma, um artigo fora localizado na *Wos* (20%), dois artigos na *Hein* Online (40%), um artigo na Capes (20%) e um artigo sem base definida, localizado no site da Revista Brasileira de Marketing (20%).

Os artigos estão dentro do lapso de dez anos, sendo um artigo de 2011 (20%), dois do ano de 2013 (40%), um do ano de 2014 (20%) e um do ano de 2018 (20%). Dois artigos foram escritos por pesquisadores brasileiros e, portanto, há dois artigos em português (40%) e três artigos em inglês (60%). Ademais, os artigos no português são datados de 2018 e 2013, indicando o início da inserção do tema entre os pesquisadores brasileiros a partir de 2013. Contudo, a ausência de maiores estudos por pesquisadores brasileiros sugere uma lacuna de conhecimento, ao passo que as pesquisas internacionais demonstram interesse nas pesquisas com maior nível de evidência. Inclusive, quanto ao nível de evidência, um artigo possui nível de evidência III (20%) e quatro artigos possuem nível de evidência VI (80%). Por fim, em relação a temática, dois artigos tratam das heurísticas e vieses das decisões judiciais (40%), um artigo trata especificamente do efeito ancoragem e ponto cego (20%), um artigo sobre a

heurística do afeto (20%) e um artigo trata amplamente de fatores externos que influenciam nas decisões judiciais (20%).

No Quadro 1 foram indicadas as informações de interesses, em que há descrição do titulo, autoria, ano de publicação, base de dados, nível de evidência, instrumento usado, palavras chave, síntese dos resultados e conclusão (URSI, 2005).

Quadro 1. Apresentação da síntese dos artigos incluídos na revisão integrativa. Catalão, GO, 2019.

Título	Autoria (ABNT)	Ano de publicação/ Base de dados/ Nível de Evidência	Palavras-chave/ Instrumento Utilizado	Síntese dos resultados e Conclusão
As heurísticas e vieses da decisão judicial: análise econômico-comportamental do direito	MORAES, José Diniz de. TABAK, Benjamin Miranda.	2018/ WoS/ VI	Decisão judicial; heurísticas e vieses; análise econômico-comportamental do direito; razão emocional/ Não indicou instrumento	A decisão judicial está sempre sujeita a vieses cognitivos por parte dos juízes e treinar os juízes para identificar as fontes dos vieses auxiliaria na diminuição dos vieses.
Confronting cognitive "anchoring effect" and "blind spot" bieses in federal sentencing: a modest solution for reforming a fundamental flaw	Bennett, Mark W.	2014/ *Hand Search* - Hein Online/ VI	Não contem palavra-chave/ Não contém indicação de instrumento utilizado	*The history and breadth of cognitive psychological studies demonstrates that the powerful nature of anchoring os subsequente judgments occurs in all contexts of judgment. Amazingly, the anchoring effect skews judgments even when the anchor is incomplete, inaccurate, irrelevant, implausible, and even random.*
A heurística do afeto e o conceito de "avaliabilidade": experimentos no contexto brasileiro	ÁVILA, Marcos Gonçalves. FARIAS, Paula Fogacci de.	2013/ *Hand Search* - sem base defina/ III	Heurísticas, Afeto, Avaliabilidade, Julgamento/ Questionários escritos	Os experimentos conduzidos neste trabalho mostraram, no contexto brasileiro, resultados similares aos obtidos em diversos outros países: impressões afetivas parecem ter levado o jogo inferior a ser percebido como o mais atraente em certos contextos.

Heuristics and biases in judicial decisions	PEER, Eyal.	2013/ *Hand Search* - HeinOnline/ VI	Não contem palavra-chave/ Não contém indicação de instrumento utilizado	*Heuristc thinking also characterizes some of the ruling process that might be biased, since judges are unable to ignore inadmissible evidence and since they make biased decisions in sequential rulings. Heuristic thinking might also affect the sentencing process, due to a tendency to rely on a limited number of factors and because of the dominant effect of anchoring.*
Extraneous factors in judicial decisions	Danziger, Shai.	2011/ *Hand Search* - Capes/ VI	*Decision making legal realism mental depletion expert ego depletion*	*We have presented evidence suggesting that when judges make repeated rulings, they show an increased tendency to rule in favor of the status quo. Nevertheless, our results do indicate that extraneous variables can influence judicial decision.*

Discussão

Os artigos decorrentes das buscas metodologicamente organizadas pelos passos da revisão integrativa são uníssonos ao afirmar, e por vezes demonstrar, heurísticas e vieses nas decisões judiciais.

O direito, numa perspectiva objetiva, tem o escopo de regular o comportamento humano, ao passo que a economia possui o escopo de analisar como o ser humano toma decisões e age frente aos recursos escassos no mundo. (GICO JUNIOR, 2010)

Dentro das premissas comportamentais, Julio Cesar Aguiar (2014) destaca que "Na grande maioria dos casos, os conhecimentos científicos que embasam as decisões legislativas são de natureza agregada. Porém, como observa Skinner, embora tais dados agregados possam ser úteis e até mais convenientes para certos propósitos, deve-se ter como axiomático que os fenômenos coletivos são o efeito composto de comportamentos individuais; razão pela qual é o conhecimento dos princípios básicos do comportamento individual que, em última instância, poderá informar melhores políticas públicas, inclusive legislativas (SKINNER, 1953). De fato, no caso do direito, a própria estrutura dos preceitos normativos é focada no controle do comportamento individual mediante a imposição de sanções. Ou seja, o direito, pela sua própria estrutura, é uma ciência do comportamento individual aplicada.".

Conquanto o direito possua o comportamento humano dentro de sua imensidade, "os juristas ainda não possuem qualquer instrumental analítico robusto para descrever a realidade sobre a qual exercem juízos de valor ou para prever as prováveis consequências de decisões jurídico-políticas que são seu objeto de análise tradicional. Em síntese, o direito não possui uma teoria sobre o comportamento humano". (GICO JUNIOR, 2010)

Daí tem-se a relevância da análise econômico-comportamental do direito com a identificação de teorias da economia, neurociência, sociologia, psicologia, economia comportamental, dentre outras, aplicáveis no âmbito jurídico, notadamente na tomada de decisão judicial, objeto do estudo.

As decisões judiciais são baseadas em fatos e leis. Esta é a premissa que assumimos, inclusive para aceitar os julgamentos judiciais como aparato de pacificação social. Nada obstante, em que pese o formalismo legal sustentar que os juízes aplicam razões legais aos fatos de maneira racional, mecânica e deliberativa, os realistas legais rebatem que a aplicação racional de razões legais não explica suficientemente as decisões dos juízes, ao passo que fatores psicológicos, políticos e sociais influenciam as decisões judiciais. (DANZIGER *et al*, 2011)

No mesmo sentido, MORAES e TABAK (2018) delineiam claramente o ponto de vista, afirmando que "Os juízes, como qualquer pessoa normal, não estão livres dos mesmos fatores (vícios) que interferem nas tomadas de decisões. Embora eles estejam sujeitos a um maior controle por regras práticas, regras de experiência e regras processuais, seu processo mental avaliativo é essencialmente o mesmo, e, sobretudo, compartilham com os demais os mesmos *modus vivendi*. Tem hábitos, crenças, prejuízos e práticas comuns; têm filhos e pais, votam e compram; casam e se divorciam; interagem socialmente como todas as pessoas.".

Embora estejam sujeitos aos mesmos vícios que interferem na tomada de decisão de qualquer indivíduo, a sociedade espera deles decisões racionais, ante a entrega de um serviço público de qualidade à população, manifestado pela Justiça.

Nas lições jurídicas, a decisão refere-se ao processo de subsunção, ou seja, "Segundo a escola alemã da subsunção, a decisão judicial é fruto de um raciocínio silogístico, mercê do qual o juiz fixa as premissas, maior que é a norma jurídica aplicável à espécie e menor que são os fatos, para, tão somente, depois efetuar o enquadramento (subsunção) da situação de fato ao direito, extraindo, por conseguinte, os respectivos efeitos jurídicos e conclusão. ” (OLIVEIRA, 2002. p. 276 *apud* BARROS, 2015)

Dentro do modelo racional, a tomada de decisões compreende seis etapas (há literatura propondo oito etapas, mas estabelecemos seis para este estudo): 1) defina o problema; 2) identifique os critérios; 3) pondere os critérios; 4) gere alternativas; 5) classifique cada alternativa segundo cada critério; 6) identifique a solução ótima. Ocorre que Herbert Simon apontou, já em 1958, a existência de limites a racionalidade, afirmando que não existem decisões ótimas, o indivíduo, dentro de limitação de armazenamento na memória, limitações de inteligência e de percepção, dentre outros fatores, incorrem na fragilidade das decisões, ainda que a racionalidade pressuponha diversamente.

Com efeito, a tomada de decisão irracional reflete uma confiança em vieses intuitivos que despreza as possíveis consequências. "Tomadores de decisões sacrificam a melhor solução em favor de outra que seja aceitável ou razoável. Em vez de examinar todas as alternativas possíveis, eles simplesmente procuram até achar uma solução que satisfaça um nível aceitável de desempenho". (BAZERMAN, 2004)

Neste cenário, José Diniz de Moraes e Benjamin Miranda Tabak, no artigo denominado "As heurísticas e vises da decisão judicial: análise econômico-comportamental do direito", baseados em Daniel Kahneman, autor de Rápido e Devagar: duas forma de pensar (tradução dada em português), explica que "o ser humano tem duas instâncias de pensamento, uma mais rápida, o Sistema 1, e uma mais devagar, o Sistema 2, que se articulam e se apoiam, mas nem

sempre de maneira mais coerente e positiva, colocando em confronto, noutras palavras, o debate do comportamento emocional e do racional" (KAHNEMAN, 2012, p. 29 *apud* MORAES e TABAK, 2018).

Dentre as explicações de Kahneman, o termo viés, proveniente da psicologia cognitiva, é utilizado para indicar inclinação ou parcialidade, termo não utilizado de forma pejorativa, mas visando identificar erros de julgamento e escolha, nos outros e em nós. A partir de um diagnóstico acerca dos atalhos cognitivos que interferem no processo decisório, pode-se criar mecanismos capazes de amenizar os prejuízos que julgamentos ruins podem, eventualmente, causar. (MORAES; TABAK, 2018)

Com efeito, estudos neurocientíficos apontam no mesmo sentido, elucidando a necessidade de entender a estrutura da cognição motivada para diminuir as sequelas do pensamento enviesado. (HUGUES; ZAKI, 2015)

Deste modo, necessário definir heurísticas e vieses. Segundo definição trazida por Moraes e Tabak (2018. p. 622. v. 14. n.2), "a heurística é um atalho do pensamento, uma receita de bolso, e perde precisão, mas agiliza o processo. Vieses são distorções sistemáticas nas avaliações".

A cognição, em termos genéricos, está atrelada ao processamento de informações, enquanto o pensamento vincula-se ao ato de raciocinar. Na psicologia cognitiva, a noção de pensamento atrela-se às atividades internas voltadas à resolução de problemas e à tomada de decisões. (GLEITMAN, Henry; FRIDLUND, Alan J.; REISBERG, Daniel. Psicologia. 6ª ed. Trad. de Danilo R. Silva. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003, p. 399 *apud* ANDRADE, 2019)

Dentro desta perspectiva, somadas às ideias de sistema 1 e sistema 2 já externadas alhures, a literatura afirma que o pensamento pode ser consciente (sistema 2) e inconsciente (sistema 1), ao passo que este último ganhou funções mais abrangentes em estudos recentes, posto que a maior parte do nosso pensamento e processamentos de informações ocorre no inconsciente e, portanto, a tomada de decisão do ser humano ocorre corriqueiramente dentro do inconsciente, sob a égide da intuição. (SCHULTZ, Duane P.; SCHULTZ, Sydney Ellen. História da Psicologia Moderna. 10ª ed. Trad. de Cíntia Naomi Uemura. São Paulo: Cengage Learning, 2017, p. 361 apud ANDRADE, 2019)

Havendo consenso sobre a tomada de decisão de modo intuitivo, as heurísticas protagonizam a influência no processo decisório, mormente o oferecimento de atalhos cognitivos que facilitam e agilizam o processo de decisão, inclusive de questões difíceis, com a sensação de que o problema fora racionalizado para tomar a decisão.

A complexidade dos processos consciente e inconsciente vão muito além destas diminutas colocações, no entanto, este estudo visa analisar as influências nas decisões judiciais, sem aprofundar no tema de relevância e riqueza considerável.

Prosseguindo assim na análise, as heurísticas de julgamento identificadas são três, conforme estudo de Kahneman e Tversky no ano de 1974.

A heurística de disponibilidade refere-se à estratégia utilizada por parte dos sujeitos para julgar como mais provável um fato para o qual podemos evocar um dado como exemplo. (COSTERMANS, 2001 *apud* MORAES; TABAK, 2018) "Na heurística de disponibilidade, trata-se de inferir a probabilidade de ocorrência de um acontecimento baseado na rapidez com que acontecimentos semelhantes e implicados nos vêm à mente, à memória, pois quando muitos exemplos de acontecimentos estão imediatamente disponíveis, normalmente, tendemos a inflacionar a frequência de ocorrências no julgamento". (KAHNEMAN, 2012, p.533 apud MORAES; TABAK, 2018. p. 631)

Objetivando ilustrar o conceito, Moraes e Tabak (2018) utilizam dois exemplos de casos envolvendo juízes. No primeiro, menciona-se os processos trabalhistas e casos em que a reclamada tem razão, mas o juiz, por alguma razão, 'sabe' que a empresa está errada, dispondo do que comumente acontece e não o que verdadeiramente aconteceu.

Outrossim, nos casos envolvendo violência doméstica, uma mulher noticia agressões por parte o seu marido, sendo que a mulher tentou agredi-lo primeiro e ele reagiu com violência. O juiz se lembra de campanhas sobre o combate à violência doméstica, os índices estatísticos da violência sofrida pela mulher e conclui que o marido é culpado.

A segunda heurística identificada é a heurística da representatividade, cuja probabilidade de ocorrência de um evento é avaliada pelo nível de semelhança às principais características do processo ou população a partir do qual ele foi originado. Em outras palavras, "ao fazer julgamento sobre um indivíduo (ou objeto ou evento), as pessoas tendem a procurar peculiaridades que ele possa ter que correspondam a estereótipos formados anteriormente". (BAZERMAN, 2004. p. 10)

Como exemplo toma-se os ensinamentos de Nisbett e Ross (1980, p. 7 *apud* BAZERMAN, 2004. p. 10) "a planta é classificada como pertencente à espécie cujas características principais ela mais se assemelha". Referindo-se a um exemplo mais delicado, ao tratar da população carcerária predominantemente negra, é possível que seja feita análise da probabilidade a partir de informações que se tem da população negra, utilizando-se da heurística da representatividade. (MORAES; TABAK, 2018)

A heurística da representatividade acarreta outro erro cognitivo denominada falácia da conjunção (EYSENCK, 2001 *apud* MORAES; TABAK, 2018) que relaciona-se com o erro do indivíduo de que a combinação de dois eventos é mais provável de ocorrer do que um deles sozinho.

Por fim, a heurística de ancoragem que ocorre quando as pessoas consideram um valor particular para uma quantidade desconhecida antes de estimar esta quantidade. (KAHNEMAN, 2012 *apud* MORAES; TABAK, 2018) O efeito ancoragem fora testado em diversos experimentos, com resultados surpreendentes.

Um estudo mencionado no artigo de Mark W. Bennett concluiu que o valor concedido a título de danos nos casos de responsabilidade civil está ancorado pelo valor requerido pelo advogado. No estudo foram utilizados jurados simulados que receberam exatamente os mesmos fatos, mas com montante monetário requerido diverso. Assim, os jurados que receberam o pedido de cem mil concederam noventa mil trezentos e trinta e três dólares, ao passo que os jurados que receberam pedidos de trezentos mil, quinhentos mil e setecentos mil concederam indenizações de aproximadamente cento e oitenta e oito mil, duzentos e oitenta e dois mil e quatrocentos e vinte um mil, respectivamente. Deste modo, o autor conclui, citando inclusive outros experimentos, que a heurística de ancoragem foi inúmeras vezes confirmado em diversos estudos desde Tversky e Kahneman no ano de 1974.

Ademais, convém mencionar que os avaliações e julgamentos são afetados pelas âncoras mesmo que sejam incompletas, imprecisas, irrelevante, implausível ou aleatória, no entanto, quanto mais plausível a âncora maior o efeito de distorcer a avaliação e julgamento. (BENNETT, 2014)

Com efeito, diversos estudos foram realizados para identificar o efeito ancora nas penas das sentenças criminais. Na Alemanha, experimento realizado com juízes acerca de uma sentença de estupro concluiu que as condenações são maiores a medida que o pedido do promotor seja maior. Neste caso, dois grupos de juízes receberam o mesmo caso de estupro, mas para um grupo foi dada a informação que o promotor requereu dois meses de condenação enquanto, para o outro grupo, o promotor requereu condenação de trinta e quatro meses. A média da condenação dos juízes que receberam o número maior ficou 50% mais alta que os juízes que receberam o número menor. (BENNETT, 2014)

Bennett ensina ainda sobre o viés denominado *blind spot* o qual relaciona-se com a incapacidade do juiz reconhecer seus vieses. A partir do experimento com os juízes alemães, notou-se "uma tendência no juiz de achar que são julgamentos são menos enviesados do que de outros juízes". (BENNETT, 2014)

Embora sejam estas as heurísticas propostas por Tversky e Kahneman, o texto de Ávila e Farias (2013), segundo lições de Slovic *et al*. (2002), traz mais uma heurística, a do afeto, em que "o indivíduo consultaria (de forma automática) seu 'arquivo afetivo' com todas as 'impressões' positivas e negativas, associadas consciente ou inconscientemente aos objetos/pessoas/eventos em questão. Desta forma, assim como memorização e similaridade servem de inferência, 'atalho' para julgamentos de probabilidades (heurísticas da disponibilidade e da representatividade), essas 'impressões afetivas' sirvam como atalho facilitador para importantes julgamentos, nos permitindo, portanto, classificá-las como uma heurística. (Slovic *et al*., 2002 *apud* Ávila e Farias 2013)

De ver-se, portanto, que a investigação das circunstâncias que levam o indivíduo a divergir do comportamento racional é uma das áreas mais interessantes da fronteira do conhecimento econômico, com influência e interferência vinda da economia, psicologia e neuroeconomia, formando a análise econômico-comportamental do Direito.

Cumpre trazer à baila, por fim, o trabalho de Richard Thaler e Cass Sunstein, denominado "*Nugde*: o empurrão para a escolha certa. Aprimore suas decisões sobre saúde, riqueza e felicidade" (tradução dada na edição em português), citado no artigo de Moraes e Tabak, cujo enfrentamento refere-se à possibilidade de estabelecer uma estrutura da escolha, facilitando o reconhecimento da melhor opção, já que assumem como verdade a normalidade das escolhas erradas.

Conclusão

A proposta do presente estudo voltou-se à apreciação da abordagem do tema tomada de decisão judicial sob o enfoque econômico-comportamental a partir de análises teóricas e empíricas.

O objetivo fora alcançado com a evidenciação de estudos pertinentes na área, sendo certo que a preocupação merece destaque no cenário jurídico, já que os seres humanos não estão ilesos à erros sistemáticos de julgamento, o que poderia comprometer a justiça inerente à tomada de decisão judicial.

Como visto, os indivíduos, abarcando juízes e autoridades investidas no poder de julgar, não dominam a prática de decisões racionais como proposta no início deste estudo, através dos passos racionais trazidos por Bazerman. Pelo contrário, as decisões sofrem diversas influência de fatores externos, como por exemplo, âncoras ou questões afetuosas que podem tendenciar ou enviesar o processo decisório do julgador, mormente o trabalho do sistema 1 que afeta o

sistema 2, incutindo nele a ideia de que o processo fora racional, contudo, sem o ser. Ainda que a teoria do direito possua metodologia jurídica voltada à sistematizar o processo decisório judicial, a subsunção proposta não se coaduana com as dificuldades dos fatos da vida cotidiana e, de igual forma, as normas não estão sempre alinhadas à necessidade social, motivo pelo qual discute-se a função criativa do juiz.

Caso pudéssemos dizer que o juiz simplesmente parte da premissa maior para a premissa menor e encontra uma solução, não explicaríamos a lógica de julgamento de questões complexas envolvendo a vida, a saúde, o direito das crianças, dentre inúmeras outras questões enfrentadas pelos magistrados.

Merece relevo o fato de que, inconscientemente, inúmeros julgamentos e tomadas de decisões são realizadas sob o manto da incerteza e o indivíduo desconhece as influências associadas a seu processo decisório. Com efeito, caso seja reconhecida, pelo julgador, a possibilidade de haver vises, mecanismos de neutralização podem ser utilizados para diminuir os prejuízos decorrentes dos atalhos cognitivos e daí temos a importância dos estudos empíricos, inclusive em território nacional, posto que o estudo em voga demonstra claramente à ausência de experimentos nesta área do conhecimento.

Deste modo, próximas pesquisas poderiam partir desta necessidade e aproveitar a problemática de forma contributiva ao conhecimento teórico.

Por fim, em relação às limitações do estudo registramos o uso dos descritores controlados demasiadamente específicos (ou restritos), cujo alcance remeteu, inicialmente, à escasso número de estudos, complementado, sem prejuízo, através da *hand search*, mas que, eventualmente, pode ser identificado como limitação do estudo.

Bibliografia

AGUIAR, Julio Cesar de. ANÁLISE COMPORTAMENTAL DO DIREITO: UMA ABORDAGEM DO DIREITO COMO CIÊNCIA DO COMPORTAMENTO HUMANO APLICADA. **Nomos - Revista do Programa de Pós-Graduação em Direito - UFC**, Fortaleza, 2014. Disponível em: http://www.periodicos.ufc.br/nomos/article/view/1223. Acesso em: 30 maio 2019.

ANDRADE, Flavio da Silva. A tomada da decisão judicial criminal à luz da psicologia: heurísticas e vieses cognitivos. **Revista Brasileira de Direito Processual Penal**, [*S. l.*], 2019. Disponível em: http://www.ibraspp.com.br/revista/index.php/RBDPP/article/ view/172/162. Acesso em: 20 jun. 2019.

BARROS, Nathália dos Santos Paes de. Reexame Fático-Probatório nos Recursos Extraordinários Lato Sensu. Mato Grosso do Sul, 2015. Disponível em: http://www.pge.ms.gov.br/wp-content/uploads/2015/03/Reexame_f%C3%A1tico_probat%C3%B3rio.pdf. Acesso em: 19 jun. 2019.

BAZERMAN, Max H. **Processo decisório**. Tradução da 5ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

CALIRI, Maria Helena Larcher; MARZIALE, Maria Helena Palucci. A PRÁTICA DE ENFERMAGEM BASEADA EM EVIDÊNCIAS. CONCEITOS E INFORMAÇÕES DISPONÍVEIS ONLINE. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, Ribeirão Preto, 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-11692000000400015. Acesso em: 10 jun. 2019.

CARNELUTTI, Francesco. **Teoria geral do direito**. São Paulo: Ed. Lejus, 1999

Dinamarco, Cândido Rangel. LOPES, Bruno Vasconcelos Carrilho. **Teoria geral do novo processo civil**. São Paulo : Malheiros, 2016.

CINTRA, Antonio Carlos de Araújo. GRINOVER, Ada Pellegrini. DINAMARCO, Cândido Rangel. **Teoria Geral do Processo**. 31ª ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2015.

GICO JUNIOR, Ivo T. Metodologia e epistemologia da análise econômica do Direito. **EALR Economic Analysis of Law Review - Portal de Revistas**, V. 1, nº 1, p.7-33, Jan-Jun, 2010.

KAHNEMAN, Daniel. **Rápido e devagar: duas formas de pensar**/Daniel Kahneman; tradução Cássio de Arantes Leite. - Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

HUGHES, Brent L.; ZAKI, Jamil. The neuroscience of motivated cognition. **Trends in Cognitive Sciences**, [*S. l.*], 2015. Disponível em: https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S1364661314002708.Acesso em: 7 jun. 2019.

MENDES, K. D. S.; SILVEIRA, R. C. C. P.; GALVÃO, C. M. Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. Texto Contexto Enferm, Florianópolis v. 17, n. 4,p.758764, out-dez, 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/tce/v17n4/18.pdf .Acesso em: 28 março 2019.

MENDES K.D.S.; SILVEIRA, R.C.C.P.; GALVÃO, C.M. Uso de gerenciador de referências bibliográficas na seleção dos estudos primários em revisão integrativa. Texto Contexto Enferm. Florianópolis 28, n.: e20170204, 2019. Disponível em: https://dx.doi.org/10.1590/1980-265X-TCE-2017-0204. Acesso em: 06 abril 2019.

POLIT, Denise F; BECK, Cheryl Tatano. The Content Validity Index: Are You Sure You Know What's Being Reported? Critique and Recommendations. **Research in Nursing & Health**, [*S. l.*], 2006. Disponível em: www.interscience.wiley.com. Acesso em: 18 jun. 2019.

STETLER, C.B. et al., Evidence-based practice and the role of nursing leadership. JONA, v. 28, n. 7-8, p. 45-53, 1998. in: A PRÁTICA DE ENFERMAGEM BASEADA EM EVIDÊNCIAS. CONCEITOS E INFORMAÇÕES DISPONÍVEIS ONLINE

ALTUS CIÊNCIA
REVISTA ACADÊMICA MULTIDISCIPLINAR DA FACULDADE CIDADE DE JOÃO PINHEIRO

ACORDO DE NÃO-PERSECUÇÃO PENAL: um estudo sobre a (in) compatibilidade do instituto no ordenamento jurídico brasileiro

Taís Helmer Ramlo[1]
Margareth Vetis Zaganelli[2]

Resumo: O presente artigo aborda o Acordo de Não-Persecução Penal, introduzido no ordenamento jurídico brasileiro pela Resolução nº 181/2017 do Conselho Nacional do Ministério Público. Com esse intento, analisa-se a sua compatibilidade com a sistemática jurídica pátria atual por meio de metodologia qualitativa com base em pesquisa bibliográfica e documental. Para tanto, levantar-se-á argumentos contrários e favoráveis à manutenção desse instituto que se encontra em vigor desde 08 de setembro de 2017, quando foi publicada a Resolução nº 181/2017 no Diário Eletrônico do Conselho Nacional do Ministério Público. O trabalho tem por fito demonstrar a conformidade do Acordo de Não-Persecução Penal com o ordenamento jurídico brasileiro, especialmente pela presença de institutos similares hodiernamente utilizados no direito processual penal que se coadunam com a atuação resolutiva do Ministério Público, resultante da nova ordem constitucional inaugurada em 1988, ressalvando a necessidade de fiscalização por órgãos de controle para a sua adequada aplicação e eficácia social.

Palavras-chave: Justiça Negocial. Acordo de Não-Persecução Penal. Atuação Negociada do Ministério Público. Autocomposição no Direito Processual. Acordo de Colaboração Processual.

Abstract : This article is about the non-persecution agreement, an institute introduced in the Brazilian legal system by Resolution Nº 181/2017 of the Conselho Nacional do Ministério Público. For this purpose, it analyzesthe compatibility with the current legal system of the country by a qualitative methodology based on bibliographical research. To this end, contrary and favorable arguments will be raised to the maintenance of this institute that has been in force since September 8, 2017, when the resolution was published in the Electronic Diary of the do

[1] Bacharela em Direito pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES).Pós-Graduanda em Ciências Criminais pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MINAS) Advogada. E-mail: taishramlo@yahoo.com.br

[2] Doutora em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Mestre em Educação pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Estágios de Pós-doutorado na Università degli Studi di Milano-Bicocca (UNIMIB), na Alma Mater Studiorum Università di Bologna (UNIBO). Professora Titular de Direito Penal e Processual Penal e de Teoria do Direito da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Docente Permanente do Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Coordenadora do *Bioethik* - Grupo de Estudos e Pesquisas em Bioética (UFES). E-mail: mvetis@terra.com.br.

Recebido em 30/09/2019
Aprovado em 15/10/2019

Conselho Nacional do Ministério Público. This work aims to demonstrate the conformity of the agreement with the Brazilian legal system, especially by the presence of similar institutes that are used in Brazilian criminal procedural law, which are consistent with the Ministério Público resolutive performance resulting from the new constitutional order inaugurated in 1988,with the need for supervision by control bodies for their proper application and social effectiveness.

Keywords: Negotiated Justice. Criminal Non-Pursuit Agreement. Negotiated performance of the Public Prosecution Service. Self-composition in procedural law. Agreement of Procedural Collaboration.

INTRODUÇÃO

É notável a falta de recursos financeiros e humanos do Poder Judiciário para atender o crescente número de demandas que lhe vem sendo direcionadas. Para tanto, emerge no cenário jurídico o Acordo de Não-Persecução Penal, introduzido pela Resolução nº 181/2017 do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), editada em 07 de agosto de 2017, que trata da instauração e tramitação do procedimento investigatório criminal a cargo do Ministério Público.

Essa nova figura jurídica está inserida no Capítulo VII da mencionada resolução e pode ser proposta pelo membro do Ministério Público quando o delito for cometido sem violência ou grave ameaça à pessoa, contendo, no art. 18, caput, os requisitos necessários para sua realização, dentre eles a confissão formal do investigado, com detalhamento da prática delituosa e a indicação de eventuais provas.

Além disso, nos incisos que seguem o supracitado artigo, há outros requisitos que podem ser exigidos de forma cumulativa, relacionados, de modo geral, à ideia de contraprestação por parte do investigado pela não persecução penal proposta pelo órgão ministerial. Assim, tem-se a possibilidade de reparação do dano, renúncia voluntária de bens e direitos, prestação de serviços à comunidade ou às entidades públicas, pagamento de prestação pecuniária ou cumprimento de outra condição estipulada pelo Ministério Público, desde que proporcional e compatível com a infração penal praticada.

Importante destacar que caso haja descumprimento das condições impostas, o órgão ministerial tem o dever de imediatamente oferecer denúncia, porque o que se busca com o acordo não é a impunidade, senão a celeridade no atendimento de demandas penais consideradas menos gravosas, com a respectiva prestação sinalagmática por parte do investigado.

No entanto, caso o acordo seja cumprido integralmente, o Ministério Público pode promover o arquivamento da investigação, apresentando-o ao juízo competente, conforme art.

28 do Código de Processo Penal, ou ao órgão superior interno responsável por sua apreciação, a depender da legislação, como se extrai dos arts. 18, §8º, e 19, parágrafo único, da resolução.

Nota-se, pois, conforme exposto nas considerações motivacionais da Resolução nº 181/2017 do CNMP (BRASIL, 2017), que o Acordo de Não-Persecução Penal é figura afeta às soluções alternativas no Processo Penal, visando à celeridade na resolução dos casos menos graves em prol da eficiência e da desburocratização da investigação, desde que respeitados os direitos fundamentais do investigado e da vítima e as prerrogativas do advogado.

Não obstante o propósito elogiável, o Acordo de Não-Persecução Penal divide opiniões por versar sobre uma inovação aparentemente incompatível com o ordenamento jurídico atual. Nesse ínterim, busca-se expor os principais argumentos contrários e favoráveis à manutenção desse instituto e, a partir daí, analisar se de fato existe a compatibilidade necessária para a sua efetivação.

1. O PAPEL DO MINISTÉRIO PÚBLICO A PARTIR DA CONSTITUIÇÃO DE 1988

O Ministério Público, embora constitucionalmente instituído desde 1934, com posteriores avanços e retrocessos enquanto instituição teve, na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, a reformulação de sua atuação e o alargamento de suas funções.

Assim, passa a ser o Ministério Público "instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis", consoante art. 127, *caput*, da Carta Magna. Dessa maneira, foi outorgado ao Ministério Público, embora não tenha emergido como um quatro Poder, as garantias de Poder tais como a autonomia e independência funcionais, monopolizando uma parcela direta da própria soberania estatal para que pudesse efetivamente exercer a fiscalização e imputar responsabilidades a toda e qualquer pessoa, inclusive as autoridades estatais (MAZZILLI, 2002, p. 465).

Além disso, o art. 129 da Constituição da República Federativa do Brasil enumera as funções institucionais desse órgão ministerial, dentre as quais está, conforme inciso I, a promoção, de modo privativo, da ação penal pública.

Quanto a essa função específica, observa-se que o constituinte conferiu ao Estado o monopólio da propositura da ação penal pública, por meio do Ministério Público, que passa a ser o *dominus litis*. Por conseguinte, a paz social depende em grande parte da eficiência e eficácia dos métodos utilizados pela estrutura estatal (CLÉVE, 2006, p. 29).

Por essa razão, o Ministério Público foi considerado órgão legítimo para realizar diligências investigatórias, sendo o maior interessado na persecução penal, tendo em vista que deverá formar sua convicção pelos elementos colhidos nessa fase preliminar e, a depender da conclusão, oferecerá denúncia ou promoverá o arquivamento das investigações.

Essa atuação do *Parquet* a partir da Constituição de 1988 exige uma postura diferenciada, compatível com a realidade social. Nesse cenário, o Conselho Nacional do Ministério Público aprovou a Recomendação nº 54/2017 (BRASIL, 2017) que fomenta a atuação resolutiva do Ministério Público, para que atue de modo preventivo e proativo, não se limitando ao campo processual, mas otimizando os recursos humanos e financeiros de maneira eficiente (CAMBI, 2017, p. 113).

Na esfera penal, esse comportamento resolutivo, diferente do demandista, "procura soluções judiciais somente depois de esgotadas todas as possibilidades políticas e administrativas de resolução das questões que lhe são postas" (CAMBI, 2017, p. 114), fazendo surgir a figura do "membro de fato", que se aproxima da cultura da pacificação e dá prioridade aos instrumentos extrajudiciais na busca de soluções negociadas, contraposto ao "membro de gabinete", este atuante de maneira passiva, envolvido primordialmente na ocupação burocrática e processual do gabinete, de modo a restringir a comunicação social e o contato com a realidade (CAMBI, 2017, p. 112).

Justamente por conta dessa atuação proativa e efetiva é que o CNMP introduziu o Acordo de Não-Persecução Penal por meio da Resolução nº 181/2017. A intenção é, pois, fornecer respostas céleres à sociedade por meio de uma atuação extrajudicial quando, mediante a análise do caso concreto, for cabível o acordo que antecipará uma solução à infração penal cometida.

2. INFLUÊNCIAS EXTERNAS

O Acordo de Não-Persecução Penal decorre de influências estrangeiras que primam por uma justiça negociada, sendo um atrativo para sistemas como o brasileiro, marcado pela morosidade (NARDELLI, 2014, p. 339). Essa chamada justiça negociada pode ser entendida como o consenso entre os pólos opostos do procedimento criminal, isto é, defesa e acusação, no qual há um encerramento antecipado da lide penal por meio de um acordo de colaboração processual, impondo uma sanção penal ao acusado com certo grau de abrandamento, em razão de ter ele abdicado do processo penal com todas as garantias inerentes (VASCONCELLOS, 2014, p. 322).

Essa solução obtida por meio da negociação aparenta ser mais eficiente, à medida que abrevia a solução penal através de um acordo, concedendo maior credibilidade ao Poder Judiciário e a seus órgãos de controle, por proporcionar uma resposta penal à sociedade que, frequentemente, carrega uma sensação de impunidade em relação aos infratores, decorrente da lentidão processual (NARDELLI, 2014, p. 358).

Os infortúnios da morosidade são mais comumente observados nos sistemas da *civil law*, em que as controvérsias penais são solucionadas mediante a estrita observância de um procedimento previamente estipulado – o chamado devido processo legal. Por outro lado, o sistema da *common law* admite o encerramento dos casos criminais por intermédio de acordos entre as partes, isto é, tem-se a possibilidade da justiça negociada e, apenas na ausência de pacto entre os pólos da demanda penal, há o contraditório (RIBEIRO, 2010, p. 312).

Ocorre que uma cognição exaustiva em juízo oral e público, típica do *civil law*, e o aumento da criminalidade organizada, acarretaram uma sobrecarga de trabalho aos tribunais, que passaram a não conseguir fornecer repostas céleres para a sociedade. Essa constatação fez com que houvesse uma espécie de "diálogo das fontes" entre os legisladores de diferentes países, de modo a utilizar experiências exitosas alheias para dirimir as controvérsias penais internas, insolucionáveis com o método tradicional (NARDELLI, 2014, p. 340 e 351).

Assim, institutos como o *plea bargaining* norte-americano, típico do sistema da *common law*, influenciou ordenamentos jurídicos europeus, possibilitando acordos informais no processo penal alemão e reformando a sistemática penal italiana, países que adotam o *civil law*, assim como o Brasil.

Isso porque, no ordenamento jurídico norte-americano, o suspeito pode, por meio de uma asserção simples em juízo, declarar sua culpa (*guilty plea)*, ensejando de imediato uma condenação, sem que haja processo judicial, cuja dosimetria da pena será realizada pelo juiz. Essa disponibilidade do objeto da ação evita os malefícios de um longo processo judicial complexo e caro (NARDELLI, 2014, p. 342).

O *guilty plea* mostra-se exitoso em virtude do procedimento do *plea bargaining*, no qual há uma negociação entre a acusação e a defesa. Assim, em troca do reconhecimento pelo próprio acusado como culpado, o órgão acusador oferece vantagens, tais como a recusa em denunciá-lo por outra infração ou a redução da pena a ser aplicada (BARBOSA MOREIRA, 2001, p. 96).

Notadamente há diversas vantagens no instituto estadunidense do *plea bargaining*, tais como a economia processual, a célere e efetiva resposta às transgressões penais, a restauração da confiança da sociedade na justiça, o fortalecimento da dinâmica da ressocialização, dentre

outras. No entanto, igualmente surgem inúmeras desvantagens como o possível jogo de poder exercido pelo órgão acusador, violação da publicidade, da oralidade e da posição do acusado como sujeito de direitos (NARDELLI, 2014, p. 344-350).

Como já mencionado, diversos países europeus adotaram mecanismos da justiça negociada, influenciados pelo modelo do *plea bargaining*. A título de exemplo pode-se mencionar os acordos informais no processo penal da Alemanha, que foram regularizados apenas em 2009 pela Lei de Regulamentação dos Acordos no Processo Penal, mas que ocorriam desde a década de 70 de modo oculto pelos promotores e defensores. Isso porque o modelo alemão prima pelo princípio da instrução, em que a condução do processo é feita pelo juiz, o que inviabilizou, inicialmente, a adoção formal de um sistema voltado à negociação. Assim, diferente do modelo norte-americano, os acordos no processo penal alemão eram informais e baseados na confiança e não se tratavam de uma declaração formal de culpa por parte do acusado, apenas de uma confissão valorada como prova (NARDELLI, 2014, p. 353). Esse panorama introduziu hipóteses de não-persecução penal, mesmo com justa causa, sagrando a Alemanha como precursora na regulação de hipóteses de oportunidade (VASCONCELLOS; MOELLER, 2016, p. 19-23).

No caso da justiça italiana, houve uma aproximação maior com o modelo do *plea barining* em razão de reformas no ordenamento do país com fulcro em implementar uma estrutura adversarial, similar ao modelo dos Estados Unidos. Assim, as partes são responsáveis pela colheita de provas, podendo conduzir suas investigações, e o princípio da indisponibilidade da ação penal, embora não tenha sido abolido, foi redefinido (NARDELLI, 2014, p. 354).

Há, pois, uma tendência à incorporação de uma justiça negociada nos ordenamentos jurídicos internacionais, inclusive nos que adotam a sistemática da *civil law*. É nesse contexto que surge o Acordo de Não-Persecução Penal brasileiro tratado na Resolução 181/2017 do CNMP.

3. CONTROVÉRSIAS QUANTO À COMPATIBILIDADE DO ACORDO COM O ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO

Apesar de o instituto do Acordo de Não-Persecução Penal contribuir para o processamento e julgamento dos casos mais graves, minorando os efeitos nocivos de uma sentença condenatória judicial e para desafogar o sistema prisional, tem-se levantado argumentos contrários ao disposto na Resolução nº 181/2017 do CNMP, no sentido de ser o acordo incompatível com o ordenamento jurídico brasileiro.

Em vista disso, serão abordados, a seguir, os principais pontos de controvérsia do instituto, a fim de analisar os prós e os contras da efetivação do Acordo de Não-Persecução Penal no Brasil, tornando possível o conhecimento da argumentação que o rodeia.

3.1. Ausência de previsão legal específica

Afirma-se que o Conselho Nacional do Ministério Público, ao estabelecer o Acordo de Não-Persecução Penal, usurpou a competência do Congresso Nacional por legislar sobre Direito Processual Penal, tendo em vista que introduziu uma figura jurídica afeta a esse ramo do direito não prevista em lei. Dessa forma, estar-se-ia violando o disposto no art. 22, inciso I, da Constituição da República Federativa do Brasil, que confere competência privativa da União para legislar sobre direito penal e processual penal.

Além disso, as resoluções, como ato normativo de caráter geral, não poderiam provocar inovações no ordenamento jurídico; ao encontrar seu fundamento de validade nas leis e na Constituição Federal, não poderiam contrariá-las, mas somente explicá-las. Em suma, postas na condição de atos regulamentares, não poderiam fazer às vezes da lei (GARCIA, 2012, p. 6 e 10).

Nesse sentido, a mencionada resolução, no que tange ao Acordo de Não-Persecução Penal, é acusada de romper com o princípio da legalidade e da separação dos poderes, por, além de legislar sobre processo penal, derrogar regras do Código de Processo Penal (JARDIM, 2017) que prevê tratativa específica a ser realizada pelo *Parquet* ao término da investigação criminal.

Justamente por essa razão, a Associação dos Magistrados Brasileiros – AMB – propôs, perante o Supremo Tribunal Federal, a Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 5.790 (BRASIL, 2017), na qual intenta declarar a inconstitucionalidade da Resolução nº 181/2017 do CNMP, argumentando que o órgão ministerial deve se limitar aos ditames do Código de Processo Penal.

Em contrapartida ao argumento exposto, três contra-argumentos podem ser indicados. Inicialmente, destaca-se o fato de ter o Supremo Tribunal Federal fixado, no julgamento da ADC nº 12 (BRASIL, 2009), que as normas provenientes do CNJ – e, por interpretação analógica, do CNMP – são atos normativos primários, isto é, autônomos, com competência legiferante e subordinados diretamente à Constituição Federal (BARROS, 2017).

Dessa forma, os atos regulamentares do CNMP, que possuem previsão constitucional para o âmbito de sua competência, conforme art. 130-A, §2º, inciso I da Carta Magna, não se destinam unicamente à execução das leis, possuindo uma atribuição autônoma para preencher

as lacunas existentes, em especial no que concerne ao desempenho do órgão (GARCIA, 2012, p. 5), o que é plausível no caso em comento em virtude da nova normativa regular e aplicar dispositivos diretamente relacionados à atuação ministerial (CABRAL, 2017).

Além disso, por meio de uma leitura constitucional, é possível interpretar o Acordo de Não-Persecução Penal como um direito fundamental do investigado, com base no art. 5º, §2 da Constituição Federal, que possibilita a existência de direitos e garantias decorrentes do regime e princípios adotados na constituição. Nessa perspectiva, por ser o instituto afeto ao estado de liberdade do investigado, o acordo não lhe poderia ser negado *prima facie* (BARROS, 2017).

Por fim, o Acordo de Não-Persecução Penal possui natureza administrativa, por ser realizado em um momento anterior ao processo, com intuito de evitá-lo. Destarte, ao se localizar no âmbito meramente administrativo, correlato ao Procedimento Investigatório Criminal do Ministério Público, não se deve cogitar qualquer invasão de competência da União em matéria processual (CABRAL, 2017). Trata-se, pois, de fase pré-processual.

Nota-se, pois, que a ausência de lei específica anterior versando sobre o Acordo de Não-Persecução Penal divide argumentos quanto à sua legalidade. De igual modo os argumentos seguintes possuem dupla interpretação.

3.2. Controle judicial

Outra crítica ao instituto refere-se à ausência de controle judicial na celebração e cumprimento do acordo, já que o *Parquet* apenas o encaminhará ao juízo competente no momento de seu arquivamento, pelo cumprimento. Além disso, caso o juízo entenda ser o ajuste ilegal ou que os requisitos não foram suficientes para atender às finalidades da reprimenda penal, remeterá os autos ao Procurador-Geral de Justiça ou à Câmara de Coordenação e Revisão, que poderão insistir no arquivamento. Assim, critica-se que o juízo valorativo final passou do Poder Judiciário ao Ministério Público (GARCIA, 2017).

Nesse mesmo sentido, a AMB, na ação direta de inconstitucionalidade já referida, indicou que o acordo viola o art. 5º, inciso XXV, da Constituição Federal, por excluir da apreciação do Poder Judiciário, a lesão de direitos do acusado, que consistiria no cumprimento de condições restritivas de direitos realizadas em procedimento próprio e exclusivo do *Parquet*, sem a apreciação judiciária.

Em contrapartida, é de se destacar que o acordo não escapa ao controle judiciário, que será feito posteriormente ao seu cumprimento. Nessa ocasião, o Poder Judiciário avaliará as

condições em que se desenrolou o acordo e opinará pela concordância ou não, o que demonstra haver a apreciação judiciária, ainda que posterior ao acordo (CABRAL, 2017).

Quanto ao fato de o juízo final pertencer ao Ministério Público, não houve qualquer deslocamento em relação ao Poder Judiciário. Isso porque quando o órgão ministerial entende pelo arquivamento de uma investigação criminal relatada em inquérito policial, remete os autos ao juízo competente que, caso entenda pelo não arquivamento, remeterá os autos, de igual forma, ao Procurador-Geral, que decidirá, em última análise, pelo arquivamento ou denúncia. Assim, não houve qualquer alteração quanto ao juízo final da investigação.

3.3. Essência inquisitiva

Outra crítica tormentosa à efetivação do Acordo de Não-Persecução Penal no Brasil está em sua alegada essência inquisitiva. Ao contrário do sistema acusatório, o sistema inquisitivo se caracteriza pela fusão entre as funções de acusar e julgar em uma só pessoa, consubstanciada na figura do juiz acusador que detém ampla iniciativa probatória.

Diante disso, essa concentração de poderes em uma só figura processual desequilibraria a relação entre os sujeitos processuais, não havendo igualdade material entre a acusação e a defesa, especialmente porque no sistema inquisitivo não há a necessidade de contraditório (NARDELLI, 2014, p. 347). Por outro lado, no sistema acusatório, diferentes órgãos atuam nas funções de acusação e de julgamento, de modo que as partes, em igual condição, devem produzir as provas que serão analisadas, imparcialmente, pelo juiz.

Tendo em vista a opção constitucional na adoção do sistema acusatório, por estabelecer o Ministério Público como ente privativo da promoção da ação penal pública (PACELLI, 2016, p. 16), o Acordo de Não-Persecução Penal acaba por demonstrar um viés inquisitivo, por subverter a distribuição dessas funções, eis que o órgão ministerial é quem determinará a realização e os termos do acordo, decidindo sobre a culpabilidade do réu e usurpando, de certa forma, as funções decisórias do Poder Judiciário (VASCONCELLOS, 2014, p. 330).

Ocorre, no entanto, que a sistemática processual penal brasileira não deve ser considerada como um sistema puro acusatório. Como aponta Nucci (2014, P. 95-96), o sistema pátrio é misto, embora não oficialmente declarado. Isso porque as previsões do Código de Processo Penal estabelecem uma colheita de prova inicial feita por um inquérito com características do sistema inquisitivo, tais como a ausência de contraditório e o sigilo. Assim, há uma fase preliminar, com essência inquisitiva, e uma processual, com viés acusatório, o que

é aceitável e exercido no processo penal, tanto é que o juiz considera as provas colhidas na fase pré-processual, embora não o deva fazer exclusivamente.

Ademais, no Acordo de Não-Persecução Penal, diferente do que ocorre no inquérito policial, não só é possível a presença do advogado como é necessária, conforme estabelecido no §2º do art. 18 da Resolução nº181/2017, demonstrando a possibilidade da participação da defesa ainda que em estágio extrajudicial. Por essa razão e pelas expostas acima, deve-se sopesar a crítica envolvendo o caráter inquisitivo do instituto em voga.

3.4. Princípio da obrigatoriedade da ação penal

Também há divergência no que se refere à inobservância do princípio da obrigatoriedade da ação penal, norteador do processo penal, em que, caso o Ministério Público se depare com um ilícito criminal que contenha lastro suficiente de materialidade e de autoria delitiva, e desde que atenda as condições da ação, será obrigado a promover a ação penal, quando pública e incondicionada.

Portanto, não compete ao órgão acusador qualquer juízo de oportunidade e conveniência, características afetas às ações penais de iniciativa privada e às públicas condicionadas à representação, restando vinculado ao seu convencimento sobre os fatos investigados, sem dispor do interesse público ao transigir sobre regras cogentes do Direito Penal e Processual, tampouco renunciar aos respectivos deveres funcionais e processuais (JARDIM, 2016).

Vale destacar, ainda, que tal princípio é visto como uma garantia à atuação do Ministério Público, já que em determinadas situações sua própria imparcialidade e segurança poderão ser prejudicadas com a possibilidade de dispor sobre a ação penal. Como exemplo, pode-se citar os promotores que atuam em pequenas cidades, nas quais os cidadãos possuem conhecimento de que a ação penal é regida pela conveniência do membro acusador. Nesse caso, dificilmente ocorrerá uma atuação sem influências, especialmente pela possibilidade de afetar a segurança pessoal do promotor (JARDIM, 2016).

Apesar dos argumentos apresentados contrários à aplicação do Acordo de Não-Persecução Penal, não se pode olvidar a grande necessidade prática da aprovação de institutos como esse que amenizam a sobrecarga da justiça criminal. Assim, é preciso observar a existência de outros institutos com natureza jurídica similar que mitigam o princípio da obrigatoriedade da ação penal, já consolidados no ordenamento jurídico brasileiro (JARDIM, 2016).

É o caso das figuras jurídicas da suspensão condicional do processo e da transação penal, instituídas pela Lei dos Juizados Especiais (Lei 9.099/95) e direcionadas para o consenso, que fizeram com que o mencionado diploma legal fosse orientado pelo que se convencionou "princípio da obrigatoriedade mitigada/princípio da discricionariedade regrada" (JARDIM, 2016).

Outros exemplos presentes no ordenamento jurídico brasileiro podem ser mencionados, como a Delação Premiada, instituída pela Lei 12.850/13, pautada no incentivo à confissão do acusado e inerente incriminação de terceiros em troca de benefícios em sua condição processual; e o Acordo de Leniência, previsto na Lei 12.529/11, entendido como uma espécie de colaboração premiada a ser celebrada por autoridades administrativas em relação às infrações contra a ordem econômica, cujos reflexos na seara penal geram a extinção de punibilidade (LIMA, 2016, p. 291).

Todos os institutos mencionados guardam similitudes com o Acordo de Não-Persecução Penal, inclusive com a possibilidade de não oferecimento da denúncia nos casos de colaboração premiada e de acordo de leniência, e com o estabelecimento de condições por parte do *Parquet* a serem cumpridas pelo acusado, como ocorre na suspensão condicional do processo e na transação penal. Esses institutos apresentam clara mitigação do princípio da obrigatoriedade da ação penal e são utilizados no ordenamento pátrio.

Vale ressaltar, ainda, ser aplicável o Acordo de Não-Persecução Penal apenas de forma subsidiária, caso não seja cabível nenhum dos institutos despenalizadores da Lei dos Juizados Especiais, que deverão prevalecer, conforme assentado nos incisos I e III do §2º do art. 18 da resolução.

Por fim, apenas a título de contextualização, por ser o Direito um sistema uno, o Acordo de Não-Persecução Penal condiz com a nova sistemática processual inaugurada com o Código de Processo Civil de 2015, que valoriza e acolhe a autocomposição no direito processual. Como é cediço, o mencionado código se aplica de forma subsidiária ao ramo penal, causando inevitáveis influências, das quais o instituto em análise resulta (MELO; ANDRADE, 2017).

3.5. Discricionariedade do Ministério Público

O princípio da obrigatoriedade da ação penal mencionado está intimamente ligado à vedação da discricionariedade do Ministério Público, a fim de que não tenha margem de escolha quando se deparar com uma infração penal, para evitar eventuais abusos, ao distinguir e selecionar agentes e condutas.

Por essa razão, o Acordo de Não-Persecução Penal, ao conceder a possibilidade do Ministério Público transigir com o investigado nos casos em que sabe ser ele o autor de um fato típico, ilícito e culpável, acaba destinando ao órgão acusador uma discricionariedade que permite, inclusive, determinar as reprimendas a serem cumpridas. Dessa forma, há inevitável possibilidade de atendimento de questões pessoais, distorcendo o papel institucional do órgão ministerial a partir de seu poder de negociação (NARDELLI, 2014, p. 330).

Apesar do apontamento pertinente, algumas observações devem ser consideradas. A primeira delas refere-se ao fato de que o instituto não concede ampla e irrestrita discricionariedade ao *Parquet*. Ao contrário, adota o princípio da discricionariedade regrada, tendo em vista que o Ministério Público somente poderá celebrar o acordo quando atendidas as condições expressamente previstas na Resolução nº 181/2017 do CNMP, isto é, somente nos delitos cometidos sem violência ou grave ameaça; com lesão inferior a vinte salários mínimos; para acusados primários e com bons antecedentes; em caso de confessarem formal e detalhadamente a prática do delito e indicarem eventuais provas de seu cometimento; desde que reparem o dano ou restituam a coisa à vítima, quando possível; devendo cumprir prestação de serviços à comunidade ou multa; e observados os antecedentes, a conduta social e a personalidade do agente, bem como os motivos e as circunstâncias do crime, de modo a indicar que o acordo é uma resposta necessária e suficiente ao delito (CABRAL, 2017).

Dessa forma, o Ministério Público deve observar condições preestabelecidas para a celebração do acordo, não sendo coerente apontar uma atuação puramente discricionária. Outra reflexão a ser realizada é que o órgão ministerial já atua com um grau de discricionariedade ao selecionar os delitos que serão apurados, tendo em vista a impossibilidade de investigação de todo e qualquer crime com o aparato estatal brasileiro, notadamente insuficiente e precário para atender a todas as demandas (FIGUEIREDO, 2016, p. 322).

Inevitavelmente ocorre essa seleção das infrações em que serão despendidos esforços para a sua solução, pelo grande volume de casos a serem apurados, ainda que o ideal fosse investigar todos eles. Essa seleção sempre aconteceu e é conhecida como “seletividade não declarada” ou “clandestina”, que demonstra haver medidas administrativas com intuito de influenciar decisivamente na persecução penal (FIGUEIREDO, 2016, p. 336).

No caso do acordo, essa discricionariedade natural e de fato mais arbitrária é regulamentada, por possuir critérios específicos para a celebração da negociação, tratando-se, efetivamente, de uma discricionariedade regrada. Assim, a seletividade indireta é substituída por uma seletividade declarada, com a prevalência de critérios objetivos (FIGUEIREDO, 2016, p. 337).

3.6. Violação às garantias do devido processo legal

O Acordo de Não-Persecução Penal é apontado ainda como violador das garantias do devido processo penal, por impedir o contraditório e a ampla defesa, ferir o direito da não autoincriminação, tarifar provas e antecipar pena condenatória que deveria ser aplicada pelo juiz.

Consoante ressaltado na ADIN nº 5.790 proposta pela AMB (BRASIL, 2017), o contraditório e a ampla defesa seriam impraticáveis no Acordo de Não-Persecução Penal em razão de o procedimento tramitar no órgão acusador, que é parcial por excelência ao figurar em um dos polos da ação, e não no órgão do judiciário, que detém a real imparcialidade, restando violados tais princípios previstos no art. 5º, LV, da Constituição Federal.

Além disso, diz-se que o inciso LVI do mesmo dispositivo legal também é violado por impor uma confissão ao acusado para que obtenha o benefício, configurando uma obtenção de prova por meio ilícito. Dessa forma, o direito a não autoincriminação é desrespeitado por haver uma coerção no sentido de pressionar o acusado a se declarar culpado, tendo em vista que se não o fizer, uma denúncia será proposta com riscos de uma condenação criminal (NARDELLI, 2014, p. 346). Por isso, haveria um inevitável constrangimento ao investigado, propiciando, inclusive, que inocentes se declarem culpados para não serem incriminados em um processo penal (VASCONCELLOS, 2014, p. 20).

A partir dessa necessária confissão, poder-se-ia afirmar a existência de um tarifamento de provas, que não foi adotado pela sistemática brasileira. Nesse sistema, determinados meios de prova possuem valor probatório fixado em abstrato pelo legislador, sendo a confissão a "rainha das provas", que não poderia ser infirmada por nenhuma outra (LIMA, 2016, p. 825). Nesse sentido, ao estabelecer a necessidade de confissão do acusado, o instituto demonstra a primazia desse meio de prova, sendo um retrocesso processual autoritário ao não valorizar a livre apreciação pelo juiz (VASCONCELLOS, 2014, p. 331).

Ademais, o devido processo legal seria violado, também, em razão de aplicar uma pena sem que haja uma prévia condenação judicial, restringindo a liberdade do investigado (JARDIM, 2017), de acordo com as reprimendas previstas nos incisos do art. 18 da Resolução nº 181/2017 do CNMP.

Malgrado sejam oportunas as críticas apontadas, deve-se observar, em contrapartida, os benefícios da efetivação do instituto que, em grande parte, fazem com que os argumentos opostos à sua implementação não se mantenham.

Preliminarmente, deve-se atentar à presença do advogado na negociação. Assim, ainda que seja proposta pelo acusador, a defesa se faz presente na negociação para obstar eventual abuso ou discricionariedade desmedida pelo proponente. Por isso, recomenda-se cautela ao afirmar categoricamente inexistir ampla defesa no momento da negociação.

Quanto ao direito de não autoincriminação, nota-se ser um direito pró-acusado, ao não possibilitar uma condenação baseada em provas produzidas por ele próprio. Ocorre, no entanto, que o Acordo de Não-Persecução Penal também demonstra ser, em grande medida, um instituto pró-acusado, ao evitar registros criminais por não se tratar de uma condenação criminal propriamente dita, com ação penal instaurada pelo Ministério Público (GARCÍA, 1996, p. 82). Evita-se, assim, que o investigado se mantenha em um estado de indefinição jurídica por longo período de tempo, causando uma ansiedade prejudicial para o investigado (MELO; ANDRADE, 2017), que pode simplesmente não ter antecedentes criminais caso admita a infração penal cometida, por meio do acordo.

Essa confissão necessária não deve ser vista como "a rainha das provas" apta a configurar um sistema de provas tarifadas. Isso porque a resolução estabelece a necessidade de o investigado indicar outras provas do cometimento do ilícito, demonstrando a insuficiência da mera confissão.

Outrossim, afirma-se não ocorrer uma aplicação de pena sem tramitação pelo judiciário por não se considerar as condições estabelecidas pelo Ministério Público como verdadeiras penas, em razão de os requisitos cumpridos serem individualizados em momento anterior à persecução penal (GARCIA, 2017). Além disso, há situações perfeitamente aceitas pelo ordenamento jurídico nacional, em que o *Parquet* propõe a aplicação de medidas, como na transação penal.

Face todo o exposto, conclui-se que ao estabelecer o acordo, a Resolução nº 181/2017 do CNMP busca aplicar os princípios constitucionais da eficiência (art. 37, caput), da celeridade (art. 5º, LXXVIII) e do acusatório (art. 129, I, IV e VI) (CABRAL, 2017), gerando benefícios para o acusado, que não terá registros criminais; para o *Parquet*, que disporá de tempo e recursos para investigar delitos mais gravosos; e para a sociedade, que terá uma resposta frente ao delito cometido, especialmente porque os longos trâmites processuais por vezes acarretam prescrição da pretensão estatal (GARCÍA, 1996, p. 82).

CONCLUSÃO

O Acordo de Não-Persecução Penal, a despeito de trazer posicionamentos contrários à sua celebração e que foram analisados a título de ponderação, mostra-se viável no ordenamento jurídico brasileiro, especialmente pela conjuntura jurídica atual, com enfoque no papel resolutivo do Ministério Público, na abertura trazida pelo novo Código de Processo Civil à auto composição dos litígios e pelas influências externas que há muito inspiram a sistemática processual penal brasileira.

O Ministério Público, por meio da possibilidade de celebração de Acordos de Não-Persecução Penal, será capaz de alcançar resultados efetivos para a sociedade em resposta à criminalidade, tendo em vista a célere resolução de conflitos penais de menor lesividade, corroborando para a redução da judicialização em demasia que contribui para a morosidade da justiça brasileira.

Por essa razão e tendo em vista a nova roupagem do órgão ministerial, voltada para a resolução de conflitos, nota-se ser o instituto capaz de atender aos deveres funcionais do *Parquet*, por tornar o sistema criminal mais eficiente. Isso ao possibilitar a resolução de demandas envolvendo delitos considerados menos gravosos e por enfocar recursos humanos e financeiros nas infrações mais complexas que, por vezes, não são solucionadas pela inviabilidade de uma apreciação minuciosa causada pelo excesso de demandas penais.

Dessa forma, o Acordo de Não-Persecução Penal demonstra atender aos anseios da sociedade, do investigado e do Estado, guardando plena harmonia com os princípios constitucionais e observando critérios devidamente delimitados na resolução, com a aplicação de condições a serem cumpridas pelo acusado aptas a atender à função ressocializadora da reprimenda penal sem, contudo, causar registros criminais prejudiciais a ele.

Além disso, evidencia-se o cumprimento dos direitos fundamentais da pessoa humana ao longo da negociação, com a presença do advogado e com a produção de provas capazes de confirmar o ilícito praticado, impedindo o cumprimento de restrições de direitos sem o necessário respaldo probatório. Por tudo isso e pela necessidade prática, afirmar-se ser o instituto compatível com a sistemática jurídica brasileira.

Acrescenta-se, no entanto, a necessidade da atuação de órgãos de controle, em especial as Corregedorias do Ministério Público, para combater eventuais mazelas que o instituto possa vir a sofrer até a sua consolidação no ordenamento pátrio, posto que tais órgãos, tanto em nível nacional como regional, possuem previsão constitucional para a fiscalização e orientação do exercício dos deveres funcionais, conforme se extrai do art. 130-A, §2ª, inciso III da Constituição Federal (DAHER, 2016, p. 300).

Dessa forma, será possível controlar a atuação ministerial, inviabilizando condutas incompatíveis com sua função institucional e permitindo que o Acordo de Não-Persecução Penal contribua para a efetividade da atuação na esfera criminal, ao priorizar as investigações mais complexas e concedendo uma resposta célere e satisfatória para os delitos menos gravosos. Em consequência, haverá uma desburocratização na sistemática penal, apropriada para aliviar as sobrecargas judiciais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBOSA MOREIRA, José Carlos. O Processo Penal Norte-Americano e sua Influência. *Revista de Processo*, v. 103, p. 95-107, jul./set. 2001.

BARROS, Francisco Dirceu. *Estudo completo do acordo de não-persecução penal e o novo procedimento investigatório criminal*. Texto disponibilizado em 20 set. 2017. Disponível em: <http://genjuridico.com.br/2017/09/20/estudo-completo-do-acordo-de-nao-persecusao-penal-e-o-novo-procedimento-investigatorio-criminal-parte-ii/>. Acesso em: 17 out. 2017.

BRASIL. Conselho Nacional do Ministério Público. *Recomendação nº 54 de 2017*. Disponível em: < http://www.cnmp.mp.br/portal/images/ED.72_-18.04.2017_1.pdf>. Acesso em: 10 out. 2017.

BRASIL. Conselho Nacional do Ministério Público. *Resolução nº 181 de 2017*. Disponível em: < http://www.cnmp.mp.br/portal/images/Resolucoes/Resolu%C3%A7%C3%A3o-181.pdf>. Acesso em: 02 out. 2017.

_____. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado Federal,1988.

_____. Supremo Tribunal Federal. ADC - Ação Direta de Constitucionalidade nº 12. Requerente: Associação dos Magistrados Brasileiros – AMB. Requerido: Conselho Nacional de Justiça. Relator: Min. Carlos Britto, DF - DISTRITO FEDERAL, 20/8/2008. DJe nº 237, 18 dez. 2009. Disponível em: <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=606840> Acesso em: 20 out. 2017.

_____. Supremo Tribunal Federal. Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 5790, 00116939620171000000. Requerente: Associação dos Magistrados Brasileiros. Requerido: Conselho Nacional do Ministério Público. Relator: Min. Ricardo Lewandowski, DF - DISTRITO FEDERAL, de 06 out. 2017. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/processo/verProcessoAndamento.asp?numero=5790&classe=ADI&origem=AP&recurso=0&tipoJulgamento=M> Acesso em: 20 out. 2017.

CABRAL, Rodrigo Leite Ferreira. *O acordo de não-persecução penal criado pela nova Resolução do CNMP*. Texto disponibilizado em 18 set. 2017. Disponível em:

<http://www.conjur.com.br/2017-set-18/rodrigo-cabral-acordo-nao-persecucao-penal-criado-cnmp>. Acesso em: 18 out. 2017.

CAMBI, Eduardo. Ministério Público Resolutivo: o modelo contemporâneo de atuação institucional. *Revista dos Tribunais*, v. 982, p. 107-134, ago. 2017, versão digital.

CAMBI, Eduardo; PIOVESAN, Leonora Simone Lucchese; SEVERO, Tiago Juliano Robeiro. A Corregedoria-Geral como instituição garantidora da atuação eficiente do Ministério Público: interfaces das funções preventiva e pedagógica. In*: Revista Jurídica Corregedoria Nacional*: o papel constitucional das Corregedorias do Ministério Público, v. 1, CNMP, Brasília, 2016, p. 239-263. Disponível em: <http://www.cnmp.mp.br/portal/images/Publicacoes/documentos/2016/14-09_CNMP_Revista_Juridica_final.pdf>. Acesso em: 02 out. 2017.

CLÉVE, Clémerson Merlin. Investigação criminal e Ministério Público. *Revista de Direito Constitucional e Internacional*, v. 56, p. 27-51, jul./set. 2006, versão digital.

DAHER, Lenna Luciana Nunes. Corregedoria e os deveres constitucionais do Ministério Público. In: *Revista Jurídica Corregedoria Nacional*: o papel constitucional das Corregedorias do Ministério Público, v. 1, CNMP, Brasília, 2016, p. 295-314. Disponível em: <http://www.cnmp.mp.br/portal/images/Publicacoes/documentos/2016/14-09_CNMP_Revista_Juridica_final.pdf>. Acesso em: 02 out. 2017.

FIGUEIREDO, Leandro Mitidieri. *Persecução penal mais eficiente e democrática*: seletividade declarada e regrada. Disponível em: < https://escola.mpu.mp.br/publicacoes/boletim-cientifico/edicoes-do-boletim/boletim-cientifico-n-47-janeiro-junho-2016/persecucao-penal-mais-eficiente-e-democratica-seletividade-declarada-e-regrada/at_download/file>. Acesso em: 16 out. 2017.

GARCIA, Emerson. As resoluções do Conselho Nacional do Ministério Público e seu necessário balizamento. *Revista Eletrônica do CEAF*, Porto Alegre, v. 1, n. 1, out. 2011/jan. 2012.

_____. *O acordo de não-persecução penal passível de ser celebrado pelo Ministério Público*: breves reflexões. Disponível em: <https://www.conamp.org.br/pt/biblioteca/art.s/item/1772-o-acordo-de-nao-persecucao-penal-passivel-de-ser-celebrado-pelo-ministerio-publico-breves-reflexoes.html>. Acesso em: 18 out. 2017.

GARCÍA, Nicolás Rodríguez. A justiça penal e as formas de transação no Direito Norte-Americano: Repercussões. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, v. 13, p. 79-92, jan./mar. 1996, versão digital.

JARDIM, Afranio Silva. A influência norte-americana nos sistemas processuais penais latinos. *Revista Eletrônica de Direito Processual*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, p. 02-10, jul./dez. 2016. Disponível em: < http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/redp/article/view/26598/18956>. Acesso em: 15 out. 2017.

_____. *Ser contra a Resolução 181/17 do Conselho Nacional do Ministério Público nada tem a ver com o debate entre positivismo e garantismo.* Texto disponibilizado em 26 set.

2017. Disponível em: <http://emporiododireito.com.br/tag/afranio-silva-jardim/>. Acesso em: 17 out. 2017.

LIMA, Renato Brasileiro de. *Manual de Processo Penal*, v. único, 4ª ed., Salvador: Juspodivm, 2016.

MAZZILLI, Hugo Nigro. A natureza das funções do Ministério Público e sua posição no processo penal. *Revista dos Tribunais*, v. 805, p. 464-471, nov. 2002, versão digital.

MELO, Júlio Gonçalves; ANDRADE, Ricardo Rangel de. *O acordo de não-persecução penal*: aprofundamento da atuação negocial do Ministério Público e valorização da autonomia da vontade do investigado. Disponibilizado em 29 set. 2017. Disponível em: <http://www.migalhas.com.br/dePeso/16,MI266286,101048-Acordo+de+naopersecucao+penal+aprofundamento+da+atuacao+negocial+do>. Acesso em: 18 out. 2017.

MENDES, Luciene Angélica. *O acordo de vontades no processo criminal do Brasil e dos Estados Unidos*. Disponível em: < http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/cao_criminal/doutrinas/doutrinas_autores/acordo%20vontades.pdf>. Acesso em: 10 out. 2017.

NARDELLI, M. A. M., A expansão da justiça negociada e as perspectivas para o processo justo: a *ple bargaining* norte-americana e suas traduções no âmbito da *civil law*. *Revista Eletrônica de Direito Processual*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, p. 331-365, 2014. Disponível em: < http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/redp/article/view/14542/15863>. Acesso em: 12 out. 2017.

NUCCI, Guilherme de Souza. *Manual de Processo Penal e Execução Penal*, 11ª ed. revisa e atualizada. Rio de Janeiro: Forense, 2014.

PACELLI, Eugênio. *Curso de Processo Penal*, 19ª ed., São Paulo: Atlas, 2015.

RIBEIRO, L. O tempo da justiça criminal: Estados Unidos e Brasil em uma perspectiva comparada. *Civilistas*. Porto Alegre, v. 10, n 2, p. 309-329, mai./ago. 2010. Disponível em: < http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=74221650003> Acesso em: 11 out. 2017.

VASCONCELLOS, V. G. *Barganha e Justiça Criminal Negocial: Análise das Tendências de Expansão dos Espaços de Consenso no Processo Penal Brasileiro*. Porto Alegre, 2014, 361 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Criminais) – Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Disponível em: < http://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/6943/1/000462996-Texto%2bParcial-0.pdf>. Acesso em: 10 out.2017.

VASCONCELLOS, V. G., MOELLER, U. *Acordosno Processo Penal Alemão*: Descrição do Avanço da Barganha da Informalidade à Regulamentação Normativa. Boletín Mexicano de Derecho Comparado, v. XLIX, n. 147, p. 13-33, set./dez. 2016. Disponível em: < http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=42747919001> . Acesso em: 12 out. 2017.

ALTUS CIÊNCIA
REVISTA ACADÊMICA MULTIDISCIPLINAR DA FACULDADE CIDADE DE JOÃO PINHEIRO

BEHAVIORISMO E SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO

Fausto Teodoro Neves[1]
André Vasconcelos da Silva[2]

Resumo: O sistema prisional no Brasil possui diretrizes nacionais unificadas e uma legislação federal específica a ser observada, qual seja a Lei de Execuções Penais. Cada Unidade da Federação possui seu próprio sistema prisional com suas respectivas peculiaridades, funcionando cada um como um grupo social específico de contexto delimitado e fechado, na forma de um sistema social funcionalmente especializado. Há muito, estudiosos e cientistas têm-se debruçado sobre as questões relacionadas ao comportamento humano, mormente, no que diz respeito à possibilidade de se controlar tal comportamento. Adeptos da escola behaviorista da análise comportamental destacam que é possível o exercício do controle sobre o comportamento humano mediante a adoção de métodos de aplicação de reforços.

Palavras-chave: behaviorismo, teoria comportamental, sistema prisional.

Abstract: The prison system in Brazil has unified national guidelines and specific federal legislation to be observed, namely the Law on Criminal Execution. Each State of Federation has its own prison system with its own peculiarities, each functioning as a specific social group with a delimited and closed context, in the form of a functionally specialized social system. For a long time, scholars and scientists have been addressing issues related to human behavior, especially regarding the possibility of controlling such behavior. Adepts of the behaviorist school of behavioral analysis point out that it is possible to exercise control over human behavior by adopting reinforcement methods.

Keywords: Behaviorism. Behavior Theory. Prision System.

1 INTRODUÇÃO

A sociedade brasileira vive há décadas uma escalada da criminalidade e ao mesmo passo uma aparente sensação de impunidade, porém, os dados relativos à população carcerária

[1] Advogado, Especialista em Ciências Criminais pela União Educacional de Minas Gerais – UNIMINAS, Mestre em Gestão Organizacional pela Universidade Federal de Goiás – UFG.

[2] Professor do Mestrado em Gestão Organizacional pela Universidade Federal de Goiás - UFG, Doutor em Ciências do Comportamento pela Universidade de Brasília – UnB. E-mail: andre.silva.ufg@gmail.com

Recebido em 15/10/2019
Aprovado em 02/11/2019

brasileira seguem também em alta vertiginosa, concluindo-se, portanto, que essa escalada da criminalidade não se relaciona diretamente com a declarada impunidade. Pesquisadores das diversas áreas do conhecimento e ainda operadores do direito inferem que esse aumento da criminalidade pode-se estar ligado mais à falta de políticas públicas e sociais e também à ineficiência reconhecida das finalidades das unidades prisionais do que a qualquer outro aspecto (RODRIGUES, 2015).

As unidades prisionais podem ser entendidas como organizações, segundo Barnard (1979, p. 101), um dos precursores dos estudos organizacionais, conceitua organização como "1- há pessoas aptas a se comunicarem entre si; 2- que estão desejando contribuir com sua ação e 3- para a realização de um propósito comum". Barnard (1979, p. 97) afirma ainda "o sistema, pois, a que damos o nome de organização, é um sistema composto das atividades dos seres humanos. O que faz dessas atividades um sistema é o fato de os esforços de diferentes pessoas serem coordenados (...)".

Conforme a Constituição Federal de 1988, em seu art. 205[3], e a Legislação Brasileira em vigor, mais especificamente os artigos. 10 e 11 da Lei 7.210 de 1984[4], essas organizações, unidades prisionais, trazem uma questão importante, que é como elas atingem sua finalidade, trazendo uma singularidade muito grande, que é a sua constituição como um coletivo de pessoas e gestores visando a ressocialização, readaptação e reintegração dos reeducandos, tanto provisórios quanto condenados em definitivo.

Com isso, surge a problematização da pesquisa: as unidades prisionais têm se efetivado as estratégias de ressocialização, readaptação e reintegração, mais especificamente em relação à remição de parte da pena do preso pelo trabalho e estudo, que é de responsabilidade dos estabelecimentos prisionais o oferecimento, e a aplicação das teorias behaviorismo, estudos do comportamento humano, para a efetivação das funções primordiais da pena, supracitadas.

As leis e normas são balizadores dessas organizações, porém são efetivamente aplicadas aos reeducandos por determinação de seus respectivos gestores, de forma singular, e não necessariamente padronizada por cada unidade prisional.

[3] Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

[4] Art. 10. A assistência ao preso e ao internado é dever do Estado, objetivando prevenir o crime e orientar o retorno à convivência em sociedade. Parágrafo único. A assistência estende-se ao egresso.
Art. 11. A assistência será: I - material; II - à saúde; III -jurídica; IV - educacional; V - social; VI - religiosa.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Contextualização do Sistema Prisional Brasileiro

No Brasil, a população carcerária não para de crescer, tendo passado de 232,8 mil[5] presos no início dos anos 2000 para 719.996 mil[6] em 2019. Desse total, 243.308 mil são provisórios perfazendo 33,8% do total, isto é, que ainda nem sequer foram julgados. No Estado de Goiás os números são: 21,046 mil presos no total, sendo 9.970 provisórios, perfazendo mais de 47,3% do total de presos, dados de 2.019. Se o encarceramento em massa resolvesse o problema da violência, o País seria considerado um dos mais seguros, pois possui a quarta maior população carcerária do planeta, atrás apenas de EUA e China[7]. Em vez disso, é um dos recordistas mundiais em número de homicídios: 59,6 mil por ano atesta o Mapa da Violência 2016. Na verdade, o PCC é subproduto do aprisionamento em massa de São Paulo, assim como o Comando Vermelho é fruto do inchaço das unidades no Rio de Janeiro. Graças à ineficiência das políticas públicas, esses grupos conseguiram transformar as prisões em escritórios do crime, nos quais são tomadas as decisões de seus negócios ilícitos, afirma Renato Sérgio de Lima, presidente do Fórum Brasileiro de Segurança Pública[8].

O sistema penitenciário que se sedimentou a partir dos anos 80 e 90 com a incapacidade estatal de geri-lo, aliada à crescente sensação de insegurança e de impunidade externada pelos cidadãos, caracteriza-se pelo inchaço populacional e pela desorganização estrutural e orgânica dos presídios, onde a violência foi adotada como única alternativa de punição e coibição da criminalidade (ROCHA, 2006).

Cruz Neto e Moreira (1999) salientam que a forte escalada da violência na sociedade brasileira chega ao ponto de ser indicada pela população de grandes metrópoles como uma de suas principais preocupações, referendando a década de 80 como sendo o período em que a violência ganhou mais força e notoriedade em nosso País, repercutindo inclusive e negativamente na área da saúde pública, alcançando o indesejável segundo lugar no

[5] http://www.justica.gov.br/news/mj-divulgara-novo-relatorio-do-infopen-nesta-terca-feira/relatorio-depen-versao-web.pdf acessado em 25-10-2018.
[6] http://www.cnj.jus.br/inspecao_penal/mapa.php acessado em 28-02-2019.
[7] https://oglobo.globo.com/brasil/brasil-o-terceiro-pais-com-mais-presos-no-mundo-diz-levantamento-22166270 acessado em 28-02-2019 às 15h.
[8] https://www.cartacapital.com.br/politica/201cas-faccoes-criminosas-sao-subprodutos-do-aprisionamento-em-massa201d acessado em 19-06-2018 às 16:19'.

ranking de *causa mortis* no Brasil, ficando abaixo tão somente das mortes ocasionadas por doenças cardiovasculares.

De fato, a década de 80 entrou para os anais dos arquivos relacionados ao aumento considerável dos índices de violência praticados no Brasil, especialmente, pela ausência absoluta de políticas públicas sociais no âmbito dos presídios brasileiros, insuflando o surgimento de movimentos e de grupos criminosos no interior das unidades prisionais (Primeiro Comando da Capital em São Paulo e Comando Vermelho no Rio de Janeiro dentre outros) cujos planos e articulações transcenderam os muros das prisões e encontraram irrestrito apoio na sociedade civil externa, principalmente em pessoas ligadas a detentos que atuavam fora do cercado prisional executando os planos elaborados intra-muros, provocando mudanças estruturais na forma original de concepção de presídios, tornando muito mais permeáveis as relações, contatos e comunicações entre o mundo externo e interno às unidades prisionais (ABREU; DIAS, 2017).

Segundo Cruz Neto e Moreira (1999), a visão reducionista da elite econômica brasileira ao atribuir à delinquência e o aumento da violência, com a difusão da ideia de que a delinquência é a violência em si mesma e não uma de suas variadas manifestações, direcionando deste modo as ações governamentais à repressão policial sob o pretexto de tratar-se tão somente de um assunto de segurança pública, relegando quaisquer tipos de ações preventivas.

Cruz Neto e Moreira (1999) trazem à reflexão um novo conceito de violência diverso daquele propagado pela mídia e imposto à sociedade como único e exclusivo aspecto motivacional para o seu vertiginoso aumento que se fundamenta tão somente na velha máxima de que a delinquência é a violência em si mesma, destacando que a violência não pode ser compreendida como um fenômeno uniforme e monolítico que pode ser explicado “através de relações do tipo causa/efeito como ‘pobreza gera violência’ ou ‘o aumento do aparato repressivo acabará com a violência’” (CRUZ NETO; MOREIRA, 1999, p.34), mas sim, deve ser compreendida como um fenômeno polifórmico e multifacetado incutido na sociedade e apresentado em suas mais diversas manifestações.

Esse novo conceito de violência aplicado por Cruz Neto e Moreira (1999) à realidade da violência praticada no Brasil, encontra sua definição bem delimitada nos ensinamentos de Boulding (1981), segundo os quais:

> O conceito de violência estrutural se aplica tanto às estruturas organizadas e institucionalizadas da família como aos sistemas econômicos, culturais e políticos que conduzem à opressão de determinadas pessoas a quem se

> negam vantagens da sociedade, tornando-as mais vulneráveis ao sofrimento e à morte (CRUZ NETO; MOREIRA, 1999, p.36).

Assim, com o cerceamento do acesso da maioria populacional a seus respectivos direitos por parte do Estado, este último subjuga seu povo à violência estrutural que é responsável direta pela degradação de suas condições vitais (CRUZ NETO; MOREIRA, 1999).

Cruz Neto e Moreira (1999) ressaltam que os estudos relacionados à violência, à pobreza e à exclusão social devem ser atrelados ao campo das políticas públicas sociais, e que a:

> Adoção de um processo contínuo e concreto de avaliação das políticas públicas configura-se em um instrumento que se coloca à disposição dos governantes que mantenham um compromisso real com a melhoria das condições de vida da população. Sua capacidade de revelar os motivos que acarretam a ineficiência das ações e programas existentes, bem como os problemas públicos que permanecem inatacados, e ainda, de apontar estratégias para superá-los, confere-lhe um caráter preventivo no campo da violência estrutural e que pode modificar a qualidade de vida e alterar de forma positiva a relação cidadão-Estado (CRUZ NETO; MOREIRA, 1999, p.18).

Neste mesmo sentido, Abreu e Dias (2017) destacam que a violência encontra guarida nos estabelecimentos prisionais brasileiros em função da forte oposição à implementação de políticas públicas de humanização desses ambientes, asseverando que a situação se potencializa na medida em que os governos não conseguem desenvolver suas funções de forma eficaz e adequada sequer no que concerne à provisão básica de condições de subsistência aos seus respectivos tutelados prisionais, fomentando diretamente a intensificação de práticas ilícitas mediante o desenvolvimento de uma economia informal e ilegal dentro das unidades prisionais e mesmo em seu entorno, sujeitando-se a grande maioria de detentos às regras desse mercado negro de drogas, mercadorias contrabandeadas, etc.

Rocha (2006) assinala que, apesar dos vários problemas existentes e de complexa solução no sistema penitenciário como um todo, o mais grave deles é a superlotação, já que em decorrência dela surgem os demais problemas, pois nesse ambiente sequer os direitos dos presos previstos na Lei nº 7.210 de 11 de julho de 1984 intitulada Lei de Execuções Penais - LEP são respeitados e a ressocialização torna-se apenas uma utópica súplica.

A expansão do raio de atuação da facção criminosa do Primeiro Comando da Capital – PCC para além-muros ampliou, de modo significativo, a transição informações, contatos e ações entre membros da referida organização criminosa de dentro e de fora das unidades prisionais, facilitando a execução dos planos forjados no interior das prisões, evidenciando sobremaneira a permeabilidade do sistema prisional cujas consequências impactam fortemente tanto a sociedade civil como um todo quanto os ingressos do sistema prisional brasileiro (ABREU; DIAS, 2017), percepção esta que também pode ser observada hodiernamente com o surgimento de vários outros movimentos ou grupos criminosos prisionais com atuação na mesma vertente de atuação do Primeiro Comando da Capital – PCC, rivalizando-se na luta para a conquista de territórios e de seguidores.

Abreu e Dias (2017) indicam o surgimento de um novo "ordenamento social específico" criado a partir do processo expansionista desenvolvido pela facção criminosa do Primeiro Comando da Capital – PCC, que culminou com uma intensa e irrevogável permeabilidade do sistema prisional brasileiro e que proporciona uma normal fruição de processos sociais, culturais e políticos entre os dois mundos, o de dentro e o de fora das unidades prisionais, em uma via de mão dupla e com dinâmicas próprias cujos muros prisionais não mais impedem que ocorram.

Nunes (2012, p.314 - 315), anota que:

> Em qualquer prisão do Brasil, são comuns celas superlotadas, sujeira e muito descaso, além de agentes penitenciários despreparados e desmotivados para o exercício de relevante função. A crise existe, mas existem soluções que podem minimizar o problema carcerário nacional. O que se sabe é que, por isso, diz- se que o sistema penitenciário brasileiro atravessa uma crise sem precedentes, exigindo soluções que vão desde uma nova concepção na aplicação da pena de prisão, até a modernização do sistema, num todo, oferecendo ao criminoso as mínimas condições para sua recuperação, aliás, uma das finalidades da pena, que é sempre esquecida aos olhos dos responsáveis pelas nossas prisões.

2.2 Behaviorismo - Teorias do Comportamento Humano

Para Iennaco (2011), o controle comportamental exercido em pequenos grupos de pessoas, executado através da aplicação do reforço positivo é técnica usual em escolas, prisões, etc., sendo que essa mesma técnica poderia ser muito mais utilizada e difundida como forma de tentar a transformação de comportamentos indesejáveis, tais como os comportamentos criminosos em comportamentos socialmente aceitos, reforçando-se o comportamento desejável e, por consequência, deixando-se de reforçar o comportamento

indesejável, na forma de recompensação ou não do ato praticado. Anota ainda Inneaco (2011), que as teorias defendidas por Skinner (1981) relacionadas ao "behaviorismo" resultariam em benefícios se aplicadas em contextos sociais delimitados, como é o caso dos presídios, asseverando que raramente teriam os mesmos resultados satisfatórios se aplicado em contextos sociais abertos e naturais:

> Sob certas condições, em contextos sociais fechados, como a prisão, poderíamos admitir que a modificação do comportamento criminoso, a partir das teorias de Skinner, traga resultados satisfatórios – mas raramente em contextos sociais abertos, naturais. A modificação do comportamento encontraria sua limitação na própria estreiteza do método behaviorista, não se tratando, pois, de um problema circunstancial, mas estrutural. A visão mecanicista do homem, como uma máquina que interage em termos de estímulo- resposta, a ignorância da reciprocidade entre o homem e o sistema social em que se insere; sua limitação, enfim, para controlar a multiplicidade de fatores externos que atuam sobre o indivíduo numa sociedade aberta, além da desconsideração de fatores introspectivos, sem questionar o aspecto ético da modificação do comportamento pelas técnicas empregadas, revelam a limitação do Behaviorismo como referência ao estudo da criminologia (INNEACO, 2011, p.07).

As consequências do comportamento de determinado indivíduo influenciam de maneira efetiva tanto para a preservação quanto para a extinção desse padrão comportamental quando conjugados e combinados os processos de seleção comportamental descrito por Skinner (1981), sendo que a seleção filogenética, ao contrário das seleções ontogenética e sociocultural, não influencia tão somente no comportamento do indivíduo, mas também em seus aspectos físicos (AGUIAR, 2017).

Segundo Aguiar (2017), na seleção filogenética ocorre à evolução da espécie através da transferência de características comportamentais do indivíduo pela hereditariedade, como é o caso do reflexo em determinadas espécies; já na seleção ontogenética ocorre a evolução do repertório de um padrão comportamental do indivíduo com o aumento da frequência de um determinado comportamento e que é transferido ou adquirido por meio da aprendizagem operante, na forma de condicionamento e mediante consequências reforçadoras ou punitivas, em que encontram-se implícitas as seguintes variáveis: probabilidade de ocorrência de um padrão comportamental, o contexto, a motivação (positiva ou aversiva) e as consequências; na seleção sociocultural, por seu turno, ocorre a evolução do ambiente social ou cultural que é transmitido ou adquirido por meio de práticas culturais de determinados grupos de indivíduos através da recompensação ou punição de determinados comportamentos.

As regras, tanto mais as jurídicas e, no caso específico, aquelas que se destinam à efetiva implementação da execução penal, não são consideradas meros objetos para o behaviorismo radical de Skinner (2003), mas sim padrões comportamentais utilizados como meio de alguém estabelecer um controle comportamental sobre outrem em função de uma contingência instituída, tornando-se efetivo componente linguístico das práticas culturais (AGUIAR, 2017).

Para Aguiar (2017), o conceito de seleção sociocultural não se aplica a qualquer modificação comportamental resultante da imposição de regras, mas tão somente à alteração no grupo social do repertório de comportamentos de recompensar ou punir determinados comportamentos.

Aguiar (2017) defende que a evolução sociocultural de determinado grupo de pessoas por meio da seleção de práticas culturais que mais se adequam a seu respectivo modo de vida, fenômeno denominado internalização por Teubner (1988; 1993), é possível por meio da especialização funcional dos sistemas sociais (LUHMANN, 1973) que possui como chave de ignição as regras de controle comportamental, de maneira que determinado grupo social possa manter sua sobrevivência e reprodução, sua "existência e bem-estar" na mais clara acepção da palavra, internalizando as contingências seletivas de determinadas práticas culturais.

De acordo com Aguiar (2017), podemos definir sistema social como uma rede de padrões comportamentais entrelaçados, em que cada padrão comportamental serve de contexto e fonte de reforço ou punição para o outro e vice-versa.

Uma organização funciona como um tipo de sistema social em que o comportamento de seus empregados são controlados por meio de reforço ou punição aplicados por seu líder, sendo que o produto do comportamento de seus membros também funciona como meio reforçador ou punitivo de controle comportamental do líder da organização, já que determinado produto pode reforçar ou punir pessoas alheias à mesma e estas pessoas, por seus turnos, reforçam ou punem o dirigente da organização (AGUIAR, 2017).

A especialização das organizações na produção de um elemento de reforço ou de punição propicia o surgimento dos sistemas sociais funcionalmente especializados, entre eles o educacional, científico, político, econômico, jurídico, entre outros tantos (AGUIAR, 2017).

Consoante o entendimento de Aguiar (2017), a norma penal implícita no tipo penal atua na forma de "dever ser" e visa à obtenção da meta social que, por exemplo, no caso do crime de furto é projetada sob o comando: "não furtarás", sendo que o tipo penal descrito

como conduta comissiva ou omissiva na legislação pátria e sua respectiva sanção é uma contingência comportamental sob o ponto de vista behaviorista radical, um elo entre um comportamento (conduta delitiva) e uma consequência punitiva (sanção), que ele denomina contingência jurídica.

2.3 Sistema social no âmbito do sistema prisional brasileiro e remição de pena

A análise comportamental behaviorista desenvolvida a partir das teorias desenvolvidas por Watson (1913), cujos estudos foram aperfeiçoados, renovados e ampliados por Skinner (1981), com a realização de procedimentos empíricos demonstrando que o comportamento não está adstrito tão somente à mente humana sujeito às mais diversas e subjetivas interpretações, mas sim em ações reflexas ou adquiridas individual e hereditariamente na forma de evolução (seleção filogenética), ou ainda, adquiridas na forma de aprendizagem (seleção ontogenéticas) e na forma de escolhas coletivas visando a sobrevivência e bem-estar do grupo (seleção sociocultural), é plenamente passível de ser aplicada em estudos desenvolvidos especificamente direcionados para a análise comportamental de gestores, subordinados e órgãos públicos envolvidos na execução penal em presídios, já que os presídios, de maneira individual, são verdadeiras organizações que possuem reduzidos grupos sociais de contexto delimitado e fechado como sugeriu Inneaco (2011) e se encaixam perfeitamente no conceito de sistema social funcionalmente especializado desenvolvido por Aguiar (2017), cuja atuação é submissa às regras jurídicas e legais por meio das quais alguém exerce o controle do comportamento de outrem, em função de uma contingência instituída, tornando-se efetivo componente linguístico das práticas culturais (AGUIAR, 2017).

Segundo Rocha (2006), o Estado brasileiro contém diversos e variados sistemas penitenciários em razão da competência legislativa concorrente existente entre a União e suas Unidades Federativas, de tal forma que cada Estado gere seu próprio sistema penitenciário tendo como diretrizes as orientações emanadas da Lei de Execução Penal e demais ordenamentos jurídicos, podendo até mesmo instituir leis de execuções penais suplementares na parte em que não houver conflito com a lei federal[9]. Por tal razão, não

[9] Art. 73. A legislação local poderá criar Departamento Penitenciário ou órgão similar, com as atribuições que estabelecer.
Art. 74. O Departamento Penitenciário local, ou órgão similar, tem por finalidade supervisionar e coordenar os estabelecimentos penais da Unidade da Federação a que pertencer.

existe uma padronização do sistema pelos Estados, sendo que cada um deles possui sua própria estrutura e normas de gestão de seus presídios que se dá pelo Poder Executivo local através de suas respectivas Secretarias de Segurança Pública e/ou Justiça e Departamentos Especializados.

A fase de execução da pena envolve a interatividade de vários atores públicos no âmbito do sistema penitenciário, eis que, conforme dispõe o art. 61 da Lei nº 7.210/84 - LEP, os órgãos incumbidos de darem plena efetividade à execução penal são: o Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária; o Juízo da Execução; o Ministério Público, o Conselho Penitenciário; os Departamentos Penitenciários; o Patronato; o Conselho da Comunidade e a Defensoria Pública.

Dado o caráter multidisciplinar do sistema penitenciário brasileiro como um todo, seria necessária uma análise empírica do sistema prisional em cada Unidade da Federação com vista a contemplar minuciosamente todas as estruturas e órgãos responsáveis pela execução penal em cada uma delas (ROCHA, 2006).

O sistema prisional brasileiro possui suas diretrizes gerais elencadas na Constituição Federal de 1.988 e específicas na Lei nº 7.210/84 – Lei de Execuções Penais, sendo que esta última foi recepcionada pela primeira em todas as normas que não contrariam a Constituição Federal de 1.988.

Aos Estados que não possuem uma legislação específica complementar à Lei de Execuções Penais cabe à plenitude do cumprimento da mesma, sendo que àqueles que possuem referida legislação complementar cabe o fiel cumprimento de ambas as leis, ficando dependente da lei estadual não ferir dispositivos da lei federal em questão, conforme preceitua o princípio da hierarquia das leis, já que a Constituição Federal de 1.988 consagrou a competência concorrente entre Estados e União para legislarem sobre direito penitenciário[10].

Contrariamente ao que dispõe Constituição Federal de 1988 e a legislação brasileira em vigor, mais especificamente os artigos 10 e 11 da Lei nº 7.210/84 – Lei de Execuções Penais[11], as diversas e mais variadas unidades prisionais de nosso País não atendem às

Parágrafo único. Os órgãos referidos no caput deste artigo realizarão o acompanhamento de que trata o inciso VII do caput do art. 72 desta Lei e encaminharão ao Departamento Penitenciário Nacional os resultados obtidos.

[10] Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre: I - direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico;

[11] Art. 10. A assistência ao preso e ao internado é dever do Estado, objetivando prevenir o crime e orientar o retorno à convivência em sociedade. Parágrafo único. A assistência estende-se ao egresso.

Art. 11. A assistência será: I - material; II - à saúde; III -jurídica; IV - educacional; V- social; VI - religiosa.

finalidades propostas pelo sistema penitenciário nacional, quais sejam, a de promover a reabilitação, a reeducação e a ressocialização com a reinserção do detento ao convívio em sociedade. Na contramão da legalidade, essas unidades prisionais que mais se assemelham às masmorras medievais, incrementam um tratamento degradante e, em não raras vezes, desumano aos nelas são atirados indistintamente àqueles que antes mesmo de qualquer condenação prévia, já foram condenados à segregação familiar e ao mundo do crime, dada a falta de assistência médico-psicológica-social contínua por parte de quem tem o dever de assim proceder e se omite: o Estado. Dita omissão, gera reflexos negativos imensuráveis não só aos reclusos como também a todos que, de alguma maneira, seja ela direta ou indireta, interagem com esse sistema pernicioso e decadente que é o sistema penitenciário brasileiro.

Cada um dos órgãos ou entes públicos incumbidos de promoverem à plena e efetiva execução da pena no Brasil possui suas respectivas peculiaridades quanto à sua composição e atribuições, sendo que ao Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária - CNPCP que é subordinado ao Ministério da Justiça e composto por 13 (treze) membros escolhidos entre profissionais que se relacionam com o direito penal e processual penal, com mandato de 2 (dois) anos cada um, compete o estabelecimento de diretrizes relacionadas à formulação e definição de política criminal e penitenciária[12] no que diz respeito ao sistema prisional (ROCHA, 2006).

Cabe ao Departamento Nacional de Política Penitenciária – DEPEN, composto por uma coordenação geral, uma coordenação de normas, 4 divisões e 1 serviços de apoio administrativo, promover a execução das diretrizes emanadas do CNPCP relativamente ao sistema prisional brasileiro[13], zelando pelo fiel cumprimento da Lei de Execuções Penais.

Os demais órgãos públicos envolvidos na atividade de execução penal e que foram elencados nos incisos II a VII do art. 61 da Lei de Execuções Penais, são afetos a cada Unidade Federativa da Nação e possuem regimentos e normas próprias que delimitam seus

[12] Arts. 62. O Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, com sede na Capital da República, é subordinado ao Ministério da Justiça.
Art. 63. O Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária será integrado por 13 (treze) membros designados através de ato do Ministério da Justiça, dentre professores e profissionais da área do Direito Penal, Processual Penal, Penitenciário e ciências correlatas, bem como por representantes da comunidade e dos Ministérios da área social.
Parágrafo único. O mandato dos membros do Conselho terá duração de 2 (dois) anos, renovado 1/3 (um terço) em cada ano.

[13] Art. 71. O Departamento Penitenciário Nacional, subordinado ao Ministério da Justiça, é órgão executivo da Política Penitenciária Nacional e de apoio administrativo e financeiro do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária.

respectivos funcionamentos, razão pela qual, para uma melhor composição do todo, torna-se necessária uma análise completa de seus respectivos regimentos e normativos de forma individualizada a ser realizado por Estado, estudo este que não será desenvolvido neste trabalho, já que não temos a pretensão de esgotar o tema.

Assim, esta pesquisa realiza um levantamento documental, bibliográfico, legislativo, dos temas abordados, para assim identificar os dados relativos ao sistema prisional, criminalidade no Brasil e as teorias comportamentais, behaviorismo.

É importante lembrar que uma forma de conciliar todos os fundamentos das obrigações das instituições prisionais em relação ao apenado, ou seja, ressocialização, readaptação e reintegração, é o benefício da remição de pena, para isso se faz necessário revisar a legislação atual para melhor entender a referida remição, suas modalidades, aplicabilidade, abrangência, quesitos, dentre outros.

Na Constituição Federal de 1988, a remição da pena está prevista, implicitamente, por meio da inteligência ao direito de individualização da pena, previsto no artigo 5º, XLVI [14], pois dessa forma, as penas devem ser justas e proporcionais, além de particularizadas, levando em conta a aptidão à ressocialização demonstrada pelo apenado por meio do estudo ou do trabalho[15].

Na Lei nº 7.210/84 - LEP, a remição penal é abordada de forma expressa e explícita, prevendo a possiblidade do condenado que cumpre pena no regime fechado ou semiaberto o instituto da remição pelo trabalho ou pelo estudo de parte da pena a ele imposta[16]. Estabelece ainda a LEP os quesitos e formas para aplicação do referido direito.

É de grande valia ressaltar, que além da previsão em textos das legislações vigentes em território nacional, há ainda decisões judiciais dos mais diversos âmbitos e graus, e também órgão como o Conselho Nacional de Justiça - CNJ, que por meio de decisões e recomendações, respectivamente, estabelecem entendimentos a serem seguido pelos magistrados responsável por decidir e aplicar a remição aos reeducandos, como a recomendação nº 44 de 2013[17] que amplia o conceito de estudo previsto na LEP, ou seja,

[14] Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: (...) XLVI - a lei regulará a individualização da pena e adotará, entre outras, as seguintes: (...)

[15] http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/81644-cnj-servico-como-funciona-a-remicao-de-pena acessado em 26-10-2018.

[16] Art. 126. O condenado que cumpre a pena em regime fechado ou semiaberto poderá remir, por trabalho ou por estudo, parte do tempo de execução da pena

[17] http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=1235 acessado em 26-10-2018.

além dos estudos do ensino regular e profissional, para possibilidade do reeducando remir parte da pena pela leitura.

3 CONCLUSÃO

O seguinte trabalho contribui para o estímulo da aplicabilidade de teorias do behaviorismo, ou seja, de análise comportamental à formatação de gestão no sistema prisional, estudo de fenômenos gerenciais no campo do direito, compreensão do fenômeno da gestão e efetivação da função da pena e consequentemente dos estabelecimentos prisionais, legalmente previstos, cito, a ressocialização, readaptação e reintegração social, por meio da remição da pena, pelos indivíduos em confronto com a lei, com propostas de ajustes de programas e políticas públicas voltadas para essa população.

4 REFERÊNCIA

ABREU, S. F. A.; DIAS, C. N. **Fronteiras em Mutação: Um Novo Paradigma na Sociologia das Prisões**. Orgs. PRIORE, Mary Del; MULLER, Angélica. História dos Crimes e da Violência no Brasil. Ed. UNESP. São Paulo- SP. 2017.

AGUIAR, J. C. **Para uma Abordagem Científica do Direito como Sistema Social Funcionalmente Especializado**. Teoria Analítico- Comportamental do Direito. Ed. Nuria Fabris. Porto Alegre-RS. 2017.

BARNARD, C. I. **As funções do executivo**. São Paulo: Atlas 1979.

BOULDING, E. **Las Mujeres y la Violencia.In La Violencia y sus Causas**. p 265-279. Ed. UNESCO. Paris – França. 1981.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Diário Oficial da Unição, Brasília, DF: 1988. disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. acessado em: 20 de outubro de 2018.

BRASIL. Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984. **Institui a Lei de Execução Penal**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 13 jul. 1984. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L7210.htm>. acessado em: 25 de outubro de 2018.

BRASIL. Lei nº 12.433, de 29 de julho de 2011. **Lei que altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), para dispor sobre a remição de parte do tempo de execução da pena por estudo ou por trabalho.** Diário Oficial da União, Brasília, DF, 30

jun. 2011. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12433.htm>. acessado em: 25 de outubro de 2018.

BRASIL. Lei nº 13.163, de 09 de setembro de 2015. **Modifica a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 - Lei de Execução Penal, para instituir o ensino médio nas penitenciárias.** Diário Oficial da União, Brasília, DF, 10 set. 2015. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13163.htm>. acessado em: 25 de outubro de 2018.

http://www.justica.gov.br/news/mj-divulgara-novo-relatorio-do-infopen-nesta-terca-feira/relatorio-depen-versao-web.pdf acessado em 25-10-2018.

http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=1235 acessado em 20-10-2018.

http://www.cnj.jus.br/inspecao_penal/mapa.php acessado em 25-10-2018.

https://oglobo.globo.com/brasil/brasil-o-terceiro-pais-com-mais-presos-no-mundo-diz-levantamento-22166270 acessado em 28-02-2019 às 15h.

http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/81644-cnj-servico-como-funciona-a-remicao-de-pena acessado em 26-10-2018.

https://www.cartacapital.com.br/politica/201cas-faccoes-criminosas-sao-subprodutos-do-aprisionamento-em-massa201d acessado em 19-06-2018 às 16:19'.

CRUZ NETO, O.; MOREIRA, M. R. A concretização de políticas públicas em direção à prevenção da violência estrutural. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 4, p. 33-52, 1999.

IENNACO, R. **Behaviorismo e Criminologia: Controle do Comportamento Desviante**. Revista de Periódicos da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. 2011.

LUHMANN, N. **Ilustración Sociológica y Otros Ensayos**. Sur, Buenos Aires, 1973.

NUNES, A. **Soluções para a Crise Carcerária Brasileira**. Da Execução Penal. 2ª Ed. Forense. Rio de Janeiro-RJ. 2012.

ROCHA, A. P. A Superlotação no Sistema Penitenciário Brasileiro. **O Estado e o Direito de Punir**. Dissertação de Mestrado em Ciência Política. Repositório da UnB. 2006. Disponível em:<http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/2217/1/Alexandre%20Pereira%20da%2Rocha.pdf. Acessado em 18/10/2018 às 23:31>.

RODRIGUES, A. **Modelo carcerário brasileiro não diminui criminalidade, avaliam especialistas.** Agência Brasil. Brasília, 2015. Disponível em: http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2015-06/modelo-carcerario-brasileiro-nao-reduz-criminalidade acessado em 15/10/2018 às 18:30h.

SKINNER, B. F. **Selection by Consequences.** Science, vol. 213, n. 4507, pp.501-504. 1981.

SKINNER, B. F. **Ciência e Comportamento Humano**. Tradução João Carlos Todorov, Rodolfo Azzi. - 11ª Ed. Martins Fontes. São Paulo, 2003.

TEUBNER, Gunther, **Evolution of Autopoietic Law**. Ed. Gruyter. Berlim, 1988.

TEUBNER, G. **Law as an Autopoietic System**. Ed. Blackwell, Oxford, 1993.

TSUKAHARA, M. P. **A Regra como Essencial nas Práticas Gestoras**. Dissertação de Mestrado em Gestão Organizacional. Repositório da UFG-RC. Catalão-GO, 2016.

WATSON, J. B. **Psycology as the Behaviorist Views** It. Psychological Review. 1913.

EDUCAÇÃO

ALTUS CIÊNCIA
REVISTA ACADÊMICA MULTIDISCIPLINAR DA FACULDADE CIDADE DE JOÃO PINHEIRO

DOCÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR: perspectivas sobre o educador e o sentido do seu ofício

Ana Cláudia de Oliveira Costa[1]
Maria Célia da Silva Gonçalves[2]

Resumo: O objetivo deste artigo é oferecer um número maior de caracterizações para o sentido do ofício do docente, também citando o papel do educador na perspectiva dos próprios educadores do ensino superior de acordo com suas experiências individuais ao decorrer da profissão. É esperado também que este artigo possa contribuir com a compreensão desta profissão para os futuros docentes, e conceder mais entusiasmo aos que já permeiam neste caminho. Em primeiro momento foi realizada uma pesquisa bibliográfica para fundamentação teórica sobre o "ser professor", o atual panorama quanto aos desafios e sua valorização no Brasil e o referenciamento do professor no ensino superior. Posteriormente foram realizadas entrevistas com docentes atuantes em diferentes áreas do ensino superior, adotando a abordagem qualitativa. Diante dos resultados obtidos a partir das entrevistas, ficou evidenciada a afinidade das respostas dos entrevistados remetendo às ideias dos autores que referenciaram este artigo. Confirmando que a formação de profissionais e cidadãos mais humanos, conscientes, empáticos, contemporâneos e capazes de adquirir e reconstruir o seu próprio conhecimento, como um dos principais sentidos para o ofício de docente.

Palavras-chave: Professor Universitário. Formação. Aprendizagem. Profissão Docente.

Abstract: The purpose of this article is to offer a greater number of characterizations for the teacher's craft sense, also citing the role of the educator in the perspective of the higher education educators themselves according to their individual experiences during the profession. It is also hoped that this article can contribute to the understanding of this profession for future teachers, and give more enthusiasm to those who already permeate this path. In the first moment, a bibliographic research was carried out for the theoretical foundation about "being a teacher", the current panorama regarding the challenges and its valorization in Brazil and the referencing of the teacher in higher education. Subsequently, interviews were conducted with teachers working in different areas of higher education, adopting the qualitative approach.

[1] Pós-graduanda em Docência do Ensino Superior pela Faculdade Cidade de João Pinheiro - FCJP. Bacharela em Agronomia pelo Instituto Federal de Minas Gerais, Campus Bambuí (IFMG). Técnica em Segurança do Trabalho pelo Centro Educacional Visão (CEV). E-mail: annaclaudiajp@hotmail.com

[2] Pós-doutorado em Educação pela Universidade Católica de Brasília (UCB). Doutora em Sociologia e Mestre em História pela Universidade de Brasília - UnB. Especialista em História Pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Especialista em História do Mundo Moderno e Contemporâneo pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Especialista em Psicopedagogia pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Professora de Sociologia e Trabalho de Conclusão de Curso, coordenadora do Núcleo de Pesquisa e Iniciação Científica da Faculdade Cidade de João Pinheiro- FCJP. E-mail: mceliasg@yahoo.com.br

Recebido em 20/10/2019
Aprovado em 03/11/2019

Given the results obtained from the interviews, the affinity of the respondents' answers was evidenced, referring to the ideas of the authors who referenced this article. Confirming that the formation of more humane, conscious, empathic, contemporary professionals and citizens capable of acquiring and reconstructing their own knowledge, as one of the main senses for the teaching profession.

Keywords: University Teacher. Training. Apprenticeship. Teaching Profession.

INTRODUÇÃO

Um dos ofícios mais importantes que existem é a profissão de professor. Uma das ocupações mais antigas é também peça fundamental para o desenvolvimento social, e essencial para a formação do ser humano. O docente está fortemente ligado ao desenvolvimento de cidadãos conscientes para a formação de uma sociedade mais humana.

Segundo Sócrates, conforme citado por Libardi (2010, p. 11), "o mestre tem um papel de importância que vai muito além de ser simples fornecedor de informações, sendo alguém que contribui para que seus discípulos sejam capazes, por si mesmos, de gerar e construir seu próprio conhecimento".

É inimaginável um futuro para a humanidade sem a intervenção de educadores. De acordo com Gadotti (2003), "Os educadores, numa visão emancipadora, não só transformam a informação em conhecimento e em consciência crítica, mas também formam pessoas".

O processo histórico da educação no Brasil, no que diz respeito às abordagens de ensino, está intimamente ligado aos perfis dos docentes em sala de aula ao longo dos anos. Este desenvolvimento pedagógico é caracterizado de acordo com cada abordagem de forma distinta, onde podemos observar:

Na abordagem tradicional o professor era predominantemente a autoridade, pois era ele quem detinha o conhecimento e o repassava aos seus alunos, os quais recebiam como uma verdade absoluta.

A abordagem escolanovista, que surgiu a partir das críticas à abordagem tradicional, o professor já não era visto como privilegiado ou autoridade, seu papel então era auxiliador no desenvolvimento do discente, ou seja, facilitar aos estudantes para buscarem por si mesmos os conhecimentos.

Rubem Alves (2001) citado por Santos e Soares (2012), explana a respeito do docente como auxiliador, quando fala que "o professor deve ser o mediador do conhecimento no processo de ensino-aprendizagem, fazendo com que o aluno aprenda a descobrir o mundo, para que se tenha paixão naquilo que se está aprendendo". Ele propõe que o educador olhe para cada

aluno e suas respectivas especificidades, pois ele está lidando com humanos e não com números abstratos. Estes humanos, segundo Libardi (2010), possuem visões diferentes do mundo, pois cada um passa constantemente por um processo de transformação de acordo com o ambiente em que está inserido, ou de acordo com o momento que está vivenciando.

Na abordagem tecnicista o ensino buscava adequar a educação às exigências da sociedade industrial e tecnológica que era produzir indivíduos competentes para o mercado de trabalho. O papel do professor neste método era neutro, apenas de ligação entre a verdade científica e o aluno. O docente apenas transmitia a matéria dominada por técnicas de trabalho seguindo eficientemente os manuais já pré-determinados.

A abordagem interacionista acredita que a educação é um processo de humanização das pessoas, inseridas em seus contextos sociais. Onde a escola e o docente são vistos também como mediadores, mas desta vez entre os alunos e o mundo social.

A interação no processo de educação nos traz a ideia atual de ensino, segundo Francisco Imbernón (2000) citado por Gadotti (2003), a educação do futuro deverá se aproximar mais dos aspectos éticos, coletivos, comunicativos, comportamentais, emocionais, entre outros, onde esses aspectos se tornam necessários para se alcançar uma educação democrática dos futuros cidadãos.

O processo atual de ensino é um elemento que se compõe de aspectos emocionais, orgânicos, cognitivos, culturais e psicossociais aliados ao desenvolvimento de aptidões e conhecimento. Esta miscelânea de componentes dá início a uma forma de ensino que se diferencia consideravelmente dos métodos remotos.

No histórico das abordagens de ensino, fica nítido que a mudança mais predominante, e talvez uma das mais importantes, no perfil do docente atual é a possibilidade do professor ser mais livre e interativo com seus alunos, o que não ocorria no ensino dos tempos passados da educação no Brasil, onde o professor se via “engessado” a uma ementa rígida, e rigidamente também às repassavam aos seus alunos.

> Há consenso quando se afirma que nossa profissão deve abandonar a concepção predominante no século XIX de mera transmissão do saber escolar. O professor não pode ser um mero executor do currículo oficial e a educação já não é mais propriedade da escola, mas de toda a comunidade. O professor, a professora precisa assumir uma postura mais relacional, dialógica, cultural, contextual e comunitária. Durante muito tempo a formação do professor era baseada em “conteúdos objetivos”. Hoje o domínio dos conteúdos de um saber específico (científico e pedagógico) é considerado tão importante quanto as atitudes (conteúdos atitudinais ou procedimentais). (GADOTTI, 2003, p. 25).

Atualmente é interessante que o aluno seja desafiado a pensar, raciocinar e assim refletir e interagir no processo de aprendizagem e também com todos que nele estão envolvidos. O professor então estará neste processo como mediador e "maestro" das diversas metodologias e estratégias didáticas a serem aplicadas nestes momentos.

Para que haja harmonia nestes métodos, o docente deve dispor de solidez conhecimento teórico e humanista, pois trata-se de um profissional versátil que seja capaz de entender as realidades socioambientais presentes em seu espaço de ensino, para tomar atitudes necessárias para alcançar o sucesso na transmissão de seus conhecimentos.

A interatividade e liberdade de ensino possibilita ao docente ser professor "com sentido", viver este dom com consciência e sensibilidade para a formação de pessoas mais humanas. Nas palavras de Gadotti:

> Ser professor hoje é viver intensamente o seu tempo com consciência e sensibilidade. Não se pode imaginar um futuro para a humanidade sem educadores. Os educadores, numa visão emancipadora, não só transformam a informação em conhecimento e em consciência crítica, mas também formam pessoas. Diante dos falsos pregadores da palavra, dos marqueteiros, eles são os verdadeiros "amantes da sabedoria", os filósofos de que nos falava Sócrates. Eles fazem fluir o saber - não o dado, a informação, o puro conhecimento - porque constroem sentido para a vida das pessoas e para a humanidade e buscam, juntos, um mundo mais justo, mais produtivo e mais saudável para todos. Por isso eles são imprescindíveis. (GADOTTI, 2003, p. 17).

O "ser professor" é o referencial que tange este artigo, que tem como objetivo geral dar mais caracterização no sentido do ofício do docente, a partir de entrevistas aplicadas a professores universitários, trazendo o papel do educador na perspectiva dos próprios educadores do ensino superior e seu referenciamento bibliográfico a partir de autores competentes da área. Almejando assim aprofundar os conhecimentos sobre este tema.

A presente pesquisa bibliográfica baseou-se, maioritariamente nos estudos de Moacir Gadotti (2003) e Paulo Freire (1997), Rubem Alves (2001), Francisco Imbernón (2000), dentre outros autores relevantes para o levantamento de dados bibliográficos referentes a docência e o docente.

Quanto à metodologia, este artigo trata-se de um estudo descritivo (no que se refere ao docente e seu exercício) e exploratório, onde adotou-se a abordagem qualitativa por ser um método de investigação científica que foca no caráter subjetivo do objeto analisado. Onde buscou-se responder as problematizações sobre: "Qual o papel do docente na educação superior? " E "O que um professor pode fazer; o que ele deve fazer; o que é possível ser feito

para alcançar seu papel? ”. Estudando as suas caracterizações e particularidades de acordo com as experiências individuais de docentes do ensino superior atuante em distintas áreas, onde se consegue compreender o comportamento e opiniões deste determinado grupo alvo, objeto de estudo deste artigo.

SER PROFESSOR

Ser professor é exercer uma das profissões mais importantes mundialmente, é pelo professor que se antecedem as demais profissões existentes. O docente é a pessoa qualificada em ensinar, potencializando a formação de profissionais e cidadãos para o mundo. Sem menosprezar as necessidades e interesses tanto quanto para o progresso como para o pessoal, o humano.

A docência é uma atividade fascinante, onde por mais que se trabalhe com uma mesma classe, e esta é constituída pelos mesmos alunos, entraremos todos os dias nessa classe e a encontraremos de maneiras diferentes. Pois ela é formada por um conjunto de seres humanos que se encontram em constante mudança o tempo todo. Por isso ser professor não é uma atividade rotineira e monótona, como muitos pensam, e sim um reencantamento constante. Porém, este reencantamento só é possível quando o docente é capaz de unir a sensibilidade social com a eficiência pedagógica.

A constante mudança e readaptação está presente no exercício do docente. Vivemos um tempo marcado pela competição e excelência, em que progressos científicos e avanços tecnológicos definem novas exigências para os alunos, e consequentemente para sua educação e profissionalização. (GANDRA, 2015).

Com a realidade tecnológica e digital tornando-se cada vez mais presente na vida das pessoas, ser professor atualmente é conviver em meio a um “bombardeio” de informações, em grande número e em canais diversos. Isto se dá devido a inclusão de novas tecnologias inseridas no dia a dia de todos. O docente, como formador de cidadãos, não pode ficar alheio a esta realidade, ele deve se adaptar e buscar inserir estas mudanças no seu ofício, a fim de potencializá-lo e não encará-lo de forma prejudicial.

Ser professor hoje, em sua essência não é nem mais fácil nem mais difícil do que era há décadas atrás. Segundo Gadotti (2003), ser professor hoje é diferente, diante da velocidade com que a informação se desloca, envelhece e morre, diante de um mundo em constantes mudanças. O seu papel vem se modificando, senão na essencial tarefa de educar, pelo menos na tarefa de

ensinar, de conduzir a aprendizagem e até na sua própria formação que se tornou permanentemente necessária.

Em suma, o docente hoje necessita estar em permanente atualização da sua formação. Gadotti (2003) nos exemplifica tal fato quando fala que o professor se tornou um aprendiz permanente, um construtor de sentidos, um cooperador, e, sobretudo, um organizador da aprendizagem. Sem a aprendizagem permanente o docente acaba ficando obsoleto no exercício do seu ofício implicando falhas no processo de ensino aprendizagem.

A formação continuada do professor deve ser recebida pelo docente não somente como mero enriquecimento curricular, mas como uma reflexão crítica para a prática da docência aliada a realidade social de sua classe.

> A formação do profissional da educação está diretamente relacionada com o enfoque, a perspectiva, a concepção mesma que se tem da sua formação e de suas funções atuais. Para nós, a formação continuada do professor deve ser concebida como reflexão, pesquisa, ação, descoberta, organização, fundamentação, revisão e construção teórica e não como mera aprendizagem de novas técnicas, atualização em novas receitas pedagógicas ou aprendizagem das últimas inovações tecnológicas. A nova formação permanente, segundo essa concepção, inicia-se pela reflexão crítica sobre a prática. Examinar as teorias implícitas, estilos cognitivos, preconceitos (hierarquia, sexismo, machismo, individualismo, intolerância, exclusão...). (GADOTTI, 2003, p. 31).

Ensinar é uma tarefa complexa e está intimamente ligado ao aprender, para o docente é preciso estar claro sobre o que é aprender, como aprender, para então entender melhor sobre o ato de ensinar.

Conforme Gadotti (2003), só aprendemos quando colocamos emoção no que aprendemos. Por isso a necessidade de se ensinar com alegria. Segundo o autor, as escolas continuam preocupadas em ensinar e não param para pensar o que é ensinar, como se aprende e porque se aprende. “Dar aulas”, cumprir com a ementa, tem-se instituído na única preocupação da escola. É necessário parar para pensar “a escola”.

Para a tarefa abstrusa de ensinar, Paulo Freire em uma de suas cartas aos professores, explica com sensibilidade e sábias palavras quanto à significação crítica do ensinar assim como o aprender. Este fragmento da sua primeira carta nos mostra o quanto estamos susceptíveis em aprender no exercício de ensinar.

> Nenhum tema mais adequado para constituir-se em objeto desta primeira carta a quem ousa ensinar do que a significação crítica desse ato, assim como a significação igualmente crítica de aprender. É que não existe ensinar sem

> aprender e com isto eu quero dizer mais do que diria se dissesse que o ato de ensinar exige a existência de quem ensina e de quem aprende. Quero dizer que ensinar e aprender se vão dando de tal maneira que quem ensina aprende, de um lado, porque reconhece um conhecimento antes aprendido e, de outro, porque, observando a maneira como a curiosidade do aluno aprendiz trabalha para apreender o ensinando-se, sem o que não o aprende, o ensinante se ajuda a descobrir incertezas, acertos, equívocos. O aprendizado do ensinante ao ensinar não se dá necessariamente através da retificação que o aprendiz lhe faça de erros cometidos. O aprendizado do ensinante ao ensinar se verifica na medida em que o ensinante, humilde, aberto, se ache permanentemente disponível a repensar o pensado, rever-se em suas posições; em que procura envolver-se com a curiosidade dos alunos e os diferentes caminhos e veredas que ela os faz percorrer. Alguns desses caminhos e algumas dessas veredas, que a curiosidade às vezes quase virgem dos alunos percorre, estão grávidas de sugestões, de perguntas, que não foram percebidas antes pelo ensinante. Mas agora, ao ensinar, não como um burocrata da mente, mas reconstruindo os caminhos de sua curiosidade – razão por que seu corpo consciente, sensível, emocionado, se abre às adivinhações dos alunos, à sua ingenuidade e à sua criticidade – o ensinante que assim atua tem, no seu ensinar, um momento rico de seu aprender. O ensinante aprende primeiro a ensinar, mas aprende também ao ensinar algo que é reaprendido por estar sendo ensinado. (FREIRE, 1997, p. 19).

O encantador ato de ensinar inspira e dá sentido ao ato de ser professor. Primeiramente pelo fato de sermos pessoas, devemos buscar ter sensibilidade de enxergar a beleza em todas as coisas da vida, e como pessoas com o ofício de ensinar, devemos procurar ter ainda mais aguçado esta sensibilidade dentro da docência, uma vez que lidamos diretamente com os sonhos dos alunos, e são os sonhos que instigam e dão beleza ao aprender.

Ainda com todo o entendimento sobre o "ser professor", ainda é recorrente o questionamento do "por que ser professor". Diante desta interrogativa retomaremos sobre a importância do professor na formação de cidadãos mais humanos para o mundo, onde consiste em a essência da resposta para o questionamento. É nesta formação que encontramos o principal sentido e finalidade do ofício do docente. Segundo Gadotti a reposta para a indagação do "por que ser professor", pode ser encontrada na mensagem deixada por um prisioneiro de campo de concentração nazista que viveu os horrores daquela guerra.

> "Crianças envenenadas por médicos diplomados; recém-nascidos mortos por enfermeiras treinadas; mulheres e bebês fuzilados e queimados por graduados de colégios e universidades" – ele pede aos professores que "ajudem seus alunos a tornarem-se humanos", simplesmente humanos. E termina: "ler, escrever e aritmética só são importantes para fazer nossas crianças mais humanas". Talvez esteja aí a chave para entender a crise que vivemos: perdemos o sentido do que fazemos, lutamos por salário e melhores condições de trabalho sem esclarecer a sociedade sobre a finalidade de nossa profissão, sem justificar porque estamos lutando. (GADOTTI, 2003, p. 13).

Esta carta deixa claro o quanto o papel do professor é importante e crucial na formação da sociedade mundial. Os professores são uma grande massa, formada por numerosos indivíduos que atuam por todo território mundial, daí se pode dimensionar a estrondosa força que os docentes possuem para ajudar as pessoas a se tornarem mais humanas.

Os professores, no cunho de Gadotti (2003), podem ter um papel mais decisivo na construção de um novo paradigma civilizatório se entenderem de outra forma o seu papel na sociedade do conhecimento e educarem para a humanidade. Eles e elas podem ter um poder como nunca tiveram na sociedade.

O professor atua também em sala de aula com política. Esta é mais uma faceta do docente, que acaba por possuir um papel social muito importante onde está inserido.

> Estamos também diante de uma profissão "genérica" (política). Não é um ofício específico pois o professor precisa lutar contra a exclusão social, ser animador de grupos, organizar o trabalho e a aprendizagem dele e dos alunos; sua profissão tem relação com as estruturas sociais, com a comunidade... enfim, ele é um profissional que precisa ter muita autonomia e exercer muita liderança. Existem características comuns a qualquer docente independentemente da matéria que leciona, o que torna essa profissão muito homogênea, não importando o grau de ensino onde esteja trabalhando. A competência genérica da profissão está sobretudo em seu saber político-pedagógico. (GADOTTI, 2003, p. 22).

Ser professor é um ofício que está renascendo. Sua função está se transformando e adquirindo uma nova identidade. Uma nova cultura profissional na docência está se mostrando quando o assunto é a valorização da atuação do professor. Atualmente é necessário que se mude o foco exclusivo para competência profissional (curricular) do docente, pois é preciso valorizar também a capacidade do docente em estabelecer ligações com seus alunos. A partir deste laço estabelecido a aprendizagem flui de forma atrativa e duradoura.

Este novo enfoque implica diretamente na formação continuada do professor, que deveria formar-se para a cooperação e não exclusivamente para o individualismo curricular. Gadotti (2003) afirma que, muito do "sofrimento" dos professores poderiam ser evitados se a sua formação inicial e continuada fosse outra, se aprendessem menos técnicas e mais atitudes, hábitos, valores. Mais do que uma formação técnica, a função do professor necessita de uma formação política para exercer com competência a sua profissão.

Na tangente desta formação não se pode também menosprezar o valor das técnicas e o conhecimento específico curricular de cada área. O que se busca nesta formação continuada é a complementação humana para o ensino profissional. Ponderamentos psicossociais para

auxiliar o docente no exercício do ensino, afim de que alcance com mais individualidade cada aluno dentro da sala de aula.

> Alguns confundem competência com habilidade, mas competência não é habilidade: o professor pode ser competente, ter conhecimentos profundos de uma determinada disciplina e não ter habilidades práticas para o ensino, não saber ensinar. A educação não é só ciência, mas é também arte. O ato de educar é complexo. O êxito do ensino não depende tanto do conhecimento do professor, mas da sua capacidade de criar espaços de aprendizagem, vale dizer, "fazer aprender" e de seu projeto de vida de continuar aprendendo. (GADOTTI, 2003, p. 41).

O sucesso do ensino não depende unicamente de uma formação técnica ou competência curricular, o docente pode ter muito conteúdo técnico profissional, mas de nada adianta se não tiver a capacidade de ensinar seus conhecimentos. Muito dessa arte de ensinar está intrínseca no docente que já nasce com esse dom, mas nada impede que todos os docentes possam desenvolver esta habilidade no exercício do seu ofício.

A DESVALORIZAÇÃO DO PROFESSOR NO BRASIL

São indiscutíveis a beleza e a importância da docência para o mundo, mas nem tudo são flores, a começar pela complexidade do exercício desta profissão, já citado neste artigo. Outro fato de peso no ofício dos professores é a desvalorização destes profissionais no Brasil.

Não há como negar que são profissionais de baixa remuneração, o que contraria se comparado a seu imenso valor para o mundo. Como se não bastasse a desconsideração por parte governamental, impressionante é a desvalorização por parte da sociedade brasileira.

Pesquisas realizadas pela instituição internacional Varkey Foundation, em 35 países no ano de 2018, descreve sobre a valorização do professor pela sociedade. O Brasil se posicionou assustadoramente em último lugar.

Ainda no teor do menosprezo pelo professor no Brasil, não bastando o último lugar no reconhecimento pela sociedade, outra informação originada na pesquisa da Varkey Foundation é que apenas 9% dos brasileiros acreditam que os alunos respeitam os docentes.

Este desrespeito se torna claro principalmente aos docentes do ensino superior, onde muito se ouve falar por parte dos acadêmicos a seguinte frase: "Quem sabe faz, quem não sabe ensina". Pressupondo que, todos os profissionais de diversas áreas optaram por serem docentes por não terem competência para exercer sua profissão de formação. O que discrimina os professores que escolhem este ofício e se prepararam para ele desde a sua graduação até seus

mais altos títulos, onerando seu tempo, dedicação e busca por se tornar um profissional cada vez melhor.

> Diante das dificuldades da prática docente, do desencanto dos nossos alunos, muitos e muitas professoras são vítimas da "síndrome da desistência". Ela é expressa na exaustão emocional provocada pelo aumento da quantidade de trabalhos e pela despersonalização provocada pela sua baixa valorização social e reduzida realização pessoal. (GADOTTI, 2003, p. 52).

Diante de tantos desafios e desdém pela profissão do professor, o docente jamais deve se esquecer da finalidade maior que dá sentido ao seu ofício: a formação de cidadãos mais humanos. Gadotti afiram que em meio a tantas dificuldades existe ainda muita esperança no exercício do professor. E é nesta esperança que se origina a força que nutre a alegria de ensinar.

> A esperança ainda alimenta essa difícil profissão. Há uma ânsia por entender melhor porque está tão difícil educar hoje, fazer aprender, ensinar, ânsia para saber o que fazer quando todas as receitas governamentais já não conseguem responder. A maioria dessas professoras - elas são a quase totalidade - com a diminuição drástica dos salários, com a desvalorização da profissão e a progressiva deterioração das escolas – muitas delas têm hoje cara de presídio - procuram cada vez mais cursos e conferências, para buscar uma resposta que não encontraram nem na sua formação inicial e nem na sua prática atual. (GADOTTI, 2003, p. 14).

A paixão por ensinar dá sentido e norteia este ofício. Nas palavras de Rubem Alves (1980), fica evidente como esse sentimento agrega positivamente na vida de toda humanidade. "Ah! Como a paixão é doce. Somente os apaixonados sabem viver e morrer. Somente os apaixonados, como D. Quixote, vislumbram batalhas e se entregam a elas. A paixão é o segredo do sentido da vida. E que outra questão mais importante poderá haver? "

De acordo com Paulo Freire (1997), "um dos erros mais funestos que podemos cometer, enquanto estudamos, como alunos ou professores, é recuar em face do primeiro obstáculo com que nos defrontamos. " Segundo ele, é uma falha não assumirmos a responsabilidade que a tarefa de estudar ou ensinar nos impõe, como de resto, qualquer tarefa o faz a quem a deve cumprir. Daí podemos constatar que em tudo que nos propomos a fazer haverão as dificuldades e os medos, não seria diferente com as profissões que cada um escolhe seguir. Portanto, os percalços do ofício dos docentes não são exclusivos, e assim como os outros, deverão ser enfrentados.

PROFESSOR NO ENSINO SUPERIOR

No ensino superior, o sentido do ofício do docente continua sendo tangido pela formação humana e acrescido junto a ela, a futura excelência no exercício profissional de seus alunos. Dessa vez ressaltando a formação para o mundo profissional e também na formação de futuros professores mais humanos.

Segundo Cardoso (2016), as universidades, por natureza, são responsáveis pela produção e disseminação de conhecimento, e isso acontece por meio das atividades de pesquisas científicas desenvolvidas nas diversas áreas do conhecimento que compõe o universo acadêmico, dos congressos, simpósios, publicações, consultorias. Além disso, ainda têm a função de formar professores da educação básica (licenciaturas) e do ensino superior (especialização, mestrado e doutorado), além de profissionais nas mais diversas áreas, correspondentes às atividades de ensino.

Isto deve ser recorrentemente lembrado, uma vez que erroneamente é evidenciado que o professor universitário deve dominar exclusivamente o conhecimento da sua especialidade técnica profissional. Fazendo com que a docência superior perca a riqueza de auxiliar a formação humana, que é o traço significativo da educação.

Esta afirmativa pode ser ilustrada por Araújo (2015), onde aclara que a insuficiência de conhecimento pedagógico é um dos fatores preponderantes na discussão acerca da estruturação da formação docente. Dissemina-se na cultura contemporânea que o fundamental é o domínio de códigos do conhecimento específico, desencadeando ações pedagógicas que desprestigiam a didática.

O histórico da estruturação do professor universitário se apresenta como um dos principais responsáveis por este irregular desvio de valorização da ação pedagógica no exercício da docência superior.

> Cabe destacar que a docência universitária recebeu forte influência da concepção epistemológica dominante, própria da ciência moderna, especialmente inspiradora das chamadas ciências exatas e da natureza, que possuía a condição definidora do conhecimento socialmente legitimado. Nesse pressuposto o conteúdo específico assumia um valor significativamente maior do que o conhecimento pedagógico e das humanidades, na formação de professores. (CUNHA, 2003, p. 47).

Tomando conhecimento da importância do conhecimento pedagógico e o também importante conhecimento e domínio técnico específico, se torna clara a necessidade de se ponderar os dois requisitos a fim de equipará-los. De nada adianta um docente ser exímio na

sua formação e titulação específica e nada saber sobre a ação pedagógica de ensinar. O que implica na recorrente frase: “fulano sabe muito, mas não sabe ensinar”.

No entanto uma boa formação técnica específica é necessária para embasar um bom professor, pois sem este conteúdo ele não terá de onde fundamentar seu ensino, e terá pouquíssimas, se não nulas, oportunidades de atuar como docente no ensino superior.

Diante do exposto vimos que a atuação do docente na formação universitária deve ser fundamentada em requisições de conhecimento e domínio técnico específico na área profissional, no tocante psicossocial e atrelado a estes, a atualização constante para o sucesso do ensino e da aprendizagem. Gandra (2015) nos esclarece que vivemos um tempo marcado pela competição e excelência, em que progressos científicos e avanços tecnológicos definem novas exigências para os jovens, e consequentemente para sua educação e profissionalização.

> A docência no Ensino Superior exige uma formação complexa que inclui saberes da experiência (práticas e vivências), saberes específicos do conteúdo que leciona, saberes teóricos e pedagógicos (metodologia do ensino). Além da mais nova competência a fazer parte desse rol, os saberes para utilização das Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC`s) nos processos de ensinagem, que inclui tanto saberes instrumentais quanto saberes específicos para integração das TIC’s. (CARDOSO, 2014 p. 54).

Neste ofício é comum que a realidade social acompanhe os métodos de ensino, e isto não se diferencia diante das tecnologias apresentadas na atualidade. Esta também deve estar presente no ensino.

A docência no ensino superior, também se apresenta como uma ação complexa, mas igualmente como toda docência é encantadora e de importância ímpar para a formação de bons cidadãos também no âmbito profissional.

PARECER DOS DOCENTES DO ENSINO SUPERIOR

Para aclarar a perspectiva da docência na visão dos próprios docentes do ensino superior, foram aplicadas entrevistas para a composição deste artigo, onde foram abordados dois questionamentos principais: “Qual o papel do docente na educação superior? ” e “O que um professor pode fazer; o que ele deve fazer; o que é possível ser feito para alcançar seu papel?”.

Diante destas indagações obtiveram-se respostas de cinco docentes que atuam no ensino superior, dispostas abaixo.

Para a primeira interrogativa: “Qual o papel do docente na educação superior? ” Temos:

Bom, o professor do ensino superior para que ele possa exercer seu papel no processo de formador com eficácia, este precisa ter a consciência de que os conhecimentos pedagógicos são de extrema importância na formação do professor, independente da formação, sabendo equacionar sabiamente os conflitos que advém no momento atual de grandes transformações no mundo. Porque o que podemos perceber atualmente, é que por exigência do mercado de trabalho, professores e acadêmicos se sentem obrigados a buscarem novas fórmulas de atuação em direção ao mercado de trabalho. O educador de ensino superior há de se considerar em seu significativo papel alguns indicadores como, por exemplo: valores éticos e morais, representações construídas/adquiridas sobre ser professor entre outros, o que significa a construção de sua identidade profissional que repercutirá significativamente no seu fazer docente. (Docente 1).

O educador no curso superior tem em seu papel de orientador e divulgador de ideias correlatas a matéria a ser ministrada. Traz consigo a experiência das atividades exercidas no âmbito de seu trabalho, bem como, caminhos a seguir de forma clara e concisa, assegurando ao aluno uma fixidez de ideias e compreensão dos itens básicos necessários para o curso. O educador tem que interagir com o alunado esclarecendo os parâmetros a serem abordados tornando uníssono na apresentação da matéria a ser desenvolvida, bem como dando cobertura as dúvidas e novos pontos de vista. Assim o papel do educador é fundamental para aprofundamento da matéria e das pesquisas a serem desenvolvidas pelos alunos. (Docente 2).

Eu me miro e inspiro em meus professores tanto da graduação quanto da pós-graduação. Acredito, portanto, que o nosso papel enquanto professor do ensino superior vai muito além de passar conhecimento, acredito que somos referência para os alunos, futuros profissionais que enfrentarão o mercado de trabalho. A postura que possuo diante da vida, em relação a maneira como enfrento os desafios do trabalho, pode servir de referência para os meus alunos dependendo do nível de identificação que possuem comigo. Sou apaixonada com a psicologia e com a carreira acadêmica, acredito que por algumas vezes influenciei a maneira como meus alunos percebem a psicologia e o ensino em minhas aulas e supervisões, durante esses 15 anos em que leciono. (Docente 3).

O professor tem o papel de facilitador do processo, mediando e possibilitando a construção do conhecimento, sendo dessa maneira um autor do processo (nem o objetivo nem finalidade). Sendo assim, o seu papel é auxiliar, construir e direcionar de forma sistematizada o conhecimento. (Docente 4).

O educador tem um papel essencial na sociedade: é ele que irá formar os cidadãos e servir como elo entre eles e o conhecimento científico acumulado pela humanidade. No ensino superior essa responsabilidade se torna ainda mais específica pois além de formar, os educandos para o exercício da cidadania ele também irá formá-los para o exercício profissional possibilitando que eles tenham acesso ao conhecimento técnico e científico para realização de seu trabalho na sociedade. Além disso, ele também será responsável por trabalhar as questões críticas inerentes ao exercício

> *profissional que devem perpassar a formação oferecida ao longo do ensino superior.* (Docente 5).

É possível observar diante das respostas, o valor equiparado dos conhecimentos pedagógicos contíguo ao conhecimento profissional específico e a valorização humana, acrescido das experiências vividas e como são regidas por valores morais, éticos e sociais, junto ao papel do docente.

Conceitos como a interação com os discentes, novas fórmulas de ensinar, professor como orientador e divulgador de conteúdo, entre outros, fazem transparecer a paixão e esperança no ofício de ensinar. É encantador como as respostas volteiam nas ideias descritas pelos autores chave da pesquisa bibliográfica presente neste artigo.

Um dos segredos do chamado bom professor segundo Gadotti (2003), é trabalhar com prazer, gostando do que se faz. Fazemos sempre bem, o que gostamos de fazer. Só é bem-sucedido aquele ou aquela que faz o que gosta.

Sobre a questão "O que um professor pode fazer; o que ele deve fazer; o que é possível ser feito para alcançar seu papel? " Apresenta-se:

> *Primeiramente acredito que o professor para alcançar o seu papel deve querer se superar todos os dias, pesquisar, sair do comodismo, transmitir o que sabe através de uma boa didática, contribuindo para ajudar outras pessoas a conquistarem seus objetivos. O professor no seu papel de ensinar também aprende e assim ambos, docentes e discentes mudam suas vidas, sua trajetória, através de seus conhecimentos adquiridos.* (Docente 1).

> *O professor pode a partir de sua experiência profissional fazer com que o alunado tenha uma visão abrangente da área ou matéria a ser ministrada de forma clara e precisa, e com o desencadear das aulas pontuar dentro de sua experiência itens fundamentais para melhor compreensão. Deverá para tanto utilizar de uma mescla de teoria e prática, na qual trará a sala de aula "cases" e fundamentos para apresentação da matéria. Dentro de cada matéria apresentada o professor deverá buscar alternativas didáticas para melhor explanar aos alunos, sempre fazendo um liame entre teoria e prática, possibilitando ao aluno uma melhor compreensão da matéria.* (Docente 2).

> *Primeiramente devemos buscar o conhecimento constantemente, para atualizações e manutenção da excelência do ensino. Em segundo lugar devo estar bem comigo mesma, pois assim terei mais sensibilidade e empatia para perceber as demandas afetivas que meus alunos possuem, já que de acordo com estudos em neurociência a aprendizagem é mais eficaz quando existe o afeto.* (Docente 3).

> *O professor deve sempre buscar melhores condições para sua prática, ele pode buscar qualificação e estar sempre atento à condição geral do processo, ele deve sistematizar, programar e planejar sua prática, buscando além de*

> *conteúdo formal, ou seja, mediando com o aluno a realidade profissional e a pesquisa.* (Docente 4).

> *Para alcançar seu papel o professor deve buscar realizar seu trabalho sempre de maneira crítica, orientando os alunos para os impactos positivos e negativos que sua atuação profissional pode gerar em todos os setores da sociedade. No que diz respeito aquilo que é possível fazer, observo que o professor sempre pode buscar modificar para melhor a realidade do seu local de atuação através de parcerias realizadas com os alunos, a instituição e o poder político local.* (Docente 5).

O professor tem por opções percorrer vários caminhos em busca do que pode ser feito para alcançar seu papel de educador, como apresentado nas respostas podemos por exemplo ministrar teoria e prática de modo que se complementem, buscar sempre uma constância em nos atualizarmos e qualificarmos, não nos acomodar, ter excelência didática e aplicar variações de estratégias de ensino para tornar mais eficaz o processo de aprendizagem por parte do aluno.

O papel do docente pode progredir muito adiante da simples intermediação entre o conhecimento específico para a diplomação de um novo profissional. Ela pode e deve extrapolar para muito além disso, não é interessante que tanto empenho e dedicação por parte dos professores fiquem restritos apenas do lado de dentro das universidades e instituições de ensino.

A orientação dos alunos para a realidade na atuação profissional e incentivos a pesquisa e extensão, fazem com que a instituição e as pessoas que ali estão presentes busquem imprimir a expansão daquele local para melhorias no ambiente onde ela está inserida e assim contribuir positivamente com a sociedade como um todo. Tanto socialmente, quanto profissionalmente quando se agrega novos conhecimentos, experimentações, constatações vindas por intermédio das pesquisas e projetos realizados.

A sensibilidade e empatia são outros mecanismos humanos que o docente da educação superior necessita ter consigo, além de acrescido todos os requisitos muito bem expostos pelos educadores entrevistados. Afinal, é uma profissão onde busca-se uma devotada superação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É possível constatar que formar exímios profissionais, cidadãos conscientes, contemporâneos e capazes de aprimorar, adquirir e reconstruir o seu conhecimento é o sentido que norteia a profissão de docente no ensino superior. Tanto na perspectiva dos próprios professores quanto dos autores referenciados neste artigo, é compartilhada a opinião de que os

docentes sejam capazes de motivar, estimular e acreditar no ser humano e na formação profissional para a pesquisa, atuação e a reflexão de cada discente.

Porém, não se pode esquecer da individualidade de cada estudante, onde cada aluno é único, e que eles estão submetidos a condições individualizadas de acordo com sua atual situação. O papel social e interativo do docente vai além das salas de aulas, quando o professor tem a sensibilidade e reponsabilidade pedagógica colocada em exercício.

Outro ponto a ser enaltecido para reforçar o sentido do ofício do docente é exercer sua profissão com paixão e gostar do que se faz. Só fazemos algo bem feito quando sentimos o encanto por aquilo que está sendo realizado, e quando conseguimos enxergar sentido naquilo que estamos produzindo. Assim é o sentido que guia os grandes professores.

REFERÊNCIAS

ALEVA, Natanael Atilas; FIGUEIRÓ, Girlaine. **Ser professor é...** Belo Horizonte, Promove, 2016. Disponível em: <http://www.kennedy.br/arquivos_up/documentos/98f4c8347f2e3edf7932ec113234909d.pdf >. Acesso em: out. 2018.

ALVES, Rubem. **Conversas com quem gosta de ensinar**. Cortez, 1980. Disponível em: <https://sandramaggio.files.wordpress.com/2011/03/conversas-com-quem-gosta-de-ensinar-rubem-alves.pdf>. Acesso em: nov. 2018.

ARAÚJO, Francieli. **O papel da docência na educação superior: entre o profissionalismo e a profissionalidade**. Londrina, In: XVI Semana da Educação. VI Simpósio de Pesquisa e Pós-graduação em educação. Desafios atuais para educação, p. 487-496, 2015. Disponível em:<http://www.uel.br/eventos/semanadaeducacao/pages/arquivos/Anais/2015/Anais/Artigos%20Completos/Saberes%20e%20Praticas/O%20PAPEL%20DA%20DOCENCIA%20NA%20EDUCACAO%20SUPERIOR.docx>. Acesso em: nov. 2018.

CARDOSO, Márcia Regina Gonçalves. **Docência universitária: Utilização das TIC`s no desenvolvimento da prática pedagógica**. Uberlândia, Dissertação – Mestrado Profissional em tecnologia, comunicação e educação, Universidade Federal de Uberlândia (UFU), 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/17472/1/DocenciaUniversitariaUtilizacao.pdf >. Acesso em: nov. 2018.

CARDOSO, Márcia Regina Gonçalves. O professor do ensino superior hoje: perspectivas e desafios. **Cadernos da Fucamp**, v. 15, n. 23, p. 87-106, 2016. Disponível em: <http://www.fucamp.edu.br/editora/index.php/cadernos/article/viewFile/837/596>. Acesso em: nov. 2018.

CUNHA, Maria Isabel da. Políticas públicas e docência na universidade: novas configurações e possíveis alternativas. **Revista Portuguesa de Educação**, Portugal, v. 16, n. 2, p. 45-68, Universidade do Minho Braga, 2003. Disponível em: <http://www.redalyc.org/pdf/374/37416204.pdf>. Acesso em: nov. 2018.

_____. **Brasil não valoriza professor e fica em último em ranking mundial**. Revista Educação. Disponível em: <http://www.revistaeducacao.com.br/brasil-desvaloriza-professor/>. Acesso em: nov. 2018.

FREIRE, Paulo. Professora sim, tia não cartas a quem ousa ensinar. São Paulo, 84 p., Olho d'água, 1997. Disponível em: <http://forumeja.org.br/files/Professorasimtianao.pdf>. Acesso em: out. 2018.

GADOTTI, Moacir. Boniteza de um sonho: ensinar-e-aprender com sentido. Novo Hamburgo, 80 p., Feevale, 2003. Disponível em: <http://www.feevale.br/Comum/midias/93aeebed-9c8b-4b56-8341-22ac5cd3b501/Boniteza%20de%20um%20Sonho.pdf>. Acesso em: out. 2018.

GANDRA, Lia Mara Malinski. **A aula no ensino superior: o olhar dos estudantes**. In: EDUCERE - XII Congresso Nacional de Educação. 2015. Disponível em: <https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/21719_10087.pdf>. Acesso em: jun. 2019.

GONÇALVES, Cristiane Maria Barcelos; SIQUEIRA, Lizarda de Moraes Cardoso. **Docência no Ensino Superior: Identidade, prática e profissão docente**. Disponível em: <http://www.cnsd.com.br/noticias/828-docencia-no-ensino-superior-identidade-pratica-e-profissao-docente.html>. Acesso em: nov. 2018.

LIBARDI, Daniele Amstalden. O papel do professor universitário na construção do conhecimento. **Revista de Educação**, v. 13, n. 15, p.9-26, 2010. Disponível em: <https://revista.pgsskroton.com.br/index.php/educ/article/view/1863>. Acesso em: jun. 2019.

MOURA, Farbênia Kátia Santos de; RODRIGUES, Daniela Fernandes. **Diálogo sobre a importância do papel do professor na construção da formação humana do aluno**. Campina Grande, PB, In: II CONEDU - Congresso Nacional de Educação, 2015. Disponível em:<http://www.editorarealize.com.br/revistas/conedu/trabalhos/TRABALHO_EV045_MD1_SA4_ID2286_06092015163043.pdf>. Acesso em: nov. 2018.

SANTO, Eniel do Espírito; LUZ, Luiz Carlos Sacramento da. Didática no ensino superior: perspectivas e desafios. **Saberes**, v. 1, n. 8, p.58-73, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/saberes/article/download/2201/3366/>. Acesso em: jun. 2019.

SANTOS, Jéssica Carvalho; SOARES, Magda Salin. Rubem Alves e suas contribuições para a educação. **Anais da Semana de Pedagogia da UEM**. v. 1, n. 1, Maringá, 2012. Disponível em: <http://www.ppe.uem.br/semanadepedagogia/2012/pdf/T3/T3-008.pdf>. Acesso em: nov. 2018.

Varkey Foundation. Disponível em: <https://www.varkeyfoundation.org/pt/>. Acesso em: nov. 2018.

ALTUS CIÊNCIA
REVISTA ACADÊMICA MULTIDISCIPLINAR DA FACULDADE CIDADE DE JOÃO PINHEIRO

A IMPORTÂNCIA DO PROCESSO ENSINO / APRENDIZAGEM DA TRIGONOMETRIA

Júnio Fábio Ferreira[1]
Diego Alves Côrtes[2]

Resumo. O uso da trigonometria na Matemática é um dos pontos principais sobre a educação e atividades profissionais em nosso cotidiano. Ela vem sendo utilizada há vários anos, servindo como uma ferramenta de trabalho capaz de ajudar na formação e construção de conhecimentos e desenvolvimento lógicos e decisões para soluções de problemas. Entretanto, pode se perceber que os alunos de ensino médio possuem muita dificuldade em Trigonometria. Diante disso, o objetivo deste trabalho foi mostrar que a trigonometria é muito mais fácil de ser entendida e prazerosa com aulas e questões que possam ser assimiladas com o dia-a-dia; verificar se as pessoas estão cientes de que a trigonometria está incorporada nas atividades profissionais e identificar quais as dificuldades encontradas pelas pessoas na aplicação trigonométrica em suas atividades diárias. Para realização deste trabalho foi aplicado um questionário contendo três perguntas à alunos do 2º ano do ensino Médio da Escola Estadual "Abílio Caixeta de Queiroz". Pôde-se perceber que, os alunos possuem muita dificuldade de aprendizado no conteúdo de trigonometria, sendo que essa dificuldade se deve na maioria das vezes a metodologia de ensino utilizada nas escolas. Para que o aluno tenha uma aprendizagem significativa e atraente é necessário que ele a inclua em sua vida diária, dando oportunidade de se envolver e observar ao seu redor, percebendo sua importância em nossas vidas, pois ela está presente em tudo que imaginamos.

Palavras-chave: Trigonometria. Ensino. Aprendizado. Dificuldade.

Abstract: The use of trigonometry in mathematics is one of the main points about education and professional activities in our daily lives. It has been used for several years, serving as a working tool able to help in the formation and construction of knowledge and logical development and decisions for problem solving. However, it can be seen that high school students have a lot of difficulty in trigonometry. Given this, the objective of this work was to show that trigonometry is much easier to understand and enjoyable with classes and questions that can be assimilated with everyday life; to verify if people are aware that trigonometry is incorporated into their professional activities and to identify the difficulties that people encounter in trigonometric application in their daily activities. To carry out this work a questionnaire containing three questions was applied to students of the 2nd year of high school of the State School "Abílio Caixeta de Queiroz". It can be noticed that students have a great learning difficulty in trigonometry content, and this difficulty is mostly due to the teaching

[1] Licenciado em Matemática pelo Centro Universitário de Patos de Minas. Mestrando em Ensino de Ciências e Matemática pela Universidade Federal de Uberlândia.E-mail: juniofabio5@hotmail.com.

[2]Mestrando em Educação pela UFU, graduado em Eng. Ambiental (FINOM) e Matemática (FANAN), Esp. em Docência do Ensino Superior e Segurança do Trabalho (FINOM).

Recebido em 20/10/2019
Aprovado em 03/11/2019

methodology used in schools. For the student to have meaningful and engaging learning, th need to include it in their daily lives, giving them the opportunity to engage and observe arou them, realizing its importance in our lives, as it is present in everything we imagine.

Keywords: Trigonometry. Teaching. Learning. Difficulty.

2 INTRODUÇÃO

A História da Ciência, em particular, a História da Matemática, constitui um dos capítulos mais interessantes do conhecimento. O ensino de matemática baseado em atividades pressupõe a aprendizagem como uma construção constante das noções matemáticas a partir da experimentação, discussão posterior dos resultados obtidos e elaboração final dos conceitos em construção. Permite compreender a origem das idéias que deram forma à nossa cultura e observar também os aspectos humanos do seu desenvolvimento. "O ensino de Matemática nos proporciona abranger os nossos interesses em determinados temas que o compõe. A trigonometria é um dos ramos da Matemática que exige uma atenção mais ampla para seu entendimento, principalmente se colocarmos sua importância em prática" (MENDES, 2000).

"O aprendizado deste tópico da matemática é de conspícua importância, já que a trigonometria está a nossa volta, se faz presente em cada passo que damos, em nossos movimentos, trabalhos e escrita" (SEITER, 1999). Mediante ao que foi mencionado, este artigo ressaltou que através do estudo da trigonometria podemos calcular as medidas dos elementos do triângulo (lados e ângulos), com o uso de triângulos semelhantes calculamos distâncias inacessíveis, como a altura de uma torre, uma pirâmide, o raio da Terra, entre outras importantes formas do Planeta. A trigonometria é um instrumento potente de cálculo, que além de seu uso na matemática, pode ser usado no estudo de fenômenos físicos, eletricidade, mecânica, música, topografia, engenharia, entre várias de notável importância para os seres humanos.

Dentre o que foi exposto, o trabalho teve como objetivo mostrar que a trigonometria é muito mais fácil de ser entendida e prazerosa com aulas e questões que possam ser assimiladas com o dia-a-dia, verificar se as pessoas estão cientes de que a trigonometria está incorporada nas atividades profissionais e identificar quais as dificuldades encontradas pelas pessoas na aplicação trigonométrica em suas atividades diárias.

3 REVISÃO TEÓRICA

"O uso da trigonometria na Matemática é um dos pontos principais sobre a educação e atividades profissionais em nosso cotidiano. Ela vem sendo utilizada há vários anos, servindo

como uma ferramenta de trabalho capaz de ajudar na formação e construção de conhecimentos e desenvolvimento lógicos e decisões para soluções de problemas" (SEITER, 1999).

> A trigonometria nasceu entre os gregos para resolver problemas de Astronomia Pura. Suas primeiras aplicações prática ocorreram com Ptolemaios, por volta do ano 150 d.C, que a usou para determinar a latitude e a longitude de cidades e de outros pontos geográficos em seus mapas. Do mundo grego, a Trigonometria passou para a Índia, onde era usada, a partir do século V, nos cálculos astrológicos. No ano 800, aproximadamente, ela chega ao mundo islâmico, onde foi desenvolvida e aplicada na Astronomia e Cartografia. Alcança com os livros de Ptolemaios, a Europa e Cristã em torno do ano de 1100. Com os portugueses encontra uma aplicação de enorme valor econômico na navegação oceânica (GIOVANNI; BONJORNO; GIOVANNI JR, 2002, p.41)

A trigonometria contribui para o aprendizado da matemática, "frequentemente na forma de um curso chamado álgebra avançada, onde o aluno se torna mais motivado, pois está descobrindo coisas novas e desenvolvendo o seu raciocínio, e, também discutindo em grupos assuntos e temas desafiadores sobre as descobertas dos teoremas, senos, cossenos, triângulos, círculos, figuras geométricas essenciais na trigonometria" (SEITER, 1999).

Apesar de sua grande importância, muitos não conseguem ter um bom aprendizado devido a diversos fatores. Para se ter uma melhor assimilação a cerca de tal conteúdo, é preciso compreender e para que o aluno tenha uma aprendizagem significativa e atraente é necessário que ele a inclua em sua vida diária, dando oportunidade de se envolver e observar ao seu redor, percebendo sua importância em nossas vidas, pois ela está presente em tudo que imaginamos. "Deve-se implementar ações que promovam o fazer, o fazer e o compreender, o construir noções e conceitos matemáticos. É necessário mergulhar no mundo matemático" (FUJII,2005; SEITER, 1999).

Na trigonometria temos vários métodos de resolução de exercícios; através de suas fórmulas, razões e funções trigonométricas. Segundo BOYER (1996), "Teoremas sobre as razões entre lados de triângulos semelhantes tinham sido conhecidos e usados pelos antigos egípcios e babilônios".

> Qualquer triângulo pode ser decomposto em dois triângulos retângulos, o que significa que é possível elaborar fórmulas para cobrir todos os tipos de exemplos de medição (ver figura 1 e 2), até mesmo se do inconveniente formular o problema e termos de triângulos retângulos. E isso é exatamente o que vemos os agrimensores fazerem – medir distâncias e ângulos para fazer mapas (SEITER, 1999, p. 172-173).

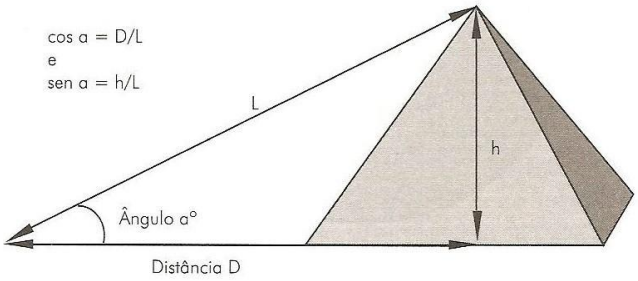


ILUSTRAÇÃO 1: A GRANDE PIRÂMIDE, AGORA UM PROBLEMA DE TRIGONOMETRIA.

Como D é conhecido e sen a e cos a podem ser determinados, é possível encontrar a altura h da pirâmide. Os lados deste triângulo têm comprimentos A, B e C. Se conhecer dois deles e puder medir o ângulo a, então você poderá achar o comprimento do terceiro lado a partir da regra: $A^2 = B^2 + C^2 - 2BC\cos a$ (SEITER, 1999).

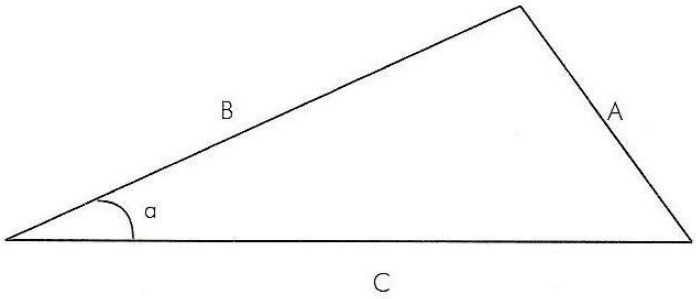


ILUSTRAÇÃO 2: PROBLEMAS MAIS COMPLICADOS, TRIGONOMETRIA.

Podemos notar que "o uso do radiano está se tornando mais comum hoje em dia nos trabalhos científicos, porque é a unidade de medida de ângulos no Sistema Métrico Internacional (Systéme Intertionale dês Unités)" (GOLDSTEIN; LAY; SCHNEIDER, 2002).

> Em geral omitimos a palavra "radiano" quando nos referimos a medida de ângulos, porque todas as nossas medidas serão em radianos, a menos que graus estejam especificamente indicados. Para os nossos objetivos, é importante ter condições de considerar tanto ângulos positivos como ângulos negativos [...]. Consideremos em geral, ângulos na posição padrão em um sistema de coordenadas, com o vértice do ângulo em (0.0) e um lado chamado de "lado inicial", ao longo do eixo positivo x. Quando medimos um ângulo na posição padrão formado por um lado inicial e por um outro lado chamado de "lado final", ele é considerado positivo, se for um ângulo na direção anti-horária; e

negativo, se for considerado na direção horária. Alguns exemplos são fornecidos na figura 3 (GOLDSTEIN; LAY; SCHNEIDER, 2002, p. 322-323).

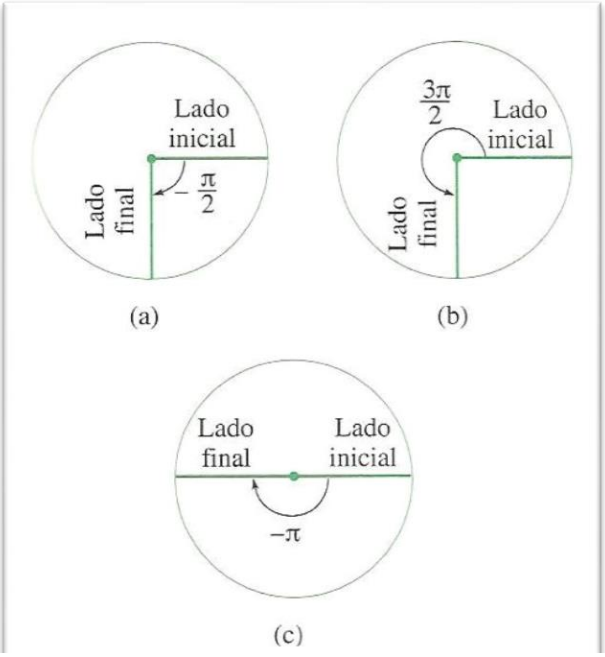


ILUSTRAÇÃO 3: OBSERVE A FIGURA A E B, COMO A MESMA FIGURA PODE DESCREVER MAIS DE UM ÂNGULO.

Goldstein; Lay; Schneider (2002), "ainda simplificaram várias fórmulas matemáticas e físicas, discutiram uma expressão do ângulo em termos de π, que primeiramente foi chamada de π-medida, circular ou medida arcual".

"A Trigonometria complexa é dinâmica nos nossos dias na realização de trabalhos individuais ou em grupos diversificados ou integrados, proporcionando ao aluno um entendimento simultâneo e cooperativo nessas diferentes fórmulas de construção de novos conhecimentos" (SEITER, 1999; MENDES, 2000).

"O aprendizado deste tópico da matemática é de conspícua importância, já que a trigonometria está a nossa volta, se faz presente em cada passo que damos, em nossos movimentos, trabalhos e escrita" (SEITER, 1999). Mediante ao que foi mencionado, este artigo ressaltará que através do estudo da trigonometria podemos calcular as medidas dos elementos do triângulo (lados e ângulos), com o uso de triângulos semelhantes calculamos distâncias inacessíveis, como a altura de uma torre, uma pirâmide, o raio da Terra, entre outras importantes formas do Planeta. A trigonometria é um instrumento potente de cálculo, que além de seu uso

na matemática, pode ser usado no estudo de fenômenos físicos, eletricidade, mecânica, música, topografia, engenharia, entre várias de notável importância para os seres humanos.

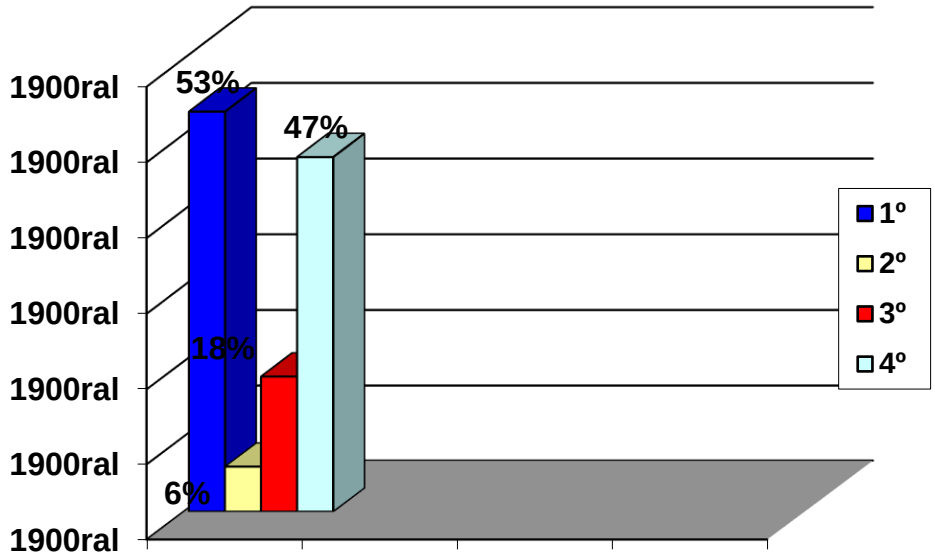
Dentre o que foi exposto, o trabalho teve como objetivo mostrar que a trigonometria é muito mais fácil de ser entendida e prazerosa com aulas e questões que possam ser assimiladas com o dia-a-dia, verificar se as pessoas estão cientes de que a trigonometria está incorporada nas atividades profissionais e identificar quais as dificuldades encontradas pelas pessoas na aplicação trigonométrica em suas atividades diárias.

2 METODOLOGIA

Para a realização deste trabalho inicialmente foi feita uma pesquisa bibliográfica e em seguida uma pesquisa de campo, onde um questionário foi aplicado à 34 alunos do ensino médio da Escola Estadual “Abílio Caixeta de Queiroz”. Tal questionário continha três perguntas, cada pergunta com quatro alternativas, sendo que os alunos poderiam marcar quantos quisessem. Os dados encontrados foram confrontados com a revisão teórica.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A primeira pergunta faz um questionamento com relação a trigonometria. A análise dos questionários revelou que dos 34 alunos, 18 (53%) acham a trigonometria um conteúdo importante da matemática, 2 (6%) acham que a trigonometria tem aplicabilidade no seu cotidiano, 6 (18%) acreditam ser um conteúdo de fácil aprendizado e 16 (47%) tem grandes dificuldades, pois contém muitas fórmulas (Ver gráfico 1). O que fica evidente nas respostas é a grande dificuldade que os alunos possuem no aprendizado da matemática, principalmente na trigonometria, isso pode ser em decorrência de um outro dado também levantado no questionário, aplicabilidade da trigonometria no cotidiano. Poucos alunos marcaram tal opção, o que é um fator preocupante, pois segundo Fujii (2005) e Seiter (1999), “para aprender trigonometria, é preciso compreendê-la, é necessário que ele a inclua em sua vida diária, dando oportunidade de se envolver e observar ao seu redor, percebendo sua importância em nossas vidas, pois ela está presente em tudo que imaginamos”.

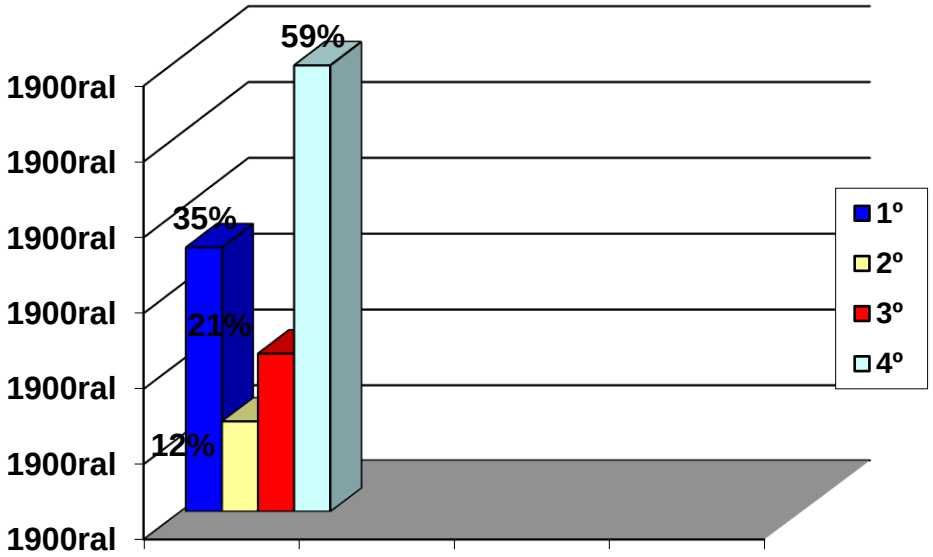


FONTE: ALUNOS DO 2º ANO DO ENSINO MÉDIO.

Na segunda questão foi perguntado aos alunos o que torna a trigonometria um conteúdo complexo. Dos 34 alunos 12 (35%) responderam que seria a falta de exercícios contextualizados, 4 (12%) disseram ser a falta de livros didáticos, 7 (21%) responderam que os professores têm dificuldades em transmitir o conteúdo e 20 (59%) disseram ser a falta de aulas diversificadas (Ver gráfico 2). O que fica bastante claro na primeira e última resposta é a falta de atividades diversificadas para que o conteúdo seja absorvido pelos alunos. Segundo Lima e Sartor (sd), para que se tenha uma aprendizagem significativa é necessário que se crie um ambiente propício: com ações que possibilitam o fazer, com sucesso, não apenas como cópia de modelos que levam a respostas padronizadas, mas que possibilitam desenvolver a capacidade de estimar, de experimentar, de representar, de analisar e de concluir, de fazer e compreender, de construir. Cada aluno possui uma maneira de melhor aprendizado, isso deve ser trabalhado em sala de aula pelo professor, possibilitando uma melhor aprendizagem do conteúdo. "É necessária a mudança na prática do professor e para despertar a curiosidade dos alunos pela matemática é necessário trabalhar com situações reais e significativas" (FUJII; SIMÕES, 2005). Deve-se implementar ações que promovam o fazer, o fazer e o compreender, o construir noções e conceitos matemáticos. É necessário mergulhar no mundo matemático.

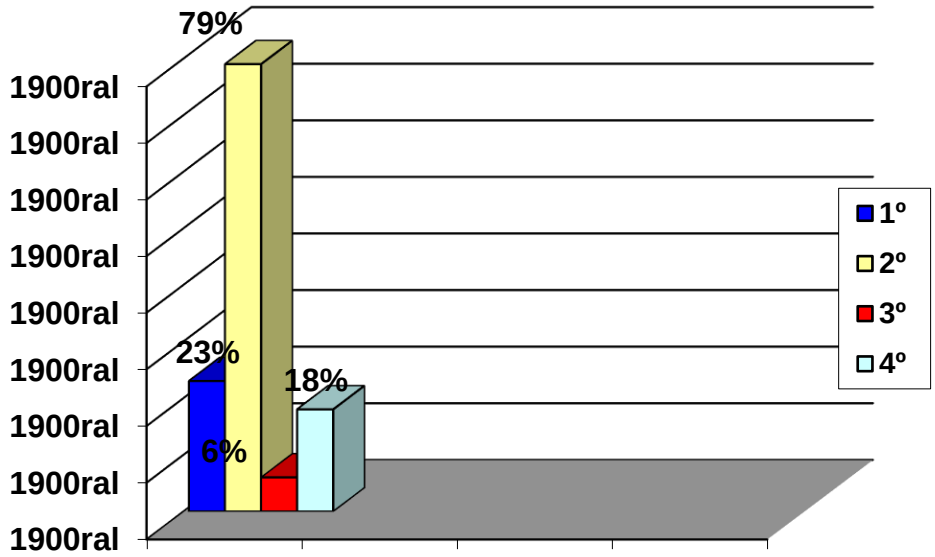
No trabalho de Brito, Morey (2004); observou-se que há uma grande dificuldade por parte de professores em passar o conteúdo, isso provavelmente se deve ao ensino a eles passado.

Antigamente a trigonometria era tratada com descaso, e muitas vezes a formação desses professores pode ter interferido na formação dos alunos de hoje. No questionário 7 alunos responderam que os professores possuem dificuldades em passar o conteúdo, o que é preocupante. Essa temática deve ser melhor estudada, caso haja mesmo dificuldades por parte dos professores são necessárias ações de formação continuada, nas quais os professores possam expor suas dúvidas, realizar atividades de maneira autônoma, refletir sobre os conceitos envolvidos nas mesmas e socializar seus saberes construídos tanto nos momentos de formação acadêmica quanto na sua prática docente.



Fonte: Alunos do 2º ano do ensino médio.

Na última questão foi perguntado aos alunos em qual situação aplicariam os conceitos trigonométricos. Dos 34 alunos 8 (23%) disseram cálculo da área do círculo dado o raio. 27 (79%) Cálculo da altura de uma rampa dado o ângulo de inclinação e o seu comprimento, 2 (6%) marcaram cálculo do perímetro de um quadrado de lado 5 cm, e por último 6 (18%) responderam na obtenção da relação fundamental da trigonometria (Ver gráfico 3). Neste item houve uma grande variedade de respostas, confirmando o que Fujii,(2005) e Seiter, (1999) afirmaram em seu trabalho; que a Trigonometria está presente em nosso meio.



Fonte: Alunos do 2º ano do ensino médio.

CONCLUSÃO

Pôde-se perceber com a aplicação do questionário que, os alunos possuem muita dificuldade de aprendizado no conteúdo de trigonometria, sendo que na maioria das vezes essa dificuldade se deve a metodologia de ensino utilizada nas escolas. No dia-a-dia dos alunos, recordam-se fórmulas e exigem-se memorizações de relações sem qualquer sentido ou significado. Para que o aluno tenha uma aprendizagem significativa e atraente é necessário que ele a inclua em sua vida diária, dando oportunidade de se envolver e observar ao seu redor, percebendo sua importância em nossas vidas, pois ela está presente em tudo que imaginamos.

REFERÊNCIAS

BOYER, C. B. **História da Matemática.** Traduzido por: Elza F. Gomide. São Paulo: Edgar Blucher Ltda, 2002, 496 p.

BRITO, A. J. e MOREY, B. B. **Trigonometria: dificuldades dos professores de matemática do ensino fundamental.** 2004. Disponível em: <http//www.saofrancisco.edu.br/edusf/publicacoes/RevistaHorizontes/Volume_05/.../horizontes-8%5B6288%5D.pdf>. Acesso em: 20 set. 2008.

FUJII, N. P. N. do; SIMÕES, A. P. **O uso da trigonometria no cotidiano.** 2005. Disponível em: <http://www.ime.unicamp.br/erpm2005/anais/c19.pdf>. Acesso em: 17 abr. 2008.

GIOVANNI, J. R.; BONJORNO, J. R.; GIOVANNI Jr, J. R. **Matemática Fundamental: uma nova abordagem.** São Paulo: FTD, 2002. Volume Único. p. 712.

GOLDSTEIN, L. J.; LAY, D. C.; SCHNEIDER, D. I. **Matemática Aplicada: economia, administração e contabilidade.** 8 ed. Porto Alegre: Bookman, 2002. p. 484.

MENDES I. A. **Histórica no ensino da Matemática:** O caso da trigonometria**.** 2002**.** Disponível em:<http://membros.aveiro-digital.net/matematica/estagio2000/Actividades/textos/Iran2.pdf>. Acesso em: 17 abr. 2008.

SEITER C. **Matemática para o dia-a-dia.** Traduzido por: Vandenberg Dantas de Souza. Rio de Janeiro: Campus, 1999, 312 p.

ALTUS CIÊNCIA
REVISTA ACADÊMICA MULTIDISCIPLINAR DA FACULDADE CIDADE DE JOÃO PINHEIRO

A ATUAÇÃO DO PROFESSOR NO PROCESSO ENSINO/APRENDIZAGEM DE ALUNOS DISLÉXICOS NAS SÉRIES INICIAIS EM ESCOLAS DE JOÃO PINHEIRO: desafios e Possibilidades

Luciene Gomes da Silva[1]
Maria Rita Ferreira Dias de Souza[2]
Maria de Lourdes de Aguiar Ferreira[3]

Resumo: Essa pesquisa objetivou investigar, acompanhar e apontar a importância da atuação do professor com alunos disléxicos visando compreender como se dá o processo de ensino aprendizagem desses alunos. Objetivou-se conhecer a pratica do professor no processo ensino-aprendizagem dos alunos com dislexia. Era crucial identificar as dificuldades encontradas pelos professores ao trabalhar com disléxicos em sala de aula. A metodologia teve a abordagem qualitativa, e o cenário dessa pesquisa foi a escola onde os entrevistados, sujeitos da pesquisa trabalham. Escolheu-se a pesquisa de campo como método da pesquisa, na qual a coleta de dados foi realizada através de entrevista estruturada. Além disso, foram feitos quatro dias de observação em duas unidades de ensino em três classes diferentes. Os objetivos foram alcançados comprovando-se que apesar da complexidade desse trabalho, os educadores implementam metodologias inovadoras que oportunizam o ensino/aprendizagem. Detectou-se também que a relação afetiva existente entre educador e educando é importante e contribui significativamente para o desenvolvimento do aluno.

Palavras-chave: Dislexia. Aluno. Aprendizagem. Professor. Ensino.

Abstrat: This research aimed to investigate, monitor and point out the importance of teacher performance with dyslexic students in order to understand how the teaching-learning process of these students occurs. The objective was to know the teacher's practice in the teaching-learning process of students with dyslexia. It was crucial to identify the difficulties teachers encounter when working with dyslexics in the classroom. The methodology had the qualitative approach, and the scenario of this research was the school where the interviewees, research subjects work. Field research was chosen as the research method, in which data collection was performed through structured interviews. In addition, four days of observation were made in two teaching units in three different classes. The objectives were achieved by proving that

[1]Graduada em Pedagogia pela Faculdade Cidade de João Pinheiro-FCJP

[2]Especialista em Letras, especialista em Docência do Ensino Superior, especialista em Metodologia do Ensino e Tecnologia para Educação à Distância, graduada em Letras, graduada em Pedagogia, professora de Língua Portuguesa E. E. Quintino Vargas, rede estadual de ensino de Minas Gerais, professora do curso de Pedagogia, coordenadora de Relações Institucionais e coordenadora Adjunta de Pedagogia da Faculdade Cidade de João Pinheiro. E-mail: ritafsouza@yahoo.com.br

[3] Mestra em Ciências da Educação pela Universidade Evangélica Del Paraguay. - Graduada em Letras pela Universidade do Estado de Minas Gerais (2000). Atualmente é professora na: - SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DE MINAS GERAIS. - Colégio Cenecista de João Pinheiro - CNEC - Professora da Faculdade Cidade de João Pinheiro. E-mail: lurdinhaaguiar1@gmail.com

Recebido em 30/09/2019
Aprovado em 26/10/2019

despite the complexity of this work, educators implement innovative methodologies that provide teaching / learning opportunities. It was also found that the affective relationship between educator and student is important and contributes significantly to student development.

Keywords: Dyslexia. Student. Learning. Teacher. Teaching.

1. INTRODUÇÃO

Esta pesquisa objetivou mostrar a importância da atuação do professor no processo ensino/aprendizagem com alunos disléxicos matriculados nas séries iniciais em escolas públicas de João Pinheiro, visando compreender como se dá o processo ensino/aprendizagem desses alunos no cotidiano escolar.

Segundo Candido (2013) toda criança disléxica apresenta dificuldades de aprendizagem em leitura e escrita, pois a criança disléxica não consegue interpretar aquilo que está lendo ou escrevendo. Muitos pesquisadores tentam explicar as causas dessas dificuldades, ou seja, a dislexia, contudo, embora muitos tentem explica-las, há uma forte razão de que esteja ligada à genética ou à origem neurobiologia.

Segundo Martins (2003), muitos pais e professores só descobrem o transtorno da dislexia, quando a criança desempenha o ato de ler ou escrever. Pais e professores devem estar atentos às dificuldades dessas crianças para que seja feito o diagnóstico e que se faça o tratamento da mesma.

Comprovadamente existem casos de dislexia em que a criança tem dificuldade só na escrita e outros na leitura, mas há aqueles que têm as duas tanto na escrita quanto na leitura, fato gerador de baixo-estima e frustração na criança, o que é confundido com desinteresse de estudar.

A pesquisa foi desenvolvida, em 2018, em duas escolas públicas estaduais que estão localizadas uma no bairro Espanada e a outro no centro da cidade de João Pinheiro. Buscou-se perceber como professores de primeiro ao quinto ano que atuam nessas instituições de ensino contribuem para o processo ensino aprendizagem dos alunos diagnosticados com dislexia. Procurou-se descobrir o ponto de vista desses profissionais quanto à dislexia, bem como se eles desenvolvem uma metodologia adequada a esses alunos.

A escolha do tema desta pesquisa surgiu após os questionamentos: Quais são as dificuldades dos professores ao trabalhar com alunos disléxicos? Qual metodologia eles utilizam para a construção da aprendizagem desses alunos? Os alunos têm algum acompanhamento psicológico e possuem laudo? Como é a relação desses alunos disléxicos com

professores e colegas de turma? Qual a contribuição dos professores na aprendizagem de alunos disléxicos?

Através da curiosidade em saber como o professor trabalha em sala de aula e como atuar com alunos disléxicos, bem como qual a melhor forma de aturar em prol da aprendizagem inclusiva e ainda por se acreditar que seja extremamente importante conhecer mais sobre o assunto objetivou-se conhecer as práticas do professor no processo ensino-aprendizagem dos alunos com dislexia; entender quais são as dificuldades encontradas pelos professores ao trabalhar com alunos disléxicos; identificar as metodologias utilizadas pelos docentes para viabilizar a construção da aprendizagem desses alunos; verificar se os alunos disléxicos possuem laudo e se têm algum acompanhamento psicológico; descobrir como é a relação professor/aluno no cotidiano escolar; mostrar qual a contribuição do professor na aprendizagem desses alunos.

A pesquisa foi realizada com abordagem de cunho qualitativo que tem, segundo Prodanov, Freitas, (20013, p.70) fonte direta de dados no ambiente em que eles acontecem. É o estudo, por meio de um trabalho mais intensivo de campo, cujas questões se apresentam sem qualquer ato intencional do pesquisador. (PRODANOV, FREITAS, 2013, p.70)

O método escolhido para a realização desse trabalho foi a pesquisa de campo, uma vez que com ela pode-se observar os fatos, coletar as informações necessárias e consolidar a investigação.

> A pesquisa de campo consiste na observação dos fatos tal como ocorrem espontaneamente, na coleta de dados e no registro de variáveis presumivelmente relevantes para ulteriores análises. Esta espécie de pesquisa não permite o isolamento e o controle das variáveis supostamente relevantes, mas permite o estabelecimento de relações constantes entre determinadas condições, variáveis independentes, e determinados eventos, variáveis dependentes, observadas e comprovadas. (RUIZ, 2010, p 50).

Em consonância com o autor a pesquisa de campo ocorre através de observação dos fatos, os dados são coletados para eventuais registros. A pesquisa de campo não impõe controle das variáveis, nem isolamento, mas permite a análise dos dados, a qual será registrada posteriormente para execução da pesquisa.

Os Cenários dessa pesquisa foram duas escolas da rede estadual de ensino. A escola Y tem apenas o Ensino Fundamenta I, a escola X o Ensino Fundamental I e Ensino Fundamental II. As salas de aula têm a aproximadamente vinte oito alunos por turma, ambas equipadas para receber o aluno com esse tipo de dificuldade, pois contam com quadro de profissionais capacitados para trabalhar com esse tipo de transtorno de aprendizagem.

2. O QUE É DISLEXIA

Atualmente, no sistema educacional há um quantitativo imenso de crianças com transtornos de aprendizagem, fato que afeta-lhes o desenvolvimento e ocasiona frustrações no contexto escolar tanto por parte da criança, da escola e da família. Por isso pais, professores, equipe pedagógica e gestores devem ficar atentos para descobrir o que está acontecendo com essas crianças e a dislexia é um desses transtornos que está presente no contexto escolar de muitas crianças e precisa ser diagnosticado e tratado por pessoas capacitadas e atendidos por professores com habilitação específica, ou seja, Educação Especial.

De acordo com a Associação Internacional de (Dislexia 2003), citado em Teles (2009) etimologicamente, dislexia deriva dos conceitos "dis" (desvio) + "lexia" (leitura, reconhecimento das palavras). A dislexia caracteriza-se por dificuldades na correção e/ou fluência na leitura de palavras e por pouca competência leitora e ortográfica. Estas dificuldades resultam tipicamente de um déficit no componente fonológico da linguagem frequentemente imprevisto em relação a outras aptidões cognitivas e às condições educativas. Posteriormente advêm dificuldades de compreensão leitora, experiência de leitura restringida podendo dificultar e muito o desenvolvimento do vocabulário e dos conhecimentos gerais.

Outra definição de dislexia que consideravelmente contribui para a pesquisa em curso é:

> Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais – DSM-IV17 caracteriza a dislexia como comprometimento acentuado no desenvolvimento das habilidades de reconhecimento das palavras e da compreensão da leitura. O diagnóstico é realizado somente se essa incapacidade interferir significativamente no desempenho escolar ou nas atividades da vida diária que requerem habilidades de leitura. A leitura oral no disléxico é caracterizada por omissões, distorções e substituições de palavras e pela leitura lenta e vacilante. Nesse distúrbio, a compreensão da leitura também é afetada. (ROTTA 2016 p.135)

Segundo Lanhez, Nico (2002) a dislexia não é uma doença, mas sim um distúrbio com uma série de características e torna-se mais visível na época da alfabetização das crianças, mas há alguns sintomas que já estão presentes em outras fases da vida. A dislexia independe de causas intelectuais, emocionais e culturais, sendo a hereditária tem incidência maior em meninos.

A dislexia é uma dificuldade que muitos alunos enfrentam e atrapalha o seu desenvolvimento de aprendizagem em leitura e escrita. Embora a dislexia possa ser hereditária na maioria das vezes só é identificada quando chega à fase escolar.

> Giacheti e Capellini, em 2000, afirmaram que o distúrbio específico de leitura, ou dislexia do desenvolvimento, é definido como um distúrbio neurológico, de origem congênita, que acomete crianças com potencial intelectual normal, sem déficits sensoriais, com suposta instrução educacional apropriada, mas que não conseguem adquirir ou desempenhar satisfatoriamente a habilidade para a leitura e/ou escrita. (ROTTA 2016 p.135)

De acordo com Martins (2001) a dislexia é uma necessidade especial, mas quem a tem não é portador de deficiência mental ou física, e também não é uma criança de alto risco. Uma criança com dislexia teve o desenvolvimento comprometido por causa de fatores como uma gestação mal sucedida, má alimentação ou até mesmo nascimento prematuro.

2.1 A origem e a descoberta da dislexia

A educação como qualquer outro setor da humanidade tem seu contexto histórico. Cada descoberta evolui, mas, muitas vezes, demora-se muito a ser explicitada e resolvida. Em se tratando dos distúrbios de aprendizagem são vários e todos merecem ser abordados com seriedade pela instituição de ensino responsável por acolher e educar uma criança e com a dislexia não é diferente.

Conforme Rotta e Pedroso em 1872, Berlin utilizou pela primeira vez o termo dislexia, que, posteriormente, foi usado por Kerr. Em 1896, Morgan publicou, no British Medical Journal (BMJ), o interessante caso de um adolescente com incapacidade para ler. Em 1907, Stevenson manteve essa terminologia ao relatar o estudo, em uma família, de seis casos de "cegueira verbal". Em 1917 com Hinshelwood ao atender um paciente com inteligência normal, mas com dificuldade em ler e escrever. Este observou as distorções em crianças que não conseguiam reconhecer ou compreender palavras concluindo que a causa mais provável desse distúrbio fosse um defeito congênito no cérebro, o qual afetava a memória visual. As observações nesse período de descoberta indicaram que o problema não estava nos olhos, mas no funcionamento cerebral, na área da linguagem.

Em 1925, nos estados Unidos crianças com essa dificuldade eram enviadas para Unidades de Saúde Mental. Nessa época, Orton se dedicava ao estudo dos transtornos da aprendizagem. Em 1928 publicou o trabalho clínico, no qual descreve as distorções perceptivo-

linguísticas. Em 1924, Apert e Poltz apontavam possível imaturidade psiconeurológica, sendo a dislexia denominada de dislexia de evolução, percepção corroborada por Orton que, em 1930, relaciona a dislexia à dificuldade na dominância lateral. Em 1950, Hallgren publicou o primeiro estudo clínico e genético denominado de "dislexia específica", em substituição à expressão "cegueira verbal congênita".

Continuando com a cronologia sobre a dislexia o referido autor aponta que:

> Em 1970, Critchley relatou que, segundo a definição da World Federation of Neurology (WFN), a dislexia é um transtorno manifestado por dificuldade na aprendizagem da leitura, independentemente de instrução convencional, inteligência adequada e oportunidade sociocultural. Em 1987, Myklebust definiu a dislexia como uma síndrome complexa de disfunções psico-neurológicas associadas, tais como perturbações em orientação, tempo, linguagem escrita, soletração, memória, percepção visual e auditiva, habilidades motoras e habilidades sensoriais relacionadas. Dividiram a dislexia em auditiva e visual, com finalidades educacionais. Na dislexia auditiva, são observadas dificuldades significativas na discriminação de sons de letras e palavras compostas, além de falhas na memorização de padrões de sons, sequências, palavras compostas, instruções e histórias. Na dislexia visual, há dificuldades em seguir e reter as sequências visuais, na análise e integração visual de quebra-cabeças ou em tarefas similares.

E o mesmo autor ainda continua.

> Ocorrem frequentes reversões e inversões de letras, sendo que o disléxico visual confunde com facilidade palavras e letras. O mais frequente é uma associação das duas formas, mesmo que tenha iniciado por uma delas, mas o comum é que em seu desenrolar apareçam sempre falhas mistas. Na mesma época, Bryant & Bradley definiram as crianças disléxicas como aquelas que apresentam problemas quando tentam aprender a ler e escrever, embora sejam inteligentes, rápidas e atentas. Esses autores enfatizam que as dificuldades dessas crianças persistem, ainda que elas tenham encoraja- mento e ajuda dos pais e professores. Observaram que a única diferença na leitura das crianças normais e das disléxicas é a leitura de palavras inventadas. Em 1990, Ajuria guerra observou que as crianças disléxicas submetidas à avaliação cognitiva por testes como o WISC apresentavam potencial intelectual dentro da média ou até superior, tanto nas escalas verbais quanto na de execução. Tinham visão e audição adequadas, além de não apresentarem deficiências neurológicas e físicas significativas. Apesar de suas dificuldades, não ocorriam problemas sociais ou emocionais importantes e haviam sido expostas a oportunidades adequadas para estimular a aprendizagem da leitura.

Nos estudos sobre a dislexia três aspectos devem ser considerados, os quais podem estar isolados, mas que em geral se complementam. São eles genéticos, epigenéticos e ambientais. A classificação feita por Boder contribui para uma melhor compreensão do assunto, ele classifica a dislexia em: disfonética, diseidética e mista.

Na dislexia disfonética o disléxico realiza com muita dificuldade a análise e a síntese das palavras e ao tentar ler palavras desconhecidas tenta adivinhar. Na dislexia diseidética, o

disléxico tem dificuldade para perceber tanto letras quanto palavras, lê lentamente decompondo a palavra em suas partes, pois não consegue fazer a leitura globalmente.

A dislexia mista é mais grave a leitura torna-se ainda mais difícil, pois há uma combinação das dificuldades apresentadas na duas anteriores. A dislexia tem outras classificações como a de Colheart:

> Para Colheart, a dislexia se divide em fonológica, superficial e profunda, considerando o modelo dual de acesso ao léxico. A dislexia fonológica se dá por dificuldades na via indireta de acesso; a dislexia superficial, quando as dificuldades ocorrem na via direta de acesso; e a dislexia profunda, quando ocorrem dificuldades nessas duas vias. (ROTTA 2016 p.137)

A dislexia como qualquer outro distúrbio da aprendizagem tem consequências na vida de todos os envolvidos, quer seja família, o próprio disléxico e os educadores. A maior consequência talvez seja para a criança que não compreende porque não aprende. Esta se sente frustrada e, cansada de tentar e não obter resultados em curto prazo. Outra consequência é a autoestima afetada. Os adultos após saberem do diagnóstico, mesmo que não saibam como ajudar, entendem que o distúrbio afeta o processo de desenvolvimento cognitivo.

Embora a dislexia apresente vários sintomas, um leigo não consegue percebê-los são dificuldades como: coordenação motora fina, grossa, no processo auditivo, na escrita, não tem noção de espaço, sua memória é curta, dispersa-se com qualquer barulho, ela não mantém o foco.

Sobre o diagnóstico assim explicita (ROTTA, 2006, p.142) “O exame clínico-neurológico inicia-se pela observação da visão e da audição. Se estas parecerem ter algum grau de comportamento, a criança deve ser acompanhada aos especialistas correspondentes para completa avaliação das acuidades visual e auditiva”, no entanto, o diagnóstico, na maioria das vezes, é feito tardiamente, porque não é fácil, por isso tem que ser feito por profissional específico, não se deve basear em achismos de quem não conhece sobre o assunto.

A maioria dos docentes nesta etapa escolar não está apta a detectar o problema. A equipe pedagógica precisa ter critérios, observar acompanhar e encaminhar a criança para ser atendida por um especialista.

2.2 Função da instituição/ do docente/ metodologia e intervenção com alunos disléxicos

Tanta escola, quanto docente, bem como equipe pedagógica tem papel fundamental no trabalho com alunos disléxicos. Todos precisam e devem trabalhar em prol da motivação ao

aluno, promovendo autoestima e interesse de tal forma que as dificuldades encontradas por ele não seja barreira para a aprendizagem. É evidente que para obter sucesso, o professor tem que ser comprometido com sua formação, procurando sempre atualizar-se através de formação continuada.

O doente deve inovar usar novas metodologias, ter interesse em conhecer mais sobre as dificuldades de aprendizagem. Nenhum educador pode se acomodar no conforto de algum conhecimento sobre a dislexia, ele precisa ser curioso e questionar sobre como pode melhorar as condições de aprendizagem de uma criança com dislexia.

Conforme afirma Tavares (2009) a qualificação dos educadores é crucial para extrapolar ideia de que aluno é culpado pelo seu fracasso escolar, pois seu desempenho está intrinsecamente ligado a motivos intraescolares, o que suscita a responsabilidade de toda a equipe educacional.

Lanhez e Nico (2002 p.72) reforçam:

> Seria muito importante que todos os professores soubessem o que é dislexia. Havendo suspeita de que um aluno esteja apresentando algum distúrbio de aprendizagem, o melhor é não tentar adivinhar ou diagnosticar, mas entrar em contato com a orientação pedagógica da escola para mais informações sobre o aluno.

Os parâmetros Curriculares Nacionais direcionam que a escola deve promover a educação de todos seus alunos de forma a promover uma aprendizagem integral. Portanto é necessário que a escola oportunize práticas que ajudem na aprendizagem com o propósito de contribuir para que os alunos aprendam os conteúdos de maneira crítica e construa sua aprendizagem.

> A escola, ao tomar para si o objetivo de formar cidadãos capazes de atuar com competência e dignidade na sociedade, buscará eleger, como objeto de ensino, conteúdos que estejam em consonância com as questões sociais que marcam cada momento histórico, cuja aprendizagem e assimilação são as consideradas essenciais para que os alunos possam exercer seus direitos e deveres. Para tanto ainda é necessário que a instituição escolar garanta um conjunto de práticas planejadas com o propósito de contribuir para que os alunos se apropriem dos conteúdos de maneira crítica e construtiva. (BRASIL, 1997, p. 31):

A intervenção pedagógica objetiva nivelar a aprendizagem dos alunos oportunizando a todos indistintamente iguais condições de desenvolverem-se. É evidente que o aluno disléxico requer maior atenção, já que ele tem direito de ser incluído e promovido tanto quanto outros alunos. De acordo com as Leis das Diretrizes e Bases da educação (LDB) lei nº9394/96 toda

criança com dislexia ou qualquer outro transtorno de aprendizagem tem direito ao ensino regular. No artigo 58º foi determinado que:

> Entende-se por educação especial para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação (BRASIL, 1996 p 34).

Para uma atuação coerente, o professor precisa utilizar metodologias diferenciadas com o intuito de realmente promover a inclusão do aluno disléxico. Ele pode optar por métodos da linguagem multissensorial e trabalhar músicas, sons, jogos com regras, entre outras estimulando o envolvimento e o desenvolvimento da criança.

As atividades devem ser bem explicadas, objetivas. As instruções devem ser claras, objetivas, com uma linguagem condizente à compreensão do aluno. Deve certificar-se que a aluno compreendeu, valorizar os trabalhos pelo conteúdo, evitar criticar os erros.

Nas avaliações é preciso oportunizar local tranquilo que evite a dispersão do aluno. Segundo. É indicado o uso de calculadora, ou tabela de multiplicação, em situação de teste, em função de dificuldades de memorização da tabuada (MOOJEN, FRANÇA, 2006).

Cunha explicita que:

> É responsabilidade do professor (criar metas, supervisionar, avaliar, integrar todas as ideias em um esquema, ativar os conhecimentos necessários); atividades realizadas conjuntamente (construir proposições globais, revisar as ideias do texto baseado no que já sabe); responsabilidade do aluno (integrar as ideias, reconhecer palavras) (CUNHA; OLIVEIRA, 2010, p.71).

As relações afetivas são também muito importantes para a promoção da aprendizagem. Deve haver um bom relacionamento interpessoal, a interação respeitosa confere ao ambiente educacional uma maior chance de a criança aprenda. Faz-se necessário diálogo para que o professor não seja um mero transmissor de conhecimento, pois conhecendo a realidade e as dificuldades dos alunos ele torna-se mediador da aprendizagem.

Segundo Freire, (2005) o diálogo é uma exigência existencial, se ele é o encontro em que se solidarizam o refletir e o agir de seus sujeitos endereçados ao mundo a ser transformado e humanizado, não pode reduzir-se a um ato de depositar ideias de um sujeito no outro.

3. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DAS REPRESENTAÇÕES DAS PROFESSORAS ENTREVISTADAS SOBRE A DISLEXIA.

Apresentar-se-á a seguir a análise da pesquisa de campo que contribuirá para uma melhor compreensão das dificuldades encontradas pelos professores para trabalhar com o aluno disléxico.

A coleta de dados ocorreu através de entrevista com três professoras que trabalham com crianças com dislexias, sendo uma na escola Y com Ensino Fundamental I e duas na escola X com Ensino Fundamental I e II.

. As entrevistas foram padronizadas, agendadas com antecedência para que acontecessem na casa do entrevistado. Elas foram gravadas, posteriormente foram transcritas, analisadas e discutidas fazendo um diálogo com os referenciais teóricos usados para a pesquisa.

De acordo com Lakatos e Maeconi:

> Padronizada ou Estruturada é aquela em que o entrevistador segue um roteiro previamente estabelecido; as perguntas feitas ao indivíduo são predeterminadas. Ela se realiza de acordo com um formulário elaborado e é efetuada de preferência com pessoas selecionadas de acordo com um plano. (LAKATOS, MARCONI, 2005, p.199)

Além da entrevista, foram realizados quatro dias de observação nas já referidas escolas em duas turmas, sendo uma no turno vespertino e as outras duas no turno matutino a fim de obter mais informações para fundamentar a pesquisa. As observações feitas foram registradas em caderno de campo.

No decorrer das observações, percebeu-se que por mais que o professor use metodologias diferenciadas, material adequado para trabalhar com o disléxico ainda há um enorme caminho a ser percorrido. Os professores trabalham com salas cheias e mesmo o aluno disléxico tendo um professor apoio, o trabalho com esse aluno ainda está muito aquém de uma verdadeira inclusão, ou seja, o disléxico totalmente integrado e com aprendizagem real. Percebeu-se que o professor tem compromisso, dedicação, mas não é cem por cento preparado para essa realidade.

Com relação à questão sobre as principais dificuldades para trabalhar com alunos com dislexia obteve-se as seguintes respostas.

> *No caso da minha aluna eu não vejo nenhuma dificuldade, tendo em vista que a única dificuldade que a dislexia afetou foi aparte da leitura. Então a gente fazendo a leitura dos textos ela consegue interpretar e consegue desenvolver as atividades sem nenhum problema. (Entrevistada 1)*

> *A maior dificuldade que eu encontrei no início foi encontrar o método certo, que melhor atende o aluno e mostrar para o aluno que ele deve se sentir autoconfiante, que ele é capaz de realizar o que ele desejas em medo e também*

> *de conseguir, outra dificuldade é a atenção, ou seja, a falta de atenção porque não há um só método ou aquele método específico que atende a necessidade do aluno. (Entrevistada 2)*

> *Trabalhar com alunos com dificuldades é bastante complexo entre a questão da resistência da criança, da dificuldade que ela tem em aprender e da família também que já não acredita mais na capacidade que o filho tem para vencer essas barreiras e alcança ruma qualidade de vida diante da aprendizagem o ler, o escrever e tornar independente ao realizar algumas atividades que exige certo grau de aprendizagem sistemático. Minha dificuldade maior é essas barreiras que a própria criança e a família impõem. (Entrevistada3)*

Percebe-se que além da dificuldade própria ocasionada pelo distúrbio de aprendizagem, os professores precisam atuar também junto à família, pois, na maioria das vezes, ela não acredita no próprio filho. Há também a falta de método que surtam efeitos mais concretos.

Tem-se ainda uma resistência por parte do próprio aluno que não se sente motivado, ou não acredita que é possível aprender, pois nesta idade a criança ainda não tem consciência da importância de estudar, ela também não compreende porque para os colegas a aprendizagem parece fácil enquanto que para ela é muito complexo. E diante dessa dificuldade, a família não acredita que seu filho poderá quebrar as barreiras que o impede de aprender a ler e a escrever, sequer espera que ele consiga alcançar as metas e realizar atividades mais complexas, tanto na leitura quanto na escrita.

Comprovadamente as crianças disléxicas não são doentes, mas pessoas com uma dificuldade específica, que precisa ficar explicito no ambiente familiar e educacional.

> Em alguns casos os pais e os professores pensam em falta de atenção, já que por apresentar dificuldades, a criança perde o interesse. Na maioria das vezes, ainda não se tem elementos para fazer o diagnóstico de dislexia, pois essa pode também a maneira como se apresenta certo atraso na aquisição da leitura e /ou da escrita. No entanto são crianças de risco que devem ser seguidas com uma orientação pedagógica ativa. (ROTTA, 2006, p. 141)

Julgar o disléxico como desinteressado é no mínimo falta de profissionalismo. Sabe-se que é possível fazer um diagnóstico, após este ser feito há necessidade de implementar um trabalho pedagógico com uma equipe multidisciplinar. Para a maior aprendizagem dos alunos com dislexia é necessário utilizar metodologias diferenciadas.

Questionadas sobre as metodologias utilizadas para os alunos disléxicos, obteve-se essas respostas:

> *Eu faço, pego o texto ou qualquer tipo de atividade dela e faço a leitura, e ela responde sem nenhum problema, porque ela tem uma interpretação boa ela consegue fazer qualquer atividade é bem desenvolvida apenas a questão da leitura foi afetada. Utilizo para trabalhar com ela jogos pedagógicos, leitura*

> *oral, e muito material concreto para a melhor aprendizagem e desenvolvimento na leitura porque a escrita dela é maravilhosa e um caderno bem caprichado. (Entrevistada1)*
>
> *Eu utilizo método do ensino do "a ba, ca,da" que trabalha primeiro as sílabas simples com a vogal A depois palavras simples com a vogal A, em seguida frases com a vogal A e além do método do "a baca da" jogos educacionais no laboratório de informática, jogos pedagógicos e são diversos alguns são adaptados feito por nós, comigo e os alunos usando estratégias fáceis e simples em sala de aula e também na sala de recursos pedagógica da escola. (Entrevistada2)*
>
> *Eu utilizo diversas metodologias na verdade a gente faz várias tentativas e o que a criança responde melhor a gente intensifica o trabalho em cima dessas metodologias trabalho com jogos pedagógicos feitos especialmente pra crianças especificamente para dificuldade que ela apresenta, trabalho com jogos no computador e através de pesquisa eu busco compartilhar experiências com outras pessoas profissionais principalmente tiveram com o aluno disléxico diante daquela dificuldade daquele transtorno e a gente vai construindo vai buscando novas metodologias, como música, jogos pedagógicos, discussão troca de experiências, pesquisa com jogos online. (Entrevistada3)*

As professoras afirmam que utilizam jogos pedagógicos concretos, jogos online, música, atividades orais e a sala de recursos. Uma das entrevistadas afirma fazer tentativas e utilizar aquelas metodologias que apresentaram um resultado mais positivo. Fica claro que há um grande esforço para consolidar a aprendizagem do aluno, mas o trabalho multidisciplinar não foi citado por nenhuma das entrevistadas.

Indubitavelmente, os materiais de apoio pedagógico são extremamente importantes e bem aceitos para trabalhar com crianças disléxicas. Assim sendo cabe ao professor aperfeiçoar-se na execução de novos recursos, materiais ou metodologias.

> Use vários materiais de apoio para apresentar a lição à classe [...]; anuncie o trabalho com bastante antecedência [...]; realize aulas de revisão [...]; aumente o limite de tempo pra provas escritas; leia a prova em voz alta e antes de iniciá-la verifique se todos entenderam e compreenderam o que foi pedido; avise nos 10 primeiro dia de aula o desejo de conversar individualmente com os alunos que tem dificuldades de aprendizagem. (LANHEZ; NICO, 2002, p. 72- 74)

Percebe-se que deve haver um planejamento criterioso de modo que o professor explicite à classe antecipadamente as atividades a serem realizadas. Evidencia-se que a criança disléxica precisa de mais tempo para realização das atividades e que o professor pode amenizar essa dificuldade fazendo revisão, lendo e perguntado se está claro para os alunos o que é para ser feito. Percebe-se que o atendimento individualizado, inclusive entrevistando as crianças para compreender o grau de dificuldade de cada um.

O trabalho pedagógico com disléxicos nessa faixa etária, ou outro tipo de dificuldade tem que ser diferenciado. A intervenção pedagógica deve ser constante para o desenvolvimento da autonomia do aluno, de acordo com a Instrução Normativa 016/11 SEED/SUED.

> O trabalho pedagógico a ser desenvolvido na Sala de Recursos Multifuncional – Tipo I, na Educação Básica deverá partir dos interesses, necessidades e dificuldades de aprendizagem específicas de cada aluno, oferecendo subsídios pedagógicos, contribuindo para a aprendizagem dos conteúdos na classe comum e, utilizando-se ainda, de metodologias e estratégias diferenciadas, objetivando o desenvolvimento da autonomia, independência e valorização do aluno.

Partindo do interesse e da dificuldade de cada criança, utilizando a sala de recursos o professor oferecerá suporte para a construção da aprendizagem. É crucial utilizar metodologias que auxiliem a criança a ter confiança em si mesma a ser independente autônoma isso ajuda a elevar a autoestima e autoconfiança.

Segundo Tavares, (2008) o professor não deve subestimar as habilidades dos alunos que possuem dificuldade de aprendizagem, deve trabalhar oralmente com eles as atividades propostas, já que na escrita eles encontram barreias. As avaliações propostas pelo professor devem ser diferenciadas dos demais alunos, ou seja, devem estar de acordo com o grau de desenvolvimento em que o disléxico se encontra.

É mister que após diagnóstico de dislexia emitido por um especialista, haja um laudo explicitando o grau de dificuldade, para que a equipe pedagogia juntamente com o professor possa elaborar um plano de trabalho que seja aplicável. Tem-se que estabelecer também o tipo de profissionais que irão acompanhar essa criança, ou seja, psicólogos, fonoaudiólogos entre outros.

Questionadas sobre laudo e o tipo de acompanhamento que esses alunos têm, as entrevistadas responderam:

> *Laudo médico sim acompanhamento psicológico não e me parece que agora depois que foi diagnosticada a dislexia. Foi a escola que encaminhou, ela também faz uso da fonoaudióloga porque a audição está comprometida, a partir deste momento ela está fazendo acompanhamento psicológico, até então não fazia. (Entrevistada 1)*
>
> *Eles têm laudo médico e ela já fez acompanhamento psicológico, mas não está fazendo no momento devido à falta de condições financeiras da família. (Entrevistada 2)*
>
> *Eles nos têm. Temos dois alunos com dislexia e laudo médico apesar desse laudo não lhes dar o direito de atendimento educacional especializado dentro*

> *do ambiente escolar ele é atendido, nós temos essa visão de aquele necessita e o atenderemos. (Entrevistada3)*

De acordo com os dados da pesquisa, todos os alunos disléxicos possuem laudo médico, os alunos faziam acompanhamento psicológico, mas atualmente não procuram o profissional por problemas financeiros. Certamente a interrupção desse suporte pode prejudicar sobremaneira o desenvolvimento do aluno com dislexia. Outro fator preponderante para o desenvolvimento de uma criança com dislexia é o diagnóstico que depende de observação, acompanhamento e exames específicos feitos por especialistas. Portanto não deve fundamentar-se em suspeitas de professores e ou pais.

> O diagnóstico da criança disléxica deve ser feito por uma equipe multidisciplinar. Não somente para se obter o diagnóstico de dislexia, mas para se determinarem, ou eliminarem, fatores coexistentes de importância para o tratamento. A criança deve então ser avaliada por um psicólogo, um fonoaudiólogo, um psicopedagogo e um neurologista. O diagnóstico deve ser significativo para os pais e educadores, assim como para a criança. Simplesmente encontrar um rótulo não deve ser o objetivo da avaliação, mas tentar estabelecer um prognóstico e encontrar elementos significativos para o programa de reeducação. (LANHEZ; NICO, 2009, p.38)

Conforme explicitado, o diagnóstico perpassa por psicólogos, fonoaudiólogos e neurologista. O psicopedagogo contribui através da primeira percepção encaminhado a criança para outros profissionais de acordo com a necessidade da criança. Após diagnóstico o trabalho com o disléxico será mais significativo tanto para o aluno quanto para professores e pais, os quais terão um norte para atuarem na intervenção e acompanhamento dessa criança, portanto, é importante também que essa criança tenha atendimento médico constante.

Evidencia-se a necessidade de que haja uma equipe multidisciplinar. Políticas públicas adequadas ao atendimento de crianças com dislexia não estão sem por cento implementadas, uma vez que as escolas pesquisadas não têm em seu quadro funcional: psicólogo e fonoaudiólogo. Estes profissionais deveriam fazer parte do quadro de todas as escolas para que o distúrbio fosse devidamente cuidado.

Quanto à relação afetiva do docente no trabalho pedagógico, bem como o bom relacionamento interpessoal com os colegas obteve o que se apresenta na sequência:

> *Normal, normal ela não tem nenhum problema de convivência, os meninos sabem respeitara questão da diferença de não saber ler, mas escreve tudo e consegue fazer as tarefas normalmente e a única diferença é que tenho que fazer a leitura de todas as atividades propostas pelo professor. (Entrevistada1)*

> *A relação afetiva entre professor e aluno e os demais colegas é a melhor possível acontece normalmente. (Entrevistada2)*
>
> *A relação afetiva entre professor e aluno ela é bem ... a gente cria laços, que ficam mais fortes, você se torna como mãe daquela criança que necessita de uma proteção maior sua até mesmo diante dos colegas. Você procura conscientizar os colegas da dificuldade daquela criança da autoestima que já é baixa por não ter o rendimento como eles ... que eles o respeitem que eles o ajudem a superar essa dificuldade a perceber que ele é tão importante quanto eles apesar de não ter o mesmo nível de aprendizagem, é... Então a gente se torna mãe dessa criança a gente quer proteger, acolher com muito afeto e carinho essa criança. (Entrevistada3)*

O profissional educador distingue-se de outros, pois ele é o formador do ser humano desde a base. Por isso além de compromisso com o conhecimento a ser compartilhado, é importante que as relações estabelecidas entre professor e aluno sejam as mais sólidas possíveis.

É preciso muita ética ao trabalhar com qualquer nível de escolaridade, bem como com toda diversidade presente em uma sala de aula. Se com crianças ditas "normais" o afeto é importante, com as crianças que apresentam qualquer tipo de dificuldade de aprendizagem é ainda mais crucial.

Entende-se que esse afeto é manifestado a partir do momento que o professor assume sua classe sabendo que precisa fazer a diferença na formação de seus alunos, ou seja a aprendizagem é sua meta. É afetuoso o professor que respeita a diversidade, estabelece laços de confiança entre seus alunos, preocupa-se em atualizar-se sempre para saber intervir e amenizar as dificuldades e assim incluir a todos, proporcionando aprendizagem real e concreta. Evidentemente que o aluno com dislexia requer esse profissionalismo, mas nem sempre se consegue os resultados almejados.

> Alunos com problemas de dificuldade frequentam a escola e nem sempre, o mesmo procedimento terá bons resultados, se aplicados irrestritamente a todos, o que evidencia o dinamismo que deve haver na prática pedagógica. O amor do educador o faz buscar sempre novos caminhos. A sua busca não o deixa ser repetitivo, mas afetivamente criativo. (CUNHA, 2008, p.77)

Agindo com profissionalismo, o professor contribui significativamente na escolaridade de alunos com dislexia e essa contribuição impactará na consolidação de da aprendizagem que o integrará no meio social.

Questionado aos professores sobre suas contribuições na formação de alunos com dislexia, obteve-se:

> *Muito significativo porque se não tiver um professor ali acompanhando o professor gerente não conseguiria dar o suporte necessário para que ela*

> *desenvolvesse as atividades, tendo o professor no caso de apoio facilita muito a compreensão e aprendizagem dela e também o desenvolvimento da aula do professor regente. Embora o aluno não tenha direito ao professor de apoio se tiver um professor de apoio na sala ajuda muito. (Entrevistada 1)*

> *A minha contribuição na aprendizagem e na vida desses alunos depende da parceria com a família que faz toda diferença visto que o processo de ensino aprendizagem não acontece exclusivamente na escola o que torna uma contribuição mais satisfatória. (Entrevistada 2)*

> *A minha contribuição no campo pedagógico é buscar é o fazer perceber que ele tem habilidades e que essas habilidades precisam ser trabalhadas, precisam ser reforçadas, que ele tem uma dificuldade assim como qualquer outra criança tem, de repente em matemática e em português onde exige leitura e interpretação, mas ninguém é bom em tudo, jamais vai ser perfeito em tudo estamos aqui pra aprender e isso exige dedicação e em certas áreas as vezes a dedicação tem que ser ainda maior que no caso do disléxico ele tem que se dedicar mais ter mais vontade e se esforçar pra romper essas barreias que o impedem de desenvolver no mesmo nível que sua turma. Mesmo diante da dificuldade dele o professor deve valorizar suas habilidades e trabalhar nelas, pois eles têm potencial talvez ele nunca vai ser um bom leitor mas pode ser muito bom em arte por exemplo. (Entrevistada 3)*

Efetivamente, os professores acreditam que contribuem na formação dessas crianças. Explicitam a importância da parceria com a família, uma vez que a escola sozinha não consegue resultados tão positivos. Evidenciou-se também que eles têm consciência da necessidade de atualizarem-se, bem como de explorar o máximo das habilidades dessas crianças.

Sabe-se que mesmo uma criança sem nenhum tipo de dificuldade de aprendizagem consegue ser boa em todas as áreas da formação educacional. Com a criança disléxica as barreiras são maiores, mas não são intransponíveis. É preciso acreditar nelas e estimulá-las a acreditarem em si, para que se tornem autônomas e busquem descobrir novas formas de aprender.

> O papel do educador é despertar no aluno o interesse pelo saber se isso não acontecer este aluno não desenvolve sua criatividade e capacidade para construir sua própria história de vida, por isso é importante que o professor conheça o universo cultural de cada. (RODRIGUES; SILVEIRA, 2008, p.5)

A forma como o professor trabalha, a busca por metodologias novas e adequadas para ensinar esses alunos, valorizar os seus conhecimentos prévios partindo do que ele já sabe desde a forma que ele trata o aluno disléxico trazem benefícios e um impacto muito grande na vida desse aluno.

4, CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dislexia é um transtorno específico da aprendizagem que atrapalha o processo ensino aprendizagem da criança na leitura e escrita, é recorrente e atinge um imenso número de educandos. A dislexia por sua vez não é considerada uma doença, mas possui características específicas e tem vários sintomas que muitas vezes passa despercebida, na maioria das vezes não sendo diagnosticada no período escolar. Em função do não diagnóstico e de o professor nem sempre ter conhecimento sobre a dislexia torna-se complicado ensinar uma criança a ler e escrever.

O educador precisa despertar nos alunos o interesse pelo saber para que ele mesmo desenvolva com criatividade e sua aprendizagem. Ele precisa também examinar a sua prática pedagógica e tentar identificar as dificuldades das crianças, para que haja uma parceria que promova a aprendizagem.

Embora seja difícil atuar em tamanha adversidade o educador precisa entender que seu papel é fundamental para o processo ensino aprendizagem. Ele exerce grande influência na vida dos alunos. Evidencia-se que os alunos disléxicos requerem uma atenção mais redobrada, já que têm esse transtorno de aprendizagem e não devem ser tratados como diferente. É preciso haver dinamismo, autenticidade e compromisso em incluir esse aluno, promovendo seu desenvolvimento.

O bom relacionamento entre professor e aluno é de extrema importância para o bom andamento da sala de aula, pois sendo assim as aulas se tornam mais agradáveis, interessantes e prazerosas. Evidencia-se também a necessidade de que as metodologias utilizadas para trabalhar devem ser diferenciadas de forma que os alunos possam aprender, as atividades a serem trabalhadas também devem ser adequadas às necessidades do aluno.

Apesar das barreiras que a dislexia impõe tanto ao professor quanto ao aluno, é possível que a aprendizagem aconteça, desde que o educador saiba valorizar as habilidades do aluno e estimulá-lo à leitura. Percebe-se que o aluno pode não se tornar um exímio leitor, mas poderá adquirir a habilidade necessária para sua continuidade nos estudos. Os alunos com dislexia precisam ser diagnosticados e terem um laudo médico, para que se possa organizar uma equipe multidisciplinar, que o acompanhará e o estimulará a desenvolver suas potencialidades.

REFERENCIAS

ARAUJO, L. C. de; ARAPIRACA, M. de A. GT 10**: Letramento em múltiplas dimensões. Jogos e Materiais para alfabetização em contextos de múltiplos letramentos**. I SENAL – Seminário Nacional de Alfabetização e Letramento UFS, Itabaiana, 2010

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais Brasília: MEC/SEF, 1997. 126p.

_____. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº9394/96.

CARVALHO, RositaEdiler. **Removendo barreiras para a aprendizagem: educação inclusiva.** Porto Alegre: ed.; Mediação, 2000. 10° edição

CÂNDIDO, Edilde da Conceição. **Psicopedagogia para a dislexia nas séries iniciais do ensino fundamental**. Especialização em Psicopedagogia. Universidade Cândido Mendes. Rio de Janeiro: RJ. 2013, p.13.

CUNHA, Antônio Eugênio. **Afeto e Aprendizagem: relação de amorosidade e saber na prática pedagógica**- 2 ed.. Rio de Janeiro: Wakeditora.2010.129 p.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia. Saberes Necessários à Pratica Educativa** 36. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2007

FONSECA, V.:**Introdução às dificuldades de aprendizagem**. Porto Alegre: Artes Médicas, (1995);

LANHEZ, Maria Eugênia; NICO, Maria Ângela. **Nem sempre é o que parece: Como enfrentar a dislexia e os fracassos escolares.** 1ª edição. Rio de Janeiro: ed.
Alegro, 2002. Dificuldades na aprendizagem da leitura: Teoria e prática. São Paulo: Editora Cortez, 2000;

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade: **Fundamentos de Metodologia Científica.** - 6° ed.- São Paulo: Editora: Atlas, 2005.

MARTINS, Vicente. (2003). "**Como descobrir uma criança disléxica**". http://sites.uol.com.br/vicente.martins

MOURA, Suzana Paula Pedreira Tavares de. **A dislexia e os desafios pedagógicos.** Especialização em Orientação Educacional e Pedagógica. Universidade Cândido Mendes. Niterói: RJ. 2013.

MOOJEN, S.; FRANÇA, M. Dislexia: **visão fonoaudiologia e psicopedagógico**.In: ROTTA, N. T.; OHLWEILER, L.; RIESGO, R. S. (Orgs). Transtornos de aprendizagem: abordagem neurobiológica e multidisciplinar. Porto Alegre: Artmed, 2006

OLIVER, Lou de. **Distúrbios de aprendizagem e de comportamento**. Rio de Janeiro: ed. Wak, 6° edição.2008

PRODANOV, Cristiano Cleber; FREITAS, Ernani Cesar de: **Metodologia do Trabalho Científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico** - 2ª Ed. Editora:Feevale; Novo Hamburgo. Rio Grande doSul, 2013.

RODRIGUES, Maria Zita; SILVEIRA, Leila. **Dislexia: Distúrbio de aprendizagem da leitura e escrita no Ensino Fundamental**. 24 abr. 2008

ROTTA, Newra Tellechea, Ohlweiler, Lygia, Riesgo, Rudimar Santos. **Transtornos da aprendizagem : abordagem neurobiológica e Multidisciplinar** [recurso eletrônico] – 2. ed. – Porto Alegre : Artmed, 2016.

RUIZ, João Álvaro: **Metodologia Científica: guia para eficiência nos estudos** - 6° ed.- 4 reimpr. São Paulo: Editora Atlas, 2010.

SERRA, H. e Alves, T. **Dislexia: cadernos de reeducação pedagógica**. Porto Editora,2008

SILVA, Maria Cecília Da. **Aprendizagem e problemas**. São Paulo: Ícone, 1997. Ed. ícone

SOUZA, Cristiane da Silva Nascimento de, **Entendendo a dislexia na prática: Da identificação ao tratamento**. Editora; Clube de autores, 2013

TAVARES, Hermínia Vicente, **Apoio pedagógico as crianças com necessidades educacionais especiais: dislexia**. São Paulo, 2008.

TELES, P. **Dislexia: Método Fonomímico -** Abecedário e Silabário. Lisboa: Distema, 2009

ALTUS CIÊNCIA
REVISTA ACADÊMICA MULTIDISCIPLINAR DA FACULDADE CIDADE DE JOÃO PINHEIRO

PLANO DE AULA NA PRÁTICA DOCENTE

Marilda de Souza Almeida[1]
Naiara Alves Resende[2]

Resumo: este artigo tem como objetivo geral, discorrer sobre a função do plano de aula na atividade docente e mostrar o quão grande aliado ele é para que o professor realize suas atividades pedagógicas. O planejamento por si só, é comum no dia a dia das pessoas, todo mundo projeta suas atividades durante o dia, durante mês, projeta uma viajem, uma reforma, a compra de um bem, etc., portanto ele já faz parte de nossas vidas. Vale ressaltar que todo planejamento tem que ser elaborado a partir das necessidades dos alunos, ou seja, o professor tem que conhecer qual é a realidade, qual o anseio deles para se conseguir atingir o objetivo do plano de aula. Outra questão importante é que um bom plano de aula precisa ser flexível, isso significa que ele tem que estar aberto às adaptações quando necessário, a fim de conseguir atender bem os anseios dos alunos. Discorreu-se também sobre o quão prejudiciais podem ser as aulas quando improvisadas para o processo ensino e aprendizagem.

Palavras-chave: Plano de aula. Professor. Aluno.

Abstract: This article has as its general objective, discuss the function of the lesson plan in the teaching activity and show how great ally it is for the teacher to perform his pedagogical activities. Planning by itself is common in people's daily lives, everyone projects their activities during the day, during the month, projects a trip, a renovation, the purchase of a good, etc., so it is already part of our lives. It is noteworthy that all planning has to be elaborated based on the needs of the students, that is, the teacher has to know what the reality is, what their longing to achieve the goal of the lesson plan. Another important issue is that a good lesson plan needs to be flexible, it means that it has to be open to adaptations when necessary, in order to be able to meet the desires of the students well. It was also said about how harmful classes can be when improvised for the teaching and learning process.

Keywords: Planning. Teacher. Student

[1] Graduação em Normal Superior- Centro Universitário de Patos de Minas – UNIPAM. Especialização em Docência do Ensino Superior – Faculdades Integradas de Jacarepaguá. Especialização em Psicopedagogia – Universidade Castelo Branco. Especialização em Supervisão Escolar – Faculdades Integradas de Jacarepaguá. Especialização em Metodologia do Ensino e Tecnologia para Educação a Distância – Faculdade Cidade de João Pinheiro. Professora Aposentada da Educação Básica –; Secretaria do Estado de Educação de Minas Gerais. Professora do curso de Pedagogia da Faculdade Cidade de João Pinheiro. Coordenadora Pedagógica da Secretaria Municipal de Educação de João Pinheiro MG. E-mail: professoramarildasouza@gmail.com

[2] Graduada em Ciências Contábeis – Unopar – Universidade Norte do Paraná. Pós-graduada em Tutoria em Educação a Distância e Docência do Ensino Superior pela Faculdade Futura – Votuporanga SP. Secretária na Escola Municipal Frei Patrício, João Pinheiro MG. E-mail: naiararesendemg@gmail.com

Recebido em 30/09/2019
Aprovado em 15/10/2019

INTRODUÇÃO

"Eu cheguei à conclusão de que um grande professor é um grande artista (...). Ensinar pode até mesmo ser a maior das artes, já que o meio é o espírito e a mente humana." John Steinbeck, escritor

O ato de planejar é um exercício diário na vida do ser humano, é um hábito necessário e constante. O dia começa a partir de um planejamento: levantar, se arrumar, tomar o desjejum, trabalhar, participar de uma reunião, encontrar-se com os amigos no *Happy Hour*, enfim, todas as ações humanas passam primeiramente pelo planejamento, cujo intuito maior se assenta no desejo de alcançar objetivos para aquele dia ou para projetos a curto, médio ou longo prazo. Segundo Menegolla e Sant'Anna:

> A pessoa que pensa sobre seu dia está planejando o seu dia. Esta é uma tarefa da pessoa, da simples e da analfabeta, ou do letrado, do sábio, do cientista, do técnico, do especialista: enfim, todos pensam e planejam o seu dia. Pensar o dia-a-dia é planejar a nossa ação para atingir os nossos desejos. (MENEGOLLA E SANT'ANNA, 2002, p. 16).

Em se tratando da educação escolar não é diferente. As ações educativas, assim como o transcorrer da vida, carecem de planejamento e organização tanto na área administrativa quanto na área pedagógica.

No âmbito da sala de aula, o planejamento se faz via plano de aula e constitui-se tarefa do professor, sendo imprescindível para o bom desempenho docente, o controle sobre o processo educativo e se torna facilitador e estimulador da participação e envolvimento dos alunos.

O planejamento é um grande aliado do docente para que ele atinja seus objetivos em sala de aula. A performance do professor, o envolvimento positivo dos alunos nas atividades pedagógicas e disciplina dos educandos dependem de maneira expressiva da capacidade de planejar do professor.

Um bom plano de ação didática deve ser estruturado e ao mesmo templo flexível, pois no decorrer da aula, situações inusitadas e não planejadas podem surgir e nesse sentido é importante que o educador seja capaz de realizar adequações no seu plano de trabalho de maneira a garantir o interesse e as necessidades dos alunos, aproveitando o momento exato em que surgirem, mas sem perder o foco sistêmico e o zelo pela qualidade do ensino. Para Costa (2018):

> A verdadeira educação é aquela que garante a qualidade de ensino a cada um de seus alunos, reconhecendo e respeitando a diversidade e respondendo de acordo com as potencialidades e necessidades deles. (COSTA, 2018, p 11).

Na elaboração do plano de ação didática, o professor deve levar em conta a pluralidade cultural, social e cognitiva. É preciso prever a diversidade no contexto educacional de forma a garantir o direito à aprendizagem a todos os educandos e atender às especificidades presentes na ambiência da sala de aula.

Nesse sentindo, os rumos da educação têm se tornado bastante desafiadores, exigindo do professor formação e atualização contínua para estar bem preparado e seguro ao ministrar suas aulas por meio de um trabalho sistematizado e eficaz capaz de atender bem as demandas e anseios da comunidade escolar potencializando a aprendizagem na oferta de uma educação de qualidade.

José Carlos Libâneo, em seu livro Didática, afirma a importância do planejamento bem organizado e bem dosado. Para esse autor (2006, p. 222) *"*o planejamento é um processo de racionalização, organização e coordenação da ação docente, articulando a atividade escolar e a problemática do contexto social."

Um bom planejamento é imprescindível para que o educador organize sistematicamente seu trabalho. Do contrário os objetivos de aprendizagem perdem o sentido e o rigor pedagógico. Por isso, um plano de aula deve conter, ainda que de maneira sucinta, as decisões pedagógicas do professor a respeito do que ensinar, porque ensinar, para quem ensinar e como ensinar. Importante também, ressaltar que é uma ferramenta necessária para avaliar o que e como ensinou.

Finalmente, é preciso ter em mente que o planejamento das atividades pedagógicas é um instrumento valioso e imperativo para a prática docente com implicações positivas para o sucesso do discente, pois possibilita uma sequência lógica e sistemática das tarefas e estratégias que legitimam os interesses da Proposta Pedagógica e cria clima favorável à graduação dos conteúdos disciplinares a serem aplicados de acordo com o programa, mas sem perder de vista a inclusão de projetos que contemplem a diversidade e as especificidades de cada sala de aula.

PLANO DE AULA: IMPORTÂNCIA E APLICABILIDADE

Que o ato de planejar faz parte da vida humana é indiscutível. Nesse sentido é razoável questionar: é possível fazer algo sem antes ter pensado nesse algo, sem ter planejado tal ação?

Pode ser que sim, por meio do improviso, mas com certeza não terá a qualidade esperada e muito provavelmente não se atingirá metas e objetivos educacionais, o que de certa forma contradiz a responsabilidade do Poder Público e da Família de ofertar a educação como direito subjetivo de qualquer cidadão.

De acordo com o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos, (PNEDH, 2013):

> A educação é compreendida como um direito em si mesmo e um meio indispensável para o acesso a outros direitos. A educação ganha, portanto, mais importância quando direcionada ao pleno desenvolvimento humano e às suas potencialidades, valorizando o respeito aos grupos socialmente excluídos. Essa concepção de educação busca efetivar a cidadania plena para a construção de conhecimentos, o desenvolvimento de valores, atitudes e comportamentos, além da defesa socioambiental e da justiça social. (PNEDH, BRASIL, 2013, p. 17).

Se por um lado, a escola existe para cumprir esse direito, é fato que não traz em si somente a questão legal, mas um direito do ser humano em ser inserido em um espaço facilitador do seu desenvolvimento pessoal, social, cultural.

No contexto atual, a escola inclusiva, é uma instituição que deve acolher todos os alunos, proporcionar interação, liberdade de expressão, tolerância e respeito entre os variados grupos sociais no ambiente escolar.

O desafio do professor se torna grande frente às mudanças sociais que vem ocorrendo, principalmente com relação à legislação e modernização do modelo de sociedade. Estas transformações impulsionam o ensino a se adaptar às novas realidades e o professor é questionado sobre seus métodos, postura e estratégias. Espera-se do profissional da educação dinamismo, competência e inovação, o que implica em um bom planejamento das ações educacionais.

Assim é a vida, assim é a escola, assim é a sala de aula.

Pensar na qualidade da ação escolar exige cuidado e organização. A escola se organiza administrativa e pedagogicamente e nesse último viés José Carlos Libâneo propõe um planejamento em três categorias: o Plano da Escola, o Plano de Ensino e o Plano de Aula.

Libâneo (2006) define essas divisões da seguinte forma:

> Plano da Escola: é um documento mais global: expressa as orientações gerais que sintetizam, de um lado, as ligações da escola com o sistema escolar mais amplo, e, de outro, as ligações do projeto pedagógico da escola com os planos propriamente ditos. Plano de Ensino: é a previsão dos objetivos e tarefas do trabalho docente para um ano ou semestre [...]

> Plano de Aula: é a previsão do desenvolvimento do conteúdo para uma aula ou conjunto de aulas e tem um caráter bastante específico. (LIBÂNEO, 2006, p. 225.)

No entanto, não trataremos, no âmbito deste texto, as especificidades das três modalidades. Pretendemos com este estudo, detalhar, embora de forma sucinta, os aspectos relevantes para o Plano de Aula propriamente dito, com aplicabilidade diretamente no chão da sala de aula.

Para as demandas pedagógicas entra em cena a figura do professor. E quando se trata da sala de aula, o plano de aula, como parte inerente do planejamento geral, se torna indispensável.

O plano de aula é um guia para o professor, tem a função de bússola e projeta uma ação futura. Se bem elaborado direcionará os trabalhos em sala de aula, garantindo já parte do sucesso docente. A Lei das Diretrizes e Bases da Educação, LDB, nº 9.394/96, (BRASIL, 1996) em seu artigo 13º, inciso II determina que o docente esteja incumbido de "elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino" e em seu artigo 12º, inciso IV, estabelece que a escola tenha que "velar pelo cumprimento do plano de trabalho de cada docente". Portanto, a elaboração do plano de aula pelo professor, bem como a fiscalização do cumprimento dele pela escola, é previsto pela LBD, fato este, que nos esclarece que tal função não é uma escolha do professor, mas uma determinação que tem que ser cumprida, mas que precisa ser entendida como uma ferramenta que se bem intencionada com um sentido definido, e objetivo explícito sobre o que se quer dar a conhecer, constrói uma relação de autoridade e significado para todos os sujeitos do processo educativo. A respeito da importância do plano de aula, Fusari, (2008) ressalta:

> "O preparo das aulas é uma das atividades mais importantes do trabalho do profissional de educação escolar. Nada substitui a tarefa de preparação da aula em si. (...) faz parte da competência teórica do professor, e dos compromissos com a democratização do ensino, a tarefa cotidiana de preparar suas aulas (...)" (FUSARI, 2008, p.47)

Ao abordar os planos de aula, percebemos que há muitos profissionais que deflagram discursos queixosos. Afinal de contas, eles equacionam os planos às tarefas burocráticas, chatas e pouco proveitosas na vida real. Mas será que a elaboração dos planos tem de ser assim, entendida como obrigatoriedade e cumprimento da lei? Será que esses documentos não podem, de verdade, qualificar e melhorar o trabalho dos professores e a receptividade cognitiva dos alunos? Segundo Vasconcellos (2002, p.149): "o Plano de Aula deve ser feito, antes de mais

nada, como uma necessidade do professor e não por exigência formal da coordenação ou direção."

O plano de aula é um norte seguro para o professor e sua preparação mantém estreita ligação com a resposta que os alunos dão ao processo ensino aprendizagem, por isso precisa ser bem elaborado, caracterizar-se pela criatividade e dinamismo, bem como prever e atender as reais necessidades da turma. Libâneo (1992), afirma que:

> A ação de planejar, portanto, não se reduz ao simples preenchimento de formulários para controle administrativo; é antes, a atividade consciente de previsão das ações docentes, fundamentadas em opções político-pedagógico, tendo como referência permanente as situações didáticas concretas, isto é, a problemática social, econômica, política e cultural que envolve a escola, os professores, os alunos, os pais, a comunidade, que interagem do ensino. (LIBÂNEO, 1992, p. 222).

O trabalho pedagógico docente se bifurca em duas dimensões: a prática propriamente dita aplicada na sala de aula e a segunda dimensão se refere ao preparar o conteúdo por meio de atividades e estratégias, "o planejar essas aulas", que requer reflexão e eleição para a transposição didática. Sem esta ação de planejamento fica muito difícil atingir os objetivos da proposta pedagógica. É interessante lembrar que um bom planejamento precisa ser flexível, ou seja, caso ocorra alguma necessidade o professor deve fazer as adequações dos elementos que surgirem, aproveitando o momento presente para agregar situações de interesse dos alunos ou da ordem do dia, sempre com o intuito de melhor contribuir para o sucesso escolar do discente.

O que não se pode prescindir é de que o docente tenha esse escopo do que vai trabalhar naquele momento, ainda que situações inesperadas joguem por terra parte ou até mesmo todo o planejamento.

O Plano de Aula é um elemento essencial na organização diária das atividades que serão desenvolvidas pelo professor em sala de aula durante todo o ano letivo. É uma atribuição do profissional docente em educação, que irá traçar os objetivos de aprendizagem e como eles serão alcançados. Esse instrumento deve conter em seu detalhamento o passo a passo da aula: o cabeçalho, as disciplinas, conteúdos, eixos e capacidades, o desenvolvimento de todas as atividades, os recursos, avaliação, bem como a referências bibliográficas.

Apesar de ser uma ferramenta que descreve detalhadamente os elementos necessários para o desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem, o professor não deve ficar refém dela, é importante ressaltar que sempre que surgirem situações extraordinárias e não planejadas para aquele momento, é preciso parar e permitir a mudança de direção do trabalho docente,

desde que os novos rumos sejam significativos para a construção do conhecimento e crescimento dos alunos.

Outro ponto que merece reflexão diz respeito ao fato de que um plano de aula deve ser elaborado especificamente para determinada turma. Não se ministra o medicamento de um paciente a outro sem orientação médica, ainda que os sintomas sejam parecidos. Assim é na medicina, assim deve ser na educação. Cada sujeito possui um estilo cognitivo e está em um estágio do processo de aprendizagem. As turmas são como as pessoas: diferentes em raciocínio, lógica, interesses pessoais, cultura, enfim, o plano de aula deve ser elaborado e aplicado diariamente com vistas a atender um público alvo específico.

AULA DE IMPROVISO

O planejamento não é unanimidade entre pedagogos. Enquanto alguns não abrem mão de registrar sua rotina em sala de aula detalhadamente, outros defendem que trabalham melhor improvisando, alterando suas atividades de acordo com a resposta da turma. Esses encaram as tabelas e agendas impostas pela escola como uma burocracia sem real necessidade.

Apesar do grau de importância atribuído ao plano de aula, alguns professores optam por lições improvisadas, o que nem sempre converge para o sucesso da aula, resultando em atividades desenvolvidas de forma desorganizada e sem sequência didática, não produzindo os frutos pedagógicos esperados. Resultados assim geram descrédito do trabalho docente e de certa forma, anulam a estimulação discente contribuindo para o insucesso escolar.

Para Schmitz (2000):

> Qualquer atividade, para ter sucesso, necessita ser planejada. O planejamento é uma espécie de garantia dos resultados. E sendo a educação, especialmente a educação escolar, uma atividade sistemática, uma organização da situação de aprendizagem, ela necessita evidentemente de planejamento muito sério. Não se pode improvisar a educação, seja ela qual for o seu nível. (SCHMITZ, 2000, p. 101).

A escola deve ser uns lócus onde se estimula a imaginação e a criatividade, mas um mínimo de organização e sistematização prévias devem ser consideradas positivas para que a rotina do professor se estabeleça como arranjo pedagógico e não como uma necessidade burocrática. Saber qual o objetivo daquela lição e quais os conteúdos atrelados a ela, permite que a aula se desenrole sem surpresas e o educando sinta-se seguro para construir significado dentro do contexto proposto. Além disso, um educador que conhece bem seu cronograma e

recursos, consegue administrar facilmente os improvisos, brincadeiras e curiosidades que surgem durante as aulas. Para Vasconcellos (2002):

> Se não há planejamento, corre-se o risco de se desperdiçarem oportunidades muito interessantes. Não dá para dar aula improvisando, em *off* e se não ficar boa, 'regravar' (como nos programas de televisão). Não planejar pode implicar perder possibilidades de melhores caminhos, perder pontos de entrada significativos. (VASCONCELLOS, 2002, p. 148).

Improvisar uma aula ou fazê-la de qualquer jeito, é não se preocupar com o aprendizado dos alunos e nem com a produção dos frutos da ação pedagógica. Não é prudente para a identidade de um profissional da educação, podendo comprometer tanto sua carreira quanto a construção do saber por parte do educando. Como mencionado pelo autor, na falta do planejamento o professor perde as oportunidades únicas que aparecem a cada dia, pois a aula acontece em tempo real, uma perda que o aluno tiver por causa do despreparo do professor, será prejuízo para seu envolvimento positivo com o processo ensino e aprendizagem.

Uma boa disciplina e envolvimento positivo da turma com a atividade pedagógica dependem, em grande escala da competência do professor, em planejar e elaborar as atividades. Essa deve ser uma justificativa plausível para o cumprimento do ato de planejar, uma vez que o profissional comprometido com suas verdadeiras funções se coloca a serviço de uma educação de qualidade, entendendo aqui, que para se ensinar e aprender, é necessário disciplina e cumplicidade de todos os envolvidos na relação educacional.

Uma ideia brilhante do aluno pode ser alvo de improviso. Situação bastante corriqueira no espaço da sala de aula. O professor poderá sim, abrir espaço a esse insight, mas desde que haja um eixo articulador entre o planejamento e o conteúdo a ser incluído. Caso contrário não haverá sintonia entre os conteúdos e o resultado do trabalho poderá ficar comprometido.

Enfim, é preciso equilíbrio para percorrer o ano letivo sabendo mesclar as atividades essenciais com eventuais mudanças de percurso que se fizerem necessárias para o cumprimento do programa, mas com vistas no objetivo final. O mais importante é saber planejar e (re)planejar continuamente, estabelecer prioridades e, principalmente, nunca deixar de levar em conta as características e necessidades de aprendizagem dos estudantes.

Considerar o que os alunos já sabem, o que devem aprender, a série, faixa etária, o nível de desenvolvimento individual, a relevância do conteúdo para a turma, a avaliação dos alunos e a auto avaliação docente é uma estratégia que não pode ser abandonada, ao contrário, deve-se potencializar esses cuidados, para garantir um trabalho eficiente e apostar na excelência educacional.

ESTRUTURA BÁSICA DO PLANO DE AULA

O planejamento da aula é de fundamental importância para que se atinja êxito tanto no processo ensino, que, em linhas gerais é de competência do professor, quanto para a aprendizagem, que é função básica do aluno.

A sua ausência pode ter como consequência, aulas monótonas, desestimulantes e desorganizadas, desencadeando o desinteresse dos alunos pelo conteúdo, resultando em processos maus construídos ou ainda na não aprendizagem por parte do educando.

O Plano de Aula, por ser um instrumento de organização do trabalho pedagógico deve conter o passo a passo da aula. Embora a construção do Plano de Aula não seja uma atividade neutra e inocente, porque expressa a concepção de cada professor sobre o ato de educar, alguns elementos são, em ordem geral, fundamentais para todo e qualquer planejamneto. Entre eles podemos citar, dentre outros:

- clareza e objetividade;
- atualização do plano periodicamente;
- conhecimento dos recursos disponíveis da escola;
- noção do conhecimento que os alunos já possuem sobre o conteúdo abordado;
- articulação entre a teoria e a prática;
- utilização de metodologias diversificadas, inovadoras e que auxiliem no processo de ensino-aprendizagem;
- sistematização das atividades com o tempo da aula:
- flexibilidade frente a situações imprevistas e as planejadas;
- atitude de pesquisa buscando diferentes referências, como revistas, jornais, filmes, vídeos, músicas, entre outros;
- elaboração de aulas de acordo com a realidade sociocultural dos estudantes;
- avaliação como um ponto forte do ato de planejar.

Os elementos citados são importantes para um bom planejamento, mas podem ser suprimidos ou ainda ampliados, de forma a garantir adequação positiva no trabalho pedagógico docente e um acolhimento significativo por parte do aluno.

Abaixo apresentamos uma estrutura básica de plano de aula com base nos conceitos abordados por Vasconcellos (2002):

Plano de Aula:
Assunto: indica o tema a ser trabalho na sala de aula.
Necessidade: aqui é uma justificativa do tema após uma observação de como se encontra a turma.
Objetivo: o que se pretende atingir com essa aula.
Conteúdo: indicar o conteúdo propriamente dito a ser trabalhado.
Metodologia: indicar qual será a metodologia usada para trabalhar essa aula, quais atividades realizadas.
Tempo: determinar quanto tempo será necessário para concluir essa aula.
Recursos: indicar quais recursos didáticos serão usados. (filmes, vídeos, data show, quadro de giz, auditório, etc.).
Avaliação: definir qual será a forma de avaliação dessa aula.
Tarefa: prever uma atividade para ser realizada fora da sala de aula, com o intuito de o aluno reforçar o que foi visto em sala.
Observação: registrar particularidades vivenciadas pelos alunos na execução do plano de aula, a reflexão do professor do que deu certo, o que pode melhorar, ou algo que seja pertinente.

Fonte: Vasconcellos (2002, p. 149-151)

Esse modelo apresentado é uma sugestão de plano de aula, não está pronto e acabado, o professor é livre para adaptá-lo à realidade de sua escola, de seus alunos, e de acordo com a metodologia escolhida, mas de maneira geral é uma estrutura que pode gerar um bom plano de aula.

O professor deve elaborar o plano de aula a partir de uma visão geral da realidade de cada aluno, proporcionando oportunidades para que eles expressem suas ideias e opiniões, valorizando a diversidade social e cultural e as particularidades do seu grupo de trabalho.

> Planejar é elaborar o plano de intervenção na realidade, aliando às exigências de intencionalidade de colocação em ação, é um processo mental, de reflexão, de decisão, por sua vez, não uma reflexão qualquer, mas grávida de intenções na realidade (VASCONCELLOS, 2000, p.43)

É preciso ter em mente que aulas bem planejadas, dinâmicas e contextualizadas, que objetivam o desenvolvimento de competências e habilidades básicas, além de expressarem um profundo respeito ao educando, são iscas fundamentais para a conquista do aluno, bem como o seu sucesso e a sua permanência na escola.

CONCLUSÃO

A educação tem papel fundamental para a formação de homens pensantes e que buscam a realização de vida em plenitude. O que se aprende na escola terá grande influência nas escolhas dos sujeitos aprendentes e poderá contribuir para o desenvolvimento desses sujeitos positivamente.

É dever do estado e da família zelar pela educação de seus filhos, mas não se pode prescindir da influência potencial do professor no decorrer da vida estudantil.

Uma carreira estudantil promissora depende em grande parte da capacidade de o professor de assumir uma docência consciente e responsável, e no que tange a isso, um ponto básico a ser considerado para um bom profissional é a capacidade de se organizar e organizar o processo ensino e aprendizagem.

Aqui entra o planejamento. Não se concebe ensinar sem saber e nem sem definir critérios e seleções de aplicação de atividades. Aprender a ler, escrever, dominar operações básicas não é tarefa fácil. Ao contrário, é um exercício que requer sistematização, sequência e muito comprometimento. Sem previsão esse processo se torna ainda mais complexo.

Uma educação de qualidade só será alcançada com a participação consciente do professor, quando ele entende sua função e coloca em prática conhecimentos e buscas e está disposto a dar sua contribuição valiosa na construção do saber. Tudo isso é possível por meio de aulas bem elaboradas e planejadas com critérios pedagógicos rigorosos. É preciso assim, considerar a seriedade de se fazer um plano de aula cuidadoso e condizente com a realidade daqueles envolvidos no processo escolar.

A partir do que foi apresentado nesse artigo, entende-se que, o plano de aula se torna indispensável para a prática docente, visto que ele indica o norte e estabelece o ponto que se quer atingir. Bem elaborado, possibilita uma visão ampla a respeito dos conteúdos a serem trabalhados, da programação a ser seguida em sala de aula, permitindo adaptações quando necessárias.

O artigo deixou claro também que, quando o professor deixa de planejar suas aulas, por vários motivos, talvez porque já tenha muitos anos de experiência ou por desleixo pedagógico, o objetivo final do ensino fica comprometido, ocasionando aulas fragmentadas, inconsequentes e perdas significativas na aprendizagem dos alunos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos.**2ª ed. Brasília, DF: Secretaria de Direitos Humanos, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, UNESCO, 2013, p. 17.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 26 jun. 2014. Disponível e: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm>. Acesso em 17/03/19.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível e: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm>. Acesso em 17/03/19.

COSTA, M. T. deA. **Formação Docente para a Diversidade**. 2ª ed. Curitiba, PR: IesdeBraisl, 2018, p. 11.

FUSARI, J. C. **O Planejamento do trabalho pedagógico:** algumas indagações e tentativas de respostas. Disponível: <www.crmariocovas.sp.gov.br/pdf/ideias_08_p044-053_c.pdf> Acesso em 08/04/2019.

LIBÂNEO, J. C. **Didática.** Ed. Cortez. SP. 2006.

LIBÂNEO, J. C. **Organização e gestão escolar:** teoria e prática. 4. Ed. Goiânia, GO: Alternativa, 1992, p. 222.

MENEGOLLA, M.; SANT'ANNA, I. M. **Por que Planejar? Como Planejar?** 12ª ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2002. p.16.

NOVA ESCOLA. **Celso dos Santos Vasconcellos fala sobre planejamento escolar.** Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/296/planejar-objetivos>. Acesso em: 16 abr. 2019.

SCHMITZ, E. **Fundamentos da Didática.** 7ª Ed. São Leopoldo, RS: Editora Unisinos, 2000, p. 101.

VASCONCELLOS, C. dos S. **Planejamento:** Projeto de Ensino-Aprendizagem e Projeto Político-Pedagógico. 10ª ed. São Paulo, SP: Libertad, 2002, p. 148-151.

HISTÓRIA

ALTUS CIÊNCIA
REVISTA ACADÊMICA MULTIDISCIPLINAR DA FACULDADE CIDADE DE JOÃO PINHEIRO

REPRESENTAÇÕES DE ACADÊMICOS DO NOROESTE DE MINAS NO QUE TANGE AO PATRIMONIO CULTURAL

Giselda Shirley da Silva[1]
Vandeir José da Silva[2]

Resumo: O artigo discute o entendimento de acadêmicos sobre patrimônio cultural e a importância de se trabalhar a educação patrimonial no contexto educacional a partir de um estudo realizado com alunos dos cursos de licenciatura do Noroeste de Minas Gerais. O objetivo foi conhecer quais as representações eles veiculam sobre o patrimônio cultural e sua contribuição na construção das identidades e preservação dos bens culturais da região. A pesquisa foi realizada no viés qualitativo por meio da pesquisa de campo com aplicação de questionários a 20 acadêmicos do Noroeste. A investigação no campo desvelou que diversos sentidos são atribuídos ao termo patrimônio, sendo percebida a sua relevância na constituição das identidades e o reconhecimento da educação no processo de formação para a valorização e cuidado com o patrimônio.

Palavras-chave: Patrimônio cultural. Educação Patrimonial. História Local

Abstract: The article discusses the understanding of academics about cultural heritage and the importance of working on heritage education in the educational context based on a study with undergraduate students from the Northwest of Minas Gerais. The objective was to know what representations they convey about the cultural heritage and its contribution to the construction of identities and preservation of the cultural assets of the region. The research was conducted in the qualitative bias through field research with questionnaires applied to 20 Northwestern academics. Research in the field has revealed that several meanings are attributed to the term heritage, being perceived its relevance in the constitution of identities and the recognition of education in the process of formation for the valuation and care with heritage.

Keywords: Cultural heritage. Heritage Education. Local History

[1] Doutoranda - Universidade de Évora/Universidade de Lisboa - Portugal. Pesquisadora Integrante- CIDEHUS-UE - Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades da Universidade de Évora. Mestre em História Cultural pela Universidade de Brasília-(UnB). Membro do projeto de pesquisa - Educação, História, Memória e Cultura em Diferentes Espaços Sociais – PUC - Pontifícia Universidade Católica de Goiás. E-mail: giseldashyrley@hotmail.com

[2] Doutorando pela Universidade de Évora/Universidade de Lisboa, Portugal. Pesquisador Integrante do CIDEHUS – UE, Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades da Universidade de Évora. Mestre em História Cultural pela UnB, Universidade de Brasília. Membro do projeto de pesquisa Educação, História, Memória e Cultura em Diferentes Espaços Sociais da PUC, Pontifícia Universidade Católica de Goiás. E-mail: vandeirj@hotmail.com

Recebido em 10/10/2019
Aprovado em 01/11/2019

Introdução:

Este texto resulta de uma pesquisa feita com acadêmicos de cursos de Licenciatura do Noroeste de Minas acerca do entendimento do que é patrimônio cultural, a importância dessa reflexão no processo educativo, bem como, para o conhecimento da história local.

Justificamos o interesse pela temática por atuarmos como docentes em curso de formação de professores e compreendermos ser fundamental que os alunos das licenciaturas reflitam e percebam como a educação patrimonial traz contributos no processo de formação dos diferentes indivíduos e na constituição da identidade dos discentes. Assim, a pesquisa de campo desenha um diagnóstico que possibilita entender o contexto, constituindo-se também em um ponto de inflexão para o desenvolvimento de ações educativas envolvendo este público-alvo, pois, os autores, são membros do Conselho Municipal de Patrimônio Cultural de João Pinheiro e podem desenvolver projetos de educação patrimonial que estimulem a pensar/repensar sobre o papel do professor nesse despertar para o conhecimento da história local e preservação dos bens culturais.

O objetivo do trabalho foi analisar a percepção/representação de acadêmicos acerca do que é patrimônio cultural e a importância do conhecimento/ensino acerca da história e educação patrimonial para a formação do indivíduo. Desdobra-se assim, dos objetivos que nortearam este trabalho, a intenção de compartilhar o resultado da pesquisa com o público acadêmico.

Para a realização do estudo, as indagações apresentadas foram: Qual o entendimento dos acadêmicos sobre o patrimônio cultural? Qual a importância de se divulgar o patrimônio para a preservação da memória e história local? Por fim indagamos: Qual a importância do professor de História conhecer sobre o patrimônio cultural de sua localidade?

Partimos do argumento de que o entendimento da importância de conhecimentos sobre o patrimônio cultural, possibilita sua (re)valorização e, como consequência, a atribuição de valores a cultura e aos bens culturais, saberes esses que podem ser repassados na sala de aula conduzindo os alunos uma prática cidadã. Em outros termos, o sentimento de pertença a um grupo, a uma cidade estimula a participação coletiva em práticas de preservação do patrimônio.

Este texto foi redigido com a intenção de colaborar com as discussões acerca do entendimento do patrimônio cultural na percepção de professores em formação, partindo do pressuposto de que é fundamental que se conheça a importância de se trabalhar a educação patrimonial no contexto da educação básica.

A investigação tecida no viés qualitativo foi realizada com pesquisa de campo envolvendo 20 acadêmicos de cursos de Licenciatura do Noroeste de Minas em 2018. Estes eram alunos de períodos e cursos diversos, sendo escolhidos aleatoriamente para participarem do estudo. Foram aplicados 20 questionários sendo os resultados fundamentais para percebermos diferentes representações acerca do patrimônio cultural.

Patrimônio cultural: uma breve discussão

Nesse subitem dedicamos a pensar sobre o patrimônio cultural e as formas de apreensão do mesmo por alunos de cursos de licenciatura. Buscando entender a dinamicidade do processo, observamos que patrimônio se constitui em um legado que está intimamente ligado a história e cultura, fazendo-se necessário pensar sobre a atribuição de sentidos ao mesmo. Cultura é um termo polissêmico, mas, na polissemia de que se reveste o termo, fundamentamos nas palavras de Canclini que afirmou ser a cultura um "conjunto de processos sociais de produção, circulação e consumo da significação na vida social" (CANCLINI, 2015, p. 41). Assim, entendemos que ela perpassa por toda a sociedade e se reveste de vários sentidos, constituindo-se em um legado recebido e repassado, todavia, reconstruído na dinamicidade do processo.

Fonseca (2004) define patrimônio como tudo aquilo que criamos, valorizamos e queremos preservar: constitui-se dos monumentos e obras de arte, incluindo também festas, músicas, danças, comidas, saberes, fazeres, crenças, folguedos, falares, concluindo que ai está inserida toda produção humana, seja ela produzida através das mãos, das ações, ideias, crenças, fantasias, sonhos. Nessa perspectiva, patrimônio "São os monumentos e obras de arte, e também as festas, músicas e danças, os folguedos e as comidas, os saberes, os fazeres e os falares." (FONSECA, 2009, p.21) Assim, o patrimônio é constituído de bens materiais e imateriais.

A definição do que seria patrimônio cultural brasileiro é uma construção histórica e tem sido (re) vista ao longo do tempo. A Constituição Brasileira no art. 216 definiu que:

> Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:
> I - as formas de expressão;
> II - os modos de criar, fazer e viver;
> III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;
> IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
> V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

> § 1º - O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.
> § 2º - Cabem à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem.
> § 3º - A lei estabelecerá incentivos para a produção e o conhecimento de bens e valores culturais.
> § 4º - Os danos e ameaças ao patrimônio cultural serão punidos, na forma da lei.
> § 5º - Ficam tombados todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos.

Entendendo a importância de conhecer sobre o patrimônio cultural, pensamos ser sumamente importante abordarmos a educação patrimonial no processo de divulgação dos bens culturais, devendo ser um trabalho constante e contínuo. Faleiro e Rangel (2003) tecem importantes considerações sobre a educação patrimonial.

> A Educação Patrimonial deve ser entendida como um conjunto organizado de procedimentos e ações que tem como principal objetivo a valorização dos indivíduos e das comunidades e toda a sua produção cultural. É um processo de autoeducação e sensibilização que visa a eliminar a miopia cultural, despertando sentimentos e conhecimentos adormecidos que fortalecerão o senso de pertencimento, de compreensão, de responsabilidade dos indivíduos como elementos de um grupo, sociedade, comunidade e lugar, utilizando para esse fim o seu acervo cultural. Seus princípios norteadores são a descoberta e a construção em conjunto, motivadas pela observação, apreensão, exploração e a apropriação criativa do conhecimento, na busca da compreensão da condição individual e coletiva e o aprimoramento da vida em sociedade, promovendo a sensibilização da sociedade para uma mudança de atitude: de espectadores da proteção do patrimônio para atores desse processo. (FALEIRO; RANGEL, 2013, p. 209)

O conhecimento relacionado ao patrimônio, fortalece as identidades individuais e coletivas, cimentando o sentimento de pertencimento ao local e história.

Para conhecer as diferentes representações dos alunos sobre o tema em estudo, foram feitas três perguntas abertas destinadas aos acadêmicos e as respostas transcritas na íntegra. Visando manter o anonimato, os acadêmicos foram identificados por números.

A primeira questão apresentada aos acadêmicos foi sobre a percepção dos mesmos sobre o que é patrimônio cultural. Observamos que o entendimento do termo é representado de diferentes formas, havendo em algumas respostas, a relação com a história e identidade local, conforme podemos perceber:

> *É um conjunto de elementos arquitetônicos que tem o objetivo de preservar a identidade histórica de um lugar, igrejas, casarões, museus, ruas. No Brasil são principalmente do período Colonial. (Acadêmica nº 13)*
>
> *Patrimônio cultural é tudo aquilo que uma cidade tem de memória, do seu passado, dos acontecimentos que mantém a preservação da própria história. (Acadêmica nº 14)*
>
> *Patrimônio cultural no meu ver são relíquias deixadas do passado no qual nos traz vários conhecimentos sobre a cultura de um povo que devemos preservar. (Acadêmico nº 08)*
>
> *Patrimônio cultural pode ser definido como as heranças culturais deixadas na sociedade por determinado povo, que com o passar do tempo passa a ter significação na forma das expressões, valorizando a cultura e mostrando assim uma identidade local. (Acadêmico nº19)*
>
> *Patrimônio cultural é nada menos do que um patrimônio onde tudo tem cultura, tendências, costumes de povos, etc. (Acadêmico nº09)*

Alguns apresentaram em suas análises a relação do termo "patrimônio cultural" com os bens imóveis, com a paisagem urbana, a história e o legado do passado.

> *Patrimônio cultural é tudo aquilo que expressa à forma das casas, das pessoas viverem, becos, igrejas, costumes. (Acadêmico de nº 17)*
>
> *É todo conjunto arquitetônico ou documentos que compõem ou descrevem um determinado local ou povo. (Acadêmico de nº 16)*
>
> *Patrimônio cultural são os bens tombados para serem preservados na memória histórica. E um conjunto arquitetônico preservado com o objetivo de manter a forma original para que façam parte da cultura de um povo e para serem conhecidos pelas gerações futuras. (Acadêmica nº20)*
>
> *É o conjunto arquitetônico de uma cidade, a sua cultura e identidade. (Acadêmica nº22)*
>
> *E o conjunto arquitetônico de toda uma cidade, que conta a história do seu povo, sua cultura. (Acadêmico nº11)*
>
> *Trata-se de construções ou espaços antigos que já representaram algo de importante para determinado lugar que é tombado como patrimônio histórico. (Acadêmico nº10)*

Observamos nas respostas apresentadas acima a relação do patrimônio com paisagens urbanas, arquiteturas, espaços de sociabilidade e que possuem representatividade, dotando estes lugares de carga simbólica que os diferencia e identifica num contexto mais amplo. Muitos lugares considerados patrimônio cultural, são também entendidos na perspectiva de Pierre Nora (1993/1997) como "lugares de memória", contribuindo para o conhecimento e a divulgação da história. Acerca desses lugares na cidade, Pesavento ao escrever sobre a história, memória e

centralidade urbana, afirmou que "uma cidade é, pois, detentora de história e memória, assim como também o é desta comunidade simbólica de sentido a que se dá o nome de identidade." (PESAVENTO, 2008, p.04)

Um dos acadêmicos percebe o patrimônio numa relação com a materialidade, documentos e monumento. Para este, *"patrimônio cultural são todos os manuscritos, objetos ou monumentos que carregam em si lugar de intensidade, ou um grupo social, étnico, religioso e cultural."* Observamos assim, a atribuição de valor e a ligação aos diferentes grupos formadores da sociedade e seus diversos aspectos, exemplificando o religioso e cultural como elementos constitutivos do mesmo.

Já, outros acadêmicos definiram patrimônio cultural em uma perspectiva mais ampla, relacionando tanto os bens de natureza material quanto imaterial. Percebem-no em um viés coletivo.

> *O patrimônio cultural são objetos antigos, escritos, artefatos, cidades, ruas, vielas e tudo que faz parte da história local ou regional se preservam como patrimônio cultural, como a dança, comida, etc. (Acadêmico de nº 19)*
>
> *Patrimônio cultural é todo conjunto de valores históricos de uma determinada região. Pode se expressar através de grupos religiosos, artísticos, prédios e costumes de um povo. A identidade histórica de um povo é de suma importância para que este não se esqueça de seu passado. (Acadêmico de nº 15)*
>
> *Patrimônio cultural é tudo aquilo que representa a história de uma localidade ou povo, protegido como patrimônio cultural. (Jean Paulo)*
>
> *Patrimônio cultural são bens materiais ou imateriais que foram tombados por algum órgão do governo municipal, estadual ou federal, tendo como finalidade a preservação de bem. Patrimônio cultural também é o que diferencia uma cidade de outra, com suas particularidades culturais. (Filipe Gabriel)*
>
> *São os bens relacionados à cultura, as manifestações populares, cultos tradicionais, tanto materiais quanto imateriais. (Acadêmico nº03)*
>
> *É todo e qualquer bem cultural. São as manifestações, cultos, tradições, costumes. Esses bens podem ser materiais e imateriais. Os mesmos têm grande importância na cultura de um povo. Exemplo: festa de congado, folia de reis, benzimentos é patrimônio imaterial, já as igrejas do século XVIII são patrimônio material. (Acadêmico nº 06)*

Nas representações acima, notamos a percepção do patrimônio cultural ligando a identidade, como algo que identifica e simultaneamente diferencia um povo, uma comunidade. Nesse sentido, nos reportamos a Tomaz Tadeu da Silva ao afirmar que identidade e diferença são intimamente ligadas, sendo construídas e percebidas a partir da relação com o outro. Para

esse autor, a identidade também está intimamente ligada à história, sendo, "a história é a maneira pela qual as pessoas criam as identidades". (SILVA, 2007, p.79). A acadêmica identificada pelo número 16, respondeu que para ela, patrimônio cultural é o

> *(...) conjunto de todos os bens que são tradicionais, sejam eles, materiais ou imateriais, reconhecidos pela sua importância histórica e cultural e que tem um valor simbólico, que tenha a intensidade de resguardar as tradições, costumes e cultura de seu povo para que as gerações futuras possam conhecer.*

Na forma como foi representado o conceito, a acadêmica afirmou ser importante como um legado a ser repassado as gerações mais novas e relacionou ao valor simbólico. Para o acadêmico Cleber, o patrimônio cultural está conectado com as atitudes de cuidado e preservação dos bens culturais. Segundo ele, "*patrimônio é uma obra de arte construída no passado e que nós temos o prazer e dever de zelar para o futuro as pessoas poderem ver e cuidar.*"

Nas representações de alguns acadêmicos, observamos o entendimento do termo por meio do estabelecimento da afinidade com o imaterial, ou seja, com a cultura e história, sendo estes, importantes na constituição da identidade.

> *Conjunto dos bens, manifestações, cultura e tradição. (Acadêmico nº01)*
> *E o conjunto dos bens, acervo, memória, pertencentes a um município, a uma região. (Acadêmico nº02)*
> *Patrimônio cultural preserva o objeto. Faz parte de um momento histórico. (Acadêmico nº12)*
>
> *O patrimônio cultural é um conjunto de obras que são tombadas e que fazem parte da cultura. Um exemplo a Igreja Matriz de Paracatu, considerada patrimônio para a sociedade devido a sua história. É aquilo que preserva a identidade local. (Acadêmica de nº 18)*
>
> *Todo objeto, edificação que é tombada porque possui um valor histórico na região em que situa. (Acadêmico nº06)*
>
> *Patrimônio Cultural é tudo que temos preservado de uma cultura antiga. (Acadêmico nº07)*
>
> *Patrimônio Cultural no meu ver são as relíquias deixadas do passado os quais nos trazem vários conhecimentos sobre a cultura de um povo e que devemos preservar. (Acadêmico nº08)*

O acadêmico de número 15 relacionou o conceito à ação de preservar os bens culturais, exemplificando as *"construções, casas antigas, igrejas, entre outras coisas. Com isso, resgatar aquelas culturas vividas há alguns anos atrás. É poder estar presente no passado."* Concluiu

sua reflexão relacionando à perda de bens culturais importantes a falta de cuidado, tanto individual quanto coletivo, afirmando que: *"infelizmente nós perdemos um pouco do nosso patrimônio por não ter cuidado com a nossa própria história".* Para alguns, a definição de patrimônio cultural está ligada à imaterialidade, estabelecendo relação com as tradições, as crenças e a arte.

> *São todos os bens, manifestações populares, tradições, cultos reconhecidos para a importância e história regional. (Acadêmico 12)*
> *É a manifestação de um conjunto de bens da população no conceito, artístico, tradicional e cultural. (Acadêmico 13)*

Percebemos nas respostas dos acadêmicos os diferentes sentidos atribuídos ao patrimônio. Nesse sentido, buscamos inspiração nas palavras de Sandra Pesavento (2004, p.40) ao afirmar que os "indivíduos e grupos dão sentido ao mundo por meios das representações que constroem sobre a realidade". Cada um, a sua maneira interpreta e representa de forma pessoal o que patrimônio cultural, mas, de forma geral, relacionam a bens materiais e imateriais que possuem valor histórico e cultural e que precisam ser preservados e repassados como legado entre as diferentes gerações.

O segundo questionamento feito aos acadêmicos foi sobre a importância da preservação do patrimônio para a memória e história local.

> *É importante para o estudo da História. É o legado da memória cultural de seus acontecimentos. A preservação faz com que todos possam conhecer o que antes havia naquele local e o que ainda existe, possibilitando perceber a cultura deixada ali e suas mudanças. (Acadêmica nº 14)*
>
> *Com a preservação do patrimônio, dos costumes e tradições de um povo não serão esquecidos e com isso, criaremos um zelo pelo ambiente em que vivemos. Essa é uma das funções da história local. (Acadêmico nº05)*
>
> *A importância da preservação para as futuras gerações tenha esse conhecimento de tal valor cultural que o patrimônio oferece que é a beleza de nossas antigas igrejas, praças, casas antigas, entre outras. (Acadêmico nº08)*
>
> *É de vital importância que seja preservado o patrimônio histórico local para que a população possa saber de onde veio, sua atual situação dentro da história. Exemplo disso está à cidade de Ouro Preto de onde a preservação faz com que as igrejas, casas, se tornassem orgulho para o seu povo, sendo reconhecida até fora do Brasil (Acadêmico de nº 15)*
>
> *Ao preservar o patrimônio as novas gerações terão acesso a informações de seus antepassados, como também, saber definir os costumes daquele lugar ao qual está inserido. (Acadêmico de nº 16)*

> *É importante para a cidade cuidar do seu patrimônio para preservar o fortalecimento histórico e cultural para o desenvolvimento cultural e turístico da cidade. (Acadêmico nº01)*
>
> *Com a preservação do patrimônio, possibilita pesquisa, visita, entre outros, para os historiadores estudar e as pessoas conhecerem a história local. (Acadêmico nº 02)*
>
> *A importância da preservação do patrimônio histórico é manter vivo na memória do povo a cultura e tradição dos seus antepassados. É ter fatos concretos que relate a nossa história e a convicção de que surgimos de algum lugar e que ali tem um passado. Sendo assim, devemos conhecer o nosso passado, cuidar e preservar o nosso patrimônio, tanto material quanto imaterial, para nossa história nunca morra. (Acadêmico nº 03)*
>
> *Há uma grande importância na preservação do patrimônio histórico, pois é um lugar de memória de um povo. (Acadêmico nº04)*
>
> *A história de um povo está contida em objetos, costumes, casa, relatos, fotografias e outros tipos de bens. A preservação destes se faz necessário, pois eles contribuem para a construção da identidade. (Acadêmico nº 06)*

Foram abordadas pelos alunos questões relacionadas a prática pedagógica, metodologia e formas de envolvimento dos alunos, interligando ensino, cultura, identidade e memória histórica, possibilitando perceber a compreensão acerca da relação dialógica estabelecida entre estes diferentes conceitos que devem ser "caros" no ensino da história.

> *A preservação do patrimônio para a memória e história local é de grande importância, pois preservando a mesma está preservando a cultura, a história e a identidade de um povo a fim de manter aquela história preservada. (Acadêmica de nº 18)*
>
> *É importante preservar, pois através do pertencimento e da história é possível alimentar a visão do aluno sobre o que é como era... (Acadêmico nº07)*
>
> *Tão importante que ele fala por si só. O patrimônio cultural e a história local é a ação realizada ao passado que temos hoje. (Acadêmico nº04)*
>
> *A importância da preservação do patrimônio para a memória e história local é de fundamental importância no que diz respeito à valorização cultural local. Tudo aquilo que é preservado tende a ser lembrado e valorizado. Quando vemos uma construção antiga, um objeto antigo, vamos relembrando o passado eram as construções, os objetos e as coisas antigamente. (Acadêmico de nº 16)*

Nesse sentido, nos debruçamos nas palavras de Pesavento que salientou a importância de preservar os lugares que contam histórias e nos fazem (re) lembrar, "porque lembrar, evocar, preservar a memória de uma cidade, guardar ou mesmo conquistar a sua história, como

identidade, patrimônio e monumento são, antes de tudo, uma questão de cidadania e de direito. Ainda a serem ainda conquistados plenamente". (PESAVENTO, 2008, p. 11)

A terceira indagação que se colocou na pesquisa de campo aos acadêmicos foi sobre a importância do professor de História conhecer sobre o patrimônio cultural local. Refletindo sobre a questão eles responderam que:

> *Para o professor o conhecimento é à base de tudo. Conhecer suas origens, suas histórias é um suporte maior e mais amplo diante das diversidades encontradas, seja ela em sala ou em campo. Conhecer seu patrimônio local faz com que ele seja consciente que a necessidade de saber história do próprio lugar onde se vive para entender melhor a disciplina. (Acadêmica nº 14)*
>
> *É de fundamental importância que o professor de História conheça sobre o patrimônio local, pois conhecer a cultura e as características do patrimônio local é algo que valoriza o professor. Esse professor conhecendo e valorizando este tipo de conhecimento estimula os alunos a aprender também. (Acadêmico de nº 17)*
>
> *A importância de o professor conhecer seu patrimônio cultural é de muita responsabilidade porque cabe a ele repassar este conhecimento para o aluno, que pode ser um transmissor para as futuras gerações. Assim, fazendo com que os alunos gostem daquilo que ele está ensinando, os alunos irão aprender melhor sobre sua cidade e região. (Acadêmico nº08)*
>
> *É um dever do professor reconhecer o patrimônio local, tendo como fatores o enriquecimento do conhecimento profissional, conhecer a identidade e a história local. Assim, pode repassar ao público de maneira coerente o sentido e importância de preservar a história e o patrimônio local. (Acadêmico nº19)*

Refletindo sobre as representações dos acadêmicos, partimos da concepção de que a atribuição de sentidos e o conhecimento são pontos de partida para o desenvolvimento de ações voltadas para a divulgação do patrimônio cultural e que o professor pode cooperar para a construção das identidades por meio de seu trabalho e ações educativas que promovam o fortalecimento do sentimento de pertencimento. Para Gadotti (2003), é preciso haver sentido no que está sendo proposto para ensinar/aprender, caso contrário, o aluno "resistirá à aprendizagem, será indiferente ao que o professor estiver ensinando. Ele só aprende quando quer aprender e só quer aprender quando vê na aprendizagem algum sentido" (GADOTTI, 2003, p. 28).

> *Um professor de História conhecendo o patrimônio local irá zelar por documentos, monumentos e memórias que são imprescindíveis para o Marco identitário do meio que ele vive. Irá cravar raízes e lanços efetivos com sua terra e principalmente suas origens. Vai lutar pela preservação das tradições e irá repassar seu conhecimento para seus alunos. (Acadêmico nº05)*

> *É muito importante que o professor de História ter um amplo conhecimento do patrimônio local e regional, para que ele possa fazer com que seus alunos tenham reconhecimento dos seus bens. Na medida em que o aluno passa a conhecer sua história ele aflorará para a preservação do patrimônio (Acadêmica nº21)*

Para os acadêmicos citados acima, os saberes relacionados a história local são fatores motivadores para o ato de cuidar dos indícios da história, dos marcos e locais de preservação da memória, sendo este cuidado uma atitude de respeito e um ato de cidadania, pois assim, cuida-se de um legado que possibilita o sempre (re) leituras da história. Este papel na construção do conhecimento acerca da história local deve ser permeado pela pesquisa, da mesma forma que outros conteúdos, pois, como disse Paulo Freire (2009), ensinar exige pesquisa, investigação.

> *Toda a aprendizagem que o professor tem deve ser usada. Neste caso, para discorrer sobre um lugar em que está visitando o professor é de vital importância, já que deve pesquisar e dominar o assunto, acrescentando no saber do aluno todo o saber e incentivar a vontade de aprender do aluno. (Acadêmico de nº 15)*

> *O professor de História tem um papel fundamental na história local., onde traz aos seus alunos o conhecimento dos costumes locais e modo de viver, sendo de grande importância identificar as diferenças nas quais as mesmas estão inseridas. Saindo dessa forma, de um macro campo e trazendo para o micro campo. (Acadêmico de nº 16)*

> *O professor necessita conhecer, pois quando estiver em sala de aula poderá interagir com seus alunos levando-os a observar e visitar os locais considerados patrimônio. Os mesmos poderão fazer reflexões sobre o patrimônio local, suas vivencias, costumes, culturas, fazendo uma ligação entre os mesmos. (Acadêmica nº20)*

> *É impossível falar de patrimônio cultural sem ter conhecimento do mesmo. É de suma importância o professor ter conhecimento do patrimônio, da história local, para que o mesmo possa ter domínio do conteúdo que for apresentar relativo ao patrimônio. (Acadêmico nº02)*

> *O professor é o mestre. É quem conduz o aluno a aprendizagem. Como é o condutor que vai guiar sem conhecer o caminho? Esta é a importância de o professor adquirir conhecimentos do patrimônio local. É saber conduzir o aluno e incentivá-lo a pesquisa e informá-lo quão importante é nosso patrimônio. O quanto ele faz parte da sua história e influencia sua vida e seus costumes. (Acadêmico nº03)*

> *Para o professor de História é de fundamental importância conhecer o patrimônio e os fatos históricos de sua cidade e então, prosseguir buscando novos conhecimentos que possam estar sempre ampliando seu saber cultural, principalmente quem pensa em atuar na sala de aula. (Acadêmica nº 14)*
> *O professor de História deve ser conhecedor do patrimônio local, pois o mesmo deve orientar seus alunos a atentarem para a história contida em tal*

> *patrimônio, uma vez que ele narra atrás de suas características à história de uma época, os hábitos e costumes de um povo. (Acadêmico nº 06)*
>
> *O professor de História tem que ser conhecedor do patrimônio local, devido ao fato de tanto enriquecer seus conhecimentos pessoais e profissionais, mostrando aos seus alunos a riquezas históricas que existem no meio em que vivem e de que forma contribuíram no desenvolvimento da sociedade. (Acadêmica de nº 18)*
>
> *É muito importante porque o professor tem a confiança do aluno nas informações a respeito do patrimônio local ou regional. O conhecimento é poder de ensinar. (Acadêmico de nº 16)*

O conhecimento da história local e patrimônio, na percepção de alguns alunos é fortalecido com o conhecimento e valorização de patrimônio histórico e paisagístico, tal como mencionou o acadêmico 013: "*É muito importante que o professor de História conheça o patrimônio local, dando importância ao conjunto histórico e paisagístico e mostrar o quanto é importante preservar esses marcos. (Acadêmica 13)"*

Na concepção dos alunos, é imprescindível que o professor tenha conhecimento da história e patrimônio local, sendo estes, interrelacionados. Tal como mencionou um dos acadêmicos, se o aluno passa a conhecer sua história e seus marcos, ele aflorará para a preservação desses atribuindo sentido. A concepção de patrimônio ligado a questão da memória é imprescindível para a valorização e desejo de proteção, contribuindo para o conhecimento dos marcos e da própria história, que é continuamente escrita/reescrita, pois, tal como mencionou Reis, "a história é necessariamente escrita e reescrita a partir de posições do presente, lugar da problemática da pesquisa e do sujeito que a realiza" (REIS, 2.002, p. 9)

Considerações finais

A pesquisa foi importante do ponto de vista da reflexão realizada com os acadêmicos sobre a concepção dos mesmos acerca do patrimônio cultural e a importância de o professor de história conhecer sobre a temática e o seu papel no despertar de interesses pela história local, pois, a adoção de uma prática preservacionista está ligada ao conhecimento, partindo da concepção de que, "quem conhece, ama, quem ama, cuida. "

As inquietações constituíram-se no eixo norteador da pesquisa de campo que nos incitou a pensar sobre o papel do professor no ensino superior, bem como, a necessidade de abordagem do tema nos cursos de formação/licenciatura. Foi possível perceber, pelas respostas dos questionários, representações dos acadêmicos sobre o patrimônio cultural; se eles veem importância na preservação do patrimônio, memória e história local. Da mesma forma, foi interessante percebermos o que representam acerca da seriedade do professor de História

conhecer sobre o patrimônio de sua localidade. Mencionaram ter entendido a necessidade da pesquisa, conhecimento e interesse por promover e divulgar os saberes sobre a história e os bens culturais.

No complexo movimento que orienta as pesquisas sobre a formação de professores, patrimônio cultural e educação patrimonial, percebemos que as reflexões devem ser estimuladas, por isso, entendemos ser sumamente importante a realização de reflexões sobre o tema, sendo necessário que mais estudos sejam realizados, até como forma de repensar o processo de formação nos cursos de licenciatura e a necessidade de viabilizar condições de se trabalhar a educação patrimonial no cotidiano das escolas, sendo estas, instituições de fundamental importância na formação dos indivíduos e da sociedade.

Talvez para alcançarmos lugares mais amplos, que permitam fazer chegar os nossos estudos sobre os cenários históricos educativos, em diferentes contextos, escolares ou não escolares, vale não nos darmos por satisfeitos com o que temos e buscarmos alargar as pesquisas.

Referências bibliográficas

CANCLINI, Néstor García. **A sociedade sem relato**: antropologia e estética da iminência. São Paulo: EDUSP, 2016.

CHARTIER, R. A história cultural: entre práticas e representações. Lisboa: DIFEL, 1990.
FALEIRO, R. F. de M.; RANGEL, C. H. Educação patrimonial – uma abordagem empírica, didática e criativa. **Cadernos de História**, Belo Horizonte, v. 14, n. 20, p. 188-211, abr. 2013.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo:** trajetória da política de preservação no Brasil. 3. ed. rev., ampl. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. 39. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

GADOTTI, Moacir. **Boniteza de um sonho:** ensinar-e-aprender com sentido. São Paulo: GRUBHAS, 2003

NORA, Pierre. **Entre memória e história**. A problemática dos lugares. Projeto história. 10. PUCSP: São Paulo, 1993.

PESAVENTO, Sandra Jataly. **História, Memória e Centralidade Urbana**. Rev. Mosaico, v.1, n.1, p.3-12, jan./jun., 2008

_____. **História & história cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

PORTA, P**. Política de preservação do patrimônio cultural no Brasil:** Diretrizes, linhas de ação e resultados. Brasília: Iphan/Monumenta, 2012.

REIS, José Carlos. **As Identidades do Brasil**. De Varnhagem a FHC. 5 ed. - Rio de Janeiro. Editora Fundação Getúlio Vargas, 2002.

SILVA, Giselda Shirley da; GONÇALVES, Maria Célia da Silva; SILVA, Vandeir José da. **Histórias e Memórias:** Experiências Compartilhadas em João Pinheiro**.** João Pinheiro: Patrimônio Cultural de João Pinheiro, 2011.

SILVA, Tomaz Tadeu da. (Org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis, R J: Vozes. 2.000.

MINAS GERAIS. Decreto 42.505 de 15 de abril de 2002. Institui as formas de registro de bens culturais de natureza imaterial ou inatingível que constituem patrimônio cultural de Minas Gerais. Disponível em: <http://www.iepha.mg.gov.br/index.php/institucional/legislacao>. Acessado em 05 de abril de 2019.

LITERATURA

ALTUS CIÊNCIA
REVISTA ACADÊMICA MULTIDISCIPLINAR DA FACULDADE CIDADE DE JOÃO PINHEIRO

AS REPRESENTAÇÕES DAS PERSONAGENS DOS CONTOS DE FADAS PRESENTES NO CONTO "NENHUM, NENHUMA", DE JOÃO GUIMARÃES ROSA, EM SUA OBRA PRIMEIRAS ESTÓRIAS

Júlia Lopes Ferreira de Sousa Pinto[1]
Alessandra Fonseca de Morais[2]

Resumo: O presente artigo tem como objetivo verificar a intertextualidade entre os personagens do Conto "Nenhum, Nenhuma", de João Guimarães Rosa, e os tradicionalmente presentes nos Contos de Fadas. Como fundamentações teóricas deste estudo serão abordadas as teorias de alguns autores que tratam da temática dos Contos de Fadas, a saber, a ensaísta, crítica literária e professora Nelly Novaes Coelho, a psicoterapeuta analítica e pesquisadora Marie-Louise Von Franz e a mestre Rita Mira Correia, através de sua dissertação de mestrado "O arquétipo da princesa na construção social da feminilidade". A escolha desse conto rosiano deu-se pela forma como ele apresenta seus personagens e pela história em si, que relata, a partir das memórias de um menino, um momento especial, quando ele, em viagem a uma fazenda, vive intensas emoções e descobre, em meio a seu mundo infantil, o amor. Da mesma forma que os personagens dos Contos de Fadas apresentam emoções, sentimentos comuns que são representantes da psiquê humana, os personagens do conto vivem momentos bem semelhantes remetendo o leitor aos arquétipos tão amplamente estudados pelos teóricos abordados neste trabalho.

Palavras-chave: intertextualidade; arquétipos; contos de fadas.

ABSTRACT: This article aims to verify the intertextuality between the characters of the "Nenhum, Nenhuma", by João Guimarães Rosa and those traditionally present in Fairy Tales. As the theoretical basis of this study will be approached the theories of some authors dealing with the theme of Fairy Tales, namely essayist, literary critic and teacher Nelly Novaes Coelho, analytical psychotherapist and researcher Marie-Louise Von Franz and master Rita Mira Correia, through her master's dissertation "The archetype of the princess in the social construction of femininity". The choice of this Rosian tale came about by the way he presents his characters and, by the story itself, which reports from the memories of a boy a special moment when he on a trip to a farm lives intense emotions and discovers in the midle of his children's world, the love. Just as the characters in the Fairy Tales present us with emotions, common feelings that are representative of the human psyche, the characters of the story live very similar moments in referring to the archetypes so widely studied by the theorists addressed in this work.

[1] Bacharel em Letras Universidade Estadual de Minas Gerais (UEMG – Divinópolis). E-mail: julialopessousa@hotmail.com

[2] Doutora em Letras pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC-MG. E-mail: afm2203@yahoo.com.br

Recebido em 01/10/2019
Aprovado em 30/10/2019

Keywords: intertextuality; archetypes; fairy tales.

INTRODUÇÃO

João Guimarães Rosa, filho primogênito de Floduardo Pinto Rosa e de Francisca Guimarães Rosa, nascido em 27 de junho de 1908, na cidade mineira de Cordisburgo, é um dos maiores escritores brasileiros, que, com sua riqueza e singularidade, trouxe momentos inesquecíveis à literatura brasileira. Formado em medicina, exerceu, além dessa profissão, o cargo de embaixador, mas sempre atuando também no seguimento das letras, recebendo os principais prêmios de literatura do país. Foi eleito para a Academia Brasileira de Letras em 1963, mas só tomou posse em 16 de novembro de 1967, morrendo três dias depois.

Em sua obra "Primeiras Estórias" (1962), podem ser vistas claramente as marcas estilísticas que caracterizam as inovações criadas por ele, que, se apropriando da linguagem popular, tornava suas histórias mais inteligíveis ao leitor sem perder sua originalidade. Esse livro contém 21 contos, sendo essa sua primeira experiência com o gênero; nele, o autor usa elementos de contos como o psicológico, biográfico e fantástico.

Um dos contos que integram essa obra, "Nenhum, nenhuma", será o objeto de estudo desta pesquisa, uma vez que possibilita uma intertextualidade entre seus personagens e os personagens tradicionalmente representados nos Contos de Fadas.

Esse conto desenrola-se numa casa de fazenda, em um tempo há muito esquecido, onde o autor fala das memórias de um menino e sua descoberta da experiência amorosa. Os personagens do conto são identificados de forma impessoal e apenas uma personagem, a Nenha, é citada com nome. Talvez pela forte impressão psicológica deixada no menino por ser muito velha e parecer totalmente indefesa, Nenha se torna centralizadora do drama.

O narrador define os personagens com quem o menino tem contato de forma infantil e sem intimidade – o Moço, a Moça, o Homem-, mas os sentimentos dele são claros e dão a tonalidade do conto. Pelo fato de o conto ser narrado do ponto de vista da criança, que ainda não sabia ler, o autor utiliza recursos como cheiro, sensações e cores para definir o espaço conforme a lembrança do menino.

> O menino não sabia ler, mas é como se a estivesse relendo, numa revista, no colorido de suas figuras; no cheiro delas, igualmente. Porque, o mais vivaz, persistente, e que fixa na evocação da gente o restante, é o da mesa, da

> escrivaninha, vermelha, da gaveta, sua madeira, matéria rica de qualidade: o cheiro, do qual nunca mais houve. (ROSA, 1997, p. 47).

O menino vê a mulher mais linda que já conhecera e, ao mesmo tempo, conhece o homem que ela ama. Impressiona-se com ela e aprende, em pouco tempo, o verdadeiro sentido do amor. A criança vive o ciúme pela linda mulher, e descobre, ao mesmo tempo, com clareza, que seus pais tinham perdido a magia do amor no casamento.

Essas características remetem o leitor ao universo dos Contos de Fadas. Sua linguagem é repleta de sentimentos, ações, medos, alegrias e desejos presentes no imaginário humano. No referido conto identificam-se elementos nos personagens que evidenciam formas arquetípicas contidas nos Contos de Fadas, como comportamentos, instintos, impulsos e elementos culturais e humanos, como relacionamentos, descobertas, envelhecimento e crescimento.

Diante disso, o presente estudo pretende apresentar aspectos novos ligados ao campo dos Contos de Fadas. Para a fundamentação teórica da pesquisa serão abordadas as teorias de alguns autores que tratam da temática dos Contos de Fadas, a saber, a ensaísta, crítica literária e professora Nelly Novaes Coelho, a psicoterapeuta analítica e pesquisadora Marie-Louise Von Franz e a mestre Rita Mira Correia, com sua dissertação de mestrado.

DESENVOLVIMENTO

Inicialmente, faz-se necessária uma breve introdução histórica sobre as origens dos Contos de Fadas, que permitirá uma noção de como eles chegaram até os dias de hoje, salientando que não se esgota aqui o assunto.

Em conformidade com a escritora Nelly Novaes Coelho (2012), os estudos sobre as origens dos Contos de Fadas são concomitantes aos progressos dos estudos arqueológicos. Estes trouxeram descobertas em vários campos, incluindo escritos sobre contos, histórias e narrativas, que, apesar de estarem ligados a culturas e povos variados, têm eco em diversas outras culturas. Ou seja, uma mesma história **podia** ser identificada em culturas diferentes, como ficou constatado ao serem encontradas narrativas como “A Bela Adormecida” e “Chapeuzinho Vermelho”, fazendo parte do acervo comum de culturas distintas.

Ainda segundo a autora, um manuscrito egípcio achado em forma de papiro, em escavações na Itália, escrito aproximadamente em 3.200 a.C., é o mais antigo conto encontrado e sua estória aparece recontada em narrativas indianas. Trata-se do Conto “Os Dois Irmãos”,

uma estória repleta de acontecimentos mágicos envolvendo dois irmãos gêmeos e as artimanhas da esposa de um deles, que fomentava ódio entre os dois.

Vários estudiosos, das mais amplas áreas, rastrearam durante anos os caminhos feitos por essas narrativas até os dias atuais.

> O cruzamento das várias pesquisas acabou revelando, nas raízes daqueles textos populares, uma grande fonte narrativa, de expansão popular, a fonte oriental (procedente da Índia, séculos antes de Cristo), que vai se fundir, através dos séculos, com a fonte latina (grego-romana) e com a fonte céltico-bretã (na qual nasceram as fadas). (COELHO, 2012, p. 36).

Ao se tratar do mundo dos Contos de Fadas, chega-se a uma esfera mágica onde símbolos, mitos e arquétipos são os principais elementos. Uma distinção feita por Coelho (2012) é importante ser ressaltada, pois, algumas vezes, tais elementos são usados como sinônimos. “Sintetizando: mitos nascem na esfera do sagrado; arquétipos correspondem à esfera humana e símbolos pertencem à esfera da linguagem. ” (COELHO, 2012, p. 91).

No presente artigo será focada a esfera dos arquétipos, pois os Contos de Fadas levam a estruturas básicas da psiquê humana utilizando materiais culturais. Os arquétipos da forma como serão tratados neste estudo, terão por base os conceitos de Carl Gustav Jung (1875-1961), psiquiatra suíço. Segundo o mesmo, arquétipos são imagens primitivas que se originaram de experiências repetidas durante a história do homem e que formam o “inconsciente coletivo”, que é a camada mais profunda da psiquê humana, onde se encontram sentimentos, virtudes, medos, etc.

> […] o inconsciente contém não só componentes de ordem pessoal, mas também impessoal, coletiva, sob a forma de categorias herdadas ou arquétipos. Já propus a hipótese de que o inconsciente, em seus níveis mais profundos, possui conteúdos coletivos em estado relativamente ativo, por isso o designei inconsciente coletivo. (JUNG, 1978, p.127).

Assim, no estudo e descrição de arquétipos feitos por Jung, encontram-se nascimento, morte, renascimento, herói, magia, criança, Deus, demônio, velho sábio e elementos da natureza, como fogo, rios, vento, animais, sol, etc., até elementos feitos pelo homem, como anéis e armas, todos resultados de experiências na constituição psíquica dos indivíduos, representando sempre uma possibilidade de percepção. O arquétipo não é algo que está pronto, mas sim que vai ser revelado pela experiência de cada um.

Marie-Louise von Franz (1915-1998), uma autoridade reconhecida na área de estudos sobre os Contos de Fadas, trabalhou com Jung durante muitos anos. Segundo ela, os arquétipos

fornecem as melhores pistas dos processos que se passam na psiquê coletiva e são retratados nos Contos de Fadas. Neles, assim como em mitos e lendas, existem materiais psíquicos onde figuras e eventos simbólicos são expressos e, de acordo com cada cultura, baseiam-se na própria forma de experiência dos eventos.

Os Contos de Fadas, ao longo dos séculos, têm feito parte do acervo cultural da humanidade, como as histórias lidas para crianças, por exemplo, que enriquecem e enchem de emoções muitas noites e salas de aula. Segundo Bettelheim (2015, p. 11-12):

> os contos de fadas ensinam pouco sobre as condições específicas da vida na moderna sociedade de massa; estes contos foram inventados muito antes que ela existisse. Mas através deles pode-se aprender mais sobre os problemas interiores dos seres humanos, e sobre as soluções corretas para seus predicamentos em qualquer sociedade, do que com qualquer outro tipo de estória dentro de uma compreensão infantil. Como a criança em cada momento de sua vida está exposta à sociedade em que vive, certamente aprenderá a enfrentar as condições que lhe são próprias, desde que seus recursos interiores o permitam.

Ainda segundo Bettelheim (2015), aplicando o modelo psicanalítico de personalidade humana, os Contos de Fadas transmitem mensagens importantes, tanto para a mente consciente quanto à inconsciente, lidando com problemas humanos universais.

Tendo isso em vista, pode-se observar as características gerais dos personagens dos Contos de Fadas, como a impessoalidade de alguns: não têm nomes e, algumas vezes, são identificados de maneira genérica: o menino, a moça, o rei, a rainha. Da mesma forma, não possuem lugar e época específicos.

De acordo com Coelho (2012), normalmente, as personagens femininas são descritas com atributos como beleza, gentileza, bondade, paciência, tolerância e altruísmo. Como formas arquetípicas, as personagens dos Contos de Fadas representam "impulsos da alma humana: o instinto de sobrevivência, o medo, o amor, o ódio, o ciúme, os desejos, o sentimento do dever, a vontade do domínio, a coragem ou heroísmo, o narcisismo, a covardia, a inveja, o egoísmo".

Tudo isso remete ao conto "Nenhum, Nenhuma" (1962), de João Guimarães Rosa, onde existe uma intertextualidade entre os atributos das personagens descritas e as características gerais das personagens retratadas nos Contos de Fadas. Como por exemplo, no conto rosiano as personagens são descritas de forma impessoal, como o Moço, a Moça, conforme ocorre nos Contos de Fadas "Chapeuzinho Vermelho", "A Bela e a Fera", "João e Maria" e "A Bela Adormecida".

Existe também a questão do amor entre dois jovens no conto, da mesma forma que acontece nos Contos de Fadas, como em "Cinderela", "Rapunzel", "Branca de Neve" e "A Pequena Sereia". Nos Contos de Fadas, é esse amor que define a história e apresenta-se como o ideal de felicidade. No conto de Guimarães Rosa, esse amor também é o fio central da história, além da inveja gerada no Menino que, ao visualizar a linda Moça, se "apaixona" por ela: "O Moço causava-lhe antipatia e rancor, dele já tinha ciúmes." (ROSA, 1997, p.50).

Outro fator de semelhança entre o referido conto e os Contos de Fadas é a questão de como são descritas as personagens femininas; em ambos há atributos semelhantes, como pele alva, bondade, beleza e cuidados com outras pessoas. "A Moça, porém, era a mais formosa criatura que jamais foi vista, e não há fim de sua beleza. Ela poderia ser a princesa no castelo, na torre". (ROSA, 1997, p. 49).

Nesse aspecto vale salientar, segundo von Franz (2008), que os Contos de Fadas são a expressão mais pura e simples dos processos psíquicos do inconsciente coletivo; por isso, a figura da princesa está presente no imaginário coletivo ao evidenciar a figura ideal do feminino. "A figura mítica da princesa está presente no nosso imaginário coletivo, envolvendo uma idealidade de prestígio social, uma concepção estética do corpo e felicidade aliada ao discurso de amor romântico." (CORREIA, 2010, p. 06).

Seguindo adiante nas reflexões, tem-se a Moça no Conto de Guimarães Rosa como cuidadora da Velha Nenha, da mesma forma que Cinderela cuidava da casa, da madrasta e das meio irmãs; o mesmo ocorre em "Branca de Neve" e "A Bela e a Fera", o que remete ao arquétipo do sentimento do dever. Fica bem perceptível também a presença dos sentimentos de amor, ódio, inveja e medo da morte, emoções que remetem o indivíduo ao inconsciente coletivo; sua superação leva ao amadurecimento e desenvolvimento da consciência humana.

Certamente, esses sentimentos no Conto "Nenhum, Nenhuma", referem-se a um menino que, com esse enfrentamento, é levado a descobertas sobre si e sua família. Quando ele se encontra com Nenha, um temor à morte o invade. Ao se deparar com a fragilidade e temporalidade que a personagem representava, ele lida com a questão do sentido de viver.

> Tranquilizavam-no, diziam: que a velhinha não era a Morte, não. Nem estava morta. Antes, era a vida. Ali, num só ser, a vida vibrava em silêncio, dentro de si, intrínseca, só o coração, o espírito da vida, que esperava. Aquela mulher ainda existia, parecia um desatino de que ela mesma nem tivesse culpa. (ROSA, 1997, p. 50).

Quando se "apaixona" pela linda moça, ele tem que lidar com sentimentos de ciúmes e inveja do moço que detém os olhares e amor da mesma. "O Moço pegou na mão da Moça, ele

estava apaixonado. O Menino se recolheu, olhando para o chão, numa tristeza de amuo". (ROSA, 1997, p. 51).

Nos Contos de Fadas, esses sentimentos estão ligados a personagens mais maduros, mas que, da mesma forma que o menino, precisam ser confrontados e vencidos. Assim ocorre em "Branca de Neve", onde a madrasta invejava a beleza da enteada, levando-a ao ódio e desejo da morte da mesma.

Outro elemento a se destacar no Conto é o fato de ele ser contado quase como um relato de um sonho, pois faz parte do mundo das lembranças antigas do narrador. Por isso, assim como nos Contos de Fadas, está envolto a imagens algumas vezes oníricas de pessoas quase imaginárias, a descrição dos objetos, da casa e da forma como ele via a personagem Nenha, a beleza da Moça, além das expressões de sentimentos; quer sejam de amor, quer sejam de raiva ou alegria, são ricas em detalhes que remetem a acontecimentos psíquicos, ou seja, aos arquétipos.

Finalizando essa análise, como representações do mundo arquetípico e, portanto, do inconsciente coletivo, tem-se os Contos de Fadas e o Conto de Guimarães Rosa como universais, por serem um reservatório de representações de impulsos, sentimentos e acontecimentos psíquicos.

CONCLUSÃO

Os Contos de Fadas são valorosas fontes universais; pode-se ter a impressão de que os mesmos estão ultrapassados, pois, em sua maioria, são histórias perpetuadas dos tempos medievais. Bettelheim (2015, p. 05), no entanto, afirma que

> "Na verdade, em um nível manifesto, os contos de fadas ensinam pouco sobre as condições específicas da vida na moderna sociedade de massa; estes contos foram inventados muito antes que ela existisse. Mas através deles pode-se aprender mais sobre os problemas interiores dos seres humanos, e sobre as soluções corretas para seus predicamentos em qualquer sociedade, do que com qualquer outro tipo de estória"

Ainda segundo Bettelheim (2015), a cultura atual dominante se recusa a deixar aparecer os insucessos na vida e as atitudes agressivas que podem ser feitas pelas pessoas, numa tentativa de confirmar que a bondade, o sucesso, o bom comportamento, tudo que envolve o positivo, são as únicas virtudes humanas. Entretanto, os ensinamentos que advêm dos Contos de Fadas

possuem mensagens sempre atuais, por representarem sentimentos, comportamentos e ações comuns ao ser humano, mostrando que tanto o bem quanto o mal, o sucesso e o insucesso, o positivo e o negativo, são parte da formação da psiquê do mesmo.

Mediante isso, identificam-se características comuns entre as personagens de Guimarães Rosa – o Menino, a Moça, o Moço, o Velho e Nenha – e os arquétipos universais, ao remeter a sentimentos como amor, ódio, inveja, bondade e o medo da morte. Arquétipos esses conceituados por Jung, quando este afirma serem eles as matrizes arcaicas que dão forma a impulsos psíquicos comuns ou naturais aos seres humanos (Jung *apud* Coelho, 2012).

Von Franz (2008) afirma que os Contos de Fadas são importantes indicadores da psiquê humana. Por isso, ao se fazer a leitura do conto de Guimarães Rosa, entra-se em um mundo quase mágico, parecido com um sonho, quando o autor narra, a partir das lembranças do Menino, as experiências ocorridas há muitos anos numa viagem feita a uma fazenda.

Nessa narrativa, as impressões visuais do Menino, os sentimentos que as pessoas lhe produzem, o contato com a Velha Nenha, que representa para ele vida e morte, e a primeira experiência de amor, tudo isso se assemelha às experiências vividas pelas personagens dos Contos de Fadas. Neles, acontecimentos levam as personagens a lidarem com o amor, o medo diante da vida e morte, a inveja, a busca do sentido da vida, dentre outras coisas. Eles são os mesmos sentimentos vividos pelo Menino, embora aconteçam em outra época e lugar, mas que mantêm a mesma universalidade dos Contos de Fadas.

Finalizando, cabe aqui mencionar uma diferença entre este conto rosiano e os Contos de Fadas: não há final feliz. Os personagens que personificam o príncipe e a princesa, a saber, o Moço e a Moça, por decisão dela, são separados para sempre. Ela não abre mão da responsabilidade de cuidar da Nenha para viver seu grande amor. Sentimentos se multiplicam no interior do Menino, que, não escondendo a inveja do Moço, aquele que detinha o amor da Moça, se vê sentado na garupa dele e obrigado a viver toda a dor da separação vivida pelo Moço.

Tudo isso leva a um amadurecimento do Menino, diante de tanta dor vivida pelo Moço, que, quando chega à sua casa, compreende como os seus pais não vivenciavam o amor com essa intensidade. Numa mistura de raiva e conscientização, o Menino entende o verdadeiro sentido do amor e a frustração por perceber que seus pais não sabiam o que era amar.

Assim, levando em conta os teóricos anteriormente citados, Marie-Louise von Franz, Nelly Novaes Coelho, Bruno Bettelheim e, por fim, Rita Mira Correia, comprovou-se a hipótese inicial deste estudo referente à intertextualidade que há entre as personagens do conto

"Nenhum, Nenhuma", do escritor João Guimarães Rosa, e as personagens originalmente retratadas nos Contos de Fadas.

REFERÊNCIAS

BETTELHEIM, Bruno. *A psicanálise dos contos de fadas*. 30. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

COELHO, Nelly Novaes. *O conto de fadas símbolos mitos e arquétipos***.** 2. ed. São Paulo: Paulinas, 2012.

CORREIA, Rita Mira. *O arquétipo da princesa na construção social da feminilidade.* 2010.

FRANZ-VON, Marie- Louise. *A interpretação dos contos de fada.* 7. ed. São Paulo: Paulinas, 2008.

JUNG, C. G. *Estudos sobre Psicologia Analítica.* Petrópolis: Vozes, 1978.

ROSA, João Guimarães. *O espelho. In: Primeiras estórias*. 5. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

NORMAS PARA PUBLICAÇÃO

Os trabalhos para publicação deverão ser apresentados em CD (devidamente etiquetado, com título do texto, nome do autor e e-mail; editor Word for Windows 6.0 ou superior), acompanhados de duas cópias impressas. A identificação do autor e da instituição deverá constar apenas no *arquivo* em CD, que deverá apresentar claramente o título do trabalho científico. Os artigos devem ter entre 12 e 15 laudas e os ensaios entre 20 e 25 páginas (Times New Roman tamanho 12, folha A4), com espaçamento entrelinhas de 1,5. As resenhas e sínteses não devem ultrapassar a 5 laudas. Os trabalhos científicos devem ser normatizados da seguinte forma:

1) Título com as letras maiúsculas, centralizado, tamanho 12, em português e inglês;
2) Identificação do autor logo abaixo do título, tamanho 12;
3) Identificação e endereço da Instituição a qual pertence (m) completos. Todas as notas deverão constar no rodapé.
4) Resumo em português, tamanho 12 e espaço simples, no máximo de 10 linhas;
5) Palavras – chave (máximo de cinco);
6) Abstract, tamanho 12 e espaço simples, reproduzindo o resumo em português;
7) Keywords**;(a tradução para a língua inglesa não poderá ser feita por meio de tradutores automáticos)**
8) Texto de acordo com as normas da ABNT, sem numeração nos subtítulos. A diagramação dos textos obedecerá às normas da Revista ALTUS CIENCIA. As citações devem ser feitas no corpo do texto: (SOBRENOME DO AUTOR, data) ou (SOBRENOME DO AUTOR, data, página). Ex.: (SAQUET, 2000) ou (SAQUET, 2000, p.31). Caso o nome do autor esteja sendo mencionado no texto, indicar somente a data. Ex.: "Desta forma, Santos (1997), mostra elementos da ...".
9) Referências Bibliográficas conforme a ABNT. Bibliografia: deve constar no final do trabalho científico e em ordem alfabética. a) Livros: SOBRENOME, Nome. Título da obra. Local de publicação: Editora, data. Ex.: CORRÊA, Roberto. A rede urbana. São Paulo: Ática, 1989.; b) Capítulo de livro: SOBRENOME, Nome. Título do capítulo. In: SOBRENOME, Nome (Org). Título do livro. Local de publicação: Editora, data. Página inicial-final. Ex.: IANNI, Octavio. Dilemas da integração regional. In: SOUZA, Álvaro (Org*).* Paisagem território região: em busca da identidade. Cascavel: EDUNIOESTE, 2000. p.133-136.; c) Artigo em periódico: SOBRENOME, Nome. Título do artigo. Título do periódico, local de publicação, volume, número, página inicial-final, mês(es). Ano. Ex.: MACHADO, Lucy. Cognição ambiental, processo educativo e sociedades sustentáveis. Faz Ciência, Francisco Beltrão, vol. 5, n.1, p.131-146, dezembro, 2003.; d) Dissertações e teses: SOBRENOME, Nome. Título da tese (dissertação). Local: Instituição em que foi defendida, data. Número de páginas. (Categoria, grau e área de concentração). Ex.: RIBAS, Alexandre. Gestão político-territorial dos assentamentos, no Pontal do Paranapanema (SP):uma leitura a partir da COCAMP. Presidente Prudente: FCT/UNESP, 2002. 224p. (Dissertação, mestrado em Geografia).
10) Os textos deverão ser enviados após a revisão gramatical e ortográfica.